

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

v. 30, n. 2 Julho a dezembro de 2022

Publicação contínua



ISSN 2526-7752

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

ISSN@ 2526-7752

v. 30, n. 2

julho a dezembro de 2022

Publicação contínua

Estudos Sociedade e Agricultura

Revista de Ciências Sociais aplicadas ao estudo do mundo rural

Julho a dezembro de 2022 (publicação contínua), volume 30, número 2

ISSN @ 2526-7752

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS)

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues; Vice-reitor: César Augusto Da Ros

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação: Lúcia Helena Cunha dos Santos

Chefe do DDAS: Carmen Andriolli

Coordenadora do CPDA: Fátima Portilho

Editora-chefe: Maria José Carneiro

Editoras adjuntas: Carmen Andriolli e Leonilde Servolo de Medeiros

Conselho editorial: Alberto Riella (Universidad de La República, Uruguai), Ana Carneiro Cerqueira (Universidade Federal do Sul da Bahia), Andrea Lorena Butto Zarzar (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Andréa Zhouri (Universidade Federal de Minas Gerais), Arilson Favareto (Universidade Federal do ABC), Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Carla Gras (Universidad Nacional de San Martín, Argentina), Catia Grisa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Cloves Farias Pereira (Universidade Federal do Amazonas), Cristiana Losekann (Universidade Federal do Espírito Santo), Cristóbal Kay (Erasmus Universiteit Rotterdam, Países Baixos), Darío Fajardo (Universidad Externado de Colombia, Colômbia), Edna Castro (Universidade Federal do Pará), Eli Napoleão de Lima (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – *in memoriam*), Georges Gérard Flexor (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Gil Almeida Felix (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), Isidoro Moreno (Universidade de Sevilla, Espanha), João Carlos Barrozo (Universidade Federal de Mato Grosso), John Cunha Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (Universidade Federal do Maranhão), Marie France Garcia-Parpet (Institut National de la Recherche Agronomique, França), Marilda Aparecida de Menezes (Universidade Federal do ABC), Paulo Henrique Freire Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Ramonildes Alves Gomes (Universidade Federal de Campina Grande), Renata Campos Motta (Freie Universität Berlin Alemanha), Rodrigo Constante Martins (Universidade Federal de São Carlos), Sergio Sauer (Universidade de Brasília), Sergio Schneider (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (Universidade Federal do Pará), Susana de Matos Viegas (Universidade de Lisboa, Portugal) e Wendy W. Wolford (Cornell University, Estados Unidos).

Assistente Editorial e Comunicação: Delcio Junior (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Revisão de português: Vania Santiago

Revisão de inglês: Tracy Smith Miyake

Revisão de espanhol: Juanita Cuellar Benavides

TI e Administração Web: Diego Jesus de Oliveira (InfoInterativa)

Foto de capa: Ana Carneiro Cerqueira

Apoio: Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG), Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

CPDA - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Av. Presidente Vargas, 417 – 6º a 10º andares – Centro – CEP 20071-003 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: +55 (21) 2224-8577

Editoria: estudoscpda@gmail.com

revistaesa.com

Sumário

Artigos

(fluxo contínuo)

Terra, Estado e movimentos:
declínio da reforma agrária a partir de uma etnografia na Amazônia Oriental e2230201
Igor Rolemberg

Da reprodução social da unidade familiar camponesa:
um estudo de caso no vale do Tocantins e2230202
Dernival Venâncio Ramos Júnior, Harley Silva

Aqui todo mundo é parente: memória, família e distinção
em comunidades camponesas no Norte de Minas Gerais e2230203
Roberta Novaes

Dimensões diferenciadas do engajamento camponês no extrativismo do babaçu e2230204
Roberto Porro

De zafrales a jornaleros: (in)visibles detrás de los números e2230206
Juan Romero

Reprodução social das pescadoras e pescadores artesanais e2230213
Cristiano Wellington Noberto Ramalho

O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil e2230214
Camila Penna

Abastecimento alimentar urbano: a trajetória da política
pela perspectiva do Mercado Municipal em Campos dos Goytacazes (RJ) e2230215
Mauro Macedo Campos, Lohana Chagas de Almeida, Daniete Fernandes Rocha

Resenhas

Migração, militância e modernidade
(Resenha do livro *MST: como um movimento de "gaúchos" se enraizou no Nordeste*, de Débora Franco Lerrer) e2230205
Marcos Paulo Campos

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros

Editores da seção temática: Arilson Favareto (Universidade Federal do ABC – UFABC) e Rodrigo Constante Martins (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar).

Introdução à seção temática:

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros

e2230207

Arilson Favareto, Rodrigo Constante Martins

Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos:

ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais
na Argélia e no Nordeste do Brasil

e2230208

Afrânio Garcia Jr., Marie-France Garcia Parpet

O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste e o acesso à condição camponesa

e2230209

Patrícia Alves Ramiro

Colonos italianos no Sul do Brasil: reflexões partindo da obra de Bourdieu

e2230210

Maria Catarina Chitolina Zanini, Miriam de Oliveira Santos

Bourdieu no campo:

habitus, representações e ‘di-visão’ na luta pela terra no Brasil

e2230211

Sérgio Sauer

A aplicação da teoria de Bourdieu aos estudos rurais no Brasil

e2230212

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Table of contents

Articles

(continuous flow)

Land, state and movements:
the fall of agrarian reform seen from an ethnography in the Eastern Amazon
Igor Rolemberg e2230201

On social reproduction of the peasant family unit:
a case study in the Tocantins Valley, Brazil
Dernival Venâncio Ramos Júnior, Harley Silva e2230202

'Here everybody is related': memory, family and distinction
in peasant communities in the north of Minas Gerais
Roberta Novaes e2230203

Differential dimensions of peasant engagement in babassu palm nut extraction
Roberto Porro e2230204

From harvest workers to day laborers: (in)visible behind the numbers
Juan Romero e2230206

Social reproduction of artisanal fishermen and fisherwomen
Cristiano Wellington Noberto Ramalho e2230213

Is ag white? Racial selectivity and land policy in Brazil
Camila Penna e2230214

Urban food supply: the policy pathway from the perspective
of the municipal market in Campos dos Goytacazes (RJ)
Mauro Macedo Campos, Lohana Chagas de Almeida, Daniete Fernandes Rocha e2230215

Reviews

Migration, militancy and modernity
(Review of the book *MST: como um movimento de "gaúchos" se enraizou no Nordeste*, by Débora Franco Lerrer)
Marcos Paulo Campos e2230205

Thematic Section

Uses of Pierre Bourdieu's theory and Brazilian rural studies

Theme Editors: Arilson Favareto (Universidade Federal do ABC – UFABC) and
Rodrigo Constante Martins (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar).

Introduction to the thematic section:

Uses of Pierre Bourdieu's theory and Brazilian rural studies

Arilson Favareto, Rodrigo Constante Martins

e2230207

Social change through the lens of ethnographies combined with statistical methods: the tools of Pierre Bourdieu applied to rural worlds in Algeria and Northeast Brazil

Afrânio Garcia Jr., Marie-France Garcia Parpet

e2230208

The decline of sugar agribusiness in the Brazilian Northeast and access to the peasant condition

Patrícia Alves Ramiro

e2230209

Italian settlers in southern Brazil: reflections based on Bourdieu's work

Maria Catarina Chitolina Zanini, Miriam de Oliveira Santos

e2230210

Bourdieu in the field: habitus, representations and 'di-vision' in the struggle for land in Brazil

Sérgio Sauer

e2230211

Applying Bourdieu's theory to rural studies in Brazil

Ana Louise de Carvalho Fiúza

e2230212

Artigos

Fluxo contínuo

Terra, Estado e movimentos: declínio da reforma agrária a partir de uma etnografia na Amazônia Oriental

Land, state and movements: the fall of agrarian reform seen from an ethnography in the Eastern Amazon

 Igor Rolemberg¹

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_01

Resumo: A partir de uma cena que materializa a relação de cooperação e conflito que *movimentos* e ‘Estado’ mantiveram durante décadas para a implementação da reforma agrária, o artigo investiga como esta entrou em declínio no sul e sudeste paraense. Para isso, retoma as classificações locais dos períodos da luta pela terra feitas pelos atores da mobilização, descrevendo especialmente o que alguns chamam de *fragilização*. O desmonte das políticas e das agências estatais responsáveis pela questão agrária, intensificado desde 2016, provocou um rompimento nessa relação. Com isso, as demandas dos *movimentos* se tornaram menos audíveis. A etnografia aponta, no entanto, que o declínio da reforma agrária passa não só pela impermeabilidade do ‘Estado’, mas, dada a queda contínua do número de ocupações, pelas dificuldades dos próprios *movimentos* em comporem coletivos que vocalizem reivindicações. Isso exige levar em consideração os impedimentos colocados pelo cotidiano atual de incerteza e sofrimento em muitas ocupações.

Palavras-chave: reforma agrária; interação socioestatal; desmonte; desmobilização.

Abstract: Starting from a scenario that embodies the relationship of cooperation and conflict that movements and “the State” maintained for decades to implement agrarian reform, this article investigates how reform declined in southern and southeastern Pará, Brazil. This is done by returning to local classifications made by the actors in this mobilization during the struggle for land, especially describing what some call fragilization. The dismantling of state policies and agencies responsible for the agrarian issue (which has intensified since 2016) caused a rupture in the government’s relationship with the movements, making their demands less audible. The ethnography, however, shows that the decline of agrarian reform involves not only the impermeability of “the State” but also (considering the steadily

¹ Doutorando em Antropologia Social na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França, em co-tutela com o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Mestre em Ciências Sociais pela École Normale Supérieure (ENS) de Paris, França. E-mail: rolemberg.igor@gmail.com.

decreasing number of occupations) difficulties faced by the movements inassembling the collectives that voice demands. As a result, the impediments created by the uncertainty and suffering currently experienced daily in many occupations must be taken into account.

Keywords: land reform; state-movements interaction; dismantling; demobilization.

Uma cena com os movimentos e o ‘Estado’:² 17 de abril de 2015

“Mas não podemos deixar de dizer que algumas razões nos trazem aqui hoje. A primeira delas, que já foi dita por muitas pessoas que me antecederam, é fazer memória aos 19 companheiros que foram brutalmente assassinados 19 anos atrás.”

Assim o *agente*³ e advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) introduziu sua fala durante o ato que reuniu milhares de pessoas no trecho da BR-155, conhecido como “curva do S”, local onde se deu o Massacre de Eldorado dos Carajás. Trata-se de uma ação que acontece regularmente todos os anos, em memória aos 19 trabalhadores rurais que lá foram assassinados por policiais militares do estado do Pará em 17 de abril de 1996. Faz parte de um conjunto mais amplo de eventos com periodicidade anual e dedicados à memória de *mártires da luta pela terra* na região, tais como a Romaria dos Mártires da Floresta em Nova Ipixuna e o ato-memória às vítimas do Massacre de Pau d’Arco, para citar apenas dois.

Desde os anos 2000, esse momento do calendário costuma ser marcado por uma maior intensidade das ações reivindicatórias em torno do acesso e redistribuição de terras, não só no Pará, mas em diferentes locais do Brasil, quando se multiplicam jornadas, marchas, ocupações, celebrações, atos-memória, bloqueios de estrada, organizados tanto pelo MST quanto por outros atores da mobilização por reforma agrária, a exemplo dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas federações, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). Trata-se portanto de imersão

² Convenções da escrita: utilizo itálico para termos êmicos e para reproduzir falas mais extensas de interlocutores(as) durante o trabalho de campo, aspas duplas para fazer citações bibliográficas e documentais e aspas simples para destacar algumas categorias analíticas que merecem ser tomadas como menos evidentes, ou mais instáveis, a exemplo de ‘Estado’.

³ Sempre que o termo *agente* aparece no texto, ele se refere a agente de pastoral, nunca a agente no sentido sociológico do termo. Quando utilizo conceito analítico para tratar de pessoas interagindo em ambientes compartilhados com uma diversidade de entes, opto por ‘atores’.

em um tempo cíclico da mobilização, que ficou conhecido como “abril vermelho”, havendo um incremento da ação contestatória diante das agências estatais – do Poder Executivo ou Judiciário, estaduais ou federais – responsáveis pela implementação da política de reforma agrária e de outras que lhe são conexas, relativas à produção agrícola ou ao combate ao trabalho escravo em áreas rurais, por exemplo.

Da mesma forma que, em anos anteriores, antecederam ao ato político: (i) uma celebração ecumênica, com a participação do bispo de Marabá e de um pastor da Assembleia de Deus, membro de um dos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e (ii) uma *mística*⁴ realizada no asfalto da rodovia que, para esse fim, foi bloqueada durante 30 minutos aproximadamente. Particularmente nesse ano de 2015, no entanto, a infraestrutura montada à beira da estrada foi maior.

Pela primeira vez um ministro do Desenvolvimento Agrário participou do ato, o que acarretou a ampliação do palco para receber os convidados. A primeira fileira tinha seis cadeiras. Lado a lado, da esquerda para direita, sentaram-se: o presidente da Fetagri, o presidente da Fetraf, um coordenador do MST, a então recém-nomeada presidenta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o ministro do Desenvolvimento Agrário e o superintendente regional do Incra em Marabá. Atrás, uma outra fileira de cadeiras era ocupada por uma dezena de parlamentares dos legislativos estadual e federal, filiados em sua maior parte ao Partido dos Trabalhadores (PT), acompanhados de assessores que entretêm uma interlocução com representantes desses ‘movimentos’. Em pé, nas laterais do palco, integrantes das equipes de comunicação do MST, do Incra e jornalistas de veículos da imprensa – com sede em Marabá, Belém, e São Paulo, pelo que repertoriei – faziam registros.

Banners e bandeiras dos três *movimentos* preenchiam toda a parte de baixo na frente do palco, assim como seus nomes e símbolos encontravam-se reproduzidos em muitas camisetas e bonés do público – também mais numeroso naquele ano pelo que pude comparar com edições anteriores e posteriores – que assistia, sob as tendas instaladas em frente ao palco, e à margem da rodovia, às falas dos participantes chamados ao microfone, a partir de uma lista em mãos da anfitriã do evento, uma jovem militante negra e membro da coordenação estadual do MST.

⁴ Para uma síntese sobre os rituais de *mística* no MST, ver Chaves (2021).

As tendas situavam-se exatamente na faixa de terra entre o palco e o imponente memorial em homenagem às vítimas do massacre, feito a partir de imensos troncos de castanheiras queimadas, com dezenas de metros de altura (restavam sete dos 19 instalados no início). Na margem direita da estrada em direção a Belém, encontravam-se estacionados os ônibus e caminhões que transportaram os participantes, em contingente maior naquele ano, na grande maioria membros de ocupações e acampamentos coordenados pelo MST, Fetagri e Fetraf. Tomando conhecimento, dias antes, da vinda dos representantes de Brasília, as federações intensificaram os convites e as arrecadações para fretar mais veículos para quem pudesse estar lá presente. Algumas pessoas, apesar de estarem em uma ocupação de terra há quase 10 anos, participavam pela primeira vez – a exemplo dos trabalhadores da fazenda Campos do Norte,⁵ que conheci em *visitas* da CPT – de um bloqueio de estrada e de um ato-memória importante como aquele para a comunidade de militantes em torno da reforma agrária.

Voltando para o palco onde está o agente de pastoral e advogado, de pé e com o microfone na mão, ele completa sua fala, e lembra ao ministro e à presidenta do Incra a quantidade de trabalhadores e lideranças assassinados na região: segundo os dados da pastoral da terra, mais de 600 nos últimos anos [de 1985 a 2015]. *A gente costuma dizer, ministro – e não é força de expressão –, que em cada assentamento criado na região tem sangue de trabalhador derramado. E é verdade. E às vezes de mais um trabalhador.* Destaca a demora na criação de assentamentos em áreas de ocupação como catalisadora de conflitos. *A média tem sido de aproximadamente 500 famílias assentadas por ano. Se a gente mantiver assim, levaremos 24 anos pra resolver só a demanda que já existe atualmente, sem contar que o quadro possa se agravar.*

Não há nada de anódino na composição dessa cena. Ao modo de Gluckman (2010[1940]), gostaria de, a partir dela, expandir a descrição e a análise sobre as mudanças por que passou e passa a mobilização por reforma agrária na região e seus impasses. Nela aparece o idioma militante que os ativistas por acesso e redistribuição de terras utilizam para suas reivindicações – o modo como definem um problema e o endereçam ao ‘Estado’ ali pessoalizado pelos representantes do Incra –, referências aos tipos de ações coletivas que costumam privilegiar no cotidiano (as *ocupações* e *acampamentos*), além da própria modalidade de interação, denominada *parceria* (PENNA, 2013, 2018), que *movimentos* e ‘Estado’ cultivaram nos últimos anos em torno da questão agrária.

⁵ As fazendas citadas receberam nomes fictícios, assim como meus interlocutores, exceto Mano.

Trata-se de uma relação marcada por cooperação e conflito, combinando protesto e negociação, quando os *movimentos* puderam participar da execução da política de criação de assentamentos rurais.

Neste artigo começo descrevendo os *movimentos* por reforma agrária e o mundo das *ocupações* e *acampamentos* no sul e sudeste do Pará, para tratar em seguida da ascensão e queda da *parceria*. Para isso, redireciono a atenção para o modo como os atores da mobilização, notadamente os *agentes* da CPT com quem mais convivi durante o trabalho de campo, periodizam a *luta pela terra*. Essa historicidade local sinaliza diferenças relevantes quanto aos modos de agir presentes tanto na contestação e formulação de demandas, por um lado, como na recepção dessas por agências estatais, por outro. Estabelecer a focal de descrição e análise a partir da CPT é bastante pertinente, na medida em que a Pastoral é o único ator da mobilização local que *acompanha* – e circula por – uma diversidade de ocupações de terras ligadas a diferentes *movimentos*, o que a torna também o *locus* de maior documentação de casos.

O material empírico aqui trabalhado resulta, em grande parte, das observações do trabalho cotidiano dos *agentes* na interação com os *movimentos*, seguindo uma regra metodológica de estudar a mobilização não pelos seus momentos mais espetaculares, que costumam atrair mais atenção, como as grandes manifestações do 17 de abril, mas pelo que acontece no seu interregno (PALMEIRA, 1979; SIGAUD, 1986). A essas observações juntam-se as entrevistas e a consulta a arquivos institucionais, inclusive os que dizem respeito à quantificação das ações coletivas empreendidas na última década.

Se o desmonte da política de reforma agrária, com a queda acentuada de assentamentos na década 2011-2020, tem impacto na capacidade reivindicatória da mobilização, ele não explica por si só o arrefecimento dela nos últimos anos, com a queda igualmente constatada do número de ocupações de terra. Defendo que para entender como uma ação coletiva, outrora intensa, entra em ocaso, é preciso olhar o impacto causado nos *movimentos* pelas mudanças estatais, como habitualmente tem sido feito, e o modo como entraves à mobilização na escala das *ocupações*, e para além delas, passaram a existir, o que tem recebido menos atenção dos estudos empíricos. É o que os *agentes* chamam de *fragilização*: as demandas por reforma agrária tornam-se cada vez menos audíveis e ao mesmo tempo menos vocalizáveis, alterando a configuração de relações de protesto e participação que pôde assumir a interação entre *movimentos* e ‘Estado’.

Ocupações e acampamentos

Nove dias antes do Ato, em 8 de abril de 2015, portanto, representantes dos três *movimentos* (Fetagri, Fetraf e MST) se reuniram para discutir a pauta de reivindicações a ser apresentada ao ministro e à presidenta do Incra-Sede. Convidaram *agentes* da CPT a participarem. Na ocasião, um dos *agentes* sugeriu que fosse feito um levantamento do número de ocupações em curso, aquelas que cada *movimento* representava. O objetivo era formular uma lista mais completa, ao cruzar as respostas das lideranças ali presentes com o número de acampamentos cadastrados na Ouvidoria do Incra para o recebimento de cestas básicas, base de dados em que costumeiramente se baseavam os atores estatais para apreender a demanda por terra, numa determinada região.

Após realizar o cruzamento de fontes, essa ação permitiu aferir inicialmente um universo de 139 imóveis ocupados e 137 ocupações/acampamentos – havia dois casos de uma mesma ocupação acontecer em mais de um imóvel contíguo. Essas 137 ocupações de terra estavam distribuídas em 35 municípios do sul e sudeste paraenses, dos 39 abrangidos pela Superintendência Regional do Incra em Marabá (SR-27). Estavam também ligadas a quatro *movimentos*, pois foram levadas em consideração não só as áreas representadas pelos três *movimentos* presentes, mas também aquelas ligadas à Liga dos Camponeses Pobres (LCP).⁶

O número total, que não era exaustivo, dada a ausência de informações vindas de alguns municípios, deixava claro, no entanto, que a maior parte das ocupações não é representada pelo MST, que coordenava à época apenas seis ocupações/acampamentos, mas pelas federações sindicais: a Fetagri com 83 áreas, e a Fetraf, com 33. A LCP representava cinco ocupações. O número de famílias em ocupações de terra, que sofre muitas oscilações no tempo, não foi completamente computado naquele momento. Mas, segundo o relatório de gestão da própria SR-27, elas eram 8.279 em 2015,⁷ tendo por base o cadastro de acampamentos realizado pela Ouvidoria.

Algumas observações podem ser extraídas do que acaba de ser descrito. Em primeiro lugar, *sem-terra* é uma categoria que designa um público de ocupantes

⁶ Ficaram de fora desse censo as ocupações em terras públicas estaduais, cuja reivindicação se dirigia à agência fundiária estadual, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), além das ocupações ditas *espontâneas* (as que não têm relação com nenhum *movimento*). As ocupações da Frente Nacional de Luta não apareceram nesse momento, mas permaneceram baixas em anos posteriores, quando vieram a ser quantificadas.

⁷ Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/sr27-mba_2015.pdf. Acesso em: 8 dez. 2021.

e acampados que não coincide com os integrantes do MST, mas abrange outros movimentos.⁸ Depois, vemos que *ocupação* e *acampamento* são termos intercambiáveis em algumas situações, mas podem designar objetos diferentes em outras. Neste último caso, *acampamento* passa a se referir a uma ‘ocupação de terra’ em que há instalação de diversos barracos, próximos entre si, à beira da estrada ou dentro da fazenda reivindicada. Caracteriza-se por uma maior densidade da população de ocupantes em um espaço, que, por ser menor, limita as possibilidades de se cultivar uma roça, com implicações nos modos pelos quais seus participantes podem obter trabalho e renda.

Já a *ocupação*, num sentido estrito, refere-se a *quando o povo vai pra dentro e corta os lotes*. As distintas ecologias impactam a sociabilidade cotidiana: em *ocupações*, com a maior dispersão de seus integrantes no espaço, a comunicação e os encontros entre o maior número de pessoas e famílias se reduzem, tornam-se menos frequentes em relação aos que um *acampamento* torna possível. Isso tende a se agravar à medida que uma *ocupação* se prolonga no tempo – o que é cada vez mais o caso na região – dadas as mudanças que se tornam mais recorrentes na sua composição, com entrada e saída de integrantes, após a *venda de direitos*.⁹

Em diversas ocupações de terra (o termo abrange *ocupações* em sentido estrito e *acampamentos*), tanto de sindicatos quanto do MST, era comum se iniciar com um *acampamento* para depois passar a uma *ocupação*. Os *agentes* observam, no entanto, que a fase do *acampamento* vem sendo, há alguns anos, encurtada ou mesmo suprimida (sobretudo nas ocupações de terra representadas por sindicatos), passando a existir apenas a *vila*, com espaços de sociabilidade comuns: mercado, bar, escola, igrejas e *barracão* (local de reuniões).

Familiarizando-se nesse universo, é possível apreender certas características distintivas entre ocupações de terra do MST e as do sindicato. Começamos pelas do MST. Elas costumam acontecer por iniciativa da coordenação local do movimento, através de uma escolha prévia do dia, da hora e do imóvel a ser ocupado, e de um *trabalho de base* preparatório com famílias (das periferias urbanas ou da zona rural) que participam da ação. A essas famílias se juntam acampados mais experientes de outras áreas do MST, para ajudar na montagem inicial dos barracos e na organização da vida coletiva, segundo *comissões* criadas

⁸ No entanto, os menos familiarizados com esse idioma, como atestam falas de diversos juízes e jornalistas da região, já presumem que todo *sem-terra* pertence ao MST.

⁹ Expressão corrente para se referir a transações comerciais envolvendo lotes de terra e eventuais benfeitorias.

por temas – educação, saúde, disciplina, segurança, outros – e *núcleos de base*, que agrupam famílias e barracos de uma mesma *rua* (no caso de *acampamentos*) ou estrada vicinal (para assentamentos). Trata-se de uma tecnologia de mobilização muito conhecida, retratada em inúmeros trabalhos acadêmicos – para uma síntese: Sigaud, Rosa e Macedo (2008) – e que difere pouco de uma região para outra do país, devido à nacionalização dessas técnicas empreendidas pelo *movimento*.

Como vimos, as áreas do MST são em muito menor número, comparadas às do sindicato, mas têm visibilidade muito maior, porque no sul e sudeste do Pará esse *movimento* privilegiou realizar ocupações em fazendas valorizadas às margens das grandes rodovias (a exemplo da BR-155), e que pertencessem a grandes proprietários (empresas ou fazendeiros), sobre cujas terras houvesse suspeitas de grilagem (e portanto que a terra em questão seja pública) ou indícios de descumprimento da função social da propriedade. Por consequência, quem circula pelas principais estradas não deixará de notar as ocupações do MST, enquanto as do sindicato passarão despercebidas, por serem mais internalizadas, em imóveis situados nos ramais dos eixos principais.

Some-se a isso o fato de o MST deixar visíveis os sinais diacríticos de sua presença, tais como a instalação do mastro e da bandeira, da guarita e de uma grande placa/painel com o símbolo do *movimento* e o nome do acampamento, que, em geral, homenageia personalidades (incluindo *mártires da luta pela terra*), datas e eventos importantes para a história do *movimento*. “João Canuto”, “Dalcídio Jurandir”, “Helenira Rezende”, “Frei Henri”, “Hugo Chávez”, “Lourival Santana” eram nomes dos acampamentos em curso. Outra é a configuração em áreas dos sindicatos, onde geralmente não há ou é precária (e não uniformizada) a sinalização da existência de uma ocupação, cujo batismo se dá geralmente – pode haver exceções, é claro – com nomes do universo cristão, católico ou evangélico, a exemplo das ocupações “Nossa Senhora Aparecida”, “Deus é Fiel”, “Raio de Luz” e “Jesus é Rei”.

Além disso, ocupações representadas pelos sindicatos, como as da Fetagri, costumam acontecer pela entrada em um imóvel de um grupo de famílias constituído pelas relações existentes de parentesco, amizade e vizinhança. Após o ato de ocupação, essas famílias criam uma associação e vão buscar *apoio* de algum *movimento*. Geralmente são os sindicatos ligados à Fetagri ou à Fetraf que aceitam realizar a representação dessas áreas no ‘Estado’/Incra. Essa modalidade de relação entre grupos de famílias e sindicatos, com busca a

posteriori de apoio, é uma característica que remete a um método já praticado por *posseiros* nos anos 1980 (GUERRA, 2013, p. 85). Muito embora o público de ocupações do MST seja formado também por redes pré-constituídas (e em constante elaboração) de parentesco, amizade e vizinhança, há, por exemplo, uma necessidade de *pedir vaga*, para quem deseja ingressar num *acampamento* (não basta o convite do parente/amigo/vizinho). A admissão é analisada pela coordenação, algo mais raro de acontecer em ocupações dos sindicatos, onde é mais fraca a presença do *movimento* no dia a dia, e, portanto, de instâncias de organização e controle outras que as do parentesco/amizade/vizinhança.

Historicidade da mobilização

Por mobilização, entendo o conjunto de ações postas em andamento por diferentes atores visando à publicização de situações experimentadas como um problema – precariedade no acesso à terra, para o caso que estamos tratando – por meio de processos de comunicação e associação que constituem coletivos (DEWEY, 2001). Localmente ela é chamada de *luta pela terra*.

Antigamente, a gente batia palma e colocava 7 mil, 8 mil, na porta do Incra para mobilização. Hoje é difícil. Assim Lúcio, agente desde 2005, reagiu quando lhe perguntei, em 2014 ainda, sobre a quantidade de acampamentos realizados nos últimos anos. Poucos, ele concordaria. *Os do sindicato, só os mais antigos mesmo, e do MST teve um este ano.* Percebi, então, que não poderia negligenciar a especificidade do momento em que se desenvolvia o trabalho de campo, que remetia a uma questão latente: como uma ação coletiva que foi durante anos a principal forma de reivindicação no acesso e redistribuição de terras em diversas regiões no Brasil, e que ganhou especial destaque na Amazônia Oriental, pela quantidade e notoriedade de casos de conflitos agrários na região, veio a entrar (ao menos na década 2011-2020) em declínio?

Oferecer uma resposta passa, antes, por entender como *ocupações* e *acampamentos* vieram a se tornar a “forma apropriada para reivindicar reforma agrária no Brasil” (SIGAUD, 2005, p. 255). Para isso, vou percorrer muito brevemente algumas periodizações da *luta pela terra* que me foram apresentadas, em diversas ocasiões, ao longo de 28 meses em que se desenvolveu a etnografia.¹⁰ Essas classificações eram utilizadas não só pelos

¹⁰ Quatro meses entre março e julho de 2014; 14 meses entre outubro de 2014 e dezembro de 2015; três meses entre junho e setembro de 2016; três meses entre março e junho de 2017; três meses entre março e junho de 2018; um mês entre abril e maio de 2019.

agentes, mas por atores dos diferentes *movimentos*, indicando uma certa estabilização dos critérios de nomeação desses recortes no tempo. Assim, eram frequentes as referências: (i) ao *tempo da 20* ou *tempo em que se fazia a luta atrás do toco*,¹¹ que corresponde aos anos 1970 e 1980; (ii) à chegada do MST no início dos anos 1990; (iii) às transformações decorrentes do Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996; e (iv) à *fragilização*, a partir dos anos 2010.

No início de 2015, havia, no sul e sudeste paraenses, 503 assentamentos rurais, tornando a Superintendência do Incra em Marabá a agência fundiária com maior número de projetos sob sua responsabilidade, na região Norte do país. Isso significava a gestão de um território de aproximadamente 4,2 milhões de hectares, com capacidade para 92.054 famílias.¹² Alguns municípios, como o de Eldorado dos Carajás, têm mais de 60 por cento de suas terras constituídas por assentamentos. Como gosta de lembrar Mano, *ex-agente*, os números colocam uma questão inescapável: como isso foi possível? Afinal, levando-se em consideração as políticas fundiárias presentes nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), e depois nos planos plurianuais (PPA), vê-se a ênfase em colonização e regularização fundiária – esta última, aliás, não deixou de ser objeto de renovados investimentos em diferentes governos pós-redemocratização – mas não em reforma agrária por via da desapropriação. Por isso, ainda segundo Mano, não é exagerado dizer que a atual configuração foi *conquistada*, na medida em que não estava prevista.

Tempo da 20, em referência à arma utilizada por *posseiros* – muitos deles personagens das frentes de expansão intensificadas nos anos 1970¹³ na

¹¹ Ou seja, com o uso de armas, na mata, por detrás das árvores.

¹² Números para consulta através do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 9 dez. 2021. A data de atualização na tabela constava: 14/12/2020. Ao longo de 2015 foram criados mais seis assentamentos e, em 2016, mais cinco, totalizando os atuais 514 projetos. Desde 2017 nenhum assentamento foi criado.

¹³ A Amazônia Oriental, durante as primeiras décadas do século XX recebeu diversas frentes de expansão (VELHO, 1972; KELLER, 1975), em correspondência com ciclos de atividades econômicas desenvolvidas, como as do extrativismo da borracha e da castanha, atraindo fluxos migratórios que se intensificavam à medida que ocorriam as *febres* – ver Guedes (2014, p. 64-65) – e que expulsões, expropriações e cercamentos afetavam populações rurais em outros pontos do país. A frente maranhense que se dirigiu ao Bico do Papagaio e a Marabá é exemplar disso (ALMEIDA; MOURÃO, 1976). A partir dos anos 1960, a essas frentes com migrantes pouco ou nada capitalizados, que, na combinação de expedientes de trabalho, também procuravam *tirar posse* em terras consideradas livres (devolutas), junta-se uma outra frente que se fortalece, chamada de ‘pioneira’ por Martins (1996), constituída pela chegada da *grande empresa*, através de créditos e incentivos fiscais do governo federal, ao que se acrescentavam programas de grandes obras (rodovias, hidrelétricas), tornando-a propriamente uma área de ‘fronteira’, no sentido empregado por Pacheco de Oliveira (2021, p. 17-18).

Amazônia Oriental –, indica a recorrência de situações de enfrentamento direto e baixo grau de institucionalização dos conflitos contra fazendeiros e a *grande empresa*.¹⁴ De fato, nessa época, havia poucos sindicatos de trabalhadores rurais, se compararmos ao número existente no Nordeste; e os que existiam estavam sob intervenção federal e voltados ao assistencialismo. Ainda assim, já se desenvolvia uma mobilização para fazer das expropriações e da falta de acesso à terra um problema público, graças ao trabalho de mediação (ALMEIDA, 1993; NOVAES, 1994), notadamente da Igreja (os *agentes*), que fazia circular, por diferentes escalas e canais, denúncias de casos de conflitos, ao mesmo tempo que investia num trabalho de assessoria a oposições sindicais, em áreas de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) ou não.¹⁵

A consulta aos arquivos da CPT combinada aos relatos de *agentes* mais antigos permite repertoriar uma série de ações coletivas que, tendo se tornado mais conhecidas a partir dos anos 1990 e 2000, pela maior divulgação, já eram desenvolvidas nos anos 1980: romarias e manifestações realizadas durante enterros de lideranças, em que a marcha ao cemitério poderia mudar de enquadramento e tornar-se ‘marcha política’, e, além de ocupações, acampamentos em órgãos públicos, e criação de comitês para casos criminais envolvendo militantes e lideranças, especialmente quando assassinados. Esse último tipo de ação desapareceu do repertório militante nos anos 2010.

A partir de 1980, a agência do Incra, que havia sido criada em 1970, foi substituída pelo Getat (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), órgão diretamente vinculado ao Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, dotado de elevado orçamento. Houve maior verticalização do processo decisório quanto à regulação fundiária para *posseiros* – assentamentos de reforma agrária estavam fora de escopo – priorizando a ação em áreas de “tensão social”, conforme linguagem do Estatuto da Terra. O diálogo entre ‘Estado’ e *movimentos* era impensável. O quadro se altera com a

¹⁴ As disputas violentas pela posse da terra decorriam, é certo, de expropriações/expulsões de *posseiros* para a instalação de grandes empreendimentos madeireiros, agropecuários e minerários, segundo o modelo da ‘chegada do estranho’ consagrado na literatura por Martins (1993). Porém, como tem insistido Pereira (2015), muitas disputas resultavam também de ocupações realizadas por *posseiros* (por intermédio de grupos de parentes, amigos e vizinhos) em terras privadas, com títulos de domínio, ou aforadas (caso dos castanhais).

¹⁵ A institucionalização era baixa, mas, pela consulta aos arquivos da CPT, nota-se que muitas disputas já eram judicializadas, com alguns *posseiros* procurando advogados particulares, ou, nos casos em que havia *acompanhamento* da CPT, contando com a assessoria jurídica da própria Pastoral. Encontram-se menções também a audiências de conciliação realizadas na sede do Incra em Marabá nos anos 1970.

redemocratização, a partir de 1985, quando a própria participação de sindicatos na implementação da política de reforma agrária vem recomendada no I PNRA. É quando, igualmente, são realizadas as primeiras desapropriações coincidindo com áreas de *ocupação*.¹⁶ Apesar de essas mudanças institucionais em âmbito federal não terem reflexo automático na escala local, é possível afirmar que o engendramento de práticas de diálogo e cooperação entre ‘Estado’ e *movimentos* (à época, mais os sindicatos) começaram a se desenvolver já em 1985, o que é verificável em documentos do Incra de Marabá (PENNA, 2018, p. 132).

A chegada do MST na região, na virada para os anos 1990, traz consigo a ‘forma acampamento’ (SIGAUD, 2000) que não deixou de provocar estranheza entre os militantes locais. *Isso não tem como dar certo*, um *ex-agente* me confessou ter pensado, quando soube da proposta de fazer as pessoas montarem barracos na beira da estrada ou perto da sede da fazenda, estando bem visíveis e juntas. Diante de um histórico em que a *luta pela terra* se dava no *centro da mata* dos imóveis, contra pistoleiros, a impressão foi que isso tornaria as famílias vulneráveis, e impediria a permanência delas em uma ocupação (já que facilmente expulsáveis). No entanto, após o Massacre, essa forma reivindicatória ganhou em inteligibilidade, eficácia, e sobretudo legitimidade. Ela se difundiu entre os diversos *movimentos*, estabilizando a emergência de um novo sujeito, o *sem-terra*, enquanto entrava em declínio o *posseiro* (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010; PEREIRA, 2015).

Ressalte-se: a novidade era o *acampamento*, e não a *ocupação*. O Massacre, por sua vez, gerou profundas transformações no ambiente institucional. Depois dele foram criadas: uma superintendência do Incra apenas para a região sul e sudeste do Pará (SR-27), uma vara da justiça federal, uma vara especializada em questão agrária na justiça estadual, uma procuradoria do Ministério Público Federal (AFONSO, 2016). Também cresceu vertiginosamente o número de assentamentos criados na região e os anos seguintes são descritos como o período de uma mobilização social mais intensa, *tempo dos grandes acampamentos*, quando os movimentos obtiveram o direito de deliberar a programação orçamentária do Incra (ASSIS, 2007). Houve multiplicação de

¹⁶ A mudança institucional acontece no bojo de muitas pressões, após a robustez e amplitude da mobilização por reforma agrária no cenário nacional: em 1984 foi lançada uma Campanha Nacional da Reforma Agrária com diversas entidades; no mesmo ano foi criado o MST; em 1985 foi criado um ministério apenas para cuidar dessa agenda, e logo depois criou-se o primeiro plano, lançado em um encontro militante, o V Congresso da Contag. Tudo isso suscitou forte reação ruralista, ocasionando aumento de conflitos (inclusive de chacinas) e mortes de lideranças. Para uma síntese, ver Medeiros (2010).

fazendas ocupadas, e realização de acampamentos na sede da agência fundiária em Marabá com sete ou oito mil pessoas, com integrantes tanto do MST como dos sindicatos (à época filiados a Fetagri apenas), como afirmou Lúcio anteriormente. Vale dizer que esse fenômeno foi observado não apenas na Amazônia Oriental, mas em todo o país.

A literatura acadêmica diverge sobre as relações entre repressão e protestos: se estes aumentam ou diminuem em função daquela (COMBES; FILLIEULE, 2011). No caso das contestações por reforma agrária na década de 1990 no Brasil, elas se intensificaram após os massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), com aumento do número de ocupações concomitante ao de assentamentos criados, alterando o campo de oportunidades políticas, uma vez que governos estaduais e federal foram crescentemente pressionados a darem uma resposta para essa agenda,¹⁷ após amplas mobilizações de apoio, nacionais e internacionais, terem sido desencadeadas por ambos os eventos (ONDETTI, 2006, p. 84-87). Isso reforçou a cooperação entre ‘Estado’ e *movimentos* na implementação da política agrária e o reconhecimento do MST como interlocutor legítimo. Em resumo, 19 anos depois do Massacre na “Curva do S” era encenada ali a relação de *parceria*¹⁸ que aquele evento histórico contribuiu para fazer existir.

A intensificação das políticas de regularização fundiária e reforma agrária após períodos de *conflitos* violentos tem uma longa continuidade (ALMEIDA, 1991; ALSTON; LIBECAP; MUELLER, 2000; SCHMINK; WOOD, 2012). Que o *conflito* precise existir para que haja uma política de assentamentos não é algo instaurado a partir da generalização da ‘forma acampamento’ como meio adequado e legítimo de acessar lotes de reforma agrária, portanto. As agências fundiárias já eram estimuladas por lei a privilegiar “áreas de tensão social”, e, durante os anos 1980, nota-se que as áreas regularizadas eram apenas aquelas em que o *conflito* se tornava grave em razão dos meios violentos empregados e pela visibilidade pública alcançada (ALMEIDA, 1991), o que confere um substrato

¹⁷ Imediatamente após o Massacre de Eldorado foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, logo convertido em Ministério do Desenvolvimento Agrário. No mesmo ano, a data foi escolhida como dia internacional da luta camponesa. No ano seguinte, uma marcha nacional do MST, saída de três pontos do país, chegou a Brasília em 17 abril.

¹⁸ Cooperação entre ‘Estado’ e *movimentos* sempre foi combinada ao conflito; ou seja, a participação ocorria concomitante ao protesto. Comerford, Almeida e Palmeira (2014) e Abers, Serafim e Tatagiba (2014) identificaram que o sucesso de negociações na agenda da reforma agrária dependia da manutenção do protesto. Penna (2018) reserva o termo *parceria* para a relação mantida durante os governos do PT, pelo fato de as regras, procedimentos e práticas de cooperação/participação terem se tornado mais rotinizadas.

empírico verificável à afirmação do advogado da CPT em cena: *não é força de expressão [dizer] que em cada assentamento criado há sangue de trabalhador*.¹⁹ Esse fenômeno se reproduz até os anos 2000. Observando a curva de assentamentos criados no Pará e no Brasil, percebe-se um aumento consequente durante dois anos a partir de 2005, por exemplo. Neste ano, no mês de fevereiro, outro caso de *conflito* ganhou grande repercussão: a *agente* Dorothy Stang foi assassinada. A partir dos anos 2010, entretanto, há um desacoplamento da política de reforma agrária como resposta a *conflitos*. É um dos indicadores do tempo de *fragilização*, segundo os *agentes*.

Fragilização: reivindicações menos audíveis (desmonte)

Se Sigaud (2005), contra uma leitura que chamou de “encantada”, afirmava que as ocupações têm suas condições de possibilidade – premissa importante do ferramental bourdieusiano que utilizava –, e que sua eficácia está ligada a um “ato fundador e legitimador”, o de que o Incra “aceitou a legitimidade dos procedimentos e reconheceu os movimentos como representantes autorizados a solicitar desapropriações, e os participantes das ocupações como pretendentes legítimos à terra”, ainda assim o argumento deixa uma lacuna analítica quanto às razões que levaram o Incra a reconhecer tal legitimidade aos *movimentos*. As pressões resultantes do alcance e da robustez da mobilização por reforma agrária nos anos pós-Massacre, como vimos, pode ser uma delas.

A isso se acrescentaria uma circulação transnacional já em curso de tecnologias de governança que incentivavam a participação da ‘sociedade civil’, indo aliás ao encontro de anseios dos movimentos sociais pós-redemocratização, numa convergência perversa (DAGNINO, 2003) – porque coincidia com a escassez de recursos produzida por políticas neoliberais – dentre outras razões. Seja como for, um ponto não negligenciável é a estrutura do órgão fundiário. É uma das agências historicamente mais mal dotadas em recursos orçamentários diante da quantidade de atribuições que lhe cabem (WOLFORD, 2010, p. 96). Não teria condições de atender à demanda por terra (e mesmo identificar as situações prioritárias) sem interlocução.

Assim, os *movimentos* tornaram-se atores necessários para: (i) indicar terras onde deveriam ser criados projetos de assentamento; e (ii) pré-selecionar

¹⁹ Ressalve-se, porém, que os conflitos, em outras situações, promoveram deslocamentos e fuga de lideranças com a desarticulação de mobilizações. Agradeço ao parecerista anônimo pela observação.

famílias – muitos presidentes de associação em áreas de ocupação realizam cadastro de seus membros – que serão futuramente beneficiadas (em tese) com um lote. Mas os *movimentos* permaneciam sujeitos a constantes juízos de admissibilidade de suas reivindicações: tem direito de reivindicar quem passa pela lona preta e vive toda tópica do sofrimento que lhe é associada (LOERA, 2010) e/ou quem prova que trabalha a terra, que faz roça, em oposição a quem deixa a terra abandonada, porque nesses casos há sempre suspeita de especulação, que se está aguardando a repartição dos lotes para *vender os direitos* depois, o que não corresponde ao perfil desejado de um “cliente da reforma agrária”, tal como consta na legislação que orienta o trabalho do Incra. Essas condições, aliás, têm longa duração, pois já eram operantes durante a ditadura civil-militar nos processos avaliativos e decisórios de regularização dos *posseiros*. Recentemente, entretanto, vêm perdendo poder legitimador.

A cena inicial constituiu uma das múltiplas formas de interação que os *movimentos* poderiam ter com o Incra, sem prejuízo de outras, como as reuniões com a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (CNCVC),²⁰ e audiências administrativas agendadas com superintendente regional ou com chefes e funcionários de divisões para discutir pautas específicas a uma ocupação, ou a ocupações de um só *movimento*. A *fragilização* passa: (i) pela supressão dessas arenas, assim como; (ii) pelos sucessivos cortes orçamentários; e (iii) pelas alterações legislativas que inviabilizam qualquer política de reforma agrária, o que a literatura acadêmica tem chamado de desmonte ou desmantelamento (BAUER *et al.*, 2013). Isso foi acompanhado de um elemento inédito: a legitimidade da *parceria*, como modalidade de interação socioestatal passou a ser mais ampla e publicamente questionada.

Um ano após o ato, em 2016, houve a paralisação de todos os processos de implementação de novos assentamentos, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) que investigou ilegalidades nos assentamentos já criados (por exemplo, desmatamento e compra e venda de lotes, que passavam a ser ocupados por terceiros sem “perfil de cliente da reforma agrária”), ao mesmo tempo que questionou os métodos de inscrição e seleção de famílias por meio do diálogo com *movimentos*. A *parceria* era retratada como um desvio aos princípios da administração pública, argumento mobilizado também pelo juiz

²⁰ Arena em que as partes em conflito, seus representantes e assessorias, e as instituições administrativas e judiciais podiam trocar informações e abrir novas possibilidades de negociação quanto à destinação das terras disputadas.

da 1ª Vara da Justiça Federal de Marabá, que, no âmbito de uma ação civil pública em curso já havia quatro anos, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a SR-27 por irregularidades no “levantamento ocupacional”, considerou que os *movimentos* monopolizavam (*sic*) a indicação de fazendas para desapropriação (ou compra) e de famílias para assentamento. O juiz determinou, também em 2016, que a inscrição e seleção se dessem por edital público, instrumento considerado mais adequado aos princípios de impessoalidade e publicidade.

Da leitura de ambas as decisões a *parceria* aparece como relação oficiosa, quando, na verdade, um decreto da Presidência da República (2.250/1997),²¹ nunca citado por elas, afirma em seu artigo 1º que “entidades estaduais representativas de trabalhadores rurais e agricultores poderão indicar áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária”. O ataque à legalidade e à legitimidade da *parceria* foi reforçado na CPI Funai-Incra, que também transcorreu em 2016. No depoimento da presidenta do Incra-Sede, na sessão de 5/5/2016, no entanto, restava clara a precariedade estrutural do órgão – em 1985, o Incra geria 67 assentamentos em todo Brasil e tinha um quadro de 9.000 servidores; em 2016, eram 9.332 assentamentos a serem geridos e 4.600 servidores em todas as superintendências –, o que ironicamente mostrava a necessidade da *parceria* atacada e prenunciava o golpe fatal que maiores restrições orçamentárias causariam nos anos seguintes, se viessem acontecer, como de fato aconteceram.

Destaque-se, por fim, que a *parceria* com os *movimentos* é apenas uma das várias conexões que o Incra estabelece, pois a autarquia interage com uma diversidade de atores – partidos políticos, entidades patronais, empresas, fazendeiros, dentre outros – durante seu trabalho (PENNA, 2013). As investigações da CPI, do TCU e da 1ª Vara de Justiça Federal de Marabá negligenciaram essas outras conexões. Foge ao escopo deste artigo fazer uma análise de controvérsias que os eventos mencionados anteriormente implicaram. Importa apenas ressaltar que junto ao desmonte de política agrária concorre uma campanha pública de deslegitimação da interação socioestatal que, no caso em tela, envolveu atores governamentais do Executivo (TCU), do Legislativo (CPI) e do Judiciário, em escalas nacionais e locais.

²¹ O mesmo decreto, em seu artigo 4º, traz a proibição de vistoria em imóveis rurais sob esbulho, o que se aplicaria aos imóveis ocupados. Isso teve como efeito, em diferentes lugares, a realização de acampamentos à beira da estrada, fora das fazendas. No sul e sudeste do Pará, no entanto, ocupações dentro do imóveis continuaram ocorrendo.

O desmonte da política agrária (ALENTEJANO, 2018; MATTEI, 2018; SAUER, LEITE, TUBINO, 2020) aconteceu principalmente através de desaparecimento de estruturas, alterações normativas, cortes orçamentários. Em relação à primeira: extinção, em 2016, do MDA (Medida Provisória nº 726), da CNCVC e das Ouvidorias Agrárias, e em 2020, por meio do Decreto nº 10.252/2020 e da Portaria nº 531/2020, do setor-chave para a reforma agrária, a Diretoria de Obtenção de Terras, que passa a ser “Divisão de Terras”, com *status* regimental inferior. De 2016 a 2020, o Incra ficou sob a tutela do Ministério do Desenvolvimento Social, depois da Casa Civil, e por fim do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), acompanhando o desmonte que também aconteceu na política agrícola para agricultura familiar, sobretudo no que concerne a crédito e políticas de desenvolvimento rural.

As principais alterações normativas visaram: (i) dificultar a reforma agrária; e (ii) facilitar a regularização fundiária e titulação dos assentados. Quanto ao primeiro ponto, destaca-se a permissão do pagamento em dinheiro e não em títulos da dívida agrária, para imóveis adquiridos para reforma agrária (Lei nº 13.465/2017) e o fim da possibilidade de inscrição coletiva, por meio de entidade representativa, formal ou informal, dos trabalhadores rurais, em futuros projetos, tal como previa o Decreto nº 8738/2016, agora revogado pelos Decretos nºs 9331/2018 e 10.166/2019, que esvaziaram a eficácia das ocupações e acampamentos. Quanto ao segundo, a Lei nº 13.465/2017 facilitou a legalização da grilagem, ampliando o tamanho dos imóveis passíveis de serem regularizados, alterando o marco temporal da ocupação, reduzindo prestações e juros para pagamento da regularização, e anistando crimes ambientais cometidos.

Por fim, os cortes orçamentários, que remontam a décadas anteriores, tornaram-se mais drásticos após a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, do “teto de gastos”. Como a desapropriação vinha sendo cada vez mais inviável (pela falta de revisão nos índices de produtividade e de eficiência na exploração da terra) e porque o Instituto vinha privilegiando a compra (Decreto nº 433 de 1992), os cortes orçamentários impossibilitaram de vez essa alternativa.

Em resumo, o desmonte afetou as condições de possibilidade e legitimidade das principais ações coletivas em defesa da reforma agrária: as *ocupações* e os *acampamentos*. Teve como consequência imediata a redução da participação. Porém, e de uma forma que nos interroga, houve a redução do protesto. Nesse

sentido, a *fragilização*, como categoria êmica, descreve melhor que o ‘desmonte’, como categoria ética, os impasses da reforma agrária e seu declínio, porque ela capta não só as dificuldades crescentes do lado do ‘Estado’, mas também dos *movimentos*.

Fragilização: reivindicações menos vocalizáveis

A ação protestatória é um litígio sobre o sensível (RANCIÈRE, 1991): trata-se de dar a ver e ouvir sujeitos e acontecimentos por meio de reivindicações. O endereçamento destas, em matéria de reforma agrária, tem sido prejudicado pela retração do ‘Estado’, especialmente do Executivo Federal e das agências ligadas a ele, como o Incra. Reivindicações tornam-se menos audíveis porque ali não há quem as receba/ouça. No entanto, os *agentes* têm notado também um problema de emissão da fala reivindicatória, que ocorre em escalas diferentes: (i) nas ocupações, pela dificuldade de compor coletivos mobilizados; (ii) em públicos mais amplos, pela perda do interesse no tema da reforma agrária.

Como vimos, as ocupações de terra existem há pelo menos cinco décadas na região, desde o *tempo da 20*. A ação de *entrar na terra* com um grupo formado por parentes, amigos e vizinhos e buscar *apoio* do sindicato também teve continuidade até os anos 2011-2020, aqui tratados. Mudou, no entanto, a ecologia da mobilização. Nos anos 1980, em muitas dessas áreas de ocupação, a ação pastoral da Diocese de Marabá reconhecia a legitimidade de algumas pessoas que tinham iniciativa de organizar o culto e de promover atividades para discutir e buscar soluções para problemas cotidianos das famílias, oficializando-os como *animadores*, e instituindo aquela unidade espacial como *comunidade*, no sentido de CEB (MAUÉS, 2010). Ao mesmo tempo, quando o sindicato concretizava o *apoio*, o fazia escolhendo um membro ou porta-voz daquela ocupação para ser *delegado(a) sindical*, ou seja ser representante do sindicato naquela área. Não raro, era o(a) próprio(a) *animador(a)*. Havia assim uma “comunidade linguística” (NOVAES, 2001, p. 65) que se formava: *animadores* que participavam de encontros regionais de CEBs interagiam com boa parte das pessoas que reencontravam em reuniões do sindicato, e em outros espaços de mobilização, criando-se ocasiões para o reforço de solidariedades.

Na década de 1990, a política de crédito à agricultura familiar em assentamentos previa que os recursos fossem geridos por uma associação dos assentados. Com o crescimento do número de assentamentos após o Massacre, aumentou vertiginosamente também o número de associações, e esse formato

representativo começou a ser adotado antecipadamente pelas ocupações que viriam a ser *apoiadas* pelos sindicatos, talvez porque muitos ocupantes entendiam que essa era a linguagem que o ‘Estado’/Incra compreenderia, caso pretendessem se comunicar com ele. Ocorre que a Fetagri não tinha meios de acompanhar as centenas de associações que passaram a surgir e solicitar seu *apoio* enquanto desaparecia a delegacia sindical (AFONSO, 2016). Paralelamente, as CEBs se enfraqueceram por reorientação doutrinária quanto ao que deveria ser o trabalho pastoral e a Igreja (hierarquia eclesial) passou a privilegiar a paróquia – e não a *comunidade* – como unidade territorial primária.²² O resultado foi o rápido desfazimento daquela “comunidade linguística”, em que circulava um idioma comum de mobilização. A maior atomização das associações, sem presença cotidiana do sindicato, por outro lado, fazia a representação perder substância. No entanto, presidentes de associações percebiam que participar de relações diádicas com o *governo* – leia-se o ‘Estado’/Incra – os enfraqueciam. De fato, ter o *apoio* (ainda que apenas formal) de um *movimento* (no caso, federação sindical) é subir em ordem de grandeza e fortalecer a demanda (BOLTANSKI, 1993). Essa fragilidade da representação, que já despontava na virada para os anos 2000, começou a dificultar o sucesso da mobilização.

A média de criação de novos assentamentos ao ano começou a cair continuamente a partir de 2003, com exceção do período após o assassinato da *agente* Dorothy Stang (2005-2006). O aumento no tempo de vida das ocupações existentes, sem que se vislumbre uma resposta, com a criação de assentamento, acentua situações de sofrimento e incerteza: sem saída administrativa pelo Incra, as ocupações que são objeto de ações judiciais de reintegração de posse veem aumentadas suas chances de despejo; em consequência, fazer roça torna-se mais arriscado, e cresce a exposição a episódios violentos com a segurança armada das fazendas ocupadas e/ou pistoleiros, ao que se soma a recorrente precariedade de infraestrutura (estradas em más condições; ausência de escola; dentre outros). Isso afeta uma das condições de possibilidade das ocupações: as expectativas depositadas nessa ação pelas pessoas que dela participam (L’ESTOILE, 2001). Tendem a crescer as chances de abandono da terra e as consequentes operações de compra e venda de lotes, provocando uma constante alteração na composição

²² CPT e CIMI são organismos pastorais que têm certa autonomia da hierarquia eclesiástica católica. Por essa razão, foram menos afetados que pelo reordenamento conservador que atingiu outras pastorais sociais a partir dos anos 1990 em muitas dioceses brasileiras.

do grupo, com a chegada e saída de integrantes. Isso retroalimenta incertezas, pela abertura ao desconhecido que a venda ocasiona: não se sabe de antemão o perfil de quem compra, nem como o adquirente vai integrar o grupo. *Agentes* veem o fenômeno como fonte de *conflitos entre iguais* e responsabilizam as agências estatais, seja o Judiciário, seja o Incra, pela demora em agir.

A situação de *abandono* é propícia à multiplicação de práticas predatórias, como a exploração ilegal de madeira nas áreas ocupadas, garimpo, aluguel de pasto, dentre outras. Isso dificulta o cumprimento das condições para uma ação reivindicatória legítima e eficaz, segundo os critérios da interação socioestatal e dos *movimentos*: a permanência na terra, a produção na roça, a participação nas reuniões na *ocupação* e fora dela, em manifestações, marchas, caminhadas, romarias etc. Uma mobilização bem-sucedida pressupõe uma temporalidade em desajuste com o tempo da urgência. Lideranças – como as(os) presidentas(es) de associação – que buscam coibir a predação, atendo-se ao código moral da mobilização, expõem-se a ameaças, com crescente poder dissuasório, na medida em que o *movimento* (federação sindical, para a grande parte de ocupações existentes no sul e sudeste do Pará, como vimos) não consegue lhe garantir *apoio* e proteção, e que as políticas públicas existentes a esse fim (como o Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos) são alvo do desmonte.

É nesse quadro que passam a ser aplicadas as mais recentes políticas de titulação e de regularização fundiária. A primeira se dirige ao público de assentamentos e, a segunda, ao público de ocupações situadas em terras públicas federais. Estão descobertas do alcance dessas políticas fundiárias as ocupações em terras pretensamente privadas (mas cuja suspeita de ser terra pública não se confirma pela interrupção dos processos de investigação de cadeia dominial pelo Incra, afetados igualmente pelo desmonte) e as ocupações em terras comprovadamente privadas que não cumprem função social (e cuja aferição do descumprimento também vem sendo prejudicada pela escassez de recursos/desmonte).

Muito embora não disponha de estatísticas sobre a distribuição das ocupações em curso segundo o tipo de terra ocupada, meus interlocutores estimam que 60% encontram-se em: (i) terras pretensamente privadas; e (ii) terras comprovadamente privadas. Elas não são passíveis de regularização fundiária e estão, portanto, sujeitas a despejos iminentes, suspensos em 2020 e 2021 por causa da pandemia. O único modo de atendê-las seria através de reforma agrária

por retomada de terra pública, no primeiro caso, e por desapropriação ou aquisição, no segundo. Mas associações e *movimentos* encontram crescentes dificuldades para compor coletivos mobilizados, por meio do engajamento das famílias ocupantes em ações coletivas como manifestações, ocupações de prédio público e outras, seja pela constante alteração na composição desses grupos, como se viu, seja pela competição com outros atores ligados a práticas predatórias, seja por crise da reputação de lideranças.

Por outro lado, em relação aos integrantes de ocupações em terras públicas, meus interlocutores, os *agentes*, se deparam com a dificuldade de os fazerem recusar a regularização fundiária, que se realiza (e é seu pressuposto) por demanda individual/lote, para que, ao contrário, ingressem numa mobilização coletiva por assentamentos cuja realização é cada vez menos provável. A regularização e titulação, aliás, tem forte apelo entre participantes das ocupações, na medida em que, segundo eles, alcança-se com elas mais *autonomia*, contra o *cativoiro* que a tutela do Incra impõe em um assentamento.

Por fim há outros obstáculos para além da escala local. A reforma agrária, como problema público, vem perdendo robustez pelo silêncio em torno dele (LERRER; FORIGO, 2019). Um problema se publiciza na medida em que interpela o Estado e montagens institucionais, tornando-se sensível (visível e audível), alinhando atores que se consideram concernidos pela questão, estabelecendo alianças ou oposições. Seu modo de existência passa por uma dinâmica de relatos descritivos e prescritivos (CEFAI, 1996, p. 47): para tornar pública uma situação considerada problemática (a falta de acesso à terra pela sua má distribuição, por exemplo) os atores se veem implicados numa maquinaria: é preciso definir o problema, investigar suas causas, determinar responsáveis, imaginar soluções, donde a importância de instrumentos de quantificação, descrição e qualificação, e de fazer circular esse trabalho por diversos canais de comunicação e registros: oral, escrito, gráfico, visual, dentre outros (CEFAI, 2007). Essa infraestrutura demanda utilização de uma linguagem com algumas molduras (*frames*) ou paradigmas que torne inteligível a mensagem.

Ora, desapareceram arenas que propulsionavam a publicização do problema. A principal delas, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária – criado em 1995 pelos atores que estiveram implicados na Campanha Nacional pela Reforma Agrária iniciada em 1984, que participou do lançamento do I PNRA e foi ativa durante a Constituinte, em especial no debate sobre a função social da propriedade – deixou de existir em 2005. As molduras (*frames*) da linguagem da

reforma agrária nos anos 1980 e 1990 entraram em crise – fim das narrativas agrárias com o campesinato como categoria englobante, como diria Mauro Almeida (2007) – diante de novas agendas: agricultura familiar, agroecologia, direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.²³

Essas dificuldades, em diferentes escalas, de vocalização e publicização da reforma agrária como um problema – que a categoria *fragilização* utilizada pelos agentes, e identificada pela etnografia, permite descrever – ajudam a compreender como a redução da participação pela impermeabilidade crescente do Estado foi acompanhada pelo arrefecimento continuado do protesto. Importa agora resumir os principais impasses que o declínio da reforma agrária implica.

Considerações finais

Preterir reforma agrária em terras (pretensamente ou comprovadamente) privadas por regularização fundiária em terras públicas impacta a dinâmica da fronteira na Amazônia. Este é o primeiro impasse. A expansão da agropecuária tem se beneficiado das mudanças no marco legal de regularização de posses em terras públicas (MENEZES, 2019, p. 264) e funciona como continuado mecanismo de anistia (perdoando a *grilagem*, legalizando-a), com efeitos incitatórios (BRITO *et al.*, 2019) para que novas ocupações contra a lei, no presente, aconteçam com expectativa de regularização no futuro. O quadro torna-se ainda mais preocupante em áreas onde há mobilizações para descaracterização territorial como no sudoeste do Pará (LACERDA, 2019) e sul do Amazonas (MENEZES, 2019). Vale lembrar que o público-alvo não tem sido apenas de agricultores(as) familiares que detêm entre 50 e 100 hectares, mas visam beneficiar posses de até 1500 hectares, sem garantia que os procedimentos de controle e verificação das condições de acesso a tal direito sejam cumpridos. Os ocupantes de posses menores como muitos *sem-terra* em áreas públicas, uma vez titulados, não têm acesso aos subsídios do programa de reforma agrária (ainda que não aplicados nas últimas décadas, podiam ao menos ser reivindicados), e poderão partir renovando frentes de expansão em outras

²³ A retirada da reforma agrária da agenda governamental é acompanhada pelo *boom* das *commodities* dos anos 2000, pela corrida global por apropriação de terras e pelo fortalecimento da concertação política do agronegócio (POMPEIA, 2021). Prova também do enfraquecimento da reforma agrária, é que os *sem-terra* deixaram de ser o ponto antagônico mais forte do agronegócio que vê nos movimentos indígena e ambientalista a maior ameaça ao seu aparato de justificação, e ao avanço dos seus empreendimentos (POMPEIA, 2021).

direções, redinamizando a fronteira, em concorrência com outros atores como empresas agropecuárias, minerárias, madeireiras, grandes proprietários rurais.

O segundo impasse é o potencial aumento de conflitos e casos de violência, seja pela extinção de arenas de mediação, como a CNCVC, seja pelo aumento iminente no número de despejos judiciais pela ausência de soluções administrativas através do Incra. A etnografia da mobilização na última década, 2011-2020, combinada com a atenção às formas como os atores, notadamente os *agentes*, descrevem a historicidade dessa mobilização, permitiu identificar uma ruptura inédita no modo como o ‘Estado’ responde aos conflitos. Pela primeira vez nota-se um desacoplamento: na ditadura, privilegiava-se oferecer uma resposta (via titulação/regularização) em “áreas de tensão social” e, na redemocratização, a política de assentamentos se intensificou após acontecimentos como os Massacres de Corumbiara e Eldorado do Carajás, ou o assassinato de Dorothy Stang; em 2017, o Massacre de Pau d’Arco não ensejou a mesma resposta do ‘Estado’ nem houve ampla mobilização pública em favor da reforma agrária.

O desmonte intensificado desde 2016 foi decisivo no declínio da reforma agrária como agenda pública, mas não compreendemos direito esse fenômeno, sem atentar para o modo como a mobilização (dinâmica do protesto/contestação) ocorreu, nos últimos anos, em paralelo à participação. É isto que a etnografia permite destacar, chamando a atenção para a riqueza heurística do termo êmico *fragilização*, por ele descrever as transformações encontradas nas duas pontas da interação entre ‘Estado’ e *movimentos*, desde 1985. O declínio da reforma agrária – que tem os impasses anteriormente mencionados como consequências – passa pelo enfraquecimento concomitante da *parceria* e das *ocupações* e *acampamentos*, retratados na cena inicial. Estudos sobre desmonte da política agrária já são mais raros em relação aos de política agrícola e ambiental (SABOURIN; CRAVIOTTI; MILHORANCE, 2020; LEITE; SABOURIN, 2021), e poucos têm se detido sobre a queda continuada de novas ocupações. Este trabalho pretende ser uma contribuição inicial nesse sentido.

Referências

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula (2014). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, 2014.
- AFONSO, José Batista Gonçalves. *O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará*. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.
- ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do Governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? *OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 308- 325, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41319>. Acesso em: 9 nov. 2021.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1985-1989). In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia (Orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 259-290.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís (Orgs.). Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. *Pesquisa Antropológica*, n. 9-10, p. 1-27, 1976.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, 2007. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ruris/article/view/656>. Acesso em: 27 out. 2021.
- ALSTON, Lee; LIBECAP, Gary; MUELLER, Bernardo. Land reform policies, the sources for violent conflict, and implications for deforestation in Brazilian Amazon. *Journal of Environmental Economics and Management*, [s.l.], v. 39, n. 2, p. 162-188, 2000.
- ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BAUER, Michael W.; JORDAN, Andrew; GREEN-PEDERSEN, CHRISTOFFER; Héritier, Adrienne. *Dismantling public policy: preferences, strategies and effects*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BOLTANSKI, Luc. *La souffrance à distance*. Paris: Métailié, 1993.
- BRITO, Brenda; BARRETO, Paulo; BRANDÃO JR. Amintas; BAIMA, Sara; GOMES, Pedro Henrique. Stimulus for land grabbing and deforestation in the Brazilian Amazon. *Environmental Research Letters*, [s.l.], v. 14, n. 6, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab1e24>. Acesso em: 5 nov. 2021.
- CEFAÏ, Daniel. La construction sociale des problèmes publics. *Réseaux*, Paris, n. 76, p. 43-66, 1996.

- CEFAÏ, Daniel. *Pourquoi se mobilise-t-on?* Paris: La Découverte, 2007.
- CHAVES, Christine. Rituais da mística: fronteiras borradas entre política e religião. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n2a205>. Acesso em: 23 out. 2021.
- COMERFORD, John; ALMEIDA, Luciana; PALMEIRA, Moacir. O mundo da participação e os movimentos rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz. (Orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação – burocracias, confrontos, aprendizados integrados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 69-89.
- COMBES, Hélène; FILLIEULE, Olivier. De la répression considérée dans ses rapports à l'activité protestataire. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 61, n. 6, p. 1047-1072, 2011.
- DAGNINO, Evelina. Citizenship in Latin America: an introduction. *Latin American Perspectives*, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 3-17, 2003.
- DEWEY, John. Le public et ses problèmes. *Hermès L'opinion publique*, Paris, n. 31, p. 77-91, 2001.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- GUEDES, André. Fevers, movements, passions and dead cities in northern Goiás. *Vibrant*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 56-95, 2014. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v11n1/andre-dumans-guedes-fevers-movements-passions-and-dead-cities-in-northern-goias/>. Acesso em: 29 out. 2021.
- GUERRA, Gutemberg. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém: Paka-Tatu, 2013.
- KELLER, Francisca. O homem da frente de expansão: permanência, mudança e conflito. *Revista de História*, São Paulo, v. 51, n. 102, p. 666-709, 1975.
- LACERDA, Renata Barbosa. Brigar junto contra o governo: alianças e disputas na implantação de um plano de desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3410008/2019>. Acesso em: 3 nov. 2021.
- LEITE, Sergio Pereira; SABOURIN, Eric. Introdução à seção temática: entre continuidades e descontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 509-516, 2021. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-3_01_intro-st. Acesso em: 28 out. 2021.
- LERRER, Débora; FORIGO, Adriano. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 483-508, 2019. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-3_02_a_politica_de_silencio. Acesso em: 30 out. 2021.
- L'ESTOILE, Benoît de. Projets, Paris, hésitations: notes sur trois plantations en situation d'incertitude. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 43-44, p. 71-124, 2001.
- LOERA, Nashieli. Encampment time: an anthropological analysis of the land occupations in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, [s.l.], v. 37, n. 2, p. 285-318, 2010.

- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.
- MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. *OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41318>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. Comunidades 'no sentido social da evangelização': CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia oriental brasileira. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 13-37, 2010.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 113-136.
- MENEZES, Thereza Cardoso de. Gestão territorial e desenvolvimento: análise comparativa de políticas territoriais na Amazônia. In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (Orgs.). *O rural na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
- NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde Medeiros; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sergio Pereira (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 177-183.
- NOVAES, Regina Reyes. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista USP*, São Paulo, n. 49, p. 60-81, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 1-31, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n1a201>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- ONDETTI, Gabriel. Repression, opportunity, and protest: explaining the takeoff of Brazilian Landless Movement. *Latin American Politics and Society*, [s.l.], v. 48, n. 2, p. 61-94, 2006.
- ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agro-indústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-56, 1979.
- PENNA, Camila. Conexões e controvérsias no Incra de Marabá: o Estado como ator heterogêneo. 2013. 383 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- PENNA, Camila. Gênese da relação de parceria entre Incra e movimentos sociais como modelo para implementação de políticas de reforma agrária. *Lua Nova*, São Paulo, n. 105, p. 115-148, 2018.
- PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora da UFPE, 2015.

- POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- RANCIÈRE, Jacques. *Les bords du politique*. Paris: Folio, 1991.
- SABOURIN, Eric; CRAVIOTTI, Clara; MILHORANCE, Carolina. The dismantling of family farming policies in Brazil and Argentina. *International Review of Public Policy*, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 45-67, 2020.
- SAUER, Sergio; LEITE, Acacio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, Goiânia, v. 16, n. 29, p. 285 -318, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12518>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Editora UFPA, 2012.
- SIGAUD, Lygia. Luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 319-343, 1986.
- SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 58, p. 73-92, 2000.
- SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 107-142, 2008.
- VELHO, Otávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio e Janeiro: Zahar, 1972.
- WOLFORD, Wendy. Participatory democracy by default: land reform, social movements and the state in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, [s.l.], v. 37, n. 1, p. 91-109, 2010.

Como citar

ROLEMBERG, Igor. Terra, Estado e movimentos: declínio da reforma agrária a partir de uma etnografia na Amazônia Oriental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230201, 7 jul. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_01.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Da reprodução social da unidade familiar camponesa: um estudo de caso no vale do Tocantins

On social reproduction of the peasant family unit:
a case study in the Tocantins Valley, Brazil

 **Dernival Venâncio Ramos Júnior¹**

 **Harley Silva²**

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_02

Resumo: Este artigo discute os resultados de pesquisa empírica sobre uma unidade familiar camponesa localizada no norte do estado do Tocantins. O trabalho situa essa unidade familiar no contexto das regiões de expansão da produção de soja em monocultura, além de enfatizar de que maneira a reprodução social do grupo decorre de sua capacidade de mobilizar os recursos naturais renováveis disponíveis na área, bem como dos resultados do trabalho do grupo familiar. O grupo familiar constrói relações econômicas diversas, ligadas às trocas de mercado, assim como a outras formas de integração econômica fundadas em relações de domesticidade e reciprocidade (POLANYI, 2012). O texto destaca a capacidade que o grupo tem de fazer uso de técnicas de produção e reprodução simultaneamente singelas e sofisticadas, como o cultivo de quintais produtivos com notável biodiversidade, as quais, em conjunto, asseguram a sua permanência mesmo diante das condições de dificuldade.

Palavras-chave: reprodução social; unidade familiar camponesa; quintal produtivo; estratégias de reprodução; Amazônia Sul Oriental.

Abstract: This article discusses the results of empirical research on a peasant family unit located in northern Tocantins state, Brazil. The project situates this family unit within the context of regions where monoculture soybean production is expanding, and also emphasizes how the social reproduction of the group results from its ability to mobilize the renewable natural resources available in the region as well as the products of their work. The family group constructs a variety of economic relationships linked to market exchanges and other forms of economic integration based on relationships of domesticity and reciprocity (POLANYI, 2012). The text highlights the group's ability to make use of production

¹ Professor do Colegiado de História e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT). Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: dernivaljunior@gmail.com.

² Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: harley74@gmail.com.

and reproduction techniques that are both simple and sophisticated, such as cultivating productive and remarkably biodiverse home gardens, which combine to ensure the permanence of the group even in difficult conditions.

Keywords: social reproduction; peasant family unit; productive home gardens; reproduction strategies; southeastern Amazon.

Introdução

O objetivo deste texto é discutir a reprodução social do campesinato na região do vale norte do rio Tocantins a partir do caso de uma unidade familiar agrícola localizada no município de Darcinópolis, Tocantins. A premissa é a de que o caso estudado permite conhecer parcialmente as maneiras pelas quais grupos camponeses têm conseguido assegurar sua permanência no território e sua reprodução social com base em arranjos sociais e produtivos que, ao mesmo tempo, se conectam a relações de mercado que se expandem na região, sem a elas se integrarem inteiramente. Tendo como referências teóricas as obras de Polanyi (2000, 2012) e Chayanov (2014), consideramos que essa trajetória de reprodução social se faz possível com base na capacidade desses grupos de manter formas de produção e relações sociais que ultrapassam o mercado como modo de integração econômica, preservando características decisórias e reprodutivas que são peculiares aos campesinatos.

A família estudada vive nas proximidades da rodovia BR-010, na Amazônia Oriental, região frequentemente tomada no discurso oficial como vazio demográfico (LOUREIRO, 2001) e reserva de terras acessíveis aos processos de colonização (MORBACH, 1997). Segundo Negreiros (2018), a família possui laços de parentesco com grupos que chegaram à região abrindo fazendas de gado no final do século XIX, dentro da lógica habitual de expansão pecuária formada no Nordeste do país. Esses grupos desenvolveram um modo de vida camponês em interação, nem sempre pacífica, com grupos indígenas e quilombolas locais, como ocorreu na região da Ribeira, denominação que faz referência à localização geográfica da área que se localiza na ribeira do rio Tocantins. A toponímia derivada desse rio dá a dimensão de sua importância para a penetração na região, ao passo que o relativo abandono dessa nomeação em favor do uso das denominações político-administrativas municipais sinaliza a reorganização do território por novas lógicas políticas e econômicas.

No século XIX, a região foi demográfica e economicamente atingida por dois movimentos importantes para a formação de uma ocupação camponesa de *longa duração*.³ Em primeiro lugar, verifica-se a entrada de grupos camponeses deslocados pela violência dos processos políticos e militares da Balaiada (MEDEIROS, 2012). Nas últimas décadas desse século, a área foi incluída marginalmente na dinâmica do mercado da borracha, novamente através da navegação nos rios Tocantins e Araguaia, levando grupos a se fixarem nas margens ou nas ilhas fluviais do local. Em grande medida, esses grupos permaneceram na localidade até o final do século XX. Sua permanência foi ameaçada apenas na década de 2000, quando os grandes projetos estatais de construção de infraestrutura, como ferrovias e usinas hidrelétricas, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Estreito, trouxeram novas dinâmicas à região (RAMOS JÚNIOR; SILVA; LUCENA, 2020).

De igual maneira, a chegada das monoculturas à região, a partir do ano 2000, tornou-se uma força de exclusão dos grupos camponeses. Assim, foram expulsos das áreas em que viviam ao longo das últimas décadas com a expansão da soja, do milho e do eucalipto nos terrenos que têm características apropriadas à produção mecanizada (SANTOS, 2018; NEGREIROS, 2018; GOMES, 2019). Algumas famílias que habitam a localidade foram atraídas por projetos de desenvolvimento dos governos militares entre os anos de 1960 e 1980, embora tais empreendimentos estivessem voltados preferencialmente para grandes empresas e grandes proprietários, sem privilegiar grupos camponeses ou mesmo o chamado pequeno agricultor ou agricultor familiar.⁴ Ainda assim,

³ O conceito de longa duração deve-se ao historiador Fernand Braudel. É um termo usado para designar uma abordagem que dá prioridade às estruturas históricas de longa duração, em contraposição ao que se denomina *história eventual* (*histoire évènementielle*), na qual predomina a análise em escala de tempo de curto prazo. A abordagem da longa duração concentra-se em compreender estruturas quase permanentes ou em evolução lenta. O cerne da ideia é examinar longos períodos de tempo e tirar conclusões de tendências e padrões históricos, embora reconhecendo a importância de eventos e fatores de curto prazo e conjunturas de médio prazo. Ver Braudel (1965).

⁴ O uso dos termos camponês, pequeno agricultor ou agricultor familiar não é uma questão trivial ou pacífica entre os pesquisadores. Assumimos que o trabalho trata de uma família camponesa e de sua capacidade de permanência em condições adversas. Sabe-se que há dificuldades em torno do uso da categoria de camponês. Há o problema da *viagem do conceito* entre a realidade na qual foi cunhado (europeia, asiática) e a realidade brasileira. Há o espinhoso debate em torno de um pretensamente inevitável desaparecimento do camponês como sujeito social e histórico, em função do desvanecimento de suas condições sociais de existência no quadro da sociedade capitalista. Há as formas de apropriação política da desavença conceitual, dado que a persistência do camponês como sujeito histórico se opõe a um otimismo de mercado no qual o *pequeno produtor familiar*, bem mais afeito à produção para o mercado, surge como substituto (moderno) do camponês (arcaico). A hipótese do desaparecimento do camponês é aceita, com variações, por escolas de pensamento díspares, desde a teoria crítica marxista até a economia neoclássica de corte liberal (COSTA, 2012a). Entretanto, pelo menos desde o trabalho do economista russo Alexander Chayanov (1888-1937), tem se destacado a

famílias migrantes procedentes especialmente dos estados do Nordeste, de Minas Gerais e de Goiás estabeleceram-se no vale do Tocantins em busca de terra e “sossego” (SILVA, 2011). No início do século XXI, momento de crescimento da economia brasileira e mundial, com retomada de investimentos públicos favoráveis ao grande capital (SANTOS, 2018), aumentou a intensidade dos conflitos que ameaçavam a permanência dessas populações em seus territórios. Desde os anos 1960, a área de transição entre o Centro-Oeste e a Amazônia Legal, que caracteriza em termos ecológicos e regionais o norte do Tocantins, tem sido constantemente mobilizada por ondas de atratividade para grandes projetos capitalistas, como também por busca de oportunidades por famílias de produtores agrícolas.

Como dito anteriormente, este trabalho trata da realidade de um grupo familiar residente na área rural do município de Darcinópolis-TO. Metodologicamente, a pesquisa baseou-se em um arranjo metodológico que chamaremos “mutirão epistêmico”, dadas as características coletivas e institucionais do processo. Usamos essa concepção, que emergiu durante o trabalho, mas deve ainda ser desenvolvida em trabalho futuro, para nomear a colaboração de uma equipe multidisciplinar⁵ trabalhando de forma interativa. Um *mutirão epistêmico* consiste na ida conjunta a campo, durante uma jornada, de profissionais de diversas áreas e com *expertises* diferentes. Esse grupo interage internamente e também com os sujeitos com quem o estudo é realizado, nesse caso os camponeses e pesquisadores locais. A interação é registrada de maneiras também diversas, produzindo-se dados variados, cuja lógica é inspirada na metodologia do estudo de caso. Os dados são sistematizados em relatórios e depois, durante a análise, ocorrem retornos a campo com o objetivo de consolidar ou produzir informações adicionais. A técnica ajusta-se bem ao contexto regional, pois a realidade pesquisada é permeada de nuances que exigem, para sua compreensão, interação inter e transdisciplinar. A experiência começou a ser realizada no âmbito do projeto Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) Amazônia, intitulado

particularidade do camponês como agente marginal, mas resiliente no quadro de economias capitalistas. Tal qual Polanyi, embora com outras balizas teóricas, Chayanov assinalou a heterogeneidade institucional dos sistemas econômicos. No caso do camponês, essa heterogeneidade revela-se na capacidade de permanecer em relações peculiares, não homogêneas, com a produção, com o trabalho e o uso da terra, resultando numa interação concreta, mas restringida com o mercado. Para detalhes do debate, ver Wanderley (2003), Costa (2012a), Abramovay (2012), dentre outros.

⁵ Dois economistas, cinco historiadores, dois geógrafos, um antropólogo, uma bióloga e uma fotógrafa.

Economia e cultura dos comuns.⁶ O objetivo do projeto é produzir formação teórica e metodológica, aglutinando diferentes gerações (professores e estudantes), sujeitos (acadêmicos e camponeses, quilombolas e indígenas) e instituições universitárias (RAMOS JÚNIOR *et al.*, 2018).

Tentamos aqui um estudo de caso, focalizando um grupo familiar como unidade de produção doméstica camponesa (CHAYANOV, 2014). Este grupo, em decorrência de sua interação com os processos históricos da região, possui características que são recorrentes entre os grupos camponeses: controle relativamente elevado sobre a terra que ocupa e trabalha; mobilização preferencial do trabalho familiar; produção para autoconsumo e comercialização de excedentes; interação limitada, mas concreta, com sistemas econômicos externos à unidade doméstica, dentre outras. A investigação dessa unidade doméstica de economia camponesa não é vista necessariamente como base para generalização de conclusões. Permite, no entanto, um estudo exploratório de fenômenos de maior amplitude, como etapa na construção de pesquisa de maior abrangência temática e espacial (YIN, 1984; ALVES-MAZZOTTI, 2006).

Os dados aqui analisados foram produzidos no que denominamos pesquisa em mutirão, no dia 25 de maio de 2019, na propriedade do Sr. José e de D. Maria,⁷ na área conhecida como Distrito da Ribeira. O trabalho foi elaborado no âmbito de uma pesquisa sobre relações socioeconômicas, práticas e recursos não completamente inseridos no mercado como *instituição integradora*⁸ da economia.

⁶ O Procad Amazônia é um programa promovido e financiado pela Capes no período 2019-2023. Seu objetivo é proporcionar o aprimoramento de programas de pós-graduação da Amazônia, por meio de interação entre programas em diferentes estágios de consolidação. O Procad Economia e Cultura dos Comuns reúne os Programas de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte de Tocantins, em Economia da Universidade Federal do Pará e em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar-UFMG).

⁷ Optamos por usar pseudônimos com o intuito de preservar a identidade dos sujeitos com quem realizamos esta pesquisa e, assim, evitar qualquer dano moral ou simbólico a eles.

⁸ A concepção de integração econômica baseia-se na obra de Karl Polanyi. Segundo esse autor, a economia como esfera da produção social das condições materiais de existência das sociedades humanas existe graças à capacidade das sociedades de se dotarem de instituições integradoras dos processos econômicos no tempo, no espaço, diante das instabilidades e incertezas das complexidades com as quais essas atividades se deparam. Essas instituições possuem modulações e variações, mas têm como regularidade observável o papel de relações de domesticidade, reciprocidade, redistribuição e trocas. Tal formulação bastante simples leva à conclusão de que a identificação entre economia e mercados é insuficiente e inadequada. Ver Polanyi (2000) e Polanyi (2012).

Uma unidade familiar do norte do Tocantins e da Amazônia

O Sr. José e a D. Maria, nascidos no norte do estado do Tocantins, são netos de migrantes maranhenses, filhos de pais ocupados no trabalho rural. O Sr. José é um dos treze filhos que o pai teve em três casamentos. Do primeiro casamento, nasceu apenas uma filha, já que a esposa morreu jovem. O pai casou-se novamente com a irmã da esposa falecida e teve mais quatro filhos, dos quais o Sr. José é o mais novo. Casando-se pela terceira vez, o pai teve mais oito filhos, para depois se separar da terceira esposa, pouco antes de falecer.

A família na qual o Sr. José nasceu exemplifica o regime de alta fecundidade característico do padrão reprodutivo das famílias brasileiras, em geral, da primeira metade do século XX, particularmente aquelas de áreas rurais.⁹ Esse padrão reprodutivo, hoje incomum, era particularmente compatível com a vida rural na qual a reprodução social dependia de atividades intensivas em trabalho. A vida material dependia também da integração de cada núcleo familiar (pai, mãe e filhos) a uma parentela extensa, que fornecia mecanismos de proteção social em uma sociedade onde inexistiam os suportes de bem-estar social fornecidos pelo Estado (previdência, aposentadorias e saúde públicas, escolarização pública, mecanismos públicos de crédito), tanto quanto a prestação desses serviços por intermédio do mercado (compra de serviços de previdência, saúde, educação, crédito, moradia, entre outros). A D. Maria e o Sr. José casaram-se em 1975 e em 1978 nasceu seu primeiro filho, hoje casado e residente na sede do município de Darcinópolis. Nos anos seguintes, nasceram outros quatro filhos: dois homens e duas mulheres. Destes, uma filha hoje reside no município de Marabá e os outros moram em Darcinópolis e região. O filho mais novo reside em Araguaína, onde é aluno da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Nenhum dos filhos do casal mora hoje no sítio, embora se envolvam de modo intermitente no trabalho ali realizado, inclusive com a colaboração de noras e netos.

Ainda na infância, o Sr. José havia começado a lida no trabalho rural, auxiliando o pai nas ocupações da roça e na produção de farinha. Esta é hoje sua atividade principal no sítio próprio, onde mora há quinze anos com a esposa, embora tenha exercido outras atividades, quase sempre no meio rural.

⁹ No Brasil, esse comportamento do regime demográfico alterou-se muito rapidamente durante as três últimas décadas do século XX, quando uma série de mudanças sociais e econômicas difundiu no país novos padrões de comportamento reprodutivo (WONG; CARVALHO, 2006). Tais mudanças demográficas aconteceram no quadro de um também muito rápido processo de urbanização, que modificou de modo importante as relações entre áreas rurais e urbanas na sociedade brasileira (SILVA; MONTE-MÓR, 2016).

Como vaqueiro, trabalhou muitos anos na Fazenda Guaraci, na mesma região onde reside, conseguindo, nessa ocupação, reunir recursos para adquirir as terras que hoje são suas. Esta trajetória é considerada por Velho (2013) como recorrente no processo de ocupação de áreas no Norte do país na primeira metade do século XX. As relações de trabalho e o sistema de remuneração (a “meia”) permitia aos vaqueiros e peões reunir recursos e empregá-los na compra de terras. Embora a trajetória do Sr. José tenha acontecido em período mais recente – nos anos 1990 –, é possível que um mecanismo semelhante tenha possibilitado atingir a compra da terra.

A transferência da família para o sítio atual aconteceu no início dos anos 2000. Essa mudança coincidiu com o avanço da produção de soja na região e com as alterações na distribuição espacial da atividade econômica, hoje dividida entre a pecuária – mais antiga na localidade –, a soja, a produção de eucaliptos e a produção camponesa.

Essa afirmação trivial, *a chegada da soja na região*, faz na verdade referência a um processo de transformação, com consequências espaciais e econômicas de grande alcance. A afirmação da produção da soja nas áreas de Cerrado brasileiras é resultante de investimentos e esforços institucionais de grande vulto feitos pelo governo federal e governos estaduais, ao longo de décadas. Crédito, desenvolvimento tecnológico e apoio institucional fornecidos pelos entes públicos foram chave nesse processo. As pesquisas e quadros técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) representam parcela significativa e coerente desses esforços. Nessa instituição aconteceram pesquisas de adaptação da soja, melhoramento de solos, formação de técnicos e pesquisadores, difusão de conhecimento técnico ligado à emergente economia da soja (BONATO; BONATO, 1987; ALVES; SOUZA, 2013).

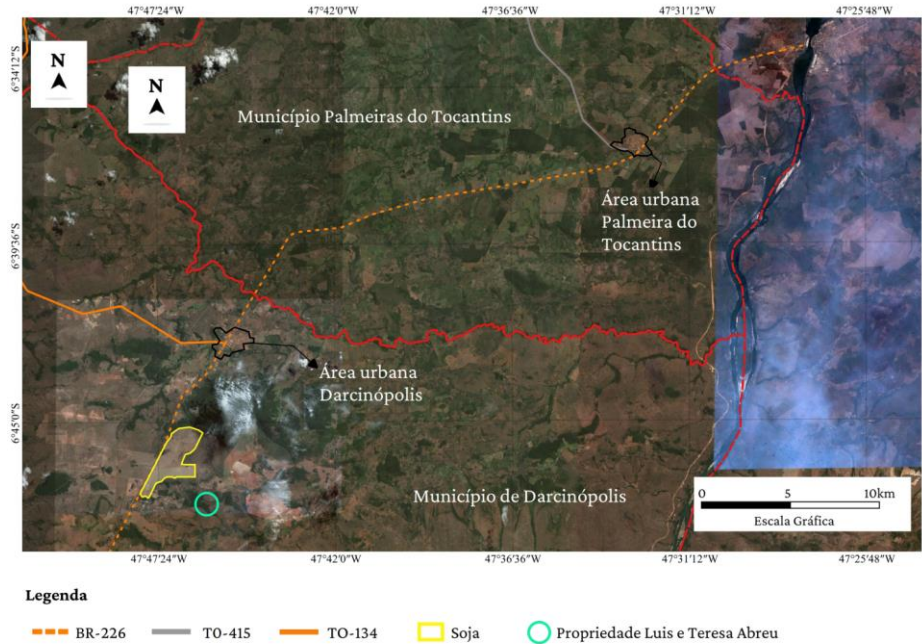
Além disso, houve a criação de mecanismos de crédito, investimentos em infraestrutura, manejo jurídico de conflitos pela terra, criação de legislações e marcos regulatórios afins à produção, ao consumo e à exportação da soja, dentre outras questões. Como se vê, um grande e prolongado programa de favorecimento à expansão da atividade agrícola da soja e à estruturação econômica do setor aconteceu no Brasil, aproximadamente entre 1980 e 2010. Como resultado disso, a produção da soja avançou aceleradamente, a partir do Sul do país, no Paraná, Triângulo Mineiro, estados do Centro-Oeste e também para territórios do Tocantins, do Pará e mais recentemente em áreas da região Nordeste, como o Piauí e Maranhão (DALL’AGNOL, 2016;

VIDAL, 2015; BALBINOT JUNIOR. *et al.*, 2017; CORONEL *et al.*, 2008). A estruturação desse setor foi fundamental para a afirmação do agronegócio no país, transbordando em termos de relações intra e intersetoriais para setores afins, particularmente as diferentes atividades de monocultura. Esse é o caso da produção de eucaliptos, que também se difunde no norte do Tocantins, que discutimos aqui.

O processo intervém na região do Vale do Tocantins e na trajetória da unidade familiar camponesa de que tratamos. As novas condições técnicas, de mercado e institucionais de produção da soja modificaram as opções de uso da terra, favorecendo a venda e o arrendamento pelos proprietários, antes envolvidos na pecuária e outras atividades. Na região da Ribeira, a chegada da produção de soja, por volta de 2005, levou os proprietários da fazenda onde o Sr. José trabalhava a arrendarem a terra para produtores de soja. O Sr. José vinha nos últimos anos sendo funcionário responsável pela administração da propriedade. As novas condições forçaram o antigo vaqueiro a progressivamente ocupar-se do cultivo do terreno que conseguira adquirir, próximo à fazenda do antigo patrão. Essa proximidade permitiu que, durante algum tempo, ele e a família se ocupassem em tempo parcial de suas terras recém-adquiridas, sem se desligar da atividade na propriedade onde era empregado. A cessão definitiva da fazenda para a produção da soja determinou a transferência da família para a atual residência, bem como delineou a constituição das condições atuais de vida da família.

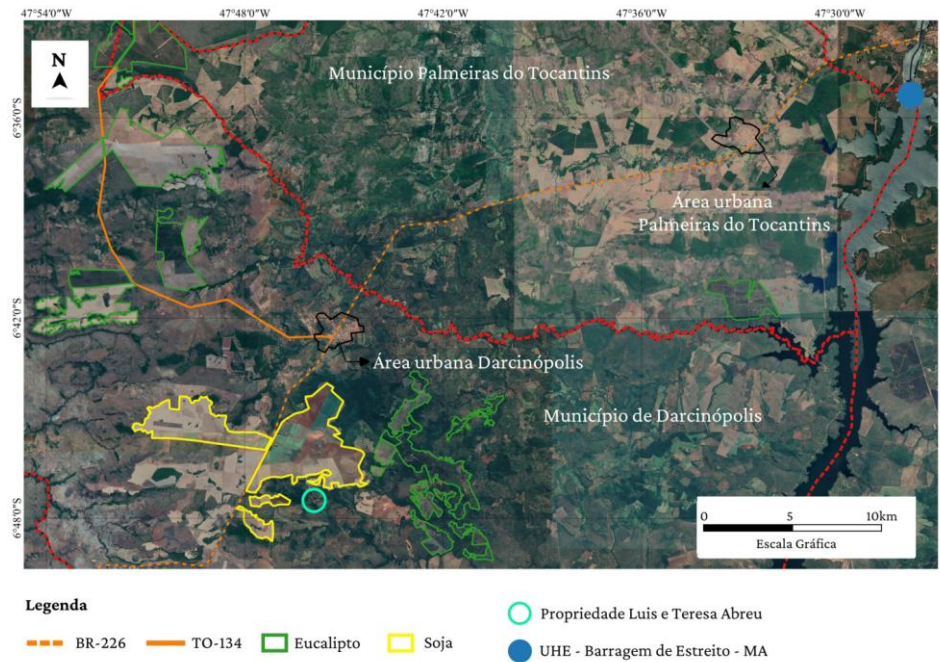
É importante perceber que o sítio onde se encontram as terras da família é uma área de baixada, na qual a topografia irregular torna mais complicada ou custosa a implantação das condições de mecanização da produção das monoculturas. Comparada ao sítio onde se estende a fazenda do antigo patrão, comumente chamada na região de área de *chapada*, os *baixões* são localizações menos atrativas, sendo frequentemente pontos nos quais as famílias camponesas conseguem permanecer em função de sua menor atratividade. Em período mais recente, quando a intensificação da regulação ambiental tornou tal medida uma condição da produção, os grandes proprietários tendem a demandar essas áreas de *baixões* para a manutenção de reservas legais, como ocorre em outras áreas do Cerrado (GOMES, 2019).

Figura 1 – Plantações de soja na Ribeira em 2010



Fonte: Neuza-UFNT.

Figura 2 – Plantações de eucalipto e soja na Ribeira em 2019



Fonte: Neuza-UFNT.

A produção familiar e suas técnicas

Segundo declarações dos membros do grupo familiar, no momento da realização da pesquisa (maio/2019), a principal atividade econômica era o cultivo de mandioca e macaxeira, para fabricação de farinhas. De acordo com o Sr. José e seus familiares, a produção destinava-se sobretudo ao consumo próprio. Foge a esse padrão apenas em casos excepcionais, quando surgem encomendas de fornecimento por pessoas externas ao grupo, o que acontece principalmente no caso da farinha.

A produção da farinha, elemento-chave da vida econômica da unidade familiar, tem como lugar a casa de farinha, aparato técnico tradicional das famílias e comunidades camponesas do Norte e Nordeste do país, bastante conhecida na pesquisa correlata a essas comunidades (ESPINAL, 1981; LINHARES; SANTOS, 2014). Na casa de farinha, concentram-se os equipamentos destinados ao processamento da mandioca e à produção da farinha: máquina de moer, peneiras, prensa, forno, gamelas, pás, baldes, recipientes, entre outros utensílios. Todo o espaço e os equipamentos são construídos pela família ou, em alguns casos, foram herdados ou doados por familiares ou amigos. Este é o caso de algumas largas gamelas construídas em troncos de madeira que estão presentes e em uso na casa de farinha do Sr. José.

Foto 1 – Casa de farinha



Fonte: Neuza-UFNT.

O forno é uma estrutura retangular ou, às vezes, redonda, erguida com paredes de tijolos, na altura da cintura de um adulto – aproximadamente 70 cm –, em cujo topo se prende uma chapa de metal, geralmente de ferro ou zinco. No espaço interior, a estrutura de tijolos recebe a lenha (ou carvão) a ser queimada para aquecer a chapa de metal, sobre a qual se deposita a massa ralada da mandioca e/ou macaxeira para a torra. O processo de torra depende de um constante revirar da massa com rodo de madeira preso a uma haste longa, a qual permite ao trabalhador conduzir a massa para torra por toda a extensão da chapa. O tempo de torra de cada carga de massa, segundo o Sr. José, dura em torno de duas horas, dependendo de um conjunto de fatores. As condições de temperatura externa (já que o espaço da casa não é fechado), a disponibilidade e qualidade da lenha seca, a umidade da massa e, claro, a habilidade do trabalhador são determinantes do período de torra.

Aos olhos de uma pessoa não familiarizada com a atividade, o espaço da casa de farinha e o seu entorno parecem preenchidos com objetos aleatórios e desorganizados. Estão ali pedaços de ossos, peças de madeira em formatos imprecisos, pedaços de troncos de árvore escavados, tábuas de madeiras muito grossas, varas finas cortadas em tamanhos mais ou menos regulares, pedaços de malhas de fibra vegetal trançadas, embalagens vazias de lata ou plástico, entre outros materiais. Nada disso é, entretanto, aleatório, desorganizado e menos ainda inútil, já que todos ganham sentido e utilidade na prática da produção da farinha. Alguns objetos, como as enormes gamelas feitas com troncos escavados, têm sido, segundo a narrativa dos familiares, usados por décadas, como equipamento na produção de farinha: “esse foi do meu pai”, “esse meu tio me deu... tem mais de cem anos”, mencionaram com orgulho o Sr. José e seu filho Ronaldo, mais de uma vez.

As varas finas, os pedaços de malha de fibra ou bambu trançados, as peças e tábuas de madeira grossas formam a prensa usada para drenar a massa da mandioca (ou macaxeira) moídas de seu componente líquido. A operação com a prensa permite a drenagem da massa das raízes moídas, extraindo o caldo (manicuera), do qual ainda se retira em seguida a goma, quando o líquido é deixado a decantar por algum tempo em baldes de plástico reaproveitados.

Em seguida, o recipiente formado pelo tronco escavado recebe a massa de mandioca ou macaxeira moída, momento em que esta é peneirada depois de completar a drenagem na prensa. Dali, a massa segue para a torragem sobre a chapa do forno, na qual é revolvida continuamente de modo manual, com o

auxílio do rodo de madeira. Essa operação é crítica para a qualidade da farinha, segundo o Sr. José, constituindo uma tarefa longa e cansativa, pelo movimento constante dos braços e o calor da chapa e do forno.

As características do aparato técnico usado para a produção da farinha suscitam algumas observações importantes. Em primeiro lugar, é notável o *enraizamento da técnica e dos equipamentos* de produção na disponibilidade de recursos locais. Essa característica, juntamente com a transmissão tácita de conhecimentos entre os indivíduos do grupo, permite um importante nível de controle dos membros do núcleo familiar sobre suas condições técnicas de produção. Tal situação contribui positivamente para a segurança alimentar e nutricional do grupo, reduzindo os riscos de privação ou penúria em termos nutricionais. Um efeito adicional, embora não necessariamente planejado, é a penetração relativamente lenta do padrão consumo urbano industrial contemporâneo. Sabe-se que este possui efeitos deletérios sobre o padrão de vida do grupo, inclusive sobre a saúde, tendo sido alvo de críticas nas últimas décadas, embora nem sempre tais efeitos sejam conhecidos ou reconhecidos por aqueles sobre os quais incidem (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003; BATISTA FILHO; BATISTA, 2010).

Ao mesmo tempo, a condição materialmente frugal da organização técnica implica riscos de desorganização dos mecanismos de produção e perda de repertório técnico e tecnológico e, portanto, perda da estabilidade da reprodução social do grupo e da segurança alimentar em particular. O caráter tácito da formação e transmissão de conhecimento entre os membros da família talvez não favoreça mecanismos de acumulação e adensamento da técnica. Em momentos de crise, o abandono da atividade por algum membro que detenha um repertório particularmente importante e não compartilhado da técnica de produção pode colocar em risco o patrimônio de conhecimento técnico do grupo. Assim, a perda de repertório ou o seu empobrecimento repentino aparecem como possibilidades abertas em função desse quadro.

Não se percebeu em campo nada que colocasse em dúvida a capacidade do grupo de manter seu nível de reprodução ou mesmo de ampliá-lo, muito embora formular perguntas de pesquisa sobre a existência de fragilidade seja um processo legítimo. Mesmo que as condições de produção se assemelhem a um “nível elementar de complexidade” dos objetos técnicos e equipamentos empregados na produção, tem sido suficiente para o autoconsumo e a existência de excedentes, comercializados ou não. Nesse sentido, entender

quais fatores asseguram a estabilidade das técnicas e tecnologias empregadas na produção é um processo sem resposta imediata. A prática diária e repetida pelos mesmos grupos, ao longo de períodos extensos, geralmente contribui para a sofisticação de técnicas e objetos técnicos empregados. É desejável, no entanto, compreender se e como operam ou não condições de tensão reprodutiva que impulsionam adensamento e tais atividades.

Considerada do ponto de vista de suas relações de produção e reprodução social,¹⁰ a unidade familiar da qual tratamos garante as suas condições materiais de existência com base em uma combinação dinâmica de produção para o próprio consumo e para comercialização. Pode-se dizer que há essa *combinação dinâmica*, pois é notável que o estabelecimento empregue combinações não estáveis, ao longo do tempo, do uso de recursos e capacidade de trabalho, que se voltam ora para o autossustento, ora para a venda da produção.¹¹ Assim, a unidade de produção domiciliar não chega a estabelecer uma especialização na produção de algum produto ou serviço que venha a se sobrepôr aos demais que podem ser produzidos com base nos recursos que a família detém. A situação aparece ao contrário: a família declara que, na maior parte do tempo, se dedica à produção diversificada, embora modesta, de um número razoável de artigos agrossilvopastoris, apesar de haver predominância clara do conjunto macaxeira-mandioca-farinhas.

A família do Sr. José e de D. Maria cultiva produtos que seriam viáveis como artigos preferenciais para venda, sobretudo no conjunto das farinhas de mandioca-macaxeira, além da própria macaxeira. Há as culturas anuais (feijão, arroz, milho) e o leite que, segundo os membros da família, já foram produzidos para a venda, embora atualmente a produção seja pequena, focalizada no consumo familiar. A especialização produtiva, no entanto, não parece ser um *objetivo* perseguido, talvez porque implicaria o abandono ou enfraquecimento das condições de diversificação produtiva, a qual aparentemente é percebida pelo grupo familiar como estratégia preferencial.

¹⁰ No sentido que tratamos neste trabalho, a produção e a reprodução social existem em ligação dialética, como dimensões interligadas da vida social. Isso é particularmente relevante no caso das famílias camponesas, cujo atributo fundamental na perspectiva chayanoviana, com a qual dialogamos aqui, é que sejam uma unidade de produção e consumo (CHAYANOV, 1966). Para uma discussão sobre o tema, a importância da esfera da reprodução social e a sua interação com a produção, ver Silva (2017), Lefebvre (2014), Bhattacharya (2017).

¹¹ Não foram buscadas ou coletadas informações sobre os canais ou locais de comercialização empregados pela família.

Como condição desse arranjo de diversificação produtiva, o núcleo familiar assegura sua reprodução social graças à existência de relações sociais externas à unidade domiciliar, organizadas por combinações de relações típicas e não típicas da economia do mercado. No último caso, os membros da unidade domiciliar declaram manter, internamente e em face de outros núcleos familiares, relações de *prestação mútua de serviços e fornecimento não remunerado de produtos*, em geral de víveres. Nenhuma das duas práticas – prestação de serviços mútuos e cessão de artigos e víveres – parece exercer um papel sem importância na reprodução social do grupo. O grupo declara, com ênfase, que essas são práticas consolidadas e correntes, ou seja, têm sido usadas há muito e se mantêm em uso.

A tese da dissolução inevitável dos campesinatos tem sido sustentada há muito tempo. O desaparecimento do modo de vida camponês vem sendo assumido mesmo por formulações teóricas díspares, a despeito de evidências históricas contrárias (COSTA, 2012a; VAN DER PLOEG, 2008, 2011, 2016). De um lado, autores críticos ao capitalismo, ligados à tradição marxista, apostaram na absorção do campesinato na condição geral das classes trabalhadoras. Isso porque os campesinatos tenderiam a perder o controle sobre suas condições de sobrevivência (terra, autonomia do trabalho, entre outras) e se aproximariam da condição dos proletários urbanos (COSTA, 2012a; ABRAMOVAY, 2012). De outro lado, as abordagens liberais apostaram na difusão necessária de economias organizadas por mercados, o que também levaria as economias camponesas a serem encampadas nas economias de mercado. Isso aconteceria tanto por sua integração ao consumo mercantil quanto por sua especialização produtiva e dependência da produção de outros agentes de mercado (COSTA, 2012a; ABRAMOVAY, 2012). Ambas as posições continuam influentes. Tais teorias permanecem dominantes malgrado os fatos históricos não tenham confirmado o desaparecimento do campesinato e também diante do surgimento de outras proposições teóricas distintas.

A história da Amazônia é muito variada e fornece situações diversas que desafiam a hipótese do desaparecimento do campesinato tanto em sua vertente crítica quanto daquelas que assumem a defesa do capitalismo (COSTA, 2012b; MARTINS, 2016). Felizmente, outras formulações teóricas permitem que a realidade amazônica seja interrogada de maneira interessante. Em especial, novas possibilidades são abertas por teorias cuja premissa é que a realidade

econômica seja estruturalmente heterogênea (POLANYI, 2000, 2012; PINTO SANTA CRUZ, 2000).

Mesmo no quadro da teoria econômica liberal, há contribuições que corroboram a existência concreta de *limites* à vigência plena de economias de mercado. Esse é o caso da Nova Economia Institucional – NEI (FIANI, 2011). Essa tradição assinala o fato de que existem relações econômicas não redutíveis ao mercado e ao sistema de preços. Além disso, tais relações seriam não residuais mas estruturais para a vida econômica, mesmo não estando no escopo das relações do mercado. Ainda que sem abandonar os limites da economia *mainstream*, como a hipótese da eficiência dos mercados e dos agentes atomizados, a NEI assinala que, sem considerar as instituições, o economista é incapaz de compreender grande parte da vida econômica.¹² A teoria econômica neoinstitucionalista, que despontou nos anos 1970, retomou pontos já colocados por autores institucionalistas anteriores, como Thorstein Veblen e Karl Polanyi, embora tenha se afastado destes autores, ambos críticos da tradição liberal. É a obra de Polanyi que nos serve aqui de referência teórica principal.¹³

As características identificadas em campo e narradas pelos membros do núcleo familiar do Sr. José e sua companheira D. Maria sugerem a convivência prolongada de estratégias de reprodução da vida que combinam relações com o mercado e outras formas de integração econômica (POLANYI, 2012). Além disso, não há elementos para considerar que essas *relações não são orientadas para o mercado*, sejam ocasionais ou que se restrinjam a momentos de privação e precariedade. Não é nesses termos que o grupo se refere a tais relações, já que, ao contrário, suas menções a práticas compreensíveis em termos de reciprocidade e domesticidade (POLANYI, 2000) foram feitas de modo variado. Essas práticas compreendem atitudes de socorro a famílias e pessoas consideradas próximas, tais como partilha de recursos e víveres, manutenção de laços sociais afetivos, coesão de grupo e afins, cujo resultado é a manutenção das condições de vida. Isso se dá tanto no que toca à cessão ou ao recebimento

¹² Observe, por exemplo, que o cerne dos argumentos da economia institucionalista de North (2018) pode – no mínimo no contexto das periferias do capitalismo – ser visto como reconhecimento da heterogeneidade institucional a ser considerada como ativa no funcionamento das economias. Esse argumento está também considerado em outras bases em autores do estruturalismo latino-americano como Furtado (1961/2009).

¹³ A obra mais conhecida de Polanyi (*A grande transformação*) foi publicada em 1944. No Brasil foram publicadas *A grande transformação* (POLANYI, 2000) e *Subsistência do homem* (POLANYI, 2012). Veblen (1857-1929) publicou suas obras principais entre 1898 e 1920.

de artigos (víveres, materiais, objetos, recursos da natureza) quanto no que diz respeito à prestação mútua de serviços, ao auxílio ou a outras formas de compartilhamento.

Relações de produção e reprodução dentro e fora do grupo familiar

Segundo os familiares do Sr. José, D. Maria e Ronaldo, a produção de farinha para a venda foi, até período recente, a principal fonte de renda da família. Nos últimos anos, houve queda dos preços da farinha, o que levou o Sr. José a reduzir a produção ao suficiente para o consumo da família, com alguma quantidade excedente. O valor de venda da saca de 80 litros (aproximadamente 50 kg) de farinha teria caído de R\$ 400,00 para R\$ 300,00, uma redução de preços de 25%, portanto.¹⁴ Uma mudança tão forte dos preços é um fator importante na configuração das decisões das condições de trabalho e produção de famílias camponesas. A produção até então direcionada ao mercado se reduz ou é revertida para o consumo doméstico e o fortalecimento das relações de reciprocidade com vizinhos e amigos. Por isso, no momento da pesquisa, a produção excedente era usada, segundo o chefe de família, para “socorrer os amigos”, questão que possui relevância na manutenção das relações entre esses grupos, como se abordou anteriormente.

Interessa-nos discutir de que maneira essas estratégias combinam formas de ação orientadas ou não para o mercado e sua lógica. A questão é saber se existem no grupo em estudo *economias* apoiadas em relações não estritamente dirigidas ao mercado, considerando-se suas características. As práticas dirigidas ao mercado operam pela compra e venda de bens e serviços, tendo como objetivo a obtenção de lucros e a acumulação, enquanto constatamos a existência de práticas do grupo estudado que não parecem ir nessa direção.

A teoria econômica hegemônica identifica a economia ao funcionamento do mercado, ao conjunto de relações de compra e venda de bens e serviços, cuja origem é a produção para a comercialização. Nesses termos, o funcionamento e a própria existência de economia correspondem à existência ou difusão de um arranjo institucional específico, os mercados competitivos, o que está

¹⁴ Segundo os dados disponíveis no Sidra-IBGE sobre o comportamento da produção de mandioca no município de Darcinópolis, houve uma queda acentuada da produção entre 2012 e 2016, com recuperação em 2017. Os dados assinalam uma quebra demasiadamente brusca (3600 toneladas em 2012 para 150 toneladas em 2013, permanecendo nesse nível até 2016), no entanto, não há indicação de redução de preços. Ao contrário, o preço por quilo estimado a partir do preço da quantidade produzida e do valor agregado da produção mostra um crescimento contínuo, muito embora com preços moderados.

vinculado, portanto, a uma pressuposição de que as economias são ou tendem a se tornar institucionalmente homogêneas.

A existência de heterogeneidade institucional da vida econômica é uma proposição do trabalho de Karl Polanyi (2000, 2012), para quem a realidade econômica, histórica e contemporaneamente, não se resume à organização apenas por mercados. O autor argumenta que as economias, tanto no passado como no presente, operam com uma estrutura heterogênea, na qual funcionam diferentes *Formas de Integração Econômica* (FIEs). Essas FIEs incluem o mercado, mas também a domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição. Nos dois primeiros casos, essas formas de integração têm como fundamento mais comum o reconhecimento mútuo dos envolvidos de seu pertencimento a um mesmo grupo, como acontece nas escalas variadas de parentesco. A redistribuição, por sua vez, implica a existência de instâncias hierárquicas, cuja prerrogativa econômica mais importante é receber, centralizar os recursos produzidos por grupos que lhes reconhecem e, em seguida, distribuí-los segundo critérios próprios (POLANYI, 2000).

Uma questão de interesse é saber se a heterogeneidade é um atributo transitório ou se possui estabilidade. Esse debate é, de certa maneira, complementar àquele sobre a capacidade e possibilidade dos grupos camponeses de manter sua existência diante da difusão de economias de mercado no campo¹⁵ e na produção agrícola. No caso ao qual nosso trabalho se dedica, a heterogeneidade institucional ajusta-se e complementa a heterogeneidade de formas de uso, posse e compartilhamento de bens, recursos e construções coletivas. Assim, o que resulta dos esforços coletivos de produção e reprodução da vida material não são apenas e tão somente bens, propriedades e relações privadas, mas também aqueles que são *comuns*, de tal sorte que a vida se produz pelo crescimento de interdependências que não se exaurem em *privatizações* e *construções privadas*, senão no *fazer comum* (OSTROM, 1990; THOMPSON, 1998; LAVAL; DARDOT, 2015). Nesses termos, voltemos à discussão da unidade produtiva do grupo familiar do Sr. José e D. Maria em Darcinópolis-TO.

¹⁵ Nos referimos a difusão de economias de mercado no campo no sentido da penetração de várias formas de relações produtivas e reprodutivas mediadas pelo mercado. Trabalho assalariado, compra e venda de terras, consumo de alimentos, dentre outros aspectos. Essas relações pressionam as famílias em direção a mudanças de hábitos. Por outro lado, como se depreende da argumentação de Polanyi (2000, 2012) ou Thompson (1998), a coexistência tensa de formas de integração econômica é um aspecto histórico na vida econômica.

O Sr. José, no momento da pesquisa, tinha 66 anos, sendo que todos os seus quatro filhos eram também adultos. As informações fornecidas pela família sobre sua composição e trajetória permitem uma discussão sobre os tipos e as modificações de suas estratégias reprodutivas. A interação com os filhos, por exemplo, exemplifica a força de relações de reprodução voltadas para dentro do grupo. Uma das filhas do casal reside hoje no município de Marabá, no estado do Pará, a 272 km de distância de Darcinópolis, onde fica o sítio de seus pais. Segundo D. Maria, esta filha também vive da agropecuária em uma área rural e sua principal atividade é a pecuária leiteira, na qual produz diariamente 300 litros de leite. Parte dessa produção é transformada em queijo, comercializado em Marabá juntamente com o restante do leite produzido na propriedade. Uma parte dos recursos gerados pelo trabalho da família da filha é usada para compra de gado para a criação no sítio do Sr. José. De acordo com a narrativa de Ronaldo, há ciência na família de quais e quantos são os animais da filha, mas todo o plantel é manejado conjuntamente na propriedade da família que visitamos.

Ronaldo, casado, declarou viver na área urbana, na sede de Darcinópolis. Seu trabalho, no momento da visita ao sítio da família, era como motorista na Secretaria Municipal de Saúde. A casa onde residia pertence ao pai, e, conforme disse, é um ponto de apoio importante para os membros da família que residem no sítio. Ronaldo no passado trabalhou por algum tempo diretamente com o pai nas ocupações do sítio. Também foi operador de um trator comprado pela família para uso no próprio sítio e para a prestação de serviços aos produtores rurais da região. Segundo Ronaldo, a atividade deixou de ser viável em função dos custos de manutenção da máquina, quando esta se tornou mais desgastada. Na atividade recente, como motorista da Prefeitura, ele dispõe de menos tempo livre, mas ainda assim dedica alguns períodos aos trabalhos do sítio, nos quais estão incluídas a produção das farinhas para consumo da família e/ou comercialização e o manejo do plantel de gado que a família mantém, sendo que uma parte desse plantel pertence ao próprio Ronaldo. O padrão que se percebe é que a capacidade de trabalho de Ronaldo e seus recursos de alguma maneira integram, ao longo do tempo, o conjunto de recursos que o núcleo familiar maneja.

Chama a atenção a maneira como o grupo se relaciona com dinâmicas de valorização da terra derivadas da proximidade com áreas de cultivo de soja. Esse é um aspecto particularmente interessante no tocante ao manejo que o

núcleo familiar realiza em momentos particulares dos recursos que detém. A proximidade com as fazendas de cultivo de soja coloca um conjunto de problemas importantes com os quais a família convive.¹⁶ Ao mesmo tempo, implica a valorização da terra em termos de valor de mercado. Esse aspecto poderia funcionar – e de fato o faz, em alguma medida – como um forte elemento de desarticulação dos modos de vida do núcleo familiar, induzindo-o à venda de suas terras ou à adoção das lavouras de monocultura. No entanto, conforme declarado pelo grupo, a possibilidade de venda de parcelas do terreno, aparentemente, tem sido uma estratégia da família para mobilizar seus recursos de maneira cuidadosa, o que possibilita o aumento dos meios de reprodução ampliada da vida.¹⁷ A venda de uma parte relativamente pequena do terreno (10 alqueires) em período recente (2015) foi usada como estratégia, segundo Ronaldo, para a aquisição de um veículo utilitário leve para uso nos trabalhos do sítio.¹⁸ O dinheiro advindo da venda permitiu também a renovação do curral e das instalações de manejo do gado, além da reforma da casa em que a família reside no sítio.

A reprodução das condições materiais de vida da família tem razoável autonomia em relação ao mercado, ou seja, à compra e venda de bens e serviços. Parte dessa autonomia deve-se ao esforço do grupo em prover-se do necessário usando os recursos de que dispõe no sítio, além da capacidade de trabalho do grupo familiar. Outro fator que possui importância na construção dessa autonomia, segundo a argumentação dos membros da família, é a existência de relações de ajuda mútua com *parentes* e amigos. A imputação de parentesco aqui deve ser vista de modo flexível, dado que não houve qualquer esforço de delimitação do parentesco. Logo, a categoria pode incluir o parentesco sanguíneo e o de afinidade, como é comum acontecer no caso de relações de compadrio, por

¹⁶ Pelo menos dois desses problemas foram mencionados em algum momento por integrantes do grupo familiar, a despeito de demonstrar bastante cuidado na abordagem dessas questões. Em primeiro lugar, há o fato, muito conhecido em outros contextos, de que o uso de pesticidas para o controle de pragas nas grandes lavouras de soja e milho implica de alguma forma a difusão desses produtos pelo ar e solo. A segunda questão mencionada foi o desaparecimento de rios e nascentes, ou o enfraquecimento expressivo da quantidade água nos corpos d'água remanescentes nas áreas de cultivo de monocultura.

¹⁷ O conceito de reprodução ampliada da vida é usado por J. L. Coraggio para se referir à possibilidade de criação de excedentes sociais suficientes para ampliação das condições de vida de unidades familiares. O conceito é uma contraposição às condições de reprodução ampliadas do capital. Em ambas as situações, um ciclo de reprodução faz possível a ampliação das condições de existência, da vida social ou do capital, respectivamente. Ver Coraggio (2000).

¹⁸ Não foi possível coletar informações sobre quem foi o comprador da parcela de terra vendida. A julgar pela discussão com os membros da família, é possível que o comprador tenha sido um dos produtores de soja no entorno.

exemplo. O fato relevante para discussão é que a prestação de *ajuda* mútua foi mencionada explicitamente no que se refere à realização de tarefas que ultrapassam a capacidade de mobilização de trabalho do grupo familiar. Isso vale especialmente para tarefas ligadas à produção agrícola, como a limpeza de terreno ou a colheita da macaxeira e mandioca, e também para momentos de construção de estruturas físicas necessárias à produção e à reprodução – casas de farinha, currais, moradia, entre outras. A argumentação sobre a necessidade e perenidade da manutenção dessas formas de esforço coletivo é clara e direta: as famílias não possuem recursos financeiros para a contratação de trabalho remunerado, vindo de fora do domicílio. Isso denota, em negativo, que não existe localmente oferta perene de trabalho para a realização dessas tarefas, o que torna a opção necessariamente custosa. É possível dizer que esse “custo elevado” (em termos relativos) se deve a pelo menos dois conjuntos de questões. Por um lado, a força de trabalho local teria de ser deslocada de sua ocupação usual, isto é, da realização de tarefas próprias de cada família, o que eleva o custo de trocar uma ocupação pela outra.¹⁹ Por outro lado, a contratação teria de recorrer a trabalho trazido da área urbana do município ou de outras localidades, o que obviamente aumentaria o custo da operação, contribuindo, da mesma maneira, para a opção de realização das tarefas por meio de ajuda mútua.

O espaço do quintal e a reprodução familiar

Para compreender a manutenção das condições de vida do grupo familiar, é preciso considerar a importância das características de uma parcela importante dos recursos de que o grupo dispõe, concentrados e organizados no *quintal* do sítio. Chamaremos de *quintal* o terreno no entorno da casa ocupada pela família do Sr. José e de D. Maria. O termo empregado com frequência no terreno de residências urbanas ou sítios rurais é utilizado aqui de modo adaptado. Nesse sentido, o quintal é o terreno de uso cotidiano, mas inserido no conjunto de uma propriedade rural mais ampla, geralmente chamada de chácara, lote ou fazenda, em outras regiões do país.

No caso da família do Sr. José e de D. Maria, o quintal é uma parcela do terreno da família, como se disse anteriormente, de aproximadamente 50 hectares.²⁰ A área do quintal é delimitada por uma cerca de arame,

¹⁹ Esse é o chamado *custo de oportunidade*, no jargão da teoria econômica.

²⁰ Como parâmetro de comparação, o módulo fiscal definido no estado do Tocantins varia entre 70 e 80 ha. A área da família da qual tratamos, portanto, representa 70% do módulo fiscal definido no município

distinguindo-se do restante da área da família por concentrar um grande número de estruturas e equipamentos de uso cotidiano, dentre os quais se destaca a moradia familiar. Estão nesse espaço também um curral, chiqueiro e galinheiro, a casa de farinha e um grande número de espécies frutíferas, arbustos e plantas voltadas para o uso alimentar, medicinal, ornamental e cerimonial.²¹ Em conjunto, esses equipamentos e áreas cultivadas dão ao quintal um papel-chave na manutenção das condições de vida da família, ajustando-se à ideia atualmente usada de *quintal produtivo* (PADOCH; DE JONG, 1991; LINS, 2014; ALMEIDA; GAMA, 2014; MATOS, 2015).

O conceito de *quintal produtivo* atém-se à particularidade dessas áreas, ou estruturas, nos processos de reprodução camponesa. Seu uso recente lança luz a aspectos que habitualmente são considerados nos estudos clássicos sobre os grupos camponeses,²² em que as famílias e seus meios materiais de reprodução são tomados de maneira mais ou menos homogênea. As famílias detêm força de trabalho e terra, assegurando, com esses meios, sua sobrevivência. A particularidade do quintal como uma parcela distinta do recurso à terra ou o papel particular de quem cultiva os quintais não é tratado de maneira detida. Isso contribui para a invisibilidade das mulheres na organização e manutenção dos quintais. Nem mesmo na tradição chayanoviana a análise da importância dos quintais como aparato produtivo, tendo em vista o papel do trabalho feminino nos quintais, teve destaque. Chayanov deu importância às características demográficas de idade e sexo, dado seu papel no ciclo de vida da família. A estrutura etária e a presença de homens e mulheres eram consideradas atributos de peso na capacidade produtiva-reprodutiva da unidade familiar camponesa (COSTA, 2012a). Porém, o autor não introduziu distinção qualitativa entre o trabalho masculino e feminino, considerando, ao contrário, o trabalho de mulheres, a partir de avaliação quantitativa, como uma fração do trabalho masculino, cuja potência seria maior (NOBRE, 1998).

de Darcinópolis, onde se localiza. Informação disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>.

²¹ Por usos cerimoniais, fazemos referência à importância das qualidades mítico-religiosas de algumas espécies que têm ampla aceitação cultural no Brasil e no Norte do país em especial. Destacamos a prática muito comum dos banhos usados como proteção ou descarrego (redução de males). Em outros casos, a presença de algumas plantas é considerada benéfica ou protetiva para o ambiente – caso da Arruda (*Ruta graveolens*), Espada de São Jorge (*Sansevieria trifasciata*) ou da Comigo Ninguém Pode (*Dieffenbachia seguine*).

²² Por clássicos do tema, referimo-nos aos estudos marxistas: Kautsky (1899/1986), Lênin (1899/1985) do final do século XIX e do século XX, Tepicht (1973), além do russo Alexander Chayanov (1966).

Sabemos que os quintais são espaços que reúnem dinâmicas produtivas-reprodutivas fundamentais para as famílias camponesas. Isso é particularmente importante na Amazônia, em função das condições peculiares da região: diversidade ambiental, acesso à terra, limitações de mercados, entre outras (QUARESMA, 2015; RAYOL; MIRANDA, 2019). Essas dinâmicas de produção-reprodução peculiar dos quintais parecem assumir o formato de tentativas de reconstrução, próxima às casas, de fragmentos dos sistemas socioambientais que eram anteriormente encontrados em ambientes naturais, como cerrados, florestas e similares. A transformação das áreas onde havia esses ecossistemas em pastagem, campos de monocultura ou espaços privados nega a aproximação das famílias camponesas a esses recursos, que eram antes de livre acesso. Diante disso, os quintais são cultivados como reserva de biodiversidade socialmente reconstruída e como parte do aparato de reprodução social da unidade familiar. É possível imaginar também que o cultivo dos quintais exista mesmo quando a supressão ou privatização não ameaça o acesso livre a recursos. Nesse caso, a construção dos quintais aconteceria porque reúnem recursos “à mão” e com possibilidade de escolha dos cultivos. As duas razões provavelmente integram-se em muitos casos.

É importante destacar que o exercício de construção do quintal como reserva de recursos se conecta às possibilidades de resiliência da unidade produtiva, contribuindo para a autonomia relativa do grupo familiar. Essa resiliência constrói-se na combinação dinâmica de características socioculturais e demográficas, bem como na mobilização dos ciclos naturais como força produtiva. Os recursos da biodiversidade, mediados pela diversidade do conhecimento do grupo, proporcionam à família recursos com os quais pode contar e que estão sob sua decisão, como opção perene ou ocasional. Diante disso, a construção do quintal é orientada para a diversidade como recurso (DINIZ, 2015). Em termos ecológicos, a diversificação de espécies viabiliza dinâmicas de sucessão de espécies próprias de sistemas ecológicos em recuperação ou transição (HORN, 1975), ou ainda de sistemas agrônômicos complexos (COSTA, 2009). Nesses sistemas, a diversidade de espécies e ciclos de vida dos indivíduos cria uma composição de ciclos reprodutivos variados e sazonais. Essa variedade produz uma estrutura temporal de produção, consumo e eventualmente comercialização, distribuídos ao longo do ano e não concentrados em regimes de safra e entressafra, como é o caso dos sistemas especializados.

Na área do quintal da unidade familiar em estudo, encontramos 72 indivíduos (vegetais) de 36 diferentes espécies, entre frutíferas, alimentares, grãos, plantas medicinais, cerimoniais e ornamentais. Nesse espaço, há 21 árvores frutíferas, como banana, manga, cacau e laranja; espécies como abóbora, mandioca, macaxeira, feijão e café são numerosas no quintal. Há um grande número de plantas medicinais – alfavaca, mastruz e babosa, dentre outras. Finalmente, espécies de uso variado como cabaça, usada na fabricação de utensílios de cozinha, o neem (*Azadirachta indica*), espécie de origem indiana usada como inseticida natural, e a espada de São Jorge, usada como ornamento e proteção cerimonial da residência, da família e do próprio quintal. Como se vê, comparado ao restante do sítio, o quintal se distingue pela quantidade e variedade de espécies vegetais concentradas dentro de seus limites.

A paisagem do sítio, externa ao quintal, é formada por pastos e uma grande quantidade de palmeiras babaçu, recurso também explorado pela família para a produção de azeite. A paisagem agroflorestal proporciona constantemente recursos consumidos, repartidos ou vendidos pela família. Somadas as espécies locais e exógenas de usos diversos (madeira de lei, lenha, entre outras) e as áreas cultivadas com alimentares, o quintal é além disso um ambiente ameno e sombreado que confere conforto ao cotidiano da família. Nas áreas adjacentes, onde predominam pastos e capoeiras, há um grande número de palmeiras babaçu (*Attalea speciosa*),²³ um recurso também importante, já que delas se extrai uma castanha, da qual se processa o óleo usado para fins diversos, e da polpa da fruta se produz uma farinha também utilizada na alimentação humana e animal (CARRAZZA; ÁVILA, 2010).

D. Maria orgulhou-se em nos dizer que o quintal foi “plantado” por ela ao longo dos últimos quinze anos. É notável também que diversas espécies do quintal ainda representam algo como uma materialização da memória de vínculos afetivos, sociais e de parentescos. D. Maria fez narrativas associando algumas plantas e árvores a amigos, vizinhos e parentes. Nesses casos, os familiares ou amigos teriam fornecido mudas ou sementes que hoje são plantas já desenvolvidas. Em outros casos, a direção da dádiva inverte-se: são parentes ou amigos que vão à sua casa em busca de algum vegetal ou de um fruto, como o jambo branco, levando consigo mudas, sementes ou plantas crescidas que irão constituir outros quintais, materializar laços afetivos e ao mesmo tempo

²³ O babaçual, segundo o costume local, é de uso comunitário, o que foi sancionado pela legislação estadual. Mesmo que as palmeiras se encontrem em área privada, não se impede o acesso de ninguém que queira coletar as frutas que caem. Ver Martins, Porro e Shiraishi Neto (2014).

favorecer aparatos de reprodução social em áreas próximas ou distantes. Isso é particularmente importante quando se trata das ervas medicinais, cerimoniais ou ornamentais, na medida em que são frequentemente recomendadas por sua utilidade para a saúde e proteção da família. Assim, a dádiva é decorrência do conselho ou recomendação que se faz ao amigo ou parente. Vale assinalar que, embora o esposo e filhos homens trabalhem em porções do quintal, como na plantação de macaxeira, é perceptível o protagonismo do trabalho da esposa e das filhas na organização do espaço e da dinâmica diária do quintal. Esse aspecto ganha relevo no caso das ditas plantas ornamentais, medicinais e protetivas, em função do frequente papel-chave das mulheres nos problemas e nas atividades do cuidado com crianças e com a família em geral.

No quintal, encontramos também animais: cachorros, galinhas, porcos, essas duas últimas espécies criadas em áreas apropriadas – galinheiro e chiqueiro. Ao lado do quintal está o curral onde se abrigam bovinos e equinos. A família mantém relações de proximidade com alguns animais, particularmente porcos, que recebem nomes próprios e que, por isso, alcançam uma condição singular nas relações familiares, como é o caso de um suíno cujo nome é Mussum. A D. Maria referiu-se a ele diversas vezes, elogiando seu comportamento – atende ao ser chamado, faz demonstrações de afeto aos familiares e visitantes, dentre outras peripécias enternecedoras e divertidas. Uma porca e algumas galinhas também receberam nomes próprios e um tratamento afetivo similar ao divertido Mussum. Dentro das relações de reprodução peculiares da unidade familiar, esses animais estão em uma condição mais próxima à de animais domésticos, como são usualmente cães e gatos, do que daquela da *criação*, isto é, própria do gado: não serão consumidos nem vendidos. Com eles se estabelecem relações cuja relevância para a família é de natureza pessoal ou emocional. Esse aspecto possui peso na estrutura das relações familiares, em termos afetivos, representando outra dimensão dos laços sociedade/natureza, organizada como *condições afetivas* de manejo da natureza no quintal, articulando os ciclos reprodutivos da família e das espécies animais e vegetais.

Os quintais, reunindo e articulando espécies animais e vegetais, garantem à família o acesso a uma variedade de recursos que importam na alimentação diária do grupo, mas também impactam na manutenção de laços de reciprocidade com vizinhos, parentes e visitantes. Durante nossa permanência no sítio, um vizinho ao qual já nos referimos anteriormente, e que viera ajudar nas atividades da produção de farinha, passando pelo quintal, arrancou alguns

pés de macaxeira, levando-os para dentro da casa. As raízes foram mais tarde usadas no almoço do dia, que afinal era mais extenso que o usual porque estavam recebendo nossa equipe de pesquisadores. Talvez, numa contrapartida não formal pela ajuda que o vizinho trouxe naquela manhã, parte da macaxeira que ele retirou do quintal fosse levada para compor o almoço na sua residência. Assim como se disse dos exercícios de dádiva envolvendo as espécies cultivadas, sementes, frutos, entre outros, o acesso partilhado à abundância de víveres proporcionados pelo quintal compõe uma faceta das condições de reprodução da unidade familiar camponesa. Tomando o cuidado de não idealizar as relações existentes, é concreto afirmar que o quintal é uma estrutura cujo papel nas interações familiares, comunitárias e também nas fronteiriças entre sociedade e natureza possui importância na sociabilidade das comunidades.

Como é característico das estratégias de reprodução social da unidade familiar camponesa, o quintal fornece ainda, em alguns casos, elementos que podem vir a ser comercializados, embora de maneira não contínua ou sistemática. Outra vez, o caráter não sistemático da escolha por comercializar produtos do quintal não parece ser uma insuficiência de organização, mas uma decorrência do arranjo conjunto no qual o recurso à renda gerada pela troca de mercado compõe a reprodução social, embora não a oriente. Na ocasião da nossa visita, a D. Maria mostrou-nos sua produção de *chocolate* feita para venda,²⁴ função semelhante ocupada pelas polpas de frutas. Esses produtos, quando vendidos, ajudam a compor a renda do domicílio.

Considerações finais

As características da unidade familiar estudada neste trabalho ajudam a compreender os processos sociais de transformação do campesinato na região norte do Tocantins. Ao mesmo tempo, põem em evidência as estratégias de reprodução social desses grupos na região diante das pressões colocadas pela convivência mais intensa com relações econômicas mediadas pelo mercado.

Notabiliza-se, nessas famílias, a persistência relativa de características da reprodução social camponesa. Nesse contexto, encontramos o papel da família como força de trabalho fundamental e das relações sociais de reciprocidade com parentes, por sangue ou por afinidade. Encontramos a luta por oportunidades de

²⁴ Poderíamos dizer que esse produto é um composto de sementes de cacau moído, diferentemente do cacau que passa por uma fermentação. Comercialmente, esse produto é às vezes chamado de nib de cacau, muito comum – e com preços elevados – em lojas de alimentos orgânicos.

acesso à terra e pela sua manutenção como meio fundamental de reprodução no núcleo familiar, ainda que em meio a pressões que colocam nos grupos camponeses a necessidade de interagir de modo parcial com a própria economia de mercado como uma estratégia de reprodução que não abandone inteiramente suas condições de autonomia relativa.

A compreensão dessa convivência tensa entre padrões de reprodução torna-se mais sólida quando se recorre a uma perspectiva de análise que não faça a identificação entre economia e mercado. Tal distinção – a economia não é idêntica ao mercado – permite entender que os grupos sociais recorrem a diferentes estruturas e práticas para a integração e estabilidade da produção da vida material, mesmo que sejam também levados a recorrer parcialmente às trocas típicas de mercados, sem se aterem apenas a elas ou a elas subordinar-se.

Diante desse cenário, Polanyi afasta-se da teoria econômica hegemônica que faz a vida econômica derivar inteiramente de uma racionalidade e um egoísmo atávicos do indivíduo (o *homo economicus*) e de sua agregação em mercados autorregulados. Coloca a hipótese de uma *economia substantiva*, uma vez que é constituída pela interação substantiva entre sociedade e natureza. Tal perspectiva reconhece que os indivíduos não são como átomos racionais e egoístas, mas se constituem como participantes/construtores dessa interação. Como consequência, a economia não se apresenta como resultado de uma progressiva homogeneização rumo à difusão de sua única instituição integradora, o mercado, cuja expansão irá suprimir cedo ou tarde aquilo que se encontra *ainda* fora de suas práticas típicas. Ao contrário, a economia é como uma paisagem social institucionalmente heterogênea, já que existem em operação distintas formas de integração econômica (domesticidade, reciprocidade, redistribuição e mercados), ainda que alguma se apresente hegemônica em diferentes espaços-tempo.

Retornando à situação específica da unidade familiar de que tratamos, a encontramos na contraditória situação de ligar-se à economia de mercado que a circunda de mais de uma maneira, mas recorrendo a estratégias de manutenção de autonomia quanto às suas condições materiais de reprodução. Ressaltamos não apenas o papel da terra em sentido estrito, mas sua importância como mediação social e espacial das relações do grupo com a *natureza como força produtiva*. Nessa questão, demos destaque à construção social do *quintal produtivo*, tornado espaço privilegiado dessas relações entre os membros da família, das mulheres em especial, e os ciclos naturais. Ainda em conformidade

com a persistência das características de famílias camponesas, percebemos a existência de relações importantes com as trocas de mercado, em particular com mercados locais, sem que o grupo familiar abrace de modo irrestrito a entrada nas condições de reprodução social típicas das sociedades de mercado.

As transformações trazidas à região pela presença do agronegócio da soja e eucalipto, e consequente disputa pela terra, pressionam o modo de vida da unidade familiar, criando condições e momentos de fragilidade econômica e ameaçando sua permanência no território. Rodeados por esses empreendimentos econômicos de grande porte e racionalidade mercadológica, grupos camponeses da Ribeira, vale norte do rio Tocantins, prosseguem em seu território, empregando uma capacidade sólida de manejo de seus recursos, a manutenção de modo de vida, o enraizamento territorial e a diversificação das estratégias de reprodução social. A unidade familiar em estudo permite compreender maneiras pelas quais esses grupos asseguram sua reprodução social a partir de arranjos sociais e produtivos que ao mesmo tempo se conectam às relações de mercado que se expandem na região, sem a elas se integrarem inteiramente.

A reprodução social se faz possível por meio de formas de produção e relações sociais que ultrapassam o mercado como modo de integração econômica, preservando características decisórias peculiares aos campesinatos, como a diversificação das estratégias de reprodução. Além da domesticidade e reciprocidade praticadas com familiares, vizinhos e parceiros, estabelecem conexões peculiares com os mercados, com o Estado e mesmo com os grandes projetos de desenvolvimento, como ferrovias, usinas e projetos ligados à produção de *commodities* agrícolas, como se percebe nos exemplos da produção de leite e de farinha. O manejo dos excedentes dessa produção ora é destinado a um fim, ora a outro, recorrendo inclusive se necessário à captura dos movimentos de valorização da terra pela monocultura que tudo circunda, como discutimos no caso da venda de terra para aquisição do veículo como estratégia de ampliação das condições de reprodução.

Agradecimentos

Este trabalho foi elaborado com financiamento do Edital Procad Amazonia nº 21/2018, financiado pela Capes. Filia-se, portanto, ao Procad Economia e Cultura dos comuns, formado pelos programas de pós-graduação PPGCult – UFNT, PPGE-UFPA, Cedeplar-UFMG. Os autores agradecem às diversas

contribuições dos muitos colegas dos três programas membros na elaboração do trabalho.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2012.
- ALMEIDA, Larissa Santos de; GAMA, João Ricardo Vasconcellos. Quintais agroflorestais: estrutura, composição florísticas e aspectos socioambientais em área de Assentamento Rural na Amazônia Brasília. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 24, n. 4, p. 1041-1053, 2014.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, 2006.
- ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva; MARRA, Renner. Papel da Embrapa no desenvolvimento do agronegócio. *Revista de Economia e Agronegócio*, [s.l.], v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/agsrdeag/164094.htm>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BHATTACHARYA, Tithi. *Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression*. Londres: Pluto, 2017.
- BALBINOT JUNIOR, Alvadi Antonio et al. *Análise da área, produção e produtividade da soja no Brasil em duas décadas (1997-2016)*. Londrina: Empraba Soja, 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/156652/1/Boletim-de-PD-11.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.
- BATISTA FILHO, Malaquias; BATISTA, Luciano Vidal. Transição alimentar/nutricional ou mutação antropológica? *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 26-30, 2010.
- BATISTA FILHO, Malaquias; RISSIN, Anete. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, p. S181-S191, 2003.
- BONATO, Emidio Rizzo; BONATO, Ana LidiaVariani. *A soja no Brasil: história e estatística*. Londrina: Empraba Soja, 1987. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/446431/a-soja-no-brasil-historia-e-estatistica>. Acesso: 3 nov. 2021.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.
- CARRAZZA, Luis Roberto; ÁVILA, João Carlos Cruz e. *Manual tecnológico de aproveitamento integral do fruto do baru*. Brasília: Instituto Sociedade População e Natureza, 2010.
- CHAYANOV, Alexander V. *Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. Chayanov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.
- CHAYANOV, Alexander V. *The Theory of Peasant Economy*. Homewood: The American Economic Association, 1966.

- CORAGGIO, José Luis. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.
- CORONEL, Daniel Arruda *et al.* Exportações do complexo brasileiro de soja vantagens comparativas reveladas e orientação regional. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 17, n. 4, p. 20-32, 2008. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/434>. Acesso em: 30 out. 2021.
- COSTA, Francisco de Assis. *Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012a.
- COSTA, Francisco de Assis. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012b.
- COSTA, Francisco de Assis. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 35-86, 2009.
- DALL'AGNOL, Amélio. *A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: histórico e contribuições*. Brasília: Embrapa, 2016.
- DINIZ, Sibelle. Economia popular e solidária na contemporaneidade: a heterogeneidade como recurso. *Anais ENANPUR*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2309>. Acesso em: 25 out. 2021.
- ESPINAL, Joana Lúcia Rios. *A casa de farinha e sua organização social*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 1981. 176 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1981. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17026>. Acesso em: 3 out. 2021.
- FIANI, Ronaldo. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Elsevier Brasil, 2011.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 1. ed. 1961. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- GOMES, Jannine Castelo Branco. *Direito a terra e conflitos agrários: narrativas dos camponeses atingidos por processos de expulsão na Serra do Centro, município de Campos Lindos-TO*. 2019. 222 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2190>. Acesso em: 28 set. 2021.
- HORN, Henry S. Forest succession. *Scientific American*, [s.l.], v. 232, n. 5, p. 90-101, 1975.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Tradução de Otto Ercih Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre; DÍEZ, Alfonso. *Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI*. Barcelona: Gedisa, 2015.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. *The critique of everyday life: the one-volume edition*. Londres: Verso Books, 2014.

- LINHARES, Anny; SANTOS, Clarissa. “A casa de farinha é minha morada”: transformações e permanências na produção de farinha em uma comunidade rural na região do Baixo Tocantins-PA. *Revista de Agricultura Familiar*, Belém, n. 10, v. 1, 2014.
- LINS, Juliana. *Terra Preta de Índio e as populações do presente: a herança que chega até o quintal*. 2014. 52 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2014. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/12729>. Acesso em: 7 out. 2021.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia brasileira aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Editora UFPA, 2001. p. 31-37.
- MARTINS, Pedro Sergio Vieira; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka; SHIRAISHI NETO, Joaquim. O direito de propriedade ressignificado por quebradeiras de coco babaçu: a atualização da experiência no uso comum de recursos em uma comunidade tradicional. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, Goiânia, v. 38, n. 2, p. 241-267, 2014.
- MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi et al. *Conservação da agrobiodiversidade: saberes e estratégias da agricultura familiar na Amazônia*. 2016. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5239>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- MATOS, Caio Barros. *Diversidade e usos de quintais agroflorestais da Comunidade São Domingos, Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-PA*. 2015. 81 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/135>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- MEDEIROS, Euclides Antunes de. *Encontros de sangue: cultura da violência na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins 1830/1930*. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16305>. Acesso em: 30 out. 2021.
- MORBACH, Marize. *Amazônia in concert*. 1997. 72f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- NEGREIROS, Elton. *Memórias de uma territorialização na construção do lugar e da paisagem: cultura e modos de viver dos Narradores da Ribeira*. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1633>. Acesso em: 27 out. 2021.
- NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs.). *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998.
- NORTH, Douglass C. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

- OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- PADOCH, Christine; DE JONG, Wil The house gardens of Santa Rosa: diversity and variability in an Amazonian agricultural system. *Economic Botany*, [s.l.], v. 25, p. 166-175, 1991.
- PINTO SANTA CRUZ, Aníbal. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: CEPAL. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, v. 2. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000. p. 567-588.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad Maynadier; PEARSON, Harry W. (Eds.). *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. [S.l.]: Free Press, 1965.
- QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e quintais agroflorestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. In: HORA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (Orgs.). *Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.
- RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio; SILVA, Harley; LUCENA, Mariane. Geopolítica das usinas hidrelétricas, lutas por re-existência e pedagogias da colonialidade na Amazônia do tempo presente. In: REIS, Tiago Siqueira et al. (Orgs.). *Coleção História do Tempo Presente, volume 3*. Boa Vista: EdUFRR, V. 03, 2020.
- RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio et al. *Economia e cultura dos comuns: práticas e espaços de alternativas de desenvolvimento na região da Amazônia Oriental*. Brasília: CAPES, 2018.
- RAYOL, Breno Pinto; MIRANDA, Izildinha de Souza. Quintais agroflorestais na Amazônia Central: caracterização, importância social e agrobiodiversidade. *Ciência Florestal*, Santa Maria, v. 29, n. 4, p. 1614-1629, 2019.
- SANTOS, Valéria Pereira. Mulheres e conflitos socioambientais: saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, Campos Lindos-TO. 2018. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.
- SILVA, Harley; MONTE-MÓR, Roberto L. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2016, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2420/2374>. Acesso em: 29 set. 2021.
- SILVA, Harley. *Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira*. 2017. 267 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- SILVA, Moisés Pereira da. *Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins*. 2011. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2317>. Acesso em: 7 out. 2021.

- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e Impérios Alimentares*: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e a arte da agricultura*: um manifesto chayanoviano. Porto Alegre; São Paulo: Editora da UFRGS; Editora da UNESP, 2016.
- VELHO, Otávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Manaus: UEA Edições, 2013.
- VIDAL, Marcus Vinícius Sidoruk. *Inovação na agricultura brasileira: a contribuição da Embrapa na conquista do cerrado pela soja*. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- VIZOLLI, Idemar; SANTOS, Rosa Maria Gonçalves; MACHADO, Renato Francisco. Saberes quilombolas: um estudo no processo de produção da farinha de mandioca. *Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, v. 26, n. 42b, p. 589-608, 2012.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso em: 7 out. 2021.
- WONG, Laura Rodríguez; CARVALHO, José Alberto Magno de. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.
- YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. Londres: Sage, 1984.

Como citar

RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio; SILVA, Harley. Da reprodução social da unidade familiar camponesa: um estudo de caso no vale do Tocantins. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230202, 4 ago. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_02.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Aqui todo mundo é parente: memória, família e distinção em comunidades camponesas no Norte de Minas Gerais

‘Here everybody is related’: memory, family and distinction in peasant communities in the north of Minas Gerais

 **Roberta Novaes**¹

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_03

Resumo: Este texto tem como objetivo refletir sobre as marcações distintivas entre famílias em comunidades camponesas no semiárido do Norte de Minas Gerais. Para tanto, são analisadas as histórias de fundação das comunidades contadas pelos descendentes dos fundadores e das fundadoras e por outros moradores. Essas histórias de fundação acionam as memórias das genealogias das famílias. A partir das histórias de fundação das comunidades e da rememoração da descendência, distingue-se diferentes povos, gentes, nação, embora, em uma primeira aproximação, se diga que todo mundo é parente ou que é tudo uma família só. O coração da pesquisa empírica foi um punhado de pequenas comunidades camponesas situadas no Vale do Peruaçu, no Norte de Minas Gerais, em especial no município de Januária. O material empírico foi produzido entre os anos 2013 e 2015. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa parcialmente apresentada neste texto consistiu em uma etnografia. Indica-se que as memórias narradas apresentam demarcações entre as gentes do lugar e nos contam sobre a heterogeneidade das condições de reprodução social dessas famílias. No ato de contar são feitas atualizações de um conjunto de elementos que invocam proximidade e distanciamento.

Palavras-chave: memória; família; marcação distintiva; comunidades camponesas; Norte de Minas Gerais.

Abstract: This paper reflects on the distinctive demarcations between families in peasant communities in the semi-arid region of northern Minas Gerais by analyzing the stories of their founding told by the descendants of those who founded and lived in these

¹ Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica de Salvador (PPGTAS/UCSAL). Professora do Centro Universitário Nobre (UNIFAN). Doutora em Antropologia e Ciências Humanas pelo Programa de Pós-graduação de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Membro do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP/MN/UFRJ) e do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN/PPGTAS/UCSAL). E-mail: robertab.novaes@gmail.com.

communities. These stories trigger the memories of family genealogies; even though everyone is initially said to be related or from a single family, different groups, peoples, and even nations can be distinguished from the founding stories of these communities and the remembrances of their descendants. The empirical research focused on a handful of small peasant communities in the Peruaçu Valley in northern Minas Gerais, principally the municipality of Januária, with material produced between 2013 and 2015. In terms of methodology, the research partially presented in this text consisted of an ethnography. The memories described demarcations between the people in the communities, indicating heterogeneous conditions involved in the social reproduction of these families. The act of telling these stories involves updating a set of elements that invoke proximity and distance.

Keywords: memory; family; distinctive demarcation; peasant communities; northern Minas Gerais.

Introdução

Este texto tem como objetivo refletir sobre as marcações distintivas entre famílias em *comunidades*² camponesas no semiárido do Norte de Minas Gerais. Para tanto, analiso as histórias de *fundação* das comunidades contadas pelos descendentes dos fundadores e das fundadoras e por outros(as) moradores(as).

Essas histórias de fundação acionam as memórias das genealogias (em alguns momentos, imprecisas; em outros momentos, claramente definidas em certas relações) das famílias. Dito de outra maneira, a partir das histórias de fundação das comunidades e da rememoração da descendência, distingue-se diferentes *povos, gentes, nação*.

A problemática do artigo reside na discussão sobre como aparecem as marcações distintivas entre famílias na modulação das relações entre as pessoas. O que significa ser descendente do *coronelismo*, do *jaguncismo* ou do *povo dos baianos*, naquelas comunidades? Quais os sentidos dessas marcações, embora, a princípio, seja *todo mundo parente*, como me era afirmado corriqueiramente, por onde eu circulasse naquelas comunidades: *é tudo uma família só, é tudo um emboleiro de gente, é tudo primo, sobrinho, comadre, compadre*.

Como marcação distintiva eu defino a formulação discursiva que demarca e atualiza as origens familiares diferentes de pessoas e/ou das unidades de residência das comunidades.

² Neste artigo, toda palavra, expressão e frase em itálico indicam formulações próprias dos sujeitos da pesquisa. Quase todos os nomes de pessoas foram mudados de modo a não identificar diretamente ou dificultar a identificação dos(as) interlocutores(ras).

A minha experiência no campo e da convivência naquelas *comunidades* é tocada, em grande medida, pelo trabalho da memória, para usar a expressão de Godoi (1999), das pessoas que por lá viviam, no processo de contar suas trajetórias e as histórias das famílias e dos parentes e das terras e da fundação das *comunidades*. O sentido de trabalho da memória aqui utilizado, como em Godoi, significa que a memória não equivale à recuperação precisa de fatos do passado; implica o acionamento de narrativas que constroem sentidos no presente. Sentido de quem é ou não da mesma família ou da mesma comunidade, quem chegou primeiro ou chegou por último, quem tem mais ou menos prestígio, quem casa com quem.

Nessas comunidades de Januária e Itacarambi, as pessoas estavam o tempo todo a me falar sobre parentes, colegas, filhos, irmãos, netos, pais, primos, namorados, maridos, esposas, noivos, sobrinhos, cunhados, vizinhos, comadres, compadres, avós. Toda essa gente esteve ou estava *pelo mundo*, *no trecho*, *tinha saído pra fora*³ naquela ocasião ou em tempos passados. Ao mesmo tempo, falava-se sobre os parentes dali, e que *todo mundo é parente*; falava-se sobre as *comunidades*, os *fundadores*, as *histórias dos antigos*, o *tempo antigo*.

Contava-se também sobre a transformação da vida no semiárido a partir de uma dimensão *tempo* (o *tempo antigo* era diferente em muitos aspectos), a quentura do clima, a lida com a seca, a falta de água, o assoreamento do rio Peruaçu. Esses elementos relativos aos recursos terra, água e “ambiência climática” constituíam outras ênfases às narrativas sobre parentes, famílias e comunidades; parente que fica porque tem terra, parente que sai porque não tem terra, quem sai porque não tem *serviço* ou por causa da *fraqueza do lugar*.⁴

Com frequência me recomendavam que eu procurasse os moradores mais idosos das comunidades para que me contassem as histórias do lugar, como as

³ *Sair pra fora*, *estar no mundo*, *rodar o trecho*, *estar no trecho*, *passar uma chuvada* são formas de dizer a circulação de pessoas por lugares diversos. Esses lugares podem ser desde a cidade vizinha, bem como outro estado muito distante de Minas Gerais. Um dos sentidos que esses modos de dizer parecem demarcar é a ausência, e não uma dimensão de espacialidade remota, como a princípio as expressões podem sugerir. Atribuía-se, por exemplo, o *sair pra fora* tanto para alguém que foi viver um tempo na sede do município de Januária quanto alguém que foi para o Mato Grosso ou o Sul de Minas.

⁴ O Norte de Minas era referido como um *lugar fraco*. A princípio, a *fraqueza* era mobilizada como uma das explicações para o *sair pra fora*. Neste sentido, um *lugar fraco* é referido como a ausência do que as pessoas entendem como necessário para uma vida com dignidade ou direitos mínimos, se poderia dizer: *serviço* (trabalho), boa remuneração pelo *serviço*, transporte público, acesso à escola, entre outros exemplos. Aqui, uma vez mais, parece que a ausência pode funcionar como uma noção que tem certa eficácia explicativa em relação ao que aqueles sujeitos dizem e como pensam lugares e circulação de pessoas. Ao mesmo tempo, o Norte de Minas não é apenas um *lugar fraco*; ele é também um *lugar sossegado* porque possui muitas outras virtudes. Sobre a discussão dessas caracterizações de lugar, ver Novaes (2018).

comunidades se formaram, as famílias que primeiro chegaram, como era viver ali no passado.

Seria bom você falar com seu Fulano, eu ouvia. Seu Fulano, *mais velho*,⁵ saberia me contar algo como as ramificações das famílias que formaram aquelas comunidades. Talvez ainda mais especialmente, seu Fulano saberia me dizer quem era descendente de quem. Teriam as pessoas mais jovens perdido o fio das histórias? Ou talvez nunca tivessem sabido de fato dessas diferenciações entre gentes que acabaram, em alguma medida, mais indistintas, e que tinham virado um *emboleiro*, uma *parentagem* só? Por outra perspectiva, ser indicada para conversar com as pessoas mais velhas do lugar pode ter menos a ver com a tentativa de uma precisão de fatos passados e mais com a ideia que entende os mais velhos como referência na prerrogativa do dizer.

Minha experiência nessas comunidades no Norte mineiro foi, portanto, permeada por essas ponderações de quem por lá estava: a experiência de estar ou viver no semiárido mineiro e que tem a ver com uma crise ecológica sentida na região e considerações sobre os *parentes e as comunidades*.

Assim, contar sobre as memórias do lugar e das histórias de fundação das comunidades e suas gentes é contar também sobre como as marcações entre parentes mais próximos, não parentes e parentes mais distantes modulam aqueles grupos e as implicações dessas marcações, como as escolhas de casamento ou as idas para *São Paulo*, por meio de uma rede de apoio.

Para efeitos de explicitação dos significados dos termos utilizados, considero ainda ser importante explicar como uso os sentidos de memórias do lugar e histórias. As histórias (como as de fundação da comunidade) se referem aos acontecimentos mais específicos, como as chegadas, partidas, mortes, nascimentos, casamentos. As memórias do lugar são o quadro mais amplo composto pelos acontecimentos específicos e que imprimem conexões de sentidos que materializam as relações sociais e que tem a ver com, por exemplo, senso de pioneirismo (primeiros ocupantes)⁶ ou senso diferencial de poder e prestígio.

A pesquisa consistiu em uma etnografia, concebida como análise combinada de esforço conceitual-teórico (PEIRANO, 2014) e dados empíricos construídos

⁵ Para identificar uma classificação etária como *os mais velhos* ou idoso, para usar um vocabulário exterior, proponho pensar o “ser velho” menos como uma determinação do corpo físico e mais como aquele sabe contar as histórias do *tempo antigo*: o que faz *os mais velhos* é o “domínio” de certas histórias.

⁶ Falo de um senso de pioneirismo por entender que a ideia de uma “ocupação primeira” reflete a percepção de um começo do lugar desses sujeitos; não discuto neste trabalho, contudo, o histórico de ocupação daquele território.

com o auxílio da técnica da observação participante (vivência prolongada nas atividades cotidianas dos grupos pesquisados), dos registros em diário de campo (anotação de ocorrências, conversas informais com interlocutores da pesquisa e autorreflexões da pesquisadora imersa naquele contexto sobre o cotidiano vivido) e de entrevistas gravadas a partir de um roteiro de questões previamente estruturado, mas que admitiu novas questões durante a conversa com o entrevistado(a), bem como abdicou de outras elaboradas de início. O material empírico apresentado neste texto foi produzido entre os anos de 2013 e 2015.

Para me referir às famílias *fundadoras*, me inspiro em um recurso utilizado por Godoi (1999)⁷ em sua pesquisa entre camponeses do sertão do Piauí. Represento diferentes linhagens de família por vogais A e B. No caso das famílias do Peruaçu, tratarei por Família A e Família A', Família B e a família dos *Baianos*. O coronel ao qual se atribui, como se verá adiante, a origem das Famílias A e A', será referido apenas como o *Coronel*,⁸ grafado com inicial maiúscula. Famílias *fundadoras* são aquelas contadas como tendo iniciado o emaranhado de relações entre os moradores daquele lugar.

O material empírico que produzi no trabalho de campo não dispõe de informações relativas a todas as famílias de modo equivalente. Isso espelha o circuito de casas em que circulei prioritariamente. Aqueles que foram, por motivos diversos, meus interlocutores principais foram as Famílias A e A'; e em um segundo plano, a Família B. As casas dessas famílias eram as que eu mais frequentava, as casas em que eu dormia, as pessoas com quem eu mais encontrava. Por isso, eu me situo nesse ponto particular desse universo de relações: da fala e do olhar expressados a partir das famílias A, A' e B, e é sobretudo a partir desse lugar que a análise será privilegiada, mas não exclusiva.

O recorte deste trabalho está centrado nas famílias mencionadas, mas há algumas unidades de residência que envolvem outras relações e famílias e que não aparecem neste texto. As comunidades não se reduzem às famílias e genealogias aqui descritas.

Na seção que se segue, apresento uma caracterização breve da região pesquisada, descrevendo de modo mais geral as comunidades e a disposição espacial entre elas. Nas seções posteriores, faço uma revisão bibliográfica

⁷ Godoi trabalha com a noção de tradição oral, que não desdobrarei neste texto.

⁸ Neste artigo, coronel e coronelismo não são utilizados no sentido histórico construído por Victor Nunes Leal. Para esse outro sentido dos termos, conferir Leal (2012).

relativa às principais questões teóricas que fundamentam o artigo, e reproduzo e analiso as memórias e histórias das famílias fundadoras das comunidades.

O Norte mineiro, o Peruaçu e suas comunidades

Januária localiza-se no Norte de Minas Gerais, distante cerca de 600 quilômetros da capital mineira, e está à margem esquerda do Médio São Francisco; faz limite com os municípios de Formoso, Chapada Gaúcha, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi, Bonito de Minas, Cônego Marinho e com o estado da Bahia.

A pesquisa por mim desenvolvida se concentrou no Vale do Peruaçu,⁹ região entre os municípios de Januária e Itacarambi. A sub-bacia do rio Peruaçu insere-se no curso médio da bacia do Rio São Francisco.¹⁰

Descrever brevemente a região e seu contexto “hidrogeográfico” se justifica neste texto por ser esse tema central nas falas das pessoas, sobretudo em um certo senso de identificação com aquele lugar.

O “tema” rio Peruaçu acabou também configurando o recorte espacial da pesquisa em virtude da incidência do Projeto Peruaçu, que incluía cerca de 13 comunidades. Esse Projeto era executado pela Cáritas Diocesana de Januária¹¹ e tinha como alguns de seus objetivos declarados a preservação ambiental do Vale do Peruaçu, a reversão do assoreamento (em alguma medida) do rio Peruaçu e a construção de cisternas para armazenamento de água.

A escolha por circular entre as comunidades *do Peruaçu* (como no dizer local, com a subtração de “Vale”) se deu por uma facilidade maior de acesso às comunidades, o que ocorreu, em grande medida, por intermédio dos *agentes Cáritas*.¹² Entre as 13 comunidades, permaneci por mais tempo em Olhos D’Água e no Araçá.

Comunidade era a forma mais comum utilizada pelos sujeitos da pesquisa para se referirem ao conjunto de habitações em proximidade que circunscreviam uma

⁹ A região do Vale do Peruaçu abriga áreas de preservação diversas, como o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (PNCP) e possui grande valor arqueológico e espeleológico.

¹⁰ O rio Peruaçu possui 2.700 km de extensão, escoando no sentido Sul-Norte pela Bahia e Pernambuco, onde altera seu curso para Leste, chegando ao Oceano Atlântico pela divisa dos estados de Alagoas e Sergipe.

¹¹ Entidade ligada à Igreja Católica que implementava diversas políticas na região. Quase todas essas políticas consistiam fundamentalmente na construção de cisternas no semiárido.

¹² *Agentes Cáritas* eram as pessoas que trabalhavam na Cáritas. Em boa medida, esses *agentes* eram, eles mesmos, moradores de comunidades camponesas de Januária, seja no Vale do Peruaçu ou em outras partes do município. A Cáritas integra uma rede maior de organizações da sociedade civil, a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que atua no semiárido.

localidade nomeada. Além desse conjunto de habitações, algumas dessas localidades tinham uma escola de Ensino Fundamental 1 e/ou Ensino Fundamental 2. Creio que apenas uma dessas comunidades tinha uma escola de Ensino Médio. Quase todas essas comunidades tinham uma pequena igreja, fosse católica e/ou evangélica, como a Assembleia de Deus.

Outro aspecto importante de ser observado é que tais comunidades estavam em áreas de preservação ambiental ou simplesmente áreas verdes, com a presença de vegetação e rios ou riachos. As estradas que as interligavam eram de terra e situavam-se mais distantes da sede do município. As casas possuíam áreas de cultivo mais ou menos extensas, hortas e pequenos animais como galinhas ou algumas vacas.

O número de ocupantes das unidades de residência (ou casas) das comunidades variava. Em diversas, havia apenas um casal de idosos (pessoas com mais de 60 anos), cujos filhos tinham *saiído*¹³ e já não mais viviam com os pais; outras tinham casais mais jovens – com 30 ou 40 anos idade – com filhos adolescentes ou crianças.

Em outras unidades de residência, havia casais de idosos com um filho ou filha adulto vivendo na mesma casa, e já com filho ou filhos bebês ou crianças. Esse filho ou filha adulto poderia ser casado (no sentido de ter uma situação conjugal, ainda que não necessariamente de modo formal, fosse como casamento civil ou religioso) ou solteiro. Não havia casos de homem que fosse pai sem uma situação conjugal estabelecida e que criasse o filho consigo, sem a mãe da criança. Em mais de uma unidade de residência, o contrário se passava: uma jovem mulher sem situação conjugal estabelecida com um filho ou filha pequeno e que vivia com os pais idosos ou mãe idosa.

As casas tinham entre dois e cinco ou seis ocupantes, no caso de famílias formadas por pais mais jovens com filhos adolescentes ou crianças. Vários desses casais mais jovens tinham quatro ou cinco filhos; outros tinham dois ou três. Havia ainda algumas outras composições como casais mais jovens sem filhos em uma casa.

As histórias de *saída*, dos homens mais velhos e mais jovens, envolviam trabalhos no corte da cana, colheita de café ou outros gêneros de cultivo,

¹³ Nogueira (2013), em sua pesquisa sobre trabalho assalariado, migração e campesinato em Aracatu (Bahia), explica que a expressão “sair” descreve a ausência na terra familiar no sertão baiano em razão da procura por trabalho em outros lugares. Observo que, naquele contexto, não se utiliza a palavra “migrar” para explicar essa mobilidade. Da mesma maneira, nas comunidades do Peruáçu e arredores de Januária e Itacarambi em que estive, tampouco se usa “migrar” como modo de autorreferimento de circulação para fora da casa e/ou terra familiar.

construção civil, garimpo, mineração. As histórias de *saída* das mulheres eram mais comuns entre as mais jovens e envolviam, quase sempre, uma ida para São Paulo¹⁴ e trabalhos em lanchonetes, limpeza de casas ou de escritórios e a busca por escolarização, seja do Ensino Médio ou Superior.

Essa circulação de pessoas das comunidades do Peruaçu ocorria para São Paulo, interior, região metropolitana ou capital, mas também para o Sul de Minas, Brasília, ou para a cidade de Januária.

Essa descrição sobre a composição familiar das unidades de residência e as ocupações mais gerais dessas pessoas é importante para que se compreenda quem são os moradores e moradoras dessas comunidades e um pouco da dinâmica das suas vidas.

As comunidades Araçá, Estiva, Olhos D'Água, Quilombo e Janelão, no Vale do Peruaçu, formavam uma sequência. A agente do posto de saúde de Olhos D'Água e moradora do Araçá informou-me que, de acordo com os registros dos quais dispunha sobre as comunidades atendidas,¹⁵ Olhos D'Água tinha 32 famílias e 100 pessoas; a comunidade Estiva – que se situava entre Olhos D'Água e Araçá – contava cinco famílias e 15 pessoas; no Araçá havia 74 famílias e 198 pessoas; e o Janelão tinha oito famílias e 26 pessoas.¹⁶

Todas essas comunidades ficavam em Januária. Atravessando o rio Peruaçu, chegava-se a um conjunto de outras comunidades: Vargem Grande, Caraíbas, Caraibinha e os *Baianos*, que pertenciam ao município de Itacarambi.

Eu conheci dois caminhos por onde se atravessava o rio Peruaçu entre os dois municípios. Um deles era feito partindo-se da comunidade do Araçá, onde se chegava à *vila* da Vargem Grande, espécie de pequeno centro local, com telefone público, uma grande mercearia, bares e pequenos comércios. Também na *vila* havia trechos asfaltados, ao contrário das estradas de terra das comunidades ruralizadas.

Do final da comunidade Olhos D'Água, quase chegando à comunidade Quilombo, havia também uma pequena estrada de terra que levava ao outro lado do rio. Ali era a *comunidade* Vargem Grande. Segundo um morador da *vila* da Vargem Grande e funcionário da Cáritas, a região que compreendia Vargem Grande (*vila e comunidade*), Caraíbas, Caraibinha e os *Baianos* incluía 180 famílias.

¹⁴ Como assinalam Garcia Júnior (1989) e Nogueira (2013), entre os migrantes paraibanos e baianos, respectivamente estudados por eles, *São Paulo* pode significar também qualquer lugar para o Sul de onde se está – a Paraíba ou a Bahia.

¹⁵ Dados de 2014.

¹⁶ Esses dados produzidos por agentes de saúde em comunidades rurais são importantes porque puderam auxiliar na construção do cenário da pesquisa.

Nem sempre eram exatamente as mesmas as formas de denominação e identificação de comunidades por parte de seus moradores e entre os agentes de órgãos públicos diversos, quase sempre relacionados à atuação em questões ambientais e organizações não governamentais executoras de diferentes políticas, como o Projeto Peruaçu. Um exemplo é a comunidade identificada como *os Baianos*, ou *nos Baianos* ou o *povo dos Baianos*. Entre as pessoas moradoras, os *Baianos* era um conjunto de unidades de residência, que não aparece dessa forma em pelo menos um dos mapas que pude acessar produzidos no âmbito de um dos projetos executados naquelas localidades do Peruaçu e coordenado por uma grande organização que atua pela preservação da natureza.

Cada *lugarzinho* naquela constelação de comunidades tinha um nome, como me disse uma moradora do Araçá, mas era *tudo familiar*. Se eu percorresse todas as comunidades, eu veria que era tudo uma *família* só, tudo *misturado*, tudo *parente*, uma *parentagem* só, um *emboleiro*:

Aí eu falo assim: Fulano é meu parente. Mas acaba que todo mundo aqui é parente um do outro. Até quem você não conhece, acaba sendo parente. O que não é primo, é sobrinho; o que não é sobrinho, é tio; o que não é tio é cunhado! É comadre! [...] E vai assim, tudo assim! (Moradora do Araçá)

Cabe uma dupla interpretação para aquela última expressão destacada: *familiar* no sentido de cogação e de aquilo que lhe é bem conhecido. *Familiar* costuma ser invocado também para caracterizar um ambiente respeitável, conectando família e moralidade. Família e, portanto, aquilo que é familiar é, idealmente, alusivo ao afeto, assim como um dos sentidos do emprego de diminutivo como modo de referimento, como em *lugarzinho*. Por outro lado, pode-se ser parente e ser alguém que não é conhecido.

Quando passei a frequentar a comunidade Olhos D'Água, não raro perguntavam-me se eu estava hospedada em casa de dona Eugênia, esposa de um *finado coronel*; a casa dela era, sem dúvida, um lugar de referência na comunidade. Em casa de dona Eugênia acontecia também a *política*, como me dissera outra moradora em uma ocasião, ao me explicar quem era dona Eugênia. A *política*, no contexto daquela conversa, referia-se à reunião e almoço com o prefeito, ocasião em que havia *fartura* (de comida, mas talvez não apenas): *biscoito, doce de casca de laranja, bolo, pão de queijo*.

Uma das histórias antigas sobre a comunidade me havia sido contada por um morador: as primeiras famílias que tiveram luz elétrica foram somente as

famílias dos coronéis. Apenas posteriormente uma prefeita estendeu o acesso à eletricidade a todos, o que teria acontecido em 1987.

Outro morador, contrastando sua origem com aquela das famílias dos *coronéis*, disse ter vindo de outra comunidade (há muitos anos já vivia ali, desde que se casou, há décadas) e de uma família considerada *porqueira* por muita gente dali, por ter menos recursos econômicos.

Uma senhora daquelas famílias de *coronéis* contou que, quando se casou, cerca de 30 anos antes, teve sua escolha de casamento questionada por alguns primos e familiares. *Ela se casaria com ele? Havia outros partidos melhores*, lhe disseram. Partidos melhores seriam homens com mais prestígio com os quais ela poderia se casar, incluindo seus primos, como era costume no lugar.

Muitas histórias me eram contadas com frequência sobre o *tempo antigo*, os primeiros moradores e fundadores da comunidade Olhos D'Água e aquelas ao seu redor. Perguntar às pessoas sobre suas vidas e suas trajetórias conduzia quase sempre aos relatos sobre histórias das famílias e das próprias comunidades, das histórias dos *fundadores*. As histórias das comunidades eram, em grande medida, sobre os casamentos, as heranças e as divisões de terra, a circulação de pessoas para *São Paulo*, mas também para outros lugares. Por outro lado, havia ali famílias chegadas em anos recentes e relação de casamento, filiação ou irmandade com aquelas que ali estavam.

Nas mesmas comunidades tem-se famílias de *coronéis* associadas à *fatura* e à *política*, e pessoas de família considerada *porqueira*. Questionou-se o casamento da jovem que optou por não se casar com o primo. Em pelo menos um dos aspectos necessários do reconhecimento da heterogeneidade e da complexidade dessas relações de parentesco das comunidades do Peruacu, as histórias dessas famílias indicam uma lógica da herança e da fragmentação da terra entre os herdeiros, casamentos e arranjos familiares, o que sugere uma forma de aqueles grupos se manterem na terra.

Observe-se ainda que embora eu tenha escolhido grafar *Coronel* em letra maiúscula para destacar um daqueles que originou as famílias e comunidades, as pessoas faziam alusão a vários outros *coronéis* das comunidades (em grande medida, descendentes do *Coronel*). Assim, *coronéis* designa de maneira mais genérica os homens que no processo relacional entre famílias possuíam mais recursos, não apenas econômicos, mas simbólicos e sociais, como acesso ao prefeito, na narrativa local.

Portanto, se, a princípio, *ali todo mundo era parente*, olhando mais de perto, as posições e condições dessa parentagem eram muito mais diversas do que podiam parecer.

Campesinato, família, migração e memória

No debate sobre campesinato¹⁷ e, talvez ainda mais especialmente sobre o campesinato brasileiro, os significados da circulação espacial de pessoas pelo Brasil (ou pelo mundo), as definições de família e a reflexão sobre memória são temáticas que convergiram em sua interface para o esboço da problemática apresentada.

No caso dos estudos sobre camponeses irlandeses, Arensberg e Kimball (1968) trazem uma discussão clássica dos arranjos familiares, que é a dificuldade de todos os filhos permanecerem na terra, apontando para as diferentes modalidades de reprodução social das famílias camponesas.

Esse trabalho contribui para pensar a fragmentação da terra e um dos sentidos da circulação de pessoas combinados à diversificação de ocupações entre os moradores das comunidades do Peruaçu. Em um relato, dois irmãos descendentes de uma das famílias de *coronéis* me contaram que todos os anos tinham que *sair pra fora* (de sua comunidade, de sua casa) porque o *lugar* (o Norte de Minas, Januária) *era fraco pra caçar recurso*. Um deles estava à espera da resolução de uma partilha de terras que herdariam do pai.

Quem trabalhava *fora*, dizia-me, trabalhava na intenção *de juntar, guardar um dinheirinho, para comprar uma coisinha, investir em algum negocinho como gado, porco, galinha; comprar animaizinhos para criar; para se manter ali*. Se tivesse uma galinha, podia-se matar para comer, não precisaria comprar. O gado funcionava como uma *reserva*, quando não se tinha um *ganho*. Quando não se estivesse *comendo* e precisasse sair para São Paulo, vendia-se uma vaca por pouco mais de mil reais e se tinha o dinheiro para voltar. *Chegando lá*, trabalhava-se, juntava-se um pouco. Quando se *chegasse cá*, empregava-se o dinheiro no gado e quando fosse preciso, teria de volta.

Apesar disso, poucos homens ali tinham condições de fazer esses investimentos. O problema não era comprar o gado; explicava-me. Quem trabalhava *fora* (na colheita de café, no corte de cana) poderia até ter o dinheiro

¹⁷ Os trabalhos de Redfield (1965, 1969) e Kroeber (1948) são importantes na discussão sobre a definição de campesinato e a relação entre comunidades camponesas e o mundo “urbano”.

para comprar. Mas não tinha o lugar de criar; não tinha a terra onde colocar o gado, não tinha capim para alimentar o animal.

Ainda sobre a diversificação de atividades e diferenciação camponesa, a partir das formulações ouvidas de *sujeito e liberto*, Garcia Jr. (1989) dedicou-se, nos anos de 1970, a entender a presença da forma *salário* entre camponeses da Paraíba. O autor descreveu a especificidade do sistema de relações da *plantation* e as características do exercício da dominação tradicional e o processo de transformação, nesse contexto, com o fim da relação de moradia. O antropólogo analisou as estratégias de reconversão da classe patronal e dos lavradores. Entre os últimos, Garcia Jr. (1989) mostrou a diferenciação camponesa, a partir das condições distintas: a montagem do *negócio*, o *alugado* etc.

O que pareceu a preocupação para Garcia Jr., no âmbito do debate que se colocava naquele momento, era argumentar sobre as possibilidades de o campesinato continuar existindo. Assim, as condições centrais para a constituição do mercado de trabalho especificamente capitalista, como a liberdade pessoal dos trabalhadores e a eliminação de relações de dependência personalizada, também podiam permitir o surgimento ou desenvolvimento do campesinato, e não o seu desaparecimento. Dessa forma, a migração para *São Paulo* podia ser um dos elementos que possibilitava a reprodução camponesa.

Em um mesmo sentido de Garcia Jr. (1989), o trabalho de Klaas Woortmann (1990) aponta a migração como estratégia de reprodução social do campesinato no sertão de Sergipe. “Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores também de migrantes”, afirmou o autor (WOORTMANN, 1990, p. 35). Naquele contexto, a migração de camponeses não podia ser interpretada estritamente como fruto da inviabilização de suas condições, mas como sendo constitutiva de práticas de reprodução.

Como já dito neste trabalho, a circulação de pessoas explicitada nos termos *sair pra fora* entre os moradores do Peruaçu era um dos elementos fundamentais das narrativas. O porquê de *sair*, em que condições *sair*, para onde ir, onde ficar, o porquê de voltar ou permanecer. Embora muito fosse dito sobre *sair para caçar recurso* ou pela *fraqueza* do lugar, não era possível reduzir a busca por “recursos” – ou ao menos não recursos materiais – às razões pelas quais as pessoas circulavam.

Naquele mesmo trabalho, Klaas Woortmann (1990) identificou três modalidades de migração nesse contexto, que possuíam significados específicos: a migração pré-matrimonial do filho, a migração circular do

pai/chefe de família e a emigração definitiva. A partir da distinção entre sitiantes fortes e fracos construída pelos seus próprios interlocutores em virtude da avaliação de suas condições materiais, o autor demonstrou que a migração não tinha apenas um significado prático de acúmulo de recursos (e que, em alguns casos, era o que possibilitava a condição para a permanência camponesa), como era para os fracos. Sobretudo para os sitiantes fortes, a migração assumiria um significado simbólico e um sentido ritual, ao ser constitutiva da transformação do rapaz em homem. Sair para viajar e conhecer o mundo proporcionava superioridade em relação às pessoas que nunca haviam saído do lugar, como afirmou Woortmann (1990).

Ressalto a crítica de Palmeira e Almeida (1977) e Guedes (2013) à noção de que os sujeitos se deslocam puramente por imperativos econômicos externos a sua lógica e vontade. Guedes, em pesquisa no Norte de Goiás, argumenta a existência de uma “tradição” em que o deslocamento e a mobilidade são constitutivos da vida. Dessa ótica, o que existe “entre” de onde se parte e aonde se chega – *o mundo, o trecho* – também se habita.

A respeito dos significados de migrar, Palmeira e Almeida (1977) problematizam a reiteração estereotipada das noções de migrante e migração, e as prefixadas condições que as perfazem (como ponto de partida/ponto de chegada) por certo senso comum intelectual, que desaba na monotonia do conceito, nos termos dos autores. Tal operação dificulta, observam, o entendimento dos processos sociais que se quer explicitar: os deslocamentos espaciais de populações humanas pelo globo. Um dos efeitos nocivos da reificação da ‘migração’ de uma ótica genérica é justamente reduzir aos mesmos significados movimentos que são sentidos e pensados de maneiras muito diferentes pelos grupos que os realizam.

O trabalho de Ellen Woortmann (1995), sobre a unidade familiar como fundamento da identidade social por meio das relações de parentela camponesa em Sergipe e no Rio Grande do Sul, e o de Godoi (1999), sobre memória coletiva, solidariedade, identidade e exclusão entre camponeses do Piauí, sugerem pensar como remeter a uma certa história de origem, preservar uma história de origem comum é uma forma de construir, de demarcar pertencimento.

Por meio do trabalho de campo que permitiu o acompanhamento intensivo do cotidiano de camponesas sergipanos e gaúchos, Woortmann utilizou também o que chamou de história oral, ou a memória dos grupos pesquisados. A autora analisou as relações que interligavam diferentes unidades domésticas

para compreender a reprodução camponesa por intermédio das relações geracionais de parentesco (WOORTMANN, 1995).

A análise das “histórias de vida” ou das memórias que atravessam as gerações de parentesco requer a explicitação do modo como se agencia a dimensão tempo das narrativas. Woortmann transita, neste sentido, entre a reconstrução de uma macro-história e uma micro-história. Na primeira perspectiva, a autora analisa a inserção dos grupos camponeses sergipanos em processos históricos mais amplos – regionais, nacionais ou internacionais. Na segunda perspectiva, os camponeses constroem suas histórias, e a pesquisadora faz operar a elaboração de uma “história-mito” (WOORTMANN, 1995, p. 16). Com o objetivo de entender as dinâmicas dos diferentes grupos familiares, Woortmann pesquisou as histórias das pessoas e das famílias. A autora propõe, portanto, analisar o parentesco na sua temporalidade e em “contexto” (WOORTMANN, 1995).

Utilizo aqui a dimensão da temporalidade na perspectiva da história-mito de que trata Ellen Woortmann (1995) ou do trabalho da memória de que fala Godoi (1999). Interessam-me as histórias construídas pelos moradores das comunidades do Peruaçu sobre suas vidas e seus entrelaçamentos com as histórias das famílias e dos *fundadores* que deram origem àquelas famílias e o que isso representa em termos de demarcação de parentes e não parentes. O trabalho de Verán (1999) sobre a comunidade quilombola Rio das Rãs no Norte de Minas Gerais também apresenta uma importante contribuição sobre os sentidos da elaboração de uma memória coletiva em relação à pertença a uma comunidade e a um território.

Embora nas histórias aqui retratadas existam algumas referências a fatos externos às vidas das comunidades, tais referências são muito esparsas e não há a pretensão da reprodução de um registro histórico preciso. Mesmo para esses fatos que eu chamei de externos, me baseei nos relatos dos meus interlocutores, sem me propor a consultar fontes históricas e documentais que embasassem as narrativas dos meus entrevistados e entrevistadas.

Em estudo etnográfico realizado no sertão do Piauí, Godoi (1999) teve como objeto a ocupação e reprodução camponesa. O estudo foi realizado em três povoados diferentes. Naquele momento, enfatiza a autora, a memória coletiva daqueles grupos é ativada no contexto de pressão sobre seus territórios. A memória coletiva passa a atuar, então, como construtora de solidariedade,

identidade e portadora de imaginário, delineando regras de pertencimento e exclusão que marcavam as fronteiras sociais do grupo.

Assim, o fio condutor das narrativas desdobradas por Godoi é o que a autora denominou como trabalho da memória, captado através das histórias selecionadas e fornecidas pelos seus interlocutores sobre como se deu a ocupação de suas terras (GODOI, 1999, p. 16). A partir daí, a análise se desdobra no estudo da trajetória da transmissão da terra e do estudo do tecido genealógico de vários grupos familiares (GODOI, 1999).

Godoi destaca as diferentes representações entre os grupos dos distintos povoados como *gente do lugar* e os fracos, a partir do estudo das suas tradições orais. Havia três irmãos que eram os fundadores das primeiras unidades familiares que formaram o povoado Zabelê, dos mais fracos. Inicialmente, os fundadores habitavam uma área maior, chamada Fazenda Várzea Grande. Quando do trabalho de pesquisa de Godoi, essa antiga região se tornara três povoados: Rua Velha, Barreiro Grande e Barreirinho. A história do povoado Zabelê era marcado pela “marginalidade e pela itinerância” (GODOI, 1999).

A pesquisa também confere destaque ao discurso genealógico que se faz presente a todo momento quando se trata da história daquele grupo, vinculando-se ao que Godoi nomeia como rede de circulação da autoridade no seu interior e a determinadas práticas rituais, que permitiram compreender os sentidos de um modo de vida em reprodução (GODOI, 1999).

A autora detém-se na classificação das histórias de fundação em diferentes tradições familiares, de acordo com a incidência dessas tradições nos diferentes povoados que se originaram da divisão das terras da fazenda original.

Godoi enumera a *tradição oral A*, partilhada por todos os povoados, e cujos moradores se diziam descendentes de um mesmo ancestral, formando uma única família ou *nação de gente*. Essa expressão era utilizada para denominar um conjunto de parentes que partilhariam uma antiga memória genealógica referente ao mesmo ancestral.

Havia também uma *tradição oral B*, concernente à fundação do povoado Zabelê. Esta tradição incidiria quase que exclusivamente naquele povoado. Em seguida, tinha-se a tradição B', que se construiria a partir de um desdobramento da *tradição oral B*, com a diferença essencial da técnica de organização e de transmissão deste saber. Nesta *tradição B'*, houve a mudança da tradição oral para a esfera da escrita, associada à rede de circulação da autoridade em Zabelê (GODOI, 1999, p. 17).

Sobre a conformação da genealogia do parentesco ao lugar desses grupos camponeses, Godoi afirma que:

Nesta discussão, o território assume dimensões sociopolíticas, e quase cosmológicas, importantes na construção da identidade distintiva do grupo – a memória-mundo destes camponeses está inscrita no solo do lugar. (1999, p. 17)

É a partir da aproximação do debate trazido por Godoi e inspirada pelo trabalho dessa autora sobre trabalho de memória, parentesco e território,¹⁸ que me deterei a respeito de três ramificações de origem das famílias dos povoados pelos quais circulei: a do *Coronel*, que se relaciona com a Família A e a Família A'; a de Andalécio, o famoso jagunço fugido de São Francisco, casado com a fundadora que forma a Família B e a dos *Baianos*, chegados de Correntina.

Coronéis, jagunço e baianos

Lucas tinha 68 anos quando o conheci. Era morador do Araçá, e alguém sempre tido como *referência* tanto para a comunidade (ao menos em parte) como para os funcionários da Cáritas e de outras organizações que atuavam naquelas localidades. *Referência* significava alguém com quem se deveria falar, alguém que tinha o que se poderia chamar de um protagonismo de fala em eventos da coletividade local, fosse na Igreja (católica) ou nas reuniões dos *projetos*.¹⁹ Nas palavras dos *agentes Cáritas*, seu Lucas era uma *liderança*. Ele foi a primeira pessoa que conheci e entrevistei naquelas comunidades.

O *Coronel*, tio-avô de seu Lucas, era *dono de toda aquela terra*. Depois de algum tempo, ele vendeu as terras para cinco sobrinhos: quatro homens e uma mulher, o que fez daquela terra uma *irmandade*. O pai de seu Lucas, um dos compradores, adquirira cerca de 125 hectares.

O pai de seu Lucas era, então, *nascido e criado* na comunidade Estiva, um pequeno lugarejo que, por vezes, se denominava parte da localidade de Olhos D'Água e de vez em quando se referiam como sendo uma comunidade à parte (recentemente, havia ali apenas cinco casas e um cemitério). Foi depois que se casou que comprou o terreno onde o filho Lucas vivia, já no Araçá, na outra ponta daquela sequência de comunidades.

¹⁸ Não farei aqui o debate sobre território e territorialidade, em relação ao qual o próprio trabalho de Godoi (1999) é uma referência. Assumo no texto a dimensão referente à construção de uma certa espacialidade entendida como *lugar* pelos meus interlocutores.

¹⁹ As reuniões dos projetos eram as atividades relativas à sua execução, como o Projeto Peruaçu, entre muitos outros. As atividades variavam; podiam ser de mobilização, formação etc.

O pai de meu interlocutor teve sete filhos, duas mulheres e cinco homens. Quando os pais de seu Lucas morreram, a *herança* ficou para os filhos. Aqueles 125 hectares de terra foram divididos entre os irmãos. Moravam ali, além de seu Lucas, outros dois irmãos e duas irmãs; havia um que morava em São Paulo, que ficou com a *taperinha velha* (uma casa menor e mais antiga), onde era a residência do pai. Um irmão havia morrido.

Era comum encontrar esse tipo de arranjo: um filho fazia uma casa no mesmo terreno que o pai. Entre os mais velhos, via-se isso muitas vezes: uma casa fechada, que pertenceu aos pais, já mortos, no mesmo terreno da casa usada pela família.

Antes de morrer, era comum que *o pai deixasse cada filho no seu lugar*, com o seu pedaço de terra da herança. O mais comum também era que, após o casamento, a mulher fosse viver na terra que era *direito* do marido. Por razões diversas, isso poderia se inverter – a terra de herança da mulher era melhor para plantar ou mais bem localizada do que a do marido.

Muitos *saíam* e vendiam as terras herdadas porque não iam *mexer com roça nem criar gado*. Havia também vários núcleos em que os pais mais idosos viviam no mesmo terreno que um dos filhos. Os outros irmãos, em geral, haviam *saído* ou as irmãs mudaram-se para a terra do marido. Esse *sair* poderia ser ir para São Paulo ou para a área mais urbanizada do município de Januária ou Itacarambi.

Seu Lucas, os irmãos e irmãs haviam herdado o *direito* comprado pelo pai do tio-avô, o *Coronel*. As pessoas casavam-se, criavam família, tinham filhos e dividiam a terra entre os seus filhos. Lucas teve quatro filhos: um rapaz e três moças. Duas de suas filhas moravam em São Paulo; uma filha morava na mesma casa em que ele e a esposa, e o filho morava em outra comunidade.

Apesar de ter vindo de uma família do *coronelismo*, disse-me seu Lucas, sua família *era pobre*. Se entendia como *descendente do coronelismo*, mas sua terra e seu trabalho eram *apenas para a sobrevivência*. O sentido de *coronel* remete ao sentido do poder e do prestígio diferencial e recursos materiais e simbólicos.

Seu Lucas ia com frequência para São Paulo, quando mais jovem. Trabalhou em usina de cana, colheita do café. No Vale do Peruaçu, trabalhou para uma mineradora que havia se instalado, até que se aposentou por invalidez por causa de um problema na coluna.

Entre as terras que lhe haviam sido deixadas pelo pai, seu Lucas tinha também um *direito* quase na nascente do rio Peruaçu. Esse lugar, a Posseirama,

estava incluído no campo de atuação do Projeto Peruaçu e seria transformado em uma área extrativista, além de ser também uma área de retiro dos animais, especialmente na escassez de chuva, para que se repusesse o pasto nas outras localidades. Havia muitos outros núcleos familiares que tinham direitos naquela mesma área de uso comum.²⁰

Assim, a partir da herança e divisão da terra, dos casamentos e filhos, os descendentes, sobrinhos-netos do *Coronel*, constituíram uma parte das unidades familiares daquelas comunidades.

Em outro momento, o casal Carlos e Abigail explicou-me que todos aqueles lugarejos faziam parte de uma delimitação mais genérica conhecida como *Fazenda Velha*, pertencente a uma das fundadoras daquelas comunidades e famílias, a fundadora da Família A'. Seu Lucas, sobrinho-neto do *Coronel*, era da família fundadora A. Essas duas Famílias A e A', se diferenciavam pelo segundo e último sobrenome, que indica a filiação paterna como criadora dessas duas descendências.

As histórias sobre denominação das áreas mais amplas, divisão de terras e ocupação são difíceis de reproduzir e precisar. Identifiquei, em Januária e arredores, várias áreas que eram chamadas *fazendas*, como uma denominação remetida ao passado, pelos agricultores daquelas localidades. A respeito disso, Ribeiro (2010, p. 105), em artigo sobre a história da configuração fundiária da região e seus arranjos produtivos, informa que, naquele município e no seu entorno imediato, as maiores unidades de referência fundiária são as fazendas gerais – grandes e antigas unidades de domínio de terra que incluem e compreendem os estabelecimentos atuais, mesmo depois de décadas de partilhas, fusões e desmembramentos.

O que ouvi durante o trabalho de campo se encaixa com o registro de Ribeiro, e me parece que é o caso da *Fazenda Velha*: a *fazenda geral* é uma referência espacial para fins de domínio e unidade administrativa para localização de documentos em cartório. Mas não somente. A *fazenda* é também um espaço para delimitar lugares de soltas nos gerais. Dentro da *fazenda*, explicita o artigo do autor, agricultores e fazendeiros compartilham o direito costumeiro de solta e coleta. Desse modo, o *sítio* familiar é apenas um fragmento da distribuição da terra.

²⁰ Esta mesma terra, pouco antes da minha chegada, esteve em disputa com um *fazendeiro*, me foi dito em certo momento. Fazendeiro, neste sentido, parece remeter a alguém com muitos recursos econômicos e políticos. Sobre essa disputa específica, não possuo elementos suficientes para desdobrar a análise.

Carlos e Abigail eram, portanto, netos da fundadora da Família A'; avó materna de seu Carlos e avó paterna de dona Abigail.

Autora: Qual era o nome dos avós da senhora?²¹

Dona Abigail: Era (A').

Autora: Não era ela uma das fundadoras da comunidade?

Dona Abigail: Sim, e também (B) lá embaixo, e o velho Rodrigo ali, ó. São os fundadores dessa comunidade toda.

Seu Carlos: Mas tudo é *dividido*. Tinha uns *povos* pra lá, outros pra cá. Inclusive, nós somos netos da (A'). (Carlos e Abigail, moradores de Olhos D'Água)

Todo mundo se sabia *parente*, mas pedir para explicitar os graus de parentesco ou como tudo aquilo se tornou um *emboleiro*, como as famílias se misturaram, era uma tarefa complexa.

Ao mesmo tempo, se em certos contextos não interessava precisamente saber qual o grau de parentesco – se eram primos e primas e de que grau, ou se eram tios e tias –, em outros havia um empenho em diferenciar as famílias/as *gentes*, para evidenciar as distinções.

Vale observar que, depois de tanto ouvir histórias de famílias e descobrir os parentescos – casamentos entre todo um grupo de irmãos com outro grupo de irmãs, tio que depois que enviuvou casou-se com a sobrinha da esposa, casamentos entre *primos carnais* –, mapear as genealogias daquelas cinco comunidades contíguas – Araçá, Olhos D'Água, Estiva, Quilombo e Janelão – tornou-se alvo do meu interesse. Contudo, parecia-me que faltavam partes das histórias.

Todavia, os fragmentos ausentes das histórias constituem, eles mesmos, as histórias narradas: nas ausências precisas das genealogias ancestrais é que são construídas as marcações distintivas, as indiferenciações, as conexões e desconexões. As memórias construídas de origens mais ou menos comuns e das conexões de parentesco criam laços e diferenciações entre os moradores daquelas localidades, considerando as relações ali perpetuadas.

Vieira (2015, p. 46) nos conta sobre o que significava 'tocar parenteza' na elucubração nativa por ela investigada: uma performance de conexidade que atualiza alguns vínculos de uma rede de cognação indefinidamente extensível. Nesse sentido:

Um exercício muito comum que pode, por fim, descobrir ligação entre pessoas cujo vínculo de parentesco não era conhecido e

²¹ Fiz uma adaptação na reprodução desse relato, substituindo os nomes pelas letras que escolhi para identificar as diferentes famílias.

novos pontos de contato entre já reconhecidos parentes. A parenteza remete à possibilidade de conexão virtual entre os moradores das comunidades. (VIEIRA, 2015, p. 48)

Aproximo a análise de Vieira das formulações dos moradores e moradoras das comunidades do Peruaçu. O exercício da conexão dos vínculos do parentesco, com o qual também me deparei, a despeito de não ter sido na expressão “tocar parenteza”, remete a uma das formas de fazer pertencimento: a elaboração do parentesco, que não tem a ver exclusivamente com uma questão genealógica ou de “sangue”.

Seu Carlos havia nascido na vizinha comunidade Estiva; aquela terra onde vivia com dona Abigail desde o casamento pertencera a seus avós, pois eram primos. Era uma *herancinha* (uma herança pequena) de seu sogro e tio.

Seu Carlos: Mas aqui é muito herdeiro! Aqui são em 12! De Adauto até aquele barracão era tudo da minha avó. Meu avô e minha avó (A'). Mas esse era um bando de filho deles aí. Aí enfiou a tesoura, foi retalhando pra um e pra outro. Aí nós estamos aqui na *herança*, eu pelo menos, na *herança* do meu sogro, que era o pai dela. Herança que ele teve lá do pai dele. Só que aí, nesse meio tempo, a gente já comprou mais um *direito*, inclusive aí, ó. Essa casinha aí, era outro dono! Outro herdeiro! A gente já comprou, encostou aí. E aí fui quietando aí... graças a Deus, tá ampliado.

[...]

Seu Carlos: Vem de lá pra cá de Marta, que é minha irmã: o Juca é meu primo carnal. A mãe dele é irmã de meu pai. Aí vem pra cá, pulou, pulou (as casas). Adélia é minha prima carnal. O pai dela é irmão de meu pai, que é Rodrigo ali. Aí vem pra cá: Rosa é minha prima. O pai dela é irmão da minha mãe.

Dona Abigail: Inclusive irmão do meu pai.

Seu Carlos: Nós também somos primo carnal. Somos filhos de dois irmãos.

Dona Abigail: A mãe dele é irmã do meu pai. (...) Essa *vila* aqui tudo são primos!

Seu Carlos seguiu explicando a sequência de terras divididas entre primos/parentes/vizinhos, desde o Araçá até Olhos D'Água. Seu Samuel era seu *primo carnal*. A casa de seu Samuel ficava no limite entre aquelas duas comunidades. O pai de seu Samuel era irmão do pai de seu Carlos. Pelo lado da mãe, seu Samuel era parente *de um outro povo*. Esse outro *povo* era até *parente* de

seu Carlos, mas um *parentinho mais terceirizado pra lá*. E lá no Araçá havia o *povo do Lucas*, que eram seus *primos*:

Seu Carlos: Onde tem aquele campo de bola, aquela igrejinha dos crentes ali, ali pode fechar lá no Lucas, pode fechar assim. Passa um correntão lá, é tudo parente.

Dona Abigail: De compadre Lucas até ali, naquele campo de bola. Tudo é primo um do outro.

(...)

Dona Abigail: Mas aqui... Eu acho que só tem uma *vilazinha* ali que o *povo que já é fora*, que não é *parente* da gente.

O *parentinho*, como mencionado por seu Carlos, difere do sentido afetivo do diminutivo; neste caso, a combinação com a expressão *pra lá* indica distanciamento em relação a alguém que é parente.

Se há diferentes *povos e gentes*, mesmo entre quem é parente, não se é parente do mesmo jeito. Os *primos*, e talvez ainda mais o *primo carnal* parece ser um parente de primeira ordem. A adjetivação *carnal*, que refere ao sangue, pode ser o elemento metafórico que promove a proximidade, ainda que o “sangue” não se reduza à “biologia”, sendo também uma imbricação do social.

Edwards fala sobre a noção da *remoteness* e seus limites como dispositivo operador de distinções. Bacup, o ex-pródigo distrito industrial inglês sobre o qual escreve, é descrito, no imaginário popular, como se fosse remoto, distante e distinto. A autora desdobra a análise de como a noção do distanciado é multiplamente utilizada como forma de diferenciação cultural (EDWARDS, 2000, p. 20).

O processo de inclusão e exclusão, de quem é “de fora” ou “de dentro”, é contínuo e instável. O senso de diferenciação, de aproximação e distância se transforma nas situações diversas, de acordo com os sentidos possíveis que adquirem, afirma Edwards (2000). A própria ideia das culturas distintivas ou comunidades distintivas, para usar os termos da autora, são formuladoras dessas culturas e comunidades; são arquétipos.

Os residentes das cidades vizinhas se desdobram para se diferenciar daqueles de Bacup. Por sua vez, os bacupianos também mobilizam o *remoteness* – a criação da distância cultural – em relação aos habitantes das outras cidades, criando meios e processos de diferenciação (EDWARDS, 2000). A demarcação de quem pertence ou não pertence opera, portanto, em diferentes direções: do “interior” para o “exterior” e do “exterior” para o “interior”.

As falas de Carlos e Abigail invocam a imagética da oposição dentro/fora: *fechar, passar o correntão* põe os *parentes* no interior fechado; os *parentes* que estão dentro. Quem já é *fora*, é o *povo que não é parente*, o que pode ser sintetizado nos binômios parente/dentro e não parente/fora.

A noção do *remoteness*, de Edwards (2000), pode funcionar como o elemento circular de criação da distância internamente à comunidade, como mecanismo operador de distinções, atravessando a indiferenciação do *emboleiro* (*de gente, de família*), que é aquilo que não se pode separar.

Havia *gentes* não descendentes das Famílias A e A', como os netos de Andalécio e da *fundadora* da Família B. Andalécio aparece retratado na obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, como se lê a seguir:

Viver é muito perigoso... [...] esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo. (...) Antônio Dó – severo bandido. (...) Andalécio, no fundo, um bom homem-de-bem, estouvado raivoso em sua toda justiça”. (2015, p. 26)²²

Na narrativa de seus descendentes e de outros moradores das comunidades do Peruaçu, ele era descrito como o *Lampião de Januária*. Após ser baleado e morrer em São Francisco, cidade próxima, sua esposa teria ido para o Peruaçu, sendo a fundadora da Família B.

Se a caracterização da figura de Andalécio no passado remete ao *jaguncismo*, o que alude de modo quase imediato à violência, esse aspecto não se perpetuava em associação aos seus descendentes. Ou seja, essa gente não era tida como gente violenta.

Os descendentes da Família B, foram definidos por um casal da Família A como sendo *nascidos e criados ali, amigos*, mas com outro *sobrenome; não eram parentes*, era *gente de outra nação*. Essa Família B constituía uma razoável quantidade de unidades familiares em sequência, uma extensão de irmãos e irmãs já idosos. Era também uma família de referência, em que vários de seus membros tinham uma atuação ativa diante dos projetos da Cáritas. Havia também muitos casamentos entre primos carnais na Família B.

A Família B tinha prestígio na comunidade. Em termos de recursos econômicos, era considerada bem provida. Quase todos os filhos e netos dos

²² Para mais informações sobre Andalécio, ver Ribeiro, 2010. Sobre este tema do banditismo social e do grupo de Andalécio e Antonio Dó, é interessante também o artigo de Rodrigues (2020).

casais não viviam na comunidade. Muitos estavam em São Paulo e vários lograram escolarização de Ensino Superior.

É importante observar que, embora houvesse diferenças econômicas entre as famílias da comunidade, nos relatos dos homens mais velhos em suas idas para São Paulo quando jovens, por exemplo, as narrações coincidiam bastante em relação ao tipo de ocupação que exerciam.

Dentro da própria comunidade havia também situações em que vizinhos trabalhavam uns para outros. Havia mulheres que faziam faxina na casa de outras, meninas mais jovens que trabalhavam cuidando de crianças pequenas de outras famílias e homens que eram chamados a fazer trabalho como pedreiro para vizinhos ou limpeza de terreno, *arrancando toco*, como se dizia.

Assim como nem todo parente é parente do mesmo jeito, quem não é parente também não é não parente do mesmo jeito. Ou, se aceitamos os binômios parente/dentro e não parente/fora, são diversas as situações de quem está “dentro” e de quem está “fora”. Tem gente que não é parente, mas é *amigo*, é *nascido* e *criado* na comunidade, o que cria, ao menos idealmente uma proximidade potencial.

As Famílias A, A' e B tinham como referência espacial a predominância nas comunidades do lado de Januária do rio Peruaçu: Araçá, Olhos D'Água, Quilombo, Janelão. Do outro lado do rio Peruaçu, no município de Itacarambi, a localidade rural Vargem Grande (ou ao menos parte dela) era comumente referida como o *lado dos Baianos*, o *povo dos Baianos*. *Foi aonde? Foi lá nos Baianos*.

Os *Baianos* eram descendentes do *finado* baiano que havia chegado de Correntina, há muitos anos. Sua esposa, beirava os seus 90 anos nos tempos em que por lá andei. Eles haviam tido dez filhos. Como já citado neste texto, havia um trecho de sequência de casas consideradas *Os Baianos*. Os *Baianos* eram por alguns referidos como *gente brava*, *gente que brigava* (entre si).

A representação de “baianos” como gente “brava”²³ e gente que briga parece ser algo que, sem medo de errar, se pode dizer que povoa o imaginário brasileiro, na perpetuação dos estereótipos regionais. Nessa visão, que corrobora práticas discriminatórias, em diferentes contextos, não apenas o

²³ Pode ser que nem sempre ser “gente brava” ou gente que briga tenha um sentido pejorativo. Depende dos sentidos de braveza ou de como a gente brava pense a sua própria braveza, de um ponto de vista antropológico. Pode depender das razões pelas quais se briga e com quem se briga. Para pensar a partir de exemplo semanticamente mais próximo, quando se diz que alguém é um “guerreiro”, usualmente é um elogio. Alguém que é “guerreiro” ou uma “mulher guerreira” é alguém que tem coragem, enfrenta situações difíceis. Contudo, a palavra guerreiro vem de guerra; e guerra é violência e morte. No derivativo guerreiro, quando usado como metáfora, o sentido da palavra original é invertido.

“baiano” como o “nordestino” ou o “paraíba” – tantas vezes ditos como equivalentes ou como síntese indiferenciada – são associados à violência.

Os *Baianos* assumiam esse lugar específico naquele conjunto de unidades de residência e na marcação distintiva já na enunciação da fala. Desde que cheguei àquelas localidades, soube que os *Baianos* eram outras pessoas, o que não era marcado em relação às outras “linhagens” de famílias.

Eles tinham, portanto, esse lugar espacialmente e simbolicamente distinto. No entanto, isso não significa que houvesse um isolamento das pessoas *do lado dos Baianos* na comunidade, ou que não houvesse relações entre essa família e as outras. Havia convívio, eventuais visitas às casas e outras práticas comuns de convivência de vizinhança entre as outras famílias e o *povo dos Baianos*.

Nas relações entre as famílias – A, A', B, o *povo dos Baianos*, outras famílias ou povos – havia, enfim, distanciamento e aproximação em diferentes tempos e espaços de convívio e sociabilidade, como festas nas comunidades, missas, cultos, enterros, celebração de nascimentos, reuniões de projetos da Cáritas. Em algumas situações, enfatizava-se as diferentes descendências, quem era “de fora” ou mais “de fora”, quem chegou depois (como o *povo dos Baianos*); em outros momentos e nas ênfases de outras pessoas, destacava-se a ideia de uma unidade das comunidades, ou as comunidades como sendo “uma coisa só” ou *todo mundo parente*. Essas marcações de quem é de fora e quem é de dentro, de distanciamento e aproximação, de unidade e heterogeneidade não são exatamente fixas; elas se movimentam, se acentuam ou se atenuam nas diversas circunstâncias de quando se fala, para quem se fala, a partir de quem se fala.

Considerações finais

Este texto teve como objetivo refletir sobre as marcações distintivas entre famílias em *comunidades* do Vale do Peruáçu, nos municípios de Januária e Itacarambi no Norte de Minas Gerais. Na tentativa de compreender as relações sociais e os mecanismos de reprodução daqueles grupos, busquei argumentar que uma análise mais minuciosa das histórias de *fundação* das comunidades contadas pelos descendentes dos *fundadores* e das *fundadoras* e por outros(as) moradores(as) é um indício para compreender as assimetrias de condições materiais e simbólicas entre famílias. Essas assimetrias, que podem parecer irrelevantes ou imperceptíveis para um olhar externo, são significativas para as pessoas do lugar.

O trabalho teve como foco a descrição e análise de histórias que compunham a memória da *fundação* das comunidades, pensada como o seu início a partir da chegada daqueles e daquelas que deram origem às famílias que ali permanecem. Essas histórias empenhavam um esforço, mais ou menos difuso, de uma recomposição das genealogias das famílias.

Se na primeira chegada à região, o que mais se ouvia era que *ali todo mundo é parente*, com o tempo pude ser apresentada às distinções entre parentes e não parentes, *gentes* de diferentes *nações*, *sobrenomes*, *povos*, nos dizeres nativos. Mais do que isso, nem todo parente é parente do mesmo jeito, assim como nem todo não parente é não parente do mesmo jeito.

No exercício da rememoração da descendência, em certas ocasiões, havia um esforço maior em marcar quem era *parente* e quem não era *parente*, e quem era um *parente* distante (um *parentinho*). Do mesmo modo, não ser parente não significava sempre o mesmo. Havia gente não parente *amigo*, *nascido e criado* no mesmo lugar e outros não parentes mais distanciados.

O recorte do artigo ficou circunscrito a três famílias com a parentagem mais numerosa do lugar: as Famílias A e A', originárias no sujeito que nomeei apenas como *Coronel*; a Família B, que inicialmente me foi apresentada como sendo dos descendentes de Andalécio, *jagunço*, chamado de *Lampião de Januária*; e o *povo dos Baianos*. No que se refere à Família B, a esposa do Andalécio, em um segundo momento das narrativas das pessoas dessa família, adquire um protagonismo mais real como sendo uma das fundadoras da comunidade.

A problemática do artigo consistiu na reflexão sobre como as marcações distintivas entre famílias modulam as relações entre as pessoas. As escolhas de casamento (na perspectiva da família da mulher), por exemplo, podiam ser mediadas pela avaliação dos *melhores partidos*, homens das famílias consideradas mais prósperas, com mais recursos econômicos e sociais.

Esse processo também atravessa as histórias de divisão de terras e heranças, e os casamentos entre primos carnais, lido como estratégias de reprodução camponesa para evitar a fragmentação da terra.

Naquelas comunidades, havia uma diversificação de atividades para a reprodução das famílias. O assalariamento *fora*, a ida para *São Paulo*, o trabalho no corte de cana, colheita de café, investimento em cabeça de gado, tentativa de montar um *negocinho*, trabalhar como pedreiro ou faxineira, participar de programas de incentivo à agricultura familiar, trabalho como motoboy etc. eram algumas das ocupações daqueles moradores do Peruaçu. Essas ocupações

variadas e as possibilidades que as criam também explicitam a heterogeneidade das condições dos grupos familiares. Tanto os que *saem* quanto os que *ficam* o fazem em condições bastante variadas.

As marcações de quem é de *dentro* e quem é de *fora*, de criação de proximidade e distanciamento, nas especificidades das situações em que são contadas, são atualizadas no trabalho da memória (GODOI, 1999) das histórias de famílias e seus ancestrais e das comunidades, e pode ser pensado como um processo de demarcação de distinção e identidades. Conhecer a heterogeneidade das relações constitutivas e de reprodução dessas comunidades é significativo no intuito da compreensão do pertencimento tecido como território.

Referências

- ARENSBERG, Conrad; KIMBALL, Solon. *Family and community in Ireland*. Cambridge: Harvard University Press, 1968.
- EDWARDS, Jeanette. *Born and bred. Idioms of kinship and new reproductive technologies in England*. New York: Oxford University Press, 2000.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e a transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- GUEDES, André Dumans. *O trecho, as mães, os papeis. Etnografia de movimento e durações no norte de Goiás*. São Paulo: Garamond, 2013.
- KROEBER, Alfred. *Anthropology*. New York: Harcourt-Brace, 1948.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. Trabalho assalariado e campesinato: uma etnografia com famílias camponesas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 241-268, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/BJz7Rs3TmDYXzdk6sfrDTh/?lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- NOVAES, Roberta Brandão. *Do umbigo enterrado no chão: a tessitura da pertença e a produção da vida por populações rurais do semiárido mineiro*. 2018. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- PALMEIRA, Moacir; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *A invenção da migração. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste (Relatório de Pesquisa)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ (mimeografado), 1977.

- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- PEREIRA, Antônio. *Memorial Januária. Terra, rios e gente*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- REDFIELD, Robert. *Peasant Society and Culture*. Chicago, The University Chicago Press, 1965.
- REDFIELD, Robert. *The primitive world and its transformations*. Londres: Penguin Books, 1969.
- RIBEIRO, Eduardo Áureo Magalhães. *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. Literatura e banditismo social: Antônio Dó retratado por Saul Martins e Petrônio Braz. *Caminhos da História*, Montes Claros, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/507/5072367002/html/#fn1>. Acesso em: 8 jul. 2022.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 21. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- VÉRAN, Jean-François. Rio das Rãs. Memória de uma “comunidade remanescente de quilombo”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, p. 295-323, 1999. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002310>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- VIEIRA, Suzane de Alencar. *Resistência e Pirraça na Malhada: cosmopolíticas Quilombolas no Alto Sertão de Caetité*. 2015. 425 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/827797.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1995.
- WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 1990. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/546>. Acesso em: 7 jul. 2022.

Como citar

NOVAES, Roberta. Aqui todo mundo é parente: memória, família e distinção em comunidades camponesas no Norte de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230203, 6 set. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_03.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Dimensões diferenciadas do engajamento camponês no extrativismo do babaçu

Differential dimensions of peasant engagement in babassu palm nut extraction

 Roberto Porro¹

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_04

Resumo: Estatísticas oficiais recentes indicam drástica redução na produção de amêndoas de babaçu e no envolvimento na atividade pelas denominadas quebradeiras de coco, responsáveis por fornecer um dos principais produtos da sociobiodiversidade brasileira para uma indústria em pronunciada crise. Dimensionar corretamente a população afetada por esta crise é fundamental para avaliar impactos econômicos e sociais. Visando subsidiar políticas que fortaleçam a economia regional e meios de vida locais, e a atuação dos movimentos sociais, o artigo discorre sobre dimensões diferenciadas do engajamento no extrativismo do babaçu, discute hipóteses complementares para compreender a redução na atividade e delinea metodologia para estimar a sua participação. Simulação que integra dados dos censos agropecuários e demográfico indica que cerca de 62 mil pessoas em 50 mil domicílios praticam a atividade em 356 municípios. Desse total, cerca de 40 mil extrativistas em 32 mil domicílios comercializam amêndoas, resultado obtido pela projeção ajustada dos índices de dedicação na atividade levantados em campo no território de maior produção de amêndoas, o Médio Mearim, Maranhão.

Palavras-chave: Censo Agropecuário; comunidades tradicionais; gênero; sociobiodiversidade.

Abstract: Recent official statistics reveal drastic reductions in the production of babassu palm nuts and in the numbers of the workers known as babassu nut breakers, who supply one of Brazil's most important products of sociobiodiversity to an industry that currently faces a pronounced crisis. Accurate estimates of the population affected by this crisis are key for assessing economic and social impacts. This article examines different dimensions of engagement in babassu extractivism, discusses complementary hypotheses to

¹ Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, onde coordena estudos de antropologia rural. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Familiares, do Instituto de Estudos da Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade da Flórida. E-mail: roberto.porro@embrapa.br.

understand the decrease in this activity, and outlines methodology to estimate current levels in order to improve policies for strengthening the regional economy, local livelihoods, and activities by social movements. Some 62,000 people in 50,000 households break babassu palm nuts in 356 municipalities; of these, approximately 40,000 extractivists in 32,000 households sell the resulting nut kernels, a figure obtained by projecting adjusted rates of engagement in this activity determined through field surveys in Maranhão's Mearim Valley, the region of Brazil with the highest babassu palm production.

Keywords: agricultural census; traditional communities; gender; sociobiodiversity.

Introdução

O extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng) é atividade econômica de grande relevância para meios de vida de comunidades tradicionais extrativistas em condições de vulnerabilidade, principalmente no estado do Maranhão, que concentra mais de 90% do total das amêndoas desta oleaginosa produzidas e comercializadas no país. O Censo Agropecuário de 2006 indicava que o extrativismo do babaçu era praticado em 68.741 estabelecimentos agropecuários no Brasil, sendo 85% no Maranhão. Naquele ano, a extração de amêndoas de babaçu alcançara volume próximo a 163 mil toneladas (t), das quais 158 mil t (96%) no Maranhão. Passados 11 anos, o Censo Agropecuário de 2017, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou uma redução superior a 70% no número de estabelecimentos onde a atividade era praticada. Estes haviam sido reduzidos a 15.491 no Maranhão e 19.333 no país como um todo, correspondendo, respectivamente, a 26% e 28% dos totais registrados em 2006. O volume comercializado decresceu em proporção ainda mais drástica, limitando-se a 16.964 t no Maranhão e 19.183 t no país, indicando redução próxima a 90% dos volumes registrados no censo anterior.

Desde a década de 1990, uma progressiva redução na coleta e quebra do babaçu tem sido observada, repercutindo no volume comercializado e número de estabelecimentos agropecuários que declaram atuar na atividade. A queda indicada pelo censo de 2017, contudo, chama a atenção por ser desproporcionalmente alta quando comparada à tendência vigente na série histórica, disponível desde 1940. Contrastando com a situação vigente para os frutos de açaí, produto de maior destaque do extrativismo nacional na última década, a cadeia produtiva do babaçu apresenta sinais inequívocos de uma

crise que restringe a demanda do setor industrial pelo produto, e que já resulta em impactos negativos nas condições de vida de um dos mais expressivos campesinatos do país. O dimensionamento correto do contingente de famílias afetadas por esta crise é fundamental para a avaliação destes e de futuros impactos.

Com efeito, as centenas de comunidades nas quais o extrativismo de babaçu é tradicionalmente praticado se caracterizam pelo destaque e protagonismo das denominadas quebradeiras de coco. A partir da década de 1990, esta categoria adquiriu visibilidade como unidade de mobilização social (ALMEIDA, 2004). Organizadas por meio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb), além de diversas associações e grupos informais, as “quebradeiras” têm sua identidade vinculada à ocupação econômica que exercem, com forte ênfase para reivindicações de direito de acesso e de conservação dos babaçuais, seja em florestas secundárias de palmeiras, ou integrados em pastagens. Após alcançarem destaque no cenário nacional e internacional, devido a seu engajamento por políticas sociais e ambientais, nestes últimos anos as lideranças do movimento das quebradeiras de coco se deparam com o desafio concreto da manutenção do protagonismo e visibilidade do grupo social, dado o processo de renovação geracional, mas em contextos econômico e político que lhes são marcadamente desfavoráveis.

Além das dificuldades impostas por um segmento econômico que historicamente não recebe apoio governamental e pela prática da atividade ser sistematicamente prejudicada pelas restrições de acesso ao recurso natural, a progressiva redução no número de mulheres que atuam na quebra do babaçu, e no tempo que estas dedicam à atividade, paradoxalmente se deve, em parte, ao acesso a políticas sociais e compensatórias. Tal acesso passou a ocorrer no início da década de 1990, com a aplicação do dispositivo constitucional de 1988 instituindo a aposentadoria rural, e foi reforçado em 2003 com o lançamento do programa Bolsa Família, que viabilizou uma renda mínima, contemplando necessidades básicas para famílias que, antes, dependiam fortemente do extrativismo para sua subsistência. Uma vez disponíveis tais alternativas de renda mínima, a penosidade da quebra do coco, combinada com o ainda baixo retorno econômico da atividade, colaborou para o desestímulo e desinteresse, sobretudo por parte das jovens, em se dedicar a uma atividade que, para as gerações de suas mães e avós, era primordial para a sobrevivência familiar (PORRO, 2019). Os fatores anteriormente mencionados contribuem decisivamente

para a redução no número efetivo de mulheres engajadas no extrativismo do coco babaçu, combinada a progressivas transformações no setor industrial, o que resultou na substituição do óleo desta espécie oleaginosa por outras matérias-primas e pela crescente – embora ainda limitada – utilização de equipamentos para processamento integral do babaçu, que buscam substituir o trabalho manual da quebradeira de coco.

O contraste de narrativas sobre o envolvimento atual na atividade é, contudo, evidente, quando estatísticas oficiais recentes do número de estabelecimentos agropecuários onde a atividade é praticada são comparadas com informações provenientes das organizações de representação do próprio segmento social, que anunciam em seus veículos a existência de 400 mil quebradeiras de coco (MIQCB, 2020). Por um lado, é notório que tal narrativa extrapola a atual participação no extrativismo como atividade geradora de renda monetária, sendo a temporalidade da referência estendida a um passado cada vez mais distante. Por outro lado, surgem indagações sobre perspectivas futuras da autoidentificação das mulheres como quebradeiras de coco, levando em consideração o gradual deslocamento econômico do setor.

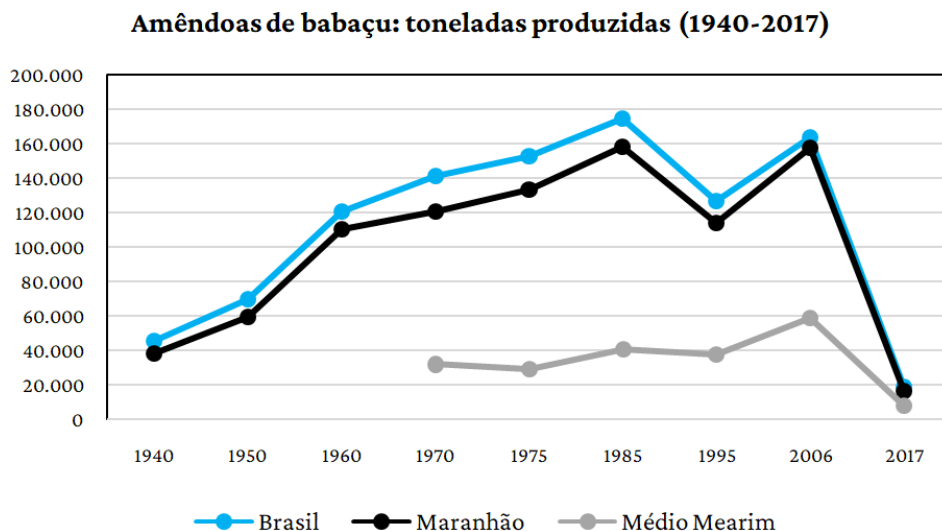
Tendo como ponto de partida as reflexões anteriormente citadas, e levando em consideração o desencontro de dados oficiais – pois o próprio IBGE divulga nas recentes estimativas anuais da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (Pevs), volume de amêndoas de babaçu três vezes superior ao reportado no último Censo Agropecuário –, procuramos neste estudo elucidar discrepâncias encontradas no dimensionamento do segmento social das extrativistas do babaçu. Inicialmente, tecemos considerações para melhor compreender tais divergências, analisando a plausibilidade de hipóteses explicativas complementares. Em seguida, apresentamos metodologia para estimar de forma mais criteriosa o engajamento atual no extrativismo do coco babaçu, assim como aqueles que comercializam esta produção. Os resultados da aplicação da metodologia são posteriormente apresentados e discutidos. Com base na integração de abordagens analíticas qualitativas e quantitativas, este trabalho visa subsidiar o delineamento de instrumentos e políticas públicas que fortaleçam tanto a economia regional como a atuação contextualizada dos movimentos sociais e, sobretudo, proporcionem incrementos positivos em qualidade de vida e bem-estar das famílias camponesas agroextrativistas.

Examinando o contraste entre autoidentificação e estatísticas oficiais sobre extrativistas do babaçu

Desde o início de sua organização, os movimentos sociais que agregam as quebradeiras de coco babaçu enfatizam o discurso da grande abrangência do segmento, com centenas de milhares de extrativistas e suas famílias. Tal discurso é reforçado em publicações científicas que analisam a trajetória deste movimento social (ANDERSON; MAY; BALICK, 1991; ANDRADE, 2005; FIGUEIREDO, 2005; ALMEIDA, 2006; AYRES JUNIOR, 2007; BARBOSA, 2008; VEIGA; PORRO, MOTA, 2011).

Estas narrativas, contudo, contrastam com estatísticas oficiais contemporâneas. A Figura 1 apresenta, a partir de dados dos censos agropecuários, o volume de amêndoas produzidas desde 1940 no país, no estado do Maranhão, e em 27 municípios do Médio Mearim maranhense, sendo que dados desagregados para municípios estão disponíveis apenas a partir de 1970. O gráfico indica uma forte expansão no volume produzido entre 1940, que era de cerca 45 mil t, e 1985, quando superou 170 mil t, um acréscimo de 283%. Nos últimos três recenseamentos, a produção nacional de babaçu oscilou negativamente para 127 mil t em 1995, voltou a superar as 160 mil t em 2006, para enfim limitar-se às mencionadas 19 mil t em 2017.

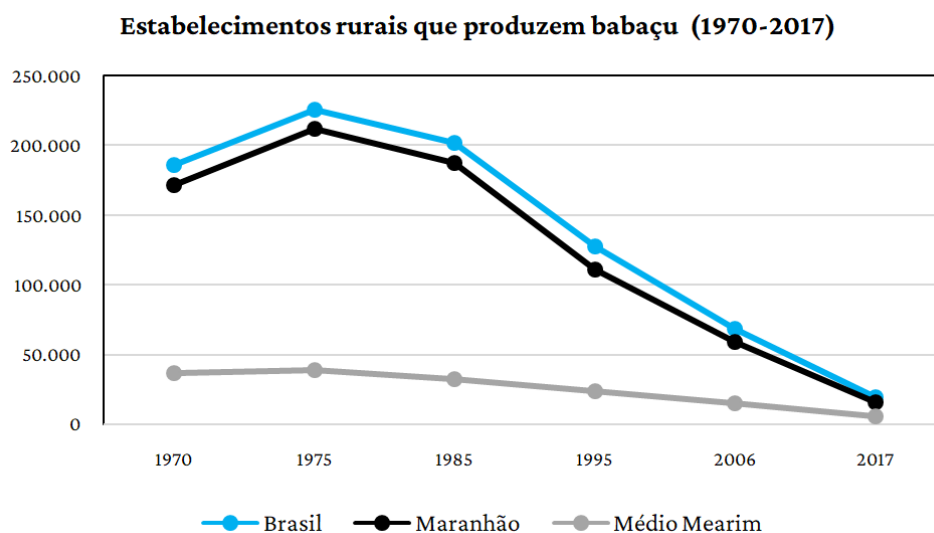
Figura 1 – Produção de amêndoas de babaçu no Brasil, Maranhão e Médio Mearim



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (2006, 2017).

A tendência se mostra mais evidente ao examinarmos, a partir de 1975, a curva descendente do número de estabelecimentos agropecuários nos quais é exercida a atividade (Figura 2). O final do período de expansão, que se iniciara na década de 1940, é registrado pelo censo de 1975, segundo o qual mais de 225 mil estabelecimentos indicavam o extrativismo do babaçu. Em contraste, progressiva redução no número de estabelecimentos na atividade ocorre nas quatro décadas seguintes, até que em 2017 este se limita a menos de 10% daquele total. Nesse período, os censos agropecuários indicam que a quantidade média anual produzida por estabelecimento oscilou entre 677 kg e 995 kg de amêndoas, exceto para o censo de 2006, quando esta média alcançou 2.377 kg, chegando próximo a 2.700 kg no estado do Maranhão, o que provavelmente se deveu a incorreções metodológicas.²

Figura 2 – Estabelecimentos rurais na produção de amêndoas de babaçu



Fonte: IBGE (2006, 2017).

Para estimar corretamente o número de quebradeiras de coco envolvidas na atividade, é preciso compreender certas particularidades do extrativismo do babaçu, e de como seus dados são registrados pelo IBGE. Com este objetivo,

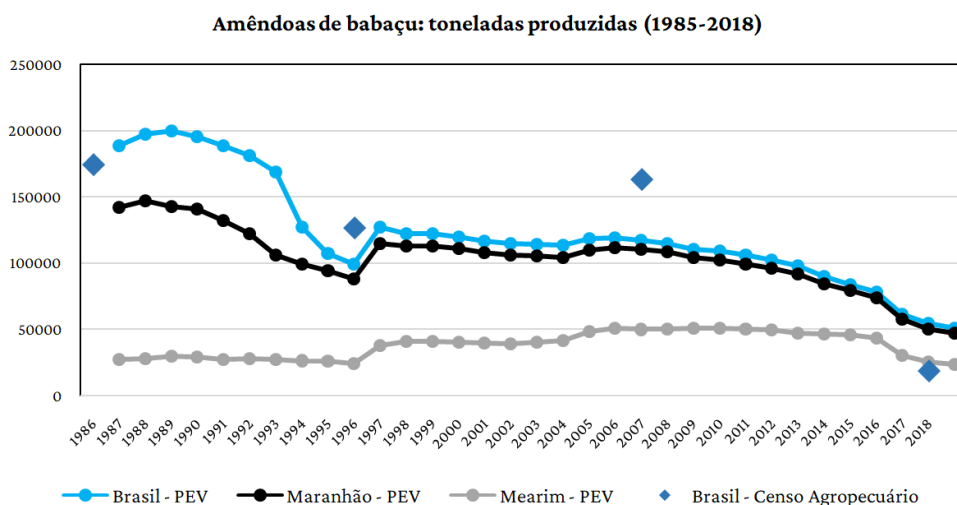
² Segundo relatos de técnicos do IBGE ao autor, dificuldades operacionais ocorreram durante o Censo Agropecuário de 2006, explicando o fato de que esse seja considerado um “ponto fora da curva” para dados do extrativismo do babaçu.

discutiremos a seguir quatro aspectos que contribuem para a elucidação de eventuais discrepâncias.

Restrição do Censo Agropecuário a estabelecimentos rurais

A quebra do coco babaçu é realizada por segmentos sociais vulneráveis no campo, e embora o Censo Agropecuário inclua posseiros e meeiros entre as categorias entrevistadas, e até mesmo produtores sem área, o instrumento é dificilmente aplicado para aqueles que, seja residindo em povoados rurais, ou na periferia de pequenas cidades, não exercem atividade agrícola própria. Em áreas de ocorrência de babaçu, domicílios nesta condição, cujas responsáveis são mulheres, muitas vezes têm no extrativismo uma das principais alternativas de subsistência. Tal fato certamente contribuiu para dados divergentes da produção total de babaçu nas estimativas anualmente divulgadas, que nos últimos anos, embora decrescentes, significativamente superaram o montante do Censo Agropecuário de 2017. A Figura 3 contrasta a produção de amêndoas a partir de 1986, quando passaram a ser divulgadas as estimativas da Pevs, e os resultados dos últimos quatro recenseamentos: 1985, 1996, 2006 e 2017.

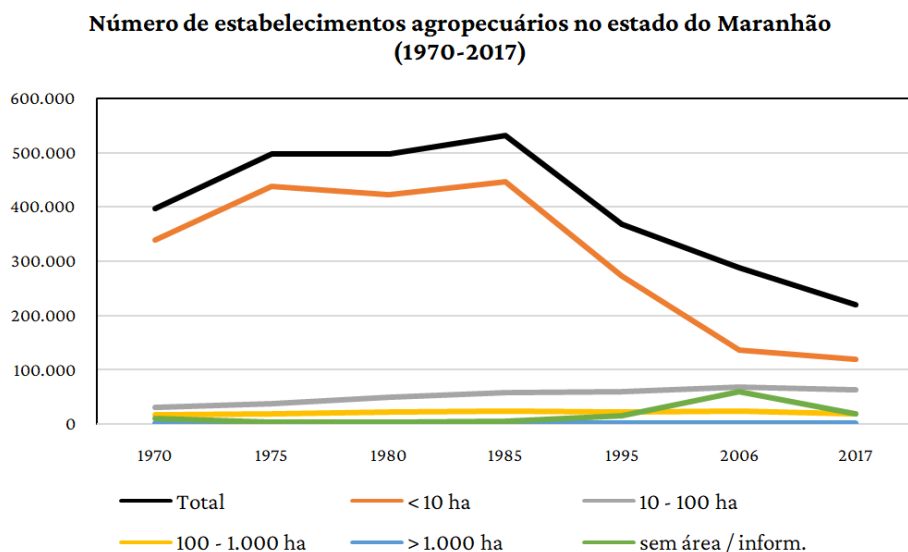
Figura 3 – Produção estimada de amêndoas de babaçu no Brasil, Maranhão e Mearim, em contraste com dados do Censo Agropecuário



Fonte: IBGE (2006, 2017, 2020a).

Exclusão social e expropriação no campo seguem sendo observadas na área de ocorrência do babaçu, ao longo destas últimas décadas, principalmente no Maranhão. Embora em alguns municípios tenham surgido situações que não seguiram a tendência geral, tal exclusão tem se acentuado na área de ocorrência de babaçu. Comparando os censos de 1985 e 2017, o número de estabelecimentos agropecuários nesta área sofre drástica redução. A Figura 4 indica que, no Maranhão, apenas 41% dos 531 mil estabelecimentos existentes em 1985 são registrados em 2017 (220 mil). Tal redução é observada nos extratos de maior vulnerabilidade: enquanto o número daqueles com mais de 10 ha permanece praticamente constante ao longo do período (cerca de 82 mil), mais de 320 mil estabelecimentos com menos de 10 ha deixaram de ser contabilizados entre 1985 e 2017.

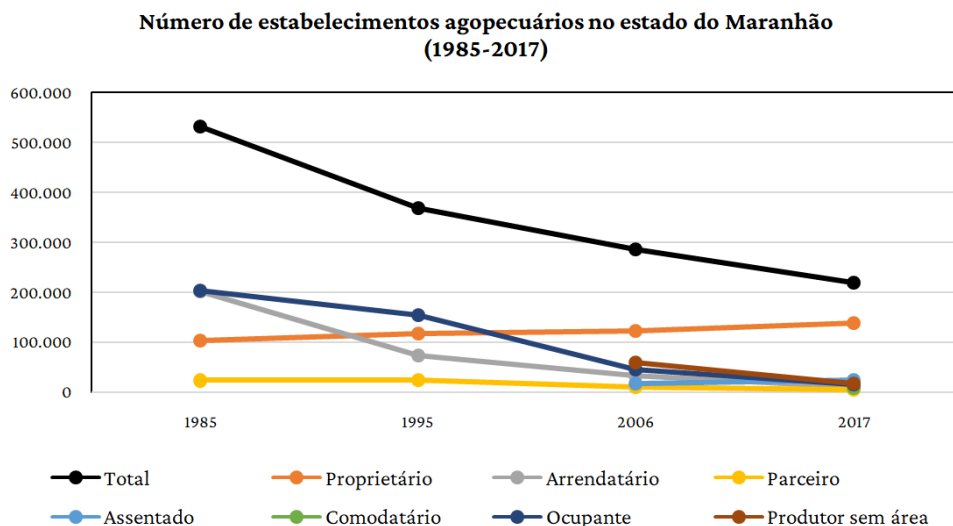
Figura 4 – Número de estabelecimentos agropecuários no Maranhão por classe de tamanho (1970-2017)



Fonte: IBGE (2006, 2017).

Quanto à condição do produtor em relação às terras, entre 1985 e 2017, o número de proprietários cresceu de 102 mil para 139 mil, enquanto o total agregado de ocupantes, arrendatários, parceiros e comodatários caiu 87%, de 428 mil para 57 mil (Figura 5).

Figura 5 – Número de estabelecimentos agropecuários no Maranhão por condição do produtor em relação às terras (1985-2017)



Fonte: IBGE (2006, 2017).

A análise indica, portanto, uma massiva exclusão de domicílios que, a partir de 1985, deixaram de ser alvo do Censo Agropecuário no estado do Maranhão. Em sua maioria, os domicílios excluídos têm o perfil daqueles engajados no extrativismo do babaçu. Embora seja admissível que uma parcela destas famílias tenha migrado para as capitais ou centros urbanos e deixado a atividade rural, é provável que parte destas permaneça no campo ou na periferia das cidades, desprovida de terra, mas praticando o extrativismo do babaçu, mesmo que de forma limitada, não sendo esta produção registrada pelo censo.

Engajamento de múltiplos membros da unidade familiar na atividade

Em domicílios nos quais o extrativismo do babaçu é praticado, é ainda frequente o envolvimento de mais de um membro da família na atividade. Em estudo realizado em 1025 domicílios rurais no Médio Mearim, em 2017, identificamos que 60% produziam amêndoas de babaçu, sendo verificada nestes uma média de 1,4 pessoa/domicílio que pratica a quebra do coco. Além disso, 80% dos 1.025 entrevistados registraram a produção de carvão para uso doméstico a partir do coco babaçu (PORRO, 2019). Embora a participação de jovens tenha apresentado significativa redução nas últimas duas décadas, é,

portanto, plausível considerar que seja observada uma relação atual de 1,25 pessoa praticando a atividade, em sua maior parte mulheres, para cada domicílio no qual ocorra o extrativismo do babaçu.

Considerando os 356 municípios compreendidos na área de extração comercial de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e Ceará (critérios para a definição destes municípios serão detalhados adiante) e projetando nestes a taxa de urbanização observada no censo demográfico de 2010 para a estimativa populacional de 2020, resultariam cerca de 753 mil domicílios rurais, com uma média de quatro pessoas residentes por domicílio. Se considerássemos que o extrativismo do coco babaçu fosse atividade realizada por 10% destes domicílios, exercido por uma média de 1,25 pessoa/domicílio, uma estimativa preliminar do número de extrativistas seria de 94.000 pessoas.

Babaçu coco e babaçu amêndoa

Até 1985, o IBGE incluía o babaçu dentre os produtos da extração vegetal, sem especificar o termo “amêndoa de babaçu”, que efetivamente era o objeto da informação. A partir do Censo Agropecuário de 1995-96, o questionário aplicado passou a incluir um produto adicional obtido com base no extrativismo do babaçu. Naquele ano, o “babaçu coco”³ foi informado por apenas 705 estabelecimentos, ou 0,5% dos que reportaram “babaçu amêndoa”. Em 2006, foram 5.356 estabelecimentos, total que triplicou em 2017. Assim, segundo o Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos agropecuários que indicaram como produto o “babaçu coco” era apenas 12% inferior ao dos que informaram produzir amêndoas de babaçu (Tabela 1). Exceto no Maranhão, nos demais estados foi reportado número maior de estabelecimentos produzindo coco inteiro do que amêndoas. Estes dados, contudo, demandam interpretação detalhada para sua efetiva compreensão.

O “coco inteiro” tem, de fato, apresentado relevância crescente no mercado, sendo utilizado por indústrias que optam pelo método de processamento integral do babaçu. Nestas, o fruto é adquirido, ao invés das amêndoas, sendo a quebra realizada por máquinas de médio a grande porte, que separam seus diversos componentes: a fibra (epicarpo), o amido (mesocarpo) e a parte

³ “Babaçu amêndoa” e “babaçu coco” são terminologias utilizadas apenas pelo IBGE e por isso aparecerão ao longo do texto entre aspas. Assim, distinguem-se de coco babaçu e amêndoa de babaçu, que são os termos utilizados na linguagem popular.

lenhosa (endocarpo), utilizada na fabricação de carvão, além das sementes, ou amêndoas. Algumas empresas optam inclusive por não obter toda esta variedade de produtos, produzindo apenas carvão, a partir da combustão do fruto. Contudo, a expansão do uso do coco inteiro por tais indústrias não justifica a dimensão de estabelecimentos que reportaram produzir “babaçu coco” no último censo.

O significativo incremento observado nesta última década pode ter sido resultado de uma dificuldade de compreensão no meio rural da diferença semântica entre os termos “babaçu coco” e “babaçu amêndoa”. Com efeito, “coco” é o termo tradicionalmente utilizado pelas extrativistas quando se referem ao produto final de sua atividade. Amêndoa é uma palavra pouco empregada nesses domicílios rurais. Assim, embora deva ser levado em consideração o cuidado e treinamento recebido pelos recenseadores, é plausível que tenham ocorrido equívocos na compreensão, seja por parte dos entrevistados quanto à pergunta, seja por parte da interpretação das respostas obtidas.

Tabela 1 – Produção e venda de babaçu (coco e amêndoa), 2017

	Estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t)	Quantidade vendida(t)	Valor da produção (mil R\$)	Valor da venda (mil R\$)	R\$/t produzida	R\$/t vendida
<i>Babaçu (coco)</i>							
Brasil	17.058	67.234	10.089	78.939	9.658	1.174	957
Maranhão	12.125	56.857	5.357	65.685	6.842	1.155	1.277
Piauí	3.775	6.052	2319	9.852	2.240	1.628	966
Tocantins	446	1.359	273	1.429	187	1.052	685
Ceará	304	1.201	827	954	245	794	296
Pará	67	980	765	526	58	537	76
Outros	341	785	548	493	86	628	157
<i>Babaçu (amêndoa)</i>							
Brasil	19.331	18.907	15.774	39.173	31.309	2.072	1.985
Maranhão	15.491	16.937	14.799	33.156	28.713	1.957	1.940
Piauí	3.308	1.229	663	3.347	1.821	2.723	2.747
Tocantins	344	387	222	1.494	608	3.860	2.739
Ceará	37	152	60	481	22	3.164	367
Pará	22	155	20	425	101	2.742	5.050
Outros	129	45	10	266	40	5.911	4.000

Fonte: IBGE, 2017.

As cerca de 17 mil informantes que reportaram a “produção” de coco inteiro se enquadram em duas situações distintas: aquelas que informaram ter vendido a produção deste coco, e as que utilizaram os frutos do babaçu para consumo próprio, neste caso provavelmente para carvão, sem extrair amêndoas. Os dados indicam que ocorreu venda de apenas 15% do total de “babaçu coco” produzido. No Maranhão, este índice não alcança 10%. Ao aplicarmos tal proporção, resultaria que em cerca de 2.500 estabelecimentos o coco inteiro teria sido coletado para venda do fruto. Nos demais 14.500 estabelecimentos, caso o registro esteja correto, o coco inteiro teria sido coletado não para extrair amêndoas, mas para produção de carvão.

É plausível que tenha ocorrido, contudo, imprecisão na coleta ou registro do dado, nas situações em que o entrevistado tenha, eventualmente, compreendido que a pergunta sobre o “babaçu coco” se referia à amêndoa que, nesse caso, seria destinada ao consumo. Os dados são ainda mais intrigantes ao analisarmos o valor atribuído à produção total e à produção vendida. É importante registrar que as amêndoas representam cerca de 6% a 7% do peso do coco babaçu (1 t de coco babaçu contém 60 kg a 70 kg de amêndoas). Levando em conta que, como indicam os dados do próprio censo, no período pesquisado o valor médio da amêndoa de babaçu era próximo a R\$ 2/kg, causa estranheza verificar que o valor médio considerado para a tonelada de “babaçu coco” foi superior a 50% do valor médio atribuído à tonelada de amêndoas. Mesmo considerando a agregação de valor devido a outros produtos derivados do coco inteiro (amido ou mesocarpo e casca ou carvão), uma tonelada deste produto dificilmente alcançaria valor superior a 20% do imputado à tonelada de amêndoas. É, assim, bastante provável que parte dos informantes entrevistados tenha respondido a estas questões se referindo à produção não de coco inteiro, mas sim de amêndoas. Observações de campo no âmbito deste estudo indicam estarem incorretos os registros do Censo Agropecuário relacionando municípios com expressivo número de estabelecimentos que produzem babaçu coco. Esse é o caso de Igarapé Grande, no Médio Mearim, ao qual estão associados 327 estabelecimentos na produção de coco inteiro, e apenas 15 que produzem amêndoas. O efeito prático desta situação, para uma quantificação mais realista do contingente de extrativistas do babaçu, seria, por precaução, considerar a soma dos estabelecimentos que registraram produção de coco e amêndoa, o que resultaria, em 2017, num total superior a 36 mil estabelecimentos.

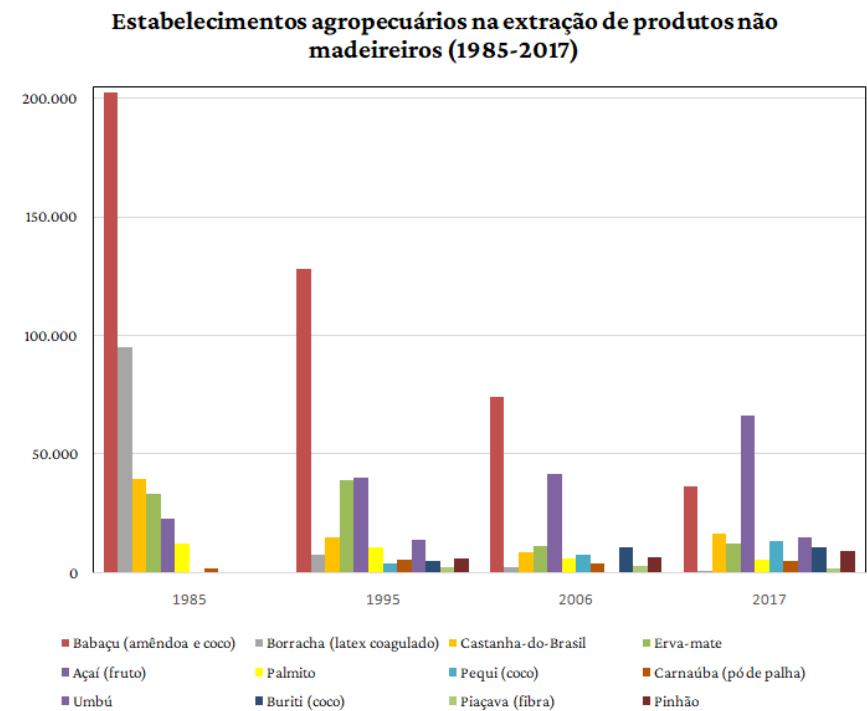
O apego ao discurso institucional

Em 1991, com o apoio de organizações não governamentais atuantes no Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, as extrativistas do babaçu articularam o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís, capital do Maranhão, do qual resultou o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – Miqcb, que passou a pautar reivindicações de acesso a terra e demais direitos das mulheres agricultoras, e de conservação dos babaçuais, com um forte componente de gênero (MIQCB, 2020). Naquele momento, é de se destacar que os dados oficiais sobre o número de extrativistas se resumiam ao Censo Agropecuário de 1985, que registrou mais de 200 mil estabelecimentos agropecuários atuantes no extrativismo do babaçu, para uma produção de cerca 175 mil t de amêndoas. Os dados da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (Pevs), embora não apresentassem estimativas do número de extrativistas envolvidos na atividade, reportavam até 1991 uma produção anual de amêndoas superior a 180 mil t, tendo chegado a 200 mil t em 1988.

Assim, é compreensível que, no período de formação do movimento social, o discurso adotado tenha assimilado e reproduzido estatísticas oficiais que indicavam mais de 200 mil estabelecimentos agropecuários no extrativismo do babaçu. Ao considerar a atividade de mais de uma pessoa por domicílio na extração, num período em que a participação das jovens mulheres na quebra do coco era muito maior do que atualmente, e incluir neste cômputo os domicílios rurais marginalizados que não eram objeto de entrevistas do Censo Agropecuário, a referência a 400 mil quebradeiras de coco não era de forma alguma equivocada.

O grande número de quebradeiras de coco é, sem dúvida, um dos mais expressivos aspectos da visibilidade do segmento social e relevância econômica da atividade. O Censo Agropecuário de 1985, cujos dados eram recentes no período do surgimento do Miqcb, registrava, para aquele ano, 202.196 estabelecimentos no extrativismo do babaçu, total superior à soma dos que indicaram a extração de borracha (95.015), castanha-do-brasil (39.552), erva-mate (33.077) e açaí (22.617), os quatro produtos da extração vegetal não madeireira que seguiam o babaçu em termos de envolvimento na extração. Passadas mais de três décadas, o Censo Agropecuário de 2017 indicou que o açaí é o produto extrativo ao qual está associado não apenas o maior número de estabelecimentos agropecuários, mas também o maior valor da produção, sendo que nesse aspecto o babaçu foi igualmente superado pela castanha-do-brasil (Figura 6 e Tabela 2).

Figura 6 – Estabelecimentos agropecuários na extração de produtos não madeireiros (1985-2017)



Fonte: IBGE (2006, 2017).

Tabela 2 – Valor da produção de produtos não madeireiros (1995-2017)

Produto	Valor da produção (mil R\$)		
	1995	2006	2017
Açaí (fruto)	34.993	176.380	681.843
Castanha-do-brasil	5.718	18.990	126.546
Babaçu (amêndoa e coco)	38.764	174.260	118.112
Erva-mate	35.053	71.028	105.390
Carnaúba (pó de palha)	1.756	27.015	72.037
Palmito	13.203	60.990	18.364
Pequi (coco)	991	6.873	15.611
Piaçava (fibra)	13.730	13.437	12.567
Pinhão	1.632	3.400	10.168
Buriti (coco)	680	5.409	9.825
Umbú	1.973	-	5.067
Borracha (látex coagulado)	6.945	20.024	3.367

Fonte: IBGE (2006, 2017).

De forma compreensível, considerando os embates políticos nos quais toma parte, o movimento social não incorporou em seu discurso a tendência de retração no número de pessoas envolvidas, sobretudo na dimensão comercial da atividade. Compreender a fundo esta retração é, contudo, essencial para a efetividade de uma atuação contextualizada. Para tanto, a próxima seção apresenta a metodologia adotada para estimar duas dimensões diferenciadas do engajamento no extrativismo do babaçu no país.

Metodologia para estimar o engajamento no extrativismo do coco babaçu e comercialização de amêndoas

O pressuposto inicial para estimativas consistentes do número de extrativistas do babaçu reside na compreensão do amplo espectro existente no nível de envolvimento de domicílios rurais em atividades pelas quais se obtém produtos a partir da palmeira. Conforme visto na introdução, há situações em que a atividade extrativa não necessariamente ocorre no âmbito de estabelecimentos agropecuários, podendo ser realizada por famílias não inseridas nas estatísticas oficiais reportadas nos censos agropecuários.

A referência mais adequada ao extrativismo do babaçu é, portanto, o domicílio rural, no qual mais de uma das residentes (geralmente mulheres) coleta e quebra o coco, para extrair amêndoas, cujo principal destino é a venda sistemática em comércios locais. Nesse domicílio, parte das amêndoas pode ser utilizada na fabricação de azeite, enquanto, sobretudo, cascas do coco são destinadas à fabricação de carvão, principal fonte de energia para cocção em cozinhas da região. Folhas, talos e mesmo troncos da palmeira podem ser usados em construções rurais e artesanato utilitário. Mas em contextos diferenciados da realidade rural, há domicílios nos quais ocorre apenas a coleta esporádica do coco inteiro para fabricação de carvão para consumo ou venda a indústrias processadoras. Uma ampla gama de situações intermediárias ocorre, seja em relação aos produtos utilizados, ou a seu destino (consumo ou comercialização). Tal compreensão implica a necessidade de aprimorar a classificação adotada nos recenseamentos oficiais, que considera apenas os estabelecimentos nos quais ocorre a produção (extração) de “babaçu amêndoa” ou a produção (coleta) de “babaçu coco”.

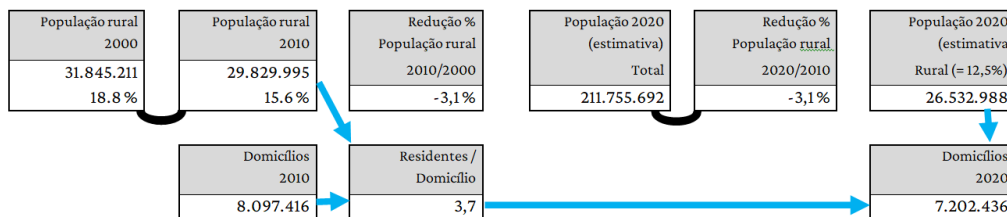
Adicionalmente, observações empíricas de campo indicam ser significativo o número de domicílios nos quais, mesmo que a realização da atividade extrativa

já não seja realizada quotidianamente no domicílio, a identificação de mulheres como quebradeiras de coco ainda é forte, associada a um modo de vida no qual as palmeiras de babaçu são componentes fundamentais. Isso ocorre tanto pela idade avançada das extrativistas e das crescentes dificuldades para a sucessão familiar na atividade como pela disponibilidade de outras fontes de renda que substituem o valor que seria auferido pelos produtos do babaçu.

Com base no exposto, resta claro que o “universo amplo de extrativistas do babaçu” deveria considerar uma estimativa do número de famílias e pessoas que praticam o extrativismo, sem se restringir aos frutos e amêndoas, incluindo extrativistas que, mesmo sem comercializarem tais produtos, identificam-se como quebradeiras de coco e utilizam produtos da palmeira. Para tanto, seria necessário esforço metodológico que incorporasse consultas amplas e sistemáticas para obter tais estimativas a partir de levantamentos de campo, a exemplo do realizado na região de maior produção de amêndoas de babaçu do país, o Médio Mearim (PORRO, 2019). Como estratégia complementar visando alcançar tal objetivo, o presente estudo efetuou o cruzamento de dados dos censos demográficos e econômicos dos municípios com ocorrência de babaçu para uma simulação do “engajamento no extrativismo do coco babaçu”, baseada em critérios de verificação. Posteriormente, comparou-se resultados dessa simulação com dados de pesquisa detalhada realizada em campo, nos 24 municípios do Médio Mearim, para estimar o “contingente de extrativistas que comercializam amêndoas de babaçu”.

Engajamento no extrativismo do coco babaçu

A análise foi realizada em municípios nos cinco estados nos quais o extrativismo do babaçu apresenta relevância econômica: Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e Ceará. Inicialmente, para cada município destes cinco estados, o número de domicílios rurais foi projetado para 2020, considerando a prognose da população municipal daquele ano fornecida pelo IBGE. A partir do número de domicílios registrados no censo demográfico de 2010, aplicou-se, entre 2010 e 2020, a mesma redução no índice de população rural observada na década anterior. O diagrama da Figura 7 ilustra os procedimentos adotados para estimar o total de domicílios rurais em 2020, exemplificando com dados agregados para todo o país.

Figura 7 – Diagrama ilustrativo para estimativa do número de domicílios rurais em 2020

Fonte: IBGE (2000, 2010, 2020b).

Uma planilha unificada foi então gerada com o número de domicílios rurais estimado para 2020, o número de estabelecimentos agropecuários conforme o Censo Agropecuário de 2017, e o volume de amêndoas de babaçu para o ano de 2020 informado pela Pevs. A partir dessa integração, foi possível identificar os 356 municípios nos quais foi registrada a atividade extrativa, e que passaram o universo desta análise. Nota-se que 37% dos cerca de 2 milhões de domicílios rurais desses cinco estados estão localizados nesses 356 municípios.

A partir dos dados da Pevs, estimou-se o número de estabelecimentos que praticam a atividade, de forma a compará-lo com os dados do Censo. O parâmetro adotado para tal avaliação foi a divisão da produção municipal de 2020 pelo volume médio de 808 kg produzidos anualmente por estabelecimento, obtido com base na série histórica dos censos agropecuários desde 1970 (excluindo o censo de 2006). Aplicando tal parâmetro, a produção média calculada pela Pevs no período demandaria cerca de 59 mil estabelecimentos agropecuários, total 65% superior ao reportado pelo último censo, mesmo considerando a soma dos estabelecimentos que “produziram” “babaçu coco” e “babaçu amêndoa”. Os resultados desta integração são apresentados na Tabela 3, com dados no âmbito de estado.

Tabela 3 – Domicílios rurais em municípios com registro de extrativismo de babaçu e estabelecimentos agropecuários engajados na atividade conforme Censo e Pevs

	Contagem populacional 2020		Censo Agropecuário 2017		Pevs 2020		
	Domicílios rurais		Estabelecimentos com extrativismo (C)	% C/D	t amêndoas	Estimat. estabel. (P)	% P/D
	Total	Com babaçu (D)					
Maranhão	566.953	463.334	27.616	6,0	44.242	54.755	11,8
Piauí	269.984	120.452	7.083	5,9	2.794	3.458	2,9
Tocantins	74.209	37.843	790	2,1	390	483	1,3
Pará	579.603	40.765	89	0,2	12	15	0,0
Ceará	517.680	90.812	341	0,4	117	145	0,2
5 estados	2.040.523	753.206	35.919	4,8	47.555	58.960	7,8

Fonte: IBGE (2017, 2020a, 2020b).

Nota: O número de estabelecimentos reportado para os censos agropecuários consiste na soma dos estabelecimentos que indicam a produção de “babaçu amêndoa” e “babaçu coco”.

Um modelo de verificação condicional composto por quatro situações foi utilizado para estimar o número de domicílios engajados no extrativismo do coco babaçu (DEB) nos 356 municípios em que se registrou a atividade no Censo Agropecuário de 2017 e/ou na Pevs-2020. A operacionalização do modelo segundo a relação dessas duas bases de dados como número de domicílios rurais, obtido a partir da contagem populacional de 2020, seguiu as condições expostas abaixo:

- (a) $eCA > ePEV$; $eCA < 0,66 \text{ DR}$ $\rightarrow \text{DEB} = eCA$
- (b) $eCA < ePEV$; $ePEV < 0,33 \text{ DR}$ $\rightarrow \text{DEB} = ePEV$
- (c) $eCA < ePEV$; $ePEV: 0,33-0,66 \text{ DR}$ $\rightarrow \text{DEB} = 0,5 * (eCA + ePEV)$
- (d) $eCA < ePEV$; $ePEV > 0,66 \text{ DR}$ $\rightarrow \text{DEB} = (2 * eCA / \text{DB}) * \text{DB}$

Nota: DEB – estimativa de domicílios no extrativismo do babaçu; eCA – número de estabelecimentos no Censo Agropecuário-2017 que indicam extrativismo do babaçu; ePEV – número de estabelecimentos que produzem amêndoas de babaçu, estimado com base em dados da Pevs-2020; DR – número de domicílios rurais a partir da contagem populacional de 2020.

O modelo considera o número de domicílios rurais (DR) do município, como principal parâmetro de referência para verificação do número de domicílios engajados no extrativismo do coco babaçu (DEB). Estabeleceu-se o índice

máximo de 66% do DR para validar como DEB o número de estabelecimentos agropecuários informados pelo Censo Agropecuário de 2017 (eCA), e de 33% do DR para validar como DEB o número estimado a partir dos dados de produção da Pevs-2020 (ePEV). Para situações em que a prognose de domicílios extrativistas obtida a partir da Pevs foi superior a 33% do total de DR, o modelo incorporou fatores de correção de forma a atenuar o efeito de dados da Pevs superiores à realidade de campo. Quando o valor de ePEV estiver entre 33% e 66% do DR, a DEB será a média entre o eCA e o ePEV. Por fim, quando a estimativa de domicílios obtida a partir da Pevs superar 66% do número de domicílios rurais (inclusive com casos superiores a 100% dos DR, indicando forte tendência de erro de informação da Pevs), o ePEV é desconsiderado e o modelo define como valor de DEB o valor da multiplicação do número total de domicílios no município por um fator equivalente ao dobro do percentual que resultaria pela divisão do número de estabelecimentos extrativistas registrados pelo Censo Agropecuário e o total de domicílios.

Extrativistas que comercializam amêndoas de babaçu

O quantitativo de domicílios que comercializam amêndoas de babaçu (DCA) foi obtido em campo nos 24 municípios do Médio Mearim, região de maior produção de amêndoas de babaçu no país, a partir de entrevistas realizadas em 2021 diretamente com os responsáveis pelos pontos de compra de babaçu. Tais pontos de compra estão localizados em povoados rurais e periferias de cidades, constituindo o primeiro elo na cadeia de comercialização de amêndoas. Dentre os 24 municípios, 16 localizam-se na microrregião geográfica definida pelo IBGE como Médio Mearim (MG-MM), que inclui um total de 20 municípios. Outros três municípios fazem parte do Território da Cidadania do Médio Mearim (TC-MM), estabelecido em 2009 pelo governo federal, e que compreende 16 municípios, dos quais apenas esses três não fazem parte da MG-MM. São, portanto, 13 os municípios incluídos tanto na MG-MM como no TC-MM. Os demais cinco municípios em que o estudo foi realizado pertencem a microrregiões contíguas (Codó e Pindaré), com forte integração econômica e cultural com os demais. Dois municípios da MG-MM nos quais o estudo não foi realizado (São Raimundo do Doca Bezerra e São Roberto) situam-se em sua porção sul, onde não se observa ocorrência significativa da palmeira e do extrativismo do babaçu.

Duas entrevistas semestrais foram realizadas em 634 estabelecimentos comerciais, que representam o universo de pontos de compra de amêndoas de

babaçu nos municípios focalizados. Os questionários foram aplicados nos meses de julho/2021 e janeiro/2022, sendo coletadas informações relativas aos seis meses anteriores. Além dos volumes adquiridos, preços praticados e número de famílias que comercializam naquele local, o questionário contextualizou cada estabelecimento comercial, indicando produtos do babaçu adquiridos, forma de aquisição, anos de atuação na compra e destino das amêndoas. O resultado (DCA) desse levantamento de campo exaustivo em 24 municípios foi comparado à estimativa de domicílios engajados no extrativismo (DEB), e a relação entre os dois índices foi projetada para os demais municípios na área de ocorrência comercial do babaçu, de forma a definir o DCA para os cinco estados focalizados na pesquisa.

Resultados e discussão

Estimativa do universo amplo de extrativistas do babaçu em 2020

A aplicação do modelo baseado em cinco regras para verificação de DEB resultou num total calculado de 49.811 domicílios que praticam o extrativismo do babaçu, equivalente a 6,5% do total de domicílios rurais na área de ocorrência do extrativismo do babaçu. Considerando a média de 1,25 pessoa por domicílio, o total de extrativistas seria de cerca 62 mil pessoas.

A primeira regra de verificação (número de estabelecimentos informado pelo Censo Agropecuário de 2017 é superior ao estimado com base nos dados da Pevs e inferior a 66% dos domicílios rurais), segundo a qual o eCA resulta ser o DEB, foi aplicada em 211 dos 356 municípios (59,3%). A segunda situação, pela qual adota-se o ePEV como DEB, ocorreu em 118 municípios (33,1%) nos quais o ePEV é superior ao eCA e inferior a 33% do DR.

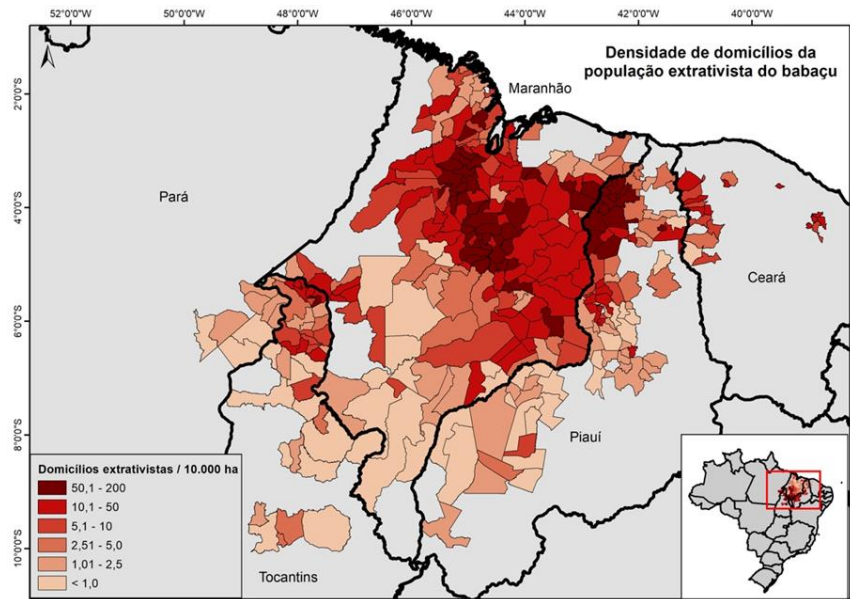
A terceira regra, aplicada a 15 municípios (4,2%) nos quais o ePEV está entre 33% e 66% do DR, define como DEB a média entre os dois índices (eCA, ePEV), sendo aplicada a 15 municípios (4,2%). A quarta regra de verificação (ePEV superior a 66% do DR), na qual o DEB resulta da multiplicação de DR por um fator obtido a partir do eCA, foi verificado em 12 municípios (3,6%). Os resultados da simulação para cada um dos cinco estados, assim como nos 12 municípios em que a atividade adquire maior expressão são apresentados na Tabela 4. A Figura 8 mostra os 356 municípios nos cinco estados. A intensidade de cores do mapa indica níveis diferenciados de densidade de presença de domicílios extrativistas por área municipal (número de domicílios por 10.000 ha).

Tabela 4 – Estimativa de domicílios engajados no extrativismo do babaçu

	Domicílios rurais 2020 DR	eCA 2017	ePevs 2020	Domicílios extrativistas DEB	DEB / DR %
Maranhão	463.334	27.616	54.755	41.417	8,9%
Piauí	120.452	7.083	3.458	6.810	5,7%
Tocantins	37.843	790	483	1.088	2,9%
Pará	40.765	89	15	89	0,2%
Ceará	90.812	341	145	406	0,4%
5 estados	753.206	35.919	58.960	49.811	6,6%
Bacabal (MA)	5.827	1.709	1.917	1.813	31,1%
S. Luís Gonzaga (MA)	2.609	1.612	713	1.612	61,8%
Poção de Pedras (MA)	2.655	686	2.874	1.351	50,9%
Chapadinha (MA)	3.020	1.201	1.485	1.343	44,5%
Penalva (MA)	3.858	1.177	1.015	1.177	30,5%
Cajari (MA)	3.622	1.141	155	1.141	31,5%
Vargem Grande (MA)	4.961	458	5.119	927	18,7%
Codó (MA)	9.283	549	913	913	9,8%
Vitorino Freire (MA)	3.755	338	891	891	23,7%
Coroatá (MA)	3.258	669	853	853	26,2%
Barras (PI)	5.461	852	418	852	15,6%
Miguel Alves (PI)	5.150	835	329	835	16,2%

Fonte: IBGE (2017, 2020a, 2020b).

Figura 8 – Localização dos municípios com indicação de extrativismo de babaçu



Fonte: IBGE, 2017.

Elaboração: Renan Augusto Miranda Matias.

No estado do Pará, a simulação indica que o extrativismo do coco babaçu é realizado em 89 domicílios de 13 municípios, sobretudo próximos ao chamado “Bico do Papagaio”, no vizinho Tocantins. Esses municípios estão localizados nas microrregiões geográficas de Marabá, Redenção e Parauapebas. Os municípios com maior número de extrativistas seriam Parauapebas, Brejo Grande do Araguaia e São Domingos do Araguaia.

No Ceará, estima-se em 406 o número de domicílios, localizados em 26 municípios, a maior parte na área ocidental do estado, próximo ao limite setentrional com o estado do Piauí. Os municípios estão situados nas microrregiões de Ibiapaba, Baturité, Ipu, Sobral, Meruoca, Uruburetama e Sertão de Crateús. No estado, os municípios com maior número de extrativistas seriam Viçosa do Ceará, Barbalha e Ipaoporanga.

No Tocantins, em 55 municípios situados nas porções norte e leste do estado, estima-se 1.088 domicílios com ocorrência de extrativismo do coco babaçu (2,2% do total dos cinco estados). Estão incluídos os 25 municípios da microrregião do Bico do Papagaio, além de outros nas microrregiões de Araguaína, Jalapão, Miracema do Tocantins e Porto Nacional. Os municípios com maiores números absolutos de extrativistas seriam Riachinho, Sítio Novo do Tocantins, Babaçulândia, Carrasco Bonito e São Miguel do Tocantins.

No Piauí, são 81 os municípios identificados com ocorrência do extrativismo do babaçu, sendo estimados 6.810 domicílios, correspondendo a 14% do total. Estes municípios estão distribuídos em 10 das 14 microrregiões, principalmente na porção oeste do estado. Dentre estas, estão incluídos municípios nas microrregiões do Baixo Parnaíba, Médio Parnaíba, Teresina, Campo Maior, Valença do Piauí, Bertolínia, Picos, Alto Médio Gurgueia, Litoral Piauiense, Floriano e Alto Parnaíba. Os municípios com maior número de domicílios envolvidos na atividade, pela simulação realizada, seriam Barras, Miguel Alves, União, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Luzilândia e José de Freitas.

No Maranhão, calcula-se o engajamento no extrativismo do babaçu em 40.279 domicílios (83% do total), distribuídos em 181 dos 217 municípios, de todas as 20 microrregiões do estado. Dentre as microrregiões do estado com estimativas mais elevadas para o número de domicílios atuantes no extrativismo do babaçu destacam-se o Médio Mearim (11.345 domicílios), Baixada Ocidental Maranhense (6.281), Pindaré (5.087), Codó (3.138), Chapadinha (2.830), Caxias (2.273), Presidente Dutra (2.581), Itapecuru Mirim (2.337), Chapadas do Alto Itapecuru (1.539) e Alto Mearim e Grajaú (668).

Extrativistas que comercializam babaçu

Uma pesquisa de campo realizada ao longo de 2021 caracterizou a cadeia de valor do babaçu no território do Médio Mearim, e será objeto de publicação futura. No presente estudo, foram utilizados os dados relativos ao número de famílias que comercializam amêndoas de babaçu em todos os 634 pontos de compra identificados em 24 municípios, cujos responsáveis foram entrevistados em dois momentos ao longo do ano de 2021, sendo-lhes indagado qual é a produção adquirida e o número de extrativistas que comercializam em cada local.

Tabela 5 – Engajamento no extrativismo do coco babaçu e comercialização de amêndoas, em relação ao total de domicílios rurais em 24 municípios do Médio Mearim

Município	Estabelecimentos censo		Domicílios rurais				
	Amêndoa	Amêndoa + coco	Total	Extrativistas do babaçu	Vendem amêndoas	%	%
			DR	DEB	DCA	DCA/DEB	DCA/DR
Alto Alegre do MA	84	158	455	325	314	96,6	69,0
Bacabal	947	1.709	5.827	1.813	1.082	59,7	18,6
Bernardo do Mearim	100	129	758	259	255	98,5	33,6
Bom Lugar	306	316	2.394	610	242	39,7	10,1
Capinzal do Norte	186	275	924	550	120	21,8	13,0
Esperantinópolis	267	453	1.571	608	226	37,2	14,4
Igarapé Grande	327	342	1.165	688	213	31,0	18,3
Joselândia	178	277	2.069	277	277	100,0	13,4
Lago da Pedra	68	76	3.416	583	131	22,5	3,8
Lago do Junco	188	342	1.403	686	1.084	158,0	77,3
Lago dos Rodrigues	75	123	627	246	461	187,4	73,5
Lima Campos	55	107	1.187	256	191	74,6	16,1
Olho D'Água das Cunhãs	65	114	2.741	656	228	34,8	8,3
Paulo Ramos	114	126	1.782	252	372	147,6	20,9
Pedreiras	31	54	1.289	108	129	119,4	10,0
Peritoró	191	278	3.977	325	313	96,3	7,9
Pio XII	268	482	1.608	535	297	55,5	18,5
Poção de Pedras	602	686	2.655	1.351	401	29,7	15,1
S. Antônio dos Lopes	357	639	2.094	639	102	16,0	4,9
S. José dos Basílios	167	167	1.048	275	87	31,6	8,3
S. Luís Gonzaga do MA	854	1.612	2.609	1.612	1.526	94,7	58,5
Satubinha	102	143	1.650	356	110	30,9	6,7
Trizidela do Vale	102	155	939	312	378	121,2	40,3
Vitorino Freire	191	338	3.755	891	450	50,5	12,0
Total Médio Mearim	5.825	9.101	47.943	14.213	8.989	63,2	18,7
% do Maranhão	30,1%	25,0%	8,5%	34,3%			
Maranhão	19.331	36.389	566.953	41.417			

Correlações: DEB/CA = 0,904; DEB/DR = 0,660; DEB/DCA = 0,707; DCA/CA = 0,766; DCA/DR = 0,365

Fontes: IBGE, 2017 e pesquisa de campo.

A Tabela 5 ilustra que o quantitativo de domicílios que efetivamente comercializaram amêndoas de babaçu nestes municípios (DCA = 8.989) resulta ser muito próximo do dado apresentado pelo Censo Agropecuário de 2017, para

a soma do número de estabelecimentos que registraram produção de babaçu amêndoa e babaçu coco (9.101), e 50,4% superior ao número de estabelecimentos que registraram apenas a produção de amêndoas (5.825). Considerando a estimativa de domicílios que praticam o extrativismo do coco babaçu nesses 24 municípios (DEB = 14.213), os dados da pesquisa de campo indicam que 63% desses domicílios comercializam amêndoas. Por outro lado, o total agregado de domicílios que comercializam amêndoas foi de 19% do total de domicílios rurais nestes municípios (DR = 47.943).

Os resultados, quando analisados separadamente por município, indicam não haver um padrão consistente na relação entre o total de domicílios rurais, estabelecimentos agropecuários envolvidos no extrativismo do babaçu (pelo Censo Agropecuário), estimativas DEB geradas no presente estudo e pesquisa direta nos pontos de compra. Correlações variaram conforme apresentado, sendo mais fortes entre a simulação realizada (DEB) e os dados do Censo Agropecuário (CA), como esperado. Tais diferenças se devem a aspectos já apontados quando da realização dos recenseamentos, a discrepâncias frequentes entre limites municipais e a erros associados a exercícios de simulação. Não se deve descartar imprecisões em respostas de comerciantes locais, eventualmente contribuindo para inconsistências observadas. Vale destacar, contudo, que a pesquisa realizada em campo já vinha sendo testada, em número crescente de municípios, desde o ano de 2016, o que resultou em progressivo aperfeiçoamento da metodologia aplicada. A despeito da ausência de um padrão para todos os municípios, foi considerado que os quantitativos gerais para cada abordagem resultam confiáveis e passíveis de comparação.

O índice relativo de 63,2%, obtido nos 24 municípios do Médio Mearim, entre domicílios que comercializam amêndoas (DCA) e domicílios que praticam o extrativismo do coco babaçu (DEB), é então aplicado aos demais 332 municípios. Os 14.213 domicílios engajados na atividade correspondem a 29,6% do total de domicílios rurais dos 24 municípios do Médio Mearim, e a 28,5% do total de domicílios que, de acordo com a simulação, praticam o extrativismo do coco babaçu (49.811). Assim, nos demais 332 municípios, os 35.598 domicílios que praticam o extrativismo do babaçu corresponderiam a 5% dos 705.263 domicílios rurais. Aplicando a proporção de 63,2% a este total, o resultado é de 22.498 domicílios que, somados ao valor identificado nos 24 municípios da pesquisa de campo, mostram uma projeção de 31.487 domicílios, e 39.358 extrativistas que efetivamente comercializam amêndoas nos 356 municípios.

Conclusão

Os resultados deste estudo permitem visualizar o contexto atual da participação no extrativismo do babaçu, que aqui é avaliado com base em duas expressões diferenciadas. Adotamos o conceito de universo amplo de extrativistas do babaçu que, pelas simulações realizadas, alcançaria, atualmente, cerca de 62 mil quebradeiras de coco em 50 mil domicílios, total 39% superior ao número de estabelecimentos registrados pelo Censo Agropecuário de 2017, considerando a soma dos estabelecimentos produzindo babaçu coco e babaçu amêndoa. Quando o foco é o quantitativo que comercializa amêndoas, o levantamento realizado no Médio Mearim, se projetado para os 356 municípios, e considerando a proporcionalidade dos índices de engajamento na atividade, resultaria em 40 mil extrativistas em 32 mil domicílios.

Os 356 municípios nos quais ocorre o extrativismo do babaçu perfazem área total superior a 495 mil km², dos quais estima-se que ao menos 12,5 milhões de hectares tenham babaçuais como principal elemento da paisagem. Uma avaliação conservadora do potencial de produção destes babaçuais resulta que um volume de 1,5 milhão de toneladas de amêndoas poderia ser produzido anualmente.⁴ Mesmo nos anos em que a produção de babaçu atingiu seu pico, na década de 1970 e início dos anos 1980, a produção de amêndoas limitou-se a não mais que 20% deste total. Na atualidade, os dados do IBGE sobre a produção anual de amêndoas oscilam entre 1% e 4% deste volume potencial. Mesmo que fossem quadruplicados os níveis históricos de produção anual de amêndoas por estabelecimento agropecuário, resultado de eventuais avanços tecnológicos, tal potencial permitiria o envolvimento de mais de 460 mil domicílios, ou 575 mil extrativistas, contingente nove vezes superior ao total estimado neste estudo.

Em contraste com o potencial mencionado, a realidade que caracteriza o extrativismo do babaçu é o progressivo desestímulo à atividade. No ano de 2019, em que pesem esforços da sociedade civil visando à ampliação do alcance da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), acentuou-se uma drástica redução de preços pagos pela amêndoa, com implicações diretas no engajamento na atividade. Com efeito, o preço médio pago pela amêndoa em municípios do Médio Mearim, que ao longo de 2017 e 2018 havia oscilado entre R\$ 1,70 e R\$ 2,20/kg, a partir de 2019 caiu para menos

⁴ Em 1 ha consideram-se 80 palmeiras, sendo 40 palmeiras em produção, produzindo em média 2 cachos/ano. Cada cacho contém em média 25 kg de coco babaçu, do qual as amêndoas representam 6% do peso. Portanto, em cada hectare seria obtido, em média, o total de $[40 \times 2 \times 25 \times 0,06] = 120$ kg de amêndoas de babaçu.

de R\$ 1,20/kg, em virtude, sobretudo, à opção das maiores indústrias consumidoras pelo óleo de palma e à queda do preço internacional dessa *commodity*. Embora os preços tenham parcialmente se recuperado a partir do segundo semestre de 2020 e ao longo de 2021, as dificuldades que já vinham afetando o setor nas últimas décadas, somadas à constante redução de oportunidades de mercado, tornam cada vez mais incerto o futuro da economia vinculada ao babaçu e, a ela atrelada, dos meios de vida de comunidades agroextrativistas. As análises apresentadas neste estudo evidenciam a necessidade de revisar procedimentos metodológicos adotados para gerar estatísticas oficiais sobre o extrativismo do babaçu, de forma a melhor apoiar políticas públicas voltadas à sociobiodiversidade e, particularmente, às famílias agroextrativistas que dependem do babaçu para seus meios de vida.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto*: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA/UFAM, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>. Acesso em: 13 jan. 2022.
- ANDERSON, Anthony Bennett; MAY, Peter Herman; BALICK, Michael J. *The subsidy from nature: palm forests, peasantry, and development on an Amazon frontier*. New York: Columbia University Press, 1991.
- ANDRADE, Maristela de Paula. Mutirões, empates e greves. Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. *Lusotopie*, Aix-en-Provence, v. 12, n. 1-2, p. 175-189, 2005.
- AYRES JÚNIOR, José Costa. *A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim Maranhense*. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89908>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira Barbosa. Trabalho, conflitos e identidades numa terra de babaçu. *História Social*, Campinas, v. 14/15, p. 255-275, 2008.
- FIGUEIREDO, Luciene Dias. *Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público-lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. 2005. 199 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1736>. Acesso em: 25 jan. 2022.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas da população*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&t=resultados>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#extracao-vegetal>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: resultados do universo – características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006: segunda apuração*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/universo>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.miqcb.org/quem-somos>. Acesso em 22 abr. 2020.
- PORRO, Roberto. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Naturais*, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, 2019.
- VEIGA, Iran; PORRO, Noemi Miyasaka; MOTA, Dalva Maria da. Movimento social contemporâneo e processos de territorialização por comunidades tradicionais: a construção da identidade política do movimento das quebradeiras de coco babaçu. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 1, n. 17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235229/28253>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Como citar

PORRO, Roberto. Dimensões diferenciadas do engajamento camponês no extrativismo do babaçu. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230204, 6 out. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_04.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

De zafrales a jornaleros: (in)visibles detrás de los números

From harvest workers to day laborers: (in)visible behind the numbers

 Juan Romero¹

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_05

Resumen: El trabajo plantea la evolución de los asalariados por jornales en los últimos 10 años, período en el que se realizaron un conjunto de transformaciones en el proceso social y productivo agrario del Uruguay. La información analizada de las Encuestas Continuas de Hogares, del Instituto Nacional de Estadísticas, entre 2010-2018 consideró el mercado de trabajo en ruralidad agrupada y dispersa. La evidencia delinea algunas características tales como el perfil masculino, a pesar del importante crecimiento del perfil femenino, mayor educación formal, mayor precariedad laboral, menos tiempo de trabajo en horas semanales, pero estable a lo largo del almanaque productivo anual y, finalmente, concentración espacial en los territorios del litoral frontera con Argentina y al sur, en el área metropolitana de la capital del país, en territorios de cultivos intensivos.

Palabras clave: trabajadores por jornal; dinámica del mercado de trabajo agrario; tiempo de trabajo.

Abstract: This article discusses the evolution of workers into day laborers over the past ten years, a period in which a series of transformations occurred in social and agricultural production in Uruguay. Data from Continuous Household Surveys conducted by the National Institute of Statistics from 2010 to 2018 indicated that the rural labor market was grouped as well as dispersed. Some characteristics emerged, such as male gender (despite significant growth among women), greater formal education, increased job insecurity, less working time in terms of weekly hours but stability throughout the annual production year, and spatial concentration in the coastal territories bordering Argentina and to the south in the metropolitan area of the country's capital where intensive farm production can be seen.

Keywords: wage workers; dynamic of the agricultural labor market; working time.

¹ Professor (RDDIP) agregado en el Departamento de Ciencias Sociales da Universidad de La República (Udelar), CENUR LN, Uruguay. Doctorado en Sociología del Programa de Posgrado en Sociología de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Investigador del Sistema Nacional de Investigadores de Uruguay, Nivel I – ANII. E-mail: juanromero69@gmail.com.

Introducción

Los procesos de tecnificación, la aplicación de los avances de la ciencia biológica conjuntamente con la informática, la gestión de recursos humanos, la articulación e integración de capitales en la producción agropecuaria, cambian la forma de producción generando una serie de transformaciones en la configuración del espacio social, productivo y en la naturaleza de los diferentes mercados. Uno de ellos es el laboral, el cual ha ido cambiando según el sentido de las transformaciones mencionadas.

Para el caso uruguayo la asalarización de la mayoría de sus trabajadores es una de las características de las transformaciones en el proceso productivo agropecuario, pero hay que señalar que las diferentes fuentes de registros indican las siguientes unidades de análisis del mercado de trabajo: asalariados permanentes, trabajadores familiares remunerados y no remunerados, propietarios y asalariados zafrales. De la mayoría de ellos se presenta información por diferentes fuentes, sean los Censos Agropecuarios, de Población y Vivienda y/o las Encuestas Continuas de Hogares; ahora, resulta menos frecuente la información de los asalariados zafrales, y la bibliografía señala a los Censos Agropecuarios como una de las fuentes (CARÁMBULA; OYHANTÇABAL, 2019).

En este sentido, considerando las transformaciones socioproductivas como un proceso general de la agropecuaria latinoamericana y uruguayo en particular, y debido a que las mismas involucran al mercado de trabajo, se pretende conocer la evolución de los asalariados zafrales por medio de una metodología que ha posibilitado identificar a los mismos en las Encuestas Continuas de Hogares, tomando en cuenta estudios en la materia como antecedentes. Por otra parte, la bibliografía especializada señala el crecimiento de tal categoría laboral dadas las transformaciones citadas, ante lo cual se considera necesario saber si se ha concretado, cómo se conforma y, en definitiva, si el mismo es coyuntural o forma parte del proceso socioproductivo.

Para ello, el trabajo se divide en las siguientes secciones: introducción, debate conceptual sobre el asalariado zafrales, metodología aplicada, principales resultados de la investigación y consideraciones finales.

Debate conceptual acerca de los asalariados zafrales

Hay acuerdo en la bibliografía al respecto de que en los últimos veinticinco años se produjeron importantes transformaciones en el sector agropecuario

uruguayo, como el aumento en la productividad laboral dada la incorporación de tecnologías de insumo (siembra directa, organismos genéticamente modificados, etc) (PIÑEIRO; MORAES, 2008 *apud* CARÁMBULA; OYHANTÇABAL, 2019), la expansión de las sociedades anónimas, la extranjerización de la tierra, el capital financiero invirtiendo en el mercado de tierras, el acaparamiento de tierras (OYHANTÇABAL; NARBONDO, 2019) y la territorialización de las cadenas globales de valor (CARÁMBULA, 2015).

Tales transformaciones generaron cambios en la estructura social agraria (RIELLA; ROMERO, 2014) con la reducción total de explotaciones agropecuarias, intensificando una tendencia iniciada a mediados del siglo XX. Conjuntamente con ello aumentaron los asalariados agrarios por sobre otras categorías de ocupación, como lo son los trabajadores por cuenta propia, trabajadores familiares no remunerados y patrones, superando en la década del 2000 en valores absolutos al resto de las categorías (CARDEILLAC; JUNCAL, 2017).

Evidenciando la profundización de las relaciones capitalistas de producción en el sector agrario uruguayo, los asalariados en la actualidad se han tornado la clase social mayoritaria en la estructura social agraria. Ahora, ello no se relaciona con mayor desarrollo capitalista de forma lineal, como bien lo señala J. Villulla:

...en los términos en que el «desarrollo» es planteado por el capitalismo (cantidades de producción, índices de productividad, magnitud de la acumulación total, niveles medios de capitalización, infraestructura general, integración vertical y horizontal de los capitales y las cadenas de valor, superficie cultivada sobre la superficie cultivable, etc.), un agro con asalarización absoluta del trabajo como el pampeano puede ser, a la vez, menos desarrollado que uno con asalarización relativa como el del *Corn Belt*. (VILLULLA, 2019, p.57-58)

La profundización mencionada converge hacia un predominio productivo del trabajo asalariado, sea de forma permanente o safral, lo que caracteriza como capitalista a las relaciones sociales de producción agraria, pero ello no implica que caracterice de forma homogénea a la estructura social agraria, sino que marca la tendencia predominante de un modo de producción de valor, sin dejar de lado o invisibilizando otras formas, relaciones y sujetos productores de riqueza agraria en la sociedad rural uruguaya.

Tales asalariados se encuentran vinculados con quienes demandan su fuerza de trabajo, es decir, las empresas, que en el contexto de las transformaciones productivas ya mencionadas, han reconfigurado su organización para la

producción. En tal sentido, se tomará la noción de cadenas globales de valor (CGV) (GEREFFI; KORZENIEWICZ; KORZENIEWICZ, 1994; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1994; STURGEON, 2008) para estudiar el trabajo asalariado agropecuario en el Uruguay, dado que se estarían generando condiciones para el incremento de los asalariados y especialmente de los empleos denominados zafrales. Este contexto se desarrolla en los primeros años del siglo XXI, dado que se concreta en el agro un avance mucho más intenso que en cualquier período histórico previo de formas capitalistas de producción asociadas a Sociedades con Contrato Legal, que dependen y se desarrollan para captar las ganancias derivadas del comercio internacional y la inversión de tales cadenas en la producción de *commodities* exportables en una coyuntura favorable del mercado global, traccionado especialmente por China.

Estas cadenas de valor suelen seguir tendencias contradictorias, a veces hacia la verticalización y concentración y, otras veces, hacia la dispersión y la libre competencia (STURGEON, 2008). La teoría postula que se priorizará la integración vertical y la concentración, toda vez que la posibilidad de acumulación de capital depende de la disminución de costos de transacción, mientras que la tendencia a la diferenciación por vía de la subcontratación y la dispersión sería el mecanismo adecuado para aumentar la acumulación mediante el abaratamiento del costo de la mano de obra (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1994).

En definitiva, la búsqueda de maximizar ganancias reduciendo costos podría tener un par de caminos, vía reducción de costos de transacción o de mano de obra.

En un contexto de mercados agropecuarios globalizados en los cuales las cadenas de valor suelen estar dominadas por corporaciones y supermercados nacionales o multinacionales, se observa el aumento de la precariedad laboral, siendo una de sus vías la informalidad, el tiempo de trabajo irregular y el sesgo de género, en tanto que los nuevos mercados de empleo se constituyen en

...canales para transferir costos y riesgos a los eslabones más débiles de la cadena, particularmente las mujeres (...) perpetuar los estereotipos de género que mantienen a las mujeres en trabajos ocasionales y con menor retribución, y no necesariamente conducen a una mayor igualdad de género. (FAO; FIDA; OIT, 2010, s/p)

Los empleos zafrales en este contexto de cadenas de valor globalizadas estarían presentando, por un lado, rasgos que los caracterizan como precarios: bajos salarios, trabajo intermitente, trabajo en negro, baja sindicalización; pero,

por otro lado, las exigencias de buenas prácticas agrícolas (normas específicas en tal sentido en los mercados de destino) para consumidores dispuestos a pagar por la calidad de los alimentos ha llevado a productores y procesadores agroindustriales a su cumplimiento, lo que implica que los trabajadores de tales sectores de la cadena se encuentren más formalizados, e incorporen prácticas organizacionales en la prevención de accidentes de trabajo y cuidado de su salud (CRAVIOTTI; CATTANEO; PALACIOS, 2008).

Las empresas se verían en la necesidad de generar empleos de mayor flexibilidad y estacionalidad por presión de las empresas líderes en las cadenas globales de valor, dado que los empleos zafrales se convierten en estrategias centrales para mantener la competitividad (BAMBER; STARITZ, 2016).

En síntesis, las actuales cadenas globales de valor en la producción de alimentos exportables desarrollan estrategias de zafralizar el tiempo de trabajo de los asalariados en esta etapa de la cadena, orientado a la reducción del costo de la mano de obra y al mejoramiento de la competitividad de precios de la mercadería final.

Debido a las características de la dinámica actual en los procesos productivos de alimentos, las cuales comienzan a impactar en el proceso de organización del tiempo de trabajo de los asalariados, se plantea considerar el término *jornalerización*, dado que ofrece ventajas descriptivas respecto a otros términos utilizados como *zafralidad* o *temporalidad*. La *zafralidad* hace referencia a una cualidad particular de la tarea, describiendo una actividad laboral vinculada con procesos biológicos o estacionales de los productos, bienes o servicios que demanda un tipo específico y/o un incremento de la mano de obra en determinado período temporal acotado (CHIAPPE; CARÁMBULA; FERNÁNDEZ, 2008), mientras que la *temporalidad* se refiere a un vínculo contractual laboral de duración acotada.

Temporalidad y *zafralidad* no necesariamente van de la mano ni deberían implicar de por sí procesos de precarización laboral; sin embargo, existen íntimas relaciones fácilmente observables a nivel empírico. Los contratos temporales en tareas zafrales son una de las principales estrategias que las empresas utilizan para reducir los costos laborales (TADEO; PALACIOS; TORRES, 2005). Esta tendencia del capital, ampliamente abordada por autores de referencia (NEIMAN, 2010; PIÑEIRO, 2011; HERNÁNDEZ LÓPEZ, 2014), se engloba en el término *jornalerización*.

Se plantea tal categoría conceptual para dar cuenta de la modalidad de organización del trabajo cuya unidad de medida es la jornada laboral y que

establece contratos laborales temporales para la gestión de la mano de obra en tareas zafrales. Sin embargo, es necesario señalar que no es una categoría aplicada usualmente a la eventualidad del trabajo agrícola, al revisar al respecto Neffa (1986), Lara Flores (1995) (Coord.), Quaranta y Fabio (2011), Riella y Ramírez (2021). En una tendencia creciente, esta modalidad se acompaña de mecanismos de informalización, flexibilización, intermediación en la contratación (ver: KAY (2016); MARTÍNEZ; SÁNCHEZ; RIELLA (2016)), y precarización laboral. Se estima pertinente como indicador el tiempo de trabajo dedicado en la semana a la actividad temporal para la zafra específica, lo cual, se hipotetiza, tiende a disminuir en el período analizado.

Por último, en esta dinámica social de la organización del trabajo de los asalariados de la producción de alimentos, estos se presentan como el eslabón más débil, pero al mismo tiempo el más fuerte en la obtención de mayor competitividad y ganancia, dadas las posibilidades que ofrece la organización del trabajo vía jornal. La categoría de análisis jornal no es novedosa (MORETT SÁNCHEZ; COSIO, 2004; MARTÍN, 2008), pero comienza a mutar su sentido conceptual en el marco de las actuales transformaciones de la organización social del trabajo en el capitalismo en general y en el agrario en particular, emergiendo con fuerza el tiempo de producción en lugar del tiempo de trabajo (COSTHEKABILIO, 2019) para la organización de la fuerza de trabajo.

Metodología aplicada

Se seleccionó la estrategia metodológica cuantitativa dada la posibilidad de acceder a fuentes secundarias de información referidas al problema de investigación, las cuales fueron, para el caso uruguayo, las Encuestas Continuas de Hogares (en adelante ECH) de los años 2010 y 2018 del Instituto Nacional de Estadística (en adelante INE), que, además de incorporar los territorios rurales, cuentan con información del mercado de trabajo y condiciones de vida de los asalariados rurales durante el período de mayor crecimiento y posterior estancamiento de la producción agroalimentaria de los últimos 20 años.

Con relación al diseño, se consideró pertinente el descriptivo, ya que posibilita analizar cómo es y cómo se manifiesta un fenómeno y sus componentes, además de permitir detallar el fenómeno estudiado básicamente a través de la medición de uno o más de sus atributos. Por ejemplo, la investigación en Ciencias Sociales se ocupa de la descripción de las características que identifican los diferentes elementos y componentes, su interrelación y procura descubrir y comprobar la

posible asociación de las variables de investigación, así como establecer las características demográficas de las unidades investigadas (número de población, distribución por edades, nivel de educación, etc.).

Por otra parte, la desagregación por sectores de actividad se realizó de acuerdo a la Clasificación Internacional Industrial Uniforme – Revisión 4 (CIIU Rev. 4) empleada en la ECH, lo que permitió la construcción de los sectores de actividad involucrados en el mercado de trabajo rural de los asalariados en el sector agropecuario, quienes representan aproximadamente un tercio del total de los que trabajan.

Para el caso de los trabajadores por jornales se pudo construir el siguiente procedimiento. Se seleccionaron los ocupados asalariados del sector agropecuario que trabajan en unidades productivas del sector mencionado; una vez detectados, se seleccionó aquellos en función de la variable meses de trabajo de forma continua, es decir, que de manera constante a lo largo del año no completan 12 meses de trabajo; y, finalmente, se aplicó un *selectif* en la variable meses de trabajo > 0 , procedimiento realizado en el paquete estadístico SPSS versión 15, de libre acceso.

Cabe señalar que de la Población Económicamente Activa (en adelante PEA) agropecuaria, se consideró para el procesamiento los ocupados y, al interior de los ocupados, aquellos que reunían las características previamente mencionadas para “detectar” a la subpoblación de asalariados por jornales. Por lo tanto, no se analizaron a los desocupados y su trabajo previo si provenía de una actividad por jornal.

Los datos obtenidos de la estimación por la muestra de la ECH se contrastan con los de 2011 del Censo General Agropecuario (en adelante CGA) para conocer su confiabilidad y validez en el trabajo de María Noel Ackerman y Angela Cortelezzi (2018). La metodología aplicada indica que para datos de la ECH 2010, si se consideran los zafrales entre 1 y 6 meses, los datos se aproximan a los publicados, ya que las autoras estiman 7405 casos zafrales con los datos del CGA, y nuestra metodología estima 7436 casos (286 casos multiplicados por el factor de expansión anual = 26), es decir una diferencia de 31 casos (0,004% error) un margen de error dentro del intervalo de confianza del 95% ($1 - \alpha = 0,05$).

Ahora, cabe aclarar que al ser aplicado en la ECH 2010 se deben considerar los siguientes criterios: 1 – poblaciones rurales y menores de 5000 habitantes y 2 – el tiempo de zafralidad entre 1 y 6 meses. Estas condiciones fueron las que se

aplicaron para mantener el criterio de comparabilidad con el trabajo de las autoras citado. Por lo tanto, los resultados dan cuenta de dichos criterios que nos garantizan la comparabilidad con los datos del trabajo mencionado de Ackerman y Cortelazzi, pero a sabiendas de que no implican el universo de los zafrales porque la bibliografía indica que hay una tendencia cada vez más creciente a la urbanización de dicha fuerza de trabajo.

Es decir, la CGA no capta la zafralidad en actividades agropecuarias provenientes de localidades mayores de 5000 habitantes y períodos de tiempo menores a los 30 días y mayores a los 180 días. Aunque no es el objetivo de este trabajo incluir a los zafrales con menos de 30 y más de 180 días de trabajo, es necesario advertir que un importante grupo de trabajadores queda por fuera del análisis, por lo que se espera en un próximo trabajo considerar todo el universo de los mismos.

Por otra parte, al plantear el análisis multidimensional de la pobreza según los criterios de R. Katzman (1989), se toma en cuenta la combinación de métodos de medición de la pobreza (directo: Necesidades Básicas Insatisfechas, en adelante NBI e indirecto: línea de la pobreza), para así obtener una nueva medición con mayor nivel de exhaustividad. Esta genera cuatro categorías, a saber: 1) pobreza crónica: comprende aquellos hogares que tienen ingresos (o consumo) bajo la línea de pobreza y una o más necesidades básicas insatisfechas. Este grupo conforma el núcleo más crítico de pobreza; se trata de hogares que viven en condiciones prolongadas de privación y que, además de no poder adquirir rutinariamente los mínimos bienes y servicios, no han logrado obtener una vivienda adecuada ni asegurar a todos sus miembros el acceso a la educación, a los servicios de salud y a oportunidades de empleo; 2) pobreza reciente: incluye a los hogares pobres por ingresos (o consumo) pero con necesidades básicas satisfechas. Se trata de una situación que sugiere que el déficit de ingreso no ha sido permanente o lo suficientemente prolongado como para afectar la satisfacción de las necesidades de un hogar – que cambia más lentamente que el ingreso – tales como la desnutrición crónica o las carencias habitacionales; es decir, indica un descenso reciente del nivel de vida de los hogares. Son hogares que están en riesgo de caer en la pobreza crónica si las oportunidades de trabajo no les permiten recuperar su capacidad adquisitiva; 3) pobreza inercial: se refiere a hogares con necesidades básicas insatisfechas e ingresos (o consumo) sobre la línea de pobreza. Es una situación que sugiere un proceso de ascenso económico de los hogares, porque la insatisfacción de necesidades revelaría que fueron

pobres en el pasado pero que no han logrado todavía eliminar sus carencias acumuladas en las necesidades básicas; y, por último, 4) integración social: se trata de la población que no es pobre por ninguno de los dos criterios; es decir, tiene ingresos por encima de la línea de pobreza y sus necesidades básicas están satisfechas (SIISE, 2013).

Cabe señalar los criterios para la elaboración de las NBI. Para este fin, se seleccionó un conjunto de necesidades consideradas básicas y se determinó un umbral mínimo de satisfacción para cada dimensión. En este caso, las NBI consideradas fueron: acceso a los servicios de educación, calidad de la vivienda, hacinamiento, acceso a agua, disponibilidad y tipo de servicio sanitario y tenencia de refrigerador (RIELLA; MASCHERONI, 2011).

Por otro lado, la pobreza analizada desde la línea de pobreza implica considerar para su medición el método del ingreso, para lo cual, como señala el Instituto Nacional de Estadística:

...es necesario definir una Canasta Básica de Alimentos per cápita (CBA) y una Canasta Básica Total per cápita (CBT) con las cuales se definan los umbrales, Línea de Indigencia (LI) y Línea de Pobreza (LP). Si el ingreso per cápita del hogar se encuentra por debajo de la LI o la LP el hogar se define como indigente o pobre respectivamente. (INE, 2006, p. 11)

Finalmente, las técnicas de análisis estadístico aplicadas de acuerdo al problema de investigación son de corte descriptivo (estadística descriptiva uni y bivariable de la población observada). Cabe advertir que la ECH se realiza a partir de una muestra de la población, y, por lo tanto, las cifras presentadas son una referencia válida pero no son exactas, ya que la confianza se reduce a medida que aumenta el nivel de desagregación y las respuestas abarcan un conjunto de personas cada vez menor.

Resultados de la investigación

Los datos que siguen a continuación tienen por objetivo principal describir, en líneas generales, las principales características sociales y laborales de los trabajadores por jornales de la actividad agropecuaria del Uruguay.

Tales características, debe subrayarse nuevamente, se limitan a un universo de estudio comparativo con el trabajo ya citado de María Noel Ackerman y Angela Cortelezzi, por lo tanto, se debe tener en cuenta que son trabajadores por jornales

de localidades menores de 5.000 habitantes y del área rural dispersa; por otro lado, el período de tiempo de trabajo varía entre el mes y los seis meses.

Teniendo presente dichas consideraciones se inicia la descripción por la distribución por sexos de los trabajadores zafrales entre 2011 y 2018.

Tabla 1 – Hombres y mujeres por jornales y permanentes 2011-2018

2011	% por Jornales	% acumulado	% Permanentes	% acumulado	2018	% por Jornales	% acumulado	% Permanentes	% acumulado
Hombre	89,5	89,5	77,6	77,6	Hombre	88,5	88,5	88,1	88,1
Mujer	10,5	100,0	22,4	100,0	Mujer	11,5	100,0	11,9	100,0
Total	100,0		100,0		Total	100,0		100,0	
	(n= 286, representan 7436 casos)		(n= 3265, representan 84890 casos)			(n= 253, representan 9108 casos)		(n= 946, representan 34056 casos)	

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

En primer lugar, cabe señalar que metodológicamente los n de la Tabla 1 son los valores del tamaño de la muestra, representando el universo estimado citado, dado que para 2011 el factor de expansión anual es igual a 26 y para 2018 es igual a 36. Teniendo presente esto, lo primero que se observa es un crecimiento de aproximadamente el 22% de trabajadores por jornales, aumentando su peso relativo en la fuerza de trabajo asalariada, mientras que los asalariados permanentes disminuyen en valores absolutos, pero se consolida la tendencia de su predominancia. Por otra parte, se aprecia una disminución de la misma, reflejando indirectamente el proceso de incorporación tecnológica en la producción agropecuaria. Finalmente, el sexo de quienes desarrollan una y otra tarea delinea un crecimiento del perfil femenino para las tareas por jornal, disminución para el trabajo permanente y mayoría del masculino para las permanentes y por jornal, dado que 9 de cada 10 son hombres.

Es decir, en las localidades menores de 5.000 habitantes y ruralidad dispersa en el período analizado predomina el sexo masculino en el trabajo por jornal.

Por su parte, la Tabla 2 refiere a la distribución por generaciones de los trabajadores. Durante el período analizado, la diferencia entre adultos y jóvenes prácticamente se mantiene constante, observándose una mayoría de adultos. Se debe subrayar que, al incorporar el enfoque de generaciones, la edad no es el único

elemento a tener en cuenta, pero los datos con los que se cuentan remiten a la edad biológica; a pesar de ello, se considera de importancia mantener dicho criterio.

Tabla 2 – Grupos generacionales por jornales 2011-2018

2011	%	Porcentaje acumulado	2018	%	Porcentaje acumulado
Jóvenes (14 a 30 años)	48,3	48,3	Jóvenes (14 a 30 años)	47,4	47,4
Adultos (>30 años)	51,7	100,0	Adultos (>30 años)	52,6	100,0
Total	100,0		Total	100,0	

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

En definitiva, la mayoría de los trabajadores por jornales son adultos (mayores de 30 años) aunque no deja de ser menor la participación de los jóvenes (entre 14 y 30 años), dada la distribución en pesos similares, pero sin presentar diferencias porcentuales significativas.

En lo que refiere a la educación se aprecian algunos cambios con relación al año base 2010, como el aumento de trabajadores por jornal con secundaria completa y terciaria/universidad completa, estos últimos casi el 5%, situación inédita en 2010.

Tabla 3 – Nivel educativo por jornales 2011-2018

2011	Porcentaje	Porcentaje acumulado	2018	Porcentaje	Porcentaje acumulado
primaria incompleta	16,6	16,6	primaria incompleta	10,3	10,3
primaria completa	71,7	88,3	primaria completa	67,9	78,2
secundaria incompleta	10,3	98,6	secundaria incompleta	12,3	90,5
terciaria/univ.completa	1,4	100,0	secundaria completa	3,2	93,7
			terciaria/univ. incompleta	1,5	95,2
			terciaria/univ.completa	4,8	100,0
Total	100,0		Total	100,0	

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

Por lo tanto, se observa que, aunque sigue siendo mayoritaria (7 de cada 10 en 2010 y 6 de cada 10 en 2018), la formación del nivel educativo formal primario completo comienza a cambiar dicha situación, dadas las nuevas

formaciones educativas de tales trabajadores. Debe señalarse que el área territorial es de localidades menores de 5.000 habitantes y ruralidad dispersa, es decir, que la formación en el período de estudio aumentó, pero esto no quiere decir un cambio de empleo.

En definitiva, la mayoría de los trabajadores por jornales poseen formación educativa primaria completa y se aprecia un crecimiento en la calificación de los mismos dado que aproximadamente el 10% poseen secundaria completa e inclusive universidad completa.

Con relación al tamaño de los hogares de los trabajadores por jornales, se observa durante el período de estudio una disminución del mismo, ya que aquellos con más de 4 integrantes pasan de 44% a 27% (-17%), los de 2 a 4 integrantes aumentan 11 puntos porcentuales y los hogares unipersonales aumentan un 7%.

Tabla 4 – Tamaño del hogar por jornales 2011-2018

2011	Porcentaje	Porcentaje acumulado	2018	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Unipersonal	4,5	4,5	Unipersonal	11,1	11,1
2 hasta 4 personas	51,1	55,6	2 hasta 4 personas	62,1	73,2
Más de 4 personas	44,4	100,0	Más de 4 personas	26,8	100,0
Total	100,0		Total	100,0	

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

Se aprecia que la cantidad de integrantes de los hogares de trabajadores por jornal tiende a disminuir, mientras los hogares unipersonales aumentan prácticamente 2,5 veces.

Tabla 5 – Índice Multidimensional de la Pobreza por jornales 2011-2018

2011	%	Porcentaje acumulado	2018	%	Porcentaje acumulado
Integrados	25,9	25,9	Integrados	12,3	12,3
Pobreza reciente	2,4	28,3	Pobreza reciente	0,7	13,0
Pobreza inercial	60,9	89,2	Pobreza inercial	78,7	91,7
Pobreza estructural	10,8	100,0	Pobreza estructural	8,3	100,0
Total	100,0		Total	100,0	

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

Los datos del período analizado indican, en líneas generales, el empobrecimiento de los trabajadores por jornales, dado que aquellos que se encontraban integrados socialmente al inicio del período, disminuyen a la mitad en 2018. Además, la pobreza inercial aumenta (pobreza por NBI pero no por LP) 18 puntos porcentuales, mientras disminuye la pobreza reciente (-1,6%) y la pobreza estructural (-2,5%).

Más allá de estos movimientos entre las categorías del índice multidimensional, se profundiza la situación de pobreza, dado que en 2010 7 de cada 10 trabajadores por jornales se encontraban en dicha situación y en 2018 pasan a ser 8 de cada 10.

En definitiva, los trabajadores por jornales durante el período de estudio profundizaron su situación de pobreza, especialmente la inercial.

Al analizar en cuáles sectores de la producción agropecuaria realizan el trabajo que les reporta mayores ingresos, se observan una serie de cambios a lo largo del período estudiado.

Tabla 6 – Tareas mayores ingresos por sectores productivos por jornales 2011-2018

2011	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado	2018	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
cereales-oleaginosos	74,1	74,1	cereales-oleaginosos	17,0	17,0
hortofrutícolas	1,9	76,0	Forestales	8,3	25,3
pecuarios	23,6	99,6	Hortofrutícolas	18,6	43,9
otros sectores	0,4	100,0	pecuarios	53,8	97,7
			otros sectores	2,3	100,0
Total	100,0		Total	100,0	

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

En 2011 (año base) las tareas en el sector de cereales-oleaginosos era el principal; para el 2018 pasa a un tercer lugar. El pecuario era el segundo en importancia en 2011, pero en 2018 pasa a ser el principal sector para quienes trabajan por jornal. El hortofrutícola es el segundo en importancia en 2018 y emerge un sector nuevo en 2018, el forestal, generando el 8% de los empleos por jornales.

Resumiendo, importantes transformaciones ocurren en los diferentes sectores productivos de la agropecuaria nacional, lo que impacta en el mercado de trabajo, a tal punto que la pecuaria pasa a ser el principal sector que necesita

trabajo por jornal, seguido de la hortifruticultura; en tercer lugar de importancia está la producción de cereales-oleaginosos (cuando supo ser el principal sector) y aparece un nuevo sector demandante de trabajo zafral, el forestal.

La Tabla 7 presenta la distribución de las horas de trabajo durante la semana. Esta se considera una categoría de análisis central dado que, si han ocurrido cambios en la forma de producir debido a la incorporación tecnológica, se deberían observar también cambios en las horas de trabajo hombre, en este caso reducción de las mismas.

La hipótesis central que orienta la interpretación de estos datos plantea que el actual paradigma tecnológico para la producción de alimentos procura aumentar la productividad vía precisión en el tiempo de producción, siendo las actuales cadenas globales de valor uno de los medios para operacionalizar el mismo. Dichas cadenas desarrollan estrategias de “jornalizar” el tiempo de trabajo de los asalariados agropecuarios en los diferentes “eslabones” de la cadena de producción agropecuaria (cualquiera sea el sector productivo), orientado a la reducción del costo de la fuerza de trabajo, mejoramiento de la competitividad de precios y utilización de forma precisa del tiempo necesario de trabajo.

Tabla 7 – Horas de trabajo semanal por jornales 2011-2018

2011	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado	2018	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
hasta 10hrs	2,8	2,8	hasta 10hrs	7,5	7,5
11 a 20hrs	4,2	7,0	11 a 20hrs	13,0	20,5
21 a 30hrs	4,5	11,5	21 a 30hrs	12,6	33,1
31 a 44hrs	16,1	27,6	31 a 44hrs	24,2	57,3
>45hrs	72,4	100,0	>45hrs	42,7	100,0
Total	100,0		Total	100,0	

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

Se aprecia efectivamente una disminución del 30% en la categoría de más de 45 horas semanales, lo que en parte podría deberse a las transformaciones tecnológicas, aunque también estaría influyendo la puesta en aplicación de la ley 18.441 sobre las 8 horas de trabajo rural. Por otro lado, se observa un

aumento de un 8% en la categoría de 31 a 44 horas semanales, por lo que sería razonable estimarlo como consecuencia de dicha ley, pero esto no explicaría la totalidad de los 30 puntos porcentuales.

Por otro lado, hay registro de aumento en el resto de las categorías de trabajo semanal por debajo de las 30 horas en un promedio geométrico de un 7%, es decir que si se analiza la disminución de un 30% en más de 45 horas de trabajo semanal, la misma se redistribuye en el resto de las categorías de trabajo semanal, por lo que la ley de 8 horas de trabajo rural reguló la distribución de la carga de trabajo en la semana pero no disminuyó la intensidad de trabajo, sino que este se distribuye más “parejo” a lo largo de la semana.

En definitiva, en 2011 el 88% de los asalariados por jornales trabajaban más de 31 horas, mientras que en 2018 es el 66%, es decir, sigue siendo mayoritario el uso intenso del trabajo zafra, aunque recientemente de forma más estabilizada durante la semana de trabajo, característica diferente en relación al año 2011.

Dada la importancia de considerar el tiempo de trabajo por jornales, a continuación se realiza un análisis estadístico más pormenorizado para observar el comportamiento de diferentes parámetros durante el período de estudio.

Tabla 8 – Estadísticos Horas de trabajo semanal por jornales 2011-2018

Estadísticos 2011	Horas trabajadas por semana	Estadísticos 2018	Horas trabajadas por semana
N Válido	286	N Válido	253
Perdidos	0	Perdidos	0
Media	46,37	Media	37,14
Mediana	48,00	Mediana	44,00
Desviación estándar	12,711	Desviación estándar	15,758
Varianza	161,575	Varianza	248,310
Asimetría	-1,051	Asimetría	-0,364
Error estándar de asimetría	0,144	Error estándar de asimetría	0,153
Curtosis	2,148	Curtosis	0,180
Error estándar de curtosis	0,287	Error estándar de curtosis	0,305

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

Se aprecia una disminución del 20% en la media de horas trabajadas por semana entre 2011 y 2018 en los trabajadores por jornales agropecuarios, una reducción significativa, ya que se pasó de 46 horas a 37 horas. Ahora, dadas las características de la media, también se observa la mediana, la cual también presenta reducción, pero de un 10%, pasando de 48 horas a 44 horas de trabajo por semana en 2018.

Al analizar el comportamiento de la dispersión de los datos para conocer las características de la distribución, se observa que el desvío estándar aumenta en 2018; el coeficiente de variación en 2011 es de 0,27 y en 2018 es de 0,42, lo que confirma el crecimiento en un 55% de la heterogeneidad de las horas de trabajo semanal de tales trabajadores rurales.

Las horas de trabajo semanal por jornales no tienden ya a concentrarse en un determinado período de tiempo, sino que comienzan a ser más dispersas en el tiempo de trabajo. Se advierte entonces una mayor necesidad en diferentes momentos del proceso productivo de tal fuerza de trabajo. Las horas de trabajo serían un indicador de transformaciones en el hacer de la producción agropecuaria, ya sea por la incorporación de tecnología productiva tanto en la agricultura como pecuaria, la organización del proceso laboral o por cambios en la legislación laboral, como lo fue la aprobación de la ley 18.441 en el año 2008 que limitó la jornada laboral a 8 horas y estableció descansos intermedios, entre jornadas y semanales para los trabajadores rurales. En definitiva, las horas de trabajo semanal se presentan como “reactivo” a las transformaciones mencionadas.

En resumen, se observan transformaciones en las horas de trabajo semanal de los trabajadores por jornales agropecuarios durante el período de estudio, dado que disminuyen, y su distribución se vuelve más dispersa a lo largo del tiempo productivo.

Otro aspecto a considerar se refiere a su condición laboral, es decir, ¿trabajan con los derechos previstos por la legislación laboral vigente? Ello significa estar cubierto por los derechos y deberes de la normativa laboral, condiciones formales de trabajo o comúnmente trabajo en blanco. En tal sentido, en 2011 aproximadamente el 55% de los trabajadores por jornales eran trabajadores formales, pero en 2018 son el 44%, un descenso del 11%.

Tabla 9 – Aporte a caja de jubilaciones - por jornales 2011-2018

2011	Porcentaje	Porcentaje acumulado	2018	Porcentaje	Porcentaje acumulado
Sí	54,9	54,9	Sí	43,9	43,9
No	45,1	100,0	No	56,1	100,0
Total	100,0		Total	100,0	

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

Entre el período de estudio la informalidad crece 11%, pero se parte de un piso alto de informalidad en 2011 si se compara con el parámetro nacional de un 31% (ver informe Instituto Cuesta Duarte) y la distancia se profundiza aún más cuando para 2018 la tasa nacional es de 24%², es decir, que mientras a nivel nacional la informalidad tiende a reducirse, entre los trabajadores por jornales agropecuarios ocurrió lo contrario.

En definitiva, la formalidad laboral disminuyó 11%, indicando un proceso inverso a lo acontecido con el resto de los trabajadores asalariados del país.

Tabla 10 – Regiones productivas por Departamentos por jornales 2011-2018

2011	%	Porcentaje acumulado	2018	%	Porcentaje acumulado
Litoral	34,6	34,6	Litoral	33,6	33,6
Noreste	21,0	55,6	Noreste	22,9	56,5
Centro	14,3	69,9	Centro	8,3	64,8
Sur	21,7	91,6	Sur	25,3	90,1
Este	8,4	100,0	Este	9,9	100,0
Total	100,0		Total	100,0	

Fuente: elaboración propia con base en ECH 2011 y 2018.

Finalmente, en la Tabla 10 se presenta en dónde ocurren los procesos mencionados. Es necesario señalar cómo se integran dichas regiones: el Litoral está conformado por los Departamentos/Estados/Provincias de Salto,

² Ver información en <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/trabajo-formalidad-mtss-oit-panama-losteanau>.

Paysandú, Río Negro y Soriano; el Noreste por Artigas, Rivera, Tacuarembó y Cerro Largo; el Centro por Durazno, Flores y Florida; el Sur por Canelones, San José y Colonia; y el Este por Lavalleja, Maldonado, Rocha y Treinta y Tres; queda excluido del análisis el Departamento de Montevideo.

A continuación se procura localizar en un mapa los procesos anteriormente mencionados.

Mapa 1 – Departamentos del Uruguay



Fuente: <https://mapasinteractivos.didactalia.net/>.

Lo que se puede apreciar es que tanto en 2011 como en 2018 hay dos espacios territoriales predominantes, el Litoral y el Sur. En el primero se presenta un descenso de 1% en el período de estudio y en el segundo un aumento de 3% de trabajadores por jornales, siendo que, entre ambos, concentran más del 50% de los casos. Ahora, no deja de ser menor la participación del Noreste, aquellos Departamentos/Estados/Provincias más cercanos y en frontera con Brasil.

Por otra parte, el Litoral y el Sur serían los territorios en los cuales las producciones hortifrutícolas, cerealeras-oleaginosas y pecuaria tienden a ser mayoritarias, por lo tanto, es allí donde se demanda tal fuerza de trabajo en mayor proporción en relación con otros territorios rurales.

Esta tendencia se establece en los últimos 15 años aproximadamente, marcando un quiebre en el proceso de estancamiento dinámico que caracterizaba a la estructura agraria nacional desde mediados de los años 70, consolidando un proceso de crecimiento a partir de la dinámica de los sectores agroexportadores fundamentalmente, intensificación del capital constante vía tecnología (biotecnología, genética, fertilizantes, etc.), mayor integración al mercado mundial, emergencia de nuevos actores transnacionales y crecimiento de los asalariados rurales. Todo lo anterior, en definitiva, profundiza las relaciones sociales de producción capitalista en la sociedad rural uruguaya de inicios del siglo XXI.

En el marco del crecimiento a nivel internacional de los precios de las materias primas, a raíz de la demanda de energía y alimentos (RUBIO, 2008), se produce un ciclo de expansión productiva y alza de los precios que transforman el sector agropecuario nacional. Un indicador claro de estos cambios es la evolución del precio de la tierra en el país que en esos años aumenta casi ocho veces su valor, con precios record, alcanzando en los casos de las tierras más fértiles precios similares a los de la región fronteriza.³

Resumiendo, los territorios rurales del Litoral y Sur del Uruguay tienden a concentrar en el período estudiado entre 55% y 60% de la fuerza de trabajo por jornales agropecuarios, en localidades menores de 5000 habitantes (ruralidad agrupada) y ruralidad dispersa.

Consideraciones finales

El análisis de la información presentada plantea la evolución de los asalariados por jornales en los últimos 10 años, período de tiempo en el cual se realizaron un conjunto de transformaciones en el proceso social y productivo agrario del Uruguay. El paisaje agrario ha cambiado al compás de un crecimiento vertiginoso del desarrollo de los cultivos de secano, impulsado por la soja, fuertemente integrado al mercado mundial de granos en expansión desde hace una década, traccionado entre otras razones por la difusión de la

³ Históricamente el precio de la tierra en Uruguay, a igual calidad del suelo, ha sido más bajo que en los países fronterizos (VASALLO, 1994).

siembra directa y el modelo tecnológico que implica el ingreso de la soja y el maíz genéticamente modificados, el impulso de la demanda china y la globalización financiera, como señala Moraes (2013). Considerando tal contexto macro socioprodutivo, se observa el crecimiento de los trabajadores por jornales, los cuales delinear algunas características sociodemográficas y espaciales tales como el perfil masculino, a pesar del crecimiento importante de la mujer, mayor educación formal, mayor precariedad laboral, menos tiempo de trabajo en horas semanales pero estable a lo largo del almanaque productivo anual y, finalmente, concentración espacial en los territorios del litoral frontera con Argentina y al sur en el área metropolitana de la capital del país, en territorios de cultivos intensivos como la hortifructicultura y cultivos de secano.

Cabe resaltar que la bibliografía especializada señala el crecimiento de la categoría trabajadores por jornales, ante lo cual el caso uruguayo no sería una excepción y todo parecería indicar que tales características integran el actual proceso social de producción capitalista agrario. Dicha categoría analítica se evalúa pertinente para dar cuenta de la modalidad de organización del trabajo, cuya unidad de medida es la jornada laboral, y que establece contratos laborales temporales para la gestión de la mano de obra en tareas zafrales por jornales. En una tendencia creciente, esta modalidad se acompaña de mecanismos de informalización, flexibilización y precarización laboral. Se estimó pertinente como indicador el tiempo de trabajo dedicado en la semana a la actividad temporal por la zafra específica, lo cual se había hipotetizado tendería a disminuir en el período analizado.

La evidencia demostró que efectivamente tal tiempo de trabajo ha disminuido, siendo un indicador más de las transformaciones tecnológicas, en la producción agraria uruguaya, lo que sería un elemento constitutivo de la dinámica actual del proceso laboral agrario, es decir, menos tiempo de trabajo en períodos estables para producciones mayores con destino al mercado mundial de alimentos.

Finalmente, las actuales cadenas globales de valor en la producción de alimentos exportables desarrollan estrategias de acortar e intensificar el tiempo de trabajo de los asalariados en esta etapa de la cadena, orientado a la reducción del costo de la mano de obra y al mejoramiento de la competitividad de precios de la mercadería final. Considerando las características de la dinámica actual en los procesos productivos de alimentos, que transforma la organización del tiempo de trabajo de los asalariados, se plantea considerar el término

jornalerización; y, por último, a modo de hipótesis, tales procesos sociales de producción agraria se consolidarían y profundizarían en territorios de producción intensiva en la relación capital/trabajo.

Revisión

ACKERMAN, María Noel; CORTELEZZI, Angela. *Estimación del empleo agropecuario*. Montevideo: MGAPOPYP, 2018.

BAMBER, Penny; STARITZ, Cornelia. *The gender dimensions of Global Value Chains*. Geneva: ICTSD, 2016. Disponible en: https://www.ictsd.org/sites/default/files/research/the_gender_dimensions_of_global_value_chains_0.pdf. Acceso en: 11 de setiembre, 2021.

CARÁMBULA, Matías. Imágenes del campo uruguayo en clave de metamorfosis. Cuando las bases estructurales se terminan quebrando. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 28, n. 36, p. 17-36, 2015. Disponible en: <http://cienciassociales.edu.uy/departamentodesociologia/wp-content/uploads/sites/3/2015/09/Art%C3%ADculo-Car%C3%A1mbula-RCCSS-36.pdf>. Acceso en: 7 de setiembre, 2021.

CARÁMBULA, Matías; OYHANTÇABAL, Gabriel. Proletarización del agro uruguayo a comienzos del siglo XXI: viejas y nuevas imágenes de un proceso histórico. *Revista de Desarrollo Económico y Territorial Eutopía*, n. 16, p. 161-180, 2019. Disponible en: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/4107>. Acceso en: 5 de octubre, 2021.

CARDEILLAC, Joaquín; JUNCAL, Agustín. Estructura agraria y trabajo en un contexto de cambios: el caso de Uruguay. *Mundo Agrario*, v. 18, n. 39, e072, 2017. Disponible en: <https://doi.org/10.24215/15155994e072>. Acceso en: 10 de octubre, 2021.

CHIAPPE, Marta; CARÁMBULA, Matías; FERNÁNDEZ, Emílio (Comps.). *El campo uruguayo: una mirada desde la Sociología Rural*. Montevideo: Universidad de la Republica, 2008.

COSTHEK ABILIO, Ludmila. Uberización: de la iniciativa empresarial a la autogestión subordinada. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, 2019. Disponible en: <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/1674>. Acceso en: 5 de febrero, 2020.

CRAVIOTTI, Clara; CATTANEO, Carlos; PALACIOS, Paula. Buenas prácticas agrícolas y vínculos laborales en la producción de alimentos de alto valor: el trabajo zafral en el cultivo del arándano en Entre Ríos. *Revista PIEA*, Buenos Aires, n. 28, 2008.

CUESTA DUARTE. *Formalización del empleo en Uruguay 2004-2012*. 2015. Disponible en: <http://www.cuestaduarte.org.uy/investigacion/economia/otros-documentos/item/61-formalizacion-del-empleo-en-uruguay-2004-2012>. Acceso el: 12 de mayo de 2020.

FAO – Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura; FIDA – Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola; OIT – Organización Internacional del

- Trabajo. *Políticas de mercado de trabajo y pobreza rural en América Latina*. FAO: Roma, 2010.
- GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel; KORZENIEWICZ, Roberto. *Commodity chains and global capitalism*. Westport: Praeger Publishers, 1994.
- HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity chains in the capitalist world-economy prior to 1800. In: GEREFFI, Gary. *Commodity chains and global capitalism*. Westport: Praeger Publishers, 1994.
- INE – Instituto Nacional de Estadística. *Líneas de pobreza e indigencia Uruguay 2006 – Metodología y resultados*. Montevideo: INE, 2006.
- KATZMAN, Rubén. *The heterogeneity of poverty. The case of Montevideo*. CEPAL Review, Santiago, n. 37, 1989.
- KAY, Cristóbal. La transformación neoliberal del mundo rural: procesos de concentración de la tierra y del capital y la intensificación de la precariedad del trabajo. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, v. 1, n. 1, p 1-26, 2016.
- LARA, Sara (Coord.). *Jornaleras, temporeras y bóias-frias: el rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina*. Caracas: UNRISD-ONU Editorial Nueva Sociedad, 1995.
- MARTÍN, Víctor. Los jornaleros y la gran propiedad en el sur de España. In: *Anales de Geografía*, v. 28, n. 2, p. 137-165, 2008.
- MARTÍNEZ, Luciano; SÁNCHEZ, Kim; RIELLA, Alberto (Orgs). Dossier Sistemas de Intermediación Laboral en los Mercados de Trabajo Rurales y Agropecuarios, *Revista EUTOPIA*, Quito, n. 9, 2016.
- MORAES, Maríalnés. *Mundos Rurales n. 16*. Colección nuestro tiempo. Libro de los Bicentenarios. Montevideo, 2013.
- MORETT SÁNCHEZ, Jesús; COSÍO, Celsa. *Los jornaleros agrícolas de México*. México: Universidad Autónoma Chapingo-Diana, 2004.
- NEFFA, Julio Cesar. *El trabajo temporario en el sector agropecuario de América Latina*. Ginebra: OIT, 1986.
- NEIMAN, Guillermo. Los estudios sobre el trabajo agrario en la última década: una revisión para el caso argentino. *Mundo Agrario*, v. 10, n. 20, 2010. Disponible en: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4185/pr.4185.pdf. Acceso el: 14 de setiembre, 2021.
- PIÑEIRO, Diego. Precariedad objetiva y subjetiva en el trabajo rural: nuevas evidencias. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 24, n. 28, p. 11-33, 2011.
- PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Uruguay lidera índices de formalidad laboral en América Latina*. 2018. Disponible en: <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/trabajo-formalidad-mtss-oit-panama-losteanau>. Acceso el: 9 de julio, 2021.
- QUARANTA, Germán; FABIO, Francisco. Intermediación laboral y mercados de trabajo en agriculturas reestructuradas: el caso del Valle de Uco, Mendoza, Argentina. *Región y Sociedad*, México, vol. 23, n. 51, p. 193-225, 2011.
- RIELLA, Alberto; ROMERO, Juan. Continuidades y rupturas en la estructura agraria en el Uruguay del siglo XXI. *Pampa*, Santa Fe, n. 10, p. 159-171, 2014.
- RIELLA, Alberto; RAMÍREZ, Jessica. El sector agrario uruguayo: trabajadores transitorios y vulnerabilidad social, *Revista de Ciencias Sociales*, Montevideo, v. 34, n. 49, p. 89-116, 2021.

- RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola. Desigualdades sociales y territorios rurales en Uruguay. *Pampa*, Santa Fe, n. 7, p. 39-64, 2011.
- RUBIO, Blanca. De la crisis hegemónica y financiera a la crisis alimentaria. Impacto sobre el campo mexicano. *Argumentos*, v. 21, 2008. Disponible en : <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=59511124003>. Acceso en: 15 de octubre, 2021.
- SIISE – Sistema Integrado de Indicadores Sociales del Ecuador. *Información general, número de miembros del hogar y sección 1, 2 y 13*. 2013. Disponible en: <http://www.siise.gob.ec/siiseweb/siiseweb.html?sistema=1#> . Acceso el: 1 de marzo, 2021.
- STURGEON, Timothy. *From commodity chains to value chains: interdisciplinary theory building in an age of globalization*. Cambridge: MIT, 2008.
- TADEO, Nidia; PALACIOS, Paula; TORRES, Fernanda. Zafralidad y empleo en la citricultura entrerriana. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, v. 22, p. 5-30, 2005. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.11139/pr.11139.pdf. Acceso el: 16 de julio, 2021.
- VASSALLO, Miguel. *Estructura agraria y el mercado de tierras. Posibles impactos del MERCOSUR*. Montevideo: CIESU, 1994.
- VILLULLA, Juan Manuel. Capitalismo, cuestión agraria y trabajo asalariado: una relectura de los debates clásicos a partir de datos de la pampa húmeda argentina y el *corn belt* estadounidense. *Revista ESTUDIOS*, n. 41, p. 35-61, 2019.

Como citar

ROMERO, Juan. De zafrales a jornaleros: (in)visibles detrás de los números. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230206, 23 nov. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_05.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Reprodução social das pescadoras e pescadores artesanais

Social reproduction of artisanal fishermen and fisherwomen

 Cristiano Wellington Noberto Ramalho¹

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_06

Resumo: Este texto discute o que é ser pescador e pescadora artesanal a partir da categoria reprodução social. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, entrevistas e observações diretas do cotidiano desses sujeitos sociais localizados nos estados de Pernambuco e Sergipe foram realizadas. Pode-se destacar que, nas diversas formas de ser e de fazer-se pescador e pescadora, a reprodução social expressa dinâmicas ecológicas, formas de trabalho, elementos históricos, culturais e inserção na totalidade social.

Palavras-chave: pescador(a) artesanal; reprodução social; Socioantropologia da Pesca.

Abstract: This paper discusses what it means to be an artisanal fisherman or fisherwoman via the category of social reproduction. In terms of methodology, interviews and direct observations of the daily life of these individuals in the states of Pernambuco and Sergipe were conducted. Notable among the different ways of being and creating oneself as a fishermen or fisherwomen was the way social reproduction expresses ecological dynamics, forms of work, historical and cultural elements, and insertion into the social totality.

Keywords: artisanal fishers; social reproduction; socioanthropology of fishing.

¹ Professor Associado do Departamento de Sociologia (DS) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador líder do Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (Nuhumar) da UFPE. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: cristianownramalho@gmail.com.

Introdução

“Prefiro as máquinas que servem para não funcionar:
quando cheias de areia de formiga e musgo –
elas podem um dia milagrar em flores.”
(Manoel de Barros)

“Sê sempre o mesmo.
Sempre outro. Mas sempre alto.
Sempre longe. E dentro de tudo.”
(Cecília Meireles)

Uma assertiva ilumina este escrito, a de que “ser pescador artesanal é ser uma multidão de coisas num camarada só, que leva ele... ele leva isso pela vida pra ficar vivendo” (Pescador, Goiana-PE, 48 anos).²

Tal enunciado, além do que observei e pesquisei em campo, fez-me pensar que há muitas expressões, tipos e processos fundantes da pesca artesanal, que possuem características regionais e universais, podendo, também, apresentar-se em uma mesma localidade no tempo e no espaço (pesca de caranguejo, de marisco, embarcada em alto-mar etc.).

Tudo isso a depender de questões históricas, das possibilidades de respostas dos sujeitos e das condições naturais disponíveis, cujos elementos combinados projetam-se em pluralidades nas formas de fazer-se pescador e pescadora³ artesanal no Brasil. Pluralidades contidas em aproximadamente 1 milhão de pessoas que vivem diretamente da pesca artesanal no país, segundo dados oficiais (MPA, 2012), que também carregam universalidades.

Apoiando-me mais no argumento do pescador, para não prender-me aos marcos legais contidos na Lei de nº 11.959, de 29/6/2009 que classifica a pesca artesanal como uma atividade “praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”, pretendo guiar-me, ao longo

² Alguns pescadores pediram que não fossem identificados. Então, adotei o seguinte procedimento: mencionarei se é pescador ou pescadora, destacando o local e a idade de quem deu seu depoimento.

³ As mulheres que pescam classificam-se de pescadoras ou de marisqueiras, conferindo condição de similitude, sinônimo a esses termos. Neste escrito elas serão chamadas de pescadoras.

deste artigo, pela seguinte interrogante: O que “é ser uma multidão de coisas num camarada só [o pescador e pescadora artesanal]?”

Para dar conta da mencionada indagação e tendo como base as realidades pesquisadas de pescadores e pescadoras artesanais de localidades dos estados de Pernambuco e Sergipe, utilizarei o conceito de reprodução social (será discutido adiante).

Nesse percurso a história oral foi essencial, no intuito de recuperar memórias coletivas numa íntima relação com a própria memória pessoal dos pescadores e pescadoras artesanais, de acordo com as experiências, representações sobre o passado e o presente e suas visões de mundo, onde “a memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado” (PORTELLI, 2016, p. 18). Assim, a história oral buscou resgatar, por meio dos relatos dos setores populares, histórias das vivências cotidianas ou de certos acontecimentos (AMADO; FERREIRA, 2006; MONTENEGRO, 2003), lembrando que, “em última instância, a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro” (PORTELLI, 2006, p. 16).

A história oral aliou-se à observação direta, ao nos levar a ter um contato próximo com as realidades pesquisadas. É nesse cenário, do saber-fazer etnográfico, que o olhar e o ouvir expressam escolhas teórico-metodológicas e as provocam permanentemente, apresentando na escrita do etnógrafo quando este vai à memória do vivido in loco, seja para entender a realidade estudada, seja para conferir uma estrutura mais consistente ao seu próprio discurso científico. “Nesse sentido, os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar [...], por meio da qual o pesquisador busca interpretar – ou compreender – a sociedade e a cultura do outro ‘de dentro’, em sua verdadeira interioridade” (OLIVEIRA, 2006, p. 34, grifos meus). Não esquecer que “nas pesquisas de campo é que a observação direta das ocorrências, formas de atuação social e situações de vida encontram larga aplicação. Contudo, mesmo nessa fase, a observação direta não se confunde com mera ‘verificação’ passiva do que ocorre no mundo ambiente” (FERNANDES, 2004, p. 132-133).

Com base nisso, os procedimentos metodológicos estruturaram-se da seguinte maneira: 1) entrevistas feitas com 40 profissionais da pesca, sendo 20 de Pernambuco e os demais de Sergipe. Respeitou-se o recorte de gênero (50%

dos depoimentos) e geracional, indo dos 19 aos 80 anos. Esses diálogos ocorreram em mais de uma oportunidade, visto que acompanhei esses trabalhadores e trabalhadoras ao longo da duração dos estudos feitos. Por exemplo, em Sergipe, esse período foi de março de 2011 a fevereiro de 2013 e, em Pernambuco, deu-se de junho de 2017 a dezembro de 2019;⁴ 2) a escolha das(s) entrevistadas(os) fundamentou-se nos distintos tipos de pesca (em rios, manguezais, marítima etc.) de localidades diferentes. Em Sergipe ocorreu nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Estância, Pirambu, Santa Luzia do Itanhhy; e em Pernambuco ocorreu em Goiana, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Olinda, Recife, Rio Formoso e São José da Coroa Grande; e 3) observação direta do dia a dia das pescadoras e dos pescadores artesanais (comércio, trabalho, lazer, reuniões nas Colônias e Associações de Pesca).

Vale dizer que, no último levantamento feito com os associados e associadas das Colônias de Pesca situadas apenas nos 16 municípios que compõem a faixa costeira de Pernambuco, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado (Semas-PE) constatou, em 2019, o número de 12.556 pescadores e pescadoras. Em Sergipe, segundo o Governo Federal (MPA, 2012), 20.086 pessoas viviam diretamente da pesca artesanal, sendo 56% pescadoras.

Ciências Sociais, pesca artesanal e reprodução social

No universo dos estudos das Ciências Sociais no Brasil sobre as sociedades pesqueiras, a questão da reprodução social apresentou-se – mesmo que não mencionada diretamente – como tema importante para se entender o trabalho, o modo de vida dos Povos das Águas,⁵ particularmente diante das fortes mudanças vividas pelas regiões litorâneas do país nas últimas cinco décadas. Isso se deveu a um conjunto amplo e significativo de impactos gerados por inúmeros fatores, a saber, pesca industrial, crescimento urbano desordenado, aumento da poluição dos rios e mar, o turismo, a especulação imobiliária, o avanço da economia de mercado e a instalação de grandes empreendimentos públicos e privados.

Dessa maneira, continuidades e rupturas no mundo da pesca artesanal tornaram-se a base de inúmeras reflexões socioantropológicas nesse período,

4 Esses períodos de pesquisa resultam de financiamentos recebidos dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec), Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁵ Povos das Águas comporta em si termos como pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, jangadeiros, caiçaras, ribeirinhos, trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal.

seja para discutir a modernização capitalista na pesca e o tipo de inserção dos pescadores nesse processo (DIEGUES, 1983, 1995; DIAS DUARTE, 1999; PESSANHA, 2003; KNOX, 2009), seja para desvelar situações de agravamento das condições ecológicas – dentre as quais a tragédia do petróleo de 2019 – e de vida dos trabalhadores da pesca (DIEGUES, 1983; LOUREIRO, 1985; RAMALHO, 2006; RAMALHO; SANTOS, 2021), seja para discutir as formas de “cercamentos” provocadas pela ação do Estado, turismo, aquicultura e algumas ações dos órgãos/leis ambientais em relação ao modo de vida e trabalho dos Povos das Águas (MILLER, 2012; DIAS NETO, 2015; RAMALHO, 2015), seja para identificar ações de resistências (políticas ou não) dos pescadores e pescadoras na defesa de seus territórios de morada e trabalho ou as maneiras de reprodução simbólica e material da vida (MALDONADO, 1993; DIEGUES, 2000, 2004; CUNHA, 2007; CALLOU, 2013; RAMALHO, 2017; ESTUMANO, 2020; RAMALHO; SANTOS, 2021; TARGINO, 2021).

Em que pese às tradições socioantropológicas distintas desses autores e autoras, pode-se destacar que a noção de reprodução social não emerge neles de modo estático, ou melhor, “frise-se que a ‘reprodução’ não implica repetição pura e simples, mas, pelo contrário, a adoção das modificações indispensáveis para assegurar a continuidade da vida social” (LIMA, 1997, p. 129), podendo, também, em certas situações, enfrentar barreiras para sua permanência.

Nos aspectos abordados pelos escritos destacados anteriormente (muitos deles ligados à Socioantropologia da Pesca ou que subsidiam esse campo de análise), vários elementos apareceram como relações intrínsecas à produção e à reprodução social das comunidades pesqueiras artesanais. Eles são importantes e revelam conexões entre si, que se alimentam mutuamente, dentre as quais se situa, como um dos temas mais expressivos, o trabalho e sua organização social.

A pesca artesanal é um tipo de organização do trabalho que “se funda na cooperação, sem a qual, nas condições técnicas dadas, o resultado pretendido, em face da envergadura e da complexidade das tarefas que envolvem, dificilmente poderia ser alcançado” (BRITTO, 1999, p. 89). Essa cooperação cumpre função valiosa para reprodução da pesca, com sua lógica de campanha:

[...] nota-se que o cálculo dessa repartição do produto reedita a noção de sociedade no trabalho, anteriormente mencionada indicando que os instrumentos de trabalho estão de tal modo integrados ao corpo social da campanha e da pescaria que acabam se confundindo com os próprios camaradas,

adquirindo eles próprios, por extensão, os mesmos “direitos”, participando juntos de sua reprodução social. [grifos da autora]. (BRITTO, 1999, p. 125)

Segundo Mourão, o próprio avanço de dinâmicas mais mercantis em determinadas regiões levaram o trabalho pesqueiro a ocupar papel de maior destaque que o da agricultura, a exemplo do que se deu com os caíçaras em São Paulo. Eles passaram a empregar maior parte de seus tempos nas pescarias, o que cobrou e foi resultado do desenvolvimento de uma nova racionalidade produtiva, no sentido weberiano do termo. Assim, “a pesca tende a especializar a população ribeirinha no sistema lagunar de Cananéia e, à medida que se desenvolve a comercialização e a tecnologia, o caíçara torna-se cada vez mais um pescador, distanciando-se da agricultura de subsistência” (MOURÃO, 2003, p. 127).

De modo geral, essa transformação no universo do trabalho e na dinâmica de reprodução pesqueira, especialmente por suas maiores incorporações ao mercado, realizou mudanças significativas. De fato, “cada vez mais, as chamadas pescas tradicionais artesanais foram incorporadas ao mercado e uma das consequências desse processo foi uma maior especialização numa só atividade e o abandono de outras” (DIEGUES, 2004, p. 37), buscando atender – em maior medida – os desejos do comércio e fazendo com que se passe mais tempo trabalhando nas águas. Ademais, “a poluição, que afeta a reprodução das espécies, também é fonte de sobrecarga de trabalho que, em vários casos, não permite rentabilidade ao investimento” (PLANTE; BRETON, 2005, p. 53), elevando a pressão sobre os estoques pesqueiros com base na precarização do trabalho do pescador, da pescadora.

Contudo, alguns grupos de pescadores e pescadoras, embora sintam os efeitos das mudanças mercantis, conseguiram manter maneiras plurais de apropriação da natureza, dos pescados, de inserção diferenciada, como estratégia para preservar, minimamente, certa autonomia socioeconômica, cultural e alimentar (MALDONADO, 1986; RAMALHO, 2021).

Nesse cenário, subsistir tem fina relação com a ideia de reprodução social, especialmente por apontar a importância da categoria trabalho, a saber:

[...] abrange todas atividades pelas quais os coletivos humanos obtêm seus meios de reprodução física. Trata-se do trabalho como tarefa funcional dedicada à satisfação de necessidades, mas também como atividade coletiva coordenada e distribuída entre os diferentes membros de um determinado grupo. A subsistência diz respeito, portanto, à relação com os

recursos vitais, revelando que se trata sempre de uma relação coletiva. (CHARBONNIER, 2021, p. 30)

Reprodução social que não acontece circunscrita apenas ao mundo objetivo por conta da força da dimensão cultural, simbólica, porque é impossível pensar uma sem a outra, inclusive no âmbito da pesca artesanal. Na reprodução também se apresenta questões particulares e universais, singularidades e totalidade (FURTADO, 1993; MALDONADO, 1993; DIEGUES, 2000; KNOX, 2009; RAMALHO, 2017), ou seja, todo ser humano – mesmo em sua singularidade – “é necessariamente uma totalidade” (LUKÁCS, 1979, p. 85). Para Godelier (1984), as interpretações, visões, ideologias e valores de mundo dos grupos sociais acerca, por exemplo, da natureza combinam-se com os meios objetivos, materiais, atuando de forma integrada sobre parte do ambiente para fins da reprodução biológica e social.

Assim, o plano material é fertilizado de elementos culturais, de desejos de mundo, dotando de especificidades os sujeitos sociais. Compreender as águas como entes vivos, dotados de personalidades, de significados simbólicos e religiosos – e não apenas como um lugar de apropriação econômica – é componente expressivo do modo de vida, do trabalho, da reprodução social das comunidades pesqueiras artesanais (RAMALHO, 2017). A partir daí é possível entender que “a apropriação do espaço marítimo e de seus recursos é culturalmente construída, implicando a detenção de todo um código de saber-fazer ritualizado no universo pesqueiro ao longo do tempo que permite extrair da natureza a reprodução social dos pescadores artesanais” (CUNHA, 2007, p. 90).

Muito disso também se liga à tradição de certos grupos de pescadores e de marisqueiras, sendo fundamental para explicar o que é “uma multidão de coisas num camarada só”, inclusive a tradição pesqueira. Tradição possível de entender como “[...] reprodução em ação” (WILLIAMS, 2008, p. 184), em que cultura é, também, desejo, projeto, devir. Para Lukács:

Tudo que a cultura humana criou até hoje nasceu não de misteriosas motivações internas espirituais (ou coisa que o valha), mas do fato de que, desde o começo, os homens se esforçaram por resolver questões emergentes da existência social. É a série de respostas formuladas para tais questões que damos o nome de cultura humana. (1969, p. 170)

E isso ainda guarda relação com a questão do conhecimento que o pescador e a pescadora possui da natureza, que não está desconectado das mudanças mais gerais da sociedade. De acordo com Furtado:

O conhecimento do ambiente em que vivem e a habilidade para fazer as coisas para utilizar esse ambiente, à medida que vão sendo transmitidos e absorvidos pelas gerações, transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão e apropriação da natureza com traços característicos do povo no seio do qual são desenvolvidos. Ambos são apreendidos de modo empírico, pelo contato íntimo com a natureza (terra, água, floresta) e com o próprio homem. Mas, em sendo traços característicos, não implicam perenidade. O ritmo acelerado do processo de mudança no contexto da sociedade abrangente traz (e já está trazendo) efeitos modificadores para esses patrimônios culturais e/ou mesmo para redefinição nesses campos. (1993, p.199)

A reprodução social, de fato, anuncia, ademais, a interação de sujeitos particulares com contextos sócio-históricos gerais, estruturas sociais, suas condicionantes e influências objetivas e simbólicas, que se somam àquelas de ordem ecológica. A reprodução social é o encontro de condições gerais e ações particulares, sendo marcada por mediações várias (culturais, religiosas, políticas, jurídicas, científicas, ambientais).

Sobre isso a dimensão histórica é relevante, especialmente ao mostrar o papel estratégico que as sociedades pesqueiras ocuparam no Brasil Colônia e Império para a (re)produção do sistema econômico hegemônico da época, a saber, segundo Silva:

[...] os pescadores, aos poucos, constituíram um grupo fundamental e imprescindível para a reprodução da sociedade colonial. A maioria da população – os escravos – bem como os demais grupos dominantes, não tendo meios para obter seu próprio alimento, precisavam tanto dos pequenos agricultores como dos pescadores. Estes últimos constituíram uma categoria sócio-profissional em separado, sobretudo a partir do século XVII, à medida que se expandiu a produção e o consumo do pescado (mesmo que muitos fossem pescadores e escravos ao mesmo tempo). Foi, portanto, desde a formação do escravismo colonial, que se desenvolveu uma categoria sócio-profissional específica no Brasil – os pescadores – que, a despeito de ser extremamente explorada, adquiriu um caráter

econômico autônomo e específico no conjunto da sociedade escravista colonial. (1988, p. 49-50)

Ademais, para Freyre:

Os engenhos antigos do Nordeste viviam muito do mar e dos rios: dos peixes, dos caranguejos, dos pitus, dos camarões, dos siris, que a dona de casa mandava os moleques apanhar pelos mangues, pela água, pelos arrecifes. Esses pescadores a serviço da casa patriarcal tornaram-se jangadeiros iguais aos caboclos; tão peritos quanto eles no traquejo das jangadas, das canoas e da rede de tucum, na caça aos jacarés, às emas e aos veados das margens dos rios. [...] O negro que a princípio só trabalhou no “verde-mar dos canaviais” depois tornou-se também operário do outro mar. (2004, p. 67)

Assim, mais do que uma mera vontade individual e/ou fruto exclusivo dos desejos de um determinado grupo social, a reprodução social significa uma permanente dialética entre totalidade societária e particularidades socioculturais, com suas possibilidades, alternativas, realizações, (des)continuidades, mudanças, rupturas que daí emergem. Sem dúvida, “a própria reprodução social global resulta da articulação de vários ciclos de reprodução correspondentes, às vezes, as lógicas sociais distintas” (DIEGUES, 1995, p. 35), fazendo com que, por exemplo, o capitalismo aproprie-se da pesca artesanal sem que isso represente desorganizar necessariamente sua produção e reprodução social por subordiná-la ao próprio marco do capital (LOUREIRO, 1985).

Contudo, o processo de reprodução de certos grupos, povos, etnias e/ou frações de classes sociais podem encontrar bloqueios, limites intransponíveis para a permanência de suas existências, em decorrência de contextos políticos, econômicos e sociais bastante adversos; e isso já ocorreu em vários momentos históricos com camponeses, indígenas, artesãos, algumas sociedades pesqueiras. No caso das questões ambientais, aspectos econômicos interferiram (e interferem) fortemente nisso, ao eliminar (ou negar) os meios físicos e ecológicos para a reprodução de alguns grupos sociais, ganhando amparo político e jurídico para tal finalidade.

As possibilidades e disponibilidades de condições naturais favoráveis são decisivas para a permanência da pesca. Para Diegues (2004, p. 91), “a crescente degradação dos ecossistemas costeiros, em particular dos estuários e lagunas, parece ser, no entanto, o fator que mais coloca em risco a reprodução social dos

pescadores que operam dentro dos quadros da pequena produção mercantil”. Também tais contextos podem impor situações precárias de continuidade, criando ou agravando as condições de vida de coletivos sociais. Muito disso pode ser definido como quadros históricos de injustiça e racismo ambiental aos quais as comunidades pesqueiras estão submetidas, como aconteceu com a tragédia do petróleo que atingiu o Nordeste brasileiro a partir de agosto de 2019 (RAMALHO; SANTOS, 2021).

Em larga medida, a produção e a reprodução socioeconômica do modo de produção capitalista impõem, como totalidade social em seu movimento de expansão, seus ritmos, condições, formas de inserções, restrições a determinados grupos, comunidades e/ou classes sociais, trazendo as suas vidas “vários problemas ecológicos devido ao seu desejo insaciável de acumular capital” (SAITO, 2021, p. 130).

No caso das sociedades pesqueiras e por serem produtores primários, seus destinos caminham de mãos dadas com os das possibilidades ecológicas encontradas, o das possíveis alternativas de respostas via seu trabalho.

Decerto que:

[...] podemos legitimamente pensar que a dimensão “substancial” da ação coletiva, sobretudo na medida em que esta se orienta para o mundo dos recursos materiais, não pode ser reduzida ao simples jogo dos interesses individuais. Com ele se joga a reprodução do coletivo e de seu meio de vida, assim como das condições gerais de existência. (CHARBONNIER, 2021, p. 30-31)

Tais questões fundam-se no cotidiano, sendo estabelecidas a partir do lugar e das condições socioeconômicas, culturais e ecológicas encontradas pelos indivíduos na esfera societária da qual fazem parte, na sua interação e integração à totalidade social, nas ações coletivas orquestradas. Dentro desse cenário, os pescadores e pescadoras buscam construir, individual e coletivamente, alternativas materiais para sua reprodução ao longo dos anos, de acordo com contextos socioculturais determinados e as possibilidades ambientais que encontram, em que elementos locais e gerais entrelaçam-se nas dinâmicas de reprodução social. Por isso, ser pescador e pescadora é ter em si, também, uma “multidão de coisas”.

Ecologia, trabalho e pesca artesanal

Historicamente os pescadores e as pescadoras artesanais pertencem às camadas populares no Brasil. No primeiro momento do período colonial, populações indígenas e, depois, etnias africanas (e seus descendentes alforriados ou não) e pobres portugueses ocuparam a condição de pescadores(as) artesanais, de norte a sul, nos rios, mangues, estuários e nas águas marinhas, trazendo, na maior parte dos casos, antigas tradições e costumes de seus lugares na lida com as águas, mesclando-se numa simbiose renovada no Brasil.

Uma das expressões materiais e imateriais mais conhecidas disso é a jangada. Embarcação de construção indígena que foi, no decorrer dos dois séculos iniciais de colonização portuguesa, incorporando técnicas e tecnologias lusitanas, como também africanas em seu fabrico e manuseio, que deram conta das especificidades da natureza marinha do litoral nordestino para realização de pescarias (CASCUDO, 1957, 2002; RAMALHO, 2021).

Como são diferentes os ambientes aquáticos, distintos são os tipos de pescados, bem como são múltiplos seus estados de preservação e/ou de impactos sofridos, fatores que exigiram (e exigem) de homens e mulheres a construção de conhecimentos marcados de singularidades, de simbologias, que foram capazes de permitir-lhes viver dos recursos naturais. Sem dúvida, “o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível [grifos do autor]” (MARX, 2004, p. 81).

No caso da pesca artesanal, além dos instrumentos produtivos (barco e armadilhas), o conhecimento é o elemento mais decisivo, especialmente em virtude das próprias características do ambiente em que esse tipo de trabalho ocorre: oceano, rios, estuários. Esses ambientes estão sempre em movimento, são os meios vitais da pesca e forças vivas que cobram daqueles(as) que trabalham nas águas habilidades complexas, capacidades de integração aos ritmos da natureza, no intuito de decifrá-la para melhor se apropriar das suas potencialidades. Assim, as águas não são objetos passivos do trabalho pesqueiro, porque ela influencia o modo de vida, o ato produtivo.

Tudo isso acontece e ganha sofisticação devido aos equipamentos utilizados nas pescarias, que são artesanais e, em larga medida dos casos, tecnologias ancestrais de capturas. Por isso, o saber-fazer torna-se elo decisivo para a produção e reprodução das comunidades pesqueiras (DIEGUES, 1983; CUNHA,

2007; RAMALHO, 2020; TARGINO, 2021). O elenco dessas questões aviva-se em alguns depoimentos:

Dependemos da natureza, desse rio, mas o cara deve entender do que tá acontecendo nele. Precisa saber das coisas das águas, dos peixes, ventos, porque não utilizamos esses trecos modernos, equipamentos de tecnologia. E isso vem lá das antigas... da época de meu avó, que também pescava por essas bandas. (Pescador, Pirambu-SE, 26 anos)

É simples assim: pescador é pela sabedoria mesmo. Ele deve saber de tudo no mar. (Pescador, Ilha de Itamaracá-PE, 33 anos)

Vou com a maré. A gente conversa com ela. Por isso, a gente pesca... a gente é pescadora. E a gente pesca com esses instrumentos que mesmo fazemos... também pescamos assim com a mão. Acho que devido a isso chamam a gente.... a gente se chama disso também... de marisqueira.... de pescadora artesanal. Acho que devido ao fato de pescar com coisas simples é que precisamos conhecer bem essa maré. (Pescadora, Santa Luzia do Itanhy-SE, 51 anos)

Ademais, cada ambiente de pesca, cada singularidade do pescado exige tipos de pescarias, formas específicas de ser pescador e pescadora, o que permite a existência de vários profissionais de pesca, conhecimentos próprios e modos de ser num mesmo ofício:

Pescaria de caranguejo é uma coisa, o sistema... o conhecimento é outro. De alto mar, lá no barco, pra passar dez, quinze, vinte dias, são outras habilidades, por conta do fato de ser outro lugar. Tudo é pescador, mas é pescador diferente. (Pescador, São José da Coroa Grande-PE 50 anos)

O cara é bom, por exemplo, na pesca de camarão, de peixe grande, mas, por ser uma prática dali, sabe, ele não pode desenrolar do mesmo jeito em ser pescador de mangue, de rio. A natureza é diferente mesmo. (Pescador, Estância-SE, 37 anos)

O trabalho de mariscagem das mulheres... é uma sabedoria delas... daquele ambiente mesmo, sobre aquele tipo de pescado. Ela vai ser diferente. Agora, olha o cara pegando tainha, manjuba... é outra forma de pesca. E se a pessoa, o cara pesca no mar aí é pescador diferente mesmo. (Pescadora, Itapissuma-PE, 45 anos)

De fato, as características ecológicas do oceano, rios e estuários impõem a quem nele realiza a sua pescaria a necessidade de um agudo saber-fazer, que congrega em si o controle do processo produtivo, pequena divisão social do trabalho, habilidades acerca das técnicas pesqueiras e, antes de qualquer aspecto, profunda compreensão da funcionalidade ecológica e de seu próprio trabalho. Acima de tudo, as características de seu principal objeto e meio de produção acabam sendo, em várias situações, aliadas para que os pescadores e pescadoras não percam, em forte medida, o controle das decisões socioeconômicas de seu trabalho, dos seus meios de vida. Nunca é demais lembrar que “a natureza como a ‘mãe’ da riqueza material fornece não apenas objetos de trabalho, mas trabalha ativamente junto com os produtores durante o processo de trabalho” (SAITO, 2021, p. 132). Então, o peixe é, ao mesmo tempo, objeto e meio de produção da pesca, pois ele é uma condição material necessária à feitura do trabalho, e, assim como o mar que tem seu acesso livre, exige, principalmente, o comando e controle de um saber-fazer para transformá-lo em objeto e meio de produção.

Dessa maneira, os pescados, que vivem e migram nos espaços aquáticos (lagostas, camarões, peixes, mariscos, caranguejos, aratus etc.) em diversas fases de suas vidas, não se encontram subordinados à posse privatista da ordem sociometabólica do capital, embora nunca deixem de ser atingidos pelo mercado, pela destruição ambiental dos mares e rios e, em várias partes do globo, pela concorrência com a pesca industrial e a ocupação territorial efetivada pela aquicultura.

É certo que barcos e redes compõem o universo dos meios de produção, porém o pescado é muito valioso nisso, por funcionar como meio e objeto produtivo, graças ao perfil extrativista da atividade pesqueira artesanal. Para dar conta desse caráter extrativista, é o saber-fazer do pescador e da pescadora que atua, compreende as condições concretas, confere sentido e valores humanos (simbólicos, materiais, de uso e de troca) aos mares, rios e, principalmente, aos peixes, sendo o “instrumento produtivo” mais forte da pesca.

Mesmo guardando especificidades, particularidades socioculturais, a pesca artesanal encontra-se inserida nos marcos do mundo da mercadoria e sente o processo de estranhamento que decorre de sua subordinação à mediação totalizante do capital. Por isso, o circuito de comercialização emerge também incompreensível para a grande maioria dos pescadores e pescadoras. O pescado ganha, dessa maneira, uma espécie de vida própria que não pertence aos

homens e mulheres, mas a uma dinâmica que eles não sabem bem o que é. “Na terra, é complicado, difícil mesmo de entender” (Pescador, Recife, PE, 39 anos) ou “sei pescar, mas não entendo como o mercado faz essas coisas do preço, como os comerciantes cobram isso ou aquilo com tal... por tal valor” (Pescadora, Santa Luzia do Itanhy, SE, 27 anos).

O tipo de pescaria realizada em cada lugar também resplandece a divisão sexual do trabalho. Por exemplo, as mulheres realizam seus trabalhos dentro dos mangues, nas croas (bancos de areia) dos rios e praias ou nas margens das águas (rios e mar), pescando aratu, marisco, siri, ostras. Aproveitam-se dos fluxos das marés, especialmente no seu período de baixa. É nesse momento que elas executam sua ação produtiva, ficando, em boa parte dos casos, de cócoras e/ou com parte de seus corpos submersa nas águas ou nas lamas dos manguezais. Aqui seus corpos são instrumentos valiosos de trabalho, explicitando um saber-fazer peculiar.

No caso do trabalho masculino, ele se utiliza, fortemente, das embarcações (canoas, jangadas, botes – barcos motorizados) para pescar dentro das águas. Nos rios e estuários de Pernambuco e Sergipe, esse trabalho pode alcançar várias horas, mas não passa de um (1) dia, o que é distinto das de mar alto, em que pescadores podem passar, em certas situações, vários dias no oceano (3, 4 dias, uma semana ou perto de um mês), a depender da pescaria, das necessidades de venda, das relações de trabalho e/ou das imposições dos atravessadores ou proprietários das embarcações.

Para viver, de acordo com as épocas e variedade de espécies e ofertas, a pesca artesanal caracteriza-se pela captura de uma pluralidade de pescados. Mesmo quando algum(a) trabalhador(a) “especializa-se” na pescaria de determinada espécie (a exemplo da tainha, no Sul e Sudeste do Brasil, e do camarão, lagosta, no Nordeste), em decorrência da época do ano e/ou das necessidades do mercado, esse “tipo de especialidade” com sua racionalidade, não bloqueia a condição plural típica do trabalho pesqueiro artesanal, pois – logo em seguida, com o fim da temporada de certas espécies – volta-se a capturar outros pescados. E esse é mais um componente que certifica a ligação desses sujeitos com os ritmos da natureza por meio de suas estratégias de reprodução social, que preenchem as fases do ano.

É nesse sentido que:

Na pesca, muita gente daqui, da praia, faz de um tudo. Na época da tainha, somos tainheiros; na do camarão,

camaroneiros; na da cioba, pegamos ela; na da lagosta, a gente cai nela também. Tudo depende do ambiente, do período, do peixe, e tudo isso é o pescador. (Pescador, São José da Coroa Grande-PE, 67 anos)

Suas repostas encarnam-se, então, nas formas de reprodução presentes em diversas sociedades pesqueiras, nas suas possibilidades de inserção na totalidade social e nas condições ecológicas que são insuprimíveis para suas existências como Povos das Águas em suas múltiplas expressões (jangadeiros, caíçaros, ribeirinhos, marisqueiras, pescadores de botes, caranguejeiros).

Com isso, as explicações sobre o funcionamento e as características das marés – dos mangues, estuários, rios, oceanos, das variedades de pescados, fases da lua, tipos de ventos, o sistema de marcação – surgiram e foram repassadas de pai para filho ou de mãe para filha por meio de saberes e fazeres produzidos em várias comunidades locais como patrimônio.

Saberes que devem ser validados rotineiramente pelos fazeres produtivos, e fazeres que só se realizam construindo novos e confirmando antigos saberes para que ambos ganhem legitimidade sociocultural, econômica e ambiental. Isso forjou laços de pertencimento (entre o pescador e a natureza e entre o próprio grupo, inclusive na autoridade da pessoa do mestre) e possibilitou que essas populações pudessem reproduzir-se no transcurso dos anos em determinados territórios. No fazer-se pescador artesanal, as tecnologias – mesmo as modernas – foram (e são) incorporadas, de modo subordinado, à principal força produtiva da pesca artesanal: o saber-fazer. Se isso se inverte, o ser da pesca artesanal sucumbe, passando por uma transição ao tornar-se outro. Deixa, com isso, de ocupar a condição do seu lugar social, o de artesão ou o de artesã das águas.

A influência das dinâmicas ecológicas faz com que o tempo social dos pescadores seja embalado pelo tempo da natureza, dos ciclos das marés e dos pescados (moluscos, crustáceos, peixes), das fases da lua, dos tipos de ventos, da presença do sol ou da chuva, criando um tempo ecossocial pesqueiro (RAMALHO, 2016). Na realidade, “natureza e pescador têm um tempo único” (Pescador, Aracaju-SE, 43 anos), pois: “o meu tempo?! A natureza me chama” (Pescador, Olinda-PE, 27 anos).

Sem dúvida, rios, estuários, oceano, manguezais, açudes, lagos e lagoas colocam condicionantes para o aparecimento e o desenvolvimento de diversas

expressões do ser e fazer-se pescador(a) artesanal. Por isso, a pesca é vista como elemento capaz de possibilitar a construção de sociedades (DIEGUES, 1983).

Também as dinâmicas ecológicas são vistas e vividas, em muitas localidades, como um ente regido por forças sagradas, místicas, sobrenaturais, religiosas, em que a ação humana, por mais integrada que esteja ao ambiente, não as subordina, aliás, deve entender que a natureza responde e expressa às vontades de Deus, dos seres sagrados para muitos. Isso ocorre com a devoção a Iemanjá, Nossa Senhora, São Pedro; o respeito ao Velho do Mangue, às histórias sobre o boto e às sereias; a fé nas procissões marítimas, os ex-votos e no fato de não chamar nomes de mortos quando se pesca em alto mar (DIEGUES, 2000; RAMALHO, 2006, 2021).

Ainda no plano da cultura pesqueira, há manifestações como ciranda, o coco, os cantos de trabalho. De fato, são muitas as representações culturais, os patrimônios materiais e imateriais típicos das comunidades que pescam. E eles vivem no dia a dia das pescadoras e pescadores artesanais que habitam os bairros periféricos das grandes cidades (Aracaju, Recife, Olinda, Salvador, Belém, Florianópolis, Fortaleza, Rio de Janeiro, Natal) e, também, em várias áreas rurais do país, fato que faz com que o ser pescador e pescadora não possa ser caracterizado como sujeito urbano ou rural. Na realidade, suas marcas existenciais estão irmanadas aos territórios aquáticos (rios, mar, mangues) mais do que em ser habitante do campo ou da cidade, embora as sociabilidades desses espaços influenciem nos modos de vida das comunidades pesqueiras.

O que é ser pescador? A gente é em tudo diferente dos outros. É diferente no trabalho, na hora de pegar no batente, na fala... a gente fala coisas diferentes mesmo, que é do mar e os outros não sabem. A gente é diferente. (Pescador, Estância-SE, 37 anos)

Sou diferente das outras profissionais, de outras pessoas. Acredito que é por conta da maré. (Pescadora, Rio Formoso-PE, 39 anos)

Embora exista a relevância das questões simbólicas, é essencial frisar que a pescaria é a materialização de um conhecimento objetivado no trabalho, que possibilita homens e mulheres capturar diferentes tipos de pescados, a partir de habilidades inscritas nos usos dos seus corpos e de seus sentidos que deságuam, a depender do que se captura, na utilização criativa de determinados equipamentos (barcos, armadilhas), na sua educação sensitiva (mãos, pernas,

olfato, visão, paladar, audição). Tudo isso em consonância com os ritmos das dinâmicas ecológicas (RAMALHO, 2017).

Se, por um lado, a pescaria é a mediação técnica (habilidade, talento, arte de ser e fazer-se pescador ou pescadora) e tecnológica (equipamentos utilizados no fazer produtivo por mais simples que sejam) entre o ser humano e o pescado (a natureza), por outro, não deixa de ser, também, processo de organização socioprodutiva com seus sistemas de parceria baseados na família, no compadrio e/ou nas relações de vizinhança, que regem a vida comunitária ancestralmente e avivam, no dia a dia, as formas tradicionais de partilha dos ganhos sobre os pescados capturados (a depender da região e do tipo de pesca pode dar-se o nome de banda, quinhão, linha junta ou separada, pescaria coletiva, dentre outras).

No trabalho feminino, de acordo com uma pescadora de Goiana-PE, 59 anos, “o que cada um captura, normalmente, fica pra você. Você e sua produção”. Todavia, há casos em que, devido “ao dia ruim de pesca”; “por termos combinado antes, mas cada uma deve se empenhar o máximo”; “pra ajudar um companheiro que não pôde pescar, graças à doença sua, de algum filho”; “juntamos e dividimos por igual. No final, tudo que foi pescado pelo grupo naquele dia é dividido por igual”.

No que concerne à pesca masculina, o depoimento de um mestre pescador é didático na explicação desses sistemas de pesca:

Olha, a de linha, o cara marca o seu peixe e não junta tudo... e.. ela é individual [...]. A juntada é quando é dividido pra todo mundo, é um sistema de pesca mais antigo, por exemplo. Vamos dizer assim, nós três aqui, você, meu pai e eu e ela [apontando para a bolsista da pesquisa] somos irmãos. Vamos juntar e dividir, porque nós vamos pescar igual, tudo pra dentro de casa. Isso era feito com a linha, com a rede e o covo. [...] Tem aquele que trabalha no sistema de pesca de quinhão, que é dividido de dois modos : o quinhão das antigas e o quinhão em banda. Os das antigas o produto que se pegou a metade é do barco e a outra metade é dividida entre os pescadores por igual. [...] E tem o quinhão na estrutura da banda, que é assim: você tem uma rede e pegou três peixes: dois é seu e um é meu, da tripulação. Eu já não digo nem meu, digo que um, dos dois que ficou pra mim, é do barco, pra sua manutenção e o outro das armadilhas para consertar. Por exemplo, [o peixe] agulhinha, eu tiro partes iguais: a da rede, a

do barco e a dos pescadores. (Pescador, Cabo de Santo Agostinho-PE, 55 anos)

Essa distribuição costumeira do fruto da pescaria não é algo apenas presente no Brasil, mas é algo que caracteriza comunidades pesqueiras artesanais em outros lugares do mundo, como os pescadores chilenos:

En Chile una de las características de los pescadores artesanales, em pequeña escala o de bajura, como quiera que es les quiera llamar, es la particularidad de su subsistema económico denominado “sociedad a la parte”. Este subsistema es un acuerdo entre los pescadores que trabajan en una embarcación determinada, acuerdo que corresponde a la repartición de las ganancias efectuadas por el trabajo en conjunto. Quizás esta característica no define al pescador artesanal como tal, pero sí lo identifica como parte de un grupo. Aun así, hay diferencias entre una y otra comunidades, aunque, el fondo, la manera de la distribución del producto, se mantiene. Igualmente se repite el factor ancestral del sistema y, en muchos casos sino en todos, los pescadores artesanales no tienen conocimiento de los inicios de esta práctica económica cultural. (GAC, 2011, p. 88)

Observou-se em campo que, mesmo quando o barco e as armadilhas pertencem a terceiros (comerciantes, por exemplo), não se abre mão, necessariamente, da utilização dos antigos sistemas de partilha e dos processos tradicionais de organização socioprodutiva neles contidos. Todavia, há localidades e/ou tipos de pesca, a exemplo da lagosta, camarão e peixes mais comerciais (dourado, cavala, cioba etc.), que mesmo se mantendo o sistema antigo de divisões dos produtos pescados, ele é utilizado em favor dos proprietários das embarcações, recebendo uma coloração desigual, particularmente por funcionar em benefício de quem não trabalha diretamente na pesca. Assim, preços são fixados, para a tripulação (proeiros e mestres), com valor bastante inferior ao que é vendido pelo proprietário aos atravessadores, o que leva aos pescadores a passar mais tempo nas águas, no intuito de capturar mais pescados para auferir maior renda. Isso aumenta a precarização do trabalho desses homens e impacta mais os recursos naturais.

No caso dos ganhos aí é o seguinte: o dono tem a maior parte, o dono sempre tem a maior parte. O mestre ganha parte e meia, o pescador ganha uma parte e o resto é do dono do barco. Por exemplo, chega no mar, aí digamos que a gente

faça R\$ 6.000,00 reais aí tira a despesa, tira uma porcentagem de 10% para a embarcação, para a manutenção, e o que fica é dividido meio a meio para a tripulação e a metade para o dono e da metade que é dívida para a tripulação o mestre ganha parte e meia e o pescador ganha uma parte. (Pescador, Aracaju-SE, 48 anos)

Então, nesses casos em que a desigualdade é acentuada, gesta-se uma divisão social no trabalho pesqueiro baseada numa “estrutura de classes”, que ameaça o modo de vida dos pescadores artesanais. Muitos desses grupos estão, no mínimo, no limar de abandonarem a condição de pescadores artesanais para se tornarem trabalhadores da pesca (a exemplo de alguns lagosteiros), ou seja, a pesca torna-se apenas uma profissão voltada *stricto sensu* a um negócio, subsumindo o modo de vida em favor do mercado, especialmente por conta da presença dos proprietários de embarcações que são comerciantes de pescas (em certas localidades alguns chegam a ser proprietários de quatro, seis barcos motorizados, como vimos em São José da Coroa Grande e Recife, PE) ou da presença de sujeitos que podem ser classificados de armadores de pesca, a saber, aqueles que são proprietários de várias embarcações de pesca de maior porte voltadas ao alto mar (DIEGUES, 1983; DIAS DUARTE, 1999), fato que observei no Terminal Pesqueiro de Aracaju, capital de Sergipe.

Sem dúvida, o ser da pesca insere-se numa trama social ampla e complexa, onde cumpre determinado papel na escala socioeconômica enquanto produtor primário, com suas conexões, complementaridades e subordinações. Apesar das mediações cada vez mais sociais e das relações de produção, a natureza joga um peso importante na pesca. Assim, “sua reprodução – biológica – não é só a incontornável condição do ser social, mas também um dos polos do próprio processo de reprodução, cujo outro polo é formado pela própria totalidade da sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 201).

No feixe de relações sociais mais tradicionais e presentes em inúmeras pescarias artesanais, é evidente que existem hierarquias internas à pesca, mas elas se apoiam na autoridade do conhecimento (na pessoa do mestre ou das pescadoras mais sábias na lida das marés – aquelas mais experientes) e no respeito aos direitos costumeiros, e não na mecânica imposição do capital (CORDELL, 1989; MALDONADO, 1993; DIAS NETO, 2015).

Há princípios de igualdade, de pertencimento familiar, de irmandade, segredos sobre pontos de pesca, formas comunitárias de usos das águas e valores

morais compartilhados acerca do trabalho visto e sentido como arte, liberdade e beleza, enquanto uma cultura de ofício.

Há, também, laços sentimentais em relação aos seus instrumentos de trabalho e aos territórios da pesca.

Dei o nome de minha mulher pro meu barco. Fica mais gostoso navegar com ele. (Pescador, Pirambu-SE, 51 anos).

Tem croa por aqui que ganham nomes devido a acontecimentos, características do lugar... a gente põe, porque tema ver com a história de nós, daqui. (Pescadora, Goiana-PE, 32 anos).

Nas dinâmicas sociais das mulheres e dos homens que vivem da atividade pesqueira artesanal, a natureza (as espécies de pescados, as águas, os rios, mangues, estuários, ventos etc.) é, além de sacralizada, humanizada permanentemente, ganhando adjetivos como esperta, braba, mansa, afoita, endiabrada, delicada, devendo ser entendida e respeitada.

Tem hora que o mar tá arretado, brabo que só. Quem consegue encarar? Homem nenhum. Só Deus (Pescador, Barra dos Coqueiros-SE, 39 anos)

Há ventos bons, amigos mesmo, parceirão, legal. Há outros ruins, que gostam de brigar com a gente. (Pescador, Ilha de Itamaracá-PE, 63 anos)

Tem maré que é tnhosa que só, assim como tem pescado cheio de vontade, de jeito invocado, que adora fazer trela com nós. (Marisqueira, Santa Luzia do Itanhy-SE, 22 anos)

Fica evidente que sem a capacidade de reprodução adequada da natureza (peixes, crustáceos, moluscos, mariscos, rios, mar etc.) o mundo pesqueiro fica condenado à precariedade, ao possível desaparecimento. Os destinos dos Povos das Águas vinculam-se ao das próprias águas.

Vê o que fizeram aqui em Suape?! Acabaram com natureza, explodiram arrecifes, mudaram os jeitos dos rios. Acabaram com os pesqueiros [pontos, lugares de pesca] próximos à costa. Sabe, esses caras do Porto [de Suape] condenaram os pescadores, as pescadoras. (Pescador, Suape, Cabo de Santo Agostinho-PE, 61 anos)

Poluíram muita coisa nesse rio [Sergipe]. Muita coisa de esgoto, de indústria jogada nessas águas sem tratamento.

Coisa da indústria, e é pesado mesmo, além dos esgotos das casas, desses prédios grã-finos. Também desmataram mangues... aterraram. E tem o povo que gosta de andar de lancha, por causa da moda do turismo. Como é que o pescado vai sobreviver? Me diga se tem condições!? Nenhuma! E a gente que é pescadora sofre demais, porque matam quem mata a nossa fome, quem nos ajudou na vida, quem sempre nos ajudou a criar nossos filhos, nossa família. (Pescadora, Aracaju-SE, 67 anos)

Tudo aqui tá sendo destruído pela especulação imobiliária. Tudo que tem a ver com a pesca não tem valor diante do interesse dessa especulação. Se continuar assim acabando com a natureza, tamos ferrados, os pescadores estão ferrados. (Pescador, Barra dos Coqueiros-SE, 38 anos)

Essa bacia [do Pina] e esse mar não tem mais a produção de antes. Esse mundo urbano... muito prédio.... muito esgoto na água dos rios, muito lixo, muito despejo de empresas... e o Poder Público não tá nem aí.... e apoia, viu, esse tipo de desgraça sobre a natureza e a vida das comunidades pesqueiras. Aí pra quebrar a gente também vem esses barcos, essas lanchas... tá muito ruim assim. E isso acontece por sermos pobres e pretos. (Pescadora, Recife-PE, 29 anos)

Os negativos impactos provocados pelas grandes obras públicas e privadas; o desenvolvimento urbano desordenado; o tipo de turismo, inclusive náutico, e seus prejuízos ecológicos; o desmatamento de mangues, mudança nos cursos d'água e aterramentos de trechos de rios, córregos; a poluição intensa e extensa dos rios causada pelos despejos industriais e domésticos; a opção dos poderes públicos em desvalorizar o modo de vida das comunidades pesqueiras e a importância da conservação dos rios, mar, manguezais; as injustiças sociais e o racismo, dentre os quais o ambiental; são duros golpes para a produção e reprodução das comunidades pesqueiras pesquisadas nessas últimas décadas, revelando a presença de momentos históricos das expansões econômicas conectadas a processos globais, nacionais, regionais e/ou locais.

Aliás, esse não é um fenômeno restrito aos estados do Nordeste do Brasil, mas acontece (e aconteceu), além de outras unidades federativas do país (MALDONADO, 1986), em diversas regiões do mundo, seja em outros países da América Latina (BOIVIN; ROSATO, 2011), seja na África (OWUSU, 2018), seja na Europa (STROKSNES, 2019).

Recentemente, enquanto consequência da tão propagada, pelos interesses do capital, economia azul, o desastre do petróleo,⁶ que atingiu a costa nordestina, anunciou os efeitos das dinâmicas econômicas globais e seus modelos de apropriação sobre a natureza, e, em decorrência disso, suas repercussões trágicas no trabalho, na vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Nunca é demais lembrar que, por conta do grande valor monetário e da importância econômica e política que tem esse recurso em termos mundiais para a manutenção e ampliação do sistema capitalista, as corporações ligadas ao petróleo impõem suas vontades e interesses sobre nações e as comunidades tradicionais, que sentem – estas últimas - seus despojos negativos sobre seu principal meio de vida, a natureza, chegando a atingir mais negativamente o trabalho das pescadoras artesanais como aconteceu em Pernambuco (RAMALHO; SANTOS, 2021).

Segundo os depoimentos colhidos, muitos foram os impactos:

Esse desastre do petróleo foi um terror. Ele foi um crime! Afetou o ambiente e gerou medo nas pessoas, que não queriam consumir mais nosso pescado, não queriam comprar, achando que ele tava todo contaminado. Foi ruim pra natureza e atingiu nosso bolso. (Pescadora, Rio Formoso-PE, 55 anos)

Tudo ficou difícil com esse óleo todo chegando ao nosso mangue, rio, praia. Prejudicou peixes, corais e a nós, na economia e na saúde. Além de não vender por uns três meses, não tivemos apoio dos poderes públicos pra nada mesmo. Sem falar da reação de saúde. Teve gente com dor de cabeça, vomitou, ficou coçando a pele ao ter contato com esse óleo, petróleo. Você sabe que chegou à natureza, mudou ela... ferrou com nós. (Pescador, Cabo de Santo Agostinho-PE, 41 anos)

Com base nas questões destacadas, a reprodução social das sociedades pesqueiras encontra-se inserida numa determinada relação na estrutura social com seus impactos, cujas tensões são, hoje, mais latentes na natureza e

⁶ Fragmentos de petróleo (piches) surgiram na costa nordestina no dia 30/9/2019, precedendo as grandes ondas de óleo que aportaram em rios, praias, estuários e corais em setembro do mesmo ano. A partir daí, mais de 5.000,00 toneladas (t) de petróleo foram retirados do ambiente e cerca de 1.000 localidades em 11 estados (9 localizados no Nordeste mais o Espírito Santos e Rio de Janeiro no Sudeste), tornaram-se alvo dessa tragédia até janeiro de 2020, o que se consubstanciou no maior desastre socioambiental do país em termos de extensão (hoje classificado pelos movimentos sociais da pesca de crime do petróleo).

comunidades locais resultantes das necessidades de uma economia cada vez mais globalizada e neoliberal.

É a partir daí que se compreende o pagamento feito em “banda” ou “quinhão”; que se diferenciam os pescadores do mar-alto e do mar interior; que se entende a expansão ou permanência de processos de estranhamento, em alguns casos, diante dos impactos ambientais, da ação empresarial e/ou dos poderes públicos; que se desmistifica o trabalho feminino, seus condicionantes ecossociais e as marcas das relações patriarcais externas e internas ao grupo; que se desvelam possibilidades de continuidades, bloqueios e/ou precarizações das pescadoras e pescadores, onde as dinâmicas ambientais e econômicas são essenciais nisso; que se entendem processos de hierarquias no trabalho, formas de expropriação, igualitarismo heranças históricas, que se expressam elementos de ordem simbólica na lida com as águas, os instrumentos de trabalho e o cotidiano.

Então, a reprodução social das comunidades pesqueira explicita algumas características socioculturais e econômicas do ser e fazer pescador e pescadora, podendo ser traduzidas da seguinte forma:

(a) a pesca artesanal é exercida com base nos laços e na força de trabalho familiar, dos compadres, comadres, vizinhos(as) e/ou amigos(as). É uma economia familiar, sendo ancestral em seus regimes de trabalho e no exercício de suas técnicas e tecnologias; (b) não existe assalariamento e os ganhos são divididos, na maioria dos casos, por meio do quinhão (dividi-se igualmente com todos da tripulação, separando a parte dos instrumentos de pesca); (c) possibilita baixo acúmulo de capital e é formada, na maioria das localidades do Nordeste brasileiro, por pessoas negras, fundamentalmente pelas classes populares, grupos historicamente excluídos que sofrem com injustiças e racismos ambientais; (d) é desenvolvida diretamente com o corpo (alguns tipos de mariscagem, pesca do caranguejo) e/ou com tecnologias (embarcações e armadilhas) de reduzido impacto sobre a natureza, que são produzidas artesanalmente ou incorporadas – as ‘mais modernas’ – ao conhecimento tradicional; (e) baseia-se num saber-fazer complexo exercido, de modo integrado, por uma equipe (grupo, parceria, companhia), que, no caso do trabalho pesqueiro artesanal embarcado, está sob o comando de um mestre (pessoa que possui a capacidade de articular conhecimentos sobre as marés, fases da lua, clima, sazonalidades e costumes de espécies, locais de pescaria etc., e ter o respeito da tripulação); e, na pesca

feminina, as mulheres “mais experientes” são orientadoras dos grupos que pescam nos bancos de areia; (f) é a principal garantia de renda e alimentação para milhares de famílias que moram em lugares próximos às praias, manguezais, rios; (g) há elos de pertencimento com territórios (mangues, rios, mar, bancos de areia), estabelecendo uma simbiose entre tempos sociais e naturais (ecotempos ou tempos ecossociais), com simbologias e sociabilidades singulares; (h) contribui para a vida de vários municípios brasileiros, ora gerando renda, ora na produção e soberania alimentar, ora preservando a natureza, ora na construção de um patrimônio cultura expressivo (culinária, procissões marítimas, música, dança, rituais, imaginários, direitos costumeiros etc.); e (i) é a base de uma complexa cadeia produtiva, estando subordinado no processo de circulação e acumulação de renda no comércio.

Conclusões

Retornamos aqui a definição inicial feita pelo pescador, a saber, “ser pescador artesanal é ser uma multidão de coisas num camarada só”.

Multidão de coisas que pode ser entendida como um complexo de complexos sociais e ambientais que estão colocadas no cotidiano das sociedades pesqueiras, ora nas questões de ordem ecológica com suas especificidades a depender do ambiente (mar, rio, mangue, lagoa etc.), ora nas tramas econômicas e políticas que as pescadoras e os pescadores estão inseridos e que os envolvem, ora devido aos grandes e negativos impactos que afetam seu mundo do trabalho, suas vidas, a natureza da qual dependem e, com isso, as suas reproduções sociais.

Multidão de coisas reveladoras da complexidade do mundo da pesca artesanal, dos tipos de pescarias, de pescadores e de pescadoras, da influência de cada ecossistema, de histórias regionais, de elementos étnicos, da condição subalterna, do ser classe trabalhadora, das resistências cotidianas, políticas que desenvolvem para existir, reproduzir-se.

Multidão de coisas que muito oferece à sociedade em termos ambientais, culturais, sociais e econômicos sem receber dela e dos poderes públicos (municipal, estadual e federal) o devido reconhecimento por isso. Aliás, as populações pesqueiras são vítimas de extermínios territoriais, físicos, simbólicos, de injustiças e de racismo ambiental praticados cotidianamente por

empresas associadas à convivência do Estado no Brasil ou que são realizadas diretamente pelos próprios poderes públicos.

Multidão de coisas que têm a ver com os processos vinculados à reprodução social da pesca, nas suas formas de ser que precisam ser desveladas em suas especificidades e compreendidas em suas universalidades.

Em larga medida, as pescarias significam a própria formação do povo brasileiro, seu caráter plural e miscigenado, porque nelas estão presentes linguagens, técnicas, instrumentos, criatividade, compreensões, cosmologias, organizações, singularidades regionais e étnicas (tradições de trabalho africanas, portuguesas, indígenas), marcando e conferindo características universais à mesma, às suas reproduções sociais.

Assim, uma pescaria reúne várias dimensões, as de ordem econômica, técnica e tecnológica e aquelas ligadas aos aspectos socioculturais e biológicos, bem como históricas e políticas, e a própria divisão sexual do trabalho. Por isso, há inúmeras pescarias por existir, muitas formas de ser e de se fazer pescador(a) artesanal que, independentemente de suas singularidades, encontram na ideia geral do que é ser e fazer-se pescador ou pescadora artesanal local de embarque, sentido, significado.

Referências

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BERKES, Fikret. Êxitos e fracassos na pesca costeira da Turquia. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. (Orgs.). Gestão integrada e participativa de recursos naturais. Florianópolis: APED, 2005. p. 147-175
- BOIVIN, Mauricio; ROSATO, Ana. Pesca y transformaciones socioeconómicas a principio del siglo XXI: un análisis etnográfico de los pescadores del delta entrerriano, Argentina. In: ALCALÁ, Graciela (Org.). Pescadores en América Latina y el Caribe. Vol. II. México: Facultad de Ciencias de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2011. p. 185-211.
- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo, RJ. Niterói: Eduff, 1999.

- CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). Movimentos sociais na pesca. Recife: Fasa, 2013.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Jangadeiros*. Rio de Janeiro: SAI, 1957.
- CHARBONNIER, Pierre. Abundância e liberdade. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CORDELL, John. A sea of small boats. Massachusetts: Cambridge, 1989.
- CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. Ordens e desordens socioambientais: saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense. 2007. 217 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36920?show=full>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. Redes de suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói: Eduff, 1999.
- DIAS NETO, José Colaço. Quanto custa ser pescador artesanal? Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Povos e mares. São Paulo: Nupaub-USP: 1995.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Navegando pelas montanhas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). A imagem das águas. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 65-84.
- DIEGUES, Antonio Carlos. A pesca construindo sociedades: leituras em Antropologia Marítima e Pesqueira. São Paulo: Nupaub-USP: 2004.
- ESTUMANO, Evanildo. O borqueio: um estudo antropológico da pesca artesanal na Amazônia. Curitiba: Editora CRV, 2020.
- FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. In: IANNI, Octavio (Org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 123-174.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Editora Global, 2004.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pescadores do Rio Amazonas. Belém: Emílio Goeldi, 1993.
- GAC, Antonio Jose Zamora. Pescadores artesanales de Valparaíso, Chile: subsistema econômico “sociedad a la parte” y crisis en la pesquería de la merluza común. In: ALCALÁ, Graciela (Org.). Pescadores en América Latina y el Caribe: espacio, población, producción y política. Vol. II. México: Facultad de Ciencias de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2011. p. 81-113.
- GODELIER, Maurice. O ideal e o material: pensamento, economias, sociedades. Paris: Fayard, 1984.
- KNOX, Winifred. Vivendo do mar: modos de vida e de pesca. Natal: EDUFRN, 2009.
- LIMA, Roberto Kant de. Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1997.

- LOUREIRO, Violeta Refklefsky. Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.
- LUKÁCS, György. Conversando com Lukács. In: KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz (Orgs.). Conversando com Lukács. Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LUKÁCS, György. Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. Vol. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MALDONADO, Simone. Pescadores do mar. São Paulo: Ática, 1986.
- MALDONADO, Simone. Mestre & mares: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MILLER, Francisca de Souza. Pescadores e coletoras de Patané/Camocim. Natal: Editora da UFRN, 2012.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- MOURÃO, Fernando A. Os pescadores do litoral sul de São Paulo. São Paulo: Hucitec; NUPAUB; CEC, 2003.
- MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim estatístico da pesca: Brasil, 2010. Brasília: MPA, 2012.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. 3. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- OWUSU, Bernard. Doomed by the 'Resource Curse?' Fish and oil conflicts in the Western Gulf of Guinea, Ghana. *Development*, v. 61, p. 149-159, 2018.
- PESANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Rio de Janeiro: Eduff, 2003.
- PLANTE, Steve; BRETON, Yvan. Espaço, pesca e turismo em Trindade. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). Enciclopédia caçara: o olhar estrangeiro. Vol. III. São Paulo: Editora Hucitec; Nupaub/CER, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Ah, esse povo do mar! Trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Editora Polis; Campinas: Ceres, 2006.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Ideologia e Aquicultura: uma das faces da revolução azul. *Contemporânea*, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 521-544, 2015. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/344>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, v. 11, n. 2, p. 391-414, 2016.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima. Campinas: Ceres-Unicamp; São Cristóvão: Editora da UFS, 2017.

- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Mestria da pesca: cultura de um ofício. Etnográfica, Lisboa, v. 24, p. 315-337, 2020.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Cultura de Ofício Marítima Pesqueira. Revista Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 913-943, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/nkdzj9rBqq5TQT4JfGybw6K/>. Acesso em: 27 fev. 2022.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; SANTOS, Andreia Patrícia dos. Povos das Águas sob o signo de Seth: o derramamento de petróleo, a Covid-19 e o descaso do governamental. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; SILVA, Ari Rocha da (Orgs). Trabalho e pandemia. São Paulo: Annablume, 2021. p. 79-106.
- SAITO, Kohei. O ecossocialismo de Karl Marx. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SILVA, Luiz Geraldo. *Os pescadores na história do Brasil*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes; Olinda: CPP, 1988.
- STROKSNES, Morten. O livro do mar. Belo Horizonte: Âyinê, 2019.
- TARGINO, Gekbede Dantas. Sobre as águas: a tradição e a pesca artesanal em três comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PE. Curitiba: Appris, 2021.
- WILLIAMS, Raymond. Cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

Como citar

- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Reprodução social das pescadoras e pescadores artesanais. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230213, 13 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_06.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil

Is ag white? Racial selectivity and land policy in Brazil

 Camila Penna¹

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_07

Resumo: O objetivo do artigo é contribuir com a construção de um marco analítico para a compreensão da relação entre racismo institucional e política fundiária no Brasil. Para tanto, colocamos em diálogo aportes conceituais de debates recentes no campo das teorias de Estado, no campo de estudos sobre racismo institucional e no campo de estudos sobre a questão fundiária. Concluimos que a noção de seletividade estratégica (JESSOP, 2016) tem um potencial heurístico para o estudo da relação entre política fundiária e racismo institucional. A partir desta noção argumentamos que existem duas seletividades do Estado brasileiro no que tange à política fundiária: uma seletividade estrutural e uma seletividade racial. As duas seletividades estão relacionadas e se complementam.

Palavras-chave: racismo; seletividade; Estado; política fundiária.

Abstract: This article constructs an analytical framework to understand the relationship between institutional racism and land policy in Brazil. Conceptual contributions from recent debates in the fields of state theories, institutional racism, and the land issue are incorporated into this dialog, to conclude that the notion of strategic selectivity (JESSOP, 2016) has heuristic potential for studying the relationship between land policy and institutional racism. From this notion, we argue that two selectivities exist within the Brazilian state with regard to land policy: structural selectivity and racial selectivity. These two selectivities are related and complement each other.

Keywords: racism; selectivity; state; land policy.

¹ Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro permanente dos programas de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) e em Políticas Públicas (PPGPP/UFRGS). Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: camilapennac@gmail.com.

Introdução

Este trabalho objetiva avançar na construção de um marco analítico para a compreensão da relação entre racismo institucional e política fundiária no Brasil. Os efeitos do racismo sobre o acesso desigual a terra no Brasil vem sendo denominado de racismo fundiário (GOMES, 2019). Embora a questão agrária no Brasil tenha sido amplamente discutida a partir de diferentes perspectivas, a dimensão racial ainda é pouco tematizada para a compreensão das causas e dos efeitos da concentração fundiária. Busco contribuir com esse debate por meio de subsídios das teorias de Estado, uma vez que é no âmbito do Estado que se inscrevem as seletividades que irão dificultar ou facilitar o acesso de determinados grupos ou reivindicações à agenda pública. Partindo da noção de seletividade estratégica (JESSOP, 2016) argumento que existem duas seletividades do Estado brasileiro no que tange à política fundiária: uma seletividade estrutural e uma seletividade racial. As duas seletividades estão relacionadas e se complementam.

A possibilidade de acumulação primitiva de capital por meio da terra esteve associada, no Brasil, à expropriação dos territórios da população indígena e da exploração da mão de obra da população escravizada. Ou seja, o processo de concentração de terras no Brasil e a estratégia de acumulação de capital por meio da agroexportação estiveram inerentemente ligadas à exclusão da população não branca do acesso a terra, na esteira de um processo de divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2005). Paralelamente, é o racismo estrutural que permite e facilita o processo histórico de expropriação de terras das populações tradicionais. A racialização da população brasileira, notadamente a partir do final do século XIX com o racismo científico, teve como efeito a hierarquização das raças fundamentada na ideologia da brancura (GUERREIRO RAMOS, 1957) e a desconsideração das populações não brancas como titulares de cidadania e de direitos, inclusive do direito a terra. No Brasil, assim como em diferentes partes do mundo, a condição de “quase humanos” (KRENAK, 2019) ou de humanos “coisificados” (CÉSAIRE, 1978) serviu como justificativa para a invasão e expropriação dos territórios das populações não brancas, tanto no processo de colonização portuguesa, como nos processos mais recentes de colonialismo interno (GONZÁLEZ CASANOVA, 1963) e de neocolonialismo (N’KRUMAH, 1965; FERNANDES, 1975). A continuidade desse processo é visível tanto no lema que orientou o processo de colonização da Amazônia levado a cabo pelo governo Médici, no período do regime militar: “Levar homens sem terra para terras sem

homens” quanto nas justificativas mais recentes para acelerar a titulação de terras, que ressaltam o papel desbravador do colono que foi para o norte “integrar para não entregar”, como afirmou o secretário especial de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, em audiência pública para discussão do PL n° 510/2021 no Senado Federal.²

O artigo está dividido em quatro partes, além de introdução e conclusão. Na primeira, faço uma breve descrição da relação histórica entre a política fundiária no Brasil e a formação do Estado, na segunda, apresento as contribuições das diferentes teorias do Estado mobilizadas para a construção do quadro analítico, na terceira, exponho os conceitos de racismo institucional e de branquitude. E na quarta seção discuto a pertinência da noção de seletividade racial e de seletividade estrutural para estudar a relação entre racismo institucional e política fundiária. Na conclusão, sistematizo as proposições do artigo e assinalo para o potencial analítico da noção de seletividade racial.

Política fundiária e construção do Estado

Formulações recentes sobre a natureza do Estado têm apontado que tanto seu formato quanto suas funções, em determinado tempo e espaço, são sedimentações e estabilizações de disputas entre diferentes atores (SKOCPOL, 1995; JESSOP, 2016). Essas disputas, ocorridas em contextos de correlações de forças distintas, vão, ao longo do tempo, deixando rastros na forma de normas, leis, órgãos estatais, procedimentos e rotinas formais e informais. As estabilizações operam como mecanismos seletivos, podendo dificultar ou facilitar a incorporação de certas pautas, ações e agentes no processo de definição de políticas.

No caso da política fundiária é importante lembrar que o Brasil, como Estado pós-colonial, teve como processos fundantes a expropriação das terras das populações originárias e seu genocídio, e a posterior apropriação dessas terras na forma de sesmarias, que eram porções de terra concedidas pela Coroa portuguesa a quem tinha capital (*cabedal*) para explorá-las. Essas terras eram exploradas pela população negra escravizada e traficada da África. Antes mesmo da terra se tornar uma propriedade, essa população já era propriedade e

² Fala proferida na 2ª Audiência Pública realizada pela Comissão Mista da Medida Provisória n° 910 em 12/02/2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?1&reuniao=9608&codcol=2324>.

também mercadoria. Pessoas que, na forma de renda capitalizada, eram fundamentais para o processo de acumulação capitalista no Brasil (MARTINS, 1979) A primeira legislação fundiária, a Lei de Terras, de 1850, institui a compra como mecanismo de acesso a terra, o que impossibilitaria a propriedade fundiária por parte da população negra escravizada, que após passar três séculos sendo propriedade, passava pelo lento e gradual processo de abolição. Importante lembrar que a mesma lei previa que os recursos obtidos com a venda de terras públicas seriam utilizados para demarcação das terras a serem distribuídas aos colonos brancos que vinham da Europa para trabalhar nas fazendas agroexportadoras (BRASIL, 1850).

Essas experiências fundantes da distribuição e do acesso a terra no Brasil e os primeiros marcos legais criados para manter e legitimar a concentração da propriedade fundiária ilustram como as disputas entre atores sociais inseridos em determinada correlação de forças se consolidam em normas e aparatos institucionais, que vão paulatinamente construindo o que chamamos de Estado. Em seu formato mais recente, este conjunto heterogêneo de centros de poder e de capacidades (JESSOP, 2016, p. 56), que denominamos Estado brasileiro, foi se expandindo e se complexificando. Todavia, a propriedade de terra continuou sendo estruturante para sua organização. As repartições públicas destinadas a gerenciar o ordenamento fundiário e a produção e exportação dos produtos agrícolas e minerais foram alguns dos primeiros órgãos burocráticos a serem organizados no Brasil. Paralelamente, a propriedade de terras foi historicamente o lastro de cidadania, que conferia aos indivíduos proprietários direitos políticos essenciais, como o direito a escolher representantes em um sistema eleitoral de voto censitário (FAORO, 2012). A propriedade de grandes porções de terra também esteve relacionada ao poder de determinar disputas de poder nas esferas local, regional e federal, e as relações sociais e políticas fundamentadas na concentração de terra tiveram importante impacto sobre a construção do sistema político brasileiro (LEAL, 2012). A magnitude e a capacidade de orientar a pauta política que a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) vem exercendo no Congresso nos últimos anos são ilustrativas da importante conexão entre concentração de terra e poder político.

A constatação de que há uma concentração de terras no Brasil e de que essa concentração tem um recorte racial foi capturada pelo Censo Agropecuário de 2017, quando pela primeira vez se perguntou a cor/raça dos produtores rurais. Quando se olha a proporção entre brancos e negros em termos do número total

de estabelecimentos, há pouca diferença: 52,9% dos estabelecimentos são ocupados por pretos e pardos e 45,4% são ocupados por brancos (IBGE, 2019). Contudo, quando se olha para o tamanho das propriedades, há uma concentração significativa de brancos proprietários. Com efeito, os negros só são maioria em propriedades com menos de 5 hectares. Em propriedades que vão de 1 mil a 12,5 mil hectares, eles correspondem a 22,9% dos proprietários, enquanto 69,8% destas propriedades maiores pertencem a brancos.

Ao cruzar os dados da proporção de brancos e negros na população rural com os dados da área total ocupada por cada grupo, Girardi (2022) assinala que ainda que os brancos sejam a minoria da população rural no Brasil (36,3%), eles ocupam a maioria da área total dos estabelecimentos agropecuários (59,4%). Os negros, que constituem a maioria da população rural (61%), controlam apenas 28,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários. A área média dos estabelecimentos agropecuários dos negros é de 38,1 hectares, e a área média dos estabelecimentos dos brancos é de 91,5 hectares, mais que o dobro. Além da desproporcionalidade no acesso a terra, a população negra rural também tem maior participação no grupo de produtores que não sabem ler ou escrever, no grupo de produtores que não recebem orientação técnica e no grupo de produtores sem área, e que não são proprietários (GIRARDI, 2022)

A despeito de sua existência secular, o reconhecimento e a regularização da posse coletiva de territórios quilombolas como política são recentes e resultados de longo processo de articulação dos movimentos negros. Essa política, que já enfrentava dificuldades logísticas de implementação, tem sido atacada pelo governo Bolsonaro (2019-2022), que prometeu, dentre outras coisas, não titular nenhum território quilombola em seu governo. Da mesma forma, as populações indígenas, que a partir da Constituição de 1988 tiveram garantidos seus direitos ao território, também estão sendo cada vez mais atacadas pelos invasores de terra que buscam expandir as fronteiras do agronegócio. Subjacente a este avanço está a associação entre terra e propriedade/meio de produção como justificativa para o direito à posse, em oposição a uma concepção de terra como território. Vale lembrar a expressão proferida pelo atual secretário especial para Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, em uma de suas primeiras entrevistas no cargo: “Tem muita gente que critica o grande latifundiário, mas hoje o maior latifundiário do país é o índio.”³

³ Disponível em: <https://exame.com/brasil/hoje-o-maior-latifundiario-do-pais-e-o-indio-diz-secretario/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Essa afirmação contrasta significativamente com os dados que indicam a disparidade entre a proporção do território destinado à população indígena e à propriedade privada no Brasil. Aproximadamente um milhão de indígenas ocupam 13% do território brasileiro, ao passo em que 97 mil proprietários detêm 21,5% da área do território (SPAVOREK *et al.*, 2019)

Em que pesem os ataques mais recentes do governo Bolsonaro, a seletividade racial referente ao acesso a terra é uma característica do Estado brasileiro resultante das estabilizações (na forma de políticas, leis, normas, procedimentos, órgãos, rotinas burocráticas) das distintas disputas em torno da política fundiária. Essa seletividade não se limita à existência de uma lei ou norma, mas opera na combinação entre diferentes procedimentos, normas e políticas que resultam em múltiplos pontos de veto para o acesso à propriedade por parte da população não branca e pobre. Aqui é importante destacar que há uma sobreposição entre a dimensão estrutural e racial da seletividade na política fundiária, que é uma característica dos países de Terceiro Mundo que foram colonizados. Para compreender essa sobreposição, é essencial retomar a formulação de Franz Fanon em *Condenados da Terra*:

Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é, antes de mais nada, o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente distendidas cada vez que abordamos o problema colonial. (1968, p. 29)

Fazendo uma análise da relação entre classe e raça no Brasil, a partir de um diálogo entre as contribuições de Poulantzas e da teoria colonial, Carlos Hasenbalg argumenta que:

as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas – ou outras relações de produção, no caso – são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. (2005, p. 121)

Considerando a interseção entre classe e raça, e sua centralidade histórica para a forma de acumulação capitalista no Brasil, as seletividades racial e estrutural na política fundiária podem ser pensadas como sobrepostas e se reforçando mutuamente, na medida em que o projeto econômico agroexportador leva à seleção positiva de ocupação territorial na forma de propriedade privada voltada para a produção de *commodities* e à seleção negativa de formas de ocupação coletiva e não voltadas para o mesmo fim. A seletividade racial negativa se dá, principalmente, sobre a população não branca que ocupa terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2008). São os pleitos de acesso a terra dessas populações que vêm sendo negligenciados na política fundiária brasileira das últimas décadas, a despeito da existência de legislação que os garantam.

Estado e seletividade

Para se estudar a seletividade racial do Estado brasileiro, é necessária, antes, uma compreensão do que é Estado. O Estado tem sido estudado e teorizado de diferentes formas nas ciências sociais. São clássicos alguns estudos voltados para explicar sua formação moderna (TILLY, 1975), direcionados à compreensão de seu formato institucional em diversas sociedades e em diferentes esferas políticas (SKOCPOL, 1995; JESSOP, 2016), e há estudos mais preocupados em compreender como o Estado opera por meio de seus efeitos concretos nas relações sociais (SCOTT, 1999; MITCHELL, 1989). Embora cada um desses campos de estudos sobre o Estado tenha contribuído para avançar em aspectos distintos, permitindo a estruturação de múltiplas teorias do Estado, este artigo irá estabelecer um diálogo mais consistente com a teoria marxista do Estado, que pensa a forma e a função do Estado a partir de sua inserção em um sistema capitalista. Mais especificamente, trabalho com a definição inspirada em Poulantzas, da forma como é desenvolvida e operacionalizada por Jessop. Para o primeiro, Estado é a “condensação material da correlação de forças entre classes e frações de classes, que se expressa dentro do Estado de uma forma específica” (POULANTZAS, 1978 *apud* JESSOP, 2016). Desenvolvendo essa compreensão do Estado como uma relação social, Jessop sugere que ele pode ser compreendido como “um conjunto de centros de poder e de capacidades que oferece chances desiguais a diferentes forças” (2016, p. 56). Desse modo, não é o Estado, como sujeito ou ator quem exerce o poder, mas seus poderes são ativados por políticos e burocratas que ocupam espaços diversos, e que, embora

sejam atores-chave, sempre agem no contexto de uma correlação de forças mais ampla (JESSOP, 2016, p. 56).

É importante notar que o Estado não é um produto direto do equilíbrio de forças, a dinâmica da correlação de forças é mediada institucionalmente e discursivamente. Mais especificamente, a correlação de forças é condicionada por estruturas institucionais e por procedimentos específicos do aparato estatal. A visão de Jessop sobre como vão surgindo esses condicionantes institucionais é similar ao que propõe Giddens na teoria da estruturação: “A estrutura não deve ser equiparada a restrição, a coerção, mas é sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora” (GIDDENS, 1984, p. 30). De acordo com Jessop: “ao longo do tempo, estruturas reflexivamente reorganizadas e estratégias e táticas selecionadas coevoluem para gerar uma ordem relativamente estável” (2016, p. 56). Essa estabilização passa a operar como uma estrutura dual (regras e recursos que podem constranger ou fomentar a agência), exercendo um tipo de seletividade. Jessop argumenta que o Estado pratica uma seletividade estratégica que seleciona negativa ou positivamente determinados atores, estratégias e agendas. Mesmo em Estados inseridos em sociedades capitalistas, a forma como essa seletividade funciona é contingente às características da correlação de forças. Esta pode mudar com alterações nos terrenos estratégicos da economia, do Estado, da formação social mais ampla, assim como com mudanças na organização, estratégia e táticas das forças específicas (JESSOP, 2016, p. 565).

O arcabouço conceitual proposto por Jessop, embora esteja inserido no paradigma marxista e situe o Estado dentro de uma teoria mais ampla sobre o funcionamento da sociedade, encontra paralelos nas formulações do neoinstitucionalismo histórico.⁴ O conceito de correlação de forças é um conceito análogo ao conceito de regime político, que é definido como: “relações regulares entre governos, atores políticos estabelecidos, contestadores e atores políticos externos, incluindo outros governos” (TILLY; TARROW, 2015, p. 49).

Da mesma forma, a compreensão do processo de formação dos condicionantes institucionais inseridos no aparato estatal ao longo do tempo, e que resultam em uma seletividade, encontra paralelo no conceito de encaixe como sedimentação

⁴ As duas abordagens têm uma diferença fundamental no que tange à percepção da função do Estado. Ao passo que na tradição institucionalista, mais influenciada pelo liberalismo, ainda está presente um horizonte normativo em que o Estado funcionaria de forma eficiente na medida em que trabalhasse em prol de um bem coletivo (em suas diversas acepções), para a tradição marxista o Estado surge na esteira do modo capitalista de produção e, por isso, não estaria dissociado da dominação de classe, e nunca teria como função a garantia do bem coletivo, mas sim a garantia do processo de acumulação.

institucional (SKOCPOL, 1995). Trabalhando em outro paradigma teórico, Skocpol também reconhece a importância de se conceber as instituições estatais como o longo processo de sedimentação das interações com a sociedade civil. Ela cunha o conceito de encaixe (*fit*) para explicar como foi possível o surgimento de políticas sociais nos Estados Unidos no início do século XX como resultado da dinâmica social em interação com a dinâmica do sistema político. Este conceito, na formulação de Skocpol (1995), se aproxima da noção de seletividade estratégica (JESSOP, 2016). De acordo com a autora, existe uma

estrutura geral de instituições políticas que provê acesso e poder de barganha a grupos e alianças, encorajando e recompensando seus esforços para moldar políticas governamentais, simultaneamente negando acesso e poder de barganha a outros grupos e alianças que operam na mesma política. (SKOCPOL, 1995, p. 54)

Nessa estrutura, grupos com mais recursos teriam múltiplos pontos de acesso a legislaturas, executivos, judiciários e agências públicas, criando oportunidades de bloquear legislações não desejadas e de avançar em legislações favoráveis. Esse conceito de seletividade e de encaixe é importante para compreender os processos por meio dos quais diferentes grupos sociais e organizações se articulam para influenciar as políticas fundiárias no Brasil.

O conceito de encaixe foi adaptado para explicar o processo por meio do qual a relação entre movimentos sociais e Estado, no Brasil, vai gerando estabilizações institucionais que garantem aos movimentos mais acesso ao processo político (LAVALLE *et al.*, 2018). Para essa literatura, encaixes seriam:

sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que ganham vida própria (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instâncias, órgãos) e mediante as quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir. (p. 47)

Embora este conceito tenha sido útil para analisar como movimentos constroem institucionalidades mais ou menos estáveis para avançar suas agendas, entendemos que é necessário tomar como objeto de análise não só a interação entre Estado e movimentos, mas todo o subsistema de coalizões de atores que buscam influenciar determinada esfera de políticas (SABATIER, 1987).

A disputa entre organizações que defendem uma desconcentração de terras por meio de uma reforma agrária, como os movimentos agrários, e as organizações que defendem a ampliação do acesso a terra por parte da população indígena e quilombola, além do movimento socioambiental, estão em disputa direta com organizações e atores que buscam aumentar o acesso a terra para o agronegócio e para expansão da fronteira agrícola. Compreender essa disputa é fundamental para explicar como se dão os encaixes ou como opera a seletividade. Mais especificamente, compreender essa disputa é essencial para entender a relação entre racismo estrutural e política fundiária.

É a concepção de Estado construída a partir das contribuições retomadas acima que orienta este trabalho: uma compilação de centros de poder e de capacidades, que estabilizados ao longo do tempo geram sedimentações institucionais que operam como seletividades, selecionando positiva e negativamente determinados atores, estratégias e discursos (agendas). É nessa chave que discutimos como se dá a relação entre racismo estrutural e acesso a terra.

Considerando que o Estado no Brasil está inserido em um sistema econômico capitalista, também é relevante olhar para como a dinâmica econômica influencia a disputa em torno das políticas fundiárias. Mais especificamente, para compreender a relação entre política fundiária e racismo estrutural, é necessário ter em consideração quais são as estratégias econômicas dominantes defendidas pelo Estado no decorrer do tempo, os projetos de Estado (visões sobre como deve ser organizado o Estado) em disputa e os projetos hegemônicos (visões hegemônicas sobre a natureza e o propósito do Estado perante a sociedade) (JESSOP, 2016). No caso brasileiro, uma das estratégias econômicas prioritárias tem sido a exportação de produtos agropecuários, notadamente *commodities* como soja, carne, milho, algodão. A essa estratégia econômica alguns autores vêm denominando “agroestratégia” (ALMEIDA, 2011) ou “economia do agronegócio” (DELGADO, 2012). Essa estratégia, alinhada com os interesses do capital agroindustrial, vem se fortalecendo desde o início do século XXI e, por conseguinte, tornando cada vez mais central o papel dessa fração de classe no bloco no poder.

O pacto de economia política do agronegócio é o projeto hegemônico que tem sustentado o bloco no poder, notadamente a partir do final do governo FHC, e contribuído para a sedimentação de dispositivos de seletividade estratégica. Este pacto consiste na “articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado

do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra” (DELGADO, 2012, p. 109). Ele afeta diretamente a política fundiária porque a renda fundiária é parte central da estratégia de acumulação, o que vai de encontro a políticas de terras distintas da apropriação privada individual, tais como a demarcação de terras indígenas, a titulação coletiva de territórios tradicionais, a criação de reservas legais. Em nenhum desses casos a terra vai para o mercado e gera renda fundiária. Esse pacto se fortaleceu significativamente a partir de 2003, com a indicação de Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura, e está diretamente ligado a um silenciamento da política de reforma agrária, com um concomitante avanço das políticas de desenvolvimento rural (LERRER; FORIGO, 2019). Isso fica evidente na não atualização dos índices de produtividade, no controle frouxo da função social da terra e, principalmente, na timidez da implementação da política nacional de reforma agrária no segundo governo Lula e nos dois governos Dilma.

No escopo dessa estratégia da economia do agronegócio, o projeto de Estado caracteriza-se pela centralidade de órgãos e agências responsáveis por política agrícola, que sempre foram centros de poder e de capacidade estatal fundamentais na estrutura do Estado brasileiro. O projeto hegemônico cada vez mais se aproxima de um ultraliberalismo, que busca retirar do Estado o controle sobre o território, passando-o para a iniciativa privada (LEITE; CASTRO; SAUER, 2018). As últimas legislações relativas à da política fundiária têm andado no sentido de privatizar e flexibilizar a regulamentação das terras da União, estados e municípios. Em consonância com a estratégia econômica central que envolve a produção e exportação de *commodities*, a garantia do direito de propriedade privada se torna cada vez mais soberana, ameaçando os direitos de populações tradicionais que se encontram na fronteira agrícola. Com efeito, o avanço do projeto hegemônico ligado à economia do agronegócio (DELGADO, 2012) tem efeito direto na política fundiária. Houve, a partir de 2007, uma redução drástica na implementação de políticas de reforma agrária e na garantia de direitos territoriais às populações indígenas e quilombolas (SAUER, 2019).

Com a centralidade cada vez maior das frações ligadas ao agronegócio nas coalizões governistas dos governos Temer e Bolsonaro, articuladas em torno do argumento da “segurança jurídica” (POMPÉIA, 2020), há progressivamente mais desincentivos a políticas de desconcentração de terras e cada vez mais incentivos à privatização de terras públicas (LEITE; CASTRO; SAUER, 2018). Ou seja, as estabilizações estatais selecionam negativamente estratégias de atores

que buscam democratizar o acesso a terra, como as populações quilombolas que aguardam a titulação coletiva de seus territórios em um contexto de corte de recursos para que essa política seja levada a cabo; e selecionam positivamente as estratégias de atores que buscam privatizar e colocar no mercado as terras públicas e manter a distribuição concentrada atual, como a Confederação Nacional da Agricultura que vem pautando a necessidade de alteração do marco legal para regularização fundiária de terras públicas ocupadas no sentido de desburocratizar o processo e garantir “segurança jurídica” ao investidor.⁵ A alteração na legislação acelera e facilita a apropriação privada de terra pública, levando à sua entrada no mercado e à possibilidade de geração de renda fundiária, notadamente com a compra de terras por fundos de investimentos estrangeiros (LERRER; FORIGO, 2019).

Nas últimas décadas, a seletividade estratégica tem se dado no sentido de coibir, de diferentes formas, pleitos, atores e ações que reivindicam a democratização do acesso a terra. Isso é visível na redução paulatina dos orçamentos de centros de capacidade e de poder que têm a função de fazer avançar essas pautas, tais como Incra, Funai, Fundação Palmares (SANTOS *et al.*, 2021). Também é visível nas articulações, no âmbito do Legislativo e do Executivo, para flexibilização da privatização de terras públicas, como nos projetos de lei sobre regularização fundiária, o PL nº 2.633/2020 e o PL nº 510/2021, ambos derivados da Medida Provisória nº 910/2019, enviada pelo governo ao Congresso no final de 2019 e não votada, tendo perdido sua validade. O primeiro dos dois projetos, de autoria do deputado Zé Silva (Solidariedade/MG), ligado ao sindicalismo rural, propõe uma flexibilização dos critérios para regularização fundiária de pequenas e médias posses em terras públicas. Já o segundo projeto, de autoria do senador Irajá (PSD/TO), filho de Kátia Abreu, é mais abrangente e propõe a flexibilização também para posses grandes, sem a necessidade de vistoria presencial. O primeiro deles foi aprovado na Câmara e tramita com o segundo, no Senado.

Racismo institucional e branquitude

Buscando compreender como o racismo opera em diferentes níveis, vários autores estabeleceram classificações para explicar formas diferenciadas de

⁵ A posição da CNA está detalhada nesta *live* realizada em ocasião da tramitação da MP nº 910/2019: https://www.youtube.com/watch?v=nv7mRpGqQ48&ab_channel=SistemaCNA%2FSenar.

racismo. Jones (2002) distingue entre racismo institucionalizado, pessoalmente mediado e internalizado. O racismo como fenômeno global é definido como um

sistema que atribui valor e distribui oportunidades com base no fenótipo (raça), conferindo, de forma injusta, vantagens e desvantagens a indivíduos e comunidades e minando o potencial de realização da sociedade como um todo, por meio do desperdício de recursos humanos. (p. 10)

O racismo pessoalmente mediado é aquele comumente definido como preconceito e discriminação. Preconceitos seriam suposições sobre as habilidades, motivos e intenções dos outros com base em sua raça, e discriminações seriam as ações diferenciadas em relação aos outros com base em sua raça. Racismo internalizado seria a incorporação, por parte do grupo estigmatizado, das mensagens negativas sobre suas habilidades e valor intrínseco. Racismo institucionalizado seria o efeito das estruturas, políticas, práticas e normas que resultam em acesso diferencial a bens, serviços e oportunidades com base na raça. Como é codificado nos costumes, práticas e lei, não é necessário que haja um perpetrador para que ele ocorra. A inação política em face da necessidade de uma parcela da população é uma forma frequente de racismo institucional. Essa forma de racismo se manifesta tanto em condições materiais, como pior qualidade de moradia, saúde, educação, como no acesso ao poder, com menor presença em espaços de poder e menor acesso à informação (JONES, 2002).

Almeida (2019) distingue entre racismo individual, institucional e estrutural. O primeiro seria uma patologia manifestada por meio da discriminação com base na raça. Racismo institucional seria mais amplo, não se resumindo a comportamentos individuais. Seria o “resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p. 26). Contudo, o autor distingue racismo institucional de racismo estrutural, uma vez que as instituições são “apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2019, p. 30). Ou seja, o racismo estrutural é um fenômeno anterior e mais abrangente do que o racismo institucional, englobando toda a complexidade de relações sociais que caracterizam uma ordem social: “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas,

jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

No processo histórico e político por meio do qual o racismo estrutural se reproduz, o Estado teria um papel fundamental, notadamente mediante o controle populacional e do poder soberano de decidir sobre a vida e a morte, como descreve Foucault (2005) ao tratar do biopoder. As estruturas estatais modernas são responsáveis por classificar e dividir as pessoas em grupos (ALMEIDA, 2019), o que foi fundamental para os processos de colonização, para os regimes de *apartheid* na África do Sul e nos Estados Unidos, e para a estratégia de branqueamento da população no Brasil, com as diversas políticas de incentivo à imigração. A própria inexistência de um Estado como forma de organização política, nos moldes dos Estados modernos criados na Europa a partir do século XVI, foi tomada como um parâmetro para justificar a dominação colonial (MBEMBE, 2016), haja vista que era um indicativo de “ausência de civilização”.

Outro conceito importante para se compreender a dimensão estrutural do racismo e sua relação com o acesso a terra no Brasil é o de branquitude, entendida como o lugar de poder simbólico e material que sujeitos considerados brancos se veem ocupando global e localmente nas sociedades ocidentais (STEYN *apud* NOVAES; SCHUCHMAN, 2012). Esse lugar de poder outorga ao branco a condição de “normal” ou de padrão, não sendo ele entendido como pertencente a uma raça, e simultaneamente outorga ao não branco a condição de “outro” racializado. Olhando para a relação entre branquitude e Estado, Paterniani (2016) define como branquidade do Estado “os vínculos entre os diferentes tipos de racismo presentes em algumas práticas e concepções estatais, especialmente em duas dimensões que dizem respeito à ocupação da cidade: a política urbana (ou urbanística) e a repressão policial a ela vinculada” (PATERNIANI, 2016, p. 3). A noção de branquidade do Estado é importante na medida em que chama a atenção para o fato de que a estrutura estatal e as formas como o Estado exerce seu poder, longe de estarem a serviço do bem coletivo, são atravessadas pela dimensão racial. Propomos que a noção de branquidade do Estado também pode denotar os vínculos entre racismo estrutural, racismo institucional e racismo individual que caracterizam práticas e concepções estatais no âmbito da política fundiária.

Observando a política fundiária durante a última década, na esteira da expansão da economia do agronegócio (DELGADO, 2012), Gomes (2019) ressalta a conexão entre a hegemonia dos setores ligados ao agronegócio e à mineração

e a degradação de biomas, distribuição desigual de danos ambientais e a redução no reconhecimento de direitos territoriais. Para designar esse processo, ela propõe a noção de racismo fundiário, que seria a

complexa rede que articula ações violentas dos(as) brancos(as) contra os corpos, as culturas, os territórios e bens ambientais de negros(as) e índios(as), as formas jurídicas limitadoras e ceifadoras dessas cosmovisões, os estrangulamentos orçamentários e políticas estatais vocacionadas a fortalecer seus empreendimentos predatórios, a pilhagem secular de corpos, minérios, saberes etc. e projetos de mundo. (GOMES, 2019)

Esta noção de racismo fundiário se aproxima dos conceitos de racismo institucional apresentados anteriormente e é importante para delimitar as seletividades que caracterizam o processo de acesso a terra no Brasil.

Seletividade estrutural, seletividade racial e política fundiária

Seletividade estrutural

Argumentamos que existem duas seletividades do Estado brasileiro no que se refere à política fundiária: uma seletividade estrutural e uma seletividade racial. As duas estão relacionadas e se complementam. A primeira é relativa à composição histórica da dinâmica de classes no contexto de um capitalismo dependente e à manutenção de uma estratégia econômica de exportação de produtos primários (FERNANDES, 1975). No caso brasileiro, isso significa, historicamente, resguardar e assegurar o investimento nos setores agroexportadores, cujas frações dominantes sempre compuseram os diferentes blocos no poder (JESSOP, 2016). A relevância dessa estratégia econômica e das frações de classe associadas a ela se intensificou nos últimos dez anos, quando a estratégia econômica hegemônica passou a ser a “economia do agronegócio” (DELGADO, 2012). As seletividades estruturais se manifestam no regime jurídico e na legislação, bem como em atos administrativos, que selecionam negativamente ações e grupos que ameaçam o direito absoluto à propriedade privada, subsumindo a função social da terra à produtividade voltada para a agroexportação.

A seletividade estrutural está relacionada à garantia da propriedade privada como função do Estado em um modo de acumulação capitalista. Esta seletividade, mesmo com o instituto da desapropriação por interesse social (que reconhece a função social da propriedade) opera por meio da existência de

múltiplos pontos de veto quando se trata da ameaça ao direito absoluto à propriedade. Mais recentemente, as estratégias dos agentes políticos e sociais para garantia do direito absoluto de propriedade têm sido defendidas com o argumento de segurança jurídica (POMPEIA, 2020).

A estratégia de acumulação do Estado brasileiro (JESSOP, 2016), na qual a agroexportação de *commodities* tem tido papel cada vez mais preponderante (ALMEIDA, 2011; DELGADO, 2012), garante ao agronegócio lugar central na correlação de forças e na definição da organização do Estado. É importante levar em consideração a estratégia de acumulação para a compreensão das estratégias dos diferentes atores, com diferentes capacidades, para influenciar as políticas públicas. Nesse modelo, o significado associado à terra é o de mercadoria e o de meio de produção. Também é importante ter em conta a crescente relevância que a terra tem tido como recurso especulativo (SAUER; BORRAS JR., 2016).

Seletividade racial

A segunda seletividade é a racial e está relacionada ao racismo institucional (ALMEIDA, 2019) e à branquidade do Estado (PATERNIANI, 2016), que dificulta o acesso a terra por parte da população não branca no Brasil e seleciona negativamente as ações e pleitos referentes à garantia de direitos territoriais de indígenas e de quilombolas. Essa seletividade foi sendo construída historicamente, desde a integração da América Latina ao capitalismo mundial ainda no período colonial, quando se estruturou uma divisão racial do trabalho, na qual os não brancos tinham posição subordinada. Esse processo gerou padrões mais duradouros de divisão de poder material e simbólico, característico do que Aníbal Quijano chama de colonialidade do poder:

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da

população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial. (2005, p. 120)

A colonialidade do poder e seus efeitos materiais e intersubjetivos perduram para além do período colonial, sendo determinantes para as relações étnico-raciais e de classe no período pós-independência. Essas relações étnico-raciais, que se sobrepõem às relações de classe, também caracterizam um tipo de colonialismo interno (GONZALEZ CASANOVA, 1963), que implica a perpetuação das relações de dominação colonial nas estratificações internas dos países colonizados, cristalizando-se na manutenção de uma hierarquização racial, sustentada tanto em uma dimensão material quanto na dimensão das subjetividades. É nesse contexto que se pode compreender como opera a seletividade racial do Estado, que incide selecionando negativamente atores, pautas e estratégias identificadas como “outras”, “marginais”, “prejudiciais ao desenvolvimento”, tais como as que ameaçam o direito à propriedade privada de quem quer contribuir para agronegócio.

No campo da política fundiária a seletividade racial está conectada com a garantia do direito absoluto à propriedade privada, mas supera a seletividade estrutural. Não é possível capturar o fenômeno da seletividade racial olhando apenas para a garantia da “segurança jurídica” ou da propriedade privada como direito absoluto. A seletividade racial se atualiza mediante a associação entre terra e meio de produção, em detrimento de uma concepção de território. Ou seja, no que concerne à disputa dos critérios de legitimidade para o acesso a terra, o significado hegemônico associado a ela é o de meio para produção de mercadorias (notadamente *commodities* agrícolas). E o parâmetro para a ocupação legítima é a produtividade. Isso é diferente de uma legitimidade lastreada pelo sentido de identificação vinculado ao pertencimento coletivo e uso comum, como é o caso das terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2008). Tal situação significa que as justificativas apresentadas para questionar o direito de povos indígenas e quilombolas a terra são, quase sempre, relacionadas à produtividade do agronegócio e à importância do agronegócio para o crescimento e desenvolvimento do Brasil. Concomitante ao avanço da ideologia neoliberal, a associação entre terra e propriedade se torna uma justificativa cada vez mais essencial à estratégia de acumulação agroexportadora e ao projeto hegemônico articulado pelas frações dominantes do agronegócio, e tem como efeito a deslegitimação de uma concepção de terra como território, fundamental para o pleito de acesso a terra de populações não brancas.

Essa associação fica visível nos argumentos apresentados para justificar a restrição dos direitos territoriais para os povos indígenas, com a tentativa recente de aprovar o Projeto de Lei nº 490/2007, na forma de flexibilização dos critérios para titulação privada. No primeiro caso, são elucidativas as falas dos deputados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em sessão de julho de 2021, na discussão sobre o projeto que altera o Estatuto do Índio e busca definir um Marco Temporal para a demarcação:

Nós estamos sendo prejudicados no nosso desenvolvimento por conta dessa política. Eu acho que a Deputada Joenia, que também luta pelo desenvolvimento da vida dos indígenas da Raposa Serra do Sol, dos ianomâmis, dos patamonas, dos ingaricós, dos macuxis, dos índios de todas as etnias, do lavrado e da serra, há de convir comigo que nós precisamos dar um direcionamento mais moderno a esse modelo antiquado, que realmente vem atravancando o desenvolvimento do nosso Estado. (Hiran Gonçalves, PP)

Hoje, infelizmente, apoiados pela Funai, muitos indígenas brigam nas próprias aldeias e estão a explorar outras terras. Desnecessário, até porque as terras deles são muito produtivas e hoje representam a área da França e da Inglaterra juntas. Nós não queremos nenhum hectare dos índios. Pelo contrário, queremos que eles possam explorar suas terras e, quando tiverem alguma dúvida em relação às novas áreas de terras, que tragam para o Parlamento suas questões. (Giovani Cherini, PL)

Sra. Presidente, nós temos que dizer que os nossos irmãos indígenas já têm terra suficiente. Eles já têm território equivalente ao da França e da Inglaterra. Querem mais para quê? Para achatar o sistema econômico. O choro é livre. O Brasil vai crescer. Está crescendo. O pessoal da Oposição está desesperado. [...]Vamos votar o PL 490/2007 e vamos partir para outros PLs que destravem o que fizeram com o Brasil em 16 anos de “lulopetismo”. O Brasil precisa deslanchar. Nós vamos, mesmo com a pandemia, mostrar aos socialistas que o que gera emprego e renda é o capital. (Nelson Barbudo, PSL)

Estas falas, coletadas a partir de uma análise de conteúdo das notas taquigráficas da discussão do PL,⁶ expressam uma oposição entre

⁶ Notas taquigráficas disponíveis em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/62123>.

desenvolvimento, entendido como progresso, e ocupação de forma tradicional, pelos indígenas. Elas são ilustrativas de uma grandeza (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) que equaciona desenvolvimento a progresso e exploração capitalista da terra, em oposição ao uso comunal e tradicional do território. Esse discurso do desenvolvimento como progresso está diretamente ligado à seletividade racial e estrutural, constituindo sua dimensão simbólica, na medida em que legitima a expansão do agronegócio fundamentada na concepção da terra como propriedade privada e meio de produção, em detrimento de uma concepção de território, ou de terra tradicionalmente ocupada.

Os sujeitos políticos vinculados às diferentes concepções de terra vêm se organizando ao longo do tempo para produzir estabilizações institucionais na forma de dispositivos legais que façam valer seus interesses. É no marco dessas lutas que foi se construindo o Estado no campo da política fundiária. As lutas das organizações camponesas nos anos 1950 e 1960 foram importantes para a elaboração do Estatuto da Terra, ainda que este tenha sido aprovado no governo militar, como resposta à pressão desses sujeitos que depois vieram a ser perseguidos, e mesmo que tenha prevalecido a colonização em oposição à reforma agrária. O sindicalismo rural e os movimentos agrários organizados conseguiram pautar a reforma agrária na Constituição Federal, o dispositivo da desapropriação por interesse social e o conceito de função social da terra. O movimento negro conseguiu pautar o artigo 68, dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que dispõe sobre o reconhecimento do direito à terra para as comunidades remanescentes de quilombos. O movimento indígena conseguiu pautar a noção de terras tradicionalmente ocupadas, cujos direitos territoriais deveriam ser garantidos. Conceito que depois passou a abarcar outras populações tradicionais, como seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, extrativistas, e demais populações que estabelecem uma relação de “ocupação tradicional” com a terra (ALMEIDA, 2008). É sobre essas populações não brancas que a seletividade estrutural e racial opera negativamente, dificultando os pleitos relacionados ao acesso a terra.

Em oposição a estes, estão os dispositivos estabilizados como efeito da ação dos sujeitos políticos patronais, que historicamente prevaleceram na correlação de forças e puderam construir seletividades positivas para seus interesses e formas de apropriação da terra. A maneira pela qual a seletividade positiva em relação à ação e aos interesses destes sujeitos políticos se dá não é a partir de dispositivos legais, apenas. Embora o direito à propriedade privada esteja

garantido na Constituição, e cada vez mais se intensifique uma política de privatização da terra pública por meio de atualização legal, é predominantemente mediante o não cumprimento de certos dispositivos constitucionais e direitos que esta seletividade opera. Por exemplo, embora haja previsão legal para acesso a terra por parte das populações tradicionais, frequentemente não há orçamento para levar a cabo as políticas públicas que garantem esse acesso. A ausência de recurso suficiente acaba por selecionar negativamente estas pautas e positivamente os interesses ligados aos sujeitos políticos que reivindicam a propriedade privada individual da terra e a concepção de terra como meio de produção de *commodities*. Os sujeitos políticos patronais, que sustentam seus pleitos com base na concepção de terra ligada a desenvolvimento como progresso, também são selecionados positivamente pela inação que garante a permanência do *status quo* em certos casos, como a não atualização de critérios que poderiam prejudicar os interesses dos proprietários de terra, tais como atualizações nos índices de produtividade, ou correções no Imposto Territorial Rural (ITR).

Outra dimensão material das seletividades ocorre no âmbito da ação do Judiciário e diz respeito à parcialidade na apuração e punição de estratégias efetivadas por diferentes sujeitos. Por exemplo, estratégias como retomadas de terras pelos indígenas e ocupações são rapidamente julgadas com ações de reintegração de posse e despejo. Conforme o relatório de Conflitos no Campo de 2021, houve um aumento de aproximadamente 12% no número de despejos e nas ameaças de despejo entre 2020 e 2021 (CPT, 2021). Em contrapartida, invasões em terras indígenas e apropriação ilegal de recursos dessas terras não são julgadas ou punidas, e vêm crescendo significativamente entre 2018 (111 casos) e 2020 (263 casos), como aponta o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil (CIMI, 2020). Esses dados indicam como certas estratégias e atores são selecionados positivamente e outros negativamente quando se trata da luta pelo acesso a terra. A seletividade racial também se expressa na inação em face da violência sofrida por sujeitos não brancos. Entre 2008 e 2017 foram assassinadas 38 lideranças quilombolas no Brasil, e a grande maioria dos assassinos (29) é totalmente desconhecida, o que é indicativo de que

as mortes de quilombolas não são efetivamente investigadas pelo poder público, e, ainda, de que há sério temor relativo à denúncia dos agentes responsáveis, o que se explica também pela baixa efetividade de programas de

proteção de testemunhas e de proteção de defensores de direitos humanos. (CONAQ, 2018, p. 63)

Conclusão

Neste artigo propomos a utilização de duas categorias analíticas voltadas para a compreensão de como o Estado opera de forma seletiva nas políticas de acesso a terra no Brasil. Sugerimos as categorias de seletividade estrutural e seletividade racial, para capturar a conexão entre política fundiária e racismo estrutural no Brasil. Em resumo, argumentamos que as duas seletividades estão conectadas e se reforçam. Ao passo que a seletividade estrutural opera na garantia do direito à propriedade privada da terra (como ativo e como meio de produção) pelos agentes econômicos prioritários para a estratégia agroexportadora, selecionando negativamente atores e estratégias que buscam o reconhecimento do direito ao território, a seletividade racial opera por meio de múltiplos pontos de veto para o acesso da população não branca a terra, selecionando negativamente os discursos e estratégias que justificam o reconhecimento territorial e selecionando positivamente os discursos e estratégias que se fundamentam na produtividade e geração de riqueza do modelo associado ao agronegócio. O racismo estrutural é chave para se compreender a conexão entre as duas seletividades e seus efeitos combinados na política fundiária. É o tratamento diferenciado com base no fenótipo (JONES, 2002) e na “coisificação” (CESÁIRE, 1978) ou “inferiorização” da população não branca – característicos do padrão de relações sociais construídas historicamente no Brasil (ALMEIDA, 2019) – que permite o questionamento a seu direito a terra e ao território. Em outras palavras, só é possível se produzir uma justificativa legítima para a invasão e expropriação das terras dessas populações, ou para paralisar as políticas que garantem seu acesso a terra, porque elas são consideradas “inferiores”, seja do ponto de vista da produtividade ou do nível de desenvolvimento, seja do ponto de vista da cidadania.

Em consonância com a compreensão de Estado como um conjunto de centros de poder e de capacidades sedimentados ou estabilizados ao longo do tempo, na forma de artefatos ou instituições, assinalamos que, no que tange à política fundiária, o Estado brasileiro foi construindo seletividades estratégicas de viés racial que dificultaram o acesso a terra para a população não branca. Essas seletividades operam como estruturas, a partir das quais os diferentes agentes que tentam influenciar a política fundiária definem suas estratégias e ações. Ao propormos as noções de seletividade estrutural e de seletividade

racial como conceitos analíticos para o estudo da relação entre racismo institucional e política fundiária, temos o propósito de contribuir para uma agenda de pesquisa que identifique as condições de possibilidade para a reprodução do racismo fundiário (GOMES, 2019) no Brasil. Para tanto, buscamos aproximar os aportes das teorias de Estado dos estudos sobre racismo institucional e dos estudos sobre agronegócio e agroestratégia e colonialidade.

Pensar a política fundiária a partir da complementariedade entre seletividade racial e seletividade estrutural do Estado é relevante na medida em que contribui para o campo de estudos agrários a partir de um viés racial, frequentemente negligenciado nas análises sobre os dilemas da distribuição de terra no Brasil e em outros países colonizados em que as populações racializadas foram excluídas do acesso a terra e ao território. A proposta aqui exposta busca dar conta da relação entre a dimensão econômica plasmada no projeto hegemônico de acumulação capitalista (seletividade estrutural) e a dimensão racial que diz respeito à exclusão de atores e pautas radicalizadas em uma estabilização do Estado atravessada pela branquitude, na qual o uso da terra para o desenvolvimento (associado ao progresso e à produção de *commodities*) é visto como o padrão e as formas não brancas e tradicionais de relação com a terra são vistas como “outras”, que atravancam o progresso. A abordagem proposta também visa contribuir para conceitualizar e identificar os múltiplos condicionantes e desafios que uma política fundiária com o propósito de democratizar o acesso a terra pode ter, ou seja, busca oferecer ferramentas conceituais e analíticas para esmiuçar os múltiplos pontos de veto que constituem barreiras ao acesso a terra por parte das populações não brancas.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Eds.). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília: Editora da UnB, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PPGSCA/UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília: Presidência da República, 1850.

- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The Sociology of Critical Capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Violência contra os povos indígenas no Brasil*. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/relatorioviolencia2020>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos; TERRA DE DIREITOS. *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/%28final%29-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo Brasil 2021*. 2021. Disponível em: https://ptnacamara.org.br/site/wp-content/uploads/2022/05/Apresentacao-dados-caderno_2021.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012 [1958].
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FONSECA, Bruno; PINA, Rute. O agro é branco: levantamento inédito revela que propriedades agropecuárias de negros ocupam metade da área das terras de brancos; entre as maiores propriedades, há quatro brancos para cada negro. São Paulo: Publica Agência de Jornalismo Investigativo, 2019. Disponível em: https://apublica.org/2019/11/o-agro-e-branco/#_. Acesso: 10 jun. 2022.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Cursos no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- GIRARDI, Eduardo. *A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- GOMES, Tatiana Emília Dias. *Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor*. Salvador: CPT-Regional Bahia, 2019. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/4669-racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor>. Acesso em: 9 jun. 2022.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. América Latina. *Revista do Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales*, [s.l.], v. 6, n. 3, 1963.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do “branco” brasileiro. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Brasília: Agência IBGE de notícias, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 30 maio 2022.
- JESSOP, Bob. *The State: past, present, future*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- JONES, Camara Phyllis. Confronting institutionalized racism. *Phylon*, Atlanta, v. 50, n. 1-2, p. 7-22, 2002.
- LERRER, Débora; FORIGO, Adriano de Almeida. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 483-508, 2019. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-3_02_a_politica_de_silencio. Acesso em: 2 jun. 2022.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LAVALLE, Adrian Gurza *et al.* *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. *OKARA: Geografia em Debate*, v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41316>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, [s.l.], n. 32, 2016.
- MITCHELL, Timothy. The effect of the state. In: *SSRC workshop on State Creation and Transformation in the Middle East*. Istanbul, 1-2 set. 1989.
- N'KRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo: o último estágio do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- NOVAES, Serra; SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 288-311, 2012.
- OFFE, Claus. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.
- PATERNIANI, Stella Zagatto. Da branquitude do Estado na ocupação da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 91, e319109, 2016.
- POMPEIA, Caio. Concertação e poder. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 104, e3510410, 2020.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

- SANTOS, Anderlany Aragão dos; MENEZES, Marcela; LEITE, Acácio Zuniga; SAUER, Sérgio. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-3_07_ameacas. Acesso em: 5 jun. 2022.
- SABATIER, Paul A. Knowledge, policy-oriented learning, and policy change: an advocacy coalition framework. *Science Communication*, [s.l.], v. 8, n. 4, p. 649-692, 1987.
- SAUER, Sérgio. Rural Brazil during the Lula Administrations: agreements with agribusiness and disputes in agrarian policies. *Latin American Perspectives*, [s.l.], v. 46, n. 4, p. 103-121, 2019.
- SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino. 'Land grabbing' e 'Green grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. *Revista Campo-Território, Uberlândia*, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/35799>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- SCOTT, James. *Seeing like a state*. New Haven: Yale University Press, 1999.
- SKOCPOL, Theda. *Protecting soldiers and mothers*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- SPAVOREK, Gerd *et al.* Who owns Brazilian lands? *Land Use Policy*, [s.l.], v. 87, 2019.
- TILLY, Charles (Org.). *The formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious Politics*. New York: Oxford University Press, 2015.

Como citar

PENNA, Camila. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230214, 15 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_07.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Abastecimento alimentar urbano: a trajetória da política pela perspectiva do Mercado Municipal em Campos dos Goytacazes (RJ)

Urban food supply: the policy pathway from the perspective of the municipal market in Campos dos Goytacazes (RJ)

 Mauro Macedo Campos¹

 Lohana Chagas de Almeida²

 Daniete Fernandes Rocha³

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_08

Resumo: Este artigo analisa o abastecimento alimentar urbano a partir da perspectiva dos mercados municipais nos espaços urbanos. O *lôcus* da pesquisa é o Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ), local centenário e importante para o abastecimento alimentar da população, além de ser um lugar de convívio social. O objetivo geral é compreender como é estabelecida a relação entre o poder público local e os permissionários do Mercado Municipal de Campos, como um equipamento de abastecimento alimentar. A história do mercado municipal é resgatada desde o momento em que surgiram lugares para comprar alimentos na cidade, passando pela sua inauguração até a sua configuração mais recente e suas relações com o poder público municipal. Tem recorte teórico-histórico longitudinal. É uma pesquisa exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa, mas tem alguns elementos quantitativos. Utilizam-se as pesquisas bibliográfica, documental, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Este estudo evidenciou que o Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes continua desempenhando um papel importante no abastecimento da cidade, além de carregar memória e patrimônio cultural. Mostrou,

¹ Professor e Pesquisador Associado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: mauromcampos@uenf.br.

² Mestra em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). E-mail: lohanachadeal@hotmail.com.

³ Doutora em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudo de Exclusão e Políticas Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (POLIS-UFMG). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Territorialidades e Alimentação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (GEPPTA-UENF). E-mail: daniet.rocha@gmail.com.

ainda, que por este tipo de espaço circula uma grande quantidade de pessoas, e é permeado por interesses que complexificam as relações estabelecidas nesse local. A nomeação dos cargos de diretores do mercado é atribuição do governo municipal, portanto, o poder público participa da ordenação da sua estrutura operacional. No entanto, as regras informais referenciam as relações dos órgãos públicos com as pessoas autorizadas a esta afiliação, interferindo em suas funções regulatórias e fiscalizadoras com os comerciantes do mercado.

Palavras-chave: Política de abastecimento urbano; trajetória histórica; Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes.

Abstract: This article analyzes urban food supply from the perspective of municipal markets in urban spaces; the locus of the research is the municipal market in Campos dos Goytacazes (RJ), a space with over one hundred years of history that is essential for the population's food supply and also a place of social interaction. The general objective is to understand how the relationship between the local government and the vendors who are licensed to sell at this market is established as a vehicle for food supply. We follow the history of this market from the time when places to buy food first appeared in the city and its inauguration up to its most recent configuration and relationship with the city government, in a longitudinal and theoretical-historical setting. The study is exploratory and descriptive and combines a qualitative approach with some quantitative elements; bibliographic and documentary research, questionnaires, and semi-structured interviews were utilized. The municipal market was seen to play an important role in supplying the city, and also as a bearer of memory and cultural heritage. Many people were seen to circulate within this type of space, which is permeated by interests that add complexity to the relationships established there. The directors of the market are appointed by the municipal government, which consequently influences the operational structure of the market, but informal rules dictate the relationships between public bodies and officially authorized people, affecting their regulatory and supervisory functions with market vendors.

Keywords: Urban supply policy; historical trajectory; Municipal Market of Campos dos Goytacazes.

Introdução

O abastecimento alimentar urbano compreende um amplo conjunto de pessoas e órgãos públicos, envolvidos em serviços interligados, do produtor ao consumidor. Nesse ambiente, encontram-se os mercados municipais que contribuem para a geração de emprego, o fomento da agricultura familiar, a segurança alimentar, bem como para a representação da memória e do patrimônio cultural material e imaterial da cidade.

Este artigo teve como propósito analisar a relação entre o poder público e os permissionários do Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ, como um equipamento da política de abastecimento. Essa relação é orientada por “contratos de permissão de uso”, que, na prática, para o caso em tela, não funcionam como “ferramenta gerencial”, pois não há uma renovação desse instrumento pelos atores privados envolvidos. Estes atores se mantêm no tempo, valendo-se da sua trajetória histórica e cultural para a cidade, nos termos de Pierson (2004).

O objetivo do artigo é compreender a relação entre o poder público local e os permissionários do Mercado Municipal de Campos, como um equipamento de abastecimento alimentar. Analisar essa interação implica percorrer a história desse mercado, desde sua inauguração, passando pela sua constituição e configuração atual, destacando os atores que usufruem desse espaço.

Na maioria das vezes, os mercados municipais são equipamentos públicos, operados de forma privada por meio de permissão ou cessão. São ambientes em que se observa o cotidiano das relações entre o poder público municipal e os agentes privados, que ocupam o espaço, comercializam alimentos e lidam com uma política pública essencial: o abastecimento alimentar urbano. No caso do Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ, trata-se de um espaço público (cedido pela Prefeitura), mas operado de forma privada (pelos comerciantes) por meio de instrumento jurídico de permissão.

Nos mercados municipais, é possível perceber elementos típicos da cidade ou da região, como artesanatos, doces e frutas, refletindo as particularidades presentes naquelas culturas (ALVES; RIBEIRO FILHO, 2011). No Mercado de Campos, por exemplo, têm-se artesanatos que fazem alusão ao padroeiro da cidade (Santíssimo Salvador) e ao padroeiro da Baixada Campista (Santo Amaro), o famoso chuisco, que é um doce típico da cidade, frutas regionais (banana, carambola, graviola, jabuticaba, jambo, jenipapo, mamão, manga, pinha, pitanga etc.), o que explica, de certa forma, o Mercado de Campos como objeto analítico deste estudo. A política de abastecimento urbano abarca um conjunto de questões relacionadas às decisões sobre o tipo de produção, o plantio, os atributos dos produtos e o mercado consumidor, dentre outras (MALUF, 2012; BELIK; CUNHA, 2018). Os mercados são, portanto, espaços que contemplam um grupo de atores (agricultores, fornecedores, administração pública, comerciantes, consumidores etc.), permeados por interesses que complexificam as relações no campo em que atuam.

O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ, com 100 anos de história, não é voltado apenas para trocas comerciais, pois é parte da cultura e da história do município (FREITAS, 2006; SILVA; MIRANDA, 2013). Localizado no centro da cidade, compõe a paisagem urbana, sendo um local privilegiado para o encontro e a sociabilidade da população, para além da comercialização de alimentos e outros produtos. Privilegia o contato direto entre pessoas, gerando sentimento de pertencimento comum, identidade coletiva e trocas interculturais entre aqueles que o visitam.

O artigo estrutura-se em quatro seções, além desta parte introdutória, das considerações finais e das referências. Na primeira, discute-se o *lôcus* deste estudo e a metodologia. Na segunda, apresenta-se uma discussão teórica sobre o abastecimento alimentar no Brasil, e um breve percurso histórico, a partir de diferentes autores, como Maluf (2012), Menezes, Porto e Grisa (2015), Toledo (2017), Belik, Silva e Takagida (2001) e Cunha e Belik (2012), dentre outros. Na terceira, é tratada a questão do abastecimento alimentar.

O *lôcus* da pesquisa e a metodologia

Este estudo foi realizado no município de Campos dos Goytacazes, o maior em termos de extensão territorial do estado do Rio de Janeiro, o que lhe confere atenção quanto à distribuição, comercialização e abastecimento de alimentos (OLIVEIRA; SILVA NETO, 2020). Campos carrega dimensões econômicas importantes para a região Norte Fluminense e para o estado do Rio de Janeiro em geral, que podem ser pensadas temporalmente, puxadas pela indústria sucroalcooleira, que se destacou no século XIX e durante as primeiras décadas do século XX. O município representava a principal força econômica nesse setor, chegando a possuir 27 usinas de açúcar no início do século XX (PIQUET; GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2006). Segundo estes autores, essa bonança se estendeu até o primeiro choque do petróleo, em 1973, que propiciou uma readequação do setor, tendo no bojo a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e a modernização do parque industrial açucareiro, que operava com instalações industriais ultrapassadas. Nessa década, o perfil econômico da região deu uma guinada, com a exploração de petróleo e gás na bacia de Campos passando a influenciar a região Norte

Fluminense, principalmente os municípios de Campos dos Goytacazes⁴ e Macaé. Com a nova fonte de riqueza, houve aumento de demandas e oportunidades, tendo em vista o volume de recursos de *royalties* de petróleo (e participações especiais)⁵ destinado aos municípios da região, o que, supunha-se, seria acompanhado de desenvolvimento local (CARVALHO; TOTTI, 2006).

Por sua longa hegemonia econômica e política no município, os usineiros não viram com bons olhos a chegada da Petrobras, seja pela mudança do perfil econômico e deslocamento do centro gravitacional da economia da região, seja pela disputa da mão de obra (PIQUET; GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2006). Além da falta de subsídios para a manutenção da atividade açucareira (CRIBB, 2008), o que sublinha os interesses e o perfil de uma parte da elite campista que buscou extrair recursos e prestígio do poder político (ALVES, 2013; RODRIGUES, 2016), e ressalta o formato patrimonialista – nos termos de Sérgio Buarque de Holanda (1995) – nas relações desse estrato social com o poder público local. Esse formato se estende para além do pêndulo da economia local (e regional), sobressaindo as questões do cotidiano da cidade, manifestas nas relações informais, na troca de favores, na proximidade com atores políticos ou com burocratas de nível de rua⁶ (LIPSKY, 2010), como é o caso de algumas relações estabelecidas entre comerciantes do mercado municipal e o poder público, que podem ser percebidas na burocracia e na condução da política de abastecimento.

Pensar no espaço do Mercado Municipal de Campos significa caracterizar o perfil dos comerciantes que lá atuam, entender seu cotidiano, com quem lidam, suas relações com outros atores e como manejam seus produtos. Em especial, torna-se necessário retomar seu percurso histórico, de modo que possibilite traçar o desenho organizacional/institucional deste mercado municipal, desde sua inauguração.

Para esta parte do artigo, foi utilizada pesquisa documental, sendo analisados documentos de “primeira mão” (fontes primárias) e aqueles já processados, que têm análises, interpretações, resumos e sínteses dessas

⁴ De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possuía, em 2010, uma população de 463,7 mil habitantes. Em 2021, o número estimado pelo IBGE foi de 514,6 mil, correspondendo a 60,58% da população do Norte Fluminense (IBGE, 2010).

⁵ As participações especiais são, segundo Salles (2022), outra compensação financeira, além dos *royalties*, que as concessionárias de petróleo pagam ao explorar campos muito rentáveis, com elevado volume de produção de petróleo e gás natural.

⁶ Os burocratas de nível de rua, de acordo com Lipsky (2010), são as organizações e o conjunto de agentes que entregam diretamente as políticas públicas e serviços públicos à população.

fontes. No decorrer da pesquisa, buscou-se levantar e organizar os dados disponíveis na Prefeitura sobre a estrutura organizacional/institucional do mercado, de modo a identificar informações sobre os permissionários ao longo dos anos.

A entrada no campo e a tentativa de consulta ao órgão público responsável pela administração do mercado municipal, a Companhia de Desenvolvimento de Campos (Codemca),⁷ mostraram questões relacionadas ao *modus operandi* da gestão pública local, o que, em um primeiro momento, dificultou o acesso aos dados.⁸ Este fato foi resolvido por meio das relações informais, devido ao estabelecimento de contato direto com servidores, que encurtaram a comunicação e facilitaram o acesso aos dados, a partir da discricionariedade de suas decisões (LIPSKY, 2010; LOTTA, 2010). Estabelecer essa relação com os servidores foi fundamental para conhecer os dados, tabulá-los e organizá-los em planilhas que, na sua totalidade, encontravam-se em meio físico e arquivados na própria Codemca.

A pesquisa documental ocorreu entre os meses de julho e setembro de 2018, na Codemca. Os dados foram retirados de fichas físicas (em papel) que continham informações que foram categorizadas e apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Fichas dos Permissionários disponíveis na Codemca em 2018

Descrição das fichas em papel	Período de emissão	Quantidade de fichas
Recadastramento	2017	387
Declarações	1989 a 2018	90
Autorizações	1989 a 2018	2
Termos de compromisso	1999 a 2011	421
Notificações de permissionários	1999 a 2018	83

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na Codemca (2018).

⁷A Codemca, segundo o organograma da prefeitura (2019), não está vinculada ou subordinada a nenhuma Secretaria da prefeitura.

⁸A alegação recorrente era que “essas fichas [dos permissionários] continham informações pessoais, ou seja, informações relacionadas à pessoa natural do permissionário, como número de documentos e endereços”, segundo informações coletadas durante a pesquisa de campo na Codemca (2018).

Esses documentos estavam agrupados em pastas empilhadas em uma sala da Companhia. Continham informações como dados pessoais (que foram suprimidos), identificação do boxe (ou banca), produtos comercializados, prazo da permissão, tempo de permanência na atividade, horário de funcionamento e as razões para notificação (nos casos em que ocorreram, e o agente público responsável pela emissão), dentre outras informações anotadas manualmente nas fichas.

Utilizaram-se ainda diários de campo,⁹ consultas diretas, entrevistas semiestruturadas e questionários para a coleta de dados primários. As entrevistas foram realizadas com o auxílio de um roteiro previamente elaborado, específico para cada representante dos órgãos públicos do município: (1) Codemca; (2) Secretaria Municipal de Agricultura. Os administradores do mercado entrevistados pertenciam a esses dois órgãos públicos do município. O critério para defini-los foi a partir da função exercida por cada servidor do órgão, de modo a identificar os responsáveis pela gerência e fiscalização do mercado. Outras entrevistas semiestruturadas foram realizadas, utilizando outro roteiro prévio, com o presidente da Associação de Lojistas do “Mercado Coberto”,¹⁰ além de quatro dos permissionários mais antigos do mercado, escolhidos porque dispunham de informações sobre o cotidiano do mercado e por conhecerem parte da sua história e das relações do poder público com os comerciantes.

Os questionários foram aplicados a comerciantes que são permissionários do mercado,¹¹ por meio de sorteio pelo número do boxe, a partir de um universo de 690 unidades comerciais. Utilizou-se uma amostra calculada de 62 unidades, que correspondem também a 62 permissionários, a partir de uma heterogeneidade de 50%, entre as unidades comerciais pesquisadas, com uma margem de erro de 10% e nível de confiança de 90%, com o uso da ferramenta *Netquest*.¹² O tempo mínimo médio de permanência no mercado é

⁹ Os diários de campo foram produzidos ao longo de toda a pesquisa, que ocorreu entre os meses de março de 2018 e junho de 2019.

¹⁰ Vale ressaltar que o “Mercado Coberto” é a única subdivisão do mercado que tem uma Associação de Lojistas, ainda que informal, pois não tem registro no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas. Não obstante, essa organização de lojistas do “Mercado Coberto” funciona como um mecanismo de arrecadação de recursos para pequenas despesas, tais como limpeza, segurança e manutenções. A Feira Livre e a Peixaria não possuem esse tipo de organização entre os seus pares.

¹¹ Entre os comerciantes há os permissionários e os não permissionários, pois existe a prática informal de “locação dos boxes” para outros comerciantes que não são permissionários.

¹² A ferramenta do *Netquest* foi criada em 2001, sendo voltada para o desenvolvimento de tecnologia online para soluções de pesquisa. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostragem-porque-funciona>. Acesso em: 4 jun. 2022.

de aproximadamente dez anos, o que indica que esses permissionários conhecem, a seu modo, o cotidiano do lugar. Essa ferramenta permitiu extrair dos permissionários suas impressões sobre o mercado, sobre o papel desse equipamento no tempo e sua importância para o abastecimento da cidade.

A partir das respostas aos questionários, foram identificadas características como o gênero e a faixa etária dos entrevistados, os produtos comercializados, o horário de funcionamento dos boxes, o tempo de permanência no mercado, os principais estados fornecedores de produtos alimentícios, a frequência de compras das mercadorias dos fornecedores, bem como a presença de produtos da agricultura familiar local. Quanto ao perfil dos comerciantes do mercado, observou-se que a maioria é do sexo masculino (64%), tem pelo menos 41 anos de idade e reside principalmente no município de Campos dos Goytacazes-RJ.

Abastecimento alimentar no Brasil: breve percurso histórico

A política de abastecimento alimentar é uma importante forma de garantir à população acesso aos alimentos, sobretudo em espaços urbanos. Maluf (2012, p. 2) conceitua essa política como o “conjunto diverso de atividades mediando a produção e o consumo de alimentos”, em uma relação que envolve atores públicos e privados. O abastecimento compreende toda a cadeia: produção, transporte, armazenagem e comercialização, que devem estar em consonância para gerar o funcionamento efetivo desse setor.

Em um horizonte histórico, a relação entre o público e o privado no abastecimento urbano de alimentos no país apresenta mudanças ao longo do tempo. Na Primeira República, ocorreram crises de abastecimento em um contexto de crescimento acelerado da urbanização. Nessa época, o governo federal manteve sua atenção na produção agrícola para exportação. As iniciativas para o abastecimento nacional eram incipientes e inadequadas às necessidades das populações dos centros urbanos, que ganhavam densidade demográfica (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015). A primeira grande crise de abastecimento de alimentos ocorreu em 1917. Nesse período, foi deflagrada a 1ª greve geral operária em São Paulo (BELIK; SILVA; TAKAGIDA, 2001). Manifestações e greves fizeram parte de movimentos de trabalhadores ao redor do mundo (TOLEDO, 2017). A falta de alimentos se agravou em função

dos crescentes envios de alimentos do Brasil para nações europeias durante a Primeira Guerra Mundial (BELIK; SILVA; TAKAGIDA, 2001).

Em 1929, o café perdeu espaço no mercado internacional, com o preço em baixa, mas o mesmo não aconteceu com outros alimentos; nesse cenário, as fazendas deram novo destino aos produtos agrícolas que abasteciam a população urbana. As intervenções públicas no abastecimento tiveram início com a crise que começou nessa década (BELIK; SILVA; TAKAGIDA, 2001), inclusive com incentivo à produção de alimentos, como ocorreu com a criação das colônias agrícolas, ao longo dos anos de 1930/1940, em torno da capital federal (BERCOVICI, 2020).

A Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) voltou a agravar a escassez de alimentos no Brasil. Algumas iniciativas para enfrentar essa situação foram a garantia de preço mínimo para produtos agrícolas e a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O governo avançou na concessão de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, mas não conseguiu mitigar a fome e a insegurança alimentar da população brasileira (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015).

Em 1943, foi criada a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), responsável pelo fomento à produção e à regulação dos estoques (CONAB, 2005). Em 1945, foi instituída a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), um marco para o abastecimento, pois teve como função definir a política nacional de alimentação, estudar a situação da nutrição e os hábitos alimentares (SILVA, 1995). Ainda no governo Getúlio Vargas, foram estabelecidas diversas autarquias (açúcar e álcool, mate, sal, café, trigo etc.), responsáveis por direcionar as ações dos mercados internos e externos e a política de preços (BELIK; SILVA; TAKAGIDA, 2001). Adotaram-se medidas de controle da oferta de alimentos, como listas de preços, de autorizações para exportação e de incentivos à produção agropecuária (CUNHA; BELIK, 2012).

Após 1945, o abastecimento alimentar passou a ser primordial para o bem-estar social e a estabilidade da economia, com a intensificação da urbanização (BELIK; CUNHA, 2015). Entretanto, os problemas de abastecimento continuaram agravados pelo êxodo rural na segunda metade do século XX. Permaneceram os problemas logísticos (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015) e a carestia, com impacto negativo no consumo das famílias (BELIK; CUNHA, 2015).

Entre os governos João Goulart (1961-1964) e Castelo Branco (1964-1967), logo no início da década de 1960, houve um acirramento do debate em torno da

questão agrária, redundando em propostas de reforma agrária e modernização da produção (CONAB, 2005). Intensificada a partir de 1960, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, a modernização trouxe aumento da produção agrícola, ampliação das exportações e auxiliou no crescimento da economia, mas beneficiou apenas parte da população, e atendeu os interesses da elite rural (TEIXEIRA, 2005).

No início da década de 1960, foram emitidas normativas que modificaram o sistema de abastecimento, como o fechamento de estabelecimentos que não atendiam às normas da Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab), autarquia do governo federal, criada em 1962, pelo presidente João Goulart para intervir no mercado, fixando preços e controlando estoques. Nesse mesmo período, também foram fundadas a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), com o papel de fiscalizar a distribuição de alimentos, e a Companhia Brasileira de Armazenagem (Cibrazém), para o monitoramento do armazenamento (CONAB, 2005).

Após o governo Castelo Branco, e no decorrer dos governos do regime militar, ressaltou-se o desenho da política de abastecimento, sobretudo por meio do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), entre 1968 e 1970. No governo Médici (1969 a 1974), com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), criaram-se as bases de 15 Centrais de Abastecimento (Ceasas), com o objetivo de aproximar produtores e varejistas (BELIK, 1992). As Ceasas são empresas estatais ou de capital misto, voltadas para a comercialização e a distribuição, de forma atacadista, de alimentos como frutas, legumes e verduras. A partir de 1970, uma rede de Ceasas e centenas de instalações varejistas originaram-se, com base nas propostas do Grupo Executivo de Modernização (Gemab), criado em 1968, e da Cobal (BELIK; SILVA; TAKAGIDA, 2001). O Quadro 2 traz um demonstrativo das Ceasas implantadas em diversas capitais e cidades populosas do país, totalizando 35 centrais. A região Nordeste foi onde mais se implementaram centrais de abastecimento, com 11 unidades (31% do total). As regiões Sudeste e Sul receberam 18 centrais (26% cada uma). O Centro-Oeste foi o destino de quatro centrais (11%). Com apenas duas, a região Norte foi a que menos implementou Ceasas.

Quadro 2 – Centrais de Abastecimento criadas no Regime Militar

Ano/criação	Ceasa/UF	Estado/Distrito
1972	Brasília	Distrito Federal
	Fortaleza	Ceará
	Recife	Pernambuco
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
	São Gonçalo	Rio de Janeiro
1973	Salvador	Bahia
	Aracajú	Sergipe
	Porto Alegre	Rio Grande do Sul
1974	Belo Horizonte	Minas Gerais
	João Pessoa	Paraíba
1975	Manaus	Amazonas
	Campinas	São Paulo
	Maringá	Paraná
	Belém	Pará
	Goiânia	Goiás
	Maceió	Alagoas
1976	Curitiba	Paraná
	Campina Grande	Paraíba
	Natal	Rio Grande do Norte
	Teresina	Piauí
1977	Vitória	Espírito Santo
	Mossoró	Rio Grande do Norte
	São Luis	Maranhão
1978	Foz do Iguaçu	Paraná
	Florianópolis	Santa Catarina
	Anápolis	Goiás
	Uberlândia	Minas Gerais
	Novo Hamburgo	Rio Grande do Sul

	Juiz de Fora	Minas Gerais
1979	Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro
	Campo Grande	Mato Grosso do Sul
	Londrina	Paraná
1982	Macaé	Rio de Janeiro
	Cascavel	Santa Catarina
	Caxias do Sul	Rio Grande do Sul

Fonte: Adaptado de Mourão e Magalhães (2009, p. 32-34).

No município de Campos dos Goytacazes-RJ, foi criada uma unidade da Ceasa, em 1979. Os dados dos questionários aplicados aos comerciantes do mercado municipal, no presente estudo, revelaram que, nesse período, os atacadistas que atuavam no mercado foram transferidos para o local, mas a Ceasa não permaneceu no local por muito tempo. A distância e os custos operacionais contribuíram para o afastamento gradativo dos comerciantes (FREITAS, 2006). Atualmente, o local onde a Ceasa funcionou é um espaço vago, deteriorado pelo tempo e sem uso comercial.

No contexto brasileiro, surgiram, nesse período, além das centrais de abastecimento, outras formas de comercialização, como “varejões” e “sacolões” geridos pelos estados e municípios no espaço urbano. A administração pública, que mantinha sob a sua vigilância apenas as concessões dos mercados municipais, passou a administrar e fiscalizar os varejistas (BELIK; SILVA; TAKAGIDA, 2001). Trata-se de um procedimento comum nas relações entre a administração pública e os atores privados para a realização de serviço público ou uso/exploração de bem público.

Os mercados municipais compõem os equipamentos de abastecimento, inseridos no espaço urbano de forma itinerante ou permanente, que servem para a população adquirir alimentos e outros produtos. Em diversos locais, persiste o costume de utilizar esses mercados para realizar trocas comerciais, necessárias para reprodução da vida em sociedade (PINTAUDI, 2006). Nesse sentido, o comércio tem caráter social, pois além das mercadorias, envolve trocas de ideias, conhecimentos, experiências e sensações (VARGAS, 2012), despertando o desejo pelo consumo para que, assim, a venda seja realizada. O comércio tem caráter social, porque, para que a compra e a venda das

mercadorias sejam realizadas, são necessários o encontro e a conversa, mesmo que no ambiente virtual, que envolvem troca de ideias, conhecimentos, experiências e sensações que compõem o prazer do consumo.

Os mercados públicos se mantêm vivos em virtude da sua capacidade de atrair consumidores, ditada por fatores como visibilidade, acessibilidade e sua própria tradição (CUNHA; CAMPOS, 2022), mesmo em um contexto de mudança dinâmica no sistema urbano de abastecimento. Cunha e Campos apontam para a disseminação dos supermercados na América Latina, a partir da década de 1980, como um fenômeno que se inicia em direção a cidades intermediárias e, na década de 1990, para cidades menores, em um processo de expansão desses equipamentos do varejo de alimentos no tecido urbano.

Muitos mercados públicos tiveram sua origem nas feiras que acabavam perpetuando-se e materializando-se em edificações, uma vez que a reprodução da vida na cidade demandava um espaço permanente para a compra de mantimentos (PINTAUDI, 2006). Esse é o caso do Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes, cuja história também teve origem nas feiras e, com o passar do tempo, acabou se materializando na construção no centro da cidade. Os mercados municipais ocupam um espaço importante na trajetória do abastecimento local e são *locus* de trocas materiais e culturais, com ações desempenhadas por atores privados em espaços concedidos pelo poder público.

Nessa mesma direção, conforme Bitar (2014), os mercados são locais onde são realizadas mediações entre diferentes espaços, pessoas e objetos. Eles reúnem momentos de trocas comerciais, relações sociais e simbólicas. São espaços que expressam autenticidade e estilos de relações sociais, sendo considerados processos de “patrimonialização” por agências de preservação histórica.

Esse contexto representa ainda, uma diversificação no que diz respeito à visão do abastecimento urbano, com a incorporação de necessidades alimentares de grupos vulneráveis, que devem ser garantidas por políticas públicas (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015). Nessa perspectiva, a partir de 2020, com o surgimento da pandemia da Covid-19, com reflexos no acesso das famílias mais pobres aos alimentos, os equipamentos urbanos de abastecimento alimentar fazem diferença, no sentido de que podem minimizar tais problemas, fortalecendo a agricultura local e reduzindo as distâncias entre produtores e consumidores. Na atual crise, os números da fome no Brasil

cresceram,¹³ agravados pelo desemprego, que atingiu 14,7% no primeiro trimestre de 2021, além de 5,97 milhões de “pessoas desalentadas”, que desistiram de procurar emprego, conforme o IBGE (FAO-CELAC, 2020; CEPAL, 2021). Os mercados municipais que compõem essa paisagem urbana, cada vez mais desigual, podem redimensionar seu papel, como equipamento público de abastecimento alimentar, seja com consumo racional e solidário, seja na consecução de bancos de alimentos.¹⁴

O abastecimento alimentar urbano pela perspectiva do Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes

Estampado no centro da cidade, o Mercado Municipal de Campos, com 100 anos de história (completados no dia 15 de setembro de 2021), conviveu com todo o *loop* econômico que o município enfrentou. Trata-se de local privilegiado tanto para a comercialização de serviços, alimentos e outros produtos quanto para a socialização e encontro dos campistas. Não é apenas um estabelecimento de trocas comerciais, pois tem representatividade social e histórica. Nos mercados municipais destacam-se a valorização de produtos locais e regionais, o que contribui para a sua permanência no espaço urbano (ALVES; RIBEIRO FILHO, 2011), mesmo com a presença de supermercados e hipermercados sofisticados (CUNHA; CAMPOS, 2022).

Olhando para a história do Mercado Municipal de Campos, as Bancas de Pescado e a “Quitanda Velha” foram os dois primeiros espaços pensados para comercializar alimentos na cidade, durante o século XIX. As Bancas de Pescado eram localizadas entre o porto da rua do Rosário e o largo do Capim. Entre 1842 e 1850, elas começaram a ser deterioradas. A partir de meados da década de 1880, os pescados (sobretudo, robalos, piaus e tainhas) não eram mais

¹³ Dados referentes ao Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2021, p. 9-10) indicam que “55,2% que se encontravam em Insegurança Alimentar; 9% conviviam com a fome, ou seja, estavam em situação de IA grave, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12%). Em termos absolutos o estudo indica que “(...) do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome”. Disponível em: <http://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>

¹⁴ Os Bancos de Alimentos são, segundo os Serviços e Informações do Brasil (2022), “estruturas físicas e/ou logísticas que ofertam o serviço de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações de setores privados e/ou públicos e os destinam a instituições que atendem público em situação de vulnerabilidade social”. Eles são iniciativas para combater a fome e a insegurança alimentar a partir da arrecadação de doações de produtos alimentícios que estão bons para consumo, mas que perderam valor comercial, sendo, consequentemente, desperdiçados.

comercializados nas bancas, sendo colocados para venda nas calçadas (SOUSA, 2014).

Durante o século XIX, a Quitanda Velha, situada na praça das Verduras, era considerada um lugar de referência para a convivência no espaço urbano, como também representou um local privilegiado para comprar alimentos na cidade (SILVA; MIRANDA, 2013). A Figura 1 ilustra o Mercadinho ou Quitanda Velha na praça das Verduras, em 1890.

Figura 1 – Mercadinho da praça das Verduras em 1890



Fonte: Coleção Dr. Dario Marinho *apud* Silva e Miranda (2013).

No século XIX, o local (atualmente praça Prudente de Moraes) era chamado praça das Verduras. Em 1850, a Câmara Municipal (Ata do dia 15 de abril) definiu que a praça das Verduras e o largo do Capim eram os dois lugares adequados para o comércio (verduras, gêneros ou quaisquer outros objetos) na cidade. Em 1857, a Câmara definiu o porto da Escada, e suas imediações, como local para a venda de pescado. Na sessão de 2 de agosto de 1869, o conselheiro Thomaz Coelho sugeriu a construção de uma praça de Mercado nos terrenos à margem do canal, entre as ruas Formosa e do Conselho. Seis anos mais tarde (sessão de 3 de fevereiro de 1875), foram definidas as construções de duas praças de Mercado: uma entre o canal e a rua Barão do Amazonas e, a outra, na praça das Verduras, ambas com cobertura e gradis (SOUSA, 2014).

Em 1879, a Câmara Municipal conferiu ao setor privado o direito de explorar uma das praças de Mercado com o objetivo de eliminar a Quitanda Velha, que era vista como uma feira ao ar livre e sem higiene, porém, localizada no centro comercial da cidade. A partir daí, de acordo com Sousa (2014), escolheram a praça do Mercado, no largo do Rocio, para realizar tal construção.

A praça das Verduras ocupava uma área privilegiada e, por isso, surgiram tentativas, ao longo do século XIX, de retirá-la como um espaço do mercado popular representado pela Quitanda Velha. Dentre as tentativas, a mais próxima de se concretizar foi o convite para transferir a Quitanda Velha para o largo do Rocio. Mas, em 1878, quando a Câmara decidiu a transferência do comércio de verduras para o largo do Rocio, os quitandeiros da praça das Verduras se reuniram, pediram para que não fosse feita a mudança (SILVA; MIRANDA, 2013) e solicitaram providências na Câmara Municipal (SOUSA, 2014).

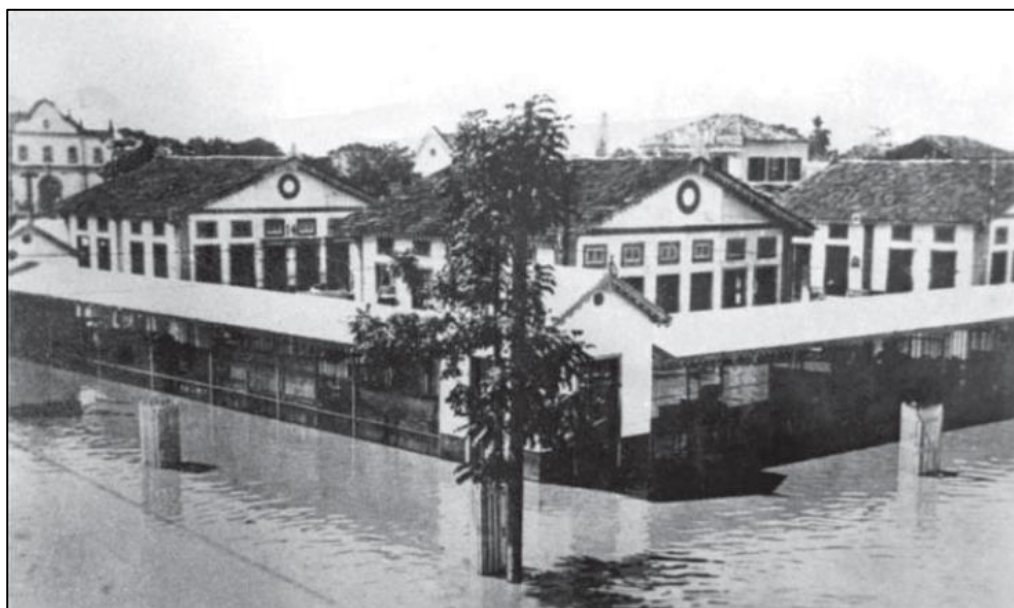
A sugestão da mudança do mercado/comércio de mercadorias da Quitanda Velha para o largo do Rocio aconteceu em virtude da localização da estação da primeira ferrovia de Campos, que era no próprio largo. Não existia outro lugar mais apropriado para vendas de mercadorias da baixada campista do que uma praça em frente à estação de trem (SILVA; MIRANDA, 2013).

De acordo com Sousa (2014), a Lei Provincial nº 782 de 1885 autorizou a Câmara a contratar serviços privados para a construção de uma praça de Mercado Público, por usufruto durante 40 anos, que ficou a cargo da empresa Rocio. Silva e Miranda (2013) consideram que essa decisão foi uma maneira de dotar a cidade de melhores condições de comércio e organizar o espaço público com a construção de um novo mercado.

A Câmara modificou o endereço do mercado de peixe em 1889, da rua D. Pedro II para a praça Azevedo Coutinho (SOUSA, 2014). Esse episódio foi relatado durante a pesquisa de campo feita com os feirantes e peixeiros do mercado municipal. Na oportunidade, ao ser entrevistado, Edson, peixeiro do mercado, disse (informação verbal): “desde muito cedo vinha trabalhar no mercado com meu pai e ouvia dele a história de como começou a formação da Peixaria”. Ele relatou que, no começo, a venda de peixe acontecia de modo itinerante na praça Azevedo Coutinho. Eram colocadas lonas no chão para a venda do pescado que acontecia durante as manhãs. Depois, os peixeiros foram transferidos pela Prefeitura para a Peixaria que está localizada na rua Tenente Coronel Cardoso (antes denominada rua Formosa), estando hoje conjugada com a Feira Livre do mercado municipal.

No início do século XX, em abril de 1901, a partir do esforço da Câmara Municipal, o vínculo privado de usufruto da praça foi revertido com a proposta e liquidação das pendências entre a Prefeitura e a empresa concessionária. Em 30 de junho de 1906, a praça do Mercado no largo do Rocio foi inaugurada (SOUSA, 2014). A Figura 2 ilustra a praça do Mercado no largo do Rocio durante a enchente de 1906.

Figura 2 – Praça do Mercado no largo do Rocio



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal Nilo Peçanha/FCJOL *apud* Silva; Miranda (2013).

Com o passar dos anos, a praça do Mercado no largo do Rocio começou a ser vista pela população como sendo muito modesta. Em 1917, o prefeito Luiz Sobral, visando dotar a cidade com um mercado mais condigno e adequado para aquela época, decidiu construir o atual mercado municipal (SOUSA, 2014). A construção do novo mercado teve início em 1918, na praça Azevedo Coutinho, espaço que já havia sido pensado para essa finalidade (FREITAS, 2006). Três anos depois, no dia 15 de setembro de 1921, o mercado municipal foi inaugurado pelo prefeito em exercício, Luiz Caetano Guimarães Sobral.

O novo mercado não era somente um equipamento público voltado para o abastecimento de alimentos, mas um símbolo para a cidade. O mercado não atendia apenas às exigências de qualidade dos produtos comercializados, como,

também, constituía um local que possibilitou à cidade se equiparar às metrópoles da época, levando em consideração os cânones da modernização das capitais brasileiras, sobretudo, do Rio de Janeiro (FREITAS, 2006; SILVA; MIRANDA, 2013). Desde o início, o mercado municipal era considerado um importante elemento de representação social para os campistas, sendo percebido como um espaço de prestígio social que aludia *status* diante das outras cidades, o que reforça a escolha deste espaço como objeto analítico deste artigo. O Quadro 3 apresenta uma síntese das principais mudanças e fatos ocorridos no Mercado Municipal de Campos.

Quadro 3 – Evolução da trajetória histórica do mercado municipal

Cronologia itinerante do mercado	Localização do mercado
Entre os anos de 1842 a 1850	Bancas de pescado deterioradas no porto da rua do Rosário e na rua do largo do Capim.
8 de junho de 1889	Modificação do mercado de peixe para a praça Azevedo Coutinho.
Até cerca de 1890	Quitanda Velha na praça Prudente de Moraes.
30 de junho de 1901	Praça do Mercado no largo do Rocio.
15 de setembro de 1921, governo Luiz Sobral (1921-1924)	Inauguração do Mercado Coberto na praça Azevedo Coutinho.
Governo (1967-1971) José Carlos Barbosa	Reforma do Mercado Coberto com as construções das divisórias de alvenaria dos boxes.
Governo Raul Linhares (1977-1982)	A cobertura da Feira Livre.
Segundo governo de José Carlos Barbosa (1983-1988)	Inauguração do galpão da Feira Livre e Peixaria
Governo Anthony Garotinho (1989-1993)	Troca do telhado e restauração do piso do Mercado Coberto, construções das bancas de alvenaria na Feira Livre e na Peixaria.

Fonte: Elaboração própria a partir dos estudos de Freitas (2006), Silva e Miranda (2013) e de Sousa (2014).

A Figura 3 ilustra como era o Mercado Coberto ao tempo da sua inauguração, em 1920.

Figura 3 – Prédio histórico antes da sua inauguração em março de 1920



Fonte: G1 Norte Fluminense: mercado de Campos antigamente (divulgação/Prefeitura de Campos), 2014.¹⁵

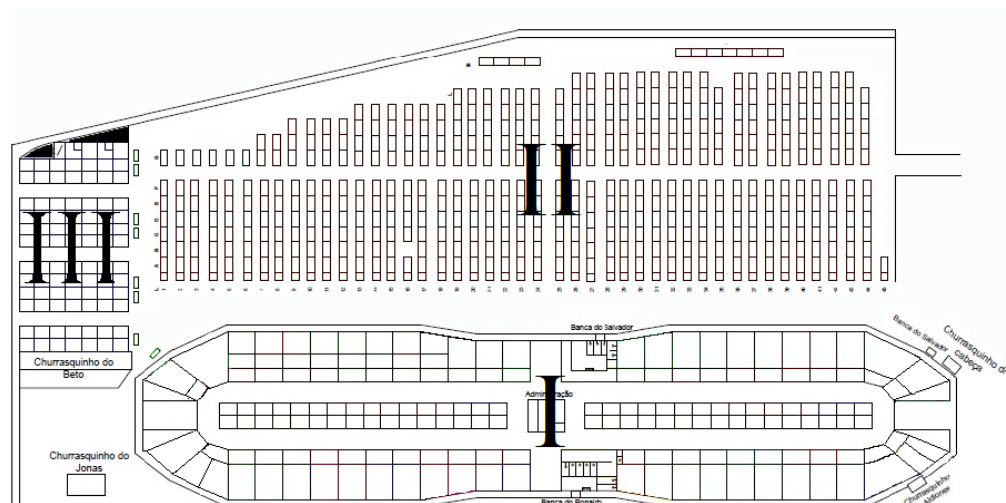
Para se ter acesso ao Mercado Coberto foram colocadas quatro portas que, a princípio, eram fechadas por meio de portões de ferro lavrados, substituídos ao longo do tempo. Atualmente, são portas de aço que ficam nas duas extremidades laterais e no centro da edificação. Esse espaço é formado por dois blocos de boxes, um central e outro lateral. Fora isso, existe uma sala da administração, que conduz o funcionamento de todo o mercado. Com o passar dos anos, o Mercado Coberto passou por reformas estruturais. A primeira ocorreu no governo de José Carlos Barbosa (1967-1971), quando foram construídas as divisórias de alvenaria em todo o Mercado Coberto. As divisões dos boxes foram alteradas em diversos momentos. Em 1970, foi realizada uma nova divisão dos boxes internos, ampliando sua quantidade e, ao mesmo tempo, reduzindo a área de extensão. Os açougues e outros espaços (que tinham os seus interiores voltados para a parte central do Mercado Coberto, mas realizavam as vendas na parte exterior do mercado) perderam o contato com o interior do mercado. Na parte interna do Mercado Coberto, a distribuição

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/09/predio-historico-do-mercado-de-campos-rj-completa-93-anos.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

e o número de boxes foram modificados em virtude da remoção das estruturas de madeira e tela de arame que foram trocadas pelas paredes de alvenaria e lajes pré-moldadas (FREITAS, 2006).

No governo de Raul Linhares (1977-1982), a cobertura da Feira Livre (que também compreende a Peixaria) foi iniciada, porém, as bancas de alvenaria foram construídas apenas no início da década de 1990. Tem-se, nesse período, a segunda reforma, ocorrida no mandato do prefeito Anthony Garotinho (1989-1993), com a colocação da laje de cobertura, além da troca do telhado e do piso (FREITAS, 2006). A Figura 4 ilustra o espaço físico do mercado municipal, a partir de sua última reestruturação, destacando suas respectivas subdivisões: (I) Mercado Coberto ou Prédio Histórico; (II) Feira Livre; (III) Peixaria. Verifica-se que o Mercado Municipal de Campos é constituído, informalmente, de três espaços, e cada um apresenta um modo particular de funcionamento, conforme ilustra a Figura 4.

Figura 4 – Mapa com as divisões de cada parte do Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ



Fonte: Adaptado de Almeida (2019, p. 81).

O espaço da Feira é constituído por uma estrutura de sustentação de aço que dá suporte à cobertura de alumínio. O local é rodeado de paredes laterais baixas que permitem a visibilidade e a entrada de luz solar e ventilação. De acordo com permissionários antigos do mercado, que trabalham há mais de 50 anos nesse

local (informação verbal coletada a partir de entrevistas realizadas em 12 de maio de 2019), no governo de José Carlos Barbosa, inicialmente, foram criadas bancas de madeira para a Feira Livre e a Peixaria. Na administração de Raul Linhares, foi construída a cobertura de zinco que protege a Feira e a Peixaria. As bancas de alvenaria foram construídas no primeiro mandato de Anthony Garotinho (1989-1992).

Estes comerciantes¹⁶ relataram, em conversas informais, que era comum a comercialização de verduras e legumes no interior do Mercado Coberto, quando existiam apenas as estruturas de madeira e arame. No entanto, com o passar dos anos os produtos oferecidos naquele espaço foram se modificando. Hoje, os legumes e verduras são vendidos apenas na Feira Livre, sendo que antigamente tais produtos eram vendidos no Mercado Coberto. Informaram ainda que as construções da Feira Livre e da Peixaria são mais recentes que o Mercado Coberto, pois elas se formaram quando agricultores, principalmente da baixada campista, começaram a trazer alimentos para serem vendidos nas imediações do Mercado Coberto. Esses alimentos eram empilhados no chão da Feira, sem qualquer tipo de bancas ou barracas para acomodá-los. Com o passar dos anos, a Feira foi aumentando de tamanho e adquirindo a configuração dos dias atuais (em 2021), com cobertura de alumínio, chão cimentado e bancadas de alvenaria, ocupando quase todo o espaço do galpão ao lado do Mercado Coberto. A ampliação do tamanho da Feira tem relação não apenas com as exigências sanitárias, mas também com o aumento gradativo do número de comerciantes. Muitos vinham do interior vender seus produtos apenas de modo sazonal. Com o passar do tempo, começaram a frequentá-la periodicamente e, consequentemente, ocuparam o espaço.

A partir da trajetória histórica do Mercado Municipal de Campos, é possível perceber que ele auxilia o abastecimento urbano alimentar da população, desde o início do século XX. Nesse sentido, o estudo sobre o Mercado Municipal de Campos traz elementos que reforçam a importância da consideração do tempo e da sequência de eventos para a compreensão do seu percurso ao longo dos anos (PIERSON, 2004). Merece atenção o papel sempre presente da Câmara Municipal, o que remete a uma proximidade com o Legislativo, que desde o início marca as relações com os atores privados daquele espaço. O mercado, criado por meio do poder público (pela Câmara

¹⁶ Ao longo da pesquisa de campo, foram entrevistados quatro comerciantes com mais de 50 anos de mercado, sendo três homens e uma mulher. Destes, três atuam no Mercado Coberto (produtos naturais, bar e açougue) e um na Feira Livre (boxe de venda de ovos).

Municipal), é também um ambiente de convívio social dos campistas e visitantes que podem se encontrar e se relacionar há 10 décadas. O local é repleto de histórias e elementos culturais, sendo responsável por movimentar e aquecer a economia da cidade, perpetuando-se mesmo com a existência de outros canais de comercialização, como supermercados, hipermercados e hortifrutis, mais contemporâneos e requintados, que se soma aos conflitos e interesses presentes nas relações entre o público e o privado, bem como às formas de convívio entre estes atores no mercado municipal de Campos.

Os comerciantes do Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes e a sua relação com a Prefeitura

A relação formal entre a Prefeitura e os comerciantes no mercado municipal se configura por meio do ato administrativo da “permissão”, que possibilita aos permissionários o direito de uso e exploração comercial desse local, sob responsabilidade do governo municipal. Esta informação foi obtida na pesquisa na Codemca, responsável pela administração do Mercado.

A pesquisa documental e a análise qualitativa dos dados coletados no campo permitem fazer uma descrição ampliada do mercado, como um equipamento público (operado privadamente) de abastecimento urbano. Como ressaltado, as informações sobre os permissionários e seus espaços individualizados de comercialização não estavam catalogadas. Assim, a partir da coleta de dados em arquivos mais recentes disponibilizados pela Codemca, identificamos que a Prefeitura possui 384 comerciantes cadastrados como permissionários do mercado municipal. A maioria dos comerciantes nos três espaços – Mercado Coberto, Feira Livre e Peixaria, é do sexo masculino (64%). As faixas etárias mais frequentes são: 41 a 50 anos de idade, 51 a 60 anos de idade e mais de 60 anos de idade, sendo que a maioria dos comerciantes tem acima de 41 anos (75%).

A permanência dos comerciantes no mercado municipal é de longa data. O Prédio Histórico tem a maior média de tempo de permanência, aproximadamente 25 anos. Esta é a parte mais antiga do mercado, com um século de existência. Os peixeiros e feirantes apresentaram médias de tempo de permanência semelhantes, em média 19 anos, o que também era esperado, uma vez que eles foram reconhecidos formalmente pelo poder público e se estabeleceram no mercado municipal no mesmo período.

Quase metade dos comerciantes declara que a passagem dos boxes ou bancas acontece de modo hereditário (48%). É comum comerciantes

transferirem a permissão do uso do espaço dos boxes ou bancas para familiares, como filhos, irmãos e pais, dentre outros, conservando as atividades comerciais, e a Prefeitura não faz nenhuma imposição ou exigência quanto a isso. Nunca houve processo licitatório para as escolhas das ocupações desses boxes ou bancas, o que remonta à questão da informalidade nas relações entre o público e o privado nesse ambiente. Este *modus operandi* observado no campo aponta para um modelo com um perfil patrimonialista (LEAL, 2012; COSTA, 2012), que se reforça na apropriação do público como se fosse privado, sustentando interesses individuais ou de grupos, em que não prevalece uma delimitação clara entre o público e o privado.

Vale ressaltar que a indicação dos diretores do mercado é realizada pelo governo municipal, portanto, o poder público mantém influência na sua estrutura operacional. Verificou-se uma carência de normas que compreendam o atual cenário em que operam os atores sociais que compõem o mercado, como é o caso do Regimento Interno, sem alteração desde 1921. O último termo de permissão estabelecido para a atuação de um comerciante foi em 2011 e, apenas seis anos depois, em 2017, foi realizado um novo cadastramento dos permissionários. Além disso, outro aspecto que chama a atenção é o fato de que a taxa de “Permissão de Uso de Solo”, de acordo com informações coletadas no campo, parou de ser cobrada a partir da gestão do prefeito Arnaldo Vianna, sem um respaldo normativo que avalize essa isenção.

A partir dos dados coletados por meio dos questionários, constata-se que os permissionários realizam suas compras diariamente (47%), ou algumas vezes por semana (45,2%), ou mensalmente (7,8%). Os principais estados de origem dos produtos comercializados são: Rio de Janeiro (85%), Espírito Santo (41,5%), São Paulo (25%), Paraná (4,6%), Bahia (3,08%), Pará (3,08%), Ceará (1,54%) e Goiás (1,54%).

No Mercado Coberto, estão localizados os açougues, bares, depósito de bebidas, lanchonetes, lojas de acessórios eletrônicos, artesanatos, artigos esportivos, artigos religiosos e da flora, doces e embalagens gerais, utensílios de uso doméstico, sementes, mudas, roupas para cama, mesa e banho, mercearias, pastelarias, relojoaria, restaurantes, salão de beleza e tabacaria, dentre outros. O horário de funcionamento é geralmente das 5 às 18 horas, mas aos sábados se encerra às 15 horas e aos domingos às 13 horas.

Na Feira Livre, é mais comum a venda de frutas, legumes e hortaliças, mas também são encontrados biscoitos, animais vivos, mudas de plantas,

condimentos e especiarias, grãos, doces, ovos, queijos, bebidas, carnes defumadas e conservas, dentre outros. Após o encerramento das atividades, os alimentos são cobertos com lonas. Normalmente, o horário de funcionamento da Feira Livre é das 6 às 18 horas. No entanto, apenas nessa parte da Feira, a administração não estabeleceu um horário fixo para a abertura e fechamento devido aos horários das chegadas dos caminhões atacadistas. Eles começam a chegar por volta de 18 horas e continuam até próximo das 7 horas do dia seguinte. Os feirantes permanecem no local, mesmo não existindo clientes, para receber e arrumar as mercadorias dos atacadistas que estacionam seus veículos nos arredores da Feira Livre do mercado.

Na Peixaria, são vendidos diversos tipos de pescado e frutos do mar, como anchova, bagre, badejo, camarões, traíra, cação, caranguejos, corvina, dourado, lagosta, namorado, tilápia, pargo, pescada, robalo, salmão, tainha e caranguejos, dentre outros. O horário de funcionamento é, normalmente, das 5 às 16 horas. A administração alegou que o fechamento da Peixaria tem que ocorrer mais cedo em virtude da lavagem do espaço, realizada pelos agentes da própria Prefeitura, todos os dias, às 17 horas. A administração deixou livre o horário de entrada, mas tenta estabelecer o fim das atividades às 16 horas, o que gera conflito com os permissionários. Após a lavagem, alguns comerciantes tentam permanecer na Peixaria, pois afirmaram que dispõem de pouco tempo para vender todo o pescado.

Uma reclamação recorrente dos comerciantes ouvidos é o fato de que a cobertura de zinco da Feira Livre e da Peixaria deixa o espaço muito quente nos momentos em que as temperaturas estão elevadas, o que favorece a putrefação e reduz o tempo da vida útil dos alimentos perecíveis e *in natura* como pescados, folhas, frutas, legumes e verduras. A Feira Livre, em termos de tamanho, é o maior espaço do mercado. Segundo Freitas (2006, p. 93), “é esse espaço que concentra a mais intensa circulação de público e o maior volume de produtos e negócios”.

Um dado que merece destaque é que mais da metade dos comerciantes (54%) da Feira Livre e da Peixaria relataram que comprem habitualmente alimentos da agricultura familiar e da pesca artesanal local. No entanto, a oferta dos alimentos, oriundos da agricultura familiar e da pesca artesanal do município e de regiões próximas, ainda é pequena para o mercado. Isso acontece devido às dificuldades logísticas para entregar os alimentos, além da dificuldade de garantir a oferta em quantidades satisfatórias. A maioria dos

comerciantes que compra alimentos da agricultura familiar está situada na Feira Livre (66%). Nos outros espaços, Mercado Coberto (17%) e a Peixaria (17%), também são comprados alimentos da agricultura familiar, mas em menores quantidades.

Por fim, destacam-se os aspectos histórico e cultural que o mercado municipal representa na cidade, materializados na permanência desse equipamento urbano, que sobrevive em meio ao surgimento de outros espaços de comercialização de alimentos. Os resultados da pesquisa permitem considerar o Mercado Municipal de Campos em uma perspectiva de patrimônio da cidade, pela manutenção do Prédio Histórico (Mercado Coberto) e pelo papel que as subdivisões que o compõem (Feira Livre, Peixaria e Prédio Histórico) desempenham no cotidiano do abastecimento alimentar da cidade, mesmo apresentando uma estrutura física sucateada, que reverbera nas suas condições higiênicas e na sua aparência.

Considerações finais

O sistema de abastecimento alimentar, no decorrer da história do país, passou por diversos movimentos e ainda existem muitos desafios que precisam ser enfrentados por essa política. Ao longo dos anos, muitas ações e iniciativas foram desenvolvidas pelos governos para levar alimento à população e impedir as mais variadas crises de carestia e escassez de alimentos que perpassaram a trajetória do abastecimento no Brasil, e com um triste *déjà vu*, nos dias atuais, com inflação de alimentos e a volta do país ao Mapa da Fome da ONU, em 2019 (REDE PENSSAN, 2021).

O artigo se ateve mais à etapa da comercialização dos alimentos a partir da descrição da história de um equipamento público voltado para o abastecimento de alimentos e outros tipos de produtos e serviços – o Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes. Assim, buscou-se entender como se delineou a trajetória do mercado municipal, como um equipamento que participa diretamente de uma política de abastecimento alimentar urbano, desde a sua constituição até os dias atuais.

O mercado representa memória e patrimônio cultural material e imaterial para a cidade. Muito embora, desde a sua última reforma, no início da década de 1990, apresente uma estrutura física degradada, que se reflete nas suas condições higiênicas, na aparência do espaço e nas condições precárias de operacionalidade, o mercado resiste em virtude do grande número de

frequentadores, mesmo em meio à existência de outros canais de abastecimento urbano.

Um ponto importante percebido na pesquisa é que as regras informais ditam as relações dos órgãos públicos com os permissionários, o que interfere em seus papéis regulatórios e de fiscalização com os comerciantes do mercado. Nesse sentido, verificou-se que, no mercado, há casos de transmissão por hereditariedade, aluguel, doação e venda dos boxes ou bancas sem o consentimento da Prefeitura. Esses “acordos” informais feitos entre os próprios atores privados e, muitas vezes, sem autorização da prefeitura, com o passar do tempo podem ser legalizados, tornando-se, portanto, “regras formais”.

Na relação da Prefeitura com os comerciantes do mercado, verificou-se uma influência do poder público na condução dos permissionários, pois a indicação dos diretores do mercado é realizada pelo governo municipal. Porém, a gestão pública carece de uma legislação que compreenda o atual cenário em que operam os atores sociais que compõem o mercado.

Por fim, vale ressaltar a importância de um mercado longo como o Mercado Municipal de Campos, que vai além da sua função comercial, e caracteriza-se como um ponto tradicional da cidade, com mais de 100 anos. É um equipamento público que aquece a economia local a partir da grande variedade e volume de produtos alimentícios que oferece aos seus frequentadores, como também é um local de geração de empregos e renda, uma vez que emprega mais de 600 comerciantes/feirantes. Somado a isso, o mercado possibilita um encontro interpessoal entre os comerciantes e clientes, a experiência de participar de relações sociais em coletividade, trocar, difundir conhecimentos, produzir sentimentos de pertencimento comum, estimular a criação da identidade coletiva.

Referências

- ALMEIDA, Lohana Chagas de. *O limite entre o público e o privado na Política Local de Abastecimento: a interação entre os atores no Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

- ALVES, Heloiza Cacia Manhães. *A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes: um projeto político 1930-50*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2013.
- ALVES, Lidiane Aparecida; RIBEIRO FILHO, Vitor. Os Mercados Públicos e a cidade: as transformações do mercado municipal de Uberlândia (MG). *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 12, n. 39, p. 209-225, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16515/9219>. Acesso em: 8 set. 2021.
- ARAUJO, Alexandre Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 561-583, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_feiras_feirantes. Acesso em: 9 set. 2021.
- BELIK, Walter. *Agroindústria processadora e política econômica*. 1992. 219 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- BELIK, Walter; CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o Desenvolvimento Rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 217- 235. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/06/Livro_Politicas_publicas.pdf. Acesso em: 21 un. 2021.
- BELIK, Walter; CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida. Equipamentos públicos de Abastecimento Alimentar no Brasil: trajetória e desafios. In: PEREZ-CASSARINO, Julian et al. (Orgs.). *Abastecimento alimentar redes alternativas e mercados institucionais*. Chapecó: UFFS; Praia: UNICV, 2018. p. 36-59. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/85pnz/pdf/perez-9788564905726.pdf>. Acesso em: 21 jun 2021.
- BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGIDA, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/nWXB3LYccnQHjCbTgq6HHB/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.
- BERCOVICI, Gilberto. A questão agrária na Era Vargas (1930-1964). *História do Direito*, Curitiba, v.1, n. 1, p. 183-226, 2020.
- BITAR, Nina Pinheiro. Patrimônio, trabalho e tempo: o “novo” mercado municipal do Rio de Janeiro. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 15, n. 36, p. 80-114, 2014.
- BRASIL – Serviços e Informações do Brasil. Implantar ou modernizar os bancos de alimentos públicos. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-os-bancos-de-alimentos>. Acesso em: 7 out. 2022.
- CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugênia. *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina 2020*. Santiago: Nações Unidas, 2021. Disponível em:

<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46784-panorama-social-america-latina-2020-resumo-executivo>. Acesso em: 9 set. 2021.

- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Histórico do abastecimento alimentar no Brasil*. Brasília: Nupin; Conab, 2005.
- COSTA, Gustavo Pereira da. *Heranças patrimonialistas, (dis)funções burocráticas, práticas gerenciais e os novos arranjos do estado em rede: entendendo a configuração atual da administração pública brasileira*. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.
- CRIBB, André Yves. Verticalização agroindustrial e gestão cooperativista: em busca de subsídios para estratégias produtivas e comerciais na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. *Anais...* Brasília: SOBER, 2008.
- CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida; BELIK, Walter. Entre o declínio e a reinvenção: atualidade das funções do sistema público atacadista de alimentos no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 435-454, 2012.
- CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida; CAMPOS, Mauro Macedo. Supermercados famintos, mercados locais resistentes: a dinâmica latino-americana e o comportamento do mercado brasileiro. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 23, n. 85, 2022, p. 88-101.
- FAO – Food and Agriculture Organization; CELAC – Comunidade de Estados da América Latina e o Caribe (CELAC). *Seguridad Alimentaria bajo la Pandemia del Covid-19*. México: FAO, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca8873es/CA8873ES.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.
- FREITAS, Carlos Roberto Bastos. *O mercado municipal de Campos dos Goytacazes: a sedução persistente de uma instituição pública*. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LIPSKY, Michel. *Street-level bureaucracy. Dilemmas of the individual in public service*. New York: Russell Sage Foundation, 2010.
- LOTTA, Gabriela Spanghero. *Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família*. 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- MALUF, Renato Sérgio. Abastecimento alimentar no Brasil. In: CONSEA. *Plenária*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/apresentacoes/2012/apresentacao-03-novembro-2012/@download/file/abastecimento-alimentar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

- MENEZES, Francisco; PORTO, Sílvio; GRISA, Cátia. *Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico*. [S.l.]: Centro de Excelência contra Fome, 2015.
- MOURÃO, Ivens Roberto de Araújo; MAGALHÃES, José Sérgio Baima. Breve história do mercado atacadista de hortifruticultores no Brasil. *Revista de Administração Municipal – IBAM*, Rio de Janeiro, n. 271, p. 31-39, 2009.
- OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves; SILVA NETO, Manoel Lemes. Do direito à cidade ao direito dos lugares. *URBE Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, n. 12, 2020.
- PIERSON, Paul. *Politics in time: History, institutions and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Cidades*, Chapecó, v. 3, n. 5, 2006.
- PIQUET, Rosélia; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Nave; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 18-19, 2006.
- REDE PENSSAN. *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*. Belo Horizonte: Instituto Vox Populi, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.
- RODRIGUES, Igor Paulo Ribeiro Dias. *Território e Poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes*. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.
- SALLES, Stéfano. Arrecadação com participações especiais do petróleo tem 5º recorde seguido, diz ANP. CNN Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/arrecadacao-com-participacoes-especiais-do-petroleo-tem-5o-recorde-seguido-diz-anp/#:~:text=As%20participa%C3%A7%C3%B5es%20especiais%20s%C3%A3o%20uma,cebem%20recursos%20de%20participa%C3%A7%C3%B5es%20especiais>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- SILVA, Alberto Carvalho. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, 1995.
- SILVA, Leonardo de Vasconcellos; MIRANDA, Elis de Araújo. De Praça das Verduras a Chá Chá-Chá: imagens de um espaço público em contínua degradação. *Novos Cadernos*, Belém, v. 1, n. 16, p. 191-210, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1071/1778>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- SOUSA, Horacio. *Cyclo Aureo: História do 1º Centenário da cidade de Campos 1835-1935*. Vol. 1. 20. ed. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2014.
- TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas, v. 1, n. 2, p. 21-42, 2005.
- TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, v. 30, n. 61, p. 497-518, 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/4pzvZkq8Cmf54NrbCfC7pCD/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2021.

VARGAS, Heliana Comin. Comércio e cidade: uma relação de origem. In: WORMAN, Karen; OLIVEIRA, Cláudia Leonor (Orgs.). *Memórias do comércio paulista*. 1. ed. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa, 2012. p. 74-79.

Como citar

CAMPOS, Mauro Macedo; ALMEIDA, Lohana Chagas de; ROCHA, Daniete Fernandes. Abastecimento alimentar urbano: a trajetória da política pela perspectiva do Mercado Municipal em Campos dos Goytacazes (RJ). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230215, 20 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_08.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Resenha

Migração, militância e modernidade

Migration, militancy and modernity

 Marcos Paulo Campos¹

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n2-r1>

Resumo: Resenha do livro *MST: como um movimento de "gaúchos" se enraizou no Nordeste*, de Débora Franco Lerrer.

Palavras-chave: resenha; MST; migração; movimentos sociais..

Abstract: Review of the book *MST: como um movimento de "gaúchos" se enraizou no Nordeste*, by Débora Franco Lerrer.

Keywords: review; MST; migration; social movements.

LERRER, Débora Franco. *MST: como um movimento de "gaúchos" se enraizou no Nordeste*. Curitiba: Appris, 2021. 315 p.

A obra de Débora Franco Lerrer chega às nossas mãos quando o Movimento Sem Terra (MST) caminha para celebrar 40 anos de organização política e mudança social no campo. Esse processo foi acompanhado de reformulações nos estudos rurais que deixaram de ser centrais para as ciências sociais no Brasil, mas mantiveram importância significativa em razão da produção agrícola voltada ao mercado externo seguir desenhando os limites e as

¹ Professor do Mestrado Profissional de Sociologia e da Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Pós-doutor pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) com doutorado-sanduíche no International Institute of Social Studies of Erasmus University Rotterdam (ISS-EUR). E-mail: marcospaulo_campos@yahoo.com.br.

possibilidades do agrorreformismo e da industrialização na sociedade brasileira. Os estudos sobre o MST são um campo importante de reflexão intelectual, situado na intercessão entre as análises sobre movimentos sociais e as pesquisas a respeito da questão agrária nacional. Débora Lerrer, ao apresentar um trabalho sobre a chegada do MST no Nordeste como um processo de migração militante, contribui enormemente para a compreensão da nacionalização do Movimento e para o aprofundamento de perspectivas que consideram o fazer dos movimentos sociais pelas ações de seus integrantes (THOMPSON, 1987). Isso se torna ainda mais relevante quando os conflitos dessa construção política são escolhidos pela autora como o fio condutor do entendimento das contingências próprias ao cotidiano dos agentes da transformação social, desmontando olhares encantados ou a atitude engajada que nubla os conflitos em favor de uma imagem idealizada da ação política.

Os deslocamentos de militantes sulistas do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) em direção aos sertões da Bahia, do Piauí, de Sergipe e da Paraíba constituem o percurso analítico de Débora Lerrer na obra em foco. Essa migração militante permite à autora investigar o trânsito social moderno em uma nação da periferia do capitalismo. Nesse sentido, os resultados da tese de doutorado de Lerrer colocam em plano principal as diferenças regionais brasileiras, os processos desiguais e combinados de crescimento econômico e exclusão social e a possibilidade de dirigir esses mesmos processos em favor da democratização política. O caráter provocativo do livro está na reflexão sobre o papel modernizante próprio à migração dos militantes do MST e no questionamento da atribuição de moderno como algo exclusivo ao deslocamento dos sojicultores sulistas em direção ao Nordeste.

Os conceitos de Alain Touraine estruturam as discussões da obra e impulsionam a autora para perceber a ação coletiva do MST como capaz de colocar em questão concepções hegemônicas. Nesse agir coletivo, os laços de apoio e colaboração ganham relevo, com destaque para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude (PJ) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Débora Lerrer captura trajetórias de militantes que nasceram em um terreno de intersecção entre vida religiosa e engajamento político. A autora admite que muitos dirigentes e membros do MST, em algum momento, romperam com um caminho pessoal que desembocaria em sacerdócio ou vida religiosa no interior da Igreja Católica. No entanto, ao

construírem o MST, esses militantes acabaram se valendo dos métodos de organização e ação pastoral do setor progressista do catolicismo.

O catolicismo progressista, como demonstra a autora, propôs um trabalho de organização política voltado às bases empobrecidas da sociedade e obteve forte respaldo popular em razão disso. O sindicalismo rural da década de 1970 foi questionado pelos católicos progressistas que o apontavam como assistencialista, burocratizado e exageradamente institucional. O MST, portanto, também surgiu como um modo alternativo de organização para as populações pobres do campo, sobretudo pela atuação menos verticalizada e mais comunitária. Essa proposta alternativa, muitas vezes, foi apresentada e construída entre os empobrecidos do meio rural a partir da liderança de agentes da pastoral católica ou ex-membros dessa mesma corrente de ação política. A relação do MST com o Estado é uma dimensão que também se apresenta em corte diferenciado da relação entre o sindicalismo rural e as instituições do poder. O Movimento possui maior elasticidade de formas de organização, com destaque para a ocupação de fazendas improdutivas, apresenta uma demanda de acesso à terra por meio de ações no limiar da ordem legal e se propõe a seguir estruturando as comunidades rurais depois de iniciados os projetos de assentamento. Débora Lerrer demonstra que os assentamentos oriundos da luta do MST experimentam novas formas de organicidade, implicando vínculos duradouros com o Movimento para além do momento específico da ocupação de terra.

A formação de vínculos de solidariedade comunitária nos assentamentos do MST, quando colocada em perspectiva histórica, significa uma espécie de novo momento do campesinato brasileiro. Isso fica nítido na reconstrução histórica do problema agrário no país pela qual a autora situa a persistência da concentração fundiária, desde a colônia ao período imperial, e da mobilização social no campo. Débora Lerrer reconhece o nascimento da República como processo não inclusivo para os pobres rurais e analisa o papel do Exército como elemento constitutivo do Estado nacional, mais ou menos em substituição ao rei na defesa da unidade nacional contra a ordem privada. Em seguida, a autora apresenta o período liderado por Getúlio Vargas como assentado em uma flagrante contradição porque o líder gaúcho não queria contendidas com os donos de terras e, ao mesmo tempo, preferia não estimular o êxodo dos trabalhadores do campo para a cidade. O Estado Novo (1937-1945), nascido das fraturas que levaram à ruína o acordo oligárquico que sustentou a

República Velha, foi o responsável por modernizar e industrializar o país em um ambiente de fortes restrições à participação política.

Os anos de 1950 e 1960 aparecem na obra de Lerrer tal como consolidados na literatura da sociologia rural brasileira, ou seja, como um período de efervescente mobilização política no campo (MEDEIROS, 2003). Entre tantas propostas de mudança agrária, o reordenamento fundiário se torna um tema central do debate nacional, recebendo trágica resposta com a militarização geral do ambiente social e político do país a partir do golpe de 1964. A efervescência pré-golpe é violentamente desmontada, reaparecendo nova agitação em favor da democratização da propriedade de terra e das relações políticas no campo no final dos anos 1970. É nesse contexto que as ocorrências da Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul concorrem para a formação do MST.

Os anos de 1980 assistem à constituição do MST como movimento de massas em favor da reforma agrária no contexto da redemocratização. O processo de enraizamento do Movimento se deu por meio da realização de ocupações de terra nos 12 estados representados no I Congresso do MST. Ali ficou estabelecido, segundo a autora, uma tarefa comum aos coordenadores nacionais do Movimento, boa parte oriundos do movimento sindical ou da CPT, que seria retornar aos seus estados e organizar ocupações de terra para fincar a nova organização. Santa Catarina e Rio Grande do Sul testemunharam vigorosamente esse processo, chegando a ter 12 mil catarinenses ocupando terras simultaneamente. Isso ocorreu em paralelo à reconstrução da dimensão institucional da democracia no país que contou com um acordo de elites no qual o agrorreformismo foi escanteado (MARTINS, 1986). Não por acaso, o MST figurou entre as forças sociais de oposição ao governo Sarney (1985-1990).

A percepção de que as ocupações de terra não estavam acontecendo nos estados do Nordeste é o ponto central para a decisão de enviar militantes sulistas para a Bahia. Na terra de Jorge Amado, ocorreu uma espécie de laboratório de mobilização social no qual foi organizada a primeira ocupação de terra do MST no Nordeste. Antes disso, o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* registrava orgulhosamente a organização do Movimento nos estados do Piauí e de Alagoas em trabalhos de formação militante que contavam com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A ocupação pioneira e o período de acampamento colocam em questão a construção da identidade sem-terra a

partir do encontro entre sulistas e nordestinos no interior do Movimento. A autora registra o estranhamento inicial na convivência entre catarinenses e baianos que se dava por choques culturais, sotaques e modos diferentes de encarar a produção agrícola.

O intercâmbio de experiências e saberes entre sulistas e nordestinos foi fundamental para o desenvolvimento das soluções para o cotidiano dos acampamentos e para os processos produtivos e organizativos dos projetos de assentamento obtidos com a luta do MST. Nesse contexto, ganha relevância a relação entre religião e política e as diferenças geracionais, melhor dizendo, de gerações militantes dentro do Movimento. Débora Lerrer afirma que a primeira geração de militantes do MST trazia um componente religioso muito forte em razão da formação recebida na CPT e nas CEBs. A segunda geração também possuía forte componente religioso, mas além disso trazia algumas trajetórias sindicais.

As tensões entre sulistas e nordestinos assumem maior relevância quando se trata da organização da produção. A autora realizou entrevistas nas quais militantes sulistas questionam uma presentificação em excesso por parte dos nordestinos. Segundo os entrevistados, os nordestinos teriam menor preocupação com o futuro, estando mais focados no hoje, na sobrevivência, na garantia de alimento para os filhos. Esse foco nas demandas do presente e no núcleo familiar mais imediato seria responsável pela dificuldade de estruturação de cooperativas e grupos coletivos nos assentamentos do MST na Bahia e nos demais estados do Nordeste.

A percepção sobre a ambição econômica, a capacidade de planejamento a longo prazo e o domínio das técnicas agrícolas são temas que perpassam as análises da autora que identifica trânsitos, trocas e compartilhamentos. Em certo momento, os entrevistados revelam percepções lineares, apontando manejos agrícolas já superados no Sul e vistos como novidades no Nordeste. Entretanto, Débora Lerrer apreende uma espécie de *carpe diem* dos sem-terra nordestinos, ou seja, sua forma de dedicar o tempo da vida mais a festejos, deixando de lado a preocupação com a conduta da acumulação econômica. Esse contexto sofre as alterações modernizantes, promovidas pelo Movimento e, principalmente, pelas políticas públicas que impulsionam processos produtivos e educacionais nos assentamentos da reforma agrária. A obra revela que os projetos de educação do campo foram capazes de alterar percepções em favor de um maior planejamento do futuro das famílias e comunidades assentadas,

mas também trouxe uma valorização excessiva da hierarquia escolar. A migração de militantes do Sul para o Nordeste foi responsável por uma síntese cultural impulsionadora de mudanças em diversos níveis. Isso mudou territórios marcados por terras desocupadas e as vidas de toda uma população anteriormente espremida entre a opção de migrar para o Sudeste ou se contentar a uma pobreza secular.

O trabalho de Débora Lerrer, a despeito de tudo que desvendou, dialogou pouco com a produção intelectual de autores da própria região pesquisada. Teses e dissertações realizadas em programas de pós-graduação dos nove estados do Nordeste colaboraram na constituição de um conjunto significativo de estudos sobre o MST e sua estruturação na segunda região mais populosa do Brasil. Essa lacuna, entretanto, demarca um caminho que pode ser seguido por estudos inspirados no trabalho da autora. Ao final da obra, os leitores podem apreciar um apêndice de reflexões críticas que, segundo Lerrer, foram feitas após a conclusão da pesquisa da tese. Nessas reflexões, a autora aponta limites da reforma agrária nos governos nacionais petistas em tintas tão fortes que dificultam entender por que, na eleição de 2022, o MST optou por lançar candidatos ao parlamento por meio da filiação de líderes sem-terra ao PT. Se os governos petistas impuseram o silenciamento ao tema da reforma agrária, por qual motivo o MST percebeu o PT, no campo dos partidos de esquerda, como um aliado para uma tarefa tão importante? Essa pergunta demandaria aprofundar as intuições do ensaio crítico da autora em uma interessante agenda de pesquisa sistemática.

Outra questão que chama a atenção é a caracterização que a autora faz do governo FHC como involuntariamente mais positivo para a reforma agrária do que o período petista, em razão do foco do presidente sociólogo estar na política de liberalização. Entretanto, Guilherme Delgado (2010, 2013), citado pela autora, oferece pistas em contrário quando expõe em seus tratados a elaboração do pacto de economia política favorável ao agronegócio no contexto da crise cambial de 1999.

Os apontamentos críticos desta resenha não superam o interessante trabalho de Débora Lerrer em pensar o MST como agente da modernização. O MST significou, segundo a autora, um impulso em favor de assentamentos rurais mais eficientes economicamente, constituindo uma luta política centrada em preocupações educacionais e produtivas no estagnado mundo rural nordestino. O Movimento foi ainda mais modernizante por ampliar o horizonte

de futuro no cotidiano de uma base social premida ao presente. Essa constatação e a pesquisa que a sustenta fazem da obra de Lerrer uma referência na agenda de estudos sobre movimentos sociais rurais no país.

Referências

- DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31914>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- DELGADO, Guilherme Costa. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-88, 2013.
- LERRER, Débora Franco. *MST: como um movimento de "gaúchos" se enraizou no Nordeste*. Curitiba: Appris, 2021.
- MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Como citar

CAMPOS, Marcos Paulo. Migração, militância e modernidade. Resenha do livro MST: como um movimento de "gaúchos" se enraizou no Nordeste, de Débora Franco Lerrer. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230205, 7 out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n2-r1>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros

Editores da seção temática:

Arilson Favareto (Universidade Federal do ABC – UFABC)

Rodrigo Constante Martins (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar)

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros

Introdução à seção temática: Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros

Introduction to the thematic section:

Uses of Pierre Bourdieu's theory and Brazilian rural studies

Organizadores

 **Arilson Favareto**¹ •  **Rodrigo Constante Martins**²

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st01

Introdução

Em 2022 completam-se duas décadas desde a morte de Pierre Bourdieu, um dos principais nomes da história do pensamento sociológico, com enorme influência reconhecida em todo o mundo. Essa relevância deriva da ambição e do resultado concreto alcançado pelo empreendimento teórico bourdieusiano: ao longo de sua obra ele procurou, nada menos, do que unificar, de forma renovada, as principais tradições explicativas das ciências sociais e que haviam sido, no decorrer de todo o século XX, tomadas como concorrentes entre si ou,

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (PPGPGT/UFABC). Bolsista Produtividade do CNPq. Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), onde coordena o Núcleo de Pesquisas e Análises sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade. E-mail: arilson@uol.com.br.

² Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista Produtividade do CNPq. Coordenador do Grupo de Pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade. E-mail: rmartins@ufscar.br.

no mínimo, de difícil combinação e conciliação. Bourdieu renova e amplia o uso do conceito de classes sociais e de capital herdados de Marx; faz o mesmo com a ideia de esferas do mundo social de Weber; transpõe fronteiras rígidas entre antropologia e sociologia retomando algo da obra de Mauss; fala das estruturas, sem incorrer em uma ação social sem agente, como era usual em várias abordagens do estruturalismo francês; ao fazer isso recompõe as injunções entre indivíduo e sociedade, tema bastante presente na obra de Durkheim; associa o método etnográfico ao uso de estatísticas; entre tantas outras inovações. E, principalmente, faz tudo isso engendrando um sistema de conceitos robusto e coerente, entre os quais se destacam suas definições de campos, formas de capital, *habitus*. Para muitos não seria exagero imaginar que em futuro próximo o sociólogo francês venha a ser considerado o quarto dos grandes nomes da história da sociologia.

A obra de Bourdieu, no entanto, não se limita às inovações teóricas. Há uma relação direta com a empiria. Esta vinculação necessária termina por tornar tanto mais rigorosa e criativa a leitura de sua obra quanto menos isso se prender à simples sistematização de conceitos. O próprio autor se recusara em diferentes textos e ocasiões a manter-se confinado no debate teórico. Embora existam obras incontornáveis para quem quer entender o pensamento bourdieusiano, como *Esboço de uma teoria da prática* (1972) ou *O senso prático* (1989), é importante lembrar que ele mesmo advertiu em *Esboço de autoanálise* (2004) que suas passagens mais teóricas foram lançadas em notas de pé de página, prefácios ou posfácios. A rigor, seus textos teóricos vão ganhando corpo no adiantado da carreira, mas sempre com fundamento nos estudos empíricos. Somente no livro *Meditações pascalianas* (1997) ele daria respostas teóricas a muitas das críticas que recebeu por se furtar a praticar o que ele classificaria como teórica, prática própria do pensamento escolástico.

Sob o ângulo analítico, portanto, a abrangente e sistemática aplicação do aparato conceitual e metodológico de Bourdieu foi direcionada a vários domínios da realidade empírica: há, em sua obra, uma sociologia dos gostos, a explicação da estrutura e dos modos de funcionamento de campos específicos como o direito, a religião, as artes, a ciência ou a economia. E há obras que se dedicaram especificamente a elucidar aspectos relativos ao que se poderia chamar de mundo rural. Nisso, se destacam dois conjuntos. Uma série de artigos sobre sua região de origem, cada um publicado em uma década (1962,

1972, 1989), e reunidos finalmente no livro *O baile dos celibatários – crise da sociedade camponesa no Béarn* (2002), nos quais um mesmo objeto vai sendo revisitado, à luz de um arsenal interpretativo cada vez mais robusto com o passar do tempo. E a série de trabalhos sobre a Argélia, iniciados ainda na primeira fase de sua trajetória intelectual, em fins dos anos 1950 e que avançaram pela década seguinte: *Sociologie de l'Algérie* (1958); *Travail et travailleurs en Algérie* (1963, em colaboração com Alain Darbel, Jean-Paul Rivet e Claude Seibel); *Le déracinement – la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie* (1964, em coautoria com Abdelmaleq Sayad).

No Brasil, em particular, embora essa importância tenha sido sentida desde cedo e tenha marcado a origem de obras da sociologia rural hoje já tidas como clássicas, como o livro *Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*, de Afrânio Garcia Jr. (1989), talvez seja correto dizer que é a partir da virada do século que se multiplicaram as pesquisas apoiadas em sua obra. Entre outros fatores, contribuíram para isso aspectos relativos ao mercado editorial, com o aumento significativo dos títulos traduzidos para o português, bastante restritos até então; à expansão da rede de instituições de Ensino Superior no Brasil e seus programas de pós-graduação, com a multiplicação no número de profissionais da área de ciências sociais; à maior circulação internacional de pesquisadores que puderam tomar contato com os centros franceses que contavam com presença de intelectuais de inspiração bourdieusiana; e a um fator temporal, à medida que a primeira geração de pesquisadores brasileiros que estudaram com o sociólogo francês foram formando mestres e doutores que multiplicaram os usos de seus trabalhos do lado de cá do Atlântico.

Como frequentemente acontece quando há uma disseminação ampla e relativamente rápida de abordagens teóricas complexas e sofisticadas, contudo, a significativa ampliação dos usos da teoria de Pierre Bourdieu se fez, em muitos países, com alguns deslocamentos analíticos, ou mesmo com a simplificação do entendimento ou uso de sua abordagem (WACQUANT, 1989). No Brasil parece não ter sido diferente. Claro que existem boas referências que escapam a essa crítica, desde o já citado livro de Afrânio Garcia Jr. (1989) até obras recentes de Piccin (2021), Meneses (2018), para ficar apenas em uns poucos exemplos e, com isso, assumindo a falha de que outras importantes referências ficam aqui ausentes. Mas não é raro encontrar outros tantos trabalhos, sobretudo nos últimos dez anos, nos quais predomina um uso

fragmentado de conceitos de entendimento relativamente mais fácil como formas de capital, descolados de outros mais complexos como campos e *habitus*, os quais, juntos e de forma interdependente, é o que permitiria uma aplicação mais completa da teoria bourdieusiana. No caso específico dos estudos voltados aos processos sociais rurais, nos quais deveria haver uma análise relacional, muitas vezes operam olhares marcados pela dicotomia, pela separação entre a dimensão sincrônica e diacrônica dos fenômenos, pela oposição entre estrutura e agência, por um privilégio à evidenciação de conflitos e formas de dominação sem, no entanto, que isso se faça acompanhar de verdadeiro exame das recomposições em curso nessas realidades sob transformação e sobre suas repercussões muitas vezes contraditórias e ambíguas para a condição dos agentes e grupos sociais e suas estratégias.

Este artigo, que abre a Seção Temática da *Revista Estudos Sociedade e Agricultura* em homenagem à obra de Pierre Bourdieu e sua influência sobre os estudos rurais no Brasil, tem, nesses marcos, um triplo propósito. Primeiro, pretendemos destacar inovações da teoria bourdieusiana e seu potencial para pensar as transformações rurais de maneira relacional, para além do que permitiriam abordagens mais tradicionais e de cortes estruturalistas, funcionalistas ou fenomenológicos, perspectivas cujos limites Bourdieu buscou, justamente, superar. Segundo, buscamos enfatizar como ele aplicou essa inovação teórica ao analisar as realidades rurais da Argélia e do Béarn, olhando sobretudo para processos de transformação em conflito, sem, no entanto, restringir-se a uma sociologia de denúncia desses conflitos ou a qualquer forma de saudosismo passadista perante o que se esvaía nessas sociedades em crise. Terceiro, por fim, ao apresentar os demais artigos que compõem esse dossiê e suas contribuições para o entendimento das especificidades do Brasil rural, avançamos também, a título de conclusão, um esboço de balanço dessa produção e arriscamos algumas ideias e questões para uma agenda renovada de estudos de inspiração bourdieusiana sobre esse rural brasileiro. Nesses três movimentos há um fio condutor: a afirmação de que a principal potência da obra bourdieusiana consiste em pensar os processos de mudança e de transformação social, algo que muitas vezes é obscurecido pela classificação tão usual de sua obra como uma sociologia das formas de reprodução social.

Inovações da teoria de Pierre Bourdieu e seu potencial para explicar os fenômenos rurais

Aqueles que não estão familiarizados com a obra de Bourdieu encontram um rico material para entender as inovações por ele introduzidas no pensamento social em obras como *Meditações pascalianas* (1997) e, talvez principalmente, em seu *Esboço de autoanálise* (2004). Ali há um exercício de reflexão que, bem fiel à maneira bourdieusiana, objetiva o sujeito da objetivação, de forma a superar a usual separação entre sujeito e objeto, analisando criticamente as motivações, armadilhas e deslizamentos deliberados ou não conscientes que envolvem o empreendimento científico.

Para bem compreender os avanços analíticos por ele alcançados é preciso sempre recorrer às articulações em movimento entre as dimensões teórica e empírica de sua obra, como mencionado anteriormente. Por exemplo, o conceito de *habitus*, abordado mais adiante e que seria formalizado somente bem mais tarde, embora ainda não denominado dessa maneira, tem sua gênese já em seus trabalhos de campo, particularmente nos primeiros, realizados na Argélia no final da década de 1950, e na pesquisa no Béarn, sua terra natal, no início da década de 1960. A noção de violência simbólica trabalhada nestes estudos também vai evoluindo e sendo refinada em trabalhos posteriores. O conceito de capital cultural resulta dos estudos sobre o sistema de ensino, desde a fase dos trabalhos com o Jean Claude Passeron, da segunda metade da década de 1960, até *A nobreza de Estado* (1989).

Os exemplos são vários. E quando se realiza este percurso é possível compreender, inclusive, como e por que muitos dos conceitos vão se modificando ao longo do tempo. Sabidamente, o conceito de *habitus*, presente embora não anunciado nos estudos sobre a Argélia e o Béarn, não possui definição idêntica àquela empregada, por exemplo, no *Homo academicus*, da década de 1980. E esta diferença está relacionada não apenas com o amadurecimento intelectual do autor, mas também – se não principalmente – com a própria historicidade e trajetória dos objetos e dos estudos empíricos. A dimensão histórica e concreta das articulações empíricas e conceituais é simplesmente incontornável, como bem se vê em seus estudos sobre classes sociais e hábitos culturais como *A distinção* (1979), *O amor pela arte – estudo da frequência aos museus* (1966) ou *As regras da arte* (1992). Esse complexo repertório de estudos forneceu suporte ao intento científico de Bourdieu de lançar suspeição aos “grupos sociais teóricos”, ou às “classes sociais no papel”. Como

ele próprio enfatizou em *Razões práticas* (1994), sua investida científica se inspirava na convicção de que não se pode saber a lógica mais profunda do mundo social sem encontrar a particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada no tempo e no espaço, e que serve sempre à pesquisa como um caso em um universo finito de configurações possíveis.

Nos parágrafos seguintes não se trata de sintetizar essas contribuições e suas amplas relações com um variado conjunto de estudos empíricos nos quais elas foram não só aplicadas mas também forjadas, e sim de, mais modestamente, mostrar como algumas dessas inovações foram sendo formuladas e como elas podem ser especialmente úteis para se pensar processos de transformação social no mundo rural e, em particular, no mundo rural brasileiro. E isso será feito sob a forma de quatro afirmações esquemáticas, por meio das quais procuramos chamar a atenção para formas de utilizar a teoria bourdieusiana e que nem sempre são aquelas que predominam em um contexto de disseminação de seus usos.

Primeira afirmação – não se compreende o que se costuma chamar de mundo rural apenas em seus próprios termos, mas privilegiadamente em sua relação com outros campos ou domínios do mundo social

Quando Bourdieu retoma o conceito de esferas do mundo social de Weber e cunha o seu conceito de campo, ele introduz aí várias inovações. Com Weber, trata-se de compreender que o mundo social é composto por vários domínios que se estruturam segundo regras próprias e que precisam ser bem compreendidas em seus próprios termos, para além dos grandes processos sociais que marcam cada época como o espírito do capitalismo e o crescente processo de racionalização e desencantamento do mundo; a esses domínios o sociólogo alemão havia chamado de esferas do mundo social. Para além de Weber, contudo, trata-se de compreender que essas esferas são apenas relativamente autônomas, pois entre elas operam permanentemente uma variedade de interpenetrações e interdependências; que em cada uma delas, e justamente por meio dessas interpenetrações, os indivíduos usam recursos acumulados em outras dessas esferas; e que há hierarquia dentro dessas esferas e entre elas, a partir das quais os indivíduos buscam sempre lançar mão de estratégias destinadas a manter ou, se possível, melhorar sua posição relativa – a essa unidade ampliada, portanto, em relação à formulação original weberiana em seu escopo e dinâmica, o sociólogo francês chamou de campos.

Essa distinção inicial já permite sublinhar a necessidade de que se olhe para o mundo rural como um campo completamente interdependente e mesmo subordinado, nos tempos atuais, ao mundo urbano. Isso não significa – como faz, por exemplo, a sociologia urbana ou mesmo a sociologia rural que se apoia em versões menos sofisticadas do chamado *continuum* urbano-rural – explicar o rural *pelo* urbano, como se as realidades ou modos de vida rurais estivessem apenas à espera da urbanização ou fossem mero espaço de manifestação de processos sociais, econômicos ou políticos derivados do mundo urbano, sem que seja necessário analisar ou reconhecer o caráter ativo de variáveis representativas de seus elementos internos e que lhe são característicos. Mas não significa, também – como faz, por exemplo, uma sociologia rural que se apoia na dicotomia entre o urbano e o rural –, olhar para a realidade rural como algo antagônico ao mundo urbano, ou como espaço comum de resistência ao que emana da economia e da sociabilidade urbanas, tomando-as apenas como ameaça e forças externas. É preciso – e é justamente isso o que reivindica a abordagem bourdieusiana – uma *análise verdadeiramente relacional*, baseada nas formas de interpenetração e de interdependência entre esses dois domínios.

Não é por outra razão que, ao falar dos camponeses do Béarn, foi preciso compreender os efeitos do processo de urbanização sobre a mobilidade social, sobre o mercado matrimonial, sobre as mudanças demográficas, seus efeitos para a transmissão do patrimônio e para as formas de reprodução social daqueles agentes.

Ao investigar as relações entre os sexos na sociedade camponesa do Béarn, Bourdieu alcançou níveis profundos de desenraizamento contínuo das formas de existência material e simbólica deste campesinato. Por meio dos desencontros entre os sexos, pôde descrever a disjunção traumática entre as competências e expectativas inscritas no corpo do homem rural e os desejos de emancipação das mulheres locais. Mais expostas à influência cultural da cidade, porque eram obrigadas a migrar para estudar, já que o sistema de transmissão do patrimônio fundiário das famílias reservava essa herança aos homens, elas ampliaram suas possibilidades de apreensão do mundo e de delineamento de seu campo de possíveis. Isso incluiu o domínio da leitura, o acesso aos jornais e revistas, o alargamento dos horizontes do gosto. Estas mulheres passaram a perceber e avaliar esses homens através de lentes urbanas que desvalorizavam radicalmente os seus modos de existência originais. Com a unificação do mercado matrimonial, e com a cidade e seus símbolos representando uma

possibilidade de emancipação, a mulher se tornaria o Cavalo de Troia daquela sociedade camponesa. E, *pari passu*, os efeitos das categorias urbanas de julgamento foram se projetando sobre o reconhecimento do homem camponês a respeito do seu próprio mundo, com implicações decisivas sobre seu comportamento e mesmo sobre a estética de vida cotidiana. O exemplo maior deste processo seria, para Bourdieu, a do baile de Natal, quando, dominado pela vergonha de si e do seu corpo, o homem camponês consolidaria a visão de si próprio através dos olhos dos dominantes, vivenciando os seus modos de pensar, de sentir e de se comportar como degradados e degradantes.

Com efeito, por meio de uma aparente alteração estrita no julgamento estético, Bourdieu consegue desvendar a transformação profunda que atingiu todas as dimensões daquela realidade local, desafiando as tradições e forçando recomposições nas formas de posicionamento destes agentes. Também é exatamente pela necessidade de um olhar relacional que a análise da condição camponesa na Argélia feita por Bourdieu partia dos efeitos, mas também das recomposições decorrentes das tensões entre estruturas econômicas e estruturas temporais, aquelas baseadas na tradição, e aquelas que então introduziam o cálculo, a vida monetária, a organização do tempo e das expectativas pressionando as tradições constituídas e encetando mudanças de comportamento, o que leva à segunda afirmação.

Segunda afirmação – as mudanças relacionais vividas pelo mundo rural em uma sociedade cada vez mais urbanizada provocam constantes mudanças nos modos de ser e de viver

Em um mundo em crescente processo de urbanização, a dominância (nunca absoluta e sempre relacional) do urbano sobre o rural vai assumir distintas formas: econômicas, políticas e, sobretudo, simbólicas. Isso não equivale a dizer que houve ou haverá um apagamento do rural nem que é possível sua preservação intocada – sempre ocorre uma resignificação. O que se passa é que, nesse processo, novas funções são exigidas desse mundo rural pelas e para as sociedades urbanas. E novos atributos são exigidos desses habitantes do mundo rural, para poderem se reposicionar perante a essas mudanças. Aqui entram em cena dois outros conceitos inovadores da sociologia bourdieusiana: formas de capital e *habitus*.

Quando Bourdieu retoma o conceito de capital de Marx, tal como ele havia feito com certos componentes da sociologia weberiana, há, também aqui, uma

ampliação e uma atualização. Por ter vivido um século depois de Marx, Bourdieu entendeu que não é só o capital econômico o que importa na dinâmica do capitalismo e que outros trunfos ou ativos também podem ser mobilizados pelos agentes em suas estratégias de reprodução social: o capital cultural, o capital político, o capital social, o capital simbólico, ou outras formas de capital mais típicas de cada campo e neles valorizadas (como o capital científico, entre cientistas e intelectuais). E também por ter vivido uma outra etapa do desenvolvimento capitalista, Bourdieu pôde compreender que a clivagem analítica e política baseada nas duas grandes classes fundamentais – capitalistas e trabalhadores – era insuficiente para instrumentalizar o entendimento das sociedades contemporâneas, muito mais complexas e heterogêneas. Isto é, não se trata de dizer que não existem mais classes sociais, mas sim que as distintas formas de classificação não se resumem, como fazia mais sentido à época de Marx, à posição ocupada pelos agentes no mundo da produção, e sim às várias possibilidades de interpretação e posicionamento na (e diante da) realidade social.

Justamente por isso Bourdieu mostrou também que as formas de posicionamento dos agentes não se resumem à simples posse de um coquetel de capitais, como erroneamente interpretam alguns, e que, tanto quanto o acesso e uso desses recursos, importam também o que se faz com esses capitais, e como se estrutura e funciona a disposição para acumular ou não esses recursos. É para a explicação desse componente das formas de ação social que se formula o conceito de *habitus*, como disposição a agir. O *habitus* bourdieusiano assume, como em Marx, que há algo de não consciente na ação dos sujeitos, mas vai bem além da definição marxiana de ideologia ou dos conceitos de alienação e estranhamento, sem necessariamente rivalizar com eles. A definição de *habitus* também admite, como em Weber, que a ação social, para além da razão instrumental, pode sustentar-se na tradição ou em valores; mas vai além, ao tentar explicar como as disposições a agir de determinada maneira resultam não só de formas de dominação que lhes são correspondentes e que estruturam a tipologia weberiana, mas também e principalmente da própria trajetória social dos indivíduos e suas experiências. Por ser, ainda, da geração posterior a Freud – com quem, diga-se de passagem, há um diálogo presente, mas implícito ao largo de sua obra –, Bourdieu pôde se valer da ideia de que o inconsciente importa e buscar compreender os determinantes sociais dessa ação não consciente. Mais do que isso, procura ainda explicar como e por que esse *habitus*

está sempre em movimento, revelando, mais uma vez, que não se trata somente de reprodução, e sim de permanente recriação, em forma ativa e em interação direta entre estrutura e agência, vendo o *habitus* como estruturas, a um só tempo estruturadas e estruturantes.

O conceito de *habitus* é o menos sistemático e talvez seja também o mais complexo do pensamento bourdieusiano. Prova disso é que há muito mais definições diferentes sobre ele ao longo de sua obra do que no caso dos conceitos de campos e formas de capital. Também sua operacionalização é muito mais complexa: não é simples capturar e sistematizar regularidades relacionadas às formas de classificação do mundo social pelos agentes e sua tradução em disposições a agir desta ou daquela maneira em processos que são dirigidos tanto por fatores objetivos como subjetivos, conscientes e não conscientes. Para os efeitos dessas notas, basta dizer que essas disposições são sempre e permanentemente afetadas e transformadas pela trajetória e pela experiência social dos indivíduos.

Se os campos sempre mudam, por suas contradições internas e pelas tensões com outros domínios da vida social, é, pois, evidente que haverá, nesse movimento, sucessivas dessincronizações e recomposições entre campo e *habitus*. Essa expressão é do próprio Bourdieu, quando relata o desencaixe que a introdução do cálculo e da monetização da vida social produz no *habitus* das sociedades tradicionais argelinas, algo visto, por exemplo, no espanto de um velho camponês quando seu filho reivindica, agora, uma retribuição monetária pelo tempo que terá que dispensar ao trabalho nas terras da família, algo, por sua vez, compreensível quando se toma por critério as exigências e necessidades dos jovens em uma sociedade na qual o acesso a espaços e a experiências vai passar, cada vez mais, pelo consumo de bens e de sensações para as quais o dinheiro importa. Para os mais velhos, isso representava uma anomalia no universo de reciprocidades que organizava a vida social até então, no qual o trabalho comunitário e familiar era regido por outra lógica. Mas para as gerações mais recentes, o dinheiro passava a ser mesmo uma condição para sua inserção e reprodução em um mundo novo que se mesclava ao mundo das tradições, forçando sua recomposição. É assim que um aparente antagonismo se revelava então como unidade, com suas ambiguidades e interpenetrações contraditórias e conflitivas e que só poderiam ser compreendidas relativamente, a partir da reconstituição da rede de interdependências que sustentam o real e as perspectivas diferenciadas de cada agente, por sua vez,

tributárias de sua posição nas estruturas de um campo onde o velho e o novo se confrontam permanentemente.

Terceira afirmação – as mudanças provocadas nunca são unívocas ou isentas de contradições e ambiguidades, daí a necessidade de compreendê-las, dando igual atenção às estruturas que condicionam a ação e às formas pelas quais a ação social exerce a margem de liberdade que existe para cada indivíduo, apesar dos condicionantes estruturais

Bourdieu inovou também em vários aspectos metodológicos. Mas é preciso lembrar que não existe método sem teoria. Bourdieu disse certa vez que não se pode reencontrar o real combinando duas abstrações – uma teórica, outra metodológica. O método é a forma de operacionalizar os conceitos, convertidos em variáveis que se possa manejar empiricamente por meio da pesquisa aplicada. Cada teoria pede um método coerente com ela. Sobre isso, há dois aspectos que se pode destacar nas contribuições, portanto, inseparavelmente teóricas e metodológicas de Bourdieu.

O primeiro é, como já foi dito, a maneira engenhosa como ele vai associar a produção e o uso de estatísticas ao método etnográfico. Esses dois tipos de instrumento de coleta e organização de dados raramente andam juntos, mas, quando combinados em um método, oferecem uma poderosa maneira de reforçar e complementar o tratamento quantitativo e qualitativo daquilo que se quer compreender por meio de diferentes instrumentos de objetivação. A observação etnográfica pode ser convertida em análise relacional com apoio de métodos estatísticos e sua quantificação tomar a forma da representação esquemática – é o que dá origem aos tão conhecidos gráficos bidimensionais como visualização dos campos e, neles, do posicionamento diferenciado dos agentes em sua hierarquia interna como espaço estruturado dos pontos de vista. E os dados estatísticos disponíveis podem ser interpretados ou reclassificados à luz do olhar etnográfico, permitindo maior elucidação dos determinantes da ação social dos indivíduos, indo além da simples morfologia ou de uma sociografia classificatória meramente derivada e dependente dos números.

O segundo aspecto a destacar diz respeito às etapas explicativas. Enquanto antes de Bourdieu as principais correntes do pensamento social se dividiam entre dar ênfase às estruturas ou à ação, em sua obra essa dicotomia é transformada em dois momentos da análise. Isto é, não importa por onde se comece, mas em todo caso será sempre preciso: entender como as estruturas

condicionam e delimitam o espaço de liberdade de cada agente e, a partir daí, como os agentes usam esse pequeno espaço de liberdade que lhes resta para levar adiante suas estratégias; ou, inversamente, começar explicando como se dá a ação social dos agentes e, a partir daí, quais são os determinantes estruturais que operam em seu constrangimento, evidenciando o campo de possíveis no qual ela se deu.

Esse tipo de posição metodológica é o que permitiu a Bourdieu distanciar-se tanto da ingenuidade do racionalismo e das vertentes dominantes do chamado individualismo metodológico, que transformam uma das possibilidades de ação social – a ação racional e autointeressada – na única forma de ação social possível, como também da tradição estruturalista na qual quem age nunca são os indivíduos reais, e sim as estruturas que estariam sempre a operar por meio deles. É isso o que permitiu também uma abertura para se compreender a pluralidade, a heterogeneidade e o caráter não preditivo da ação social, a qual, ainda que condicionada socialmente, nunca é predeterminada. De maneira fiel à melhor herança marxista, é preciso o exame concreto das condições reais da ação social, entendendo a dialética das contradições.

É por essa razão que, em Bourdieu, se há sempre uma busca por elucidar os mecanismos de dominação, não há, por outro lado, exaltação de práticas ou personagens, algo muitas vezes presente em uma sociologia de denúncia, na qual certos movimentos ou grupos sociais são apresentados como polo íntegro e isento de contradições e ambiguidades, responsáveis pela defesa de um universo visto como antitético ao mundo do capital, da razão ou da modernidade. Nem há vitimismo ou nostalgia de um mundo em vias de transformação, embora sem abrir mão da necessidade de evidenciar o ponto de vista desses agentes dominados e suas práticas. Para além disso, Bourdieu convida a examinar: qual a pluralidade de reações possíveis e postas em movimento ante a processos de dominação; em que bases eles se sustentam, muitas vezes contando inclusive com a adesão (sempre constrangida, é claro, mas também consentida, tantas vezes) de parcelas desse mundo dominado; quais as contradições e ambiguidades que se estabelecem entre dominantes e dominados, mas também entre dominantes e entre dominados – vale lembrar do recurso tantas vezes usado por Bourdieu e de seu alerta para a necessidade de reconhecer e explicar as frações dominadas dos grupos dominantes, ou as frações dominantes dos grupos dominados.

Mais uma vez voltando aos exemplos de seus estudos sobre o Béarn ou sobre a Argélia, não é por outra razão que Bourdieu deu ênfase a clivagens internas a grupos dominados e como essas clivagens ajudaram a entender a natureza e o sentido das transformações, como no caso das diferenças de gênero, no primeiro caso, ou das diferenças geracionais, no segundo, e como elas são, a um só tempo, efeito e suporte das mudanças que abalam os quadros tradicionais daquelas sociedades rurais. No contexto destes estudos, o objeto de Bourdieu poderia ser definido como a inadequação das estruturas econômicas em mudança às disposições, representações e valores do campesinato argelino, socialmente soado, distante do senso prático dos mercados urbanos. O sentido de inadequação e a noção de senso prático servem à Bourdieu como importante caminho para a recusa dos enfoques de aculturação e, principalmente, do argumento positivista dos obstáculos culturais à modernização. Como bem observou Lahouari Addi (2002), trata-se de uma modalidade de “sociologia das disposições temporais”, recorrendo à espacialidade e à história, e propondo ir além dos essencialismos, fossem eles materiais ou culturais.

Expandindo o argumento, os fenômenos que os estudos rurais contemporâneos vêm aprisionando nas fronteiras das vagas noções de *continuum* ou de dicotomia rural-urbano, talvez possam ter a interpretação enriquecida se analisados em termos de campo dos possíveis nos contextos territoriais. Ou seja, se compreendidos na malha de relações que tecem o local nas interdependências e interpenetrações com outros espaços, atravessados por formas de capital e disposições que não podem ser construções apriorísticas. Tal como fizera Bourdieu em sua crítica ao utilitarismo e à teoria da escolha racional, convém considerar que mesmo o *habitus* não encerra as margens de liberdade dos agentes. A ideia de que o capital econômico seja *a priori* força motriz do moderno, do *continuum*, ou inversamente, que o rural é apenas o local da oposição e resistência a essa força, é algo que tornam opacas à análise as manifestações e alcances de modalidades concorrentes de outras formas de capital simbólico e de exercício da violência simbólica. Reconhecer o capital econômico como forma dominante de capital nas sociedades modernas, não implica reduzir todos os processos e feitos sociais à sua lógica. Aceitar isso, seria fortalecer a própria economia como campo do saber dominante nas ciências sociais, impondo os condicionantes econômicos como forma única de racionalidade, com prejuízo aos fenômenos da cultura e da política, por exemplo, que ora delimitam, ora borram fronteiras territoriais.

Ao abordar essas contradições e ambiguidades, Bourdieu e os estudos bourdieusianos de boa cepa estão ampliando as possibilidades de entendimento das formas sociais de dominação. Trata-se de compreender que somente o exame profundo da heterogeneidade na manifestação social dos processos de dominação e o entendimento de suas contradições e ambiguidades é o que pode reconciliar os agentes com as condições nem sempre visíveis e conscientes de suas práticas, desvelando a intransparência básica que marca o mundo social e viabilizando, por aí, a ampliação de sua capacidade de agência sobre esses mesmos condicionantes não conscientes de sua ação.

Quarta afirmação – inovações temáticas no campo dos estudos rurais, tal como as implicadas nas articulações entre palavras-chave como ruralidades e ambiente, demandam esforços de interpretação que recuperem a gênese de disposições duráveis que se renovam e se reinventam em termos históricos e territoriais

No campo da sociologia rural, a entrada em cena da moderna questão ambiental como eixo de construção de novos objetos data do final da década de 1970. No caso brasileiro, isso se dá quase duas décadas mais tarde. Notadamente, o debate relativo à sustentabilidade socioambiental dos espaços rurais se organizou, ao menos no âmbito das políticas de Estado, em torno da classificação essencialmente econômica das experiências sociais sobre os territórios. De modo geral, não tem sido senão através das categorias econômicas que se tem discutido politicamente a sustentabilidade dos recursos sociais e naturais dos territórios rurais. Este foi o caso, por exemplo, do encaminhamento nas duas últimas décadas de propostas de políticas públicas voltadas ao zoneamento econômico-ecológico para a exploração dos recursos naturais, ou mesmo o caso da promoção de externalidades econômicas positivas decorrentes do reflorestamento e da conservação do solo. Ademais, a elaboração de indicadores quantitativos ponderados por meio de critérios de escassez, a tentativa de mensuração da disponibilidade da sociedade em pagar pela preservação ambiental e a construção de mercados para os serviços ambientais dos ecossistemas rurais têm sido apresentadas como rumos inequívocos da moderna gestão socioambiental dos territórios.

É claro que também aqui há as exceções. Nos estudos aplicados sobre o rural brasileiro, a introdução da variável ambiental como critério incontornável dos processos sociais rurais, no âmbito daquilo que se convencionou chamar de nova

ruralidade, há autores (alguns deles sem necessariamente utilizar o referencial teórico bourdieusiano), que sempre chamaram a atenção para aspectos como: as articulações entre esse reposicionamento da questão ambiental com os modos de vida de agricultores, como na obra de Maria Nazareth Baudel Wanderley e Maria José Carneiro; a essencialidade não redutível a aspectos monetizáveis de certas funções do mundo rural, como bem apontou José Eli da Veiga; as repercussões multidimensionais, das novas relações entre sociedade e natureza, para além da economia e dos usos econômicos dos recursos naturais, como nos vários trabalhos de Ricardo Abramovay.

Apesar disso, e voltando ao âmbito da política de Estado, a simples separação, que durante muito tempo vigorou no caso brasileiro, das atribuições de gestão dos espaços rurais em dois ministérios, um voltado à agricultura convencional e outro à agricultura de base familiar, sendo o segundo claramente periférico em relação ao primeiro, é mostra de como a visão economicista prevaleceu. E mesmo no âmbito da estrutura governamental dedicada à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, é forçoso reconhecer que a principal política tinha um caráter marcadamente econômico: um programa de crédito que pressupõe certo privilégio da via econômica como estruturador das demais dimensões da vida social rural.

Uma interpretação sobre a consolidação de enunciados econômicos no debate político contemporâneo acerca da questão ambiental e do desenvolvimento rural requer, dentre outros, o aprofundamento analítico sobre o papel das estratégias de classificação no bojo do processo de autonomização relativa do campo econômico. Neste sentido, tal como sugere Bourdieu em *As estruturas sociais da economia* (2000), em termos de nominação das relações e ordem sociais, a teoria da utilidade marginal consiste em um fato histórico-cultural, base sobre a qual as sociedades ocidentais vêm se experimentando desde o início do século XX. Interage, em sentido lato, com as atividades de classificação das experiências sociais – dentre as quais, as experiências de acelerada degradação ambiental dos espaços rurais promovida pela chamada Revolução Verde na agricultura.

Diante da situação de hegemonia teórica dos pressupostos do utilitarismo econômico na elaboração e condução das políticas público-ambientais no rural brasileiro, vale resgatar as críticas empírico-analíticas lançadas por Bourdieu em face do colonialismo e da tentativa de gestão dos corpos (e das formas de agir e pensar) mediante a universalização do *homo oeconomicus*. No caso do estudo sobre a crise da agricultura tradicional na Argélia, Bourdieu destacou o

quão limitante e violenta poderia ser a universalização das expectativas em torno do comportamento de um agente social abstrato e idealizado – o *homo oeconomicus* do pensamento marginalista, lançado pelas autoridades coloniais como referência para impor a ideologia da modernização no contexto colonial.

Para revelar o abalo destas referências sobre os quadros locais de sociabilidades, o autor resgatou o papel desempenhado pelo conjunto dos saberes empíricos nas práticas daquele campesinato. As categorias econômicas capitalistas – tais como a previsão, a organização técnica do trabalho, o crédito e a troca monetária –, ao serem confrontadas com a consciência temporal camponesa, foram por esta assimiladas não através de sua essência ou *tipo puro*. Ao contrário, tais categorias foram depuradas pelas noções de previdência, de ajuda (baseada em laços de consanguinidade reais ou fictícios) e de troca de dons com base na tradição do grupo social.

As trocas culturais efetuadas entre estruturas temporais distintas promoveram, neste caso, uma nova conjuntura social sem o predomínio indistinto da ideologia colonial ou mesmo do tradicionalismo local. Do jogo de oposições e valores da economia simbólica resultou aquilo que Bourdieu e Sayad, em *Le deracinement* (1964), denominaram de *coexistência dos contrários*. Esta coexistência, limitada ao que mais adiante Bourdieu designaria por campo dos possíveis, evidenciaria formas de mudança social e de composição de novos *habitus*, repercutindo sobre a construção de visões prospectivas acerca dos espaços sociais específicos.

Neste sentido, a possibilidade de coexistência de distintos *éthos* e da composição de novos *habitus* que resignificam categoriais econômicas é não apenas possível, mas absolutamente pertinente para a construção de visões prospectivas sobre o comportamento dos grupos sociais ante as novas temporalidades que a mercantilização dos recursos naturais incita. Como indica a sociologia bourdiesiana, os indivíduos não podem ser concebidos como simples estátuas econômicas, posto que também são agentes políticos, culturais e pessoas morais, com motivações, interesses e libido construídos relacionalmente. No rural brasileiro, há formas de violência de matriz colonial cujas motivações não se reduzem aos cálculos abstratos do *homo oeconomicus* neoclássico. E esta violência se faz valer também (e não apenas) no acesso e uso dos recursos naturais. Violência simbólica (tácita, cristalizada, história tornada natureza), que chega às práticas de uso dos recursos naturais, mas passa pela propriedade privada da terra e tem seu enraizamento em nossa história colonial e escravocrata.

É certo que recorrer a estas disposições de nossa história colonial e escravocrata não esgota a explicação. Não se trata de tomar este fato histórico colonial como fato social genérico ou generalizante. Este é apenas um dos possíveis pontos de partida. E há sempre o risco de incidir no polo oposto, com certa reificação de modos de vida tradicionais, atribuindo a esses agentes comportamentos e expectativas que, de fato, não são deles, e sim de quem busca alguma forma quixotesca de resistência ao que tantas vezes se chama genericamente de “mundo do capital”. A obra de Bourdieu sempre foi um convite a fugir da simplificação explicativa e das generalidades abstratas. Faz-se necessário produzir estudos que compreendam as mediações concretas para a atualização destas disposições. E esta atualização dependerá de estudos empíricos que busquem a ampliação das estratégias de ação no escopo do *habitus* e de suas articulações com as mudanças nos campos, tomando este também como estrutura estruturante de novas práticas.

Olhares sobre o rural brasileiro em diálogo com Bourdieu: contribuições e questões para uma agenda renovada

Os artigos reunidos nesta Seção Temática publicada como homenagem à obra de Pierre Bourdieu e sua importância para os estudos rurais mostram que, ao menos em parte, aspectos mencionados nas páginas anteriores foram e vêm sendo operados em pesquisas sobre o mundo rural brasileiro.

O texto de Afrânio Raul Garcia Jr. e Marie-France Garcia Parpet, “Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos – ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil”, condensa de maneira exemplar uma explanação sobre como as principais inovações do pensamento bourdieusiano foram cruciais para a estruturação de um pensamento original acerca das transformações sociais por que passava o Brasil rural a partir do esforço de modernização e de urbanização que o país experimentava no último terço do século XX. Com esse propósito o artigo recupera as formas de articulação entre trabalho etnográfico e uso de estatísticas empreendido por Bourdieu em seus trabalhos sobre a Argélia e como isso influenciou uma geração de pesquisadores, destacadamente aqueles reunidos no âmbito do Museu Nacional. O artigo mostra o processo de desenraizamento das clientelas vinculadas às *plantations* açucareiras, expulsas para periferias das cidades, e também como essa situação, em vez de fazer desaparecer, aprofundou a hierarquia herdada das relações típicas expressas na

oposição entre casas-grandes e senzalas. Ali se pode ver uma análise que articula o entendimento dos modos de dominação em transformação e como, nisso, se dão continuidades, mas também recomposições no mundo social, nas hierarquias e nas estratégias dos agentes.

A importância do artigo, no entanto, vai muito além de recuperar essa influência e mostrar seus resultados em termos de produção de conhecimento sobre o rural brasileiro. Nele se podem ver faces da estruturação deste campo científico, como o papel da circulação internacional de intelectuais e as formas de se converter capitais e construir legitimidade entre pesquisadores e instituições de pesquisa, entre outros. Com isso, o autor e a autora, referências para todos nós que nos dedicamos a esse campo de estudos e que buscamos aprender com a obra de Bourdieu e seus usos, fazem justamente aquilo que o sociólogo francês tanto reivindicava como necessário: um exercício de autoanálise sobre as condições mesmo do fazer científico. Nesses termos, o artigo exemplifica como é errôneo e limitante confinar certas abordagens em estruturas classificatórias rígidas: este não é um texto de sociologia rural, pois há ali uma teoria social, há elementos de uma sociologia da ciência e de uma sociologia dos intelectuais, entre outras variantes. Trata-se, portanto, de um artigo completo, à luz do que se mencionou antes como potências e desafios trazidos pela obra de Bourdieu.

O texto seguinte, de Patrícia Alves Ramiro, tem como título “O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste e o acesso à condição camponesa numa perspectiva bourdieusiana”. Há, nele, claro fio de continuidade com a tradição de estudos esmiuçada no artigo anterior. A autora explora um conjunto de considerações de natureza epistemológica, mas também empírica, relacionadas à pesquisa sobre estratégias de reconversão social de famílias que passam da condição de moradores em terras de usina para aquela de assentados de reforma agrária, a partir da situação de falência da empresa, situada no Brejo paraibano. Na nova condição, pode-se compreender como se dá a reconstrução de subjetividades a partir de experiências de desenraizamento, por parte de operários da usina e trabalhadores rurais, e também como mesmo experiências de desclassificação social, como aquela experimentada pelos antigos proprietários, são manejadas em tentativas de recomposição e reconversão social. Fiel à tradição de estudos sobre essa problemática e sobre essa região símbolo das mudanças sociais do rural brasileiro, o leitor encontrará aqui uma boa mostra de uso do trabalho etnográfico para desvelar transformações

estruturais de mais amplo alcance e de como se pode, através de um exame minucioso de aspectos relativos à ordem do subjetivo, objetivar as condições em que estão imersos os agentes e suas práticas.

Maria Catarina Zanini e Miriam de Oliveira Santos, no artigo “Colonos italianos no Sul do Brasil – reflexões a partir da obra de Bourdieu”, como o próprio título já indica, nos levam à análise de uma realidade social relativamente distinta. Muda a história regional em tela e suas articulações com os modos de dominação. Muda também algo relativo à origem social dos personagens. Mas há convergência na recorrência de problemas e as formas de interpretá-los. De início, as autoras mostram como o exame concreto desses processos permite ir além da visão homogeneizante sobre o que seriam as regiões marcadas pela imigração: por meio da análise de duas realidades regionais distintas, fica claro como categorias abstratas precisam ser historicizadas e territorializadas para que se possa chegar ao que há de mais substantivo na estruturação e nas transformações do tecido social desses locais e de seus modos de vida e de reprodução social. Além disso, o artigo é mais um bom exemplo de como questões como honra, lealdade e reciprocidade, religiosidade e imagens de virtudes étnicas operam por meio de processos como estratégias matrimoniais e de transmissão do patrimônio, estigmatização e deslocamentos de formas de reconhecimento identitário como colonos ou agricultores familiares, e como tudo isso amalgama os modos de dominação e os processos de transformação social que atingem, a um só tempo, a esfera das relações pessoais e familiares, a história agrária regional, e as mudanças que se operam nas vinculações entre essas sociedades locais e o contexto mais amplo do país e da vida social em geral.

O texto de Sergio Sauer, “Bourdieu no campo: *habitus*, representações e ‘divisão’ na luta pela terra no Brasil”, aborda as contribuições de Bourdieu para a compreensão dos *habitus* constituídos nas lutas e práticas sociais, com foco em assentamento e acampamentos da reforma agrária. A partir de uma metodologia que articula a teoria bourdieusiana e uma pesquisa empírica realizada no início dos anos 2000 com integrantes de dois assentamentos no estado de Goiás, apresenta a luta pela terra como base para transformações dos valores e representações dos agentes sociais com ela envolvidos e para a ressignificação de sua identidade social, o que se traduziria em novas perspectivas para a compreensão do mundo rural.

Por fim, Ana Louise de Carvalho Fiúza, no artigo “A aplicação da teoria de Bourdieu aos estudos rurais no Brasil”, utiliza ferramentas eletrônicas de

análise de textos para examinar como os trabalhos publicados posteriormente à morte de Bourdieu vêm utilizando suas categorias de análise, evidenciando, por aí, a diversidade deste campo de estudos e, nele, de possibilidades de uso de sua obra. A partir de um conjunto de teses e dissertações selecionadas, a autora analisa a empregabilidade dos pressupostos teóricos de Bourdieu. Conceitos como *habitus* e campos ou de regra e estratégia aparecem como instrumentos relevantes aplicados a temas tão variados como juventude rural ou os significados das aposentadorias rurais. Permanências e especificidades são evidenciadas, mas a autora chama a atenção também para como ocorre o acolhimento a novos valores, que variam conforme o grupo social, as condições materiais de existência e a historicidade construída.

Este conjunto de trabalhos é apenas um exemplo de um conjunto de esforços feitos por pesquisadores e pesquisadoras das várias regiões do Brasil. Simultaneamente à organização dessa Seção Temática, ocorreram também outros momentos de encontro de pesquisadores e de reflexão sobre a obra de Bourdieu e seus usos, alguns deles refletindo especificamente sobre suas aplicações no campo dos estudos rurais, como as mesas organizadas nos Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – Sober, ou no Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs. Nesses vários momentos, apesar do rico debate, não foi possível chegar a um balanço sistemático, e menos ainda a qualquer tipo de síntese. Mas talvez seja válido encerrar este artigo de apresentação da Seção Temática com duas considerações, cuja ambição não pode ser outra se não a de simplesmente provocar uma continuidade dos diálogos entre aqueles que entendem ser possível expandir ainda mais os bons usos da obra de Bourdieu para a interpretação do rural brasileiro contemporâneo.

Primeira consideração – mais do que o uso fragmentado de conceitos, o futuro dos estudos rurais que buscam se inspirar na obra do sociólogo francês precisarão recuperar e lapidar o que se poderia chamar de espírito do pensamento bourdieusiano associado a este tipo de objeto e de fenômeno e que se traduz em uma sociologia das transformações sociais

Ao longo deste texto procuramos chamar a atenção para o fato de que a contribuição de Bourdieu para os estudos rurais brasileiros encontra-se (usando uma fórmula um tanto simplificada, é verdade) em três componentes

de sua obra: a) em um conjunto de conceitos basilares como campo, *habitus*, formas de capital, estratégias e reconversão, entre outros, e, principalmente, em sua articulação; b) em um método, entendido como forma de operar com os conceitos, nos quais o uso combinado de ferramentas como a etnografia e os estudos estatísticos são direcionados ao entendimento dos modos de dominação e aos processos de mudança social; c) um conjunto de estudos aplicados, em particular sobre a França rural e sobre a Argélia, na qual se produz uma sociologia das transformações sociais, para muito além da evidenciação das formas de reprodução social ou do desvelamento de mecanismos de resistência.

Artigos reunidos nesta Seção Temática e outros trabalhos publicados ao longo das últimas décadas são exemplos de esforços de pesquisa que: para analisar fenômenos concretos, olham para o mundo rural em sua interdependência com outros campos ou domínios da vida social; exploram os significados das dessincronizações entre *habitus* tradicionais e novas articulações entre as experiências individuais e a sociedade envolvente; assumem que o espaço da ação social, embora estrangido pelas estruturas, opera práticas apoiadas em formas conscientes e não conscientes de disposições a agir e a dispor de um estoque de recursos utilizados pelos agentes para ser parte do mundo social; consideram que por meio desse duplo movimento entre estruturas que constroem e práticas que exercem um pequeno mas importante grau de liberdade, opera-se um constante processo de transformação e recomposições, marcado por ambiguidades e conflitos.

Levar esse tipo de olhar adiante significa superar um duplo limite. De um lado, aquele dado por explicações generalizantes, que concluem a análise por onde ela apenas deveria começar, a exemplo do que acontece com as várias abordagens que olham para o mundo rural como mera esfera de reprodução do grande capital, antes fundiário, agora financeiro. Se é certo que não se pode explicar fenômenos sociais que acontecem em áreas rurais sem posicioná-los nos marcos desta forma específica de dominação, seria tolice assumir que tudo o que há a dizer pode ser derivado apenas deste processo. Para ficar em apenas um aspecto, a ideia de que se pode explicar tudo a partir desses processos totalizantes simplesmente não permite mobilizar variáveis ou conceitos que ajudem a entender por que essa dominação assume formas tão distintas e variadas em diferentes contextos temporais e espaciais. De outro, há o limite de se fazer o inverso, olhando para a vida social apenas como espaço de resistência, quando a diversidade, a

criatividade e o senso prático dos agentes são muito menos rígidos, mais multifacetados e porosos do que aquilo que pode ser capturado por um olhar dicotômico ou apoiado em uma oposição mecânica a processos de dominação.

Na mesma direção, operar com o espírito do pensamento bourdieusiano associado a este tipo de objeto e de fenômeno também alude à recuperação dos modos de realização dos trabalhos de campo de Bourdieu, e aqui vale lembrar mais uma vez a pesquisa por ele conduzida em sua cidade local. Conforme demonstraram Johan Heilbron e Pernelle Issenhuth (2022), em estudo recente realizado nos arquivos de Pierre Bourdieu, a pesquisa de campo no Béarn teve como mediadores fundamentais a família do próprio sociólogo – particularmente seus pais, que lhe serviram de informantes, auxiliaram na escolha de outros informantes e foram treinados por ele mesmo para, inclusive, aplicar questionários e realizar entrevistas. No Brasil, em um contexto em que a proximidade dos pesquisadores com seus informantes (tais como sindicatos, movimentos sociais e outros coletivos de ação política) torna-se por vezes alvo de críticas metodológicas, algumas bem fundadas, outras nem tanto. Recuperar e dialogar de maneira reflexiva com este artesanato do fazer sociológico em Bourdieu é algo que pode, também, permitir uma nova visada para os debates sobre posições e locais de fala. E isso vale não apenas para os estudos rurais.

Segunda consideração – é preciso uma espécie de eterna vigilância, por parte de pesquisadores dedicados aos estudos rurais, para diminuir a heteronomia deste campo de estudos, muito exposto, pela natureza dos problemas ou pela trajetória social de muitos de seus agentes, ao peso das determinações externas e que acabam por conformar a agenda de problemas e questões privilegiada em cada época

Ao falar do campo científico, Bourdieu dizia que ele seria mais autônomo à medida que conseguisse se proteger das determinações externas. Mas isso não significa o encapsulamento ou a recusa em dialogar com os temas e interesses postos pela sociedade. Isso seria impossível e indesejável. Impossível porque, é preciso lembrar, em sua obra os campos são apenas relativamente autônomos. Não passa de ilusão ingênua imaginar que o mundo da ciência poderia se reproduzir somente em seus próprios termos: seus agentes circulam por outros domínios, há influências recíprocas com o campo da política ou da economia, recursos de diferentes ordens fluem entre essas esferas, há legitimações também recíprocas entre esses domínios. Esse insulamento seria indesejável

porque a ciência deve e precisa se alimentar do diálogo com a sociedade e, ao fazê-lo, deve e precisa contribuir para que exista um mais elevado grau de consciência sobre os processos sociais que são opacos ao olhar do senso comum. Do que se trata, então? De exercitar um equilíbrio difícil entre a permeabilidade a essas influências sociais e uma capacidade de refratar, redirecionar, traduzir essa influência externa nos termos do próprio pensamento científico. Fácil dizer, difícil realizar.

Para operar com esse exercício não autorreferente da autonomia científica, seria preciso, entre outras coisas, que a agenda de pesquisas do campo dos estudos rurais fosse menos suscetível às mudanças de conjuntura. O que vemos é que ao longo das décadas há uma sucessão de temáticas dominantes em teses e dissertações e em eventos científicos, que é excessivamente pautada por mudanças conjunturais: nos anos 1980 houve uma onda de estudos sobre movimentos sociais e assentamentos rurais, nos anos 1990 sobre Pronaf e agricultura familiar, na primeira década deste século sobre nova ruralidade, pluriatividade e desenvolvimento territorial, na década passada sobre sistemas alimentares e afins. Uma vez mais, claro que há as exceções e certos temas seguiram sendo objeto de grupos e linhas de pesquisa ao largo do tempo. Mas o que prevalece é uma migração temática sem que se alcance uma cumulatividade sistemática ou consensos mínimos a partir dos quais se possa consolidar enunciados sobre os problemas.

Outra dimensão de heteronomia e que merece ser objeto de atenção envolve o risco de abordagens que, sob a justa expectativa de dar voz a grupos dominados ou aumentar a visibilidade de conflitos e perspectivas sobre os problemas minimizadas pelo debate público, acabam resvalando em um enfoque excessivamente ideológico sob as vestes de sociologia da denúncia. Não há problema em tal perspectiva de abordagem, em si, desde que isso seja feito acompanhado de uma perspectiva propriamente científica de análise, isto é, acompanhada do devido rigor metodológico e conceitual para desvelamento do real e de uma ambição em mostrar algo que já não se saiba de antemão a respeito do problema proposto. A “sociologia como esporte de combate”, tal como sugerida por Bourdieu, tem justamente este papel: desvelar o que há de social naquilo que nos aparece como natural, cristalizado, e fazê-lo combatendo tanto a força da opressão – vide o volume *A miséria do mundo*, por ele dirigido e publicado em 1993 – quanto a “sociologia espontânea”, acrítica em relação às

visões de mundo, mesmo àquelas produzidas pelos dominados com anseios de subverter a ordem dominante.

Por fim, uma última dimensão que deixa margem à heteronomia do campo científico dedicado aos estudos rurais diz respeito à própria definição de seu objeto maior: o que é o rural, para além de descrições empíricas ou embasadas nas formas de classificação oficial de seus contornos. Se na virada do século houve certa profusão de estudos que buscavam justamente (re)definir o que se pode chamar de rural, o que se fez de certa forma sob a pressão da constatação de que havia deslocamentos ontológicos em algumas de suas definições definidoras, desde então esse debate foi minimizado, sem que, no entanto, se consolidasse qualquer tipo de consenso mínimo a respeito desta natureza ou características incontornáveis do fenômeno.

De tudo o que foi dito, resta apenas reafirmar a pertinência do rural como objeto privilegiado de análises e campo de estudos relevante para o mundo social no século XXI e do potencial ainda não esgotado da teoria bourdieusiana para seu tratamento. Com este artigo introdutório e com esta Seção Temática, esperamos ter sido fiéis ao essencial do pensamento de Pierre Bourdieu, refletindo criticamente não só sobre suas contribuições, mas também sobre algumas das condições e desafios que nos obrigam a ser permanentemente atentos à historicidade e à cientificidade do fazer científico, inclusive quando se trata dos usos de sua obra.

Referências

- ADDI, Lahouari. *Sociologie et anthropologie chez Pierre Bourdieu: le paradigme anthropologique kabyle et ses conséquences théoriques*. Paris: Éditions La Découverte, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologie de l'Algerie*. Paris: PUF, 1958.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédé de Trois études d'ethnologie kabyle*. Paris: LibrairieDroz, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Les Éditions de minuit, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

- BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Méditations pascaliennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Le bal des célibataires. La crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'Agir, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *L'amour de l'art: Les musées et leur public*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1966.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain; RIVET, Jean-Paul; SEIBEL, Claude. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris; La Haye: Mouton, 1963.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmaleck. *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- GARCIA JR., Afrânio. *O Sul: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- HEILBRON, Johan; ISSENHUTH, Pernelle. Une recherche anamnétique, le Béarn. In: DUVAL, Julien; HEILBRON, Johan; ISSENHUTH, Pernelle (Orgs.). *Pierre Bourdieu et l'art de l'invention scientifique: Enquêter au Centre de sociologie européenne (1959-1969)*. Paris: Classiques Garnier, 2022. p. 71-120.
- MENESES, Valdênio Freitas. *Saudade e rusticidade: reconversões sociais e sentidos da convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri paraibano*. 2018. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6584492. Acesso em: 10 set. 2022.
- PICCIN, Marcos Botton. *Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Como citar

FAVARETO, Arilson; MARTINS, Rodrigo Constante. Introdução à seção temática: Os usos da teoria de Pierre Bourdieu e os estudos rurais brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230207, 7 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st01.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros

Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos: ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil

Social change through the lens of ethnographies combined with statistical methods: the tools of Pierre Bourdieu applied to rural worlds in Algeria and Northeast Brazil

 **Afrânio Garcia Jr.¹**

• **Marie-France Garcia Parpet²**

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st02

Resumo: O artigo inicia com o exame da associação inabitual de etnografias sobre o mundo rural da Cabília com métodos estatísticos, por ocasião das pesquisas pioneiras de Pierre Bourdieu na Argélia, nos anos 1960. Esses trabalhos serviram de fonte de inspiração para as investigações sobre as grandes plantações canavieiras no Nordeste, efetuadas por jovens docentes e estudantes inscritos em Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (MN). Diante da ameaça de fim desse curso superior por interrupção dos financiamentos internacionais, novo projeto de pesquisas coletivas foi concebido por professores e estudantes para a salvação do PPGAS, em que a referência às obras realizadas na Argélia foram centrais para legitimar o uso de métodos antropológicos no estudo de questões habitualmente analisadas por economistas e cientistas políticos. Esse ponto foi decisivo para obter novos patrocinadores à pós-graduação baseada em pesquisas. Os autores sintetizam as investigações realizadas no quadro do projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste”, sua contribuição para melhor entender o mundo rural no Brasil, e revelam como permitiram a intensificação do diálogo com Bourdieu e sua equipe na França e o

¹ Pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutor na EHESS sob a direção de Pierre Bourdieu. E-mail: afranio-raul.garcia@ehess.fr.

² Pesquisadora do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) e do Centre européen de sociologie et de science politique da École des Hautes Études en Sciences Sociales (CESSP/EHESS), Paris, França. E-mail: garciaparpet@gmail.com.

desenvolvimento de modos de cooperação científica originais. O desenraizamento maciço das clientelas que viviam no seio das *plantations* açucareiras, expulsas para periferias das cidades desde os anos 1960, aprofundou a hierarquia implantada com a instalação de casas-grandes e de senzalas.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu; estatísticas; etnografias; pós-graduação; *plantations* canavieiras; modos de dominação; trabalho; hierarquias sociais.

Abstract: This article begins with an examination of the unusual combination of ethnographies on the rural world of Kabylia and statistical methods during Pierre Bourdieu's pioneering research in Algeria in the 1960s. This work served as inspiration for research on large sugarcane plantations in northeastern Brazil by young teachers and students enrolled in the Graduate Program in Social Anthropology (PPGAS) at the Museu Nacional. In response to the threat represented to the program by the interruption of international funding, a new collective research project was developed by professors and students that focused on Bourdieu's work in Algeria to legitimize the use of anthropological methods in examining issues more commonly analyzed by economists and political scientists. This strategy successfully obtained new sponsors for research-based graduate studies. The authors summarize the investigations conducted within the framework of a project entitled "Employment and Socioeconomic Change in the Northeast," their contribution to a better understanding of the rural world in Brazil, discussing how they encouraged an intensified dialogue with Bourdieu and his team in France and the development of original forms of scientific cooperation. The massive uprooting of peasants that lived on sugar plantations and their expulsion to urban peripheries since the 1960s in Brazil has deepened the hierarchy established with plantation houses and slave quarters in colonial times.

Keywords: Pierre Bourdieu; statistics; ethnographies; postgraduate program; sugarcane plantations; modes of domination; labor; social hierarchies.

Introdução

Muito comum é a referência ao contexto bastante particular da guerra de independência da Argélia onde ocorreram as primeiras investigações empíricas de Pierre Bourdieu. Bem menos frequente é atentar para a diversidade, inédita à época, do leque de competências intelectuais associadas nessas buscas de novos dados e modelos explicativos que conferiram um caráter absolutamente original a tais investigações. Essas pesquisas empíricas se iniciaram por volta de 1960 em virtude de solicitação do *Commissariat au Plan* e da *Caisse d'équipement pour le développement de l'Algérie*. A estreita associação entre o trabalho estatístico desenvolvido por pesquisadores do Insee, formados em

estabelecimentos onde o ensino da matemática de alto nível tinha primazia, e as investigações etnográficas e sociológicas coordenadas por Bourdieu permitiu captar e demonstrar a especificidade das relações sociais na Cabília e deu lugar à riqueza das análises sobre os deslocamentos impostos a populações rurais. Sem dúvida o desencadeamento da guerra favoreceu a diminuição das barreiras estruturais entre disciplinas rivais na prática das ciências sociais, mas é fato que a cooperação de especialistas vindos de horizontes disciplinares bem distantes nada tinha de comum.

A reconstituição dos modos de existência da economia camponesa tradicional na Cabília foi indispensável para poder entender a diferença entre a taxa de atividade no trabalho declarada no mundo urbano da Argélia confrontada à baixa declaração de desemprego encontrada nas regiões montanhosas onde imperava a economia tradicional. Claude Seibel, engenheiro formado pela *École Polytechnique*, que, juntamente com Alain Darbel e Jean-Paul Rivet, era o responsável pelo trabalho estatístico do recenseamento na colônia implantada no século XIX,³ explicita claramente a contribuição da pesquisa sociológica: “a transposição dos instrumentos das investigações estatísticas implantadas nas economias desenvolvidas rapidamente acarretou problemas, pois os conceitos subjacentes que nós desejávamos medir (como o trabalho ou o desemprego) não se colocavam da mesma forma na economia tradicional argelina” (SEIBEL, 2021, p. 342-343). A proximidade dos cientistas sociais com investigadores vindos de estudos matemáticos de grande profundidade tem a ver com os enormes desafios suscitados por situações de guerra. Essa composição diversificada da equipe de pesquisadores propiciou uma colaboração fecunda que se prolongou em solo metropolitano nos anos 1960, quando os pesquisadores retornaram ao continente europeu.

Este uso cruzado dos métodos etnográficos e estatísticos ressoou fortemente entre jovens antropólogos do Museu Nacional que decidiram estudar as transformações sociais das grandes plantações canavieiras implantadas pela colonização, e que foram confrontados com a ameaça de interrupção de suas

³ A cooperação entre os pesquisadores se prolongou bem além da experiência argelina. Em junho de 1965 Bourdieu e Darbel organizaram um colóquio em Arras, na França, “sobre as transformações ocorridas na sociedade francesa desde a segunda guerra mundial. A intenção dos organizadores era determinar economistas e sociólogos a empreender uma discussão científica sobre um objeto que uns e outros abordam correntemente sob perspectivas muito diferentes” (DARRAS, 1967, p. 10). Bourdieu e Darbel assinaram conjuntamente o livro *L’amour de l’art* (1969).

pesquisas ocasionada pelo desaparecimento da configuração institucional na qual ganhavam existência. Para obter os financiamentos necessários aos programas de formação, foi preciso demonstrar que as pesquisas etnográficas projetavam luz em zonas de sombra dos trabalhos em ciências sociais que se contentavam com interpretações de dados estatísticos. As primeiras pesquisas de Bourdieu na Argélia constituíram, sem sombra de dúvida, uma preciosa fonte de inspiração de trabalhos de campo sobre um campesinato submetido às transformações provocadas pelo desenvolvimento capitalista. Essas mesmas investigações permitiram igualmente legitimar o uso de etnografia como método complementar de estatísticas, técnica de investigação que detinha à época o primado absoluto e que constituía um emblema da cientificidade. São as apropriações e usos em ciências sociais dos trabalhos de Bourdieu, especialmente dos que focaram universos rurais atingidos por desenvolvimento capitalista, que buscaremos analisar neste artigo.

A transição do trabalho forçado ao trabalho livre

Uma equipe de pesquisadores vinculados a programa de pós-graduação em antropologia social foi formada no Brasil em torno de pesquisas na região Nordeste, onde a colonização portuguesa se materializou por meio de *plantations* voltadas para exportação de produtos tropicais. Baseadas em trabalho escravo de populações transferidas à força da África, essas plantações produziram culturas destinadas aos mercados internacionais, sobretudo europeus, como os derivados da cana-de-açúcar e tabaco. A abolição da escravidão foi proclamada em 1888, porém as condições de existência de indivíduos e famílias vivendo no interior destas *plantations* não foram grandemente modificadas. A generalização da dominação personalizada sob a forma de *morada* (categoria que designa família abrigada em domínio rural),⁴ que compreende uma certa diversidade de relações de dependência entre os antigos *senhores* e as antigas famílias de escravos. Com efeito, se os proprietários não podiam mais comprar nem vender escravos, seus patrimônios sendo amputados do valor monetário do plantel possuído, outros poderes exercidos no passado pelos *senhores de engenho* persistiram, tais como infligir castigos corporais à sua discricção sobre seus subordinados. A abolição não veio acompanhada de atribuição de casas de residência, no campo ou ao redor das cidades, nem mesmo de parcela de terra para “botar

⁴ A conceituação da *morada* como forma de dominação foi realizada por Palmeira, 1976.

roçado” que fornecesse ao menos parte do consumo familiar, elementos que teriam permitido aos contingentes emancipados de possuir um controle mínimo do próprio destino. Sem acesso à escola para seus filhos, toda reconversão em direção de ofícios artesanais, de cargos industriais ou no pequeno comércio estava grandemente dificultada. As famílias de emancipados pela Lei Áurea, de *libertos*, foram obrigadas a solicitar abrigo nos grandes domínios, o que deu margem para recriar muitos dos antigos poderes dos “*senhores*” mediante a estratégia de atribuição de usos precisos do solo assegurando meios de se obter a subsistência familiar (roçado, sítio, água e lenha, liberdade de criar pequenos animais, eventualidade de possuir animais de porte, proteção diante de doenças etc.) contra a obediência e a fidelidade sem limites ao *senhor*.

Houve continuidade plena da hierarquia entre descendentes dos senhores e descendentes de escravos ao longo da primeira metade do século XX; apenas a partir de 1950 essa configuração do espaço social foi realmente abalada. As flutuações desfavoráveis dos preços dos derivados da cana de açúcar, a possibilidade de migrar para o mercado de trabalho industrial do Centro-Sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte) a partir de 1940, frequentemente a bordo dos caminhões de “paus de arara”, a implantação das Ligas Camponesas acarretando a aceleração do voto pelo Parlamento de direitos sociais e trabalhistas válidos no meio rural, a institucionalização de serviços escolares e de saúde nas pequenas e médias cidades constituem fatores que provocaram mudanças de monta na estratégia de grandes proprietários ao recrutarem sua clientela de trabalhadores e de protegidos em seus domínios. A partir de meados dos anos 1960 tudo passou a ser feito para obrigar as famílias de *moradores* a deixar as grandes propriedades. Tendo que abandonar as *plantations* sem ter podido acumular fundos necessários para garantir a subsistência familiar em meio urbano, pouco familiarizadas com trocas monetárias, tais famílias de subalternos foram submetidas a um brutal processo de pauperização (SIGAUD, 1979; GARCIA JR., 1989). A chegada em massa às periferias das cidades provocou um distanciamento ainda mais pronunciado de níveis de consumo e modos de vida mantidos pelas camadas mais modestas em meio urbano, como pequenos comerciantes, artesãos, raros operários industriais e pequenos funcionários municipais (LEITE LOPES, 1976). As periferias e locais mais inóspitos das pequenas e médias cidades das regiões tradicionais de presença da agroindústria canavieira passaram a

concentrar abrigos precários e insalubres habitados por estes “refugiados dos campos”, como bem os nomeou Ignacy Sachs. Foram essas transformações sociais que cativaram a atenção dos jovens aprendizes do ofício de pesquisadores em antropologia social, que delas fizeram seus objetos de estudo para dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Nas pesquisas de campo sobre o universo tradicional na Cabília constata-se que a reconstituição dos comportamentos efetivos e dos modos de pensar que os suportam era indispensável para compreender os desafios aos quais foram confrontadas essas populações. Na introdução de *Travail et travailleurs en Algérie*, Bourdieu reivindica a relevância da associação entre prática de etnografia e métodos estatísticos: “se a colaboração entre o sociólogo e o estatístico parece necessária frente a toda eventualidade, ela é seguramente mais indispensável ainda ao se estudar sociedades em plena mutação. Com efeito, o método etnográfico encontra obstáculos de monta diante de uma realidade complexa e móvel que suscita todas as aparências da incoerência. Por outro lado, apenas o conhecimento dos modelos culturais antigos permite captar o sentido de comportamentos referidos a esses modelos, mesmo quando os traem, os transformam ou os recriam, diante de situações novas” (BOURDIEU *et al.*, 2021, p. 25). Da mesma forma que na Argélia dos anos 1960, as populações “desenraizadas” no Brasil, ao deixar o mundo rural onde viviam, são confrontadas com desafios culturais para os quais não estavam preparadas. A miséria material que as ameaça é redobrada pela ineficácia das referências culturais tradicionais para lidar com as novas configurações sociais, sem disporem de meios efetivos de adotarem estratégias de aprendizado e reconversão necessárias aos novos universos sociais impostos pelo mundo urbano.

O conceito de “camponês” refere-se sobretudo a grupos de agricultores, certamente submetidos a potências políticas, religiosas e culturais externas à sua organização social, e inscritos em mercados que não controlam, todavia dispõem de uma relativa autonomia social em seus povoados e aldeias administrados localmente. Entretanto, essa noção não permite a consideração adequada da morfologia social de uma outra forma de organização de populações rurais situadas no interior de grandes propriedades, em regra geral em países coloniais, voltadas para culturas de exportação em direção a

mercados longínquos⁵ (WEBER, 1986; KULA, 1970). A mão de obra é composta frequentemente de escravos vindos da África subsaariana ou por diversas formas de trabalho forçado. As *plantations* inauguradas nos séculos XVI e XVII merecem uma atenção especial, sobretudo pelo fato de as modalidades de submissão desse tipo de “campesinato” (se quisermos ampliar o conceito de camponês com esse referente particular de populações subordinadas ao dono do domínio em que vivem) contrastarem fortemente com as demais modalidades no tocante à impossibilidade de gerir a vida individual e familiar de forma autônoma. Por conseguinte, as populações rurais são atravessadas por modos de dominação diversos; as *plantations* são paradigmáticas do controle direto e externo da vida dos trabalhadores rurais e constituem o próprio símbolo dos estabelecimentos baseados na condição de escravos modernos. No caso das *plantations*, o desenvolvimento do capitalismo sob a forma de trabalho assalariado supõe transformações específicas. A passagem de estabelecimentos organizados por meio de trabalho forçado ao recrutamento de assalariados participando de mercado de trabalho moderno, no sentido que assumem no século XX, não é fruto de evolução simples e linear. Eric Wolf e Sidney Mintz (1957) chamaram a atenção, a partir de seus trabalhos a respeito da América Central e das Antilhas, sobre a amplitude da mudança implicada pelo abandono do sistema de relações sociais e das ideologias que confortam, que nomearam de “antigas *plantations*” em contraposição a “*plantations* de novo tipo” baseadas sobre o trabalho assalariado. Se ambas produziam bens destinados ao mercado internacional (Europa, Estados Unidos), as primeiras repousavam sobre formas de trabalho forçado (*slavery*, *encomienda* etc.), enquanto as últimas são estabelecimentos agroindustriais que recrutam sua força de trabalho segundo regras e normas similares às do mercado de trabalho urbano.

Moacir Palmeira, sociólogo que assistiu como doutorando em Paris aos seminários de Bourdieu de 1967 a 1969, na VI Seção da então *École Pratique des Hautes Études*, fez largo uso do conceito de campo intelectual para estudar o debate vigoroso sobre a questão agrária no Brasil, tendo por referente a natureza das relações sociais nas *plantations* a partir dos anos de 1940, e concluir pela organização de um projeto de pesquisa empírica abrindo a

⁵ Esta observação é válida igualmente para os grandes domínios voltados para exportação e assentados em modalidade de servidão na Europa Central, como desmonstram os trabalhos de Max Weber, *Enquête sur la situation des ouvriers agricoles à l'Est de l'Elbe* e *Conclusions et perspectives* (1986), e os de Witold Kula (1970).

possibilidade de ir além das contradições e inconsistências da literatura examinada em sua tese.

A gênese das etnografias sobre a recomposição das plantações canavieiras do Nordeste

Nascido em 1942 de família de *senhores de engenho* do Nordeste, Palmeira tomou como objeto de tese o debate dos historiadores e dos sociólogos brasileiros sobre a caracterização do meio rural como feudal ou capitalista, trabalho defendido em 1971. Foi recrutado por essa época por Roberto Cardoso de Oliveira para ser docente-pesquisador do recém-criado mestrado em antropologia social do Museu Nacional, instituição que inovava associando um vasto programa de pesquisas empíricas à formação dos estudantes. O interesse do jovem pesquisador estava vinculado ao entendimento de como as *feiras* semanais de cidades das regiões canavieiras, que conheceram um forte crescimento nos anos de 1950 na Zona da Mata, contribuíam para erodir o monopólio dos *senhores* como mediadores incontornáveis das trocas em que se inseriam as famílias abrigadas em seus domínios (PALMEIRA, 1971a). Essas praças de mercado favoreciam o estabelecimento de relações horizontais entre os *moradores* das grandes plantações e o pequeno campesinato estabelecido nos interstícios e periferias. Essas transformações abriram os caminhos para diversas modalidades de movimentos sociais no campo, visando melhores condições de vida e trabalho para a mão de obra submetida aos grandes proprietários e contestando o monopólio do poder dos donos de *plantation*. Esse crescimento das *feiras* locais diminuía a força das redes de estabelecimentos comerciais instalados em cada plantação individualizada (ditos *barracões*) que tinham o monopólio de compra e venda de produtos de subsistência nesse âmbito, e que eram garantidos de ser reembolsados pela folha de pagamento hebdomadário do *engenho* ou da *usina*. Era no *barracão* que a administração do *engenho* ou da *usina* procedia ao pagamento dos *moradores* envolvidos nas diferentes atividades agrícolas ou industriais. Essa interação semanal de famílias de *moradores* com os responsáveis pela *plantation* tinha sobretudo um caráter ritual, pois de fato as dívidas contraídas ao longo da semana eram geralmente superiores aos ganhos correspondentes aos trabalhos efetuados. O crédito concedido pelo *barracão* redobrava a dívida moral associada ao fato de estar abrigado no domínio e de dispor de certas vantagens para assegurar a vida do grupo doméstico. Poder frequentar a *feira* da cidade mais próxima constituía uma demonstração do equilíbrio do

orçamento doméstico. A imagem das *feiras* como espaços de encontro vinculados à maior liberdade de comportamentos e fonte de informação independente dos controles da hierarquia era reforçada no confronto entre esses dois tipos de circuitos comerciais.

Não parece ser por acaso que o início das organizações de defesa dos interesses de famílias camponesas teve nas *feiras* um espaço percebido como adequado para discussões com trabalhadores e proselitismo em favor de mobilizações coletivas (JULIÃO, 1962). Nesse particular, o pioneirismo das Ligas Camponesas é inconteste, sendo organizadas desde 1954 com a colaboração do advogado e deputado pelo PSB Francisco Julião para defender uma modalidade de antigo *morador* residente em domínio não explorado diretamente com cana pelos *senhores*, os *foreiros*, quando esses se viam ameaçados de expulsão da terra que ocupavam. Esse movimento foi seguido rapidamente pela organização de sindicatos de trabalhadores rurais de origem católica ou comunista, que estavam mais voltados para os assalariados agrícolas residindo em explorações açucareiras. Tais mobilizações repercutiram fortemente no Parlamento Nacional e provocaram a aceleração do voto de novos direitos sociais e agrários (em particular do *Estatuto do trabalhador rural* de 1963) e sua aplicação mais imediata nas regiões da agroindústria canavieira (FURTADO, 1964; CAMARGO, 1973). A etnografia minuciosa da concorrência entre o *sistema de barracões* e as *feiras* locais permitiu a Palmeira utilizar a sociologia da ação econômica como chave para compreender a erosão dos poderes dos *senhores* e os modos de acumulação de recursos materiais e cognitivos de novos atores políticos vindos das camadas mais desfavorecidas. Sua investigação pioneira logo se estendeu a muitas outras, a começar pelas de Lygia Sigaud, à época estudante de mestrado do Museu Nacional, que concentrou sua atenção na análise das categorias de pensamento dos *moradores* a partir do registro sistemático de entrevistas gravadas e realizadas nas sedes dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Essa primeira monografia de Sigaud (1980, p. 13-114) ressaltou o fato que, para os *moradores*, o tempo social se apresentava partido entre a época de *antes dos direitos* e a época de *depois dos direitos*, quando os *patrões* teriam “se tornado ruins”. Os *senhores* abrigavam de longa data as famílias de trabalhadores da cana nos domínios, concedendo um pequeno espaço onde podiam construir suas casas, podendo usar o terreiro que as circundava para criar pequenos animais (aves, porco, cabra etc.), um lote de terra a cada ciclo agrícola onde

podiam *botar roçado* cultivado com lavouras temporárias (mandioca, milho, feijão, fava etc.), lote este que por vezes permitia plantar árvores frutíferas (*sítio*), concedendo ainda acesso à água de fontes na propriedade e à lenha para cozinha, e asseguravam proteção em momentos críticos do ciclo de vida doméstico (nascimento de crianças, doenças, mortes, acidentes de trabalho etc.). Este tempo era percebido como associado a certa abundância, contrastando com o presente marcado pela *precisão*. A expressão *depois dos direitos* designava o período que sucedeu à instauração do direito do trabalho (fixando salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias anuais, 13º salário no fim do ano; indenização por tempo de serviço ao despedir um antigo empregado etc.) e correspondia ao momento em que os patrões teriam adotado atitudes hostis, aproveitando-se de qualquer pretexto para suprimir as vantagens concedidas a seus “protegidos”, e expulsá-los de suas terras. Os *direitos* implantados no início dos anos 1960 assinalavam uma ruptura entre o mundo da antiga *plantation* e o mundo atual, onde todos os equilíbrios tornaram-se instáveis e a ameaça de ter que ir embora em direção à periferia das cidades simbolizava a degradação das famílias.

Estimuladas pelo apoio e a ajuda material e intelectual de Palmeira e Sigaud, novas investigações se iniciaram tendo por foco agentes sociais situados na parte inferior do espaço social: o campesinato marginal à grande plantação dispondo de poucas terras a cultivar, responsável pela produção de culturas alimentares adquiridas pelos assalariados agrícolas (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983), o campesinato da região Agreste, onde os solos eram de menor fertilidade, que migra sazonalmente para a Zona da Mata em épocas de colheita de cana (RINGUELET, 1977), os operários da parte industrial das usinas, que residem no interior das terras da agroindústria (LEITE LOPES, 1976), cuja atividade anual é submetida a fortes variações sazonais. Foram também estudadas instituições que assinalam mudanças afetando as relações personalizadas, como feiras implantadas no interior das usinas (GARCIA PARPET, 1977, 1993), a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais (estudados por L. M. Gatti) e da Justiça do Trabalho (investigada por V. Echenique). Esta lista prolongou-se durante os anos de 1970 e passou a incluir outras dissertações de mestrado e teses de doutorado, estudando a adesão de camponeses ao pentecostalismo (NOVAES, 1985), as cooperativas camponesas (ASSUMPÇÃO, 1978), a instalação coletiva de famílias camponesas em terras destinadas por dom a patrimônio religioso (RINALDI, 1980), e várias outras.

A diversificação das situações sociais e de estilos de vida demonstrava a complexidade das mudanças em curso e soava como advertência contra todo reducionismo em direção de oposição simplificadora da dualidade *senhores e camponeses*, embora fosse nítido que forte hierarquia social estivesse inscrita no espaço físico das propriedades, entre canaviais a perder de vista e roçados diminutos, na aparência das casas (entre casa-grande e abrigos de pau a pique dos *moradores*), no aspecto físico dos indivíduos (sobretudo a cor da pele e outros atributos físicos), nas vestimentas esfarrapadas e ausência frequente de calçados entre os trabalhadores, nas modalidades de uso da palavra em público. *Nação dos homens*, representação coletiva que se tornou o título da dissertação de mestrado de Sigaud, designa claramente a primazia absoluta dos grandes proprietários na vida quotidiana da região e a força dos patriarcas para impor suas vontades.

Esse conjunto de etnografias individualizadas, entretido com persistência e tenacidade pelas discussões de Palmeira e Sigaud e os aprendizes-pesquisadores, contribuiu muito para recompor e aprofundar as hipóteses das pesquisas iniciais. Cada investigação seguia seu próprio itinerário, mas cada uma delas contribuía para resultados cumulativos e complementares de uma visão de conjunto. Como exprimiu Palmeira em prefácio da monografia de Leite Lopes, os avanços da pesquisa se manifestavam pela “teoria investida nos fatos” (LEITE LOPES, 1976). Vê-se aqui a marca da concepção da relação entre o trabalho teórico e a análise empírica tão cara a Bourdieu. O desenvolvimento do capitalismo no Nordeste também estava vinculado à degradação material das famílias e à perda de suas referências culturais. O estudo da reconstituição do mundo tradicional e seu colapso nos trabalhos de Bourdieu e Sayad (1963, 1964) serviu de paradigma para compreender os avanços do capitalismo na periferia na segunda metade do século XX.

A ameaça de interrupção da pós-graduação do Museu Nacional e do projeto de pesquisa a ela associado, provocada pela perda de certos financiamentos internacionais, ocasionou uma certa comoção entre professores e estudantes. Debates promovidos naquele momento, para examinar meios de escapar da liquidação de programa promissor, acabaram por formular um ambicioso programa de novas investigações que deveriam ser suscetíveis de interessar outras agências de financiamento afora a Fundação Ford, origem dos recursos até aquele momento. Efetivamente a sobrevida do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social esteve

ligada à sua percepção como grande novidade no meio universitário nacional, onde raras eram as possibilidades de formação de pesquisadores de alto nível, com exceção do que ocorria com a sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Essa situação particularmente dramática ajuda a entender os investimentos profundos realizados com o fito de assegurar a existência de pós-graduação em moldes internacionais e dotada de pesquisas envolvendo alunos e professores. O que se acompanhou, como seria de se esperar, de reforço de laços afetivos e profissionais entre todos aqueles que participaram da redação e da negociação com as agências financiadoras de novo e ambicioso projeto de pesquisas (GARCIA JR., 1993, p. 9-18).

De rede internacional de investigações à invenção de pós-graduação na periferia

A implantação da pós-graduação em antropologia social no Brasil significou um marco central da evolução do ofício de antropólogo e da própria disciplina neste país (GARCIA JR., 2009, p. 57-92). Esse fato supôs a colaboração do antropólogo britânico David Maybury-Lewis, no momento de sua integração à Universidade de Harvard, com Roberto Cardoso de Oliveira, um dos pioneiros de etnografias sobre grupos ameríndios da Amazônia, e contou com o apoio de Luiz de Castro Faria, que desde a “expedição Lévi-Strauss” ao Mato Grosso, em meados dos anos de 1930, começara a participar da divisão de antropologia do Museu. A controvérsia científica entre Maybury-Lewis e Lévi-Strauss, a propósito do caráter exogâmico das “metades” que dividiam as organizações sociais das “sociedades primitivas”, esteve na origem do projeto de cooperação científica da instituição norte-americana e o Museu Nacional para permitir o esclarecimento das questões básicas que imprimiam às organizações sociais dos grupos Gê do Brasil Central seu perfil característico.

O fim desse primeiro projeto de colaboração entre Harvard e o Museu Nacional em 1966 coincidiu com a profunda alteração do espaço político brasileiro após o golpe de estado militar de 1964, resultando ainda em repressão contra intelectuais e cientistas. Cardoso de Oliveira viu deixar o país alguns de seus aliados mais preciosos, sobretudo aqueles que haviam ocupado postos de mando no sistema de ensino e com prestígio nas agências de financiamento à pesquisa (CNPq, Capes): Darcy Ribeiro, que o trouxera de São Paulo para o Rio de Janeiro para dirigir pesquisas do Museu do Índio, Florestan Fernandes, que o havia iniciado na USP em antropologia como egresso de estudos de filosofia,

Fernando Henrique Cardoso, seu cunhado e jovem sociólogo desta universidade paulista. Para Cardoso de Oliveira, o reforço da cooperação com Maybury-Lewis e a Universidade de Harvard foi um instrumento para a continuidade de suas iniciativas de inaugurar um curso de pós-graduação no Museu Nacional. Os dois parceiros apelaram à Fundação Ford que os dotou de financiamentos para criar um mestrado em antropologia social, com verba para pesquisa de docentes e alunos, além de uma biblioteca com coleções das principais revistas internacionais especializadas da disciplina e monografias tanto clássicas como na ponta da ciência. Podiam ainda recrutar jovens pesquisadores como Palmeira, para se dedicar em tempo integral à docência e à pesquisa, e eram ofertadas bolsas de estudo a estudantes que consagravam a totalidade de suas jornadas a seus estudos. Tais condições, frequentes nos Estados Unidos e em alguns países europeus, constituíam uma novidade absoluta no Brasil, sobretudo quando confrontadas com as condições de professores e estudantes de gerações precedentes. A Fundação Ford, que iniciava seus financiamentos em ciências sociais no Brasil, impôs igualmente que os temas de investigações não mais se restringissem a parentesco, a rituais e à cosmologia de grupos indígenas. Um novo projeto de pesquisa, intitulado “Projeto de Desenvolvimento Regional Comparado”, que seria dirigido ainda desta vez pela dupla Cardoso-Maybury-Lewis, tinha por objeto as transformações em cursos nas cidades e nos campos do Nordeste e da Amazônia. Dessa forma, a disciplina antropologia social não se veria mais restrita a sociedades indígenas e sua abrangência se inscrevia nas tendências mais recentes à época praticadas nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Foi neste contexto que as pesquisas de Palmeira e Sigaud se iniciaram. O derradeiro capítulo da tese de doutorado de Palmeira (1971a) apresenta proposições de pesquisa sobre as grandes plantações açucareiras no Nordeste à luz de problemáticas suscitadas por Wolf e Mintz, opondo antigas e novas *plantations*, para estudar suas transformações nas Américas. Se a produção da colônia brasileira era destinada aos mercados europeus e supunha fluxos constantes de escravos africanos, a simples referência ao conceito de “sistemas de mercado interdependentes” (POLANYI, 1944; POLANYI; ARENSBERG; PEARSON, 1957) não permitia compreender a mudança social efetiva. O sistema de mercados de produtos coloniais vinculado a mercados de escravos era bem diferente daquele que supunha uma força de trabalho livre de seus movimentos.

A ameaça de desaparecimento do PPGAS e a busca da salvação por meio da pesquisa inovadora

Da primeira turma de mestrado fazia parte Lygia Sigaud, cujos trabalhos foram mencionados anteriormente, e Otávio Velho, que iniciou suas investigações sobre a frente pioneira na Amazônia, composta em grande parte de migrantes do Nordeste, fluxo que seria incrementado desde 1970 quando a seca no Nordeste desencadeou como resposta política dos governos militares de incentivo à migração para Amazônia (VELHO, 1972, 1976). Os governos militares viram na migração em grande escala para a Amazônia um meio de povoar o território de população rarefeita diante da cobiça explícita de grandes potências internacionais. Visaram ainda canalizar as demandas por reforma agrária em “colonização de áreas livres da Amazônia”, o que se explicitou na modificação do nome do órgão público, que de Ibra passou a se intitular Incra. Novas gerações de estudantes pós-graduados iniciaram pesquisas nas pegadas dos três pioneiros supramencionados, todos formados em licenciatura de sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e convidados por Roberto Cardoso a assumirem cargos de docentes da pós-graduação. O corpo de professores integrou igualmente Luiz de Castro Faria, que começou a frequentar o Museu Nacional em 1935, Roberto da Matta, que estava acabando sua tese de doutorado em Harvard sob a orientação de David Maybury-Lewis, Francisca Vieira Keller, que se doutorara na USP, Neuma Walker, PhD nos Estados Unidos, e professores e pesquisadores vinculados ao Centro Latino-Americano de pesquisas em ciências sociais (Clapcs).

O ambiente de iniciativas inovadoras impulsionadas por debates abertos e informados pela cena internacional contrastava com as restrições impostas pela ditadura militar que procurava por diferentes meios provocar o desaparecimento dos direitos cívicos os mais elementares, fazendo da tortura sistemática o principal instrumento de controle dos adversários. Em 1972, essa existência ambivalente de nova instituição tornou-se ainda mais sombria diante da ameaça de fim dos financiamentos internacionais para atividades de ensino e pesquisa.

Desacordos sobre critérios de progressão profissional da carreira de docente-pesquisador do Museu Nacional, envolvendo Cardoso de Oliveira e a direção da instituição, a propósito do peso dos títulos acadêmicos e publicações efetuadas,

acabaram por acarretar a partida daquele pesquisador. Depois de ano sabático nos Estados Unidos, acolhido pela Universidade de Harvard, Cardoso de Oliveira aceitou o convite de Roque Laraia para em seu retorno ao Brasil organizar nova pós-graduação na Universidade de Brasília. Sua ausência ameaçou o funcionamento regular da instituição do PPGAS nos quadros do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, pois apenas Luiz de Castro Faria e Roberto da Matta eram docentes dos quadros da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa época a demissão de professores ocorria com certa frequência como punição por suas opiniões políticas, e o fechamento desta pós-graduação significava uma grave diminuição das chances de futuros promissores em antropologia social. Assim, discussões aprofundadas ocorreram entre docentes-pesquisadores e estudantes, desembocando na proposta de concepção de projeto de pesquisa suscetível de abrir as portas de financiamentos internacionais.

De fato esta ameaça à existência coletiva funcionou como estímulo suplementar a reforçar a cooperação entre titulares de projetos conduzidos individualmente até então. Dois dos estudantes de mestrado – Leite Lopes e Garcia Jr. – trabalhavam profissionalmente como economistas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), uma agência pública destinada a promover projetos de desenvolvimento industrial e serviços de infraestrutura, mas seus dirigentes estavam atentos para desafiar os obstáculos ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. Seu presidente – José Pelúcio Ferreira – havia organizado um grupo de pesquisa destinado a explorar as possibilidades de enfrentar a forte concentração dos benefícios do crescimento econômico. Os dois jovens economistas trabalhavam neste novo grupo de pesquisas e estudavam as evoluções das desigualdades da renda nacional e as limitações do mercado de trabalho na incorporação de novos contingentes. Nessa condição foram convidados à reunião em Brasília onde jovens economistas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Claudio Salm e Luiz Carlos Silva, haviam preparado um relatório demonstrando os efeitos catastróficos dos deslocamentos rurais-urbanos com a chegada maciça de migrantes originários de grandes plantações de todo o país voltadas para exportação. A vontade de compreender as evoluções prováveis do mercado de trabalho fazia eco à preocupação de analisar os efeitos das migrações maciças de contingentes de desprovidos de meios materiais e intelectuais capazes de assegurar o sucesso da inserção em meio urbano. Desde as primeiras discussões com os economistas

do Ipea houve menção do interesse dos *experts* do Banco Mundial pelo conhecimento mais a fundo dos modos de crescimento da pobreza, especialmente nas grandes metrópoles. Informados dessas possibilidades, os docentes-pesquisadores e estudantes do PPGAS do MN se mobilizaram para conceber um projeto capaz de obter os financiamentos necessários à sobrevivência da instituição. Foi assim que o projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste” foi elaborado, entre setembro de 1972 e janeiro de 1973, sendo então submetido à aprovação do Ipea, organismo inscrito no Ministério do Planejamento, para que se chegasse finalmente à convenção com o Banco Mundial (PALMEIRA, 1976, p. 201-238). A redação deste projeto envolveu a colaboração de 12 pesquisadores, entre docentes e mestrandos, durante vários meses, atividade suplementar às obrigações como profissionais ou estudantes, todos movidos pelo sentimento de salvar uma instituição ameaçada de extinção tão logo começou a dar seus primeiros frutos (CARVALHO, 2016). Para conseguir financiamentos consequentes, a proposta de pesquisas fundada em conhecimentos acumulados pela antropologia social devia provar sua capacidade de ir além das análises habituais nos assuntos que eram tradicionalmente estudados por disciplinas bem estabelecidas e dotadas de prestígio como a economia, a ciência política e a sociologia. Toda monografia isolada, mesmo portadora de grande interesse científico, seria fatalmente considerada como pontual por gestores de agências financiadoras interessados por questões macroeconômicas. Em contraposição a investigações voltadas tão somente para os diversos grupos ameríndios existentes no território nacional, o desafio a enfrentar era o de demonstrar a pertinência e a complementariedade do uso simultâneo de métodos estatísticos e etnográficos para compreender os modos de desenvolvimento econômico e as implicações sociais e culturais dessa evolução. O texto do projeto final, sobretudo sua introdução, explicitava as grandes lacunas dos debates entre economistas que os antropólogos se propunham a preencher. A forte retomada do crescimento econômico do início dos anos 1970, que foi catalogada pelos arautos do regime militar de “milagre econômico”, foi acompanhada pela intensificação das migrações rurais-urbanas e interregionais; ao mesmo tempo houve uma alta significativa dos níveis de desemprego e de todo tipo de atividades associadas à parca remuneração (subemprego), o que contribuía para acentuar as desigualdades entre as diversas regiões do Brasil e os contrastes entre o topo e a base da pirâmide social. Nos casos estudados no Nordeste, para melhor se compreender

as condições de vida dos assalariados, era imprescindível explorar o contraste entre os desafios presentes em economia completamente monetarizada e os modos de vida e de pensar de famílias inscritas numa “economia do favor”, outrora abrigadas em grandes domínios e “protegidas” pelos senhores de terra. A concorrência entre ferramentas intelectuais diferentes forjadas pelas diversas ciências sociais acarretava o aprofundamento do conhecimento das situações estudadas a partir da análise das categorias de pensamento dos agentes sociais e a objetivação dos desafios representados pela passagem a uma economia completamente monetizada.

O projeto foi transmitido aos financiadores potenciais, ou seja, aos organismos vinculados ao Ministério do Planejamento e aos peritos do Banco Mundial desde o início de 1973, mas os fundos apenas foram atribuídos em meados de 1975. Projeto considerado de grande interesse científico para uma visão mais clara dos processos em curso, programa bem acolhido pelos peritos do Banco Mundial, contentes de encontrar uma análise minuciosa da “pobreza no Brasil” e sua proliferação recente. Contudo, em momento de auge do autoritarismo, suscitou uma desconfiança pronunciada das autoridades responsáveis pelo Ministério do Planejamento, em particular do ministro João Paulo dos Reis Velloso e do economista Nilson de Hollanda, presidente do Ipea. A demora do financiamento efetivo é um índice eloquente dos obstáculos políticos ao debate aberto no espaço público sobre os rumos da economia e da morfologia social, particularmente diante de programa de estudos destinado a aumentar a visibilidade das razões sociais do incremento da “pobreza no Brasil” entre grupos desfavorecidos. A industrialização por substituições de importações, a partir da crise de lavouras de exportação, certamente provocou o crescimento acelerado da economia e a diversificação de atividades produtivas, mas as camadas mais modestas da população, particularmente as egressas do campo, dele não se beneficiaram, e a distribuição da renda e do patrimônio conheceu uma concentração ainda mais pronunciada. O crescimento econômico se associou a novos bolsões de pobreza e incrementou as distâncias sociais. A longa discussão entre os antropólogos do Museu Nacional e as autoridades sobre modalidades de financiamento do projeto acabou por afastar o Banco Mundial da parceria na alocação de fundos, e a Finep assumiu um papel ativo de compor uma federação de entidades do Ministério do Planejamento, que assinalasse o caráter exclusivamente nacional do mecenato. Objetivar a pobreza no interior do crescimento da riqueza infundia receio. Foi

assim que o convênio passou a ser promovido pelas entidades Finep, Ipea, IBGE, tendo a UFRJ como beneficiária. Ressalte-se, como já mencionado, que o projeto foi motivado pelo ímpeto de preservar o PPGAS como instituição de ensino, e boa parte do orçamento destinava-se a cobrir o salário dos professores. Em meados dos anos 1970, a Finep começou a apoiar doutorados e centros de pesquisa de nível internacional de implantação recente no país, substituindo a Fundação Ford em auxílios às pós-graduações e pesquisas de ponta.⁶ Por essa época, José Pelúcio Ferreira aproveitou uma recomposição das autoridades nomeadas para organismos do Ministério da Educação para obter seis contratos para docentes-pesquisadores do Museu Nacional, o que permitiu regularizar a situação de professores que haviam sido recrutados graças às subvenções da Fundação Ford.

Desta forma, o projeto coletivo para manter as atividades de ensino pós-graduado, voltado para prática de pesquisas individualizadas nos moldes de etnografias, permitiu obter os meios de institucionalização definitiva do PPGAS. Note-se que esta modalidade de ação coletiva, esboçando investigações inovadoras para justificar novo programa de pós-graduação, reeditava nos anos 1970 aquela que permitira a Cardoso de Oliveira e Maybury-Lewis continuar a parceria em ensino e pesquisa. Em ambos os casos foi a reputação obtida com atividades científicas no âmbito nacional e internacional, essa forma particular de capital simbólico, que foi reinvestida em investigações inovadoras que asseguraram os meios para a simples existência institucional na esfera local. O prestígio da pesquisa empírica no PPGAS do Museu Nacional parece ter sido reforçado pela mesma forma como se deu sua institucionalização.

A demonstração histórica realizada anteriormente segue um dos princípios fundamentais da epistemologia de Bourdieu. A objetivação da relação dos pesquisadores com seus objetos de pesquisa é uma maneira central de construí-los completamente, para não projetar no objeto estudado apenas a própria relação particular que esta atividade suscita. Vê-se no caso examinado que o desenho de objetos e investigações inovadores supôs certas relações específicas entre pesquisadores, suas instituições de pertencimento e os vínculos que tecem com agências de financiamento à pesquisa, sejam elas nacionais ou internacionais. A sociologia das configurações sociais implicadas pelas investigações empíricas transforma-se em reforço das condições para apreciar a

⁶ Para mais detalhes, ver Miceli, 1993 e Garcia Jr, 2009.

validade dos objetos examinados, tornando explícita, objetiva, a perspectiva particular em que os cientistas constroem seus objetos de estudo.

Se antropólogos de diferentes gerações do PPGAS puderam convencer um certo número de pares, interessados pelo avanço das ciências sociais, da pertinência do trabalho etnográfico a realizar nos anos 1970, o que pensar hoje em dia dessa experiência histórica e que resultados científicos podem ser destacados?

A integração de pesquisadores do PPGAS nas redes internacionais tecidas por Bourdieu, com a colaboração dos pesquisadores do CSE (Centro de Sociologia Europeia) ou a ele associados, é melhor compreendida se observarmos que o projeto “Emprego” se iniciou efetivamente no mesmo momento em que Monique de Saint Martin realizava sua primeira estadia no Brasil, e passava a animar uma cooperação de largo fôlego com redes de pesquisa brasileiras.⁷ Também em 1976, Palmeira, Sigaud e Leite Lopes apresentaram seus primeiros resultados de pesquisa no Congresso Internacional dos Americanistas em Paris. As investigações sobre transformações dos modos de dominação no Nordeste se inscreviam em diálogo constante com Bourdieu e sua equipe, o que muito contribuiu para a ampliação dos temas de pesquisa estudados no PPGAS. Várias estadias pós-doutorais dos pesquisadores brasileiros marcaram esse novo período, o que também foi o caso no tocante à vinda ao Brasil de numerosos pesquisadores do CSE e do Csec, como Jean-Claude Combessie, Francine Muel-Dreyfus, Abdelmalek Sayad, Michel Pialoux, Jean-Pierre Faguer, Victor Karady, Louis Pinto, Johan Heilbron e tantos outros, compreendendo as novas gerações (Gisèle Sapiro, Frédéric Lebaron, Franck Poupeau, Julien Duval).

Uma boa ilustração da participação de pesquisadores brasileiros na renovação de temas estudados pelas ciências sociais no âmbito internacional, e também do trabalho em comum entre pesquisadores dos dois lados do oceano, é o artigo “La disparition de la joie du peuple” (“O desaparecimento da alegria do povo”), sobre a morte de Garrincha e as cerimônias a que deu lugar, editado em *Actes* com a colaboração de Sylvain Maresca (LEITE LOPES; MARESCA, 1989). A história deste antigo operário têxtil dos subúrbios do Rio, que se tornou um craque internacional de futebol, é posta em relação com o estilo de jogo

⁷ Essa cooperação internacional do CSE e do Csec com brasileiros foi estudada de maneira precisa e inteligente por Maria Eduarda da Rocha a partir dos arquivos de correspondências na França trocadas entre Bourdieu e os brasileiros, e complementada com entrevistas e exames de CV (ROCHA, 2022).

extremamente singular desse “herói” das Copas do Mundo de 1958 e de 1962. Leite Lopes participou dessa forma da consolidação da sociologia do esporte como tema reconhecido nas ciências sociais internacionalizadas, mobilizando suas etnografias precedentes sobre os modos de dominação de tecelagens do Nordeste.

Metamorfoses da hierarquia social

A antropologia social tomou ares no Brasil, nos anos 1960, de disciplina inovadora, possibilitando afrontar mesmo questões suscitadas pelos modos de crescimento econômico e pela mobilidade social de efeito limitado entre grupos subalternos. Ela surgiu igualmente associada ao privilégio da observação direta dos fatos sociais e da atenção ao olhar que os agentes endereçam ao universo social no qual estão imersos. Ela materializou uma tomada de distância por relação à tradição objetivista comum na investigação dos economistas e dos politólogos, que nitidamente privilegiam estatísticas e a regularidade constatada dos comportamentos observados. Esse método implicava admitir que os etnógrafos em campo, mesmo tendo sido formados nos cursos mais prestigiados e dispendo de diplomas ultravalorizados, não chegavam a decifrar de saída o sentido dos enunciados pronunciados por populações de baixa extração social e exigia uma modéstia pouco habitual nos contingentes com alto grau de escolarização. Reconstituir o universo social e sua hierarquia a partir das categorias de percepção de camadas desfavorecidas, em particular com fraca escolaridade, constituiu de fato um protocolo inovador abrindo as portas à renovação dos modos de compreensão do trabalho de dominação e sua eficácia. A realização simultânea de etnografias coordenadas permitiu mostrar o que era recorrente e o que variava de maneira contingente. Por exemplo, a oposição central no discurso dos grupos dominados das áreas estudadas aparecia em torno da dualidade entre “sujeitos” e “libertos”, tendo por referente explícito a escravidão, abolida juridicamente em fins do século XIX.⁸ A residência da família nas grandes plantações açucareiras era sistematicamente associada à condição de *sujeito*, enquanto a residência em pequenas propriedades no meio rural, mesmo que dispusessem de meios materiais em quantidade inferior a membros do primeiro grupo, era sistematicamente associada à condição de

⁸ Análise excepcional das mobilizações abolicionistas em contraponto às dos escravocratas, até o advento da Lei Áurea, foi realizada por Alonso (2015).

“*liberto*”. O conteúdo dessa dualidade apresentava forte variação de sentido, mas seu caráter recorrente se mostrava decisivo para compreender os modos de exercício do poder pelos *patrões* ou *senhores* e para captar o conjunto completo das obrigações a serem respeitadas pelas famílias de dependentes. Sem conseguir entender e explicar essas categorias de pensamento, todas as lógicas do comércio em pequena escala, do artesanato, das migrações em direção às cidades industriais e suas temporalidades, das práticas correntes do trabalho em família, ou mesmo a filiação religiosa e a conduta política permaneciam opacas e ininteligíveis. Contudo é preciso considerar que estes procedimentos corriqueiros em investigação etnográfica chocavam os utilizadores habituais de métodos estatísticos, com críticas frequentes a portas abertas ao “*subjativismo*” nos métodos de investigação adotados. Conjuguar métodos etnográficos e estatísticos supôs batalhas intelectuais de certa amplitude, não foi prática aceita sem mais.

A atenção voltada para categorias de pensamento “*indígena*”, retomando vocabulário corrente em antropologia, mas agora diante de sociedades complexas, provocou o ceticismo diante da aplicação de questionários logo de saída na pesquisa de campo. Se as palavras poderiam ter significados diversos para o pesquisador e para o informante, como se poderia assegurar o valor das interpretações dos dados obtidos por meio de técnicas de sondagem? No caso do projeto “*Emprego*”, a pertinência dos métodos utilizados supôs a confrontação permanente da observação das interações sociais (em feiras, nos trabalhos no roçado, na agroindústria açucareira etc.) com as informações obtidas por questionários, pelo tratamento de dados secundários de fontes oficiais (IBGE) e por exame dos arquivos disponíveis. As representações coletivas sobre a vida social, encontradas nos discursos dos agentes, nunca dispuseram de privilégio absoluto. Certos pesquisadores adotaram técnicas quantitativas em suas investigações. Palmeira, por exemplo, organizou por anos sucessivos recenseamentos de vendedores na feira de Palmares, município da Mata Sul de Pernambuco, para confortar a análise da expansão das redes comerciais e aplicou um questionário em amostra de barracões. Marie-France Garcia Parpet por sua vez realizou também recenseamentos da feira de Remígio na Paraíba e contabilizou os talões de cobranças de taxas por exibição de mercadorias para melhor entender as flutuações sazonais (os resultados de dois censos de feira no município de Remígio são apresentados no Quadro 1).

Quadro 1 – Feira de Remigio, Paraíba

Distribuição dos vendedores por sexo e por setor						
1982				1989		
Setores	H	M	Total	H	M	Total
Farinha de mandioca	15	-	15	21	-	21
Feijão	13	-	13	16	-	16
Carne	25	3	28	30	1	31
Rapadura	2	-	2	1	-	1
Peixe Seco	4	3	7	22	-	22
Estivas	6	1	7	21	6	27
Queijo	-	-	-	2	-	2
Goma	-	-	-	-	1	1
Verdura	4	6	10	11	9	20
Ervas medicinais	1	1	2	4	1	5
Frutas	24	5	29	24	12	36
Temperos	2	1	3	-	-	-
Pão	1	-	1	5	1	6
Picolé	5	-	5	-	-	-
Balas	4	-	4	1	2	3
Refrescos	2	1	3	3	1	4
Banco de café	1	18	19	-	17	17
Cigarro/cachaça	7	2	9	10	-	10
Fumo	7	-	7	3	-	3
Jogos	2	-	2	2	-	2
Confecção	7	8	15	31	16	47
Tecidos	3	3	6	2	5	7
Miudezas	5	1	6	4	7	11
Sapatos	7	2	9	13	3	16
Discos	1	-	1	-	-	-
Louças	1	1	2	1	-	1
Mangaio	1	-	1	6	2	8
Cerâmica	4	2	6	3	5	8
Ferramentas	8	-	8	5	-	5
Material de construção	1	-	1	-	-	-
Bicicletas	1	-	1	7	-	7
Malas	2	-	2	-	-	-
Móveis	1	-	1	2	-	2
Redes	2	-	2	1	-	1
Troca	3	-	3	4	-	4

Galinhas	1	-	1	1	-	1
Porcos e cabras	2	-	2	1	-	1
Vacas e cavalos	4	-	4	4	-	4
Carvão	-	-	-	3	-	3
Passarinhos	-	-	-	2	-	2
Cordel	-	-	-	1	-	1
Sem informação	1	-	1	8	-	8
Total	180	58	238	262	93	355

Fonte: Recenseamentos efetuados por Marie-France Garcia Parpet em 1982 e 1989.

O uso de estatísticas secundárias do IBGE, particularmente as que provinham de dados de censo demográfico e econômico, foi corrente nas monografias dos antropólogos, o que muitas vezes permitiu testar a validade das explicações fornecidas, sobretudo em relação às migrações. Bem verdade que essas modalidades de uso de estatísticas não chegaram a associar o questionário etnográfico com as variáveis demográficas, como se pode ler no *Travail et travailleurs en Algérie*.

Como relacionar o objeto construído por cada pesquisador com os demais, para se assegurar que cada monografia contribuía para um melhor conhecimento da mudança social nas regiões de *plantation*? As imagens da totalidade do espaço social não podem ser obtidas, nesse caso, pela adição das observações de caráter parcial. Este projeto adotou a noção de “situações-tipo”, designando um feixe de relações sociais que podem ser observadas de forma recorrente, e nomeadas de maneira constante pelos atores, abrindo a possibilidade para o pesquisador elaborar uma cartografia social. Assim é para os *moradores de engenho* para designar modalidades de recrutamento e gestão da mão de obra residindo nas grandes propriedades, ou ainda para os *trabalhadores de ponta de rua* para mostrar a concentração nas cidades de agroindústria açucareira de antigas famílias de *moradores* postos para fora dos *engenhos* etc. Esta noção de situação-tipo, utilizada no projeto original, pode ser aproximada do conceito proposto por Norbert Elias (1985) de configuração social, para designar indivíduos vinculados uns aos outros, por relações de interdependência, em que o comportamento de uns só ganha sentido pleno quando remetido aos comportamentos dos demais. Cada monografia tentou circunscrever uma categoria social particular, como os *moradores de engenho*

(SIGAUD, 1980), os *operários do açúcar* (LEITE LOPES, 1976), os pequenos produtores (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983), os *negociantes* em feiras (PALMEIRA, 1971b; GARCIA PARPET, 1993). O trabalho etnográfico dessa forma tornou-se igualmente interdependente: as análises propostas em cada monografia singular repercutiam sobre as hipóteses e demonstrações das demais. A análise das particularidades de cada grupo de agentes permitia corrigir erros de perspectivas e *bias* de outros trabalhos. Nenhum coletivo dado *a priori*, como *negociantes em feiras*, *camponeses libertos* ou *operários do açúcar* ficou intocado após o tratamento mais aprofundado da morfologia social de cada categoria.

No caso do projeto “Emprego”, os diferentes autores não se limitaram a aprofundar os resultados das monografias iniciais sobre as *plantations*, e muitos procuraram captar como as transformações desta região provocaram efeitos sociais sobre as migrações em direção a grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro. Estas grandes cidades conheceram uma industrialização acelerada com forte expansão do trabalho assalariado, mas também de grande massa de subempregados residindo em abrigos precários ou em favelas urbanas (MACHADO DA SILVA, 1971). Note-se, como Otávio Velho chamara a atenção em seus trabalhos iniciais, que parte dos migrantes se dirigia para as frentes pioneiras na Amazônia, em busca de terras livres suscetíveis de aceder à condição camponesa (VELHO, 1976). A multiplicidade das estratégias de reconversão e a recomposição dos processos sociais admitindo a recriação de morfologia social com fortes desigualdades estão no coração dessa verdadeira etnografia coletiva e explicitam as interdependências entre processos na escala deste vasto país. O fim do mundo fechado das *plantations* baseadas em trabalho forçado se revela como um leque de possíveis históricos a exigir estudos mais minuciosos sobre a diversidade de estratégias de reconversão dos diferentes agentes sociais e suas condições de eficácia. O Quadro 2 a seguir reproduz tabela de *O Sul: caminho do roçado*, demonstrando como os movimentos de população de municípios do Brejo estão associados às modificações da morfologia social nestes territórios e também a formas de percepção do espaço social em termos de *libertos* e *sujeitos*.

Quadro 2 – Evolução da população de Areia e municípios vizinhos (em porcentagens) e recomposição da morfologia social – Paraíba 1950-1980

Municípios	1950-1960	1960-1970	1970-1980	Ecologia	Exploração agrícola	Feira frequente	Classificação do território
Areia	+10	-6	-7,5	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Remígio	-18	+3	+12	agreste	culturas alimentares/ gado	média	liberto
Bananeiras	-3,5	+6,5	-10	brejo	cana/declínio	fraca	sujeito
Solanea	+102	+11	+19	agreste	culturas alimentares	forte	liberto
Pilões	-6	-2	-5	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Serraria	-24	+19	-7	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Arara	+33	-4	+12	agreste	culturas alimentares/ gado	forte	liberto
Alagoa Nova	+1	-11	-3	brejo	cana/declínio	fraca	sujeito
Esperança	+3	+16	+14	agreste	culturas alimentares/ gado	forte	liberto

Fonte: IBGE/Pesquisa de campo (GARCIA JR., 1989).

Entre os momentos mais fecundos desse empreendimento coletivo foi constatar os novos usos da palavra *trabalho* e do verbo *trabalhar*, sobretudo ao ter em mente as análises da “descoberta do trabalho” entre os camponeses da Cabília submetidos a processo de desenraizamento (BOURDIEU; SAYAD, 1964). A historicidade da categoria *trabalho* é manifesta, como já havia sublinhado Karl Marx na *Contribution à la critique de l'économie politique*. Decodificar seus significados é uma das vias mais promissoras para objetivar a configuração social que supõe a oposição entre dirigentes econômicos e sua mão de obra. Os pesquisadores no Nordeste foram confrontados com representações heterogêneas sobre os significados da categoria *trabalho*. Os usos desta palavra só se tornavam perfeitamente inteligíveis quando postos em relação com a posição de cada agente no espaço social e consequentemente com os desafios que teria que afrontar. De acordo com os cortadores de cana, secundados neste aspecto pelos pequenos produtores, os operários do açúcar *não trabalhavam*, mesmo quando percebiam os esforços feitos por esses últimos ao longo de

jornada de 12 horas como dignos de admiração. Exibindo uma concepção de trabalho em relação direta com as que expressaram os fisiocratas – só as tarefas vinculadas ao cultivo da terra merecem o qualificativo de *trabalho* – desprezavam a atividade dos operários industriais. A fraca remuneração que recebiam em contrapartida de suas atividades agrícolas lhes aparecia como uma injustiça diante dos *verdadeiros trabalhadores*. Os operários de usina, por seu lado, conheciam bem essas classificações dos cortadores de cana, mas afirmavam a superioridade de sua categoria na divisão social das tarefas graças à mediação das máquinas que operavam e que multiplicavam as energias de seus corpos (LEITE LOPES, 1976). Os operários do açúcar reproduziam dessa forma raciocínios similares aos de Adam Smith nas *Riquezas das Nações*. Já o campesinato examinado por Heredia e Garcia Jr., a palavra *trabalho* se restringia a designar tarefas agrícolas, mas, à diferença dos assalariados da cana, compreendia sobretudo aquelas que se passavam sob o controle direto do grupo doméstico. Tudo isto diferia profundamente de atividades de intermediário comercial, o *negócio*, mesmo se fosse graças ao rendimento que assim obtinham que conseguiam equilibrar o orçamento familiar. Na vertente oposta das atividades consideradas gratificantes, o trabalho remunerado a dinheiro e executado sob as ordens de outro agricultor – o *alugado* – era unanimemente apontado como atividade humilhante. Como já havia observado Robert Castel, a propósito dos que viviam no “dia a dia” na Europa em fins da Idade Média, as atividades exercidas como *diarista (journalier)* constituem motivo de vergonha. No Nordeste o *alugado* designava um ciclo temporal de apenas um dia, “trabalha de dia para comer à noite”, o que demonstra ser incompatível com a temporalidade do ciclo agrícola a que todo agricultor está submetido. O *trabalho alugado* significa portanto a negação da condição de agricultor e de modo algum a prefiguração de um proletariado agrícola em vias de se afirmar. Essa hierarquia de atividades reconhecidas como válidas, por diferentes categorias de subalternos, está fortemente impregnada de valores morais e é relativamente independente do rendimento que possa acarretar. O exame em detalhes dos usos correntes da categoria *trabalho* permite assim melhor captar a experiência da mudança social e a multiplicidade de trajetos que cada um pode adotar. Essa confrontação sistemática do leque de possibilidades associadas às diversas posições sociais favoreceu a demonstração que a hegemonia da economia de mercado não dota os diferentes indivíduos de chances equivalentes de obterem ganhos monetários, como

grande número de economistas acreditam. Em sentido inverso, as distâncias sociais entre descendentes dos *senhores* e descendentes de *escravos* (como os antigos *moradores*) foram recriadas em bases novas e enraizadas em novos princípios de dominação legítima (como qualidade profissional relacionada à escolaridade). O livro que reagrupou as monografias referentes à parte urbana do projeto Emprego – *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação* (LEITE LOPES *et al.*, 1979) é revelador da constatação coletiva que as mudanças examinadas foram acompanhadas de modificações de monta das configurações sociais, e ainda que se inscreveram na intimidade de cada indivíduo, mas força é de constatar igualmente a recriação das fortes desigualdades sociais e das assimetrias existentes desde o início dos tempos coloniais.

Conclusão: hierarquias sociais e modos de dominação

O universo social polarizado em casas-grandes e senzalas, como foi descrito por Gilberto Freyre (1933, 1936), não desapareceu com o ato jurídico de abolição da escravidão. O trabalho de dominação dos *senhores* permitiu recriar um certo número de poderes sobre as populações a eles submetidas pelo simples fato de serem abrigadas em seus domínios, como no caso dos castigos corporais ou de julgamentos impostos a querelas entre residentes nas propriedades. Em face dos desafios impostos por novas condições políticas e econômicas, os descendentes dos *senhores* possuíam os meios de pôr em prática novas estratégias de reconversão, como investimentos escolares de maior abrangência por parte de seus descendentes, ou promoção de novas atividades comerciais, industriais ou culturais (escola, jornalismo, edição, música, rádio, teatro etc.), coisas impossíveis para os descendentes de escravos cuja dependência não conhecia limites e os meios materiais eram escassos. Expulsas das *plantations*, as famílias desprovidas não dispunham de meios de garantir a própria sobrevivência, nem mesmo abrigo seguro e tranquilo, nada as preparava a enfrentar um sistema de mercados generalizado.

Para tratar deste tipo de problemas, as pesquisas de Bourdieu e seus colaboradores sobre a Argélia e o Béarn representaram ao mesmo tempo modelos metodológicos de investigação e pontos de referência sobre questões a examinar para compreender a especificidade da configuração brasileira. Bourdieu, ao reganhar o território metropolitano, se consagrou a investigar e buscar explicar como os modos de funcionamento do sistema escolar na França contribuíam à reprodução da hierarquia social existente desde o início da

Terceira República em fins do XIX, jamais acarretando sua destruição. O modo de dominação a componente escolar, como estudado na *Noblesse d'Etat* de 1989, provocava certamente modificações de monta das instituições culturais e políticas, mas recriava diferenças sociais homólogas das que precederam à Revolução Francesa. A evolução sob suas lentes muito longe estava de caminhar para promoção da igualdade entre os indivíduos da mesma nação. No Brasil, a reprodução das antigas hierarquias sociais legadas pelo passado colonial estava sobretudo vinculada às modalidades de mudança nos laços sociais das antigas *plantations* de exportação, como assinalam os principais ensaístas dos anos 1930 (Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Oliveira Vianna) e como demonstram as monografias etnográficas examinadas anteriormente. Certamente fortes desigualdades de chances de sucesso escolar marcam igualmente a sociedade brasileira, e pesquisas por fazer na comparação entre escola em meio rural e em meio urbano contribuirão muito para entender a reprodução de desigualdades no país. Contudo os investimentos escolares são tributários de mudanças no mundo rural que condenam parte expressiva da população a estar desprovida de meios de assegurar a própria sobrevivência, e ainda mais de investir em estudos consequentes.

Uma situação que contrasta em tudo e por tudo com a morfologia do mundo rural após a Revolução Francesa e com a morfologia social da Terceira República. Assim, no Brasil, a manutenção de fortes hierarquias sociais deve-se em grande medida à estreita dependência do percurso da transformação nos modos de dominação no campo, que não dota as camadas subalternas de egressos do mundo rural de abrigos decentes para as famílias e meios de assegurar sua sobrevivência. O monopólio da terra por elites tradicionais tem muito mais implicações que o que pode ser constatado na atividade agrícola. Ele implica a exclusão dos “antigos protegidos” (sejam *moradores*, *colonos*, *agregados*) dos campos dos meios de abrigar suas famílias e poder assegurar ao menos parte de sua alimentação, em existência quotidiana marcada pela precariedade. No Brasil, em contraste com vários países, mas particularmente com a França, trata-se de princípio prevalecente da transformação dos modos de dominação desde fins do século XIX. Para compreender a mudança dos modos de dominação, Bourdieu enfatizava que além de acesso a meios materiais, como nos campos de refugiados da Argélia, era fundamental analisar as formas de aquisição de novas disposições mentais, permitindo aos “desenraizados” se inscreverem em configurações sociais em que o mercado é

rei. Sublinhava ainda a importância de estar atento para as condições econômicas e sociais deste esforço de reconversão. Esta questão oferece uma chave importante para objetivar os obstáculos ao acesso à plena condição de cidadão de uma República. A edição simultânea de pesquisa sobre o Nordeste e de um trecho do inquérito de Max Weber sobre os operários agrícolas a leste do Elba, texto contextualizado por Michael Pollak no número 65 de *Actes de la recherche en sciences sociales* (1986), bem mostra a preocupação do editor da revista de compreender e fazer compreender o que está em jogo e as modalidades e variantes de transformação capitalista em diferentes regiões do mundo. As pesquisas sobre a *plantation* no Brasil são reveladoras da força dos vínculos e das representações impondo obstáculos à reconversão dos desprovidos, frequentemente herdeiros da senzala, que impedem de incorporar a totalidade dos cidadãos à República, na acepção moderna da palavra.

Referências

- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ASSUMPTÃO, Leilah Landim. *A cooperativa do trabalhador: diferenciação social e organização camponesa*. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain; RIVET, Jean-Paul; SEIBEL, Claude. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris; La Haye: Mouton, 1963.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmaleck. *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *L'amour de l'art: Les musées et leur public*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.
- CAMARGO, Aspásia. *Brésil Nord-est: mouvements paysans et crise populiste*. Tese (Doutorado de 3º Ciclo) – École pratique des hautes études, Université de Paris, Paris, 1973.
- CARVALHO, Lucas Correia. *Projeto, conhecimento e reflexividade: estudos rurais e a questão agrária no Brasil dos anos 1970*. 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- DARRAS. *Le partage des Bénéfices, expansion et inégalités en France*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.
- ELIAS, Norbert. *La société de cour*. Paris: Flammarion, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia Schmidt, 1933.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

- FURTADO, Celso. O processo revolucionário no Nordeste. In: FURTADO, Celso (Org.). *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GARCIA JR., Afrânio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA JR., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB, 1989.
- GARCIA JR., Afrânio. Permanences et mutations dans le Brésil agraire: introduction. *Études Rurales*, Paris, n. 131-132, p. 9-18, 1993.
- GARCIA JR., Afrânio. Les disciples de la “mission française” et la réception de l’anthropologie structurale au Brésil: retour sur un mythe d’origine. *Cahiers de la recherche sur l’éducation et les savoirs*, Paris, Hors-série n. 2, p. 57-92, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cres/680>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- GARCIA PARPET, Marie-France. *O Bacurau: estudo de caso de feira de usina*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- GARCIA PARPET, Marie-France. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 19, 1992.
- GARCIA PARPET, Marie-France. Espace de marché et modes de domination. *Études Rurales*, Paris, n. 131-132, 1993.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira de Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- JULIÃO, Francisco. *O que são as ligas camponesas?* Cadernos do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KULA, Witold. *Théorie économique du système féodal*. Paris : Mouton, 1970.
- LEITE LOPES, José Sergio. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- LEITE LOPES, José Sergio et al. (Orgs.). *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação – estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE LOPES, José Sergio. *A tecelagem dos conflitos na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- LEITE LOPES, José Sergio; MARESCA, Sylvain. La disparition de “la joie du peuple”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 79, p. 21-36, 1989.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.
- MICELI, Sergio. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 1993.
- NOVAES, Regina. *Os escolhidos de Deus*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d’un débat*. 1971. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université de Paris V, Paris, 1971a.
- PALMEIRA, Moacir. Feira e mudança econômica. In: SIMPÓSIO DE PESQUISAS PPGAS, 1971, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGAS/MN, 1971b.

- PALMEIRA, Moacir. Morar: a lógica da “plantation” açucareira. *Actes du XLII Congrès des Américanistes*, v. 1. Paris: Société des Américanistes Musée de l'Homme, 1976.
- POLLAK, Michael. Un texte dans son contexte. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 65, p. 69-75, 1986.
- POLANYI, Karl. *The great transformation: the political and social origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1944.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. *Trade and Market in the early empires*. Glencoe: Free Press, 1957.
- RINALDI, Doris. *A terra do santo e o mundo dos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- RINGUELET, Roberto. *Los migrantes estacionales del Nordeste*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota. *Bourdieu à brasileira*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2022.
- SEIBEL, Claude. Travailler avec Pierre Bourdieu sur Travail et travailleurs en Algérie. In: BOURDIEU, Pierre. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris, Raison d’agir, 2021. p. 342-343.
- SIGAUD, Lygia, *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SIGAUD, Lygia, A nação dos homens. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 78, p. 13-114, Rio de Janeiro, 1980.
- VELHO, Otávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1976.
- WEBER Max. Enquête sur la situation des ouvriers agricoles à l’Est de l’Elbe. Conclusion, prospectives. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 65, 1986.
- WOLF, Eric; MINTZ, Sidney. Haciendas and plantations in the middle America and the Antilles. *Social and Economic Studies*, v. 6, n. 3, 1957.

Como citar

GARCIA JR., Afrânio; GARCIA PARPET, Marie-France. Mudança social sob a ótica de etnografias conjugadas a métodos estatísticos: ferramentas de Pierre Bourdieu em mundos rurais na Argélia e no Nordeste do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230208, 7 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st02.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros

O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste e o acesso à condição camponesa

The decline of sugar agribusiness in the Brazilian Northeast and access to the peasant condition

 **Patrícia Alves Ramiro¹**

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st03

Resumo: Este artigo apresenta considerações teórico-metodológicas sobre pesquisa referente à reconversão social de famílias da condição de moradores em terras de usina, tanto trabalhadores agrícolas quanto operários rurais, para a de assentados de reforma agrária. Trata-se de objeto em construção que, baseado na situação empírica da falência da usina Santa Maria, na região do Brejo paraibano, aponta para a questão da reconstrução dos mundos subjetivos, imposta pela nova situação vivida, através do conceito de “desenraizamento” e dos meios de sua superação, centrais na obra de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: agroindústria açucareira; reforma agrária; Nordeste.

Abstract: This article presents theoretical and methodological considerations on research related to the social reconversion of families living on land pertaining to sugar mills residents (both agricultural workers and rural mill staff) to agrarian reform settlers. This is an ongoing work based on the empirical bankruptcy of the Santa Maria mill in the Brejo region of Paraíba, Brazil, and points to the issue of reconstructing subjective worlds imposed by new experiences through the concept of "uprooting" and how to overcome this challenge, questions that are central to the work of Pierre Bourdieu.

Keywords: sugarcane agribusiness; agrarian reform; Northeast.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), no Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (CESSP). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Líder do grupo de pesquisa CNPq “Identidade e memórias das classes populares rurais e urbanas”. E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com.

Introdução

Neste artigo mostramos como o uso da teoria de Pierre Bourdieu para fins de compreensão de situações empíricas de abruptas transformações sociais e econômicas no Nordeste brasileiro pode ser extremamente rico para o avanço dos estudos rurais contemporâneos. Mais precisamente, abordamos como os trabalhos de Bourdieu do início de sua carreira, em especial os desenvolvidos durante sua estadia na Argélia, momento crucial de sua reconversão da filosofia para etnografia e sociologia,² ainda servem de inspiração para colocarmos em prática as ferramentas analíticas propostas pelo autor. Naquele momento de guerra pela libertação argelina, Bourdieu se propôs a analisar “[...] o processo de adaptação das disposições e das ideologias a estruturas econômicas importadas e impostas, quer dizer, a reinvenção de um novo sistema de disposições, que se realiza sob a pressão da necessidade econômica” (BOURDIEU, 2021a, p. 40), com enfoque para compreensão do processo de adaptação à economia capitalista e, mais precisamente, explicar suas lentidões e dificuldades.

Para tanto, tomamos como base parte de uma ampla pesquisa³ (RAMIRO, 2021) que vem sendo realizada na região do Brejo paraibano que se refere ao entendimento do processo material e simbólico da passagem da condição de trabalhadores moradores em terras de usina para a de assentados em terras desapropriadas para fins de reforma agrária.

Foi nos anos 1990 que, em decorrência da falência ou do fechamento de diversas usinas, o Nordeste do Brasil foi palco de um processo que levou os agentes vinculados direta ou indiretamente a estes estabelecimentos a buscarem modalidades de reconversão de suas ocupações e de suas posições sociais, acarretando recomposição da morfologia social e novas formas de pensá-la. Enfocamos aqui a situação empírica da falência, no ano de 1992, da usina Santa Maria, sediada no município de Areia, quando novos arranjos sociais foram impostos naquele espaço social fortemente marcado pela cultura canavieira desde 1931.

² Sobre o papel importante dessa etapa da carreira de Pierre Bourdieu na Argélia ver, entre outros, Wacquant (2006), Pérez (2022) e o próprio Bourdieu (2005).

³ Projeto “Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI”, coordenado por Patrícia A. Ramiro, que conta com apoio financeiro da Chamada interna Produtividade em Pesquisa PROPESQ/PRPG/UFPB (Edital n° 03/2020), da Fundação de Apoio à Pesquisa do estado da Paraíba/Fapesq (Edital n° 09/2021 – DEMANDA UNIVERSAL) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNCT n° 18/2021 – UNIVERSAL).

Importante destacarmos que tais mudanças observadas não tomam uma direção única. Por um lado, têm-se terras que eram da usina desapropriadas para fins de reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), dando origem a dez assentamentos rurais localizados nos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Alagoinha, o que permite o acesso à condição camponesa estável de antigas famílias empregadas por aquele estabelecimento agroindustrial. Por outro, vê-se senhores de engenho e seus herdeiros buscando estratégias de reconversão para manutenção ou melhoras de suas posições no espaço social, procurando limitar a amplitude da democratização do patrimônio fundiário. Em todo caso, independente das posições nas quais ocorram as reconversões, são as marcas impostas pelo latifúndio monocultor da cana-de-açúcar que interpelam esse trabalho de compreensão do presente. Podemos dizer que passado e presente servem, em diferentes posições sociais ocupadas naquela estrutura, para compor aquilo que Robert Castel (2015, p. 23) denominou de “efeito de herança”, no qual são os legados e a memória do passado que nos auxiliam a compreender práticas e pensamentos do presente.

Focamos na passagem da condição de ex-trabalhadores residentes, tanto trabalhadores agrícolas quanto operários rurais, de usina para a de assentados de reforma agrária. Trata-se de objeto em construção⁴ que aponta para a questão da reconstrução dos mundos subjetivos, imposta pela nova situação vivida, através do conceito de “desenraizamento” e dos meios de sua superação, centrais na obra de Pierre Bourdieu. Conceito que direciona nosso olhar, independentemente do tipo de mobilidade em jogo, para a produção social de uma situação de alguém submetido a todas as urgências para as quais ainda não possui todas as disposições econômicas, culturais e sociais necessárias para execução de estratégias de reconversão eficazes.

⁴ A questão da construção do objeto é parte essencial da herança científica de Bourdieu presente desde a publicação do *Métier de sociologue* (1968), publicado no Brasil com o título de *A profissão do sociólogo*, posteriormente alterado para *O ofício do sociólogo*, sendo reconhecida como um trabalho longo e paciente. O **rigor metodológico** que Bourdieu desenvolve, segundo ele próprio, foi resultado da situação de controle extremo da prática de campo no contexto da guerra pela libertação da Argélia. Gênese de sua ciência da prática e do poder simbólico, é na Argélia que Bourdieu percebe a exigência de não se naturalizar nada e de que “tudo parece ser questionado o tempo todo” (2005, p. 80). Situação que o obriga “a pensar em tudo, a controlar tudo, em particular o que parece natural na relação ordinária entre pesquisador e pesquisado [...]” (2005, p. 79), enfim, situação que exige uma permanente reflexividade. Para uma discussão densa do tema, conferir a coletânea organizada por Louis Pinto (2020).

Etnografias coletivas em temporalidades distintas

Antes de adentrarmos na questão específica deste artigo, cabe, ainda que brevemente, uma contextualização do ponto de partida dessa pesquisa e da postura metodológica adotada. Seguimos aqui a prática promissora de continuidade de pesquisas etnográficas coletivas em temporalidades distintas com caráter intergeracional. Trata-se, nesse momento, de avançarmos a produção do conhecimento retomando a prática de pesquisas de campo realizadas em torno do projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste”, coordenado pelo antropólogo Moacir Palmeira em meados da década de 1970 e início dos anos 1980 (PALMEIRA, 1977).⁵

Com forte influência da sociologia de Pierre Bourdieu, de quem foi aluno em alguns de seus seminários na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) na segunda metade da década de 1960, Moacir Palmeira foi peça central para a primeira tradução de texto de Pierre Bourdieu no Brasil⁶ (BORTOLUCI; JACKSON; PINHEIRO FILHO, 2015; JACKSON; RIVETTI, 2020), mas também pioneiro na construção de trabalhos em equipe no Brasil, prática marcante no início da carreira do sociólogo francês (SIGAUD, 2008; GARCIA JR., 2019). Deste projeto amplo, muitas pesquisas individuais realizadas por antropólogos vinculados ao recém-fundado, e hoje símbolo de excelência na área, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGAS-MN/UFRJ (GARCIA JR., 2009; PEROSA; GHEORGHIU, 2018), tornaram-se referências indispensáveis sobre temas relacionados ao universo canavieiro na região Nordeste do país (HEREDIA, 1988; GARCIA JR., 1989; GARCIA PARPET, 1992).

Pesquisas que precisam ser entendidas como continuidade de esforços anteriormente consolidados por meio da execução do projeto “Estudo comparativo do desenvolvimento regional”, coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, que atribuíram a Moacir Palmeira a missão de coordenar as pesquisas de campo no Nordeste mediante a inclusão de alunos do PPGAS-MN/UFRJ. Interessado em montar um grupo para estudar a zona canavieira, segundo depoimento de Palmeira, este projeto foi “[...] a

⁵ Projeto que, cabe lembrar, se apropria de bibliografia produzida por equipes de geógrafos nas mesmas regiões nos anos 1950, em especial, na obra deixada por Mário Lacerda de Melo (2012), Manuel Correia de Andrade (1997) e Gilberto Osório de Andrade (1997) para avançar na produção do conhecimento científico.

⁶ Moacir Palmeira será o incentivador da tradução do artigo “Campo intelectual e projeto criador” de Bourdieu, originalmente publicado na revista *Les Temps Modernes* em 1966 e, logo em seguida, publicado em português no livro *Problemas do estruturalismo* (POUILLON et al., 1968).

oportunidade de pensar a *plantation* e suas transformações levando em consideração, nos termos de Bourdieu, todo o conjunto de posições e oposições sociais ali presentes” (LEITE LOPES, 2013, p. 443).

Naquele primeiro momento, através do financiamento da Fundação Ford, todos os esforços da equipe se dividem entre a Zona da Mata Norte e Sul do estado de Pernambuco. Dentre as obras publicadas estão *Os clandestinos e os direitos* e *A nação dos homens*, de Lygia Sigaud (1979), *Terra de trabalho*, de Afrânio Garcia Jr. (1983), *O Bacurau*, de Marie-France Garcia Parpet (1977, 1983), *A morada da vida*, de Beatriz Heredia (1979) e *O vapor do diabo*, de José Sérgio Leite Lopes (1976).

Destas experiências na Zona da Mata pernambucana e, em decorrência da necessidade de novas fontes de recursos para continuidade das pesquisas, o projeto “Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste”, desta vez financiado através de convênio firmado entre a UFRJ e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dividiu os membros da equipe anterior para outros estados nordestinos. Beatriz Heredia (1988), por exemplo, foi em direção ao sul de Alagoas a fim de analisar o processo de transformações sociais decorrentes da expulsão de moradores e pequenos proprietários a partir da década de 1950 e Afrânio Garcia Jr. (1989) e Marie-France Garcia Parpet (1992) para o Brejo da Paraíba.

A proposta, como nos conta Garcia Jr. (cf. RAMIRO; GARCIA JR., 2016), era localizar outras plantações canavieiras com variações significativas em relação à Zona da Mata pernambucana a fim de observarem se as questões analisadas em Pernambuco eram recorrentes, ou não, em toda a região Nordeste. A busca antropológica pelas invariantes fez com que percebessem, dentre outras coisas, que expressões como *libertos* e *sujeitos* que apareciam no estado vizinho como “coisa do passado”, na Paraíba eram ainda categorias explicativas do presente e, deste modo, poderiam ver sua análise aprofundada por meio da pesquisa etnográfica.

Conhecimento cumulativo que permitirá, dentre outras coisas, o entendimento mais apurado das migrações para a Região Sudeste, anteriormente tratadas apenas como evidência do processo de expropriação dos pequenos produtores (GARCIA JR., 1983) e que, na Paraíba, se aprofunda com a frase que dá título ao livro *O Sul: caminho do roçado*, indicando assim uma estratégia de reprodução social do próprio campesinato.

Enquanto, há quarenta anos, ainda que a pesquisa de campo realizada por Afrânio Garcia Jr. (1989) mostrasse o declínio da dominação tradicional no mundo dos engenhos em decorrência de múltiplos fatores, como a possibilidade de migração para o “sul”, as flutuações no preço do açúcar no mercado nacional e internacional e a chegada dos direitos trabalhistas no campo, exibia também a imagem da figura de “senhores de engenho mais poderosos” que eram os que haviam se tornado usineiros na região. E, nada parecia indicar, até aquele momento, que esse mundo criado por eles pudesse ruir, muito pelo contrário.

Havia duas usinas em pleno funcionamento no Brejo, a usina Santa Maria, em Areia, e a usina Tanques, em Alagoa Grande, cujo ápice produtivo esteve diretamente relacionado ao recebimento de subsídios do governo federal oriundos do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (Planalsucar) e do Programa Nacional do Alcool (Proálcool). A expansão do plantio de cana para a agroindústria estava no auge no momento daquelas pesquisas de campo e, não foi sem espanto que, algumas décadas depois, nos deparamos com a brutalidade e velocidade intensa de mudanças muito significativas naquele espaço social, cuja ponta do *iceberg* reside na falência da usina sediada no município de Areia no início da década de 1990.

Na região agora revisitada pela equipe desde o ano 2017, além de poder contar com a colaboração ativa de Afrânio Garcia Jr. e Marie-France Garcia Parpet, cujas pesquisas na década de 1970 e início de 1980 e produção acadêmica posterior são referências fundamentais para nós, compõem a equipe Marilda Aparecida de Menezes, autora de diversos estudos de processos migratórios entre Nordeste e outras regiões do país (MENEZES, 2002, entre outros), alguns a partir do Brejo paraibano (MENEZES *et al.*, 2008), muitos realizados durante a década de 1990 e início dos anos 2000 e a inclusão geracional de novos pesquisadores, dentre os quais se incluem alunos de graduação e de pós-graduação.

Cientes de que a construção dos fatos passa pela teoria (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015), para atingirmos a compreensão da realidade vivida no brejo, diferentes metodologias são acionadas pelos pesquisadores conforme seus objetivos individuais. Analisados em perspectiva relacional, os olhares estão focados não apenas para as camadas inferiores (como o caso da análise aqui apresentada do objeto em construção), mas para hierarquia de posições e respectivas relações de dominação e de

poder. Nesse sentido, estão sendo realizadas pesquisas em diferentes segmentos da elite agrária local, quer sejam direcionadas para as trajetórias dos dois usineiros que foram proprietários da usina analisada (SOFFIATI, 2022), ou para proprietários de engenhos que buscam na valorização simbólica da cachaça artesanal uma estratégia de reconversão eficaz no presente (GARCIA PARPET; RAMIRO, 2018).

Todavia, de maneira ampla, podemos dizer que há ênfase para utilização do método etnográfico, pois nos permite, tanto em viagens de campo realizadas em grupo quanto nas viagens individuais ou em duplas, a observação participante das práticas cotidianas e a compreensão das respectivas representações sobre elas. Para chegarmos às representações que esses sujeitos têm de si e dos outros, ou seja, àquilo que os antropólogos chamam de “modelo nativo”, são realizadas entrevistas com uso do gravador. Apesar da “ilusão biográfica” que nos alerta Bourdieu (2006) em referência à tendência de construções lineares de nossas trajetórias, o uso da metodologia da história oral nos permite “uma abordagem interior dos fatos”, afinal, “o problema sociológico em relação à história de vida tem o mesmo caráter do fato sociológico em relação ao indivíduo: é-lhe ao mesmo tempo exterior e interior” (QUEIROZ, 2008, p. 82).

Os depoimentos de assentados coletados na região têm como norte o conhecimento acumulado pelas pesquisas anteriores que mostram claramente que “[...] os trabalhadores já entram no processo de trabalho ‘classificados’ e hierarquizados, de forma tal que as tarefas atribuídas a este ou àquele morador não o são de modo aleatório” (PALMEIRA, 2009, p. 210). Por este motivo, um dos critérios importantes para seleção dos informantes é a ocupação anterior na usina, como cabos de turma,⁷ cortadores de cana, medidores ou cambiteiros,⁸ visando captar de que modo diferenças sociais anteriores se reproduzem no novo espaço social do assentamento. Além deste critério, são realizados recortes de gênero e geração, bem como do ciclo de vida familiar de cada grupo doméstico. Embora, fique claro, isso não nos desobrigue de buscarmos uma diversidade de fontes de dados para além das histórias de vida, tais como documentos de diferentes fontes, como do acervo documental da usina Santa

⁷ Nome dado à pessoa responsável por vigiar o trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar.

⁸ Nome dado em referência ao cambito, peça de madeira apoiada no lombo do burro utilizada para transportar a cana cortada.

Maria,⁹ da Associação Sedup – Serviço de Educação Popular, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de processos trabalhistas da época da falência da usina. Enfim, metodologias qualitativas e quantitativas se complementam para dar conta da compreensão das abruptas transformações materiais e simbólicas ocorridas no espaço social de brejo em consequência da falência da usina Santa Maria.

Para finalizar a questão metodológica, cabe ressaltar que, segundo Sapiro (cf. GARCIA JR.; PESSANHA, 2013, p. 34), esse modelo de trabalho coletivo foi uma novidade na época do início da carreira de Bourdieu e seguia o modelo de laboratórios das outras áreas, partindo da ideia de que havia “um chefe de laboratório [neste caso, o próprio Bourdieu], uma equipe, um trabalho coletivo, uma divisão de trabalho, cada um levava uma parte, mas se inscrevia num projeto mais vasto”. Aquilo que no “Esboço de autoanálise”, após se questionar se não teria sido essa uma das origens de muitas dificuldades enfrentadas no interior do campo universitário, ele denomina de “lógica rigorosa e modesta do trabalho coletivo” onde ocorria uma “intensa fusão intelectual e afetiva” entre os pesquisadores (BOURDIEU, 2005, p. 52-53).

A miséria do mundo do açúcar

Desde os tempos coloniais seiscentistas, investimentos agrícolas nas *plantations* de cana-de-açúcar voltados para o mercado externo têm peso significativo para a formação e compreensão da sociedade brasileira em seus aspectos não apenas econômicos, mas sociais, culturais e políticos (HOLANDA, 1995; FREYRE, 2004). Região construída à custa da mão de obra escrava e de uma estrutura fundiária altamente concentrada nas mãos de uma minoria, caracterizada pela existência dos *engenhos* – grandes propriedades de terra voltadas, principalmente, para produção de cana-de-açúcar –, o Nordeste do país viu emergir a figura social de poderosos proprietários de terras, denominados *senhores de engenho* (ANTONIL, 1982).

⁹ Um acervo documental da usina Santa Maria com milhares de documentos da parte administrativa foi doado ao arquivo central da Universidade Federal da Paraíba em 2 de abril de 2019. Localizado durante a execução da pesquisa, o material havia sido abandonado pelo usineiro na sede da usina, tendo sido adquirido por leilão realizado pelo Ministério do Trabalho por um filho de ex-eletricista da usina em 2004. Todo o material encontra-se sob a guarda desse projeto de pesquisa e está em fase de organização.

Mesmo após a abolição da escravatura no final do século XIX, tivemos a reprodução social de uma estrutura extremamente desigual na qual a categoria escravo será substituída pela de *morador* nesta região. Surgida pelo ato de pedir morada a algum *senhor de engenho* como possibilidade de sustento e usufruto de pequena parcela de terra (chamados de *roçados* e *sítios*),¹⁰ última possibilidade para muitos de fugir da situação de miséria material, tendo o trabalho nas *plantations* como contrapartida (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1989; PALMEIRA, 2009). Relação marcada, portanto, pela *sujeição* do morador ao *senhor de engenho*, a quem deve fidelidade e trabalho árduo, caracterizando assim o que Garcia Jr. (1989) classificou como dominação tradicional personalizada.

Mesmo a organização sindical dos trabalhadores rurais e a chegada da legislação trabalhista para essa categoria em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural e a promulgação do Estatuto da Terra em 1964 (vinte anos após a conquista dos direitos trabalhistas dos operários no Brasil), não significaram o fim da situação de pobreza historicamente vivida por esta mão de obra (ÉTUDES RURALES, 1993). Pelo contrário, a escassez de alimentos para esses trabalhadores era diretamente proporcional ao aumento da produção canavieira que, ao final da década de 1970 e durante os anos 1980, em virtude dos altos subsídios recebidos do governo federal durante a ditadura militar (1964-1985), passou a ocupar todas as porções de terras disponíveis, chegando até o entorno das *moradias* que ainda permaneciam nos engenhos, impedindo, desta maneira, o plantio dos *roçados*, fonte importante para segurança alimentar das famílias.

Importa frisar que, como mostrou Lygia Sigaud (1979), a maioria dos trabalhadores das usinas sequeir irá ter sua situação de trabalho formalizada num contrato trabalhista, compondo a categoria dos chamados *clandestinos*. O crescimento da categoria passou a ocorrer, no início da década de 1950, a partir do processo de transferência da mão de obra de dentro dos engenhos (moradores) para fora deles. Desta vez, diferentemente de épocas anteriores, quando se podia *pedir morada* em outro engenho, este movimento teve caráter definitivo, ocasionando o crescimento veloz das áreas urbanas, especialmente, das chamadas “pontas de ruas”. Tal crescimento urbano acelerado não rompe a continuidade do trabalho destas pessoas na lavoura canavieira, afinal, como

¹⁰ Sítio e roçado não possuem o mesmo significado e podem ser pensados como categorias reproduzidas de maneira objetivada no espaço físico dos engenhos. Para detalhamento do assunto, conferir Palmeira (2009).

nos mostra Furtado (2007), a expansão produtiva das usinas na região se deu via ampliação das terras cultivadas e não por meio da incorporação de novas técnicas e aumento de produtividade.

Categoria forjada sob a ótica dos direitos, ser *clandestino* significa dizer que “[...] não tem direitos, que sua situação de trabalho é irregular e ilegítima em relação aos direitos” (SIGAUD, 1979, p. 129). Nesse sentido, opõe-se a categoria dos *fichados*, designando aqueles que passam a ter carteira de trabalho assinada, geralmente composta pelos *moradores* que permaneceram nas propriedades. Ainda que *clandestinos* e *fichados* não tenham as mesmas condições de trabalho, ambos, através de estratégias diferenciadas, serão colocados em situação de exploração máxima de sua força de trabalho, sem que isso signifique a saída da situação de pobreza (SIGAUD, 1979).

Situação degradante de condições de trabalho que atingirá não apenas os trabalhadores da parte agrícola das usinas, mas também os operários da parte fabril desta agroindústria. Basta recordarmos o título bastante significativo da obra de Leite Lopes (1976), *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*, uma referência à fala de um operário sobre o vapor exalado das turbinas de onde se descarrega o açúcar produzido.

A falência da usina e a reconversão para condição camponesa

A usina Santa Maria foi instalada no Brejo paraibano, microrregião do Agreste de clima úmido e temperaturas mais baixas que a média do estado, em 1931. Proprietária de dezenas de propriedades nos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Alagoinha, teve sua falência decretada no ano de 1992, deixando milhares de trabalhadores a esmo e sem o recebimento devido de indenizações trabalhistas.

Estima-se que 800 famílias de trabalhadores agrícolas e de operários *moradores* nas propriedades da usina se viram em situação precária e com pouca perspectiva de recolocação no mercado de trabalho local ou regional. Após importante mobilização social, a partir de 1997, as antigas propriedades da usina deram lugar a dez assentamentos rurais, abrigando um pouco mais da metade da quantidade de famílias de moradores vinculados à usina (420 famílias), ocupando uma área total de, aproximadamente, 4.031 hectares, conforme a Tabela 1 a seguir:

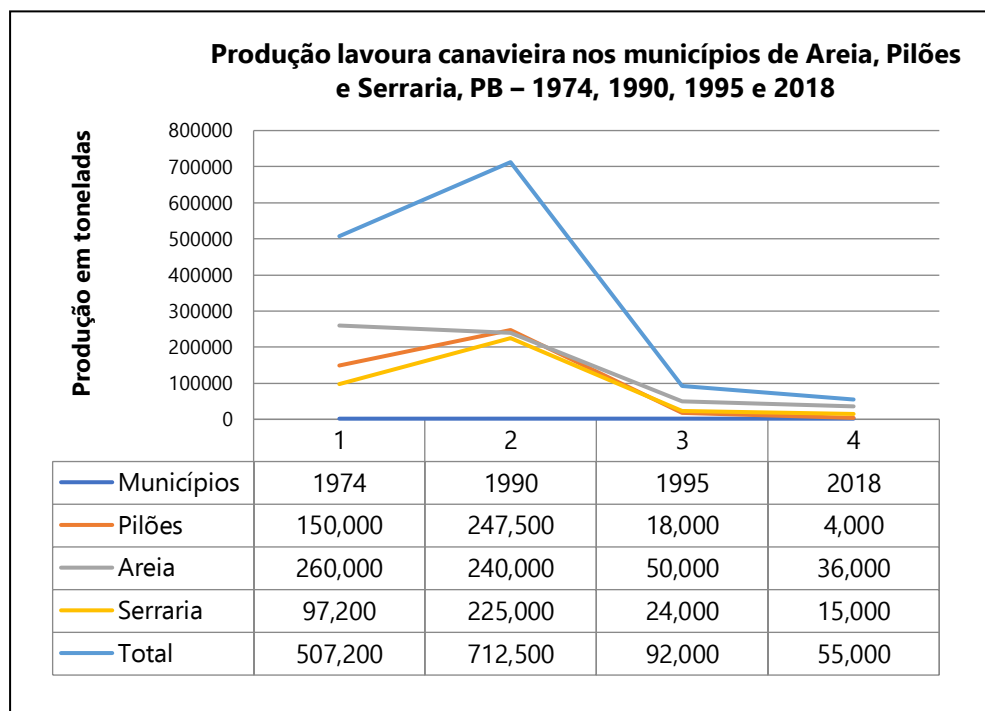
Tabela 1 – Distribuição dos assentamentos criados em terras desapropriadas da usina conforme município-sede, quantidade de famílias, ano de implantação e área ocupada

Assentamento	Município-sede	Qtd. famílias	Ano implantação	Área (ha)
Esperança	Areia	40	9/12/1997	163,000
União	Areia	59	12/2/1997	502,6800
Socorro	Areia	45	12/7/1999	387,7936
Veneza	Pilões	26	25/11/1997	184,4909
São Francisco	Pilões	28	25/11/1997	432,000
Santa Maria	Pilões	27	25/11/1997	201,6663
Redenção	Pilões	94	9/12/1997	969,000
Tabocal	Alagoinha	16	2/12/1997	199,200
Cajazeiras	Serraria	50	2/12/1997	590,830
Campo Verde II	Serraria	35	2/12/1997	481,400

Fonte: Incra, 2014.¹¹

De maneira objetiva, para demonstrarmos a intensa transformação da paisagem na região, ao analisarmos os dados produzidos pelo IBGE sobre a produção canavieira nos três municípios onde se concentravam a maior parte das propriedades da usina, vemos que o ano de 1990 marcou o declínio abrupto e acentuado desta lavoura permanente. No período de cinco anos, de 1990 até 1995, a produção decresce de 721.500 para 92.000 toneladas, uma queda de 88% (Figura 1), e em 2018 a produção cai a um décimo do volume do início dos anos 1970, quando as primeiras pesquisas foram realizadas.

¹¹ Destacamos aqui que os dados oficiais publicados pelo Incra na internet na forma de relatório de “Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação” apresentam divergências entre os divulgados em 2014 e os mais recentes, divulgados em 2022. Entre um e outro há, inexplicavelmente, um decréscimo de 261,009 hectares das áreas destes assentamentos. Cientes de que a questão da confiabilidade dos dados é fundamental, optamos por permanecer com os dados do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) quando as políticas públicas e a questão fundiária eram abordadas com mais seriedade pelo governo.

Figura 1 – Gráfico e tabela da produção da lavoura canavieira

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)/IBGE.

Em 2018, a Pesquisa Agropecuária Municipal apontou para a produção de 55.000 toneladas de cana-de-açúcar. Em 1990, na região do brejo paraibano havia 22.720 hectares de área plantada com cana, em 2018, eram 3.050 hectares. Produção que além de servir como alimento para o gado, abastecia o mercado emergente de cachaça artesanal, estratégia de reconversão social de alguns herdeiros de engenhos locais para manutenção rentável de suas propriedades (cf. GARCIA PARPET; RAMIRO, 2018).

Por outro lado, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), a produção de cachos de bananas que era de 16.840 toneladas no brejo paraibano, cresceu para 104.840 toneladas em 2018, tornando-se o principal produto das terras dos assentamentos rurais instalados na região. Ainda que saibam que é um produto com variações significativas de preços, não raro afirmando que “banana, tempo que tem muito, não tem preço. Tempo que tem preço, não tem banana!”, a característica perene do cultivo e a possibilidade de retorno financeiro, ainda que instável, semanal ou quinzenal, tornam o produto uma

escolha adaptável à região, capaz de garantir as despesas mensais exigidas para manutenção do grupo doméstico.

Doravante, um primeiro e fundamental aspecto a ser destacado é que foi a crise de reprodução social dos de cima (no caso, usineiros e senhores de engenho que viviam da produção canavieira para essa agroindústria), em decorrência da falência da usina, a origem desta possibilidade de reconversão via reforma agrária das camadas inferiores daquela estrutura.

Da diversidade de atores sociais que compõem o mundo social das usinas, devemos pensar em duas grandes categorias de trabalhadores: os trabalhadores agrícolas e os operários da parte industrial. A primeira, composta por trabalhadores rurais encarregados das atividades dos plantios, colheitas e limpas da cana e, a segunda categoria, pelos operários e trabalhadores dos transportes.

A maioria destes trabalhadores não residia mais em propriedades da usina em virtude do processo de “fim da morada” iniciado nos anos 1950 e intensificado após promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e do Estatuto da Terra no ano seguinte. Todavia, nesse momento, os trabalhadores da usina que são o público-alvo central desta pesquisa são parte daqueles que permaneceram na *condição de morada* nos engenhos de propriedade da usina, isto porque, do ponto de vista jurídico, a Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária”, garante em seu artigo 19, item II, que o título de domínio e a concessão de uso da terra desapropriada dará “aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários” a preferência. Foi, portanto, a moradia e o trabalho em terras de usina a viabilizadora do acesso a um lote de terra após a desapropriação de suas propriedades pelo Incra a partir de 1997.

No caso do Brejo paraibano, diferentemente de outros assentamentos rurais já pesquisados pela autora (RAMIRO; MANCUSO, 2009; RAMIRO; ALMEIDA, 2018) e mesmo de outros que se estabeleceram na mesma época em regiões canavieiras do Nordeste, como foi o caso de Pernambuco (SIGAUD; L’ESTOILE, 2001; ROSA, 2011), as mobilizações havidas não tiveram a participação de movimentos sociais organizados em prol da luta pela terra, cujo exemplo emblemático é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (BRANDFORD; ROCHA, 2002). Na região pesquisada, a conquista da terra foi resultado da luta coletiva

de *moradores* da usina falida com a colaboração do que ficou instituído como “Comitê de apoio aos trabalhadores da usina Santa Maria”, do qual participaram representantes de diversos setores da sociedade civil, com forte apoio do clero católico.

Importante destacar que, dentre estes moradores, ainda que em número reduzido, havia operários rurais que residiam nas denominadas vilas operárias, localizadas, em geral, próximas à fábrica. Como nos mostra Leite Lopes (1976), a necessidade de mão de obra operária, assim como da agrícola, depende da sazonalidade característica desta agroindústria comandada pelos períodos de safra e entressafra da lavoura canavieira. Geralmente tais casas abrigam os funcionários fixos da usina, ou seja, aqueles cujas atividades são necessárias durante o ano todo, como é o caso dos que trabalham nas oficinas de manutenção. Mão de obra que na época da moagem precisa estar disponível vinte e quatro horas por dia para quaisquer necessidades de reparação, manutenção ou fabricação de alguma peça e que, na entressafra, se encarrega de toda a desmontagem e reparos das máquinas.

Ainda que não fosse raro que a constituição do operariado da usina ocorresse via reconversão social de trabalhadores rurais, estas duas categorias da classe trabalhadora irão se perceber de maneira comparativa. Alguns dos operários associam de maneira negativa o trabalho agrícola às suas condições “naturais” de exposição ao sol e à chuva e ao ataque de insetos, além de reforçarem a defasagem de mais de vinte anos para acesso aos direitos trabalhistas entre as duas categorias, haja vista que aos operários rurais foram concedidos os mesmos direitos trabalhistas dos operários urbanos desde a década de 1940 (LEITE LOPES, 1976). Sendo assim, há que se considerar não apenas as disposições diferenciadas dentro de cada uma destas duas categorias mais amplas de trabalhadores (agrícolas e operários), mas também as representações sobre a situação vivenciada conforme trajetória profissional de cada um.

Não é por acaso que a decisão de demandar a desapropriação das terras vinculadas às vilas operárias da usina Santa Maria foi posterior às outras terras, compondo o assentamento Socorro, implantado em 1999, quase dois anos após os outros (cf. Tabela 1).

De fato, cabe destacar, até esse momento da pesquisa, que desde a seleção das famílias que poderão ter acesso a um lote em áreas de reforma agrária até a definição, ou ao menos uma tentativa de definição, haja vista que há

resistências cotidianas em prática, do tipo de moradia e de atividade produtiva a ser realizada, passa, necessariamente, por uma relação inevitável dos(as) assentado(as) com o Estado. Conforme nos mostram Leite *et al.*,

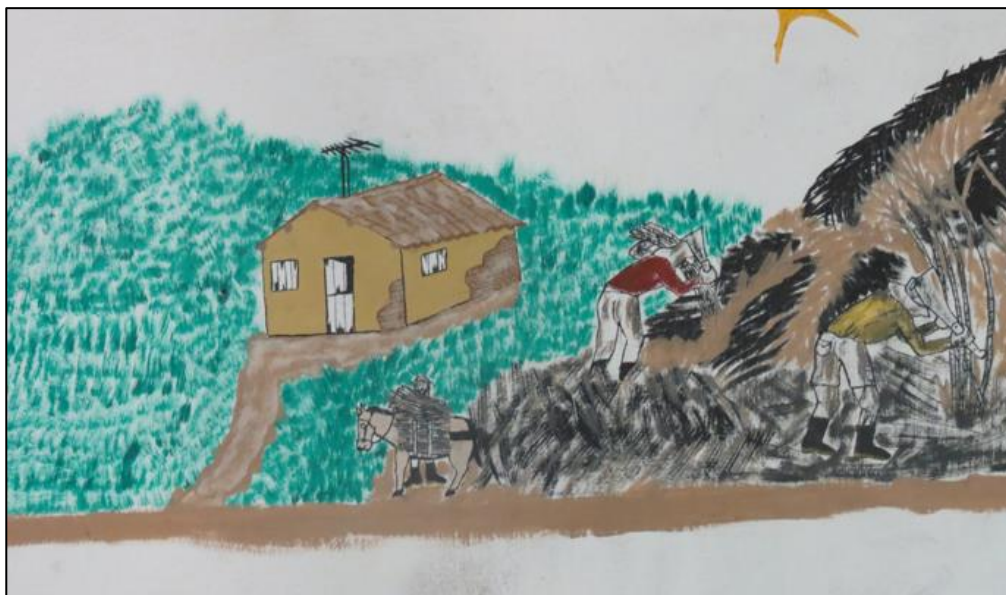
na medida em que se reduzem os conflitos e se criam territórios sob gestão do Estado, surge uma nova categoria: os ‘assentados’, que passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais não tinham acesso anteriormente, e cujos efeitos extrapolam os limites dos projetos e das populações ali assentadas. (2004, p. 21)

A política pública habitacional se insere numa das modalidades do chamado crédito de instalação e, nesse sentido, é um dos primeiros projetos estatais aos quais os titulares de um lote têm acesso. Pela própria trajetória coletiva, seguindo o caminho inicial desta reconversão, uma das brechas para pensarmos a questão da reconstrução dos mundos subjetivos, ou seja, da visão que esses assentados têm de seu lugar no mundo social, reside na arquitetura das casas. Isto porque, em muitos lotes dos antigos trabalhadores agrícolas, verificamos que há duas casas: uma da época de moradores assalariados da Usina e uma construída após desapropriação, devido ao recebimento do crédito habitacional pelo Incra, cuja política, naquela época, proibia o uso do recurso para fins de reformas de estruturas habitacionais já existentes.¹²

Cientes de que o uso da expressão *casa* ultrapassa sua dimensão meramente material, mas serve como categoria analítica que define e é definidora de uma forma específica de organização doméstica e espaço de reprodução da força de trabalho, faremos algumas observações preliminares que alimentam novas hipóteses e nos abrem novas possibilidades de seguir adiante nas pesquisas, a partir de desenhos feitos por um jovem do assentamento na parede da antiga casa de engenho, onde hoje é a sede da Associação dos Moradores do assentamento União (Figuras 2 e 3).

¹² Já no caso do assentamento Socorro, onde se concentram os ex-operários da usina que residiam nas vilas, a maior parte dos assentados optou por utilizar o crédito recebido para reformas nas moradias antigas, localizadas nas vilas, momento em que a legislação já o permitia.

Figura 2 – Desenho sobre a vida como morador em engenho no tempo da usina



Autor: Edson Cândido do Nascimento.

Figura 3 – Desenho sobre a vida como morador no presente como assentado de reforma agrária



Autor: Edson Cândido do Nascimento.

Tais imagens nos permitem visualizar algumas representações locais importantes sobre as mudanças significativas que ocorreram naquele espaço após a falência da usina. Enquanto o desenho da Figura 2 mostra o passado caracterizado pelo predomínio da lavoura canavieira até o entorno da casa, pelo trabalho árduo no corte da cana após ateio de fogo na plantação e pela moradia simples e mal conservada; no presente a realidade é representada de maneira muito mais positiva. Atualmente, além da diversidade de lavouras do roçado próximo à moradia, dos pés de bananeiras, da criação de animais e do escoamento da produção, vemos uma casa nova, com cisterna e alpendre e o acesso a bens de consumo duráveis, representado ali pela antena parabólica designando acesso à televisão. Bens de consumo inacessíveis, afinal, sequer havia energia elétrica no local até o ano de 2001, além dos poucos recursos econômicos que supriam apenas os mínimos vitais, para usar a expressão de Antônio Candido (1964). Foi apenas no final do século XX que esses trabalhadores tiveram acesso a banheiro e à água encanada. Até aquele momento, as necessidades fisiológicas eram feitas no mato ao redor da casa, a água trazida em jarras dos rios mais próximos e as luzes vinham de lampiões movidos à querosene.

Submetidos à vigilância e à dominação do usineiro, os moradores compunham o degrau inferior da escala social quando relacionados com outros das categorias do campo, como os sitiantes, pequenos proprietários, parceiros ou arrendatários, de posição intermediária em relação ao topo, onde estavam os grandes proprietários (GARCIA JR.; HEREDIA, 2009). Ainda que a nova posição ocupada no assentamento signifique uma mobilidade ascendente, exige deles novos investimentos mentais e práticos para eficácia desta reconversão, para os quais nem todos estão preparados. Há um trabalho sobre si próprio suscitado pela necessidade de afirmar um novo lugar no mundo social.

Para analisarmos sociologicamente esse trabalho sobre si próprio, assim como Bourdieu (1963) mostra em sua análise sobre a situação argelina que “o camponês pode ser liberado do colono sem se libertar das contradições que a colonização incutiu nele”, podemos pensar no caso da falência de usinas no Nordeste que o trabalhador agrícola pode ser liberado do senhor do engenho ou do usineiro sem se libertar das contradições que o sistema da moradia e a dominação personalizada incutiu nele. A lógica da condição de moradia que deixava latente e interditava o espírito de cálculo econômico para compreensão daquele sistema, quando antes de se pedir trabalho, pedia-se moradia, fazia com que grande parte de obrigações cotidianas de primeira necessidade, referentes à manutenção da

moradia (água, lenha etc.), ao acesso ao roçado até meados dos anos 1970, bem como a resolução de atendimentos médicos de urgência cedendo veículos da usina e outros gestos aparentemente sem interesse econômico fossem vistos como atos de generosidade do patrão, qualidades do bom patrão.

Ser *liberto* significa, dentre outras coisas, ocupar uma posição que os inscreve na dinâmica de uma economia de mercado, quando passam a ter a demanda (e o poder) de decidirem sobre sua produção (o que plantar e como plantar) e formas de comercialização (venda para negociantes, via programas de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, venda em feiras etc.). Passam assim a se ver colocados diante da resolução de necessidades fundamentais para sua reprodução social que antes eram “dadas” na organização dos engenhos e da usina (como o provimento de acesso a bens essenciais, como lenha para cozinhar) e a disputar mercado com outros pequenos agricultores locais, os quais os veem, ao menos no início, conforme alguns depoimentos, como concorrentes desleais, em decorrência do recebimento de créditos diferenciados de bancos públicos com juros bonificados, como é o caso da linha Pronaf A/C.¹³ Nova dinâmica de mercado que os insere em outra forma de dominação que exige disposições ainda não interiorizadas, como as propriedades necessárias para lidarem com a burocracia estatal exigida para acesso aos créditos no banco ou para comercialização em programas públicos, além da capacidade de negociação para comercialização de seus produtos.

Na realidade, podemos pensar que se trata, sobretudo, de adquirir novas disposições em relação ao tempo. Como mostra Bourdieu (2021a, p. 41), “[...] o funcionamento de todo sistema econômico é ligado à existência de um sistema determinado de disposições em relação ao mundo, e mais precisamente em relação ao tempo”. A dificuldade em lidarem de maneira adequada com os créditos relacionados aos investimentos agrícolas e pecuários que passam a ter direito é bastante significativa da ausência das disposições para lidarem com o planejamento a médio e longo prazo, o que implica e exige disposições específicas em relação ao tempo e ao futuro ainda não adquiridas de modo satisfatório por grande parte dos assentados, resultando em alto índice de endividamentos no Banco do Brasil.

Obviamente, tal situação ocorre não por viverem anteriormente num modo pré-capitalista como os argelinos, mas por viverem em situação

¹³ Linha de crédito exclusiva para agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

econômica bastante desfavorável no tempo da usina, onde era impossível acumular dinheiro para planejar outras possibilidades no futuro.¹⁴ Uma frase que ouvimos de um senhor que era filho do dono do barracão de um dos engenhos da usina mostra como essa consciência de outros mundos possíveis era quase interdita na estrutura social do passado recente. Contou-nos que quando nascia alguma criança dos trabalhadores, parto que ocorria nas casas, o sinal para que todos soubessem do ocorrido era soltarem rojões, e a frase comum de expressarem o momento era: “Nasce mais um cambiteiro!”. Cambiteiro era uma atividade bastante comum na usina Santa Maria que designa aquele que trabalha com transporte da cana-de-açúcar sobre o lombo de burros,¹⁵ fundamentais para o funcionamento da usina, haja vista a região do Brejo ser uma região serrana, impossibilitando o acesso de caminhões ou outras formas de transporte às lavouras canavieiras. O que a expressão nos mostra é a percepção social da interdição de qualquer possibilidade de mobilidade social ascendente, afinal, quem nascia filho de cambiteiro, estaria fadado a ser mais um cambiteiro, reproduzindo, assim, a relação de dominação personalizada na usina.

Podemos dizer que a luta pela terra foi uma luta em escala coletiva e que o principal lucro espacial dessa reconversão de *moradores* de usina para assentado está na passagem, material e simbólica, da situação de *cativo* do tempo da moradia para a de *liberto* no assentamento. Passagem que se materializa nas casas, a casa do tempo do cativo e a casa do assentamento.

A casa nova simboliza a abertura a novas possibilidades e mudanças no estilo de vida que se diferenciam do passado na medida em que autoriza, entre outras coisas, a escolha religiosa e suas formas de culto, a opção política por determinado partido ou candidato e, principalmente, o fortalecimento de laços de parentesco mais extensos com as novas unidades domésticas que se formam a partir do matrimônio de filhos e filhas do(a) titular da parcela de terra. Em alguns casos, são feitas ampliações na mesma casa do(a) titular, desde que seja construída mais uma cozinha que marca o reconhecimento do novo casal, noutros, a antiga casa de moradia é reformada para abrigar a nova unidade

¹⁴ O antropólogo francês Benoît de L’Estoile (2020) ao analisar a implantação de assentamentos em terras de usina no estado de Pernambuco mostra que o que está em jogo são formas de lidar com a permanente incerteza que a situação precária lhes imputa. Incerteza que coloca o dinheiro, ainda que necessário, atrás da valorização da amizade, afinal, um amigo seria alguém a quem socorrer em caso de apuro.

¹⁵ A palavra vem do termo cambito, palavra que se refere ao objeto de madeira colocado sobre as costas do burro.

doméstica ou novas casas são construídas. Vínculos impensáveis no passado, quando qualquer morador em terras da usina devia, obrigatoriamente, trabalhar nas terras do proprietário e visitas de parentes sequer eram permitidas.

Pistas de como pensar esse novo lugar no mundo social

Um dos aspectos a reforçar até esse momento da pesquisa é que foram as transformações no mundo dos de cima, com a falência do polo dominante no âmbito econômico e social, que viabilizaram as mudanças no mundo social dos de baixo, numa trajetória ascendente que fez com que ex-assalariados moradores em engenhos da usina pudessem tentar se reconverter como assentados de reforma agrária.

Uma das características deste grupo é o fato de não ter havido deslocamento geográfico das famílias (como foi o caso dos argelinos pesquisados por Bourdieu e da maioria dos assentamentos rurais no Brasil) para que reconversões fossem necessárias. Nesse sentido, temos agentes sociais que possuíam vínculos sociais no tempo da usina e precisam reconstruir sua relação com o espaço social. Fato que não significa que a posição relativa quanto aos outros lugares e a pela distância que os separa deles não sejam, de certo modo e em graus diversificados, permeadas pelas posições anteriormente ocupadas no tempo da usina. Mas o arranjo dos agentes agora assentados e suas propriedades retraduz, com novas práticas e significados, o espaço físico apropriado, ou seja, o espaço social reificado como diria Bourdieu (2013), compondo novas formas de distinção desses agentes, tanto entre eles como de forma relacional com os outros grupos sociais.

E, neste ponto, a problemática de Bourdieu nos é extremamente rica ao nos conduzir a buscar a questão da reconstrução dos mundos subjetivos, imposta pela nova situação vivida, através do conceito de “desenraizamento” e dos meios de sua superação. Entendendo que o desenraizamento produz a situação de alguém submetido a todas as urgências sem poder pôr em prática estratégias de reconversão eficazes. Note-se que tanto em Bourdieu quanto em seus discípulos, o “desenraizamento” não ocorre necessariamente apenas em situação de declínio, ou seja, em casos de passagem para pobreza maior, condição de camponeses reconvertidos em subproletários em seus estudos na Argélia; mas também em casos de mobilidade ascendente, como aparece na obra de Bourdieu quando analisa a situação da escolaridade maior dos filhos e os conflitos de gerações para inserção no novo universo aberto pela cultura e títulos escolares.

A pergunta norteadora atual se refere à importância de tentarmos compreender a necessidade de mudanças no conjunto da vida social destas pessoas e quais as condutas exigidas para uma reconversão eficaz a essa nova condição. Condutas que estão diretamente relacionadas com as ferramentas mentais necessárias para esse trabalho sobre si e para adotarem novos caminhos em trajetórias individuais e familiares. Quando falamos em reconversão nesse trabalho nos referimos à mudança de posição e das conversões dos diferentes capitais necessários para o novo contexto (BOURDIEU; BOLTANSKI; SAINT MARTIN, 1973). Em resumo, queremos demonstrar que a inércia do *habitus* antigo leva apenas a impasses crescentes, afinal, é necessário passar a novo *habitus*. Esta é uma exigência que se impõe a todos, mas só pode ser enfrentada por cada qual na medida de suas possibilidades afetivas e cognitivas e que podem variar segundo critérios de diferenciação como sexo e geração. Na Argélia, o reagrupamento imposto longe das aldeias tradicionais atingiu a todas as famílias, mas a inscrição na economia de mercado variou muito de família a família (BOURDIEU, 1963).

Estamos em consonância com L’Estoile (2020) quando reforça que é preciso enxergarmos as dimensões ontológicas e cosmológicas da “economia”, mas sem apagarmos a dimensão social do “econômico”. Isso implica a desnaturalização da divisão da vida em esferas distintas e traz a perspectiva de que o aprofundamento da análise das casas nos lotes seja espaço fértil para compreensão das racionalidades práticas passíveis de serem acionadas. Entender tais reconversões e sua diversidade de estratégias envolve olhar atento para o grupo doméstico, em busca das variações possíveis conforme o ciclo de vida das famílias e a dimensão de gênero e de geração para análise dos comportamentos individuais e coletivos. Como mostram Garcia Jr. e Heredia,

[...]. Há singularidades que têm a ver diretamente com o fato de que o grupo doméstico é o quadro das atividades produtivas, mas também é o horizonte onde o consumo individual e coletivo ganham significado e é, ainda, a mesma rede de relações que permite o surgimento de novas gerações e assegura a transmissão de saberes e do patrimônio material acumulado pelas gerações antecedentes. (2009, p. 219)

O estudo do grupo doméstico que se consolida na produção e no consumo de um conjunto de pessoas que habitam uma *casa* não é algo novo nos estudos sociológicos e antropológicos. O próprio Bourdieu fez, ainda nos anos 1960, um

estudo sobre a casa cabila, no qual reconstrói o espaço doméstico em termos de simbologia e de oposições: feminino-masculino, fogo-água, cozido-cru, dia-noite, luz-sombra, natureza-cultura, enfim, sob as mesmas oposições que “existem entre a casa em seu conjunto e o resto do universo” (BOURDIEU, 2021b, p. 221). No Brasil, apenas para citar alguns, os trabalhos pioneiros foram o de Moacir Palmeira (2009) e de Afrânio Garcia Jr. (1983), ambos atentos a possibilidades de situações diversas no campesinato nordestino. Há também as pesquisas de Giralda Seyferth (1985) sobre a categoria *colono* de Santa Catarina, no Sul do país, no qual a autora demonstra a questão da transmissão dos patrimônios, entre eles, a casa, cuja aparência é um dos elementos para categorização étnica hierarquizada das origens nacionais dos imigrantes camponeses da região. E na Região Sudeste, as pesquisas de Linhares (1998, 2004) em Minas Gerais e no Rio de Janeiro encontraram nas casas objeto privilegiado de análise para a compreensão de ex-colonos. No segundo caso, a autora analisa uma reconversão de colonos para assentado de reforma agrária cujo significado das casas passaram, assim como na situação aqui exposta, como representação simbólica da libertação de um passado percebido como extensão do passado escravista.

Ainda que não tenhamos conclusões mais consolidadas a serem expostas, esperamos ter demonstrado parte do percurso de construção do objeto que está sendo realizado com forte influência da teoria e do método bourdieusiano. Trata-se de continuarmos colocando a teoria à prova na análise socioantropológica minuciosa das casas nos lotes dos assentados em terras da usina falida às reconversões em andamento, cientes de que, independentemente de onde ocorram na hierarquia social, passam por trajetórias individuais, familiares e coletivas que nos guiam para um olhar atento para as histórias de vida e todos os conflitos, dificuldades, falecimentos, casamentos que organizam o universo social, ultrapassando assim uma análise economicista destas reconversões, acompanhando uma estrutura social que se altera intensamente.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *O rio Mamanguape*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Conselho Estadual de Cultura, 1997.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. *O rio Paraíba do Norte*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Conselho Estadual de Cultura, 1997.

- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- BORTOLUCI, José Henrique; JACKSON, Luiz C.; PINHEIRO FILHO, Fernando A. Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 94, p. 217-254, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/qZvc5gqbc5DvQypKMnKmWj/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021a.
- BOURDIEU, Pierre. A casa Cabila ou o mundo invertido. In: BOUDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021b. p. 211-239.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 9, p. 133-144, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Bw9dSHXsM8mC6bg9X7NLDTH/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FIGUEIREDO, Janaína Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc; SAINT MARTIN, Monique de. Les stratégies de reconversion : les classes sociales et le système d'enseignement. *Social Science Information*, v. 12, n. 5, p. 61-113, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris: Mouton, 1963.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A construção do objeto. In: BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude (Orgs.). *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 45-72.
- BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Cutting the wire: the story of the landless movement in Brazil*. Londres: Latin American Bureau, 2002.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1964.
- CARTER, Miguel (Org.). *Challenging social inequality: the landless rural worker's movement and agrarian reform in Brazil*. Durham: Duke University Press, 2015. p. 310-330.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- ÉTUDES RURALES. *Droit, politiques, espace agricole au Brésil*: sous la direction de Afrânio Garcia Jr. *Études Rurales*, Paris, n. 131-132, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GARCIA JR., Afrânio. Objetivando mudanças sociais em grandes plantações nordestinas: além do cativo de casas-grandes e senzalas. Um projeto de pesquisa coletivo historicamente situado. In: LEITE LOPES, José Sergio; HEREDIA, Beatriz

- (Orgs.). *Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais: histórias específicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. p. 139-160.
- GARCIA JR., Afrânio. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana*, Rio de Janeiro, v.15, n. 2, p.411-447, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/3rhQHHcmkMv4gZsyNm36DnP/?lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2022.
- GARCIA JR., Afrânio; HEREDIA, Beatriz. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas. In: GODOI, Emilia Pietrafesa.; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias – estratégias de reprodução social*, v. 2. Brasília: NEAD, 2009. p. 213-243.
- GARCIA JR., Afrânio; PESSANHA, Elina. Encontros com Pierre Bourdieu e destinos de sua obra. Entrevista com Gisèle Sapiro. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 11-42, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/jz7thLn6YQbMz3mbVFb3H5R/?lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2022.
- GARCIA JR., Afrânio. *O Sul: caminho do roçado*. Brasília: Editora UnB, 1989.
- GARCIA JR., Afrânio. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA PARPET, Marie-France; RAMIRO, Patrícia Alves. La “cachaça”: boisson d’esclave ou boisson d’élite? Reconversions de ‘senhores de engenho’ do Brejo de l’Etat de Paraíba au Brésil. *Psihologia Socială*, n. 42, p. 75-91, 2018.
- GARCIA PARPET, Marie-France. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 19, 1992.
- GARCIA PARPET, Marie-France. Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 1-17, 1983.
- GARCIA PARPET, Marie-France. *Bacurau: estudo de uma feira de usina*. 1977. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- HEREDIA, Beatriz. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- HEREDIA, Beatriz. *A morada e a vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JACKSON, Luiz Carlos; RIVETTI, Ugo. Pierre Bourdieu e Raymond Williams: correspondência, encontro e referências cruzadas. *Tempo Social*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 183-204, 2020.
- LEITE, Sergio Pereira et al. (Orgs.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- LEITE LOPES, José Sergio. Entrevista com Moacir Palmeira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 435-457, 2013.
- LEITE LOPES, José Sergio. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- LINHARES, Elizabeth Ferreira. *Passos e espaços: casas e universo simbólico de ex-colonos em Minas Gerais*. 1998. 241 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- LINHARES, Elizabeth Ferreira. *Entre escravos e anjos: condições e significados da infância em um assentamento rural fluminense*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- L’ESTOILE, Benoît de. “Dinheiro é bom, mas um amigo é melhor”: incerteza, orientação para o futuro e a “economia”. *Ruris*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 227-264, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17013>. Acesso em: 28 maio 2022.
- MELO, Mário Lacerda de. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. 2. ed. Pernambuco: CEPE, 2012.
- MENEZES, Marilda Aparecida de *et al.* Juventude e educação em assentamentos do brejo paraibano. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; DUVAL, Henrique Carmona (Orgs.). *Reforma agrária e desenvolvimento*. Brasília: MDA/NEAD, 2008.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUEPB, 2002.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, Clifford Andrew *et al.* (Orgs.). *Camponeses brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 203-215.
- PALMEIRA, Moacir *et al.* Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 76, p. 207-292, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d’un débat*. 1971. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Faculté de Lettres et Sciences Humaines, Paris, 1971a.
- PEROSA, Graziela; GHEORGHIU, Mihai-Dinu. Les sciences sociales au Brésil. *Psihologia Socială*, n. 43, p. 7-10, 2018.
- PÉREZ, Amín. *Combattre en sociologues. Pierre Bourdieu et Abdelmalek Sayad dans une guerre de libération (Algérie, 1958-1964)*. Marseille: Agone, 2022.
- PINTO, Louis (Org.). *La construction d’objet en sociologie*. Vulaines sur Seine: Éditions du Croquant, 2020.
- POUILLON, Jean *et al.* *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Histórias de vida e depoimentos pessoais. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de; LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Orgs.). *Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: CERU, 2008. p. 79-97.
- RAMIRO, Patrícia Alves. Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 460-466, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/htK3FgTx8MWtjtb4Xgy7N8g/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

- RAMIRO, Patrícia Alves; GARCIA PARPET, Marie-France. O valor do lugar: o turismo e a valorização simbólica da cachaça no brejo. In: RAMIRO, Patrícia Alves (Org.). *Antropologia e turismo: coletânea franco-brasileira*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 77-97.
- RAMIRO, Patrícia Alves; ALMEIDA, Olívia Alves de. Des(a)fiando memórias: a construção do espaço social da reforma agrária sob a ótica de mulheres assentadas. *Raízes*, João Pessoa, v. 38, n. 2, p. 73-87, 2018. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/11>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- RAMIRO, Patrícia Alves; GARCIA JR., Afrânio. O mundo social entre compartilhado e segmentado: lembrando os espaços de “O Sul: caminho do roçado”. Entrevista com Afrânio Garcia Jr. *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 45, p. 375-393, 2016.
- RAMIRO, Patrícia Alves; MANCUSO, Maria Inês Rauter. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, v. 20, n. 2, p. 15-31, 2009.
- ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia*, n. 52. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.
- SIGAUD, Lygia; L’ESTOILE, Benoit Charles Marie Etienne de (Orgs.). Occupations de terres et transformations sociales (Pernambuco, septembre 1997). *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n. 43-44, 2001.
- SIGAUD, Lygia. A collective ethnographer: fieldwork experience in Brazilian northeast. *Social Science Information*, v. 47, p. 71-97, 2008.
- SIGAUD, Lygia. A nação dos homens. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 78, p. 13-114, 1980.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SOFFIATI, Caterine. Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba: o caso da Usina Santa Maria. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.
- WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26, p. 13-29, 2006.

Como citar

RAMIRO, Patrícia Alves. O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste e o acesso à condição camponesa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230209, 7 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st03.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros

Colonos italianos no Sul do Brasil: reflexões partindo da obra de Bourdieu

Italian settlers in southern Brazil: reflections based on Bourdieu's work

 **Maria Catarina Chitolina Zanini¹**

•

 **Miriam de Oliveira Santos²**

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st04

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir acerca da utilização de algumas noções importantes da obra de Pierre Bourdieu (1930-2002) na análise do campesinato de origem italiana no Sul do Brasil. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e as notas de pesquisas históricas e etnográficas realizadas pelas autoras em duas regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Nesses estudos, observamos o quanto a teoria e as perspectivas metodológicas de Pierre Bourdieu são relevantes para se pensar questões do mundo do trabalho e da família, bem como os diversos elementos que interferem na vida cotidiana e nos processos identitários desses homens e mulheres.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu; colonos; imigração italiana.

Abstract: This article reflects on the use of some important notions from the work of Pierre Bourdieu (1930-2002) in analyzing peasantry of Italian origin in southern Brazil. The methodology includes literature review and notes from ethnographic research conducted in regions of Italian colonies in Rio Grande do Sul. The theory and methodological perspectives of Bourdieu are seen to be relevant in considering issues related to the world

¹ Professora Titular no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutora pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ). E-mail: cmzanini@ufsm.br.

² Professora Associada dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e de Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM-UFRJ). Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-doutora no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRJ) e na Universidade do Algarve, Portugal. E-mail: mirsantos@uol.com.br.

of work and gender, as well as the various elements that affect the everyday lives and identity processes of these men and women.

Keywords: Pierre Bourdieu; settlers; Italian immigration.

Introdução

O objetivo deste artigo foi analisar a maneira como a obra de Pierre Bourdieu (1930-2002) foi apropriada pelos estudos sobre o campesinato brasileiro, dedicando especial atenção ao campesinato etnicamente diferenciado do Rio Grande do Sul, sobretudo os descendentes de imigrantes italianos. Seleccionamos trabalhos e pesquisas, tanto da história quanto das ciências sociais, que tivessem como tema esse campesinato que se formou pela migração e colonização iniciadas na segunda metade do século XIX. Ambas as autoras desenvolveram pesquisas em regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul e, por meio de suas inserções nesses espaços, apresentamos reflexões cruzadas com a obra de Pierre Bourdieu. O artigo está dividido em introdução, quatro seções e considerações finais. Inicialmente, mostramos a repercussão da obra de Bourdieu no Brasil e, a seguir, o nosso objeto empírico, que salienta a formação de um campesinato de origem italiana no Sul do Brasil. Procuramos fazer dialogar teoria e prática no segmento seguinte ao analisar os textos de Bourdieu sobre o campesinato e encerramos com o exame de uma questão importante para os estudos de campesinato e bastante cara para Bourdieu: as questões de gênero e a reprodução camponesa.

A repercussão da obra de Pierre Bourdieu no Brasil

Pierre Bourdieu tornou-se bastante popular nos meios acadêmicos brasileiros, sobretudo nas últimas décadas do século XX, tendo a inserção por meio de cientistas sociais importantes, como Renato Ortiz (1947-), leitor extremamente sensível às ideias do autor francês. Livros como *A reprodução* (1975) e *A distinção* (2007) tiveram repercussão imediata na época do lançamento e sucessivas edições e reimpressões, marcando gerações de pesquisadores pela relevância de noções como *habitus*, *hexis*, gosto e campo. Além disso, o autor aponta para uma perspectiva em que as questões econômicas são inseridas em diálogo com outras esferas da vida social. Para

Bourdieu, essas questões devem ser observadas na prática, considerando as formas como as pessoas se apropriam dessas lógicas. Contudo, os textos nos quais Bourdieu examina os temas do campesinato ainda são pouco traduzidos e, por isso, possuem uma circulação mais restrita e se concentram em questões pertinentes à França e à Argélia, mas que podem ser inspiração para reflexões acerca do campesinato brasileiro também. *Le Déracinement* (1964), por exemplo, nunca foi traduzido para o português. Mesmo assim, dada a sua relevância, foi rapidamente incorporado aos estudos brasileiros sobre o rural, tanto na Antropologia como na Sociologia.

O autor alertava também para o cuidado que se necessitava ter quanto à relativização da racionalidade econômica tanto no uso de categorias de análise como na observação das situações apresentadas. Um uso mais formalista de cenários e de campos deveria ser revisado.³ Observa-se que Bourdieu trabalha também as questões acerca da terra, da honra, da reciprocidade, quando se necessita estar atento a como esses temas são experimentados *in loco*. O excedente, por exemplo, entre os Kabile⁴ não fazia sentido, uma vez que a ideia de um futuro abstrato estaria pouco presente no grupo. Assim, pensar sociedades “tradicionais” ou outras requer conhecê-las num sentido mais amplo do que o econômico. Por conseguinte, uma leitura universalista do capitalismo não é frutífera. Há que se olhar as lógicas da “tradição” e da transformação, questões sempre muito problematizadas pelo autor. Em alguns contextos camponeses, a lógica predominante não é a do excedente ou do lucro imediato e absoluto, mas sim a da reciprocidade, da honra, da lealdade (especialmente quando discorre sobre a dádiva e a contradádiva). Pode-se perder, em termos de capital, ao se vender a um parente, vizinho ou afim, mas isso não necessariamente é compreendido como perda, mas um negócio que faz sentido no conjunto dos valores locais dos campesinatos.

Para Bourdieu (1980a), há uma ligação muito íntima entre capital econômico e capital simbólico. É possível dizer que, para o autor, usa-se o capital econômico para se formar capital simbólico. No cenário contemporâneo, por exemplo, do agronegócio e suas construções, esse capital pode gerar violências, endividamentos e exclusões. Ou seja, a acumulação de riquezas materiais seria um meio de permitir a acumulação de capital simbólico. Nesse sentido, Bourdieu apresenta-nos uma leitura acerca da sociedade capitalista ocidental

³ Temos que pensar aqui que era a década de 1960.

⁴ Grupo argelino estudado por Bourdieu.

de uma forma mais expandida, em que diferentes lógicas e racionalidades podem se tensionar em campos específicos. Seu diálogo com o pensamento de Abdelmalek Sayad (1933-1998) acerca do mundo argelino trouxe sofisticadas reflexões sobre o encontro entre lógicas capitalistas e de poder ocidentais com outras possibilidades. Nesse sentido, tensionamentos e reproduções levam os agentes dentro do campo a serem vistos em suas disputas em termos históricos, observáveis e dinâmicos.

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul e a formação de um campesinato étnico de origem italiana

De início, é necessário destacar que aquilo que genericamente chamamos de “Imigração Italiana” para o Brasil não é, de modo algum, um fenômeno homogêneo, apresentando diversas especificidades e dinâmicas nos processos de imigração e de colonização, que estavam vinculadas a distintas circunstâncias históricas, seja no Brasil Império, seja no Brasil República (TRUZZI; ZANINI, 2018). Nesse sentido, podem-se pensar as diferentes origens regionais italianas, os diversos dialetos, os processos identitários, bem como as diferenças que aconteceram no contato com as distintas populações da sociedade brasileira. Há muitas especificidades que devem ser observadas nos processos de inserção e fixação em terras brasileiras e também no diálogo entre os governos brasileiro e italiano e seus momentos políticos, em que, demograficamente, aumentar ou diminuir a população era algo relevante e, em alguns momentos, fundamental para diminuir tensões políticas ou garantir a posse do território.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, há inúmeras diferenças entre os descendentes de imigrantes italianos que se fixaram na serra gaúcha, considerada próspera, rica e exemplar, e aqueles que se deslocaram para a Quarta Colônia de Imigração Italiana, considerada “fracassada” no âmbito local e constantemente comparada àquela. A Quarta Colônia de Imigração Italiana teve seu processo colonizador iniciado em 1877 e está situada na região central do estado, tendo sido denominada de Colônia Silveira Martins. Dialogando com a historiografia do poder no Rio Grande do Sul, observa-se que essa colônia foi enfraquecida e desmembrada territorialmente, o que fez com que suas lideranças políticas e econômicas tivessem dificuldade nas articulações e reivindicações, como acontecia na região da serra, por exemplo.

Contemporaneamente, os descendentes de italianos buscam a legitimação e a manutenção da sua distintividade afirmando-se como italianos, ítalo-gaúchos ou ainda ítalo-brasileiros. Eles ressaltam valores, hábitos, costumes e sinais diacríticos (BARTH, 2000) que consideram atributos de sua identificação distintiva em relação aos “brasileiros”.

Não são apenas as reflexões de Bourdieu sobre campesinato que são utilizadas nos estudos brasileiros sobre o tema. Seus trabalhos sobre relações de poder e a ideia de região também são bastante pertinentes para a análise do campesinato brasileiro, especialmente no cenário que estamos aqui analisando, no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma construção que, compartilhada, exerce sua classificação com regras de inclusão e exclusão que se fazem e desfazem historicamente. Nesse sentido, pode-se pensar a identificação como gaúcho, seus diálogos com o pertencimento ao mundo italiano e às italianidades (ZANINI; SANTOS, 2017) e toda uma construção identitária e simbólica que envolve o mundo gaúcho e os diversos grupos imigrantes que lá chegaram.

Em um texto que tem como objetivo compreender a gênese do conceito de região e as representações que são a ele associadas, o autor assinala a disputa existente em torno do monopólio da definição do termo entre geógrafos, historiadores, etnólogos, economistas e sociólogos. Todavia, ele não deixa de chamar a atenção para o senso comum e para o fato de que existe a região, tal como concebida pelos geógrafos, e existe a região na prática. E essa região na prática é palco e promotora de distintas dinâmicas interativas e de construções simbólicas ou não. Sendo as estruturas internalizadas e externalizadas, os pertencimentos às regiões exercem sobre os indivíduos vínculos de pertencimento e também de exclusão. Assim, a ideia de ítalo-gaúchos e de uma italianidade que se apresenta como mesclada com uma territorialidade (do Rio Grande do Sul) passam a exercer força simbólica e evocativa nos processos de identificação (ZANINI; SANTOS, 2017). Embora não seja nosso objetivo nesse artigo, é possível salientar que, juntamente com essas construções, apoiam-se noções de masculinidade, racialidade e ruralidade.

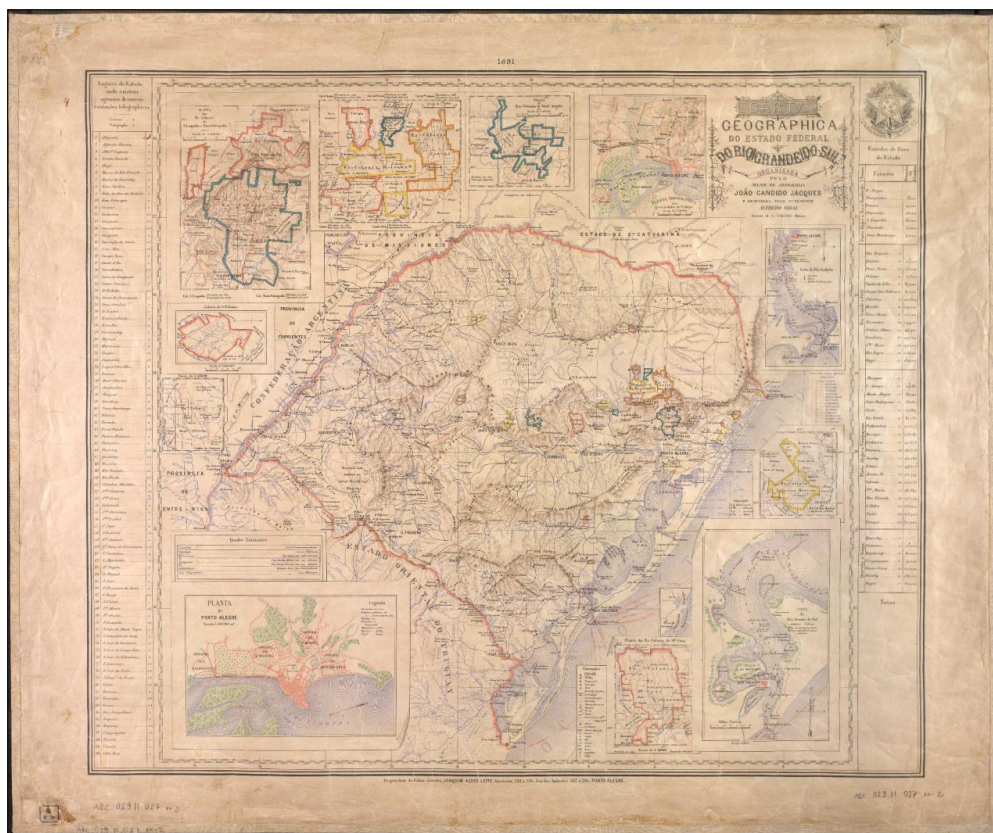
Para Bourdieu, a luta pela definição da identidade regional é uma batalha de classificações e é preciso não perder de vista que a representação do real faz parte da realidade (BOURDIEU, 2006a). Bourdieu afirma que:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas)

ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhe são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas de classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. (2006a, p. 113)

Ou seja, a visão do mundo social e os princípios de divisão contribuem para criar identidade e unidade, bem como processos de distinção e de classificação. Nesse cenário de disputas, os ítalo-gaúchos criam em torno de si construções simbólicas importantes, tais como invocação da família como instituição primordial, força, determinação, apego ao trabalho, coragem, audácia, “garra”, entre outros.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com colônias e ex-colônias em destaque – 1891



Fonte: Biblioteca Nacional.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530286/cart530286.html. Acesso em: 14 maio 2021.

Conde d'Eu e Dona Isabel foram as primeiras colônias no Rio Grande do Sul, criadas pela presidência da província no ano de 1870. Importante ressaltar que o processo colonizador mais “massivo” ocorreu depois de 1875, ainda no Brasil Império. Olhar para essa data é muito relevante, pois aponta para o movimento de uma política de Estado de povoamento que tinha como objetivo preencher o que era considerado um “vazio demográfico”. Na maior parte dos casos, eram terras indígenas ou de outras populações. Lembrando também que a Lei de Terras de 1850 é que possibilitou a execução legitimada de uma política de distribuição de terras para as famílias de origem italiana que se deslocariam para o Rio Grande do Sul.

As primeiras levas de imigrantes vieram do Norte da Itália, do Piemonte, da Lombardia e, depois, do Vêneto e de outras regiões (FRANZINA, 2006). Tratava-se de uma migração familiar, de católicos, camponeses e pobres em sua maioria, com algum letramento e dominando técnicas de agricultura diversas daquelas que teriam que desenvolver inicialmente no Rio Grande do Sul, como se observa nas memórias do migrante Julio Lorenzoni (LORENZONI, 1975). Franzina (2006) aponta que algumas localidades do Vêneto (Nordeste da Itália), por exemplo, viram-se desabitadas, uma vez que populações inteiras deslocaram-se para “A América” e para o sonho de se tornarem proprietários. Não sem motivos. Na Itália, havia um quadro de escassez, de falta de direitos e de subjugação do trabalho camponês, além de um cenário decorrente da unificação política de 1870, que imporia uma perspectiva de Estado nacional que não era consensual. A imigração da Itália para o Brasil foi também um acordo entre ambos os governos com objetivos que ainda merecem ser melhor estudados.

Importante ressaltar também que nessa migração, além de agricultores, vieram artesãos, artífices, comerciantes e trabalhadores diversos que, seja em contexto urbano seja em rural, procuraram reproduzir e acumular capital por meio de suas diversas habilidades. O governo brasileiro no período da grande migração selecionava os imigrantes por meio de suas qualificações e, quanto à migração italiana, desejava famílias de agricultores. Ou seja, indivíduos solteiros não eram bem-vindos, como aconteceu com a migração italiana para outros países, entre eles os Estados Unidos e a Argentina. Para o Brasil, migrava-se em família. As mulheres eram sempre filhas de alguém, esposas de alguém, irmãs ou com outros vínculos. Raras foram as mulheres que fizeram a travessia isoladamente.

Tratando-se de um processo colonizador considerado geopolítica e economicamente como um preenchimento de áreas não ocupadas (“espaços vazios”), observa-se a média de 25 hectares de propriedades sendo entregues ao homem do núcleo familiar. Para Roche, as colônias tinham uma função exemplar, além de preencher os vazios demográficos e econômicos (ROCHE, 1969, p. 112). Tratava-se de uma unidade produtiva regida pela lógica patriarcal, do “pai-patrão”, em que o homem responsável assumia publicamente o gerenciamento da propriedade e da dívida perante a aquisição da terra e de algum outro benefício. Essa formação produtiva baseada na família e no trabalho gerenciado pelas regras de autoridade camponesas possibilitou o acúmulo de capital e aquisição de novas terras para as gerações mais novas (de homens).

Esse processo migratório, gerador de uma proposta colonizadora, forma um novo tipo de campesinato no Brasil, ativado pelas novas perspectivas trazidas pelos europeus. Observa-se a construção dos núcleos urbanos, do comércio regional nas colônias, como os bolichos, as bodegas e as vendas, e dos “mercados” entre os interiores das colônias e as áreas de economia mais ativas, como da região da serra para Porto Alegre. Pode-se pensar que o objetivo dos agentes de colonização era trazer para o Brasil famílias de agricultores, produzindo *farmers* que seriam mais diretamente vinculados ao mercado (SEYFERTH, 2011, p. 408). Cabe destacar, contudo, que:

[...] esses ditos descendentes de italianos que emigraram para o Rio Grande do Sul não podem ser catalogados como uma unidade formativa homogênea, pois mesmo com elementos comunicantes não eram partes de uma mesma matriz formativa e construíram experiências culturais diferentes ainda em sua terra de partida. (BENEDUZI, 2011, p. 34)

Os trabalhos de Bourdieu sobre campesinato

Bourdieu se preocupa com as dimensões sociais do mundo rural e, em seus trabalhos, analisa a transformação social – seja ela provocada pela guerra, como em *Le derracinement*, seja por questões econômicas, como em *Un class-objet* (1977). Ele também se dedica à análise das festas e da reatualização dos seus significados. Em um texto etnográfico dos anos 1960, o autor demonstra como os condicionamentos culturais de classe refletem-se na *hexis* corporal e no modo de vida, destacando ainda as técnicas de corpo, os modelos culturais e as

sanções que fazem com que o corpo seja um símbolo social e que influenciam nas trocas matrimoniais. Salienta o autor que:

“Os camponeses de antigamente”, dizia um idoso da cidadezinha, “andavam sempre com as pernas arqueadas, como se tivessem os joelhos virados para dentro, com os braços curvados.” Para explicar essa atitude, ele alude à postura do ceifeiro. A observação crítica dos moradores da cidade, hábeis para perceber o *habitus* do camponês como uma verdadeira unidade sintética, dá ênfase à lentidão e ao peso do andar; o homem da brane [região das montanhas] é, para o habitante do bourg, aquele que sempre caminha em um solo irregular, acidentado e lamacento, mesmo quando anda no asfalto da carrère [rua principal]; é aquele que arrasta galochas enormes ou botas pesadas, mesmo calçando seus sapatos de domingo; é quem sempre avança com passos lentos e largos, como quando anda com uma vara no ombro, virando-se às vezes para chamar o gado que o segue. Sem dúvida, não se trata de uma descrição verdadeiramente antropológica (...); mas, por um lado, essa etnografia espontânea dos moradores da cidade apreende as técnicas corporais como elemento de um sistema e postula implicitamente a existência de uma correlação, no nível do sentido, entre o peso do andar, o mau corte da roupa e a falta de jeito na expressão; por outro lado, essa etnografia indica que é, sem dúvida, no nível dos ritmos que se encontraria o princípio unificador (apreendido de maneira confusa pela intuição) do sistema das atitudes corporais características do camponês. (BOURDIEU, 2006b, p. 85)

No Rio Grande do Sul, os camponeses costumam ser identificados como colonos, o que assinala uma dupla identidade: étnica e regional. Colonos porque eram habitantes das colônias, divididas em área urbana e rural. Nas áreas rurais, havia a divisão dos lotes por meio de linhas, que organizavam o espaço geográfico e o de interações. Observa-se, quanto à colonização italiana no Sul do Brasil, a organização das linhas por meio de vínculos de parentesco, de dialetos semelhantes e de ascendência de regiões italianas compartilhadas. No processo de povoamento, a identificação como “italianos” e “colonos” se desenvolveu e sedimentou genericamente. Se quando migraram para o Brasil, eles se percebiam como vênnetos, trentinos, beluneses, mantovanos, friulanos, entre outros, no processo de inserção na sociedade brasileira, a identidade

genérica de “italianos” prevaleceu (ZANINI, 2002). E esses italianos residentes nas colônias foram classificados como trabalhadores rudes, que lidavam com animais e terra e que não estavam inseridos nos contextos da modernidade e do “urbano”, que preponderou no Brasil do século XX. O seu corpo, a sua gestualidade, vestimenta e modos, marcados pela socialização no trabalho com a terra, faziam com que esses “colonos” se tornassem visíveis nas interações mais amplas. Como assinalado por Bourdieu em seu texto, o que encontramos aqui é uma estigmatização daqueles que vinham das regiões rurais e uma percepção de superioridade da cultura urbana. Trata-se de uma “objetivação” por meio de uma leitura imposta de sua localização social, de sua subjetividade, gostos, *hexis* e capacidades.

Seyferth (2011), em seus relevantes estudos sobre o campesinato brasileiro do Sul do Brasil, faz referências ao trabalho de Bourdieu chamando a atenção para a subordinação dos camponeses, que estão sujeitos à dominação política, econômica e cultural. Para Bourdieu (1977), os camponeses constituem-se como uma classe objeto porque são membros de uma classe despojada do poder e, inclusive, do poder de definir a sua própria identidade. São definidos por outrem, em sua diferença. E a estigmatização historicamente construída em torno da ideia de “colono(a) italiano” destaca essa condição. Eles eram os trabalhadores da terra, considerados rudes, de fala misturada, pouco letrados e associados também a um Brasil rural e distante da civilidade urbana desejada como símbolo de modernidade.

Para Azevedo (1982, p. 269), esse estigma começou com a urbanização e a industrialização que “(...) produzem a clássica dicotomia entre o citadino e o camponês. O urbanita diferencia-se e se distancia gradualmente do colono que passa a uma categoria social própria, inferior à daquele”. De acordo com Seyferth (1993, p. 38): “No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem europeia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização (...)” e, ainda, “a categoria colono foi construída, historicamente como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas (SEYFERTH, 1993, p. 60)”. Ou seja, o colono é aquele agricultor que reivindica para si uma origem étnica diferenciada, que se reconhece e é reconhecido nessa construção de pertencimento; no caso aqui apresentado, da colonização italiana. Contudo, não se pode esquecer que o Rio Grande do Sul formou campesinatos de origens étnicas diversas, como alemães, russos, poloneses, afrodescendentes, pomeranos, franceses, suíços, entre

outros. E, em algumas colônias mistas, esses diferentes campesinatos conviviam em vizinhança e proximidade. Pode-se também apontar o importante papel desempenhado pela religiosidade que se tornava, em alguns contextos, uma linguagem compartilhada, especialmente entre os católicos e que, por meio dela, geravam-se identificações e capital social, como “redes duradouras de relacionamentos” (BOURDIEU, 1980a, p. 1). Estabeleciam-se, assim, conexões que possibilitavam negócios, casamentos, entre outros.

Observamos atualmente uma disputa de significados em que ora o termo “colono” é visto como emblema, associado aos pioneiros que chegaram ao Brasil sem nada, progrediram e enriqueceram, ora é um estigma, utilizado pejorativamente para se referir à população rural, num sinal de “atraso”. Essa dicotomia de significados deve ser observada no cenário das questões agrárias brasileiras também. E os colonos do Sul do Brasil expandiram-se para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, levando consigo as forças simbólicas das construções de colono, de pioneiro, de imigrante. Nessa mobilidade, a terra e a família sempre foram motores impulsionadores.

Segundo Teixeira:

Disto resultou a frequente utilização do termo colono como instrumento de ofensa, em especial contra os descendentes de colonos. Registre inclusive um caso de ação judicial provocada por este tipo de ofensa, movida por um influente industrial, neto de imigrantes italianos, em Caxias do Sul, na década de 1960. (1988, p. 54)

Em entrevista realizada por Zanini na região de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, um descendente de terceira geração define o colono: “(...) é aquele que tem pouca cultura, anda sujo, de chinelo, pé no chão, está sempre sujo de pó, de coisa, trabalha com boi, com vaca (...)” (ZANINI, 2002, p. 295). Bourdieu (1999) afirma que o outro objetiva o camponês e, por meio dessa objetividade, o camponês constrói a sua subjetivação. Talvez seja esta a razão pela qual os entrevistados de Zanini preferem se definir como agricultores e não como colonos. Além disso, há que se observar que, nas terminologias trazidas pelas políticas públicas e pela garantia dos direitos, a autoidentificação como agricultor(a) familiar tem se mostrado publicamente mais usada e reforçada, porque legitimada e reconhecida pelo Estado. Denominam-se colonos entre si, por meio das origens étnicas e dos processos memorialistas em que a história

dos pioneiros e primeiros colonizados ocupa um papel muito importante nas sagas familiares.

Sobre isso, destacamos a afirmação de Bourdieu:

(...) a ciência social deve levar em conta o fato da eficácia simbólica dos ritos de instituição, ou seja, o poder que lhes é próprio de agir sobre o real ao agir sobre a representação do real. (1996, p. 99)

Ou seja, as narrações, rememorações e compartilhamentos das histórias sobre os pioneiros, a travessia e os primeiros anos no Brasil constituem-se como elementos eficazes para fomentar o sentimento de pertencimento e compartilhamento no grupo de descendentes daqueles primeiros imigrantes. São também capital simbólico e social gerador de distinções num mercado de bens simbólicos, em que a ascendência italiana gera descrição e valoração.

Gênero, família e terra entre ‘italianos’ no Brasil

Algumas questões importantes que podem ser observadas entre imigrantes italianos e seus descendentes no Sul do Brasil estão vinculadas à família como valor e suas lógicas de reprodução, bem como às práticas consentidas e consideradas aceitáveis no mundo camponês majoritariamente católico. Zanini (2004) observa que, do ponto de vista da subjetivação, a família pode ser compreendida como um patrimônio ao agregar valor ao indivíduo que invoca sua origem. Nesse sentido, pode-se pensar a família, como nos alerta Bourdieu (1980b), como uma “ficção” bem fundamentada, mas uma ficção que faz sentido e que orienta práticas. É a família que organiza o trabalho, baseado na sua divisão sexual e na autoridade paterna; é ela que dita a herança da terra, que ainda tende a excluir as mulheres e alguns filhos; é ela que gerencia a distribuição do excedente e do capital acumulado, baseando-se ainda em lógicas patriarcais; é ela que dita as lógicas de casamento e de escolha de parceiros, privilegiando a endogamia; é ela que gerencia a vivência e a socialização no mundo do trabalho camponês e a aprendizagem de suas habilidades; a transmissão do gosto e do capital cultural; a organização do cuidado, que privilegia as mulheres, entre tantas outras práticas que são conduzidas pela família como instituição socializadora. Como salienta Bourdieu (1962), no mundo camponês, sexo e ordem de nascimento são cruciais. Não se pode pensar o mundo camponês como um mundo igualitário.

Poderíamos dizer que, nessa desigualdade, há regras patrilineares e patriarcais, honra, patrimônio, autoridade e lealdade.

Da mesma forma, os textos de Bourdieu (1962, 1972) sobre celibato e estratégias matrimoniais vão gerar inúmeras reflexões e utilizações nos estudos sobre populações camponesas no Brasil. Embora incomum no processo de colonização histórico, contemporaneamente se observa que o celibato, a masculinização e o envelhecimento da população de origem italiana têm se acentuado. Como constado por Carneiro (2001), as estratégias para a herança e a reprodução da condição camponesa têm se transformado na região de colonização italiana da serra gaúcha nas últimas décadas. Contudo, o peso e a importância da família como algo a ser preservado e considerado é presente. Arranjos esses também observados por Zanini (2002) em seus estudos com famílias de descendentes na região central do Rio Grande do Sul.

Klaas Woortmann (2004), analisando os trabalhos etnográficos de Bourdieu, destaca questões como a diferença entre o parentesco genealógico (e, portanto, oficial) e o parentesco prático. O autor assinala ainda que as normas e as regras enunciadas pelo grupo nem sempre correspondem às práticas e que as estratégias matrimoniais também estão submetidas à eficácia simbólica. São transformações que se tornam possíveis nos diálogos entre questões estruturais e relativas aos processos de transformação e possibilidades de reprodução da condição camponesa. Além disso, entre os descendentes de imigrantes italianos no Sul do Brasil, o número de filhos e de herdeiros tem se transformado. Se, no passado, a religiosidade católica incentivava a prole extensa, no presente, observa-se que é comum os casais terem somente de dois a três filhos, o que possibilita negociações e arranjos na sucessão. O casamento, como salienta Bourdieu (1962), é também um momento de redefinição dos meios de produção. Nesse sentido, embora possa se pensar que seja uma decisão individual, muitas vezes não é. Trata-se de uma decisão coletiva. Dessa forma, a historiografia pode auxiliar o pesquisador, bem como os dados documentais que possibilitam compreender como os casamentos e as transmissões de propriedades se dão na prática. O casamento envolve, no mundo camponês, um nome (patrilinear), patrimônio, honra e alguma desigualdade.

Em outro texto, Klaas e Ellen Woortmann comparam casamentos camponeses de diferentes sociedades utilizando as reflexões de Bourdieu (1962, 1972) e encerram o trabalho discutindo as estratégias matrimoniais de descendentes de alemães nas áreas rurais do Rio Grande do Sul (WOORTMANN;

WOORTMANN, 1990). Casamento, família, terra e trabalho costumam estar em sintonia. O amor romântico, embora presente nas narrativas acerca das escolhas matrimoniais, é negociado com outras lógicas presentes no mundo camponês de origem italiana, como as aptidões para o trabalho camponês, a religiosidade e outras “virtudes” esperadas dos cônjuges. De maneira análoga, Seyferth (1985) destaca as estratégias matrimoniais dos descendentes de imigrantes alemães em Santa Catarina, ressaltando que os casamentos endogâmicos se dão como uma forma de manutenção de uma identidade camponesa e, sobretudo, da propriedade da terra. Contudo, eles acontecem “[...] por razões de ordem étnica, religiosa, e também por considerações acerca dos valores camponeses. No primeiro caso, são admitidos os casamentos entre colonos de origem italiana e alemã” (SEYFERTH, 1985, p. 23).

Como observado anteriormente, muitas das reflexões sobre o comportamento dos descendentes de imigrantes alemães são bastante semelhantes às dos descendentes de imigrantes italianos, basicamente porque não são costumes “italianos” ou “alemães”, mas camponeses, especialmente os de origem europeia. Nesse sentido, é importante destacar a importância do cristianismo e das lógicas patriarcais. Percebemos, nos dois grupos, a constituição de famílias extensas que são também força de trabalho para a lavoura familiar. Para Beneduzi:

A família era a expressão da continuidade da ordem moral. Ela constituía-se ao mesmo tempo em peso a carregar e força de trabalho, que, unida, trazia a esperança. Quando os filhos eram pequenos, em uma estrutura voltada para o trabalho braçal, vinculado à terra, as muitas bocas a alimentar e os poucos braços a labutar sinalizavam um grande esforço de sobrevivência, um grande fardo. Entretanto, a partir do momento em que a prole começa a adquirir força para o trabalho, esses novos braços indicam o porvir de uma fase de maior produção e abundância. (2011, p. 100)

Elucidando algumas perspectivas de Bourdieu acerca do tema, destacamos as reflexões de Brumer e Anjos (2008), quando observam que:

Nas ciências sociais francesas, a discussão que Bourdieu estabelece com o estruturalismo a respeito da instituição das práticas sociais deu origem à noção de sistema de estratégias de reprodução (BOURDIEU, 1994, p. 3). Rompendo com uma perspectiva na qual a reprodução social é ditada por regras

externas aos agentes sociais, este autor propõe o estudo das estratégias pelas quais diferentes categorias sociais reproduzem sua posição no espaço social a partir de uma socialização que engendra determinadas disposições (BOURDIEU, 1994, p. 5). Ao contrário das perspectivas de Edholm, Harris e Young, e de Jelin, tais estratégias contemplam domínios referentes à fecundidade e à profilaxia (ligadas à reprodução biológica), as estratégias educacionais, matrimoniais, econômicas (orientadas para aumentar ou conservar os capitais disponíveis), simbólicas e de sucessão (BOURDIEU, 1994, p. 5-6), e se engendram nas famílias. Tais estratégias estão sistematicamente relacionadas, ou seja, são empregadas conjuntamente ou de forma articulada em diferentes pontos do tempo (BOURDIEU, 1994, p. 6). A implementação de tais estratégias se dá de acordo com o estado dos mecanismos socialmente objetivados de reprodução social (tais como os “mercados” econômico, escolar, matrimonial, de trabalho e as regras jurídicas e as chances diferenciais de ganho que estes oferecem para os indivíduos e/ou famílias (BOURDIEU, 1994, p. 7). Esta concepção é retomada aqui para analisar diferentes formas pelas quais os membros de famílias inseridas na agricultura familiar em diferentes contextos sociais reproduzem-se socialmente e dão continuidade a esta atividade social.

As estratégias matrimoniais são fundamentais para a manutenção do grupo, não só pela reprodução física, mas também pela social. Nas políticas de identificação, a produção, a manutenção e o aprofundamento de distintividades tornam-se práticas importantes, produzindo sinais diacríticos e marcadores sociais das diferenças. Segundo Seyferth:

Às mulheres – mãe e avó – é atribuído o papel de educar filhos e netos nos princípios da cultura trazida da nação originária. A origem comum é apenas um qualificador incompleto da identidade étnica, pois esta presume, igualmente, a prática cultural compartilhada pelos membros da comunidade. Os argumentos a favor da endogamia são relacionados à função da família como transmissora da língua e dos costumes para os descendentes. (2000, p. 166)

Como também observado por Brumer e Anjos (2008, p. 11), “(...) a ‘sucessão’ pode ser diferenciada da ‘herança’, já que, em diferentes contextos, a partilha

da terra é uma possibilidade que não se realiza, sendo contornada pela substituição de outras formas de dotação do patrimônio (...)”. Ou seja, há apenas um sucessor, mas pode haver vários herdeiros. O que vai determinar a partilha ou não da terra é o tamanho do lote a ser dividido e a possibilidade do chefe da família de comprar terras para os outros herdeiros ou de indenizá-los de formas substitutivas. Entre as famílias de origem italiana, era comum dar de presente para a noiva, em seu matrimônio, um bem, algum animal ou valor monetário. No enxoval, era comum presentear o casal com utensílios que lhe possibilitassem o início de um novo núcleo familiar. No passado, a residência poderia ser na casa dos pais do noivo, especialmente se fosse o filho menor que, nas regras do *minorato*, seria o herdeiro preferencial. Hoje a regra de residência predominante é a neolocal, mesmo que, por vezes, faça-se uma residência no mesmo lote em que residem os pais de algum dos cônjuges.

De acordo com Bourdieu:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (2002, p. 103)

As relações reprodutivas que ocorrem na esfera doméstica devem ser observadas como tão importantes quanto às de produção, pois são elas que, baseadas nos valores e práticas, promovem a reprodução da esfera produtiva. Woortmann (1987) utiliza a teoria e a terminologia marxista para demonstrar que as atividades femininas são tão econômicas quanto as do marido. Para a autora, as panelas, as frigideiras, o forno e o fogão podem ser considerados “meios de produção”. O alimento cru que elas preparam é a “matéria-prima” utilizada para alimentar os membros da unidade doméstica, possibilitando sua existência. Além disso, os serviços de arrumação e de limpeza são usufruídos por todos na família. Podemos salientar também o cuidado com os idosos e as crianças, que é delegado às mulheres. Não sendo remuneradas, as mulheres geram renda direta ou indiretamente. Em função disso, Woortmann conclui que o papel da mulher, mesmo que não exerça um trabalho remunerado, é tão econômico quanto o do marido, pois a família não poderia criar seus filhos sem

o trabalho dos dois. Se as teorias feministas e os estudos de gênero contemporâneos introduzem a possibilidade de observar as mulheres como agentes e protagonistas de processos sociais no mundo camponês de origem italiana, a perspectiva de Bourdieu em *A dominação masculina* é também pedagógica e apropriada, uma vez que essa dominação se processa por meio da internalização e subjetivação das classificações que colocam as mulheres em posição de subalternidade, especialmente nas decisões que envolvem capital econômico e terra. Não se pode, porém, generalizar. As regras de herança e sucessão, os casamentos preferenciais e outras práticas apontam o quanto as mulheres ainda estão submetidas a condições de trabalho não valorizadas, especialmente o trabalho doméstico e de cuidado. Muitas dessas atividades são consideradas menos importantes e não contabilizadas em suas extenuantes jornadas: da casa para as lavouras, das lavouras para as casas e também em atividades de produção de renda como o turismo, as feiras e as agroindústrias familiares. Além disso, não se pode esquecer que o direito à aposentadoria das mulheres camponesas somente foi conquistado por meio da Constituição de 1988. Essa dominação, seja exercida pelo grupo sobre as mulheres, seja advinda de esferas mais amplas, tem seu teor de violência, de um poder simbólico que circula entre subjetivações e objetivações. Como ressalta Bourdieu (2006a, p. 7-8), esse poder, que é invisível, “o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Ver-se nesses emaranhados de reprodução, legitimação e exercício de poderes nem sempre é fácil, especialmente quando pensamos em relações de gênero no interior da família.

No caso dos descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, a importância da organização do trabalho familiar e coletivo, quando relações de gênero, de geração e de poderes internos se tensionam. As mulheres realizam o trabalho de reprodução biológica, mas também social. São elas que, no cotidiano, transmitem, mantêm e negociam as identificações e seus atributos de geração em geração. São elas que preparam os alimentos de acordo com as lógicas grupais, cuidam da casa, dos idosos, das crianças, da horta e dos animais e ainda socializam as novas gerações naquele mundo e estilo de vida.

Voltando a Bourdieu:

(...) uma parte muito importante do trabalho doméstico que cabe às mulheres tem ainda hoje por finalidade, em diferentes meios, manter a solidariedade e a integração da

família, sustentando relações de parentesco e todo capital social com a organização de toda uma série de atividades sociais ordinárias, como as refeições, em que toda a família se encontra, ou extraordinárias, como as cerimônias e as festas destinadas a celebrar ritualmente os laços de parentesco e assegurar a manutenção das relações sociais e da projeção social da família (...). (1999, p. 52)

É interessante notar que existe também um lugar no imaginário social ligado ao cuidado e ao afeto na produção do gênero feminino por meio da elaboração da comida e há, por consequência, uma sobrecarga das mulheres nessa tarefa associada ao espaço doméstico (SANTOS; ZANINI, 2008). As autoras, nesse estudo, assinalam o quanto a comida, sua produção, distribuição e consumo são elementos cruciais na vida cotidiana das famílias de descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. A comida, além de alimentar os corpos camponeses, que também são objeto de análises de Bourdieu (2006a), possibilita a socialização e a reprodução dos gostos, de *hexis* e do *habitus*. É também poder em um sentido de escolhas para a reprodução do grupo doméstico. Afinal, quem pode comer o melhor alimento e quem serve, sendo responsável por essa escolha? Quais valores e construções estão presentes nas regras de comensalidade e de distribuição de alimentos? Isso se torna muito importante, especialmente em cenários de escassez, quando a hierarquia se impõe. Quando os imigrantes italianos saíram da Itália, no final do século XIX e início do século XX, o cenário era de escassez de alimentos, contudo o processo colonizador no Brasil trouxe abundância e novas possibilidades alimentares. Os corpos, acostumados a pouco consumo de proteína e calorias, serão reeducados para a abundância, e a comida se tornará um elemento importante nas construções identitárias da italianidade no Sul do Brasil.

Como o corpo é educado para o trabalho? E por quem? O que o corpo camponês diz sobre sua historicidade? Corpos esses que, no mundo camponês de origem italiana, devem ser explorados e domesticados em seus limites, disciplinados e educados para o trabalho árduo e a obediência de filhos para com seus antecessores (pais, avós, irmãos mais velhos, tios). Corpo que, marcado pela condição histórica, gesticula, faz das mãos ferramentas de trabalho e que ainda merece ser objeto de mais análises empíricas, especialmente entre as mulheres. O adoecimento no campesinato é elevado, silenciado, domesticado também. E, nesse sentido, a obra toda de Bourdieu é

muito importante porque nos remete às lógicas do poder e suas transversalidades.

Considerações finais

Pudemos perceber o quanto a teoria e as perspectivas metodológicas de Pierre Bourdieu são relevantes para se pensarem questões do mundo do trabalho, de gênero e família, bem como os diversos elementos que interferem na vida cotidiana e nos processos identitários de homens e mulheres descendentes de imigrantes italianos no Sul do Brasil. Trata-se de um coletivo que se reconhece e busca ser reconhecido como pertencente a um mundo em que há valores que ainda são muito relevantes, tais como a família como valor e geradora de práticas, o trabalho como virtude étnica e a religiosidade católica como perspectiva de vida e de mundo. Nesse conjunto, deve-se pensar a construção de um campesinato que, como classe objeto, sequer pode construir uma leitura de si mesmo, mas que a recebe imposta, com classificações estigmatizantes e desqualificadoras. Isso pode ser observado, de uma forma pragmática, por vezes, nas classificações que circulam e que findam, por meio de sua instrumentalização, tornando-se legitimadas, como a de agricultor familiar, por exemplo, em detrimento da noção histórica de “colono”. Colono seria, num sentido construído, aquele camponês que reivindica para si uma origem diversificada da nacional. Neste artigo, mostramos o quanto essa noção, no caso dos imigrantes italianos e seus descendentes, foi estigmatizadora e estigmatizante.

Também devemos assinalar a contribuição significativa da obra de Bourdieu para os estudos de campesinato brasileiros, sobretudo aqueles que têm o Rio Grande do Sul e os camponeses de origem europeia como sujeitos. Objetivamos aqui traçar alguns paralelos entre a obra do autor e uma situação histórica específica, observável empiricamente no Sul do Brasil, fruto de uma história agrária particular. A imigração italiana para o Sul do país e o processo colonizador que a envolveu são extremamente ricos, pois nos permitem um diálogo com a perspectiva teórica de Bourdieu quanto às questões de gênero e herança, região, escolhas matrimoniais e outras. Ainda poderíamos ter falado do Estado, de classe, da juventude e das questões geracionais, entre outros temas que estão presentes na vasta obra do intelectual francês.

Apontamos aqui quanto a perspectiva de Bourdieu nos conduz a olhar o campesinato para além do capital econômico é fértil. Olhar para questões como

honra, reciprocidade, lealdade, dominação e outros capitais que circulam nas práticas é muito relevante e nos ajuda a compreender determinadas escolhas, arranjos e dinâmicas. Para isso, é necessário um conhecimento das construções de sentido, das lógicas de poder e de trânsito de pertencimentos, como apontamos no artigo ao elaborar esse exercício interpretativo do campesinato de origem italiana com as ferramentas analíticas deixadas por Bourdieu. A historiografia, nesse sentido, é extremamente importante, pois nos possibilita uma análise em que é possível identificar as escolhas, arranjos e tensionamentos que permanecem ao longo do tempo e os que se modificam.

Em suma, a obra de Bourdieu é uma vastidão de possibilidades para se refletir acerca dos campesinatos. Escolhemos neste artigo um recorte situado nas questões históricas e etnográficas por nós constatadas em nossas pesquisas de campo no Rio Grande do Sul, que salientasse como a obra de Bourdieu foi fundamental nas análises e nas escolhas metodológicas que fizemos. Com certeza, ainda há muito que valorizar na obra do autor para se pensarem os campesinatos no Brasil.

Referências

- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro: Catedra; Brasília: INL, 1982.
- BARTH, Fredrik. *Os grupos étnicos e suas fronteiras: o guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BENEDUZI, Luís Fernando. *Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A casa kabyle ou o mundo às avessas. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 147-159, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. Célibat et condition paysanne. *Études Rurales*, Paris, n. 5-6, p. 32-109, 1962.
- BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Hierarquia em Classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 36-37, 1981.

- BOURDIEU, Pierre. Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 31, p. 2-3, 1980a. Disponível em: www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069. Acesso em: 26 mar. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980b.
- BOURDIEU, Pierre. Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. *Annales, Economies, sociétés, civilisations*, Paris, 27. année, n. 4-5, 1972. p. 1105-1127. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1972_num_27_4_422586. Acesso em 14 mar. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006b. Acesso em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/8106>. Disponível em: 12 mar. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006a.
- BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 17-18, p. 2-5, 1977.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmaleck. *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minut, 1964.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *NERA*, Presidente Prudente, n. 12, p. 1-12, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396#:~:text=Trata%20do%20problemas%20relativos%20%C3%A0s,o%20estabelecimento%20de%20alian%C3%A7as%20matrimoniais>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.
- FRANZINA, Emilio. *A Grande emigração*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 19, p. 255-284, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/2111>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia*, n. 52. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 91, p. 31-63, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, 2000.

- SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-417, 2011.
- TEIXEIRA, Sérgio Alves. *Os recados das Festas*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.
- TRUZZI, Oswaldo; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade nos interiores paulista e gaúcho: uma perspectiva comparada. In: ELMIR, Cláudio Pereira *et al.* (Orgs.). *Imigração nas Américas. Estudos de História comparada*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018. p. 123-160.
- WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.
- WOORTMANN, Klaas. A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 129-137, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000300009>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- WOORTMANN, Klass; WOORTMANN, Ellen. *Amor e celibato no universo camponês*. Campinas: Nepo/Unicamp, 1990. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_17.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Ítalo-brasilianidade “gaúcha” como estilo de vida. *El Hilo de la Fabula*, Santa Fé, v. 17, p. 17-32, 2017.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A Família como patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos. *Campos – Revista de Antropologia*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 53-67, jun. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1635>. Acesso em: 23 abr. 2022.

Como citar

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. Colonos italianos no Sul do Brasil: reflexões partindo da obra de Bourdieu. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230210, 7 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st04.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros

Bourdieu no campo: *habitus*, representações e ‘di-visão’ na luta pela terra no Brasil

Bourdieu in the field: *habitus*, representations and ‘di-vision’ in the struggle for land in Brazil

 **Sérgio Sauer**¹

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st05

Resumo: Este texto é um retorno à tese e às pesquisas realizadas em assentamentos e acampamentos no estado de Goiás, no início de 2000. O objetivo foi entender por que as pessoas lutam por terra ou o “sentido da terra”, analisando práticas sociais, representações, re-apropriação de valores, ou seja, a construção de *habitus* na luta pela terra, em meio às transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da modernidade ocidental. Com base em noções de Pierre Bourdieu, as reflexões desvelaram *habitus*, representações e práticas sociais, forjadas nos acampamentos e assentamentos. A participação nas lutas e a terra (sonhada ou conquistada) produzem novas representações, ressignificações da identidade social, constituindo processos sociais e agentes na “recriação” do mundo e “reinvenção” da sociedade no campo brasileiro.

Palavras-chave: *habitus*; terra; campo; práticas sociais; representações.

Abstract: This text returns to the thesis and research carried out in settlements and encampments in the state of Goiás in the early 2000s to understand why people struggle for land or “the meaning of land,” analyzing social practices, representations, and re-appropriation of values and the construction of *habitus* in the struggle for land, within the context of social, economic, political, and cultural transformations of western modernity.

¹ Professor nos Programas de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), Faculdade UnB de Planaltina (FUP/UnB), Centro de Desenvolvimento Sustentável (PPGCDS) e no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), Universidade de Brasília (UnB). Bolsista do CNPq e editor do Journal of Peasant Studies (JPS). E-mail: sauer.sergio@gmail.com.

These reflections were founded in the ideas advanced by Pierre Bourdieu, and revealed *habitus*, representations, and social practices forged in these encampments and settlements. Participation in struggles and the land (whether dreamed about or attained) produce new representations and resignifications of social identity, constituting social processes and agents to “recreate” the world and “reinvent” society in the Brazilian countryside.

Keywords: *habitus*; land; countryside; social practices; representation.

Introdução

Segundo Bourdieu (1996), as ciências sociais lidam com realidades nomeadas e classificadas, portanto, devem estudar as operações sociais de nomeação, interação e exteriorização dos sistemas incorporados, frutos de processos e lutas pelo poder de classificar. A interpretação da realidade inclui também as representações dessa realidade (BOURDIEU, 1998a), portanto, as ciências sociais precisam examinar “[...] a parte que cabe às palavras na construção das coisas sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 81), estudando práticas sociais e ‘reconstruções’ históricas e da própria realidade, a partir das vivências concretas, das perspectivas e dos sonhos dos agentes sociais.

Buscando entender por que as pessoas lutam por terra, a pesquisa foi baseada na pergunta: as práticas sociais possibilitam releituras e re-apropriação de noções de espacialidade e territorialidade na modernidade, criando perspectivas de vida que se diferenciam do “modo de vida moderno”? Com base em noções de Pierre Bourdieu (1996, 1998a, 1998b) – em diálogo com a noção de *representações* de Henri Lefebvre (1983, 1991a, 1991b) –, as reflexões sobre a luta pela terra em Goiás, no início dos anos 2000, procurou desvelar representações e *habitus*, forjados nas práticas sociais (SAUER, 2002).

Procurando reduzir ao máximo o que Bourdieu (1997) denominou de “violência simbólica” nos processos de interação e investigação social, a pesquisa de campo foi um diálogo, ou um exercício intelectual baseado em uma “[...] escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário” (BOURDIEU, 1997, p. 695). Ainda, procurando amenizar diferenças no capital simbólico, a interação se deu por autosseleção, ou seja, as pessoas fizeram escolhas, criando familiaridade, proximidade social, interação e uma “permutabilidade na comunicação” (BOURDIEU, 1997). Os diálogos com mais de oitenta (80) pessoas em dois

acampamentos (Palmeira, em Juçara, e Dom Helder, em Itaguarí) e em dois assentamentos (Chê, em Itaberaí, e São Carlos, município de Goiás) possibilitaram entender práticas sociais, mas especialmente representações e *habitus* que tornam agentes, que (re)constroem o mundo (GIDDENS, 1995) e dão sentido às lutas e à própria existência como sujeitos históricos. A participação nas lutas, desejos e sonhos e o acesso a terra produzem representações nas pessoas acampadas e assentadas, provocando a ressignificação da identidade social e a reconstrução de agentes, baseadas na conquista do direito ao trabalho e no significado (simbólico) da terra e da produção.

A luta pela terra é, portanto, parte de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, mas em perspectivas diferentes da hegemônica modernidade ocidental, como a não separação entre tempo e espaço (GIDDENS, 1991) e construção social de territórios (FERNANDES; WELCH, 2019). A pesquisa nos acampamentos e assentamentos possibilitou entender essa luta como processos de recriação do mundo e reinvenção da sociedade (MARTINS, 2000). A luta e a conquista da terra não representam um retorno ao passado para preservar “resquícios bucólicos” ou de construir a “utopia da comunidade agrária” (CARVALHO, 2002), mas a superação de uma “ruralidade de espaços vazios” (WANDERLEY, 2001). Como um processo moderno de constituição de agentes sociais, abre perspectivas para novas bases produtivas, culturais e organizacionais no meio rural, gestando novos territórios e ruralidades (FERNANDES; WELCH, 2019).

Exercício do “poder de di-visão”: acampamentos e assentamentos como lugares e unidades de análise

No processo de construção do universo de pesquisa, a noção bourdiana de “poder de di-visão”, em suas reflexões sobre a constituição de região, ou espaço geograficamente estabelecidos, foi fundamental na compreensão teórica dos assentamentos e acampamentos como territórios geográfica e sociologicamente delimitados e lugares de agentes sociais ou de sujeitos históricos.

Especialmente entre críticos dos programas governamentais de reforma agrária à época (GUANZIROLI, 1994; FRANCO, 1996; CARDOSO, 1997; GRAZIANO NETO, 1998; TEÓFILO, 2000; JUNGSMANN, 2000),² a tendência era, política e

² Os projetos não são “ilhas de reforma agrária”, como afirmou Graziano da Silva (1998), apesar dos programas governamentais de instalação, crédito-fomento, assistência técnica, infraestrutura etc.

teoricamente, ‘agrupar’ as famílias assentadas como ‘pequena agricultura’ ou ao então emergente conceito de agricultura familiar. Defendendo a necessidade de manter os assentamentos como “objetos de estudos peculiares”, Leite (2000, p. 40) afirma que “[...] de um ponto de vista mais estritamente sociológico, identificá-los, por suas características formais, à pequena produção, implica perder de vista os processos de conflito, geração de utopias, peculiaridades da ação governamental etc., que os caracterizam”.

O assentamento é um espaço geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas pelos programas governamentais de reforma agrária (FERNANDES; WELCH, 2019). A constituição do projeto de assentamento é resultado de um decreto administrativo, que limita o território, seleciona as famílias, cria infraestrutura. É artificial ou externamente constituído, formalizando novo espaço geográfico que forja uma nova organização social (CARVALHO, 1999). Além da definição burocrática-estatal, no entanto, a criação do assentamento é produto de conflitos, lutas e demandas sociais pelo direito de acesso a terra (SAUER, 2008b). A mobilização e organização sociais, enfrentamentos com os poderes políticos, disputas com o latifúndio e com o Estado, questionamentos à propriedade caracterizam o que Bourdieu (1998a) definiu como “as lutas pelo poder de di-visão”, poder capaz de estabelecer territórios, delimitar regiões, criar fronteiras, estabelecer limites geográficos, reconhecidos por outros agentes.³

O estabelecimento de fronteiras – como uma definição legítima e resultado das lutas pelo “poder de ver e fazer crer” – é “[...] produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’” (BOURDIEU, 1998a, p. 114). Essa fronteira produz e é resultado de diferenças culturais (BOURDIEU, 1998a), sociais e políticas, dando características próprias a um território, aos projetos de assentamentos e acampamentos. Esse poder estabelece divisões do mundo social e gera identidades (BOURDIEU, 1996), permitindo tratar os assentamentos, do ponto de vista sociológico, como unidade de análise, território peculiar (FERNANDES, WELCH, 2019); uma “di-visão” ou classificação

serem específicos para os assentamentos. Os serviços governamentais não se estendem para os demais agricultores familiares, mas os assentamentos, apesar das especificidades, estabelecem relações e impactam o mundo circundante (LEITE, 2000).

³ Apesar de reconhecer diferenças e embates teóricos entre, por exemplo, Bourdieu (noção de “agente”), Giddens (1995, “sujeito autônomo”, livre das amarras comunitárias e reflexivo) e Touraine (1995, p. 220, “sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator”), a preocupação política é reafirmar as pessoas do campo como sujeitos políticos ou agentes sociais e não como “classe transitória” (ver BERNSTEIN, 2006; BORRAS; EDELMAN; KAY, 2008).

que estabelece um olhar sobre a realidade social, que não significa isolamento das relações sociais, econômicas e políticas locais e regionais (LEITE, 2000).

A luta social pela terra e a criação de assentamentos geram nova organização social e política. Segundo Martins (2000, p. 46), os assentamentos são “uma verdadeira reinvenção da sociedade”, como “uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade”.⁴ Nessa mesma perspectiva, Carvalho (1999, p. 7) tratou os assentamentos como “um processo social inteiramente novo”, pois nesse território rural, “...plasmar-se-á uma nova organização social, um microcosmo social [...]. Esse espaço físico transforma-se, mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social”.

Nos debates e formulações sobre a luta pela terra e pela reforma agrária, os assentamentos têm sido tratados como espaços peculiares e diferenciados (MEDEIROS *et al.*, 1994; PALMEIRA; LEITE, 1998; SILVA, 1998; CARVALHO, 1999; LEITE, 2000). Os acampamentos não têm recebido, no entanto, o mesmo tratamento teórico, sendo considerados apenas como transição ou passagem (TURATTI, 2001), uma simples etapa ou fase anterior ao acesso a terra (PEREIRA, 2000), ou ainda uma estratégia política de acúmulo de forças nas lutas pela posse da terra (CARVALHO, 1999; BORRAS; EDELMAN; KAY, 2008). O acampamento é visto, portanto, como um vir-a-ser, que combina o “[...] *ethos* do tempo pregresso e convive com as transformações preparatórias rumo ao tempo futuro” (TURATTI, 2001, p. 23).

Tomando o acampamento como um momento intersticial de ressignificação de valores, Turatti (2001) afirma que é um lugar de indefinição identitária, expressão da situação de liminaridade e transitoriedade. Apesar de reconhecer como um lugar de construção de sociabilidade, Turatti (2001, p. 24) afirma que os acampamentos, provisoriamente, “[...] fazem uso da condição de sem-terra, contentando-se em reconhecerem-se como parte de um grupo, estranho aos seus valores subjetivos, mas plenamente aceitável frente ao estado de marginalidade em que vivem”. O acampamento configuraria uma realidade de liminaridade, mais marcada por ausências do que por elementos de identificação positiva (TURATTI, 2001), portanto, seria um lugar ausente de identidade ou um “não lugar” (AUGÉ, 1994, 1997).

⁴ Segundo Martins (2000, p. 47), o processo de ressocialização modernizadora nos acampamentos resulta que, nos assentamentos, “[...] a sociedade é literalmente reinventada, abrindo-se para concepções mais largas de sociabilidade e, ao mesmo tempo, fortalecendo as concepções ordenadoras da vida social provenientes do familismo antigo”.

Os acampamentos, assim como os assentamentos, devem ser compreendidos como uma “encruzilhada social” (CARVALHO, 1999, p. 10), fundamental nos processos de luta pela terra. Martins (2000, p. 47) entende como espaços de “sociabilidade instável”, pois “[...] nos acampamentos, na fase da luta pela terra, acabam se ressocializando por força do convívio e dos enfrentamentos conjuntos com estranhos. Há aí, pois, um alargamento de horizontes e de convivência”, gestando representações e *habitus* (BOURDIEU, 1998b). O acampamento é o lugar onde diferentes biografias – “migrantes inveterados” (TURATTI, 2001), ou “nômades sociais e geográficos” (CARVALHO, 1999) – se encontram e iniciam processos de interação e identidade sociais, os quais ganham diferentes contornos nos assentamentos. Os acampamentos se transformaram em lugares de construção da identidade da pessoa sem-terra (agentes), forjando representações e espacializando *habitus* (BOURDIEU, 1998a).⁵

Martins (2000, p. 47) afirma que o convívio e os enfrentamentos conjuntos criam uma situação de “sociabilidade instável”, mas também provocam uma abertura para “o de fora”. Isso permite processos de ressocialização que, ao mesmo tempo, alargam horizontes de convivência, mas também abrem espaço para um retorno “[...] às estruturas fundamentais do familismo e da vizinhança rural” (MARTINS, 2000, p. 47). Esse processo permite uma recriação, uma reinvenção da sociedade e do mundo como resultado das experiências, vivência e representações nas lutas e na conquista da terra.

Estranhamentos, disputas, consensos e dissensos, formas e motivos de coesão social, construção de identidades são constitutivos das “encruzilhadas sociais” e dos lugares. Como lugares de sociabilidade e identidades, acampamentos e assentamentos não se configuram apenas como *passagem*, marcada pela ausência de significação (TURATTI, 2001). As relações sociais, a construção de identidade, a produção simbólica de ‘sem-terra’ não são resultados apenas de “relações de sentido, mas também de relações de poder” (DOMINGOS SOBRINHO, 2000, p. 118).

Segundo Bourdieu (1996), a construção da realidade social, inclusive das representações e interpretações dessa realidade, é fruto de lutas por classificação. Essa construção impõe ou resulta em definições, divisões,

⁵ Diferente de uma das hipóteses da tese, influenciada por leituras sociológicas modernas (SAUER, 2002), o acampamento é “lugar” para as pessoas acampadas. Mais do que um simples espaço de transição ou um vir-a-ser, é espaço de vínculos identitários; um espaço de interação social e (re)construção de representações e de identidade política – constitui agente ou ‘sujeito político’ –, portanto, não pode ser definido como “não lugar” (AUGÉ, 1994).

identidades, interpretações e representações ou *habitus*. Segundo Bourdieu (1996, p. 108):

O móvel de todas essas lutas **é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão** que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo. (ênfases adicionadas)

Esse poder de di-visão – ou seja, o exercício do “poder de fazer ver”, como ação política de agentes históricos – pressupõe definições geográficas, limites espaciais e/ou estabelecimento de fronteiras (limites e divisas).⁶ Essa “di-visão” estabelece interrupções geográficas, limites espaciais, fronteiras, constituindo território intimamente relacionado com o exercício de poder. Caracterizando e dando singularidade ao lugar, define concepções, práticas e representações (BOURDIEU, 1998a, p. 115). Diferente de muitas leituras sociológicas contemporâneas – separação entre espaço e lugar na modernidade (GIDDENS, 1991); constituição de “não lugares” na supermodernidade (AUGÉ, 1994, 1997) –, a luta pela terra recoloca a centralidade da dimensão espacial, localizando e reterritorializando (FERNANDES, 2013) a vida cotidiana e as relações sociais.⁷

A leitura sociológica de Bourdieu (1996, 1998a) permite estabelecer uma diferença interpretativa entre e com base nos lugares. Acampamentos e assentamentos se diferenciam de outros lugares e entre si, sendo a diferença entre a perspectiva de acesso e a posse da terra. Associada à localização geográfica, a posse da terra (e a condição de famílias assentadas) transforma a realidade social, cria lugares, gerando desigualdades espaciais e nas formas de organização, reivindicações e demandas (SAUER, 2002, 2010), constituindo outra socialização (MARTINS, 2000) e localização com significado (BOURDIEU, 1996).

De acordo com Porto (1989), a terra é um valor simbólico, portanto, um espaço geográfico e identitário. O acesso ou a posse da terra possibilitam a invocação da condição de “produtor autônomo, de sujeito liberto” (PORTO,

⁶ Espaço (GIDDENS, 1995), lugar e não lugar (AUGÉ, 1997) ou território (FERNANDES; WELCH, 2019) são fundamentos interpretativos geralmente “esquecidos” na Sociologia, pois **“A estrutura espacial tem pouca importância em nossas atuais considerações**. Basta indicar que tem também uma dimensão social em virtude do fato da minha zona de manipulação entrar em contato com a dos outros. Mais importante para nossos propósitos atuais **é a estrutura temporal da vida cotidiana”** (BERGER; LUCKMANN, 1998, p. 44 – ênfases adicionadas).

⁷ Concebendo o espaço como produto e produtor de relações sociais, Lefebvre (1991a, p. 26) afirma que o espaço “... além de ser um meio de produção é também um meio de controle e, portanto, de dominação, de poder. Mesmo assim, como tal, escapa em parte daqueles que gostariam de fazer uso dele”.

1989, p. 275), dando novos contornos à identidade social a pessoas e famílias sem-terra. Seja nos acampamentos (espaço de desejo de terra), seja nos assentamentos, “[...a posse d]a terra se apresenta como uma categoria que, intervindo como mediadora do processo de constituição da identidade social [...] revela, ao mesmo tempo que vela, as reais condições sob as quais estes se constituem como sujeitos do conhecimento, sujeitos do processo produtivo e sujeitos políticos” (PORTO, 1989, p. 275).

Consequentemente, a terra não é representada apenas como um meio ou instrumento de trabalho ou de produção (SAUER, 2002, 2010). Lutas, conflitos, representações e *habitus* forjam práticas sociais e construções simbólicas (SAUER, 2008b), colocando a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência.⁸ Diferentemente dos processos de deslocamento do espaço do lugar ou da desterritorialização (FERNANDES, 2013; FERNANDES; WELCH, 2019), a terra é representada como um espaço, geograficamente localizado, que possibilita trabalho e moradia, materializando um lugar identitário, relacional e histórico (AUGÉ, 1997).

A luta pela terra, como práticas sociais e processos políticos de agentes, abarca diferentes transformações no meio rural, redirecionando e democratizando a participação e a redefinição identitária (ser agente ou sujeito). Essa luta – além de garantir bem-estar social e melhoria das condições de vida – é impulsionadora de transformações simbólicas e representacionais. Cria novas representações e perspectivas para o mundo rural, permitindo transformações nas relações com a terra e meio ambiente (gestando territórios), com o lugar (processo de reterritorialização) e entre as pessoas (nova sociabilidade), abrindo perspectivas para novas ruralidades (WANDERLEY, 2000).

***Habitus* e representações: prática social e produção de sentido**

Segundo Bourdieu (1998a), a interpretação da realidade passa pela análise dos processos sociais de interação e exteriorização dos sistemas incorporados por grupos e/ou classes. É fundamental incluir na interpretação as representações da realidade, portanto, entender as representações mentais (atos de percepção e de

⁸ Segundo Santos (2001, p. 89), entendendo a propriedade não como um negócio para os pequenos agricultores, “mas a sua habitação, o seu lar, a sua fonte de subsistência”, Caio Prado Jr. “[...] apontava para o tema da territorialidade da vida social, realçando as virtualidades da agricultura familiar, almejando ‘uma população densa e estável, capaz de aproveitar todos os recursos da terra e viver uma vida digna da espécie humana. Precisamos encerrar definitivamente a nossa secular e tão onerosa caça ao húmus’” (SANTOS, 2001, p. 90).

apreciação, de conhecimento e de reconhecimento), as representações “objetais” (emblemas, bandeiras, insígnias e outros objetos simbólicos) e os atos e estratégias que buscam, por meio da construção simbólica, determinar tais representações (BOURDIEU, 1998a). Levar em conta essas representações significa ainda considerar as lutas entre diferentes representações que buscam poder para estabelecer uma determinada visão de mundo (BOURDIEU, 1998a, p. 113) e uma determinada interpretação da realidade.

Durkheim (1978) foi o primeiro a trabalhar com a noção de representação do ponto de vista sociológico, definindo as *representações coletivas* como categorias de pensamento por meio das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Essas *representações coletivas* não são dadas *a priori* e não são universais na consciência, como afirmava Kant, mas surgem vinculadas aos fatos sociais como propriedades mais universais das coisas. Essas representações coletivas transformam-se, elas próprias, em fatos sociais, passíveis de observação, estudo e interpretação (DURKHEIM, 1996). As representações coletivas se constituem, portanto, em “[...] objeto de estudo tanto quanto as estruturas e as instituições: são todas elas maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhes impõe” (DURKHEIM, 1978, p. 88).

Lefebvre (1983, p. 20) critica essas noções de *representação coletiva* de Durkheim (1978, 1996),⁹ pois acabam sendo “[...] impostas de fora ao sujeito e às consciências individuais, existentes como coisas, não são senão um fantasma ou uma pressuposição”. Segundo Lefebvre (1983, p. 20), as representações também “vêm de dentro”, ou seja, são contemporâneas à constituição do sujeito, “[...] tanto na história de cada indivíduo como na gênese do indivíduo na escala social”.

Retomando as representações,¹⁰ Lefebvre (1983, 1991b) recoloca a importância das *mediações* na construção da realidade social. Segundo ele, as representações se

⁹ Durkheim (1996) fez uma distinção entre as representações individuais (objeto de estudo da Psicologia) e representações coletivas (objeto de estudo da Sociologia), sendo que as representações individuais não podem ser ampliadas para a coletividade, apenas o inverso. As representações coletivas exprimem conteúdos completamente distintos das representações individuais, portanto, se “[...] as representações coletivas são exteriores com relação às consciências individuais, é porque não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, o que é bastante diferente” (DURKHEIM, 1970, p. 39).

¹⁰ Lefebvre (1983), buscando reconstruir a trajetória desse conceito na filosofia, retoma as ideias e concepções de Kant, Hegel, Marx e Nietzsche sobre representação. Segundo ele, ao tentar delinear e precisar a representação, a filosofia – à exceção de Kant – procura também superá-la ou transcendê-la para chegar à *verdade* e à *essência*.

apresentam como mediações, na acepção de Hegel, e se constroem (não como presença nem como ausência; não como observação nem como produção) como objetos do conhecimento, impedindo e possibilitando a presença/ausência da realidade nessas representações (LEFEBVRE, 1983, p. 64). Essas representações não têm o sentido de aparência reificada, mas de fenômeno “socialmente concreto”, por meio da substituição de coisas, produtos, obras, relações. Afirma que, diferente das ideologias, não é possível superar as representações porque sem elas só restam a morte e o nada.¹¹

Seguindo a tradição sociológica francesa, Bourdieu (1998a, 1998b) toma os fatos sociais como coisas e representações. Rejeita, no entanto, a teoria da ação como simples reprodução de modelos, recusando-se a tornar o agente social mero “suporte” de estruturas revestidas do poder para determinar outras estruturas. Enfatiza, na análise das relações sociais, que “[...] é preciso conhecer as leis segundo as quais as estruturas tendem a se reproduzir produzindo agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir as estruturas” (BOURDIEU, 1998b, p. 296).

Diferentemente da concepção de que os agentes sociais não vivem outra coisa senão suas próprias representações, Bourdieu (1998a) faz uma distinção entre os esquemas geradores das práticas sociais (disposições ou *habitus*) e as representações que envolvem tais práticas. O mundo social é também representação e vontade, portanto, não é necessário escolher entre a abordagem objetivista (que mede as representações pela realidade) e a subjetivista, “que passa da representação da realidade à realidade da representação” (BOURDIEU, 1998a, p. 118).

Segundo ele, é possível fugir a essa escolha dicotômica tomando a própria realidade como objeto, ou seja, tomando em conta mecanismos e processos que dão a essa “realidade” um caráter de luta permanente para defini-la, inclusive as lutas entre diferentes representações.

Apreender ao mesmo tempo o que é instituído, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou “inexistir” o que existe, e as representações, enunciados performativos que pretendem que

¹¹ Segundo Lefebvre (1983), diferente da concepção de representação, a ideologia para Marx (como produto ao mesmo tempo da interpretação e da divisão social do trabalho) tem um sentido negativo e deve ser superada pela teoria e pela prática revolucionárias. Lefebvre (1983) retoma o conceito marxista de representação (*Vorstellung* – o qual Marx foi progressivamente abandonando e substituindo pelo de ideologia), enfatizando a sua importância para a compreensão da realidade.

aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objectivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a “realidade”, logo, de compreender e de prever mais exactamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjectivistas. (BOURDIEU, 1998a, p. 118)

Essa perspectiva de “realidade” levou Bourdieu a adotar uma noção de prática social como algo distinto da simples e pura execução de normas sociais coletivas. A prática é resultado de uma interação entre estruturas objetivas e representações – mediadas pelo *habitus* – como enunciados performativos que buscam tornar realidade o que anunciam (BOURDIEU, 1998a). Essa prática social é resultado também de relações de poder que impõem visões do mundo social, estabelecendo consensos, identidades e unidades (BOURDIEU, 1996).

A adoção da noção de *habitus* – como uma noção capaz de explicar e mediar as relações entre estruturas objetivas, práticas e representações – permitiu a Bourdieu (1996) manter as capacidades criadoras, ativas e inventivas do agente nas práticas sociais, sem reforçar a ideia de que essas práticas acontecem apenas a partir de registros e mecanismos conscientes dos sujeitos. Segundo Bourdieu:

Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático [...], de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. (1997, p. 42)

Na mesma perspectiva das representações coletivas de Durkheim,¹² a noção de *habitus* de Bourdieu (1998b) relativiza o caráter consciente das ações e práticas, mas não anula o agente social como um operador prático na construção da realidade social. O *habitus* (como um conjunto de disposições) mantém a noção do agente como operador prático na construção social, mas não na mesma

¹² Segundo Durkheim (1978, 1996), o caráter *sui generis* da sociedade (coletivo) permite entender as categorias e representações coletivas como frutos de experiências sociais, construídas ao longo do tempo, pelo conjunto (totalidade) de uma determinada sociedade. As categorias que permitem pensar e organizar o real são formas coletivas de conceitos gerais e representações sobre a realidade, portanto, são “[...] coisas sociais, produtos do pensamento coletivo” (DURKHEIM, 1996, p. XVI) e exprimem realidades coletivas, com um conteúdo completamente distinto das representações puramente individuais (DURKHEIM, 1996).

perspectiva da filosofia do sujeito ou da consciência.¹³ Esse conjunto de disposições, esse conhecimento, age como um princípio gerador e estruturador de práticas (um *modus operandi*), possibilitando a realização de tarefas e improvisações objetivamente reguladas e regulares, sem ser uma obediência (consciente) a regras estruturadas.

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocação”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o *habitus*, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 1998b, p. 201s)

Os processos de socialização, especialmente processos de classificação e de divisão, são fundamentais para incorporar princípios, significações, convenções, ações e práticas de um determinado grupo social (MICELI, 1998). É fundamental, portanto, captar o processo pelo qual as estruturas produzem o *habitus* e as representações, que tenderão a reproduzir essas estruturas, isto é, produzem os agentes dotados de sistemas de disposições capazes de reproduzir o sistema das relações entre grupos e/ou classes. A noção de *habitus* de Bourdieu (1998b) – como um sistema de disposições duráveis e transferíveis, que integram todas as experiências passadas e funcionam como matriz de preocupações, apreciações e ações – atribui às pessoas a função de elaboradoras do real e não apenas a de reflexos ou determinações de estruturas sociais, econômicas, culturais.¹⁴

¹³ A noção de *habitus* possibilitou romper com o paradigma estruturalista sem cair na filosofia do sujeito ou na racionalidade da economia clássica. “Retomando a velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*, eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da ação que, implícita na noção lévi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido ao papel de suporte – *Trager* – da estrutura; e fazia-o arrancando Panofsky à filosofia neokantiana das ‘formas simbólicas’ em que ele ficara preso [...]” (BOURDIEU, 1998a, p. 61).

¹⁴ O *habitus* constitui uma *mediação*, de um lado, entre as estruturas e as condições objetivas e, de outro, entre as situações conjunturais e as práticas por elas exigidas, portanto, se aproximando da noção de representações como mediação de Lefebvre (1983, 1991a). Como um princípio operador, permite a interação entre estruturas objetivas e práticas sociais, dando um espaço de liberdade à práxis social (BOURDIEU, 1998a).

O *habitus* para Bourdieu (1996, 1998b) é um conhecimento – adquirido e incorporado a partir das estruturas objetivas –, que opera como uma matriz de percepções, ações, apreciações e representações. É um conhecimento adquirido, mas também um *haver*, um capital, que estrutura e reestrutura as práticas dos agentes em ação (BOURDIEU, 1998a, p. 61). É, portanto, um sistema de estruturas interiorizadas – um sistema de disposições duráveis e transferíveis –, e condição de toda objetivação. O *habitus* é um sistema de “estruturas estruturadas” que funcionam também como “estruturas estruturantes”, ou seja, geram estruturas e práticas sociais que podem ser “reguladas” e “regulares”, não sendo resultados da obediência consciente a determinadas regras (MICELI, 1998).

O *habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores e as práticas sociais exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas, gerando processos constantes de atualização e adaptação (BOURDIEU, 1998a). As práticas sociais e as ideologias levam em conta possibilidades e impossibilidades objetivas, que definem a dinâmica social de um campo ou classe (MICELI, 1998). Consequentemente, o papel do *habitus* é modelar o que é dado do exterior nas relações com objetos, atos e situações. No entanto, não é apenas reprodução dos objetos externos, pois implica remanejamentos das estruturas cognitivas, uma reconstrução dos dados no contexto de valores, noções e práticas. Consequentemente, embora restrito aos limites das condições objetivas, a partir das quais se constitui e se expressa, o *habitus* encerra potencialidades objetivas de inovação e transformação sociais (MICELI, 1998).

A noção de *habitus* recebeu críticas, especialmente porque estaria ainda excessivamente condicionada às estruturas sociais, ou mesmo por uma certa ‘circularidade’, tanto por uma ausência de elementos contrastantes como por perigos de autorrepresentação e identificação de um determinado grupo social. De acordo com Domingos Sobrinho (2000, p. 118), as críticas ao acento estruturalista do *habitus* levaram Bourdieu a

[...] dar um caráter mais relacional ao seu conceito e a considerá-lo como um “conjunto sistemático de princípios simples e parcialmente substituíveis, a partir dos quais podem ser inventadas uma infinidade de soluções que não deduzem diretamente de suas condições de produção”.

Segundo Bourdieu (1996, 1997), o *habitus* constitui um fundamento sólido e dissimulado da integração dos grupos ou das classes. Uma das principais

funções “[...] é dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 21). É, portanto, uma mediação universalizante entre estruturas e práticas que dá sentido, razão e organicidade às ações dos agentes no grupo social. “O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1997, p. 21).

Bourdieu (1997) afirma que *habitus*, além de dar organicidade às práticas e às ações de um grupo social, opera como um diferenciador dessas práticas. “Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas [...], mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes” (BOURDIEU, 1997, p. 22). Essas práticas distintivas, frutos de lutas por classificação, geram a identidade e identificação dos grupos nos processos de divisão do mundo social. O *habitus* não cessa de produzir percepções, representações, opiniões, desejos, gestos, ações, reflexões e toda uma gama de produções simbólicas, não diretamente dedutíveis nem são simples reflexos das estruturas sociais geradoras.

A noção de *habitus* de Bourdieu (1996, 1998a) – como esquemas gerados e geradores de percepções, conhecimentos, orientações das práticas sociais, palavras¹⁵ e falas¹⁶ – se constitui em instrumento interpretativo para apreender processos, reais e simbólicos, na construção do mundo e na apreensão da realidade. A utilização dessa noção – como processos de apreensão do real – permite explicitar mecanismos, princípios, estruturas que condicionam e são condicionados pelas práticas sociais e políticas das pessoas que lutam pelo acesso e posse da terra em acampamentos e projetos de assentamentos (SAUER, 2008a, 2008b).

¹⁵ Bourdieu (1998a) não deposita o poder nas próprias palavras, nem trata “a linguagem como um objeto autônomo”, mas nos processos sociais, especialmente objetivação e oficialização, que dão poder de nomeação, classificação e divisão aos agentes. “A questão ingênua do poder das palavras está logicamente implicada na supressão inicial da questão acerca dos usos da linguagem e, por conseguinte, das condições sociais de utilização das palavras” (BOURDIEU, 1996, p. 85).

¹⁶ Bourdieu (1996) defende que é necessário examinar como as palavras contribuem na construção das coisas sociais, pois a linguagem e as representações possuem uma eficácia simbólica na construção da realidade. Bourdieu (1997) incorpora a noção de representação social por meio da valorização da fala, como símbolo de comunicação por excelência.

Representações:¹⁷ a terra como princípio gerador e unificador de práticas sociais

Os relatos explicitaram que o objetivo de todas as pessoas acampadas é “a conquista da terra própria” (CARVALHO, 1999, p. 15). Essa conquista é representada como a condição *sine qua non* para realizar o que Godói (1999) denominou de “projeto de autonomia”, com especial destaque para o “trabalhar para si”. Essa possibilidade de trabalho só se transforma em uma realidade com o acesso a terra, dando-lhe diversos sentidos simbólicos. A terra se transforma então em um lugar de segurança e liberdade, resultado da combinação de elementos religiosos e/ou familísticos, da tradição e da visão da terra como um meio e um lugar de trabalho (MARTINS, 1994, 1997).

A identidade de **sem-terra** – associada às normas e às regras dos acampamentos e à distribuição de tarefas e responsabilidades – se transforma em um *habitus* ou em uma representação capaz de unificar as ações e interações do grupo (BOURDIEU, 1997). As pessoas acampadas incorporam sistemas de classificação e de divisão – como a clara distinção entre “nós acampados”, “nós sem terra” e a “sociedade” –, que funcionam como matrizes de ações e concepções (BOURDIEU, 1998b). As pessoas passam então a agir e a refletir com a lógica da unidade de grupo e da necessidade de apoio mútuo, como uma forma de superar as dificuldades e hostilidades do mundo exterior, sendo que a classificação ou identificação de **sem-terra** dá esse caráter de unidade ao grupo.

Bom, o melhor que tem aqui – graças a Deus, tá tudo bão! Tudo bão! – é a paz, o amor, a união! Todo mundo alegre, amoroso uns aos outro! É isso que nós devemos fazê, né? Que com a paíz, o amor e a união, nós chega lá! Que desunião não cabe em lugar nenhum! (José – acampamento Dom Helder)

O acesso a terra – como um novo momento e um novo lugar na experiência de vida – é uma dimensão fundamental da construção social da pessoa **sem-terra**. Segundo Porto (1989, p. 249), a “terra se constitui em importante categoria mediadora do processo” de construção da identidade social,

¹⁷ Lefebvre (1983) aponta uma contradição ou limitação na teoria das representações, pois não é suficiente para explicar todos os fatos da vida, sendo necessário considerar que existe um saber *vivido* que é diferente, ou não pode jamais ser abarcado pelo saber *concebido*. É fundamental, portanto, não fetichizar o saber nem desprezar a sua crítica, pois esse pode ser ideologizado, sendo necessário manter (juntamente com a noção de representação) a noção de ideologia e ter como fundamento a não separação entre vida e conhecimento.

estabelecendo diferenças significativas entre as representações das pessoas acampadas e das assentadas.

Esse processo social, no entanto, é anterior ao acesso a terra, pois as representações e a construção da identidade abarcam também os sonhos, projeções, desejos e representações dessa terra, desse lugar para trabalhar e viver. Esses sonhos e desejos estão, fundamentalmente, voltados para a conquista (acesso) da terra. Os relatos explicitam esta como a razão fundante da própria existência e da autorrepresentação como sujeitos e como seres humanos.

O meu sonho é a gente tê a roça da gente! Tê o gadinho da gente, quando tivé vontade de tomá um leite! Você tê um queijo! Você tê um doce! É uma coisa, é uma fartura! Você chegá na roça e você vê aquilo tudo verdinho e sabê que é um trabalho seu! Então, esse aí é o meu sonho! Tê a minha casa! O meu pomar, a minha fartura! (Iraildes – acampamento Palmeira)

O meu maior sonho hoje é tê o meu pedaço de terra e trabalhá dentro dela! (Cleudes – acampamento Palmeira)

...a esperança é todos os companheiros que se encontra aqui [...] está atrás de adquirir um pedacinho de terra prá plantá, produzi, criá a família, né? Ter uma vida digna! [...] Eu tenho um sonho: é ter um pedacinho de terra, enquanto a gente tiver força prá viver, prá desfrutar a vida como ela é! [...] Então tê uma qualidade de vida pá tê uma família; criá a família ao natural; igual a gente foi criado! (Roberto – acampamento Dom Helder)

A própria identidade de trabalhador(a) se constrói com a perspectiva de realizar o sonho de possuir e trabalhar a terra (PEREIRA, 2000).¹⁸ A possibilidade de transformar a natureza em alimento e fartura cria representações e impulsiona ações e práticas. Além da organização ativa das experiências vividas, representações grupais abarcam também as perspectivas futuras, pois “[...] as versões do passado são instrumentos fundamentais de definição da realidade atual e perspectivas futuras, mas que o contrário não deixa de ser verdadeiro, isto é, as perspectivas de mudanças futuras também podem

¹⁸ Há, no universo pesquisado, uma distinção entre a noção de proprietário e dono da terra. Segundo Pereira (2000, p. 148), “[...] dono é uma categoria moral que se opõe à de proprietário, porque quem é dono trabalha a terra. Para o proprietário capitalista, a terra é mercadoria”.

redefinir versões do passado, de forma a tê-las, até mesmo como instrumento de ação política” (GODOI, 1999, p. 28).

O desejo de “retornar à terra”, de “possuir um pedacinho de chão” impulsiona ações e reforça representações e concepções, especialmente a terra como um lugar que “mana leite e mel”. Esta representação, no entanto, está intimamente relacionada com as representações do trabalho, como uma ação ou intervenção na natureza que dá sentido à existência e cria perspectiva de futuro. A identidade de trabalhador está, portanto, associada não apenas à busca da sobrevivência (ter um salário, ter um emprego), mas também a uma vida com significado.

[...] Hoje sô aposentado! [...] ficô a minha família trabaiano e eu aposentado do serviço... Morava de aluguel. Morei de aluguel 6 anos numa casa! [...] falaram nesse pedacinho de terra, né? e a gente tem vontade de ‘pessu’ uma terrinha prá gente tê uma morada! Mais sossegada! Tê um sussego na vida da gente! E trabaia!... (Pedro – acampamento Dom Helder)

A conquista e o acesso a terra, com a constituição do assentamento, transformam esses sonhos, desejos e representações em realidade. A passagem da condição de “sem terra” a de “com terra” dá um novo significado à existência (SAUER, 2008a, 2010). Essa conquista é expressa em termos de renascimento, ou seja, uma realidade completamente nova, qualitativamente diferente da situação anterior. É a materialização da cidadania dando condições de vida e de existência (trabalho e liberdade) em termos qualitativamente novos porque se passa a ser “alguém” (agente ou sujeito).

Mas como a gente já está hoje, bem colocado, em vista de que a gente era um João ninguém. Hoje a gente se sente que nasceu mais uma vez, né? [...] Como que um dia eu ia pensá que ia ‘pessu’ um tanto de terra desse? Prá mim é muito! Eu acho que é muito que eu não tinha nem o lugar de uma casa e hoje eu tenho onze alqueire de terra, né? Então eu acho que a reforma agrária não pode acabá. Ela tem que continuá porque a única solução que o pobre dá um ‘cunsertozinho’ na vida é através da reforma agrária [...] Eu num tinha nada, nada, nada... Hoje eu tenho de tudo! (Darci – assentamento São Carlos)

O acesso a terra dá sentido à existência, pois deixou de “ser ninguém” e passou a “ser alguém” (agente social). Ocorre uma releitura do passado imediato, estabelecendo uma diferença fundante entre “estar” ou “não estar”

na terra. Além da simples sobrevivência, o acesso a terra permite **ser** – ser gente, ser alguém, ser uma pessoa –, o que dá o direito a sonhar. Sonhar, não mais com a terra já conquistada, mas com reconhecimento social (mediado pelo trabalho produtivo), um vir-a-ser sujeito com visibilidade ou reconhecimento na sociedade (BOURDIEU, 1998b). Essa é a expressão da representação de ser cidadão, ou ser alguém (pessoa) com liberdade para construir a sua própria biografia ou história, sonhar e realizar seus sonhos (SAUER, 2008a).

[...] trabaia de empregado é coisa subordinada. Ocê nunca tem sonho! [...] Você só trabaia prá comer; ocê não tem direito a sonhá! [...] Aqui eu sou o Pelé; Eu chego lá em Itaberaí; eu chego na loja veterinária e eles sabem que eu produzo tanto leite e eles vende prá mim. [...] Eu não me sentia ninguém e hoje aqui eu me sinto Pelé. Sou Pelé, que todo mundo sabe, da parcela assim e assim, que trabalha, que tem estabilidade! Na cidade não! Na cidade eu era uma pessoa qualquer e ocê se torna uma formiga lá! [...] Aqui não! (Nelson – assentamento Che).

Essa e outras falas estabelecem uma estreita relação entre conquistar a terra e cidadania ou ser sujeito histórico. O acesso a terra transforma uma “não existência”, um “não ser” em “ser”, em possibilidade de “existir para o outro” ou agente social, porque as pessoas passam de “vagabundos, sem terra, desempregados” a trabalhadores e trabalhadoras, que produzem e têm valor. Essa condição materializa a definição de ser sujeito como “a vontade de um indivíduo de agir e de **ser reconhecido** como ator” (TOURAINÉ, 1995, p. 220).

A conquista da terra é também um processo de valoração da pessoa porque o “tornar-se gente” significa obter reconhecimento perante a sociedade. Essa valorização é a negação da representação social segundo a qual “pobre não tem valor”. É algo qualitativamente diverso desta, proporcionado pelo acesso a terra; consequentemente a própria “terra não tem preço”. Os aspectos da “identidade reativa” (não são vagabundos) perdem força simbólica porque há razões de sobra para afirmar uma determinada condição, ou seja, sentir-se uma pessoa **com terra e com valor** (SAUER, 2010).

É por isso que eu tô aqui [no acampamento...] adquiri um pedacinho de terra [...] Nós não tem valor não! Pobre não tem valor não! Essas pessoas, fazendeiros, as pessoas que têm um bom emprego [...] às vezes nos chama até de vagabundo! [Mas] nós tamo no interesse de trabaia, produzi e ajudá!... (Pedro – acampamento Dom Helder)

A terra prá mim é tudo, né? Eu acho que eu sem a terra eu jamais existiria. Eu gosto de trabaiá a terra, eu gosto de sintí a [...] Semeá a semente e a terra germiná. Ela prá mim é tudo... (Valdevino – assentamento São Carlos)

A posse da terra é central nesse processo de construção do existir, na construção da cidadania e da identidade social. Essa centralidade não é resultado da perspectiva da propriedade privada (ser o dono, possuir o título e a condição de negociar a terra),¹⁹ mas de uma representação em que a terra é o meio ou instrumento do ser ou, em outras palavras, é condição para a constituição do valor, de ser gente perante a sociedade. A posse da terra é vista como condição *sine qua non* para ser reconhecido, para ter visibilidade. A terra é o princípio gerador e unificador (“objeto”) nas práticas sociais (BOURDIEU, 1997) e nos processos de construção e interpretação do real entre pessoas acampadas e assentadas no estado de Goiás.²⁰

Através desse ‘possuído’ que nós temos, que é a terra, nós temos o crédito na cidade, porque nós possui. E se nós vendê essa terra e fomo prá debaixo duma casa na cidade, vivê daquele empreguinho [...] o dono do supermercado vai vendê aquela tabela do seu salário. Ele não deixa passá do limite, que sabe se passá ele num recebe. Então aqui não. A terra oferece o crédito prá gente tê na cidade. E se nós num tivemo nada, nós num valem nada (Darci – assentamento São Carlos)

A reconstrução de uma representação identitária, baseada na cidadania, permite interiorizar a noção de ser alguém, visível na sociedade. Essa visibilidade (alcançada no processo de conquista da terra) possibilita o estabelecimento de uma nova relação com o “outro”, com a sociedade. As relações mudam significativamente (porque não estão mais baseadas no preconceito nem em uma “identidade negativa”), e a discriminação dá lugar à

¹⁹ A representação de propriedade (possuir um título, ser proprietário com poderes para negociar a terra etc.) apareceu muito pouco no universo das preocupações das pessoas entrevistadas. Sonhos e desejos de “possuir uma terra”, ter um lugar, ser dono de um pedaço de chão dominaram as representações, explicitando uma ausência (LEFEBVRE, 1991a) e disposições socialmente estruturadas (BOURDIEU, 1998a).

²⁰ Representar significa transformar objetos em marcos referenciais ou em redes de significados, carregadas de normas e valores, portanto, há uma relação intrínseca entre representação e valoração, pois a representação está vinculada a sentimentos e paixões, vontade de potência, pontos de vista. “Toda representação implica um valor, seja quando o sujeito valoriza o que representa, o objeto ausente, seja quando o desvaloriza” (LEFEBVRE, 1983, p. 54). Essa valoração é resultado do “sujeito” que determina seu ponto de vista, sua perspectiva sobre o objeto, “[...] que se torna central e focalizado, serve de apoio e de partida a atos, fruto de paixões – ações suscitadas pela vontade de poder” (LEFEBVRE, 1983, p. 54).

convivência e a relações de “boa vizinhança”. Há o estabelecimento de uma relação de iguais, por meio do reconhecimento social, possibilitando essa “boa vizinhança” e o convívio pacífico.

Assim, com os vizinhos é super bem! [...] eles tratá nós bem, com respeito! Que nós produz, né? [...] Quando falava que nós ia entrar aqui e tinha muito ladrão aqui que ia robá as fazenda deles, coisa e tal. Então, eles detestavam os assentados! Hoje não! Hoje são todos bons vizinhos! [...] nós negociá milho, nós negociá vaca [...] A gente vende ração prá eles [...] Bom demais, o relacionamento! (Nelson – assentamento Che)

Mudou, com certeza. Os comerciante tudo se fala muito que já se deve muito aos assentamentos; tem muita amizade com os assentamentos. Hoje, a gente percebe que eles acham que se não existir, se deixar de existir os assentamentos, com certeza as vendas deles também vai caí e é muito. (Valdevino – assentamento São Carlos)

Essa transformação não se restringe a uma mudança de comportamento e de representações, baseada em relações com o exterior, com o entorno. Essa mudança é reflexo também dos impactos econômicos, sociais e políticos, que o acesso a terra causa em níveis municipal e regional.²¹ Essas influências contrariam ou desfazem representações externas do **sem-terra**, abrindo espaço para outras formas de relacionamento não mais mediado pela discriminação, alterando a percepção das pessoas assentadas em relação a si mesmas e ao mundo circundante (SAUER, 2008a, 2010).

Os assentamentos tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, muitas vezes caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, mudanças tecnológicas, refletem-se na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional. (LEITE, 2000, p. 48)

²¹ Abramovay (1994, p. 306) afirma em relação às conquistas e limites dos assentamentos “...que uma das características centrais das experiências problemáticas está na sua precária capacidade de articulação com outros atores da região e sua estrita dependência dos poderes públicos federais. Ao contrário, as experiências bem-sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social”.

Os relatos das pessoas assentadas explicitam plena consciência dessa mudança, justificando com trabalho, produção e relações comerciais. Deixam de ser vistos como ladrões e vagabundos e passam a produtores (e consumidores), estabelecendo uma relação diferente com a “sociedade”. A produção – como resultado do trabalho – passa a ser o elemento fundante tanto das representações da sociedade como das próprias pessoas assentadas.

Mudaram [de opinião] porque o município de Goiás é o município que mais tem assentamento, né? Então o povo acostumou um pouco, né? [...] Então tem muito assentamento, eles acostumam. Eles viu isso; até prá cidade é bão, porque tem mais renda; dá mais renda prá cidade, né? (João – assentamento São Carlos)

Eles pensava que sem-terra era um povo diferente; eles imaginava que não era trabalhador como eles vê hoje! Hoje, a coisa mudô; pensava que sem terra era sem caráter. Muitas vezes discriminava muito nós [...]hoje, eles mudô! Hoje eles sabe que realmente nós somo trabaiaador [...] e ficô tudo amigo! Agora é uma beleza! Eles têm amizade co’nóis aqui dentro e [...] negocia todo unido. (Moacir – assentamento Che)

A centralidade da produção é enfatizada porque, de um lado, as relações de troca (compra e venda) são as mais imediatas no contato com o mundo exterior. O contato se dá por meio das relações comerciais,²² pois a produção é a materialização de uma situação diferente da realidade de sem-terra, “sem valor e sem trabalho”. A produção representa a “prova” material de que são trabalhadores e trabalhadoras e de que a “reforma agrária dá certo”.²³

Essa ênfase na produção e na produtividade (ou no trabalho que produz), no entanto, não está alheia aos problemas reais enfrentados, especialmente às dificuldades causadas pela falta de rendas em consequência da crise generalizada da agricultura. A produção é simbolicamente importante porque dá visibilidade e permite medir o sucesso do assentamento. No entanto, essa

²² Essa constatação reedita o debate sobre o caráter (capitalista ou não) da “pequena produção” ou da “agricultura familiar” no Brasil. Esse debate é histórico (e altamente polêmico) no contexto dos enfoques marxistas da questão agrária e de possíveis diferenciações dessa “agricultura familiar”, especialmente defendidas por Chayanov (GERMER, 2002).

²³ As pessoas expressaram preocupações em relação à “viabilidade econômica” da reforma agrária e à necessidade de gerar renda, mas essas não são expressões de uma busca de inserção competitiva no mercado (lógica da competitividade, eficiência etc.), como enfatiza a racionalidade economicista e de programas governamentais, impondo a “lógica do mercado” e a necessidade de transformar as famílias assentadas em “empreendedoras rurais”, como apontam Teófilo (2000), Jungmann(2000) e Cardoso (1997).

produção não tem valor comercial (nas relações de troca com o mercado), aumentando as dificuldades para permanecer na terra.

Eu acho que a maior dificuldade aqui é a renda que nós não temos, né? Muitos não têm. Eu, por exemplo, que tenho meu serviço mais muitos num têm. Acho que a dificuldade maior aqui é essa, não tem alguma coisa prá podê a gente tê uma renda, né? (Eva – assentamento São Carlos).

O comércio não tá muito bão, porque cê vai comprar o adubo lá, sai muito caro, né? Quando ocê coe que sobra um arroz prá vender é barato. Só tem valor dispois que tá na mão deles lá que eles arruma e empacota. Ocê vai vender não tem preço. Então ocê vai comprar um adubo é muito caro [...] (João – assentamento São Carlos).

A dificuldade dos “pequenos agricultores familiares” de obter “renda familiar suficiente para garantirem uma reprodução dos meios de vida que justificasse a permanência na terra” (CARVALHO, 2002, p. 3) apareceu em várias preocupações, especialmente das pessoas assentadas. Problemas e dificuldades geram outras consequências como êxodo, saída da terra e, talvez uma “crise de identidade” (CARVALHO, 2002).

O acentuado êxodo rural de pequenos agricultores familiares pela inviabilidade econômica de seus negócios, a deterioração da qualidade de vida das famílias que ainda permanecem como pequenos agricultores e ou extrativistas familiares, o abandono da terra pelos jovens, seja para estudar e ou trabalhar na cidade, seja para deixar para trás o trabalho duro e a tristeza de uma vida repleta de restrições, a precariedade de acesso às limitadas políticas públicas, em particular àquelas do crédito rural subsidiado, enfim, a perda de perspectiva de melhoria no padrão de vida e de produção levou uma grande quantidade desses agricultores familiares a **uma crise de identidade social** (CARVALHO, 2002, p. 7 – ênfases adicionadas).

Essas dificuldades estão na base da distinção política entre “luta pela terra” e “luta na terra”, mas os relatos não explicitaram “crise de identidade” (SAUER, 2002). Apesar das adversidades (amplamente reconhecidas nas falas), as representações reafirmam a importância da luta, da conquista e do desejo de permanecer na terra. As dificuldades econômicas não foram capazes de abalar a identidade das pessoas, ao contrário, reforçam representações do ser

trabalhador(a) na posse ou acesso a terra. As pessoas assentadas reconheceram os problemas, mas não renegam a luta nem aceitam a possibilidade de “abrir mão da terra” (SAUER, 2002).

Eu não sabia o que era a luta pela terra. Não entendia! Eu entrei dando um passo no escuro, né? Sem saber o que eu tava fazendo; indo pela cabeça dos otos. E se toda ida pela cabeça dos otos fosse igual essa era bom demais; que eu num rependo nenhum minuto de tê entrado nessa luta. (Darci – assentamento São Carlos)

Eu mesmo nunca pensei em desfazê do lote da gente! Porque é daqui que a gente vai tirá alimento prós nossos filhos. Apesar tá difícil prá gente. No começo não é fácil! Nós assentado, né? passa muita dificuldade. Tem muitas pessoas que reclama, mais, em vista que a gente tava antes, eu tô no paraíso! Porque eu não tinha nem uma casa! Hoje eu tenho... (Edvania – assentamento Che)

Essas falas não são resultado do desconhecimento ou do descaso em relação à realidade e às adversidades encontradas após a conquista da terra. Apesar das dificuldades econômicas, materializam uma identidade social baseada na conquista e na posse da terra. Expressam o desejo de lutar para permanecer como agricultores familiares assentados, tomando como referência as experiências anteriores (esforços de sobrevivência, falta de emprego, falta de um lugar para morar etc.). Além do temor de um “possível retorno” a essas dificuldades, as falas expressaram relações entre terra e dignidade, terra e liberdade etc.

A idéia da gente foi sempre em conquistá a terra. E a gente nunca pensou realmente de trocá a terra aqui, pelas dificuldades; por outras coisa na cidade. [...] Sempre resorveu os problema da gente aqui, as dificuldades; superou tudo isso e hoje a gente é muito feliz aqui na terra. (Gervásio – assentamento São Carlos)

A terra prá mim hoje ela significa vida! Porque se for prá me tirá daqui eu prefiro a morte! Não quero voltá prá cidade mais não! A terra prá mim é tudo! Não tem outra coisa pra mim! A terra ela é o alimento; ela é liberdade, entendeu? (Nelson – assentamento Che)

Castells (1999, p. 24) afirma que o processo de construção identitária na modernidade só constitui sujeitos ou atores sociais quando da realização do que ele denominou de “identidade de projeto”. Diferentemente da “identidade de resistência”, essa identidade se materializa quando as pessoas, atores sociais coletivos, constroem “[...] uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 1999, p. 24). Essa construção consiste então em um projeto de vida diferente, “[...] talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade” (CASTELLS, 1999, p. 26).²⁴

A busca de uma certa “transformação da estrutura social”, no entanto, fica evidente nas falas em defesa da reforma agrária. A partir das próprias experiências pessoais e comunitárias, as pessoas defenderam a reforma da estrutura fundiária para “acabar com a fome e com a miséria”. A explicitação da dimensão de “política social compensatória” não significa uma clara consciência ou juízo crítico, mas apenas a reprodução de um discurso oficial (CARDOSO, 1997) que avaliza as ações e lutas pela terra.

A reforma agrária tá ajudando a pobreza demais! Eu acredito que a reforma agrária nem nunca pode acabar [...] é porque enquanto tiver gente passando trabalho, sem terra, tem que ter ela. (Josias – assentamento São Carlos)

[O governo] não tem interesse em fazer reforma agrária! Você vê! Acho que a reforma agrária é a única coisa que acaba com a fome e a miséria, é a reforma agrária. Porque nós temos um exemplo muito grande aqui. Você vê, a nossa produção aqui é muito grande. Então, se existisse a reforma agrária [...], eu acho que acabava com essa miséria e fome das cidades! (Devair – assentamento Che)

Além de “acabar com a fome”, a democratização do acesso à terra é fundamental, segundo as pessoas entrevistadas, para gerar emprego, dar trabalho às pessoas desempregadas. O latifúndio precisa ser dividido para que as terras deixem de ser ociosas, gerando postos de trabalho para muitas pessoas que estão desempregadas e forçadas a viver nas periferias das cidades.

²⁴ Diferentemente da identidade de resistência, os relatos não explicitaram representações de uma “crise” nem uma “identidade de projeto”. Questionamentos à sociedade e ao sistema capitalista não ficaram tão explícitos nas falas, apesar da expressão de uma “mudança de posição na sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Eu quero dizê que reforma agrária é o objeto mais certo que tem no Brasil. É o projeto que, no Brasil, dá certo! É a cara do Brasil! Então, eu acho que [...] eu vejo a saída prós trabalhado e pá o desempregado que existe é a reforma agrária. Não tem outro objetivo. Eu, com 48 ano, sempre acompanhei, trabaiaando nas fazendas, acompanhei os fazendero trabaiaando e tal... movimentando de toda forma, mais verdadeiramente o trabalhado dá certo, prá ele é a reforma agrária. (Sebastião – assentamento Che)

As pessoas estabelecem uma estreita relação entre a reforma agrária e a geração de postos de trabalho no meio rural, transformando o acesso a terra em uma saída também para o problema da fome e da violência. Reproduzindo os argumentos das mediações (SAUER, 2010), várias pessoas acampadas e assentadas defendem a realização de uma reforma agrária como uma solução importante para dar trabalho às pessoas, inclusive àquelas que vivem nas cidades.

E a maioria das pessoas que tão na cidade hoje, vivendo na cidade com dificuldade de alimentação, com subemprego, desemprego. A reforma agrária é a saída prá isso. É tirá as pessoas da violência, da fome que existe nas grandes cidades. Que, a grande maioria das pessoas que moram nas grandes cidades saíram do campo, e tão hoje na cidade sem emprego, sem nada. [...] Então a reforma agrária é a solução do País: alimentação, a formação das pessoas. Acho que essa é a saída do Brasil; é fazê a reforma agrária [...] dividi o latifúndio; dividi as terras ociosas! (Geraldo – assentamento Che)

Apesar de uma certa visão dos assentamentos como “irradiadores” de uma vida diferente (exemplo de conquista, melhor produção, abastecimento da cidade, aquecimento do comércio local etc.), as falas não revelaram “identidades de projeto”. Carvalho (2002) salienta que é preciso superar velhas concepções a partir de identidades sociais de resistência ativa abrindo caminho para emancipações sociais e para o rompimento com as dependências do capital e do Estado. A construção do novo nos projetos de assentamentos deverá ocorrer com mudanças nas “matrizes de consumo, de produção e na de concepção de mundo” (CARVALHO, 2002, p. 11).²⁵

²⁵ Na defesa da “identidade social camponesa”, Carvalho (2002, p. 4) propôs a criação de “comunidades de resistência e de superação”, como alternativa à “crise de identidade” das famílias assentadas. Isso não significaria um “retorno às comunidades camponesas pré-capitalistas”, mas a um exercício de identidades de resistência ativa a partir de comunas ou comunidades, visando à “[...]”

As representações e identidade de **sem-terra** dão coesão social ao grupo (BOURDIEU, 1997), permitindo uma resistência ao processo de exclusão. As conquistas – ou simplesmente os sonhos em torno dessas conquistas – dão perspectivas às pessoas que lutam pelo acesso ou pela permanência na terra. Fundamentalmente, essa luta cria sujeitos históricos e cidadãos modernos em busca de direitos e qualidade de vida, conforme relatos e representações das pessoas entrevistadas.

As mobilizações, lutas e conquista da terra possibilitam a constituição de sujeitos com identidades intimamente relacionadas ao meio social e geográfico. A conquista, real e simbólica, do acesso a terra se transforma em processos de sujeitos modernos (TOURAINE, 1995), que passam a exercer direitos, como cidadãos que vivem no mundo rural. Esses sujeitos passam a construir alternativas, abrindo perspectivas para mudanças e melhorias (inclusive nas formas de produção), como é o caso da cooperativa no assentamento São Carlos.

O trabalho é o valor, real e simbólico, mais importante no processo de luta pela sobrevivência e resistência à exploração em busca da “terra prometida”. O direito ao trabalho é parte fundante do processo de luta e da construção de representações que explicam e justificam a realidade e as ações dos sem-terra. Essa centralidade do trabalho é a mesma que distinguia (ou distingue) o “posseiro” (aquele que tem acesso a terra) do “trabalhador rural assalariado” (MARTINS, 1993).

[...] o conflito não envolve relações sociais na produção nem envolve direta e imediatamente as relações de produção, nem envolve o produto do trabalho. A luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento de produção, que é a terra. Envolve as relações de propriedade e não as relações de trabalho; o problema não é o da exploração, mas o da expropriação. (MARTINS, 1993, p. 130)

Esse desejo de liberdade e autonomia ficou muito explícito em diversos relatos, que estabeleceram uma relação direta entre o acesso a terra e a busca de um trabalho livre (SAUER, 2002). A questão central da luta por um “pedaço de chão” não é a **propriedade privada** da terra, mas a busca do **direito ao trabalho**.²⁶ A terra é entendida e representada como um “meio e um lugar de

emergência subjetiva e objetiva de condições para a superação do atual modelo econômico e social de reprodução da sociedade brasileira” (CARVALHO, 2002, p. 5).

²⁶ Martins (1988, p. 100) estabeleceu uma distinção entre “terra de negócio” e “terra de trabalho”, retirando da segunda a noção clássica da propriedade privada. Segundo ele, “[...] a luta pela terra não

trabalho”, capaz de proporcionar a sobrevivência e a reprodução familiar (MARTINS, 1988), sendo que a sua posse ou propriedade é a condição necessária para a liberdade e o exercício autônomo de atividades agrícolas (SAUER, 2008b).²⁷

A gente tá lutando, batalhando... o que a gente qué é adquiri essa terra agora; e eu não quero mais pensá naquela vida que eu tive antes! Aquela vida de dificuldade. Apesar da gente tê só um filho, mas realmente foi muito difícil essa vida de vivê trabalhando prósotros, né? Assalariado! Hora você ganha bem, hora você ganha muito mal! (...) A gente tem que tê mesmo um pedaço de terra e trabalhá prá gente mesmo; e a vida da gente independentemente, né? Tê as coisa da gente! (Gloraci – acampamento Palmeira).

A terra – e suas representações e sentidos – constitui o eixo central de todo o *habitus*, ou do sistema identitário social e relações com o mundo. A partir de seus itinerários biográficos e geográficos, as pessoas representam a terra como fundante do ser (ser trabalhador(a), ser alguém) e da existência (SAUER, 2002). A estrutura social, marcada pela dominação, exclusão e desigualdade, empurra para práticas sociais de resistência e lutas, que valorizam direitos e perspectivas de ‘reconstruir o mundo’. Consequentemente, o sentido simbólico da terra justifica o sofrimento (relatos do acampamento como uma etapa no aprendizado), mas também as ações (acampar, ocupar terra) e as lutas pelo acesso a terra como lugar de vida e reconstrução da identidade social.

Apontamentos para uma conclusão prospectiva

A representação da terra – forjada nas lutas e interiorizada como princípio gerador – foi vinculada a outras noções, especialmente a representações de trabalho (ação produtiva) e lugar (território de vida e espaço de liberdade). As representações da terra são permeadas por significações existenciais (terra como

pode levemente ser confundida com uma luta em defesa da propriedade e da forma atual que o direito de propriedade reveste nesta sociedade. É antes uma clara luta pela terra de trabalho”.

²⁷ De acordo com Woortmann e Woortmann (1997, p. 12), a atividade laborativa camponesa não faz distinção e separação entre o trabalho e o conhecimento. Isso significa que “[...] o saber-fazer camponês, globalizante, distingue-se radicalmente do processo de trabalho operário sob o capital, fragmentado, em que o trabalhador se assemelha, no dizer de Karl Marx, à abelha. O trabalhador industrial não é apenas separado dos meios de produção. Num processo repetitivo, em que domina apenas uma etapa do processo produtivo, ele é também separado do modelo global referido. Conhecimento e força de trabalho operam separadamente, na medida em que o primeiro é ‘propriedade’ do capital. O trabalhador não é separado apenas dos meios de produção no plano material, mas também do saber que informa a produção. Saber é poder”.

lugar de ser agente, ser trabalhador ou sujeito histórico, lugar de trabalho produtivo, proteção, liberdade etc.), que transformam a conquista (ser dono), ou o desejo de acesso (viver na) à terra, em um processo simbólico fundante do ser no mundo.

Essas representações estruturam um conjunto de significados e valores, inclusive forjam o *habitus*, que permite dar sentido às lutas e à própria existência. Portanto, a incorporação de sistemas de *habitus* nos processos de luta e resistência na terra, para além da percepção ou representação, deve ser desvelada. Novos estudos, com base na ação de agentes que lutam pela terra, especialmente analisando práticas, relações de poder, jogos políticos ajudarão a entender processos (ou jogos) e o mundo social no campo.

Retomando o ‘trocadilho’ do título – ‘campo’ como uma noção de Bourdieu, mas também como espaço rural –, a profunda desigualdade da realidade agrária brasileira (concentração da terra, famílias sem terra, pobreza no campo, dificuldades de reprodução social etc.) exige reflexões sociológicas e mudanças políticas. Ampliar as pesquisas e estudos, com base na teoria de campo de Bourdieu, permitirá entender disposições sociais e sistemas de poder no meio rural. Consequentemente, o ‘Bourdieu no campo’ abre possibilidades de desvelar conflitos e disputas de poder entre agentes nas lutas por terra e reafirmação de direitos territoriais.

Como um sistema de disposições inconscientes e socialmente constituídas, o *habitus* é o produto da interiorização das estruturas objetivas e opera como uma matriz, um princípio de estruturação das experiências e práticas dos agentes. Essa matriz ou sistema de disposições, socialmente constituídas – como estruturas estruturadas e estruturantes –, gera e unifica o “[...] conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1998b, p. 191), dando organicidade ao grupo social ou a classe. Essa noção de *habitus*, especialmente o sistema de organicidade ou estruturação, deve desvelar ou ajudar a compreensão dos jogos de poder e as práticas sociais nos territórios e lutas pela terra.

A assimilação ou interiorização de determinadas práticas e de uma linguagem própria (*habitus*) ficou evidente nas falas e representações das pessoas acampadas e assentadas. A partir da construção de uma identidade de “sem-terra”, que cria a percepção do mundo social, assimilam termos, expressões que possibilitam o processo de identificação como grupo social. A construção da identidade social de “sem-terra” possui componentes fortes (discriminação, exploração, pobreza etc.)

de oposição a um outro, a um elemento externo, à sociedade. A realidade de discriminação, a interiorização e a representação dessa realidade dão coesão ao grupo e justificam o processo de luta pela conquista de um direito, o acesso a terra e ao trabalho.

A luta pela terra também como uma luta pelo poder – inclusive pelo poder que possibilita atribuir sentido a terra, ao trabalho e à própria existência – constrói discursos e reflexões de oposição ao latifúndio, e mesmo “contra o governo”, explicitando uma disputa simbólica e política e representações do “inimigo”, do outro, contra o qual se voltam as forças e resistências, levando ao direito à autodeterminação (ser alguém, ser um sujeito ou ator social).

A construção da identidade social sem-terra, e suas representações, incluiu outras noções como a importância da fartura (produção de alimentos) e a luta por um lugar de vida e trabalho, diferente de todos os demais lugares. A terra permite representar a identidade (social) como trabalhadoras e trabalhadores produtivos, contrastando com uma realidade anterior de privação. As circunstâncias e realidade de privações – associadas a um contexto social e político de disputa por reconhecimento (ser trabalhador(a), não ser vagabundo etc.) e “um conjunto unívoco de escolhas e práticas” (BOURDIEU, 1997) – dão um sentido especial a terra – lugar de liberdade – e a sua conquista, constituindo agentes (ou sujeitos políticos), ser alguém, dono do próprio destino.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, João Pedro. (Coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.
- BERNSTEIN, Henry. Once were/still are peasants? Farming in a globalising ‘South’. *New Political Economy*, v. 11, n. 3, p. 399-406, 2006.
- BORRAS JR., Saturnino M.; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. Transnational agrarian movements: origins and politics, campaigns and impact. *Journal of Agrarian Change*, v. 8, n. 2-3, p. 169-204, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1471-0366.2008.00167.x>. Acesso em: 13 maio 2022.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: Tratado de Sociologia do Conhecimento. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998b.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998a.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Reforma agrária: compromisso de todos*. Brasília: Presidência da República, 1997.
- CARVALHO, Horário Martins. *Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Curitiba: NEAD, 1999.
- CARVALHO, Horário Martins. *Comunidade de resistência e de superação*. Curitiba, fevereiro de 2002 (mimeo).
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. "Habitus" e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB Editora, 2000.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1978.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. 2013. 199 f. Tese (Doutorado em Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106708>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford A. Contested landscapes: territorial conflicts and the production of different ruralities in Brazil. *Landscape Research*, v. 44, p. 1-16, 2019.
- FRANCO, Augusto de. A reforma agrária na virada do século. *Monitor Público*, Rio de Janeiro, ano 3, v. 11, 1996.
- GERMER, Claus. A irrelevância prática da agricultora 'familiar' para o emprego agrícola. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, São Paulo, v. 31, n. 1, 2002.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GODOI, Emília Pietrafesa. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- GRAZIANO NETO, Francisco. A (difícil) interpretação da realidade agrária. In: SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto (Orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1998.

- GUANZIROLI, Carlos E. Surpresas da reforma agrária. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 100, 1994.
- JUNGSMANN, Raul. Erradicar a miséria: missão essencial do desenvolvimento rural. In: NEAD. *Distribuição de riqueza e crescimento econômico*. Brasília: NEAD/MDA, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia*: Contribución a la teoría de las representaciones. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991a.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Londres: Blackwell, 1991b.
- LEITE, Sérgio Pereira. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: NEAD. *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: NEAD/MDA, 2000.
- MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de et al. (Orgs.). *Assentamentos rurais*: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- MICELI, Sérgio. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- PEREIRA, José Roberto. *De camponeses a membros do MST*: os novos produtores rurais e sua organização social. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2000.
- PORTO, Maria Stela G. Tiriri: A produção ideológica como produção material. In: FIGUEIREDO, Vilma (Coord.). *Estado, sociedade e tecnologia agropecuária*. Brasília: UnB-Finep, 1989.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio*: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para discussão, n. 30. Brasília: Embrapa, 2008a.
- SAUER, Sérgio. Conflitos agrários no Brasil: a construção de identidade social contra a violência, In: BUAINAIN, Antonio (Ed.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008b. p. 231-264.
- SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade*: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

- SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SILVA, José Graziano da. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (Orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- TEÓFILO, Edson. *Brasil: Novos paradigmas para a reforma agrária*. Brasília: NEAD; Cepal, 2000 (mimeo).
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TURATTI, Maria Cecília Manzoli. Uma etapa pretérita: a passagem pelos acampamentos. *Travessia*, São Paulo, ano 14, n. 39, 2001. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/795>. Acesso em 4 abr. 2022.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 87-145, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Coord.). *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Clacso, 2001.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

Como citar

SAUER, Sérgio. Bourdieu no campo: *habitus*, representações e ‘di-visão’ na luta pela terra no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230211, 7 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st05.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Os usos da teoria de Pierre Bourdieu nos estudos rurais brasileiros

A aplicação da teoria de Bourdieu aos estudos rurais no Brasil

Applying Bourdieu's theory to rural studies in Brazil

 **Ana Louise de Carvalho Fiúza¹**

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st06

Resumo: A fim de ilustrar a diversidade do campo de possibilidades de análise da teoria de Bourdieu aos estudos rurais no Brasil, selecionamos, no Banco de Dissertações e Teses da Capes, três dissertações e duas teses, com temáticas diferentes, elaboradas em universidades de cada uma das cinco regiões brasileiras, no período compreendido entre 2002 e 2022, o qual marca os 20 anos da morte de Bourdieu. A análise das dissertações e teses selecionadas foi realizada buscando identificar os conceitos nelas utilizados e a forma como os eles foram aplicados em face dos objetivos propostos em cada pesquisa. Realizamos, então, uma análise de conteúdo do *corpus* formado pelo resumo, introdução, marco teórico, metodologia e resultados finais das teses e dissertações, utilizando o software Iramuteq. Os resultados reforçaram o destaque para o uso do conceito de *habitus* e “campo”. Constatamos, a partir das dissertações e teses analisadas, o vasto campo de aplicação da teoria de Bourdieu e a sua atualidade para compreender os processos de transformação das sociedades “rurais” no Brasil. Marcado por permanências e “especificidades”, mas, também, pelo acolhimento a novos valores, os quais variam conforme o grupo social, as condições materiais de existência e a historicidade construída.

Palavras-chave: Bourdieu; *habitus*; campo; regra e estratégia.

Abstract: In homage to Bourdieu 20 years after his death and illustrate the diversity of possibilities offered by his research, we selected three theses and two dissertations on

¹ Professora Titular e pesquisadora da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pós-doutora no Centro de Investigações em Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal. Coordenadora do Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR). E-mail: louisefiuz@ufv.br.

different topics from 2002 to 2022 conducted at universities in each of Brazil's five geographic regions in order to identify the concepts they incorporated from Bourdieu and how these concepts were applied to pursue the objectives of each study. This content analysis examined the abstracts, introductions, theoretical references, methodology, and final results using Iramuteq software. The results show that the concepts of *habitus* and "country" were most frequently utilized. We witnessed the vast applications of Bourdieu's theory and its contemporary relevance to understand the processes of transformation in "rural" Brazilian societies which are marked by permanences and "specificities," as well as by the acceptance of new values that vary according to social group, material living conditions, and the constructed historicity.

Keywords: Bourdieu; *habitus*; field; rule and strategy.

Introdução

A contribuição da obra de Bourdieu para os estudos rurais tanto no Brasil como no mundo é extremamente valorosa e multifacetada. A sua teoria está presente nos estudos sobre "as sexualidades camponesas" (FERREIRA, 2006), bem como no "campo de disputa nas campanhas publicitárias com cunho ambientalista versus as da agricultura familiar na Amazônia" (COSTA, 2004). Neste rol temático multifacetado enquadram-se, ainda, estudos sobre novos *habitus* tecnológicos introjetados na reestruturação do campo social da pecuária leiteira (BUTLER; HOLLOWAY, 2016), ou mesmo de um novo *habitus* previdenciário que se interiorizaria a partir do recebimento da aposentadoria rural (BARROS, 2014). O objetivo deste estudo foi analisar o campo de empregabilidade dos pressupostos teóricos de Bourdieu em teses e dissertações com temáticas relacionadas ao "rural" e à "agricultura", presentes no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Os conceitos de *habitus* e *campo* são, sem dúvida, centrais no âmbito de aplicabilidade da teoria de Bourdieu (1996). A afirmação do autor de que as experiências passadas estariam presentes em cada "agente social", em seu "esquema de percepção", de pensamento e de ação, o qual tenderia mais que todas as "regras" e "normas formais" garantir a conformidade com as "práticas" e o seu "grau de uniformidade no tempo", nos leva ao cerne dos pressupostos do seu "estruturalismo construtivista" (THIRY-CHERQUES, 2006). Para o autor, o "agente" não é um "ator" que age individualmente. A concepção de "agente" em Bourdieu apontaria para o fato de que as suas ações

são referenciadas pelas orientações, valores e costumes advindos do mundo social. Ou seja, o seu agir se constrói a partir de disposições inculcadas com base nas condições sociais em que são geradas. Segundo o autor, há necessidade de se buscar na “estrutura social vigente” os referenciais para se compreender a gênese das ideias e da ação social. Daí poderia decorrer, para Bourdieu (1996), a orientação metodológica para que um pesquisador examinasse atentamente as características do lugar onde o fenômeno que está estudando ocorre, procurando dar centralidade às práticas das pessoas que nele vivem, considerando as condições objetivas nas quais estas práticas se desenrolam. Assim, o testemunho dos indivíduos, os seus sentimentos, as suas explicações e reações deveriam ser interpretados a partir do sentido presente no mundo social, na “estrutura historicizada”, a qual se imporia sobre eles.

Neste sentido, a concepção de “prática social” é central na obra de Bourdieu (1996). Esta não pode ser compreendida como simples execução, mas, antes, como “disposição para agir” com base em fundamentos, valores e costumes, instituídos socialmente. Ou seja, a análise das práticas sociais implicaria a consideração das “disposições” que orientam o agir dos agentes sociais, encontrando-se imersas em um ambiente social marcado por um “mundo de objetos” e de “condições materiais de existência”, específicas, perpassadas por valores, normas, crenças e costumes socialmente construídos (BOURDIEU, 1996). Assim, as “disposições para agir” se caracterizariam, de certa forma, como um esteio, um “suporte coletivo” para a “geração” e “legitimação” dos referenciais norteadores do agir social. Por se firmarem como costumes instalados na prática corrente dos agentes sociais, as práticas sociais evidenciariam uma dimensão inconsciente.

Todavia, esta concepção de “prática social” não eliminaria a “escolha estratégica” e a “deliberação” como possível modalidade de ação do “agente social”. Mas, antes, conferiria o sentido da ação dos agentes sociais às referências socialmente construídas. Por isto, para Bourdieu, o *habitus* não é imutável, evoluindo com a experiência social dos agentes. Estas se orientariam pela existência de “estruturas objetivas”, portanto, independentemente da consciência e da vontade dos agentes. Embora estes construam a realidade social, o fazem sob a égide de “constrangimentos estruturais”. O *habitus* permitiria, assim, entender a razoabilidade das condutas sem a necessidade de postular a existência de um ator “racional”. Todavia, se, por um lado, o *habitus*,

para o autor, não se caracterizaria como fruto de uma escolha livre e racional, por outro, ele não poderia ser concebido, também, como derivando da mera determinação biológica, cultural ou econômica que atuaria sobre os agentes sociais (BOURDIEU, 1996).

A noção de “estrutura-estruturada-estruturante” apontaria, justamente, para o entrelaçamento entre os agentes sociais e as instituições, no constante processo de construção social da história, articulado a partir das posições por eles ocupadas nos seus campos de pertencimento. Estes se caracterizariam por uma “rede de configurações objetivas” estabelecidas entre as posições que os distintos agentes (sujeitos ou instituições) ocupam na estrutura de distribuição dos diferentes capitais (econômico, cultural, social e simbólico). Cada agente possuiria uma determinada cota destes poderes ou capitais, o que implicaria acessos diversos aos ganhos em jogo e a existência de tipos de relações de poder diferenciados, caracterizados seja pela dominação, subordinação ou homologia.

Metodologia

A fim de analisar a intensidade da presença dos pressupostos teóricos de Bourdieu em teses e dissertações com temáticas relacionadas ao “rural”, no período posterior a sua morte (2002 a 2022), realizamos uma busca no Banco de Dissertações e Teses da Capes, utilizando como descritores as palavras *habitus* e “rural”, identificando-se 119.909 dissertações e teses. Filtrando-se por “Grande Área de Conhecimento” (Ciências Agrárias, Multidisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas) e por “Área de Avaliação” (Ciências Agrárias I e Interdisciplinar) obtivemos 11.021 dissertações e teses, evidenciando-se, assim, que mesmo após a sua morte a sua teoria se renova por meio dos estudos rurais brasileiros. Em função de ser objetivo deste artigo apenas ilustrar a diversidade do campo de possibilidades de análise da teoria de Bourdieu aos estudos rurais no Brasil, não procedemos a uma amostragem representativa da população, mas sim a uma amostragem intencional, sendo selecionadas no Banco de Dissertações e Teses da Capes, dissertações e teses que apresentassem temáticas diferentes e que fossem elaboradas em universidades de cada uma das cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), no período compreendido entre 2002 e 2022, o qual marca os 20 anos da morte de Bourdieu. Foram, então, selecionadas, de forma intencional, levando em conta, principalmente, a

originalidade temática e o marco teórico elaborado, as seguintes dissertações e teses:

Quadro 1 – Relação de dissertações e teses analisadas

Ano	Regiões brasileiras	Dissertação/Tese – Universidade	Autor	Título
2004	Norte	Tese – Universidade Federal do Pará	Luciana Miranda Costa	Sob o Fogo Cruzado das Campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo accidental na Amazônia.
2006	Centro-Oeste	Dissertação – Universidade de Brasília	Paulo Ferreira Ferreira	Os Afetos Malditos: o indizível nas sexualidades camponesas.
2013	Sul	Tese – Universidade Federal de Santa Maria	Rodrigo da Silva Lisboa	A Construção Social do Mercado de Acácia Negra no estado do Rio Grande do Sul.
2014	Sudeste	Dissertação – Universidade Federal de Viçosa	Vanessa Aparecida Moreira de Barros	A Aposentadoria Rural e as Mudanças nos Modos de Vida dos Idosos que Vivem no Campo.
2020	Nordeste	Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior	As Estruturas Simbólicas e as Relações de Poder que perpassam a Juventude em Comunidades Rurais.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As dissertações e teses selecionadas foram analisadas com o auxílio do software Iramteq, o qual utiliza os princípios de Bardin (2011) de análise de conteúdo. Foi composto um único *corpus* a partir das teses e dissertações selecionadas. Nele constava: o resumo, a introdução, o marco teórico, a metodologia e as considerações finais. Utilizamos dois tipos de análise de conteúdo efetuada pelo software: a Classificação Hierárquica Descendente e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). A primeira contabiliza as palavras pela frequência de coocorrência, tendo como base as classes gramaticais carregadas de significados cognitivos passíveis de exame. Ela faz sucessivas divisões do *corpus*, por pares de oposição, até que as classes compostas deixem de se diferenciar. O objetivo é conseguir uma divisão das classes em duas, de tal modo que ambas contenham diferentes vocabulários e, no caso ideal, não contenham nenhuma palavra sobreposta. O procedimento é continuamente

efetuado até que não resulte em novas classes (CAMARGO, 2005). Já a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) permite examinar a trajetória dos vocábulos dentro de um texto e a variação da estrutura léxica e semântica das palavras dentro do material transcrito (FALLERY; RODHAIN, 2007).

Resultados e análises

A aplicação da Análise Hierárquica Descendente, realizada pelo software Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), resultou em um dendrograma, uma espécie de árvore com galhos (classes de palavras). O *corpus* formado pelas dissertações e teses foi dividido em cinco classes, as quais foram posteriormente nomeadas, segundo a análise de conteúdo e o agrupamento dos segmentos de texto realizados pelo Iramuteq.

Quadro 2 – Nomeação das classes resultantes da Análise Hierárquica Descendente

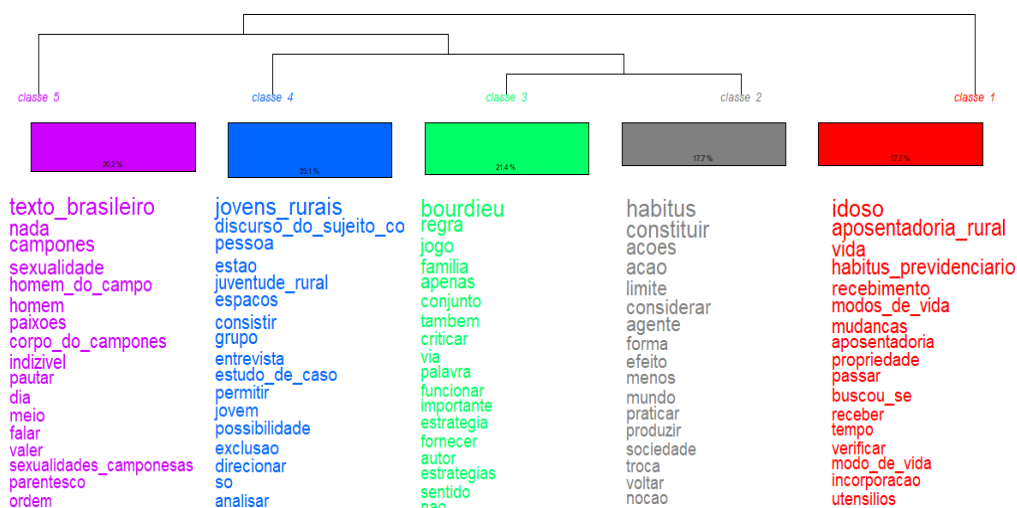
Classes	Nomeação das Classes
Classe 1	A aposentadoria rural e a instituição de um <i>habitus previdenciário</i> na vida dos idosos.
Classe 2	A teoria da prática de Bourdieu: o conceito de <i>habitus</i> , campo e de agente social.
Classe 3	A concepção de regra, estratégia e jogo aplicada à noção de “família”, em Bourdieu e Lévi-Strauss.
Classe 4	Procedimentos metodológicos adotados nos estudos com fundamentação teórica bourdieusiana.
Classe 5	O corpo do camponês no “Texto Brasileiro” e em Bourdieu.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

O software repartiu o *corpus* em cinco classes. A primeira repartição diferenciou e separou o conteúdo da Classe 1 (A aposentadoria rural e a instituição de um *habitus previdenciário* na vida dos idosos) daquele referente à Classe 5 (O corpo do camponês no “Texto Brasileiro” e em Bourdieu). Já o conteúdo da Classe 5 foi diferenciado e separado do conteúdo da Classe 4 (Procedimentos metodológicos adotados nos estudos com fundamentação teórica bourdieusiana). Por sua vez, o conteúdo da Classe 4 foi diferenciado do

conteúdo da Classes 3 (A concepção de regra, estratégia e jogo aplicada à noção de “família”, em Bourdieu e Lévi-Strauss.) e da Classe 2 (A teoria da prática de Bourdieu: o conceito de *habitus*, campo e de agente social). As Classes 2 e 3 se diferenciam e se opõem em relação à Classe 4, mas apresentam entre si um conteúdo comum que as torna diferentes da Classe 4. Contudo, elas também se distinguem em relação a si mesmas.

Figura 1 – Dendograma resultante da Classificação Hierárquica Descendente

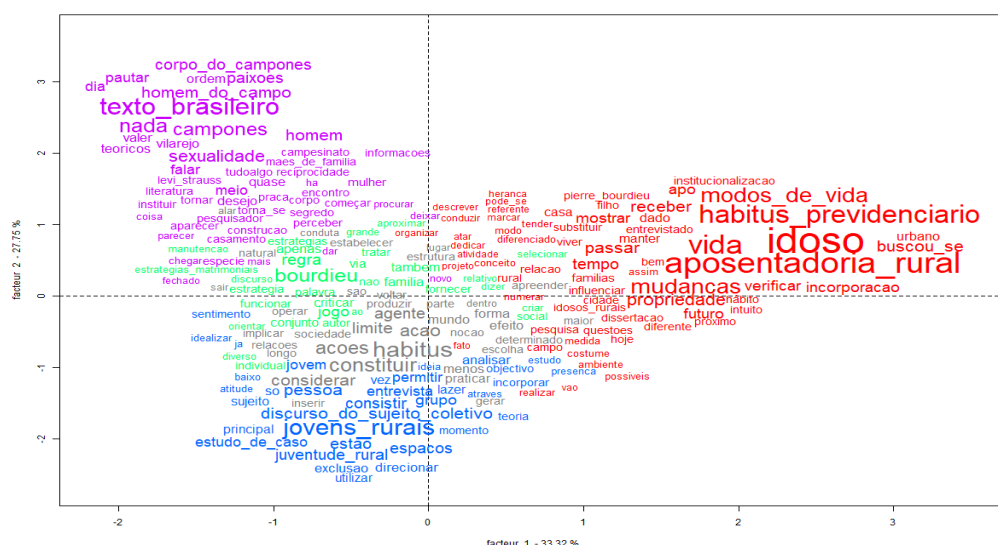


Fonte: Dados da pesquisa analisados pela Classificação Hierárquica Descendente do Iramuteq.

Por meio da Análise Fatorial de Correspondência, que dispõe as cinco classes no eixo X/Y, é possível observar de forma mais clara, tanto as diferenciações de conteúdo entre as classes, dispostas em lados opostos, direito e esquerdo, quanto as oposições existentes entre elas, dispostas na parte superior e inferior do eixo. O conteúdo da Classe 1 (A aposentadoria rural e a instituição de um *habitus previdenciário* na vida dos idosos), em vermelho na Figura 1, aparece no quadrante superior direito, se diferenciando do conteúdo que compõe a Classe 5 (A teoria da prática de Bourdieu: o conceito de *habitus*, campo e de agente social), em lilás; e se opõe à Classe 4 (Procedimentos metodológicos adotados nos estudos com fundamentação teórica bourdesiana), em azul, localizada no quadrante inferior esquerdo. A Classe 1 trata do *habitus previdenciário* dos idosos, enquanto a Classe 4 versa sobre o discurso coletivo dos jovens que

vivem no campo. Interessante observar que a Classe 2 (A teoria da prática de Bourdieu: o conceito de *habitus*, campo e de agente social) e a Classe 3 (A concepção de regra, estratégia e jogo aplicada à noção de “família”, em Bourdieu e Lévi-Strauss) apresentam uma confluência em termos do tratamento da concepção teórica de Bourdieu, mas opondo perspectivas diferentes.

Figura 2 – Análise Fatorial de Correspondência



Fonte: Dados da pesquisa analisados pela Análise Fatorial de Correspondência do Iramuteq.

A fim de compreender de forma mais clara o conteúdo e o diálogo possível entre as dissertações e teses analisadas, serão apresentados, a seguir, os segmentos de texto que compõem o conteúdo dos textos, agrupados nas cinco classes e considerados como mais relevantes pelo software.

A aposentadoria rural e a instituição de um *habitus* previdenciário na vida dos idosos

Apresentamos aqui os segmentos de texto contidos na Classe 1. Este conteúdo faz referência, sobretudo, à dissertação de Barros (2014), que trata das mudanças nos modos de vida dos idosos a partir da incorporação da aposentadoria rural como um recebimento mensal, regular. A autora utiliza o conceito de *habitus* a fim de analisar as predisposições para agir e as práticas que se regularizam a partir da institucionalização da aposentadoria rural. O

recebimento mensal da aposentadoria materializou um *habitus previdenciário* marcado pelo horizonte do futuro planejado. O medo da fome e a incerteza em relação ao amanhã ficaram para trás. O “dinheiro certo” afastou o medo de gastar, pois doravante não precisam mais se arriscar endividando-se no banco.

Com a institucionalização do recebimento mensal da aposentadoria rural, os idosos saíram da condição de um *habitus* precário e incorporaram um *habitus* secundário (SOUZA, 2003). A segurança do recebimento do benefício previdenciário, mês após mês, introduziu o horizonte do futuro em suas vidas. Os idosos incorporaram uma perspectiva de planejamento para a realização de projetos da família: melhoramento na casa, construção de uma nova casa, aquisição de bens, pagamento de cursinho para os netos, auxílio aos filhos. Passaram a investir na poupança, a fazer financiamento nas lojas de materiais de construção, a andar de táxi, além de incorporarem outras práticas de consumo relativas ao vestuário, à alimentação e ao lazer. Com a aposentadoria rural, os idosos passaram de dependentes a autônomos, decidindo sobre a forma de usar o dinheiro que recebiam. A mulher rural que não era remunerada pelo seu trabalho, com o recebimento do benefício previdenciário, passou a cuidar do próprio dinheiro, decidindo o que comprar, quando e como aplicar o dinheiro da aposentadoria.

O trabalho na agricultura ganhou a conotação de escolha, não sendo mais uma necessidade voltada para a sobrevivência. As referências de moradia das casas da cidade se incorporaram na reforma das casas ou mesmo na construção de novas moradias. Os idosos rurais aposentados passaram a encarar o trabalho na propriedade não mais como necessidade. Investiam o dinheiro da aposentadoria na produção, substituindo empréstimos como o do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. A aposentadoria rural, sobretudo dos homens, tornou-se um seguro agrícola. Enfim, o *habitus previdenciário* funcionaria como um *habitus* secundário, conforme Souza (2003), em função do reconhecimento social das pessoas, seja por meio do acesso aos seus direitos sociais e econômicos, seja passando pelo processo que Bourdieu (1996) trata como distinção, que tende para a homogeneização de acesso às oportunidades.

Barros (2014) constatou, por fim, que o tempo de introjeção do *habitus previdenciário* não foi determinante para a mudança nas práticas cotidianas ancoradas nos novos padrões de consumo. A autora afirma que, independentemente do tempo de recebimento da aposentadoria, os novos

habitus se incorporaram à vida dos idosos. Os utensílios antigos, usados para cozinhar, diminuíram a sua diversidade e o seu número, sendo substituídos por outros modernos. A presença do fogão à lenha, dos fornos de barro, colheres de pau, panelas de ferro, dentre outros utensílios, embora ainda se mantenham presentes, passaram a ocupar o lugar do gosto e não da necessidade. Passam a conviver, doravante, com novos utensílios, eletrodomésticos e novas práticas associadas ao padrão de vida urbano.

A teoria da prática de Bourdieu: o conceito de *habitus*, campo e de agente social

O conteúdo relativo à concepção teórica de Bourdieu foi agrupado pelo Iramuteq na Classe 2, o qual apresentou de forma mais expressiva os marcos teóricos elaborados por Costa (2004), Ferreira (2006) e Lisboa (2013). Os autores destacam na definição de *habitus* a dimensão de comando que ele exerce sobre as diversas partes da ação do agente, nos vários campos em que ele se insere. Trata-se de um “sistema de disposições” estruturadas e estruturantes. Duráveis e aplicáveis às diferentes situações. Constituem-se na prática e são sempre orientados em seu sentido prático. As práticas identificam e ordenam nossas interações na sociedade. Influenciam nossas ações individuais e moldam a maneira de perceber o mundo. As “estruturas” ou “disposições duráveis” constituem as maneiras como compreendemos o mundo social no qual estamos inseridos. A predisposição para agir implica uma forma de conceber a realidade.

A noção de “prática social” em Bourdieu (1996) é interpretada por Costa (2004), Ferreira (2006) e Lisboa (2013) como distinta da simples execução de normas sociais coletivas ou reflexos das estruturas sociais geradoras. A prática seria o resultado de relações de poder que impõem visões do mundo social. A trajetória diferenciada de cada agente produzirá sua percepção do mundo, seu *habitus*. Ferreira (2006) destaca que Bourdieu buscou romper com a noção levistraussiana de inconsciente, a qual reduziria a noção do agente ao papel de suporte da estrutura. Assim, o *habitus* constitui uma mediação entre a estrutura e a produção social. Uma predisposição para agir de acordo com os pensamentos, as percepções e as ações que caracterizam uma cultura. O agente teria, assim, uma disposição para agir dentro de uma estrutura-estruturante, mas a qual seria, também, estruturada. O fundamento da ação gerada pelo *habitus* seria ainda contemporâneo da ação. O *habitus* se constituiria em um conjunto sistemático de princípios simples e parcialmente substituíveis. E a

partir deste conjunto poderiam ser inventadas uma infinidade de soluções que não derivariam diretamente de suas condições de produção.

O conjunto de “esquemas de classificação” do mundo interiorizado ao longo de uma trajetória social singular provocaria comportamentos sem cálculo. A prática vivida geraria um agir decorrente do conhecimento e do domínio da situação. O agente seria um “operador prático” na construção social. Mas não na mesma perspectiva da filosofia do sujeito ou da consciência. Esse conjunto de “disposições” agiria como um princípio gerador e estruturador de práticas, dando-lhes um caráter quase automático, característico de um agente histórico prático. Não significa que o saber prático voltado para a ação excluiria de forma absoluta o cálculo e a reflexão consciente, mas nem sempre esse cálculo seria necessário. Segundo a interpretação de Ferreira (2006) do sentido da prática em Bourdieu (1996), situações análogas poderiam produzir no agente social uma reação espontânea, não refletida, originada a partir do saber prático, permanentemente atualizado. No entanto, quanto mais a situação se afastasse de experiências anteriores, menos as soluções prontas do *habitus* aprendido seriam incorporadas e definiria o comportamento a ser tomado. O *habitus* apontaria, assim, para o caráter integrativo de todas as experiências passadas que se atualizariam a cada momento. Essa incorporação progressiva das práticas faria com que elas perdessem a sua condição de “práticas estruturadas” e comesçassem a se assemelhar a práticas naturais. O caráter arbitrário do processo de aprendizagem se diluiria, dando lugar a uma ilusão de naturalidade da ação.

Como destaca Costa (2004), o *habitus* dependeria na forma e no conteúdo do poder material ou do poder simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições envolvidas em determinadas relações. O espaço social de construção destas relações de poder revelaria os constrangimentos que agiriam sobre a maneira de pensar e atuar dos agentes nele existentes. A legitimidade social dos agentes para efetivar as suas práticas pode ser observada pela posição que estes ocupam no seu “campo” de atuação. Todo campo delimitaria um espaço de luta pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. Um agente ou uma instituição faria parte de um campo na medida em que sofresse os seus efeitos ou os produzisse. Segundo Silva Júnior (2020), ao desenvolver o conceito de campo, Bourdieu (1996) o teria feito por discordar da ideia de que as sociedades avançadas seriam formadas por um cosmo unificado. O autor as via como entidades diferenciadas, parcialmente totalizadas, compostas por um

conjunto de campos, os quais seriam caracterizados por marcadores sociais próprios, com vestimentas, falas, costumes e comportamentos particulares. Segundo Costa (2004), o conceito de campo de Bourdieu remeteria à ideia de um sistema no qual as instituições e os agentes, assim como seus atos e discursos, adquiririam sentido, apenas relacionalmente, através do jogo das oposições e das distinções. Como destaca Silva Júnior (2020), as relações de poder entre os agentes seriam determinadas pela forma como os dispositivos de enunciação tornar-se-iam reconhecidos e consumidos neste campo de forças, no qual o posicionamento dos agentes sociais não seria estático.

A concepção de regra, estratégia e jogo aplicada à noção de ‘família’, em Bourdieu e Lévi-Strauss

O conteúdo agrupado pelo Iramuteq na Classe 3 fazia referência, basicamente, à interpretação realizada por Ferreira (2006) quanto à contraposição das concepções de “regra” e “estratégia” em Lévi-Strauss e Bourdieu. Segundo a interpretação que este autor faz de Bourdieu, a localização dos agentes em um campo delimitado dentro do espaço social propiciaria a eles a socialização de regras, normas, valores e práticas, exigindo deles, no entanto, habilidades para nele se situarem. De acordo com o autor, Bourdieu faz uma crítica ao estruturalismo levistraussiano, no que tange à força incontestável que seria dada à “regra”. Conforme a interpretação de Ferreira, a estratégia e a regra para Lévi-Strauss caracterizariam escolhas conscientes, enquanto para Bourdieu estas funcionariam aquém da consciência e não obedeceriam de forma cega às regras. Bourdieu (1996) teria substituído a noção de “regra” por “estratégia”, num sentido análogo ao que os esportistas chamam de “sentido do jogo”. A “estratégia” funcionaria como um “domínio prático” da lógica ou da necessidade imanente em um jogo. Seria adquirida pela experiência de jogo, na qual se internalizaria o sentido do jogo. Consoante a avaliação de Ferreira (2006), haveria não uma separação radical, mas, antes, uma complementação da concepção de regra de Lévi-Strauss à concepção de estratégia de Bourdieu.

Ferreira (2006) traz a concepção de escolha matrimonial a fim de ilustrar a concepção de estratégia proposta por Bourdieu. O bom jogador levaria em conta, em cada escolha matrimonial, o conjunto das propriedades da estrutura a ser reproduzida. O verdadeiro sujeito das estratégias matrimoniais, no contexto de um campesinato tradicional, seria a manutenção das alianças e a terra. Neste campo com valoração patrimonial, os camponeses operariam

estratégias matrimoniais a partir de um senso prático de parentesco, mas cujo sentido do jogo não seria exatamente idêntico em lugares diferentes. No contexto estudado por Bourdieu, os herdeiros ricos se casavam regularmente com caçulas ricas, mas isto não significaria afirmar que esta fosse a regra para os herdeiros ricos. Enquanto para Lévi-Strauss o celibato marginalizaria o indivíduo, pois este não teria lugar na teoria da aliança, para Bourdieu o celibatário seria uma peça importante do jogo para a manutenção da herança, do patrimônio-terra (BOURDIEU, 2006).

A estratégia matrimonial funcionaria como um jogo social marcado pela regularidade das práticas, mas cujo conhecimento do campo permitiria aos jogadores adotar estratégias de ação típicas de um conhecedor do funcionamento da unidade doméstica como campo. Mas as estratégias engendradas pelos camponeses revelariam o seu capital cultural e o seu poder simbólico de manusear cartas, jogando-as estrategicamente no tabuleiro, que são os valores camponeses. As estratégias matrimoniais nada teriam a ver com um camponês classe-objeto, mas agente, que lidaria com segredos relativos à sua sexualidade, inclusive, em termos de relações extraconjugais.

O corpo camponês no ‘texto brasileiro’ e em Bourdieu

O conteúdo apresentado neste tópico foi agrupado pelo Iramuteq na Classe 5, mas em função de uma organização mais didática e concatenada do texto, ele segue em sequência às interpretações anteriormente apresentadas sobre a concepção de estratégia matrimonial de Bourdieu. Esta interpretação se fundamenta, novamente, na discussão estabelecida por Ferreira (2006). O autor denomina de “texto brasileiro” as concepções de “corpo camponês” e “família camponesa” formuladas pela sociologia e antropologia rural brasileira. A “persona do camponês” o transformaria em objeto científico por parte dos sociólogos e dos antropólogos que não se atentam para as contradições envoltas no homem do campo e em seu corpo.

Ferreira (2006) se utiliza, justamente, da concepção de “família” e “corpo camponês” para interpretar tais contradições e o caráter estratégico das ações dos camponeses para lidar com elas. Para ele, o texto brasileiro trataria o “ser camponês” como “classe objeto”, se esquecendo das contradições provenientes das práticas corpóreas e incorpóreas do homem do campo. O “ser camponês” seria legitimado por uma identidade cultural que retiraria dele as suas pulsões e vibrações. Segundo o autor, o texto brasileiro teria diluído o corpo do camponês

na moralidade. De acordo com Ferreira (2006), Bourdieu teria concebido um “camponês agente” e não agido. O autor contrapõe a perspectiva do texto brasileiro que analisa o corpo do camponês sempre ligado à reprodução, com a perspectiva de Bourdieu (1996) de um homem do campo com subjetividade, contraditório, dúbio, estratégico. Já o texto brasileiro sobre o rural teria a reciprocidade como engrenagem. A reciprocidade organizaria os arranjos parentais como troca obrigatória.

Desta forma, a reciprocidade se transformaria em um ideário mutilador. Conforme o autor, o texto brasileiro apresentaria resquícios de um ideário cristão em que o prazer seria extirpado em função da reprodução da espécie. Para Ferreira (2006), as sexualidades camponesas não podem ser concebidas como relações “troquistas”, marcadas pela ideia de retribuição. Os encontros noturnos no meio da caatinga nada mais seriam que dádivas sem contraprestação, afastando-se da concepção de dádiva do texto brasileiro, que a conceberia como relações de troca quase que exclusivamente alicerçadas no parentesco.

Ainda de acordo com Ferreira (2006), o “dar, receber, retribuir” seriam onipresentes e onipotentes no texto brasileiro. Seria como se nas ambiências rurais tudo pudesse ser passível de retribuição. A sexualidade seria analisada em função da herança, do parentesco, do compadrio. Para o autor, essa perspectiva do texto brasileiro se restringiria ao círculo referente à reprodução da ordem social calcada na concepção de família. Ancorado na noção de família de Bourdieu (1996), ele ressalta o seu caráter de construção social arbitrária, que a situa no polo do natural e do universal. A família apareceria como a mais natural das categorias sociais. A dominação masculina orientaria a família em direção à lógica do corpo heterossexual e “supostamente” monogâmico (BOURDIEU, 1999). Uma das particularidades dos dominantes seria a de possuírem famílias extensas. Os grandes teriam famílias grandes, fortemente integradas e unidas não apenas pela afinidade do *habitus*, mas, também, pela solidariedade dos interesses.

A família em sua definição legítima seria um privilégio instituído como norma universal. Privilégio que implica ser como se deve dentro da norma para obter um lucro simbólico da normalidade. A noção de casa passaria a ser importante para Bourdieu (1996) porque seria nela que se expressaria a preocupação de perpetuar os bens materiais. A família estaria destinada a fornecer o modelo de todos os corpos sociais. Funcionaria como uma ficção

social realizada, um princípio coletivo de construção da realidade coletiva. Ela estaria apoiada em um conjunto de pressupostos cognitivos e de prescrições normativas que estabeleceria a maneira correta de viver as relações domésticas, se empenhando em um trabalho de perpetuação das fronteiras. Teria um caráter transcendente, pois sob forma objetivada estaria presente em todos. A família transcenderia seus membros, se constituindo em uma espécie de personagem transpessoal dotada de uma vida, de um espírito coletivo e de uma visão específica do mundo. A família como um conceito classificatório seria ao mesmo tempo uma descrição e uma prescrição. Esse princípio de construção seria ele próprio socialmente construído, atuando como um princípio comum de visão e de divisão.

Procedimentos metodológicos adotados nos estudos com fundamentação teórica bourdieusiana

Neste tópico, o Iramuteq agrupou os segmentos de textos relativos aos procedimentos metodológicos adotados nas dissertações e teses analisadas. Scartezini (2011), ao analisar a perspectiva de Bourdieu acerca da concepção metodológica ideal para ser adotada em uma pesquisa científica, destaca que para o autor não haveria um estabelecimento antecipado de procedimento, mas, antes, seria em razão do “objeto de estudo”, em questão, que se estabeleceria a coerência da construção teórica e metodológica a ele relacionada. Assim, segundo destaca a autora, seria errôneo preestabelecer algum método que se encaixasse *a priori* em relação a um determinado objeto (SCARTEZINI, 2011, p. 29-30).

Entretanto, de acordo com Scartezini, Bourdieu destacava como ponto importante para o estabelecimento dos procedimentos metodológicos adotados por um determinado estudo, se considerar o princípio da não consciência. Ou seja, seria fundamental para Bourdieu “a apreensão do fenômeno cultural de maneira dependente do sistema das relações históricas e sociais no qual ele está inserido” (SCARTEZINI, 2011, p. 29-30). Desta forma, ele questionaria a psicologia social que conferiria às representações subjetivas dos indivíduos grande importância para se estudar a sociedade, ressaltando a importância de contextualizar as relações objetivas nas quais os indivíduos estão envolvidos. O princípio da não consciência imporá ao pesquisador que ele constrísse o sistema de relações objetivas, contextualizando o ambiente econômico e morfológico, no qual os agentes sociais analisados se encontrariam inseridos.

Neste sentido, Scartezini (2011, p. 31), faz uma citação de Bourdieu, Chamboredon e Passeron:

Não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações. (1999, p. 29)

Como destaca Scartezini (2011), Bourdieu tem na noção de campo, uma construção que vai orientar as opções práticas da pesquisa. O objeto de estudo estaria imerso em um conjunto de relações das quais ele retiraria o essencial das suas propriedades. A noção de campo imporia que se relacionasse o objeto de estudo com aquilo que há ao seu redor, com as condições objetivas de sua existência, pois ele nada é fora de sua interação com o todo:

É muito mais interessante estudar extensivamente o conjunto de elementos pertinentes e relacionados ao objeto do que estudar intensamente uma pequena parte deste objeto. Neste sentido coloca-se a importância de determinar a extensão do campo do objeto de pesquisa. O limite de um campo diz respeito aos efeitos que dele advêm. (SCARTEZINI, 2011, p. 32)

Assim, o objeto precisaria ser contextualizado, levando-se em conta que entre o objeto e os acontecimentos sociais haveria um universo intermediário, o campo, onde estariam inseridos os agentes e as instituições que produzem.

A estrutura constitutiva do espaço do campo comandaria a forma das relações visíveis de interação e o próprio conteúdo destas. Os campos sociais seriam possuidores de leis relativamente autônomas. As leis que regem a sociedade como um todo seriam “filtradas” pelo campo específico, que formularia suas próprias normas de conduta. Somente se conseguiria compreender o discurso e as proposições de um agente considerando-se a posição que ele ocupa nesse campo, situando “de onde ele fala”. (SCARTEZINI, 2011, p. 33-34)

Assim, circunscrever o objeto em um campo pressupõe levar em conta a relativa autonomia que este possui de filtrar as orientações sociais mais gerais, considerando-se as determinações próprias do campo nas quais as disposições dos agentes sociais para agir são gestadas (SCARTEZINI, 2011, p. 36). A partir da exposição destas considerações metodológicas presentes na obra de Bourdieu,

apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos adotados nas dissertações e teses selecionadas neste artigo, para ilustrar a aplicação teórica e metodológica de Bourdieu aos estudos rurais brasileiros, no período posterior a sua morte.

Costa (2004), em “Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo accidental na Amazônia”, teve como objeto de estudo as campanhas de prevenção ao fogo accidental (no âmbito da produção, circulação e recepção das informações) implementadas por órgãos governamentais e não governamentais, principalmente a partir de 1998. Quatro projetos e suas respectivas campanhas foram selecionados para compor o escopo de análise. As campanhas escolhidas para estudo apresentavam muitos elementos convergentes, quer os objetivos, os materiais produzidos ou as áreas geográficas trabalhadas. No âmbito das campanhas, foi analisado como se estabeleceram as relações de poder entre os agentes de instituições ambientais e os agricultores familiares e suas instituições de representação (como os sindicatos de trabalhadores rurais e as associações), que do ponto de vista da recepção, buscaram reconstruir com diferentes sentidos os discursos das campanhas e marcar seu lugar na disputa simbólica.

A pesquisadora analisou: a) os documentos produzidos pelas instituições proponentes dos projetos e de suas respectivas campanhas (como relatórios, avaliações de consultorias externas e atas de reuniões); b) os materiais produzidos pelos projetos voltados para o público externo (*folders*, livretos e publicações de divulgação dos projetos e suas respectivas campanhas); c) o “material de apoio” produzido e distribuído/veiculado para os destinatários das campanhas (cartilhas, cartazes, calendários, *outdoors*, bonés, camisetas, peças radiofônicas e peças em vídeo); e d) as entrevistas realizadas com os agentes sociais envolvidos nas esferas da produção, circulação e recepção das informações. Como fontes secundárias foram utilizadas matérias publicadas em jornais e revistas referentes à temática principal da pesquisa, isto é, a ocorrência de fogo accidental na Amazônia, particularmente entre 1988 e 2003, período no qual o assunto foi registrado pela imprensa com mais frequência.

Ferreira, em “Os afectos mal-ditos: o indizível das sexualidades camponesas”, questiona a “naturalização discursiva” do “texto brasileiro” ao discorrer sobre o corpo e a sexualidade camponesa. Defende como metodologia adequada para o seu estudo, o *viver* e não o *interpretar* o corpo. O autor

problematiza a formal observação – participante, defendendo um experimento-vida. Parte da premissa de que há indizíveis segredos na sexualidade de um casal camponês. Para tanto, utiliza-se do seu “experimento-vida” para apresentar o seu local de estudo, descrevendo-o como:

Povoado endogâmico, católico, o pequeno distrito, distante 20 km da sede do município e 423 km de Fortaleza, não tem pousadas, bancos, hospitais, delegacias etc., apenas uma única praça, um único mercado público, um único motel, duas escolas e aproximadamente oitocentas casas, circundadas por roças por quase todos os lados e cortado, lateralmente, pela BR-230, esta conhecida popularmente por Transamazônica. Os rumores são um dos passatempos prediletos dos habitantes do lugar. Todos os dias ouvem-se boatos e histórias dúbias sobre as condutas dos goiabeirenses. As fofocas tendem a invadir as casas, sacodem o oficial e o oficioso, movimentam os acontecimentos, inauguram a ambiguidade de gestos e ritmos. (2006, Introdução, p. VIII)

Através, portanto, de uma etnografia-experimento-vivo, a dissertação buscou demonstrar como a literatura sobre sociedades camponesas no Brasil tem se mantido fiel a uma identidade camponesa, fixa, naturalizada, limitada, reacionária. Por sua vez, Lisboa (2013), em “A construção social do mercado de acácia-negra no estado do Rio Grande do Sul”, procurou compreender os fatores que concorreram e que condicionaram o formato da estrutura do mercado da acácia-negra no Rio Grande do Sul, bem como entender os distintos papéis dos agentes e das instituições na construção social deste mercado. Para isto selecionou a teoria dos campos e dos capitais de Bourdieu, por entender que a ação dos agentes sociais seria condicionada pela estrutura existente e esta pelos *habitus* dos agentes. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi o estudo de caso, sendo que o mercado da acácia-negra foi considerado a atividade a ser analisada. Para a obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, em dez municípios do estado do Rio Grande do Sul, com as principais empresas do setor, com produtores florestais que atuam de distintas formas e com estratégias diferentes, e com a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Como fonte secundária, foram utilizados dados do IBGE, da Emater/Ascared e diversos órgãos ligados ao setor.

Barros (2014), em “A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo”, teve como objetivo, ao mesmo tempo, descrever as características do modo de vida das famílias com idosos aposentados que viviam no campo e explicar as mudanças na sua maneira de viver, a partir da incorporação do *habitus previdenciário*. A pesquisa caracterizou-se pela abordagem quantitativa e qualitativa. Foram levantados dados que situavam o contexto no qual foi realizada a pesquisa, tais como: dados demográficos (população rural/urbano ao longo das décadas e a naturalidade dos entrevistados), obtidos a partir dos Censos Demográficos do IBGE e das pesquisas da Fundação João Pinheiro; dados econômicos (Produto Interno Bruto dos municípios); e dados relativos ao desenvolvimento humano dos municípios pesquisados. Para a definição da amostra representativa da população buscou-se identificar os idosos que viviam no campo e recebiam a aposentadoria rural. Para tanto, foram utilizados os dados cadastrais fornecidos pelo Programa de Saúde da Família (PSF) da Secretaria de Saúde dos municípios de Piranga e São Miguel do Anta, localizados na Zona da Mata Mineira. Para coletar os dados utilizou-se a entrevista semiestruturada, com perguntas fechadas e abertas. Depois da extração dos dados e da organização das categorias, estes foram inseridos no Excel do software da Microsoft Office a fim de transportá-los para o programa estatístico Statistical Package for Social Sciences – SPSS, versão 20.0, para a realização da Análise Exploratória de Dados – AED, bem como para a realização dos demais testes estatísticos.

Por fim, Silva Júnior (2020), em “As estruturas simbólicas e as relações de poder que perpassam a juventude em comunidades rurais”, procurou contribuir com os avanços em curso na literatura sobre a juventude rural buscando relacionar a categoria com as relações de *poder simbólico*, na tentativa de compreender como as *relações de poder* e *dominação simbólica* estão presentes na vida dos jovens rurais. O referido autor utilizou a concepção teórica de *poder*, *habitus* e *campo* de Bourdieu e, em termos metodológicos, o *Discurso do Sujeito Coletivo*. Esta técnica qualitativa possibilita construir um discurso coletivo com base em discursos individuais de uma mesma categoria ou grupo social. Os discursos coletivos se relacionam com os valores, conhecimentos e práticas que direcionam comportamentos e relações sociais, que se expressam por meio de sentimentos, atitudes, palavras e expressões.

Considerações finais

Diante da expressividade do uso da teoria de Bourdieu para os estudos rurais brasileiros, é importante se observar com mais rigor a conexão teórico-metodológica proposta pelo autor. Consideramos, portanto, indispensável perceber na aplicação da teoria de Bourdieu aos estudos rurais brasileiros, a centralidade do “princípio da não consciência”, da noção de campo e *habitus* e suas derivações empíricas. Neste sentido, seria fundamental constatar que para Bourdieu as ações dos agentes sociais se devem mais ao senso prático do que ao cálculo racional. As pessoas não agiriam desassociadas do seu meio social. Este se depositaria nelas, as constrangeriam, solicitando-lhes determinados comportamentos. Este processo não seria consciente, mas tão pouco significaria uma obediência cega às regras. O agente a partir do seu conhecimento prático do campo no qual se situa e “joga”, atualizaria, de forma contínua, as referências apreendidas, em face dos desafios presentes. Portanto, o agente não poderia ser tomado de forma autônoma do seu meio, dado que este agiria sobre ele.

A análise das dissertações e teses apresentadas neste artigo permitiu ilustrar a força explicativa da “teoria da prática” de Bourdieu. A perspectiva de “processos de transformação” que se constroem mediante a tecitura social é o legado maior da teoria de Bourdieu. Abre-se a partir dele a possibilidade de se pensar, por exemplo, as novas predisposições para agir e as novas práticas advindas da universalização do recebimento da aposentadoria rural a partir de 1992. A “renda certa” decorrente do recebimento do benefício alonga a percepção do tempo, que deixa de ser estreito, presente, imediato e conquista o futuro, o planejamento. Permite a institucionalização da prática do planejamento de projetos a médio e longo prazo. As práticas de consumo e de deslocamento campo-cidade se intensificam e diversificam as suas motivações. Observa-se a coletivização de novas disposições para agir que guiam novas práticas, as quais absorvem padrões urbanos de moradia, consumo, educação, dentre outros, em diferentes campos da vida social das famílias com idosos aposentados.

Também a análise dos constrangimentos sociais enfrentados pelos jovens que vivem no campo encontra na concepção de Bourdieu um forte suporte teórico para a compreensão das barreiras culturais, simbólicas e materiais que enfrentam no processo de integração subordinada à sociedade urbana globalizada. A teoria de Bourdieu possibilita compreender a violência simbólica

que experienciam na busca que manifestam de “viver a cidade”, sobretudo, no campo da educação, no qual a subordinação cultural se explicita com maior evidência. O reconhecimento de que as sociedades modernas não são um todo unificado, mas são recortadas por campos, permitiu aos pesquisadores que se amparam na teoria de Bourdieu perceber os enfrentamentos simbólicos travados entre agentes e instituições em um espaço social delimitado.

O campo de forças evidenciado a partir das campanhas para o controle do fogo na Amazônia é um exemplo disto. As visões de mundo de instituições e agentes do campo ambiental e instituições e agentes do campo da agricultura familiar expõem os desafios para a formulação de discursos, de fato, comunicativos. A partir da noção de campo de Bourdieu, constatamos que o fracasso das campanhas de combate ao fogo na Amazônia se vinculava muito mais à imagem pressuposta pelo campo ambiental em relação ao campo da agricultura familiar do que campanhas que conhecessem as disposições para agir e as práticas próprias do campo da agricultura familiar. Situação semelhante mostrou o estudo sobre a formação do mercado de acácias negras no estado do Rio Grande do Sul, quando constatou que o não cumprimento das leis ambientais e trabalhistas se constituíam em vantagens competitivas dos silvicultores e carvoeiros familiares neste campo.

A força e a atualidade da teoria de Bourdieu podem ser observadas, por fim, no estudo da sexualidade camponesa, que ao tratá-la não como uma relação troquista, marcada pela lógica do ciclo da dádiva, do “dar, receber, retribuir”, escancara a noção de jogo e de estratégia de camponeses, que tal como citadinos, também vivem o ilícito em seus casamentos. A concepção do corpo camponês como habitado por desejos indizíveis movimenta a análise da noção de “família” e “casa”, como instituições hegemônicas perante as quais as estratégias de celibato são utilizadas para a aliança com a terra, mas, também, driblada por jogadores que conhecem as práticas reguladas pela norma hegemônica e com ela convivem sem se anularem. Enfim, o campo de aplicabilidade da teoria de Bourdieu parece ter um legado de desdobramentos como toda boa teoria.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; LDA, 2011.
- BARROS, Vanessa Aparecida Moreira de. *A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo*: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4209>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26, p. 83-92, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/8106>. Acesso em: 29 maio 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BUTLER, Deborah; HOLLOWAY, Lewis. Technology and restructuring the social field of dairy farming: hybrid capitals, ‘stockmanship’ and automatic milking systems. *Sociologia Ruralis*, v. 56, n. 4, p. 513-530, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soru.12103>. Acesso em: 3 jun. 2022.
- CAMARGO, Brígido Vizeu. *Alceste: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais*. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org.). *Perspectivas teórico metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2005. p. 511-39.
- COSTA, Luciana Miranda. *Sob o fogo cruzado das campanhas: ambientalismo, comunicação e agricultura familiar na prevenção ao fogo acidental na Amazônia*. 2004. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2323>. Acesso em 30 abr. 2022.
- FALLERY, Bernard; RODHAIN, Florence. *Quatre approches pour l'analyse de données textuelles: lexicale, linguistique, cognitive, thématique*. In: XVIÈME CONFÉRENCE INTERNATIONALE DE L'ASSOCIATION INTERNATIONALE DE MANAGEMENT STRATÉGIQUE, 16., Montreal. *Anais...* Montreal: AIMS, 2007.
- FERREIRA, Paulo Rogers da. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6614>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- LISBOA, Rodrigo da Silva. *A construção social do mercado de Acácia Negra no Estado do Rio Grande do Sul*. 2013. 200 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação de Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,

2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3811>. Acesso em: 2 jun. 2022.

SCARTEZINI, Natalia. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, n. 14 e 15, 2010-2011.

SILVA JÚNIOR, Marco Aurélio Freire da. *As estruturas simbólicas e as relações de poder que perpassam a juventude em comunidades rurais: um estudo de caso em Bebida Velha – Pureza/RN*. 2020. 101 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Programa de Pós-graduação em estudos urbanos e regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30896>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SOUZA, Jessé. *A construção da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2003.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 1, p. 27-53, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Como citar

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. A aplicação da teoria de Bourdieu aos estudos rurais no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230212, 7 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_st06.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.